Jornal Oficial
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Prefeitura Municipal de Alto Araguaia 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 26
Prefeitura Municipal de Araguaiana 130
Prefeitura Municipal de Araputanga 134
Prefeitura Municipal de Aripuanã 134
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 139
Prefeitura Municipal de Brasnorte 140
Prefeitura Municipal de Campinápolis 144
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 152
Prefeitura Municipal de Campo Verde 158
Prefeitura Municipal de Canarana 173
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 177
Prefeitura Municipal de Colniza 191
Prefeitura Municipal de Colíder 192
Prefeitura Municipal de Comodoro 194
Prefeitura Municipal de Confresa 194
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 197
Prefeitura Municipal de Cuiabá 197
Prefeitura Municipal de Diamantino 278
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 278
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 279
Prefeitura Municipal de Itanhangá 282
Prefeitura Municipal de Itaúba 282
Prefeitura Municipal de Jauru 284
Prefeitura Municipal de Juara 284
Prefeitura Municipal de Juína 285
Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde 287
Prefeitura Municipal de Marcelândia 290
Prefeitura Municipal de Matupá 290
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 292
Prefeitura Municipal de Nobres 293
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 294
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 294
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 306
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 308
Prefeitura Municipal de Nova Mutum 331
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 335
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 337
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 338
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 338
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 341
Prefeitura Municipal de Paranatinga 341
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 345
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 347
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 347
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 349
Prefeitura Municipal de Querência 356
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 357
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 358
Prefeitura Municipal de Sinop 359
Prefeitura Municipal de Sorriso 364
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 373

Prefeitura Municipal de São José do Povo 376
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 376
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 377
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 378
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 379
Prefeitura Municipal de Tesouro 380
Prefeitura Municipal de Vera 381
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 381
Prefeitura Municipal de Vila Rica 381
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 390
Prefeitura Municipal de Água Boa 393

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM)

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Terci Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA

PORTARIA Nº 139, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Aplica a pena de suspensão a servidor público".

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Alto Araguaia - MT, Sr. JULDESIO BORGES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando haver sido comprovado nos autos de sindicância administrativa instaurado pela Portaria 712/2014, em desfavor do servidor ONEDSON LUCAS DE OLIVEIRA, ato de transgressão disciplinar prevista no art. 183, I, II, III, IV e Art. 184, VI, da Lei 1079/97.

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a pena de suspensão de 10 (dez) dias ao servidor ONEDSON LUCAS DE OLIVEIRA, Agente de Limpeza Pública, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, substituindo-a por multa equivalente aos 10 (dez) dias, com o consequente desconto de 50% (cinquenta por cento) da remuneração destes dias, devendo o servidor permanecer em serviço em razão de haver conveniência de suas atividades laborais, nos termos do Art. 198, II, c/c Art. 201, da Lei 1079/97.

Art. 2º Determina que seja feito o registro do assentamento funcional do servidor da sanção disciplinar administrativa aplicada ao infrator.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de fevereiro de 2015.

JULDESIO BORGES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 138, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de funcionário".

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração do Município de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor CLAUDIONOR GOMES REZENDE, Agente de Limpeza Pública, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas atividades na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, no Asilo Tia Nega, a partir de 24 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de fevereiro de 2015.

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 146, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Nomeia Chefe de Divisão de Arquivo Morto da Secretaria Municipal de Administração".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora CELIA NASCIMENTO DE MORAIS, para exercer a Função de Chefe de Divisão de Arquivo Morto da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 25 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A Servidora nomeada no Art. 1° ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de suas funções.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 145, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Nomeia Chefe de Divisão de Ponto Eletrônico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor SAMUEL ALVES PEREIRA, para exercer a Função de Chefe de Divisão de Ponto Eletrônico da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, a partir de 25 de fevereiro de 2015.

Art. 2º O Servidor nomeado no Art. 1° ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de suas funções.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 144, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

"Autoriza abertura de Sindicância".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Ofício nº 001/2015, do Setor de Patrimônio assinado pelo servidor Augustinho Justino de Souza, para apurar responsabilidade de multa de transito.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Processo de Sindicância para apurar responsabilidade com relação à multa de transito aplicada ao veículo I/FORD RANGER XLT 13P, placa OAS 1691, no valor de R$ 85,13 (oitenta e cinco reais e treze centavos), por motivo de conduzir veículo com velocidade superior a máxima em até 20% em Rondonópolis - MT, no dia 28/12/2012.

Art. 2º Designar a Comissão Processante para dar cumprimento ao processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação.

Art. 3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 151, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Nomeia servidor para exercer a função de Responsabilidade Técnica".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor BOLIVAR DEMELAS, para exercer a Função de Responsabilidade Técnica, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º O Servidor nomeado no artigo anterior prestará suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Frotas e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de suas funções, devendo ainda supervisionar, arrumar e manter praças, parques infantis, todos os prédios públicos, ginásios, quadras, escolas, bem como serviços de soldas em geral desses equipamentos e bens móveis.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 153, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Investe aprovado no Concurso Público".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Investir no cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS, o Senhor JOÃO BATISTA ROSA DE OLIVEIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, realizado de acordo com o Edital n.º 001/2014.

Art. 2º O referido servidor prestará suas atividades na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ABILENE ANTÔNIA DE B. QUEIROZ

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 158, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Nomeia Coordenador Técnico III".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor ORLEI RODRIGUES DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador Técnico III, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º O Servidor nomeado no artigo anterior prestará suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Frotas e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de suas funções.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Sindicado: Silvio Santos Ferreira Godinho

Objeto: Processo Administrativo Disciplinar por Inassiduidade.

Portaria: 187/2013.

Decisão Final: Demissão do servidor do seu cargo e das suas funções junto ao serviço público do Município de Alto Araguaia.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 097, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre determinação ao Responsável do Setor de Licitação".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Designar ao servidor responsável pelo Setor de Licitação a seguinte atribuição:

I - Acompanhar todos os processos de obras e serviços, e se, a sua execução vai terminar em tempo hábil proposto pelo Município de Alto Araguaia, caso não seja, notificar o Sr. Luiz Carlos de Souza e o Sr. Edinaldo Alves de Abreu, num prazo de 30 (trinta) dias antes do termino do contrato, para tomar as devidas providências.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 12 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 100, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015

"Dispõe sobre remoção de servidor e dá outras providências".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Remover o Senhor ONDINO RODRIGUES DE LIMA NETO, exercendo o cargo em Comissão de Assessor Superior, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, prestar sua função como Coordenador de Meio Ambiente, a parir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 02 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 12 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 101, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Concede Ajuda de Custo a servidores".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o disposto no Item I do Art. 146 da Seção I - Das Indenizações, da Lei nº 1079/97, bem como no Art. 147, da Subseção I - Da Ajuda de Custo, da Lei nº 1079/97.

Considerando o Requerimento expedido pelo Secretário de Infraestrutura e Serviços Urbanos, Juldésio Borges de Oliveira, protocolado com o n° 304/2015.

Resolve:

Art. 1º Conceder ajuda de custo no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento base, por um período de 90 (noventa) dias, aos servidores ONEDSON LUCAS DE OLIVEIRA e FÁBIO OLIVEIRA ALCÂNTÂRA, Agentes de Limpeza Pública, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, por motivo de deslocamento para prestarem suas funções no Distrito do Buriti, Município de Alto Araguaia – MT.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 13 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2015

Informações específicas: Altera o ano de exercicio do balanço patrimonial do edital original, ficando inalteradas a data e hora da abertura.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Medicamentos e Materiais Hospitalares para a Secretaria Municipal de Saúde.

Entrega dos Envelopes: Até as **08:30** horas (horário de Brasília), do dia**11/03/2015.**

Editais original e complementar: Afixados no endereço acima ou pelo e-mail lici.altoaia@gmail.com.

Abertura do envelope Nº 01: Às **09:00** horas (horário de Brasília) do dia **11 de Março de 2015**, no endereço acima.

Fundamento Legal:

Lei nº 10.520/2002, Decreto 3.555/2000, 8.666/93 e alterações.

Alto Araguaia – MT, 03/03/2015.

Renata Fermino de Oliveira

Pregoeira

PORTARIA N.º 129, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 013/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Contratação de serviços para elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde (pgrss) lote 02.	
vigência: 26/01/2015 A 26/05/2015	
TOMADA DE PREÇO 042/2014	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26/01/2015
CONTRATADO: LOGICA CONSULTORIA LTDA-ME	
Valor do Contrato: r$ 13.250,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Frota, Fiscal do Contrato nº 013/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 116, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Investe aprovado no Concurso Público".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Investir no cargo de PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO, a Senhora LUZIA SOUZA DE OLIVEIRA TORRES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, realizado de acordo com o Edital n.º 001/2011.

Art. 2º A referida servidora prestará suas atividades na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ABILENE ANTÔNIA DE B. QUEIROZ

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 102, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de funcionário".

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração do Município de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor HELTON NASCIMENTO DA SILVA, Analista Administrativo, lotado na Controladoria Interna desta Prefeitura, para prestar suas atividades na Secretaria Municipal de Administração, no Setor de Recursos Humanos, a partir de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 19 de fevereiro de 2015.

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 120, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 002/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: Licitação e a prestação de serviços de Rádio Difusão AM – Divulgação e Publicidade do Poder Executivo e suas Secretarias.	
Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015.	

PREGÃO PRESENCIAL N° 138/2014	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 04/12/14
CONTRATADO: radio cidade de alto araguaia ltda-me	
Valor do Contrato: R$ 79.200,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor MARCOS CARDIAL DE SOUZA, Matrícula nº 2436, lotado no Gabinete do Prefeito, Fiscal do Contrato nº 002/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor Amilton José de Jesus, Matrícula nº 2349, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA N.º 103, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Autoriza abertura de Sindicância".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a solicitação expedida pelo Sr. Augostinho Justino de Souza, lotado no Setor de Patrimônio.

Considerando o ofício 016 OBRAS/ADM/2015, expedido pelo Secretário de Obras e Frota, Sr. Edinaldo Alves de Abreu.

Considerando o Ofício de encaminhamento 003/2015, expedido pelo Sr. Augostinho Justino de Souza, lotado no Setor de Patrimônio.

Considerando finalmente o Extrato extraído do Sistema DetranNet, no qual constam 03 (três) multas para o veículo de Placa NJQ6662, ocorridas nos dias 24/05/2014 e 21/06/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Processo de Sindicância para apurar responsabilidade com relação a 03 (três) multas de trânsito aplicadas ao veículo Ford/Cargo 2629 6x4, Placa NJQ6662, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Frota, no valor de R$ 127,69 (cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos) cada.

Art. 2º Designar a Comissão Processante para dar cumprimento ao processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação.

Art. 3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 19 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 106, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Designa Comissão para avaliação da obra objeto do Contrato 115/2014".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais, e,

RESOLVE:

1º Nomear comissão composta pelos Servidores LUIZ CARLOS DE SOUZA, ORLEI RODRIGUES DE SOUZA e AUREO SIERRA DA SILVA, sob a presidência do primeiro, para avaliar a obra objeto do Contrato 115/2014, celebrado entre o Município de Alto Araguaia e empresa Construtora R4 Ltda., através da Tomada de Preços 015/2014, que tem como objeto a execução da obra de reforma do Terminal Rodoviário Hermenegildo Rodrigues Borges.

Art. 2° ° A comissão ora designada deverá fazer uma avaliação sistemática da obra, a fim de averiguar se ela está sendo executada em conformidade com o Contrato, Projeto e Cronograma físico e financeiro, atestar a qualidade da obra, dos materiais nela utilizados e, por fim, verificar se as medições pagas pelo município condizem com os serviços já executados pela empresa.

Parágrafo único. Após a avaliação a comissão deverá emitir um Laudo no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contendo todas as informações previstas neste artigo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 121, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 003/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Realização de Processo seletivo Simplificado de Provas e títulos, para cargos voltados à Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2015	
vigência: 05/01/2015 a 05/05/2015.	

TOMADA DE PREÇOS: 039/2014	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 12/12/2014
CONTRATADO: ACPI ASSESSORIA CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMATICA LTDA.	
Valor do Contrato: r$ 19.500,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, Helton Nascimento da Silva, Matrícula nº 461, lotado no Gabinete do Prefeito, Fiscal do Contrato nº 003/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas

partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente A Senhora ABILENE ANTONIA DE BASTOS QUEIROZ, Matrícula nº 485, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 107, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

“Designa Comissão para levantamento ocupacional da área de 30,5ha do Setor Industrial”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1° Designar comissão composta pelos servidores JOSÉ NETO CAVALCANTE DA CUNHA, WILLENGARG ELIAS DE OLIVEIRA e REGINALDO PINHEIRO, sob a presidência do primeiro, para proceder ao levantamento ocupacional da área de 30,5000 hectares do Setor Industrial, destinada para uso da agricultura familiar, para viabilizar os processos de Concessão de Direito Real de Uso, proposto por esta municipalidade.

Art. 2º A Comissão ora designada agirá com total independência, sem dolo e nem malícia, objetivando a imparcialidade da justiça.

Art. 3º A presente Comissão deverá elaborar um Laudo Circunstanciado da do levantamento ocupacional da área de 30,5000 hectares, com prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 122, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 005/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: Aquisição de 297.000 litros de gasolina comum	
Vigência: 05/01/2015 A 31/12/2015.	

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2014	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 31/12/2014
CONTRATADO: Posto da divisa Ltda.	
Valor do Contrato: R$ 990.198,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora FLAVIANNE NAVES SOUZA, Matrícula nº 439, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Frota, Fiscal do Contrato nº 005/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos

pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 110, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Nomeia Supervisor Técnico I"

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor ANTONIO BARCELOS CESARIO, para exercer a Função de Supervisor Técnico I, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º O Servidor nomeado no artigo anterior ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de suas funções.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 111, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Nomeia Supervisor Técnico I"

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor RENATO APARECIDO DE MORAIS, para exercer a Função de Supervisor Técnico I, da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, a partir de 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º O Servidor nomeado no artigo anterior ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de suas funções.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 112, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Exonera Coordenador Técnico IV".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Senhor ORLEI RODRIGUES DE SOUZA, do Cargo em Comissão de Coordenador Técnico IV, a partir de 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 123, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 006/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: Aquisição de 350.000 litros de óleo diesel comum e 5.500 baldes de reagente arla 32 balde 20 litros.	
Vigência: 05/01/2015 A 31/12/2015.	

PREGÃO PRESENCIAL Nº 146/2014	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 31/12/2014
CONTRATADO: PETROLEO QUERENCIA LTDA.	
Valor do Contrato: r$ 1.328.250,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora FLAVIANNE NAVES SOUZA, Matrícula nº 439, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Frota, Fiscal do Contrato nº 006/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 113, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

“Exonera Coordenador Técnico III”.

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonera o Sr. MARCOS CARDIAL DE SOUZA, do Cargo em Comissão de Coordenador Técnico III, a partir de 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 114, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

“Exonera Diretor Administrativo”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a Senhora SUZANA PANIAGO MENDES, do cargo em Comissão de Diretor Administrativo, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 115, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

“Investe aprovado no Concurso Público”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Investir no cargo de PROFESSOR DE COMPUTAÇÃO, o Senhor REINALDO DE OLIVEIRA LOPES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, realizado de acordo com o Edital n.º 001/2011.

Art. 2º O referido servidor prestará suas atividades na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ABILENE ANTÔNIA DE B. QUEIROZ

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA N.º 119, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 001/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Locação de um imóvel situado na Rua Deliria de Souza Queiroz, Lote: 22, Quadra: 02, Cohab I/A, Alto Araguaia - MT	
VIGÊNCIA: 05/01/2015 a 31/12/2015.	

dispensada	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATADO: SEBASTIANA DA COSTA DIAS	
Valor do Contrato: r$ 7.908,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora, KATIA SIMONE BORGES MORAES ALMEIDA, Matrícula nº 386, lotado na Secretária Municipal de Educação, Fiscal do Contrato nº 001/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente O Senhor Emy Maria De Rezende Dos Anjos, Matrícula nº 377, lotado na Secretária Municipal de Educação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA N.º 124, DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 007/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Locação de Imóvel, “Oratório Nossa Senhora Aparecida", ao lado da igreja Nossa Senhor Aparecida.	
Vigência: 05/01/2015 a 31/12/2015.	

DISPENSADA	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2015
CONTRATADO: ermes costa campos	
Valor do Contrato: R$ 16.536,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora CILMAIR BARBOSA DA SILVA, Matrícula nº 2317, lotada na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Fiscal do Contrato nº 007/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor EUSTÁQUIO BATISTA SOUSA, Matrícula nº 414, lotado na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 109, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Cancela a Função de Chefe de Divisão de Arrecadação de ITBI".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar do servidor RENATO APARECIDO DE MORAIS, da Função de Chefe de Divisão de Arrecadação de ITBI, da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, a partir de 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 133, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Exonera Coordenador Técnico IV".

O Cidadão Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Senhora MARILIA MAIA RABELLO QUEIROZ, do Cargo em Comissão de Coordenador Técnico IV, a partir de 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 134, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Exonera Coordenadora Finança".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a Senhora LUCIANA ZAIDEN DE BARROS, do cargo em Comissão de Coordenadora Finança, da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, a partir de 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 135, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Exonera Coordenador Administrativo".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. VITOR GOMES MAZIERO, do Cargo em Comissão de Coordenador Administrativo, a partir de 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 136, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Aplica a pena de advertência a servidores públicos".

O Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos de Alto Araguaia - MT, Sr. JULDESIO BORGES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando haver sido comprovado nos autos de sindicância administrativa instaurado pela Portaria 712/2014, em desfavor dos servidores ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA e SILVIO SANTOS FERREIRA GODINHO, ato de transgressão disciplinar prevista no art. 183, I, II, III, IV e Art. 184, VI, da Lei 1079/97.

RESOLVE:

Art. 1° Aplicar a Pena de advertência aos servidores ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA e SILVIO SANTOS FERREIRA GODINHO, Agentes de Limpeza Pública, lotados na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, nos termos do Art. 198, II, c/c Art. 201, da Lei 1079/97.

Art. 2° Advertir aos referidos servidores que a advertência é um aviso para que tomem conhecimento de seus comportamentos inadequados, dos seus deveres e de suas obrigações, bem como das implicações que podem resultar em caso de reincidência.

Art. 3° Esclarece-se que a reincidência em procedimentos semelhantes poderá ensejar em abertura de processo para eventual SUSPENSÃO DISCIPLINAR, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 4º Determina que seja feito o registro do assentamento funcional do servidor da sanção disciplinar administrativa aplicada ao infrator.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de fevereiro de 2015.

JULDESIO BORGES DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos

PORTARIA Nº 141, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Revoga a Portaria nº 098/2014."

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Revoga a Portaria nº 098/2014, que nomeia Chefe de Divisão de Limpeza das Quadras Poliesportiva e de Tênis da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 142, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de funcionário."

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração, desta Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Remover o Senhor ADRIANO PINTO DA SILVA, exercendo o cargo de Agente de Limpeza Pública, para prestar suas funções na Secretaria Municipal de Obras e Frotas, partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de fevereiro de 2015.

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 125, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 009/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Reforma de Ponte Sobre Rio Ariranha na UM-10, Reforma de Ponte Sobre Córrego Fundo na UM-10: Reforma de Ponte Sobre Córrego do Cervo na UM-10 KM 50 e Reforma de Ponte Sobre Rio Ariranha na UM-04	
vigência: 16/01/2015 a 21/09/2015	

Tomada de preços nº 041/2014	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 16/01/15
CONTRATADO: J.A. DE OLIVEIRA & CIA LTDA - ME	
Valor do Contrato: r$ 76.857,16	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor, ANDRE PANIAGO LEITAO, Matrícula nº 2389, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fiscal do Contrato nº 009/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal	**ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA** Secretário Municipal de Administração

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

PORTARIA N.º 126 DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 010/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: Consecução das ações previstas na ata de constituição e instalação, eleição e posse da diretoria, titulo I art. 3º do Protocolo de Intenções de Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental "Nascentes do Araguaia", retificados pela Lei Municipal nº 2278 de 08 de janeiro de 2008.	
Vigência: 21/01/2015 a 31/12/2015	

DISPENSADA	DATA DE HOMOLOGAÇÃO 21/01/2015
CONTRATADO: o consorcio intermunicipal de desenvolvimento econômico social e ambiental nascentes do araguaia.	
Valor do Contrato: R$ 49.000,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor LUIZ CARLOS DE SOUZA, Matrícula nº 2306, lotado no Gabinete do Prefeito, Fiscal do Contrato nº 010/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA N.º 148, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Autoriza abertura de Sindicância".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Ofício nº 057/2015/SMS e anexos, protocolado com o nº 421/2015, em 26/02/2015, pela Secretária Municipal de Saúde, Martha Silvia Zaiden Maia Brandão.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Sindicância para apurar as informações contidas no Memorando 18/2015 emitido pelo Hospital das Clínicas – Faculdade de Medicina de Botucatu – UNESP, denunciando o atendimento da menor Anabel Dobre Caballero Gomez, realizado pelo médico WILSON JOSÉ DE BARROS.

Art. 2º Designar a Comissão Processante para dar cumprimento ao processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação.

Art. 3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 149, DE 02 DE MARÇO DE 2015

"Prorroga o prazo das Portarias nº 472/2013, 745/2014, 001/2015, 686/2013, 283/2014, 715/2014, 833/2014".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Ofício 160/2014/CPP, expedido pela Presidente da Comissão Processante Permanente, Senhora Mara Rubia Berigo da Silva.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão dos Processos de Sindicância e Processos Administrativos instaurados através das Portarias nº 472/2013, 745/2014, 001/2015, 686/2013, 283/2014, 715/2014, 833/2014.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 152, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Exonera servidor da função de Responsabilidade Técnica".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor REGINALDO PINHEIRO, da Função de Responsabilidade Técnica, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 154, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“Nomeia Comissão Examinadora do Processo Seletivo – Programa Jovem Aprendiz”.

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Sr. Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Examinadora do Processo Seletivo - Programa “Jovem Aprendiz”, Edital n.º 001/2015, que será composta pelos seguintes membros:

Função	Nome	Cargo	Matrícula
Presidente	Maximilian José B. Gonsalez	Analista Administrativo	465
Secretária	Sandra Paniago B. de Oliveira	Secretário Mun. de Assistência e Desenvolvimento Social	416
Membro	James Barbosa de Lima	Agente Administrativo	559
Membro	Ivoneide Garcia Paes	Conselheira Tutelar	1772
Membro	Eustáquio Batista Sousa	Agente Administrativo	414

Parágrafo único. A Comissão Examinadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da Lei Municipal nº 2933/2012 e o respectivo Edital do Processo Seletivo – Programa “Jovem Aprendiz”.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-Se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 157, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

“Nomeia Diretor Administrativo”.

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. MARILIA MAIA RABELO, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor Administrativo, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º A Servidora nomeada no artigo anterior prestará suas funções no Gabinete do Prefeito, e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu Setor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

ERRATA Nº 002, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - MT, informa que na data da Portaria n° 051/2015,

ONDE SE LÊ:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2014.

LEIA-SE:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2015.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO Prefeito Municipal

ERRATA Nº 008, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - MT, informa que na data da Portaria n° 057/2015,

ONDE SE LÊ:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2014.

LEIA-SE:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2015.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 009, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - MT, informa que na data da Portaria n° 058/2015,

ONDE SE LÊ:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2014.

LEIA-SE:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2015.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 003, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - MT, informa que na data da Portaria n° 052/2015,

ONDE SE LÊ:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2014.

LEIA-SE:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2015.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 004, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - MT, informa que na data da Portaria n° 053/2015,

ONDE SE LÊ:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2014.

LEIA-SE:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2015.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 005, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - MT, informa que na data da Portaria n° 054/2015,

ONDE SE LÊ

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2014.

LEIA-SE:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2015.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 006, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - MT, informa que na data da Portaria n° 055/2015,

ONDE SE LÊ:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2014.

LEIA-SE:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2015.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ERRATA Nº 007, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

A Prefeitura Municipal de Alto Araguaia - MT, informa que na data da Portaria n° 056/2015,

ONDE SE LÊ:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2014.

LEIA-SE:

Alto Araguaia, 26 de janeiro de 2015.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 130, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 014/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Elaboração de sondagens nas áreas de implantação das quadras do loteamento Parque do Cerrado, Distrito do Buriti e UBS's do Centro e Setor Nossa Senhora Aparecida.	
vigência: 26/01/2015 a 26/04/2015	

tomada de preço 042/2014	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 26/01/2015
CONTRATADO: HECOSERVICE CONSTRUÇÕES E SANEMANETO LTDA.	
Valor do Contrato: r$ 27.708,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora, JEANE DE OLIVEIRA BORGES, Matrícula nº 411, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Fiscal do Contrato nº 014/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 099, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Nomeia Chefe de Divisão de Limpeza do Parque Municipal e do Mini Estádio da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor FABIO APARECIDO PEREIRA SILVA, para exercer a Função de Chefe de Divisão de Limpeza do Parque Municipal e do Mini Estádio da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A Servidora nomeada no Art. 1° ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de suas funções.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 12 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 098, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Nomeia Chefe de Divisão de Limpeza das Quadras Poliesportiva e de Tênis da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor OLIVEIRA JOSÉ BARBOSA DE SOUZA, para exercer a Função de Chefe de Divisão de Limpeza das Quadras Poliesportiva e de Tênis da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, a partir de 12 de fevereiro de 2015.

Art. 2º A Servidora nomeada no Art. 1° ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de suas funções.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 12 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
OBRAS - CONTRATO 150/2014

Primeiro termo aditivo ao contrato: 150/2014

Contratada: Apice Construções Eireli ME

Objeto: Construção de uma Quadra Poliesportiva e Uma Escola com 06 (seis) Salas.

Prazo: Fica o presente prorrogado seu prazo de vigência em 270 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 19/12/15 e execução dos serviços dos lotes 01 e 02 em 180 dias a partir de seu vencimento extinguindo-se em 20/09/15 prorrogável nos termos da lei 8.666/93.

Data: 03/03/2015

Alto Araguaia 03/03/2015

RENATA FERMINO DE OLIVEIRA

Setor de Licitações

PORTARIA Nº 108, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Cancela a função de Chefe de Departamento I"

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar do servidor ANTONIO BARCELOS CESARIO, a Função de Chefe de Departamento I, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 20 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 20 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2015

O Sr. JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com os Resultados Finais dos Concursos Públicos, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia-MT, situada à Rua Silvio José de Castro Maia, 1034, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para posse no cargo pleiteado no prazo máximo de 30 (trinta) dias sob pena de ser considerados como desistentes, podendo a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo rigorosamente a ordem de classificação.

CONCURSO PÚBLICO 002/2014

PROFESSOR L. PORTUGUESA E L. INGLESA – COMUNIDADE DO PARAÍSO – ESCOLA PATROCINIO JOAQUIM DIAS (Z. RURAL)

Classif.	Inscrição	NOME
03	20187	RICARDO DA SILVA SANTOS

Alto Araguaia – MT, 03 de Março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

DOCUMENTOS PARA POSSE

Atestado de sanidade física e mental emitido pelo Médico do Trabalho da junta Médica Oficial do Município;

R.G. (fotocópia);

C.P.F. (fotocópia);

Documento comprobatório de Escolaridade exigido para o cargo – (Diploma ou histórico escolar com certidão de conclusão do curso) (fotocópia);

Documento comprobatório de Registro no respectivo Conselho de Classe, se for o caso (fotocópia);

Certificado de reservista ou dispensa de incorporação do Serviço Militar (para o sexo masculino) (fotocópia);

Título de eleitor (fotocópia);

Certidão eleitoral;

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, emitida pelo Fórum da Comarca de domicílio do candidato;

Declaração de não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis previstos na Constituição da República;

Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes;

Declaração de que não foi demitido por justa causa ou em decorrência de processo administrativo ou criminal

Comprovante de residência e telefone para contato (fotocópia);

Certidão de Nascimento ou Casamento com CPF do cônjuge, se for o caso (fotocópia);

Certidão de Nascimento e Atestado de Freqüência Escolar dos filhos menores de 14 anos, se for o caso (fotocópia);

Cartão de Vacina dos filhos menores de 7 anos, se for o caso (fotocópia);

01 foto 3x4;

Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (fotocópia);

Carteira de Trabalho (fotocópia);

Número de conta corrente para recebimento do Salário.

OBS.: NENHUM CANDIDATO SERÁ EMPOSSADO COM A DOCUMENTAÇÃO INCOMPLETA

PORTARIA N.º 131, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 015/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
Objeto: Aquisição de 485.000 litros de óleo diesel S-10	
Vigência: 28/01/2015 a 31/12/2015	

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015	DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 22/01/2015
CONTRATADO: AUTO POSTO N° 1 LTDA-ME	
Valor do Contrato: r$ 1.440.450,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora FLAVIANNE NAVES SOUZA, Matrícula nº 439, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Frota, Fiscal do Contrato nº 015/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

ADM/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REABERTURA E ALTERAÇÃO DO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL 003/2015

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2015

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: menor preço global

Objeto: Prestação de Serviço de Manutenção de rede de dados, manutenção preventiva, conserto de micros computadores, notebooks, impressoras e demais implementos**.**

A CÂMARA MUNICIPAL de Alto Araguaia, com sede na Rua João Segundo, 591 (Anexo ao Banco do Brasil), Alto Araguaia-MT, CEP: 78780-000, considerando o pedido de impugnação feito pela empresa LIMA & CARVALHO LTDA-ME, PARCIALMENTE DEFERIDO, vem através de sua pregoeira torna público para quem possa interessar que prorrogará a data de abertura da sessão pública de lances e entrega dos envelopes de documentação de habilitação do Pregão 003/2015, marcada inicialmente para o dia 04/03/2015, às 13h00min (horário MT), para o dia 17/03/2015, às 13h00min (horário MT).

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (66) 3481 – 2664/3481 - 1148.

Alto Araguaia - MT, 03 de fevereiro de 2015.

Lucidária Paes F. Nunes

Pregoeira

PORTARIA N.º 132, DE FEVEREIRO DE 2015.

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 016/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Contratação de shows artísticos com a dupla César Menotti e Fabiano, para o dia 05/09/2015	
Vigência: 03/01/2015 a 08/09/2015	

Inexigibilidade de licitação 004/2015	data da homologação: 03/01/2015
CONTRATADO: silva & silva promoções artísticas ltda-me	
Valor do Contrato: r$ 160.000,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Senhor MACIEL AURELIO PERUCHI, Matrícula nº 176, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, Fiscal do Contrato nº 016/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor Max Fabio Santos Da Silva, Matrícula nº 355, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA N.º 127, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 011/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Serviços de assistência médico-hospitalar em regime de urgência/emergência e ambulatorial	
Vigência: 22/01/2015 a 31/12/2015	

Inexig. 014/14 e proc. cred. 07/14	data da homologação: 22/01/2015
CONTRATADO: Luciano paniago vilela & cia – hospital nossa senhora de fátima	
Valor do Contrato: R$ 600.000,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora SUZANA PANIAGO MENDES, Matrícula nº 2330, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Fiscal do Contrato nº 011/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor CILMAR PERISSINOTTO, Matrícula nº 2328, lotado na Secretaria Municipal de Saúde,

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 105, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Nomeia os membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Lei Municipal n.º 3.565/2015 de 23 de janeiro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os membros para comporem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial, instituído pela Lei Municipal n.º 3.565/2015 de 23 de janeiro de 2015, para analisar os requerimentos de concessão de Direito Real de Uso de terras para o incentivo ao desenvolvimento industrial do Distrito Industrial de Alto Araguaia.

Art. 2º O Conselho será composto pelos seguintes membros e será presidido pelo representante titular da Secretaria Municipal de Obras e Frotas:

Representantes da Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços.

Dimas Gomes Neto - Titular

Representantes da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Vitor Gomes Maziero - Titular

Representantes da Secretaria de Obras e Frotas.

Aureo Sierra da Silva - Titular

Jeane Oliveira Borges - suplente

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alto Araguaia.

Marleida Vieira de Freitas - Titular

Dayane Almeida Borges de Oliveira - Suplente

Representante do Rotary Clube.

Gilberto Campos Linhares - Titular

Darci José da Silva - Suplente

Representante da OAB.

Vitor Musa Gonçalves - Titular

Rafael Waldschimidt Maia - Suplente

Representante Da Loja Maçônica.

Roberto Carlos Paes Resende - Titular

Joaquim Severino da Silva - Suplente

Representante da Câmara Municipal de Alto Araguaia.

Gilcimar Aparecido Morais Siqueira - Titular

Lucidaria Paes Ferreira Nunes - Suplente

Art. 3º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Industrial agirá com total independência, sem dolo e nem malícia, objetivando a imparcialidade da justiça.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 19 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 159, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Nomeia Coordenador Técnico III".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. LUCIANA ZAIDEN DE BARROS, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenador Técnico III, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º A Servidora nomeada no artigo anterior prestará suas funções na Secretaria Municipal de Administração, e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu Setor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 128, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

ATO DE DESIGNAÇÃO - FISCAL DE CONTRATOS

Contrato nº 012/2015	Unidade Gestora: Prefeitura Municipal
OBJETO: Serviços de assistência médico-hospitalar em regime de urgência/emergência e ambulatorial	
Vigência: 22/01/2015 a 31/12/2015	

Inexig. 014/14 e proc. cred. 07/14	data da homologação: 22/01/2015
CONTRATADO: Luciano paniago vilela & cia – hospital nossa senhora de fátima	
Valor do Contrato: r$ 400.000,00	

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora SUZANA PANIAGO MENDES, Matrícula nº 2330, lotada na Secretaria Municipal de Saúde. Fiscal do Contrato nº 012/2015, que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Norma Interna nº 052/2013, devendo ainda:

Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;

Art. 2º Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Senhor CILMAR PERISSINOTTO, Matrícula nº 2328, lotado na Secretaria Municipal de Saúde,

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

CIENTE:

_____

Fiscal de Contrato

_____

Suplente

PORTARIA Nº 104, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão horizontal de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 50/2015, de 12/01/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal ao servidor VALDIR COURA RODRIGUES, Agente de Saneamento, para a CLASSE III - GRAU A, a partir de 12/01/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 12/01/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 19 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

WILLIAM SANTOS ARAUJO

Assessor Jurídico

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

ADM/ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 022/2015

"Dispõe sobre Concessão de Férias a Servidor e dá outras providências"

O Senhor VANDERALQUES DE CASTRO, Presidente da câmara Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno e, em especial a Lei nº. 2. 545/2009, de 13 de julho de 2009.

Artigo - 1º - Fica Concedido ao servidor Rodrigo Manzale de Macedo, portador do RG nº. 34.870.993-6 SP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 225.511. 888-22, vinte dias de férias regulamentares e conversão de 1/3 (um terço) em abono pecuniário, referente ao período de 09/01/2014 a 08/01/2015, a partir do dia 02 de Março de 2015 e retorno dia 22 de Março de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alto Araguaia-MT, 27 de Fevereiro de 2015

VANDERALQUES DE CASTRO

Presidente

PORTARIA N.º 117, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Autoriza abertura de Sindicância".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Ofício nº 001/2015/SMS, protocolado com o nº 342/2015, em 19/02/2015, pela Enfermeira e Coordenadora do PSF Vanessa Welter, Sr.ª Débora Virgínia Borges de Vilhena.

Considerando o Boletim de Ocorrência n° 2015.47737.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Sindicância para apurar responsabilidade quanto ao furto de um monitor do computador localizado no PSF Vanessa Welter, utilizado pela servidora Débora Virgínia Borges de Vilhena.

Art. 2º Designar a Comissão Processante para dar cumprimento ao processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação.

Art. 3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 118, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Exonera servidor, a pedido, do cargo de Agente de Limpeza Pública."

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Requerimento protocolado com o nº 354/2015, em 23/02/ 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, do quadro de funcionários efetivos da Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, o Senhor VANDEVALDO BUENO DE MORAIS, exercendo o cargo de Agente de Limpeza Pública, a partir de 23 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 23 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 160, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"Nomeia Assessor Executivo de Comunicação".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. MARCOS CARDIAL DE SOUZA, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Executivo de Comunicação, a partir de 03 de março de 2015.

Art. 2º A Servidora nomeada no artigo anterior prestará suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu Setor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N° 161, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre Demissão de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a Decisão definitiva exarada nos Autos do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através da Portaria n° 187/2013.

Resolve:

Art. 1º Demitir o servidor SILVIO SANTOS FERREIRA GODINHO, Agente de Limpeza Pública, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, a partir de 03 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 162, DE 03 DE MARÇO DE 2015

"Prorroga o prazo da Portaria nº 063/2015".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Ofício 001/2015, expedido pelo Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, Senhor Jedinaldo Macena de Meneses.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado através da Portaria 063/2015, em face do servidor JOSÉ DA CRUZ.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 03 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 155, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Nomeia Assessor Executivo de Saúde".

O Senhor JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. SUZANA PANIAGO MENDES, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Executivo de Saúde, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º A Servidora nomeada no artigo anterior prestará suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, e ficará responsável, na forma da Lei, por todas as ações, atos e obrigações de seu Setor.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 137, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre progressão horizontal de servidor".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Processo nº 336/2015, de 19/02/2015.

Considerando finalmente o artigo 42 da Lei Municipal nº 2742/2010, de 23 de dezembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão horizontal ao servidor JERONIMO DOS REIS MEDRADE, Agente de Limpeza Pública, para a CLASSE II - GRAU A, a partir de 19/02/2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 19/02/2015.

Art. 3º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de fevereiro de 2015.

JERONIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

WILLIAM SANTOS ARAUJO

Assessor Jurídico

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 150, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Exonera Chefe de Divisão de Manutenção de Veículos e Máquinas".

O Senhor Jerônimo Samita Maia Neto, Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor BOLIVAR DEMELAS, da Função de Chefe de Divisão de Manutenção de Veículos e Máquinas, da Secretaria Municipal de Obras e Frota, a partir de 02 de março de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 02 de março de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSE DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 147, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre remoção de funcionário".

O Senhor Romildo José de Oliveira, Secretário Municipal de Administração do Município de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,...

RESOLVE:

Art. 1º Remover o servidor CLAUDIONOR GOMES REZENDE, Agente de Limpeza Pública, lotado na Secretaria Municipal de Administração, para prestar suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde, no Hospital Municipal, a partir de 27 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 27 de fevereiro de 2015.

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 143, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

"Autoriza abertura de Sindicância".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Ofício nº 002/2015, do Setor de Patrimônio assinado pelo servidor Augustinho Justino de Souza, para apurar responsabilidade de multa de transito.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Processo de Sindicância para apurar responsabilidade com relação à multa de transito aplicada ao veículo VOLVO/VM 260 6X2R, placa NPC 0751, no valor de R$ 319,23 (trezentos e dezenove reais e vinte e três centavos), por motivo de conduzir veículo com equipamento obrigatória desacordado – CONTRAN, e sem registro ou sem estar licenciado em São Pedro da Cida - MT, no dia 14/03/2013.

Art. 2º Designar a Comissão Processante para dar cumprimento ao processo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da instalação.

Art. 3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Alto Araguaia, 25 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 140, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre interrupção de férias por motivo de interesse público".

O Prefeito Municipal de Alto Araguaia, Estado de Mato Grosso, Jerônimo Samita Maia Neto, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a solicitação do Secretário de Administração;

Considerando finalmente o Artigo 69 da Lei Municipal n.º 1.079/97 de 05 de Novembro de 1997.

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a partir de 23 de fevereiro de 2015, as férias concedidas através da Portaria nº 060/2015 ao servidor ALCIDES BATISTA FILHO, Secretário Executivo, conforme disposto no Artigo 69 da Lei Municipal n.º 1.079/97 de 05 de Novembro de 1997.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Alto Araguaia, 24 de fevereiro de 2015.

JERÔNIMO SAMITA MAIA NETO

Prefeito Municipal

ROMILDO JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015

Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, torna público aos interessados que a Inexigibilidade realizada no dia 10/02/2015,consagrou vencedora a empresa: GILMAR MOURA DE SOUZA ME, com o valor de R$100.000,00(Cem mil reais).Alto Garças - MT, 10 defevereiro de 2015.Marciana Vila Alves-Presidente da CPL.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVÊNIO Nº 005/2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS E O CENTRO JUVENIL PADRE AGOSTINI (CEJUPA)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Dom Aquino nº 346, bairro Centro, inscrita no CNPJ/MT sob o nº 03.133.097/0001-07, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Srº **CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR,** brasileiro, casado, portador do RG nº1121617-4 SJ/MT e CPF nº 109.735.081-91, residente e domiciliado à Rua Leônidas de Matos, nº 320, Bairro Centro, cidade de Alto Garças/MT, denominada de **CONVENENTE**,

e

CENTRO JUVENIL PADRE AGOSTINI – (CEJUPA), portador do CGC/MF 02.327.266/0001-79, entidade filantrópica, devidamente inscrita e registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº. 141 em 09 de outubro de 1998, com sede em Alto Garças – MT , doravante denominado **CONVENIADO**

celebram o presente CONVÊNIO, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CONVENIADO prestará a CONVENENTE, serviços de atendimento integral às crianças e adolescentes com vulnerabilidade e risco social, com diversas atividades de trabalhos manuais, como bordados em geral, pintura em tecido, crochê, além das oficinas de formação moral, capoeira, teatro, música e informática, visando, dessa forma, a inclusão social, o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, cristã e moral da clientela carente do município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES A CONVENIADA compromete-se a prestar serviços de atendimento integral às crianças e adolescentes com vulnerabilidade e risco social, com diversas atividades de trabalhos manuais, como bordados em geral, pintura em tecido, crochê, além das oficinas de formação moral, capoeira, teatro, música e informática, visando, dessa forma, a inclusão social, o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, cristã e moral da clientela carente do município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS/PRAZO

A CONVENIADA executará os serviços pertinentes a este instrumento a Prefeitura, de acordo com a cláusula primeira no período de 15 de fevereiro a 15 de Dezembro de 2015, totalizando dez meses.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

A CONVENIADA receberá da CONVENENTE, pelos serviços prestados, a título de cooperação financeira, a importância de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), sendo dez (10) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$ 13.500,00 a serem repassadas até o dia 10 do mês subsequente ou conforme disponibilidade financeira municipal, e mediante regularidade fiscal da conveniada.

Parágrafo Único – A CONVENIADA se obriga a receber e administrar os recursos repassados pela Prefeitura, de forma a propiciar o desenvolvimento das atividades pactuadas, de acordo com a Cláusula Primeira, prestando contas de sua aplicação através de relatório a cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Convênio ficarão subordinadas a seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 08: Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade – 02: Fundo Municipal de Assistência Social

Proj. Ativ. - 2.073: Manutenção do Centro Juvenil Padre Agostini – CEJUPA.

Dotação - 487: Subvenções Sociais

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS

As despesas relativas aos encargos sociais devidos, decorrentes do presente, serão de responsabilidade da CONVENIADA.

CLÁUSULA SETIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de contas deverá ser apresentada à concedente parcialmente (mensalmente) ou de forma total até a data de enceramento do convênio. Deverão ser listadas as ações realizadas pela entidade conveniada em conformidade com o objeto contratado, observando-se as normativas municipais.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO A fiscalização poderá ocorrer em qualquer tempo pelos setores competentes desta administração pública. CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

O descumprimento de qualquer cláusula ou condições estabelecidas no presente Convênio será motivo de rescisão independente de qualquer notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças – MT , para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Convênio, renunciando as partes a qualquer outro privilegiado que seja.

E por estarem justos e conveniados, assinam o termo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Alto Garças - MT, 12 de Fevereiro de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR

Prefeito Municipal - CONVENENTE

CEJUPA – CENTRO PADRE JUVENIL

CONVENIADA

_____

Assessoria Jurídica

Testemunhas:

1 - _____2 - _____

Nome:Nome:

CPF:CPF:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2015

Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ,ATUANDO NA DEFESA DOS INTERESSES DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS MT, **conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência.**
Favorecida	GILMAR MOURA DE SOUZA ME
Prazo de execução	10 (dez) meses
Valor global	R$ 100.000,00 (cem mil reais)
Fundamento Legal	Artigo 25, caput da Lei nº 8.666/93
Justificativa	Anexa aos autos do Processo Administrativo N. 007/ 2015 de Inexigibilidade nº 002/2015.

Ratificamos a Inexigibilidade de Licitação nº 002/2015 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico no Processo Licitatório nº 007/2015, nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.Alto Garças – MT, em 10 de fevereiro de 2015.CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR-Prefeito Municipa.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 053 DE 02 DE MARÇO DE 2015.

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA A SERVIDORA MARLEIDE OLIVEIRA GALVÃO.

O **Prefeito Municipal de Alto Garças**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município

Considerando o Memorando 114/2015 da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando o artigo 187 e seguintes, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Alto Garças, a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e demais regulamentações;

Considerando a Portaria n° 009/2015 que nomeia os membros da Comissão Permanente De Processo Administrativo Disciplinar do município de Alto Garças - MT e dá outras providências.

R E S O L V E:

Art. 1º: INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apuração de responsabilidade da servidora Marleide Oliveira Galvão por infração cometida no exercício de suas atribuições e do cargo investido.

Art. 2º: A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar deverá proceder à instauração do procedimento com finalidade de apurar os fatos relatados de possíveis desvios de conduta praticados pela servidora.

Art. 3º: Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer declarações, depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º: A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade.

Art. 5: Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 02 de março de 2015.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças - MT

CONTABILIDADE
ANEXO BALANÇO PREFEITURA ALTO GARÇAS 2014

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
RECEITAS CORRENTES	29.003.842,78	DESPESAS CORRENTES	22.046.226,11
RECEITA TRIBUTARIA	2.607.760,74	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	12.593.878,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	489.706,52	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.452.347,93
RECEITA PATRIMONIAL	294.021,82		
RECEITA DE SERVIÇOS	1.009.255,55		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.796.280,44		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	806.817,71		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.490.620,96		
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENT	-3.490.620,96		
		SUPERAVIT	3.466.995,71
TOTAL	25.513.221,82	TOTAL	25.513.221,82
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	3.466.995,71		
RECEITAS DE CAPITAL	361.816,43	DESPESAS DE CAPITAL	2.643.089,15
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	361.816,43	INVESTIMENTOS	1.588.950,54
		AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	1.054.138,61
		SUPERAVIT	1.185.722,99
TOTAL	25.875.038,25	TOTAL	25.875.038,25

Resumo

RECEITAS CORRENTES	25.513.221,82	DESPESAS CORRENTES	22.046.226,11
RECEITAS DE CAPITAL	361.816,43	DESPESAS DE CAPITAL	2.643.089,15
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	327.545,14	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.131.483,00
		SUPERAVIT	381.785,13
TOTAL	26.202.583,39	TOTAL	26.202.583,39

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				722.531,32
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			642.960,96	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		642.960,96		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	534.326,50			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	511.674,04			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	22.652,46			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	108.634,46			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	108.634,46			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			79.570,36	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		79.570,36		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	57.794,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	45.394,00			
3.3.90.14.02.00.00.00	Diárias - No País (Fora Do Estado)	12.400,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	2.200,00			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	2.200,00			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.634,78			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	5.634,78			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	13.941,58			
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços De Processamento De Dados	3.217,50			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	10.724,08			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				50.616,25
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			50.616,25	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		50.616,25		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição De Imóveis	50.616,25			
4.4.90.61.03.00.00.00	Terrenos	50.616,25			
				Total da Unidade:	773.147,57
				Total do Órgão:	773.147,57

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				1.465.991,96
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			710.844,51	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		710.844,51		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	2.591,76			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	2.591,76			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	571.242,15			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	529.474,27			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	40.891,20			
3.1.90.11.99.00.00.00	Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil	876,68			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	113.425,54			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	113.425,54			
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	5.636,10			
3.1.90.92.13.00.00.00	Obrigações Patronais	5.636,10			
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	17.948,96			
3.1.90.94.01.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	17.948,96			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			755.147,45	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		755.147,45		
3.3.90.03.00.00.00.00	Pensões (Rpps)	13.756,08			
3.3.90.03.99.00.00.00	Outras Pensões	13.756,08			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	14.694,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	14.694,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	124.586,25			
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	168,00			
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros De Alimentação	3.532,25			
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	80.441,66			
3.3.90.30.17.00.00.00	Material De Processamento De Dados	6.537,60			
3.3.90.30.20.00.00.00	Material De Cama, Mesa E Banho	72,00			
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	1.461,30			
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	3.773,20			
3.3.90.30.24.00.00.00	Material Para Manutenção De Bens Imóveis	1.014,15			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	140,20			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	203,70			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	27.242,19			
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	15.972,79			
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas Com Locomoção	15.972,79			
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	78.500,00			
3.3.90.35.01.00.00.00	Consultoria Técnica	56.000,00			
3.3.90.35.02.00.00.00	Consultoria Jurídica	22.500,00			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	58.900,72			
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	10.000,00			
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação De Imóveis	26.500,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	22.400,72			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	421.009,10			
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação De Softwares	4.455,00			
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação De Máquinas E Equipamentos	300,00			
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament	1.100,00			
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	15.889,80			
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços De Água E Esgoto	45,00			
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços De Audio,Vídeo E Foto	2.000,00			
3.3.90.39.70.00.00.00	Confecção De Uniformes, Bandeiras E Flâmulas	7.880,00			
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	11.860,00			
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços De Cópias E Reprodução De Documentos	5.909,90			
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços De Publicidade E Propaganda	52.539,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	319.030,40			
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,04			
3.3.90.91.03.00.00.00	Decisoes Judiciais	0,04			
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	26.045,55			
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	631,96			

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.3.90.92.99.00.00.00	Outras Despesas De Exercícios Anteriores	25.413,59			
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	1.682,92			
3.3.90.93.03.00.00.00	Restituições De Saldos De Convênios	1.682,92			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				43.839,66
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			43.839,66	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		43.839,66		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	43.839,66			
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentospara Áudio, Vídeo E Foto	2.145,00			
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos De Processamento De Dados	1.311,50			
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Materiais Permanentes	40.383,16			
				Total da Unidade:	1.509.831,62
				Total do Órgão:	1.509.831,62

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINAN., PLANEJ. E UNIDADES

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				1.464.074,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			475.789,50	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		475.789,50		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	66,58			
3.1.90.09.99.00.00.00	Outros - Salários-Família	66,58			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	394.568,91			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	364.808,64			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	29.760,27			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	81.154,01			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	81.154,01			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			988.284,50	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		988.284,50		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	26.582,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	26.342,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	26.177,96			
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros De Alimentação	428,45			
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	44,80			
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	24.888,36			
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	58,95			
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	307,90			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	15,45			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	36,40			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	397,65			
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	16.050,00			
3.3.90.35.01.00.00.00	Consultoria Técnica	8.550,00			
3.3.90.35.99.00.00.00	Outros Serviços De Consultoria	7.500,00			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	21.600,00			
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação De Imóveis	7.200,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	14.400,00			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	647.094,42			
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação De Softwares	70.840,00			
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament	710,00			
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	220,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	575.324,42			
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias E Contributivas	250.780,12			
3.3.90.47.01.00.00.00	Pasep	250.780,12			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				1.080.213,61
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			26.075,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		26.075,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	26.075,00			
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos De Processamento De Dados	7.604,00			
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Materiais Permanentes	18.471,00			
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA			1.054.138,61	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta		1.054.138,61		
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal Da Dívida Contratual Resgatado	1.054.138,61			
				Total da Unidade:	2.544.287,61
				Total do Órgão:	2.544.287,61

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUN. DE INFRAE ESTRUTURA E OBRAS

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				3.263.149,30
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			1.211.347,72	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.211.347,72		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	88.347,13			
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	415,11			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	415,11			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	932.248,95			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	866.869,11			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	65.379,84			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	190.336,53			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	190.336,53			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.051.801,58	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências A Consórcios Públicos		72.000,00		
3.3.71.41.00.00.00.00	Contribuições	72.000,00			
3.3.71.41.01.00.00.00	Consórcios Públicos	72.000,00			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.979.801,58		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	4.592,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	2.942,00			
3.3.90.14.02.00.00.00	Diárias - No País (Fora Do Estado)	1.650,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	984.666,50			
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis E Lubrificantes Automotivos	264.898,12			
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	581,00			
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros De Alimentação	8.554,95			
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	31.780,00			
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	8.751,67			
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	675,62			
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	734,18			
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos E Aviamentos	480,00			
3.3.90.30.24.00.00.00	Material Para Manutenção De Bens Imóveis	86.534,58			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	41.877,10			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	3.850,00			
3.3.90.30.39.00.00.00	Material Para Manutenção De Veículos	10.936,00			
3.3.90.30.54.00.00.00	Material P/Manut.Conserv.De Estradas E Vias	169.954,20			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	355.059,08			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	990.543,08			
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	372.926,90			
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação De Softwares	37.300,00			
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação De Máquinas E Equipamentos	14.600,00			
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutençãoe Conservaçãode Veículos	5.333,10			
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutençãoe Conservaçãode Estradas E Vias	38.038,00			
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	2.968,66			
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci	11.200,00			
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	22.590,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	485.586,42			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				13.560,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			13.560,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		13.560,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	13.560,00			
4.4.90.52.28.00.00.00	Maquinas E Equipamentos De Natureza Industrial	9.500,00			
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos De Processamento De Dados	3.350,00			
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Materiais Permanentes	710,00			
				Total da Unidade:	3.276.709,30

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				895.477,24
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			74.685,07	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		74.685,07		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	33.861,91			
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	149,60			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	1,64			
3.1.90.09.99.00.00.00	Outros - Salários-Família	147,96			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.479,06			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	9.479,06			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	31.194,50			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	31.194,50			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			820.792,17	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		820.792,17		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	91.843,75			
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	26.800,00			
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos E Aviamentos	2.080,40			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	25.213,50			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	1.354,65			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	36.395,20			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	114.520,28			
3.3.90.36.35.00.00.00	Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci	98.880,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	15.640,28			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	614.428,14			
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	10.000,00			
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutençãoe Conservaçãode Estradas E Vias	11.000,00			
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	109.998,95			
3.3.90.39.74.00.00.00	Fretes E Transportes De Encomendas	7.910,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	475.519,19			

Total da Unidade: 895.477,24

Total do Órgão: 4.172.186,54

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - GERENCIA DA EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				2.615.917,96
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			1.345.927,49	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.345.927,49		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	84.534,23			
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	5.950,47			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	4.631,97			
3.1.90.09.99.00.00.00	Outros - Salários-Família	1.318,50			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.042.316,44			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	952.662,20			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	87.116,29			
3.1.90.11.99.00.00.00	Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil	2.537,95			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	213.126,35			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	209.246,39			
3.1.90.13.99.00.00.00	Outras Obrigacoes Patronais	3.879,96			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.269.990,47	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.269.990,47		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	46.658,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	41.698,00			
3.3.90.14.02.00.00.00	Diárias - No País (Fora Do Estado)	4.960,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	890.077,20			
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis E Lubrificantes Automotivos	265.561,60			
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	14.066,50			
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros De Alimentação	188.537,28			
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	1.191,74			
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo E Esportivo	86.748,60			
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	109,08			
3.3.90.30.17.00.00.00	Material De Processamento De Dados	362,00			
3.3.90.30.19.00.00.00	Material De Acondicionamento E Embalagem	2.571,00			
3.3.90.30.20.00.00.00	Material De Cama, Mesa E Banho	7.005,14			
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	4.608,19			
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	27.167,12			
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos E Aviamentos	1.262,80			
3.3.90.30.24.00.00.00	Material Para Manutenção De Bens Imóveis	9.153,00			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	557,80			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	570,20			
3.3.90.30.39.00.00.00	Material Para Manutenção De Veículos	41.983,00			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	238.622,15			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.439,30			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	1.439,30			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	331.815,97			
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	30.000,00			
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação De Softwares	16.598,16			
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção E Conservação De Bens Imóveis	18.953,75			
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament	820,00			
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutençãoe Conservaçãode Veículos	5.300,00			
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	53.640,58			
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços De Água E Esgoto	22.385,09			
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	220,00			
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços De Publicidade E Propaganda	637,50			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	183.260,89			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				1.274.560,76
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.274.560,76	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.274.560,76		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	787.162,92			
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras E Instalacoes	787.162,92			
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	487.397,84			
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos E Utensílios Domésticos	9.303,36			

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 8

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - GERENCIA DA EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
4.4.90.52.28.00.00.00	Maquinas E Equipamentos De Natureza Industrial	30.000,00			
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos De Processamento De Dados	4.355,00			
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário Em Geral	2.106,08			
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	326.000,00			
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Materiais Permanentes	115.633,40			

Total da Unidade: 3.890.478,72

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 9

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				200.200,96
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			200.200,96	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		200.200,96		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	161.633,15			
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo E Esportivo	34.800,00			
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	26.737,31			
3.3.90.30.19.00.00.00	Material De Acondicionamento E Embalagem	974,20			
3.3.90.30.20.00.00.00	Material De Cama, Mesa E Banho	388,80			
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	4.375,15			
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	14.660,10			
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos E Aviamentos	63,00			
3.3.90.30.24.00.00.00	Material Para Manutenção De Bens Imóveis	56.204,25			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	411,82			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	543,70			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	22.474,82			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	38.567,81			
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção E Conservação De Bens Imóveis	26.079,45			
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament	5.560,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	6.928,36			

Total da Unidade: 200.200,96

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 03 - FUNDEB

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				2.889.905,99
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			2.889.905,99	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.889.905,99		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	444.898,60			
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	11.058,92			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	4.147,12			
3.1.90.09.99.00.00.00	Outros - Salários-Família	6.911,80			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.965.661,27			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	1.866.889,42			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	90.624,04			
3.1.90.11.99.00.00.00	Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil	8.147,81			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	468.287,20			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	468.287,20			

Total da Unidade: 2.889.905,99

Total do Órgão: 6.980.585,67

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				6.448.967,46
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			4.093.215,71	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		4.093.215,71		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	469.826,91			
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	3.731,06			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	2.721,64			
3.1.90.09.99.00.00.00	Outros - Salários-Família	1.009,42			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.943.732,98			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	2.739.807,79			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	203.925,19			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	675.924,76			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	674.872,42			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.355.751,75	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências A Consórcios Públicos		209.452,80		
3.3.71.41.00.00.00.00	Contribuições	209.452,80			
3.3.71.41.01.00.00.00	Consórcios Públicos	209.452,80			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.146.298,95		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	20.702,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	16.370,00			
3.3.90.14.02.00.00.00	Diárias - No País (Fora Do Estado)	4.332,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	946.940,39			
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis E Lubrificantes Automotivos	186.369,95			
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	10.568,00			
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros De Alimentação	22.255,46			
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	320.482,79			
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	31.086,44			
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	18.849,33			
3.3.90.30.19.00.00.00	Material De Acondicionamento E Embalagem	429,50			
3.3.90.30.20.00.00.00	Material De Cama, Mesa E Banho	10.997,56			
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	6.878,78			
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	28.016,32			
3.3.90.30.24.00.00.00	Material Para Manutenção De Bens Imóveis	565,04			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	1.091,72			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	798,00			
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	11.156,40			
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	72.243,03			
3.3.90.30.39.00.00.00	Material Para Manutenção De Veículos	20.296,77			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	204.855,30			
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	22.071,78			
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas Com Locomoção	22.071,78			
3.3.90.34.00.00.00.00	Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teiceirização	65.600,00			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	48.060,09			
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação De Imóveis	7.440,00			
3.3.90.36.30.00.00.00	Serviços Médicos E Odontológicos	4.300,00			
3.3.90.36.36.00.00.00	Serviço De Conservação E Rebeneficiamento De Merca	2.100,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	34.220,09			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.019.124,69			
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação De Softwares	17.370,00			
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament	6.460,00			
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutençãoe Conservaçãode Veículos	12.115,30			
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	17.274,90			
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços De Água E Esgoto	1.002,55			
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico E Laborato	298.934,40			
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci	3.000,00			
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços De Publicidade E Propaganda	1.275,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	661.692,54			
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	23.800,00			
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	23.800,00			

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				146.010,41
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			146.010,41	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		146.010,41		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	69.585,81			
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras E Instalacoes	69.585,81			
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	76.424,60			
4.4.90.52.04.00.00.00	Aparelhos De Medicação E Orientação	7.946,20			
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos E Utensílios Domésticos	7.475,00			
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos De Processamento De Dados	27.739,50			
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário Em Geral	8.411,00			
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Materiais Permanentes	24.852,90			

Total da Unidade: 6.594.977,87

Total do Órgão: 6.594.977,87

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UNIDADES

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				290.962,44
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			240.407,04	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		240.407,04		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	295,92			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	295,92			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.066,04			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	185.274,13			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	14.791,91			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	40.045,08			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	40.045,08			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			50.555,40	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências A Instituições Privadas Sem Fins Lu		36.000,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	36.000,00			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		14.555,40		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	13.754,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	13.754,00			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	801,40			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	801,40			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				7.458,20
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			7.458,20	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		7.458,20		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	7.458,20			
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Materiais Permanentes	7.458,20			
				Total da Unidade:	298.420,64

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				858.438,60
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			394.995,62	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		394.995,62		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	2.006,50			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	1.513,30			
3.1.90.09.99.00.00.00	Outros - Salários-Família	493,20			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	326.756,61			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	302.053,10			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	24.323,62			
3.1.90.11.99.00.00.00	Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil	379,89			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	66.232,51			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	66.232,51			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			463.442,98	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências A Instituições Privadas Sem Fins Lu		121.500,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	121.500,00			
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		341.942,98		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	16.392,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	14.952,00			
3.3.90.14.02.00.00.00	Diárias - No País (Fora Do Estado)	1.440,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	150.920,77			
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis E Lubrificantes Automotivos	8.461,99			
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	2.885,00			
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros De Alimentação	39.926,92			
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo E Esportivo	7.900,00			
3.3.90.30.15.00.00.00	Material Para Festividades E Homenagens	4.800,00			
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	24.936,19			
3.3.90.30.17.00.00.00	Material De Processamento De Dados	3.484,60			
3.3.90.30.20.00.00.00	Material De Cama, Mesa E Banho	300,00			
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	5.451,60			
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	8.342,81			
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos E Aviamentos	15.659,80			
3.3.90.30.24.00.00.00	Material Para Manutenção De Bens Imóveis	495,35			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	132,00			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	399,00			
3.3.90.30.39.00.00.00	Material Para Manutenção De Veículos	1.080,00			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	26.665,51			
3.3.90.32.00.00.00.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	18.800,00			
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais Para Distribuição Gratuita	18.800,00			
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	6.591,11			
3.3.90.33.03.00.00.00	Locacao De Meios De Transporte	800,00			
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas Com Locomoção	5.791,11			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	12.840,00			
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação De Imóveis	12.690,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	150,00			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	126.565,02			
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação De Softwares	8.910,00			
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament	4.570,00			
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutençãoe Conservaçãode Veículos	247,00			
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades E Homenagens	10.800,00			
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	84,51			
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos	270,00			
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci	8.400,00			
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	1.120,00			
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços De Publicidade E Propaganda	2.125,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	90.038,51			
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	720,00			
3.3.90.92.99.00.00.00	Outras Despesas De Exercícios Anteriores	720,00			
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	9.114,08			

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 15

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.3.90.93.03.00.00.00	Restituições De Saldos De Convênios	9.114,08			
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				26.830,26
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			26.830,26	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		26.830,26		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	26.830,26			
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos E Utensílios Domésticos	3.680,00			
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos De Processamento De Dados	12.740,50			
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Materiais Permanentes	10.409,76			

Total da Unidade: 885.268,86

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 16

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 03 - FUNDO MUN. DE COMBATE E ERRADICAÇÃO POBREZA

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				4.230,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.230,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		4.230,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	4.230,00			
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais Para Distribuição Gratuita	4.230,00			

Total da Unidade: 4.230,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 17

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				1.320,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.320,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.320,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.320,00			
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos	1.320,00			

Total da Unidade: 1.320,00

Total do Órgão: 1.189.239,50

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 18

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 09 - SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUN. ESPORT., LAZER CULT. E TURISMO

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				394.229,95
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			327.531,75	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		327.531,75		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	969,27			
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	969,27			
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	271.816,64			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	249.275,83			
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	20.922,35			
3.1.90.11.99.00.00.00	Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil	1.618,46			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	54.745,84			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	54.745,84			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			66.698,20	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		66.698,20		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	1.840,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	1.840,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	20.067,49			
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros De Alimentação	168,25			
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo E Esportivo	17.296,59			
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	1.584,25			
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	173,00			
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	642,00			
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	22,10			
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	87,20			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	94,10			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	44.790,71			
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	24.276,44			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	20.514,27			

Total da Unidade: 394.229,95

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 19

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 09 - SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO

Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DA CULTURA

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				281.447,92
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			281.447,92	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		281.447,92		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	13.390,00			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	13.390,00			
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	2.726,00			
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	2.726,00			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	8.240,00			
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação De Imóveis	2.040,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	6.200,00			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	257.091,92			
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	2.200,00			
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação De Máquinas E Equipamentos	32.030,00			
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades E Homenagens	59.100,00			
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	634,51			
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços De Telecomunicações	127,50			
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	2.200,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	160.799,91			

Total da Unidade: 281.447,92

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 20

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 09 - SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO

Unidade Orçamentária: 03 - DEPARTAMENTO DE TURISMO

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				2.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	2.000,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	2.000,00			

Total da Unidade: 2.000,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 09 - SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO

Unidade Orçamentária: 04 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				31.871,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			31.871,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		31.871,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	7.399,00			
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis E Lubrificantes Automotivos	2.560,00			
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos E Aviamentos	1.938,00			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	2.901,00			
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	5.500,00			
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	5.500,00			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	8.620,00			
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação De Imóveis	6.120,00			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	2.500,00			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.352,00			
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament	520,00			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	9.832,00			

Total da Unidade: 31.871,00

Total do Órgão: 709.548,87

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Órgão: 10 - SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURAL

Unidade Orçamentária: 01 - SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DESEN.URB. E RURAL

Código	Especificação	Elemento da despesa	Modalidade de aplicação	Grupo de natureza	Categoria econômica
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				215.510,01
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			186.266,82	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		186.266,82		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	154.411,80			
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	154.411,80			
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	31.855,02			
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	31.855,02			
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			29.243,19	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		29.243,19		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	13.166,00			
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	12.186,00			
3.3.90.14.02.00.00.00	Diárias - No País (Fora Do Estado)	980,00			
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	8.752,50			
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas E Plantas E Insumos	7.845,50			
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	907,00			
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	6.489,67			
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	6.489,67			
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	835,02			
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	835,02			

Total da Unidade:	215.510,01
Total do Órgão:	215.510,01
Total da Entidade:	24.689.315,26
TOTAL GERAL:	24.689.315,26

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			22.844.614,97
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS			13.317.804,95
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		13.317.804,95	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	9.412,00		
3.1.90.03.99.00.00.00	Outras Pensões - Poder Legislativo	9.412,00		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratação P/ Tempo Determinado	1.121.468,78		
3.1.90.09.00.00.00.00	Salário-Família	28.122,95		
3.1.90.09.01.00.00.00	Pessoal Civil - Estatutário	887,76		
3.1.90.09.05.00.00.00	Salário-Família Pessoal Ativo Civil	17.287,73		
3.1.90.09.99.00.00.00	Outros - Salários-Família	9.947,46		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	9.937.960,91		
3.1.90.11.01.00.00.00	Vencimentos Do Pessoal Fixo	9.282.494,43		
3.1.90.11.07.00.00.00	13º Salário - Pessoal Estatutário	17.192,10		
3.1.90.11.42.00.00.00	Férias Vencidas E Proporcionais	24.326,42		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º Salário	600.387,17		
3.1.90.11.99.00.00.00	Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil	13.560,79		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	2.197.255,25		
3.1.90.13.02.00.00.00	Instituto Nacional De Seguro Social - Inss	2.192.322,95		
3.1.90.13.99.00.00.00	Outras Obrigacoes Patronais	3.879,96		
3.1.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	5.636,10		
3.1.90.92.13.00.00.00	Obrigações Patronais	5.636,10		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	17.948,96		
3.1.90.94.01.00.00.00	Indenizações E Restituições Trabalhistas	17.948,96		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			9.526.810,02
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências A Instituições Privadas Sem Fins Lu		157.500,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	157.500,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências A Consórcios Públicos		281.452,80	
3.3.71.41.00.00.00.00	Contribuições	281.452,80		
3.3.71.41.01.00.00.00	Consórcios Públicos	281.452,80		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		9.087.857,22	
3.3.90.03.00.00.00.00	Pensões (Rpps)	13.756,08		
3.3.90.03.99.00.00.00	Outras Pensões	13.756,08		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	218.424,00		
3.3.90.14.01.00.00.00	Diárias - No País (Dentro Do Estado)	192.422,00		
3.3.90.14.02.00.00.00	Diárias - No País (Fora Do Estado)	25.762,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material De Consumo	3.434.163,01		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis E Lubrificantes Automotivos	727.851,66		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	28.268,50		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros De Alimentação	264.843,42		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	320.482,79		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	31.086,44		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	59.816,54		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo E Esportivo	146.745,19		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material Para Festividades E Homenagens	4.800,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material De Expediente	187.554,09		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material De Processamento De Dados	10.702,20		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material De Acondicionamento E Embalagem	3.974,70		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material De Cama, Mesa E Banho	18.763,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material De Copa E Cozinha	24.133,75		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material De Limpeza E Produção De Higienização	84.652,19		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos E Aviamentos	21.484,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material Para Manutenção De Bens Imóveis	153.966,37		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico E Eletrônico	69.461,69		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material De Proteção E Segurança	8.877,08		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas E Plantas E Insumos	7.845,50		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	11.156,40		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	72.243,03		

Betha Sistemas

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.39.00.00.00	Material Para Manutenção De Veículos	74.295,77		
3.3.90.30.54.00.00.00	Material P/Manut.Conserv.De Estradas E Vias	169.954,20		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais De Consumo	931.204,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	8.226,00		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	5.500,00		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	2.726,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	23.030,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais Para Distribuição Gratuita	23.030,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	44.635,68		
3.3.90.33.03.00.00.00	Locacao De Meios De Transporte	800,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas Com Locomoção	43.835,68		
3.3.90.34.00.00.00.00	Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teiceirização	65.600,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços De Consultoria	94.550,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Consultoria Técnica	64.550,00		
3.3.90.35.02.00.00.00	Consultoria Jurídica	22.500,00		
3.3.90.35.99.00.00.00	Outros Serviços De Consultoria	7.500,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	288.344,84		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	10.000,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação De Imóveis	61.990,00		
3.3.90.36.30.00.00.00	Serviços Médicos E Odontológicos	4.300,00		
3.3.90.36.35.00.00.00	Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci	98.880,00		
3.3.90.36.36.00.00.00	Serviço De Conservação E Rebeneficiamento De Merca	2.100,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços De Pessoa Física	111.074,84		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	4.572.534,90		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	415.191,90		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação De Softwares	171.205,16		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação De Máquinas E Equipamentos	46.930,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção E Conservação De Bens Imóveis	45.253,20		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament	20.090,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutençãoe Conservaçãode Veículos	22.995,40		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutençãoe Conservaçãode Estradas E Vias	49.038,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades E Homenagens	69.900,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços De Energia Elétrica	227.902,47		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços De Água E Esgoto	23.952,24		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços De Comunicaçãoem Geral	5.023,41		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviço De Seleçãoe Treinamento	300,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico E Laborato	298.934,40		
3.3.90.39.57.00.00.00	Serviços De Processamento De Dados	14.590,06		
3.3.90.39.58.00.00.00	Serviços De Telecomunicações	6.626,41		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços De Audio,Vídeo E Foto	2.000,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos	3.280,00		
3.3.90.39.70.00.00.00	Confecção De Uniformes, Bandeiras E Flâmulas	7.880,00		
3.3.90.39.74.00.00.00	Fretes E Transportes De Encomendas	9.844,09		
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci	22.681,70		
3.3.90.39.80.00.00.00	Hospedagens	38.210,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	785,40		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços De Cópias E Reprodução De Documentos	6.506,15		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços De Publicidade E Propaganda	56.576,50		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica	3.006.838,41		
3.3.90.41.00.00.00.00	Contribuições	6.000,00		
3.3.90.41.99.00.00.00	Diversas Contribuições	6.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias E Contributivas	250.780,12		
3.3.90.47.01.00.00.00	Pasep	250.780,12		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,04		
3.3.90.91.03.00.00.00	Decisoes Judiciais	0,04		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas De Exercícios Anteriores	26.765,55		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	631,96		

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.92.99.00.00.00	Outras Despesas De Exercícios Anteriores	26.133,59		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações E Restituições	41.047,00		
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	30.250,00		
3.3.90.93.03.00.00.00	Restituições De Saldos De Convênios	10.797,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.648.638,15
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.594.499,54
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.594.499,54	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras E Instalações	856.748,73		
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras E Instalacoes	856.748,73		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos E Material Permanente	687.134,56		
4.4.90.52.04.00.00.00	Aparelhos De Medicação E Orientação	7.946,20		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos E Utensílios Domésticos	20.458,36		
4.4.90.52.28.00.00.00	Maquinas E Equipamentos De Natureza Industrial	39.500,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentospara Áudio, Vídeo E Foto	2.145,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos De Processamento De Dados	61.600,50		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário Em Geral	11.566,08		
4.4.90.52.48.00.00.00	Veículos Diversos	326.000,00		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Materiais Permanentes	217.918,42		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisição De Imóveis	50.616,25		
4.4.90.61.03.00.00.00	Terrenos	50.616,25		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA			1.054.138,61
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicação Direta		1.054.138,61	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal Da Dívida Contratual Resgatado	1.054.138,61		
			Total:	25.493.253,12

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			25.875.038,25
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			29.003.842,78
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		2.607.760,74	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	Impostos		2.356.379,71	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	837.306,75		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	422.375,60		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp. Predial e Territorial Urbano	422.375,60		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	309.402,07		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	309.402,07		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	105.529,08		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	Imp.s/ITBI Urbanos	56.416,24		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Imp.s/ITBI Rural	49.112,84		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	1.519.072,96		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.519.072,96		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	IMP. S/ Serviços de Qualquer Natureza	1.364.801,31		
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	ISSQN- Simples Nacional.	154.271,65		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	Taxas		251.381,03	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	176.062,78		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Ser	176.062,78		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	75.318,25		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	75.318,25		
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Tx de Expediente	27.879,35		
4.1.1.2.2.99.01.00.00.01	Tx. Expediente DAE	27.879,35		
4.1.1.2.2.99.99.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	47.438,90		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		489.706,52	
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		489.706,52	
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib. p/Custeio do Srviços de Iluminação Públic	489.706,52		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		294.021,82	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	Receitas de Valores Mobiliarios		294.021,82	
4.1.3.2.2.00.00.00.00.00	Dividendoss	1.066,86		
4.1.3.2.2.01.00.00.00.00	Dividendos	1.066,86		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	292.954,96		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Rem. de Dep. de Recursos Vinculados	274.833,23		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEE	16.606,85		
4.1.3.2.5.01.02.36.00.00	Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 60%	9.964,12		
4.1.3.2.5.01.02.37.00.00	Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 40%	6.642,73		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. – MDE	6.086,81		
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec De Rem. Dep. Banc. R. V. Ações Serv. P. Saúd	70.851,43		
4.1.3.2.5.01.06.01.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - BLGES	713,67		
4.1.3.2.5.01.06.02.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - BLMAC	9.994,83		
4.1.3.2.5.01.06.03.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - VGS	2.382,60		
4.1.3.2.5.01.06.04.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - BLATB-PAB	34.720,06		
4.1.3.2.5.01.06.05.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - BLATB - PSF	1.698,12		
4.1.3.2.5.01.06.06.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - BLATB-SAUDE BUCAL	2.755,86		
4.1.3.2.5.01.06.07.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - BL-ASSIST.FARMACEUTIC/	1.940,07		
4.1.3.2.5.01.06.08.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - BLATB	1.122,18		
4.1.3.2.5.01.06.09.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - BL INVEST	425,30		
4.1.3.2.5.01.06.10.00.00	Rem. de Dep. Vinc. - PAICI	704,83		
4.1.3.2.5.01.06.11.00.00	Rem. de Dep. Vinc.Prog. Requal. de USB_Constru	13.618,30		
4.1.3.2.5.01.06.12.00.00	INCENT. P/ CONST.POLOS DE ACADEMIA DA S/	775,61		
4.1.3.2.5.01.10.00.00.00	Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. – FNAS	13.938,55		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Rec. de Rem. de Outros Depós. B. de Rec.Vinculad	167.349,59		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	REM. DE DEP. DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	18.121,73		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Rem. de Outros Dep. de Recursos Não Vinculados	18.121,73		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Rem. Serv. cap.,adução, trat., reserv. e dist.agua	17.224,84		
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Rem. de Deposito - Doação Judicial	775,38		
4.1.3.2.5.02.99.03.00.00	Rem. de Aplic. Unines - Faculadade	121,51		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		1.009.255,55	

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	SERV. DE CAPTAÇÃO/ADUÇÃO/TRAT./RES. E DIST.	1.009.255,55		
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	1.009.255,55		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		23.796.280,44	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais		23.397.105,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	10.485.106,28		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	7.912.452,67		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	7.498.973,45		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	413.479,22		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	111.959,38		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	111.959,38		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.422.840,12		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	BLOCO ANTENÇAO BASICA	1.108.693,42		
4.1.7.2.1.33.01.01.00.00	Atençao Basica Pab.	298.340,04		
4.1.7.2.1.33.01.02.00.00	Programa de Agentes Comunitarios de Saude- PA	210.710,00		
4.1.7.2.1.33.01.03.00.00	Programa Saude da Familia - PSF	319.460,00		
4.1.7.2.1.33.01.04.00.00	Programade Saude Bucal - PSB	110.385,00		
4.1.7.2.1.33.01.05.00.00	Programa de Melh. do Acesso e da Qualidade - PI	150.532,38		
4.1.7.2.1.33.01.06.00.00	Inc. Adicional ao Porg. de Agentes Comunitarios d	19.266,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE.	166.681,63		
4.1.7.2.1.33.02.01.00.00	Teto Mun. de Media e Alta Complexidade	163.490,59		
4.1.7.2.1.33.02.02.00.00	Teto Municipal Rede Cegonha	3.191,04		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	BLOCO VIGILANCIA DA SAUDE	93.889,51		
4.1.7.2.1.33.03.01.00.00	Piso Fixo Vigilancia Sanitaria -VISA - FNS	8.784,38		
4.1.7.2.1.33.03.02.00.00	Piso Fixo de Vigilancia em Saude - PFVPS	45.557,10		
4.1.7.2.1.33.03.03.00.00	Incentivo de Qual. das Açoes de Dengue - PVVPS	16.400,55		
4.1.7.2.1.33.03.04.00.00	Ações Estruturantes de Vig. Sanitaria - FNS	2.400,00		
4.1.7.2.1.33.03.05.00.00	Inc. Pontuais para Ações Serv. Vig. Em Saude -IP'	3.426,10		
4.1.7.2.1.33.03.06.00.00	Piso Fixo Vigilancia Sanitaria - Anvisa	2.014,20		
4.1.7.2.1.33.03.07.00.00	Prog. de Qualificação das Ações de Vig. em Saud	15.307,18		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA	53.575,56		
4.1.7.2.1.33.04.01.00.00	Prog. Assistencia Farfmaceutica - PFB	53.575,56		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	135.722,48		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transferencia do FNAS - IGDBF	8.049,39		
4.1.7.2.1.34.02.00.00.00	Transferencia do FNAS - SPTB	42.000,00		
4.1.7.2.1.34.04.00.00.00	Transferencia do FNAS - IGD-SUAS	12.317,80		
4.1.7.2.1.34.05.00.00.00	Transferencia do FNAS - FMASSCFV	73.355,29		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDI	357.628,96		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	176.405,99		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	84.288,00		
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transferencia FNDE - PNAEF	31.744,00		
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transferencia do FNDE - PNAEC	28.640,00		
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transferencia do FNDE - PNAEJA	144,00		
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transferencia do FNDE - PNAEP	22.480,00		
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transferencia do FNDE - AEE	1.280,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	9.220,45		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	OUTRAS TRANSF. DIRETA DO FNDE	87.714,52		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.01	Manut. Educ. Infantil - Apoio a Creches	75.766,62		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.02	FNDE MANUTENÇÃO	11.947,90		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	48.879,48		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	495.623,19		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.01	FEX-Auxílio Financeiro p/Fomento àsExportaç	353.874,83		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.02	AFM - Auxílio /finaneiro a Municípios	141.748,36		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	10.163.878,95		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	9.879.117,20		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	8.978.105,38		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	ICMS	8.978.105,38		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	832.166,99		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI S/ Exportação	64.976,26		

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.2.2.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Ecor	3.868,57		
4.1.7.2.2.22.00.00.00.00	Transf. da Cota Parte Compen. Finan. (25%)	25.100,18		
4.1.7.2.2.22.30.00.00.00	Cota-Parte Royalties Compen. Finan. Prod. Petrólec	25.100,18		
4.1.7.2.2.22.30.01.00.00	Cota-Parte . FEP	25.100,18		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	217.775,18		
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Transf. de Rec. do Estado-Saude - SB	25.291,57		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	Transf. de Rec.do Estado - Saude - PSF	69.061,50		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Transf. de Rec.do Estado -Saude - BLMAC	12.003,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Transf. de Rec.do Estado -Saude - PAB	14.360,32		
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	BLAFB- DIABETE MIELLITUS -ASSIST.FARMACEU	925,42		
4.1.7.2.2.33.06.00.00.00	Transf. de Rec.do Estado -Saude - Farmacia Basica	7.574,61		
4.1.7.2.2.33.07.00.00.00	Transf. de Rec.do Estado -Saude - PAICI	88.558,76		
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	TRANS. DE RECURSOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	41.886,39		
4.1.7.2.2.34.01.00.00.00	Transf. de Rec. Assistência Social- FUPIS	21.886,39		
4.1.7.2.2.34.02.00.00.00	Transf.de Rec. API-APOIO A PESSOA IDOSA	20.000,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	Transferencias Multigovernamentais	2.748.119,77		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.748.119,77		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Rec. FUNDEB- 60%	1.648.871,85		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	1.099.247,92		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		399.175,44	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	399.175,44		
4.1.7.6.2.02.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educaçãc	399.175,44		
4.1.7.6.2.02.01.00.00.00	Transf. do Estado - Transporte Escolar	399.175,44		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		806.817,71	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		205.478,88	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	3.510,56		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	646,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	2.864,56		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	197.936,45		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	189.196,14		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	4.491,85		
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	4.248,46		
4.1.9.1.3.99.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outros Tributos	4.248,46		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	4.031,87		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.00	Outras Multas	4.031,87		
4.1.9.1.9.99.00.00.00.01	Outras Multas - DAE - Água	4.031,87		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	Indenizações e Restituições		50.440,74	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	Restituições	50.440,74		
4.1.9.2.2.07.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	3.265,05		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	47.175,69		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.01	Outras Restituições	47.175,69		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	Receita da Divida Ativa		494.007,13	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	494.007,13		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	447.723,85		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	28.417,41		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	17.865,87		
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	17.865,87		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	Receitas Diversas		56.890,96	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	56.890,96		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.02	Doação _ Justiça	44.661,96		
4.1.9.9.0.99.00.00.00.03	UNIMES - Faculdade	12.229,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			361.816,43
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		361.816,43	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	Transferências Intergovernamentais		361.816,43	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transf. da União	361.816,43		
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	260.800,00		
4.2.4.2.1.01.01.00.00.00	INCENT. P/ CONST.POLOS DE ACADEMIA DA SAU	16.000,00		
4.2.4.2.1.01.02.00.00.00	Prog. de Requal. de UBS- Construção	244.800,00		

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.2.4.2.1.02.00.00.00.00	Transf. de Recur. Destin. a Prog. de Educaçao	101.016,43		
4.2.4.2.1.02.01.00.00.00	Transf. De Rec. p/ Implat.Adeq. Estrt. Esport. Esc	101.016,43		
4.9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.490.620,96
4.9.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES		-3.490.620,96	
4.9.7.2.0.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências Intergovernamentais		-3.490.620,96	
4.9.7.2.1.00.00.00.00.00	Deduções de Transferências da União	-1.528.567,38		
4.9.7.2.1.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita da União	-1.518.791,58		
4.9.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-1.436.095,87		
4.9.7.2.1.01.02.01.00.00	Dedu de Rec. do FPM-FUNDEF/FUNDEB	-1.436.095,87		
4.9.7.2.1.01.02.01.01.00	Dedu de Rec. do FPM-FUNDEF/FUNDEB-20%	-1.436.095,87		
4.9.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITF	-82.695,71		
4.9.7.2.1.01.05.01.00.00	Ded. da Rec. para form. do FUNDEB-ITR - 20%	-82.695,71		
4.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96	-9.775,80		
4.9.7.2.1.36.01.00.00.00	Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/9(	-9.775,80		
4.9.7.2.2.00.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	-1.962.053,58		
4.9.7.2.2.01.00.00.00.00	Deduções de Participação na Receita do Estado	-1.962.053,58		
4.9.7.2.2.01.01.00.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICM	-1.795.620,82		
4.9.7.2.2.01.01.01.00.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-IC	-1.795.620,82		
4.9.7.2.2.01.01.01.02.00	Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-I	-1.795.620,82		
4.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA	-166.432,76		
4.9.7.2.2.01.02.01.00.00	Ded de Rec.P/ Form do FUNDEB - IPVA - 20%	-166.432,76		

Total: 25.875.038,25

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade Orçamentária: 01 - GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		50.616,25	722.531,32	773.147,57
04.122	Administração Geral		50.616,25	722.531,32	773.147,57
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		50.616,25	722.531,32	773.147,57
04.122.0003.1.002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATRIAL PERMANENTE				0,00
04.122.0003.1.003	AQUISIÇÃO E DEAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS		50.616,25		50.616,25
04.122.0003.2.005	MANUT. E ENC. DO GAB. DO PREFEITO E UNIDADES			722.531,32	722.531,32
	Total:		50.616,25	722.531,32	773.147,57

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		43.839,66	1.465.991,96	1.509.831,62
04.122	Administração Geral		43.839,66	1.465.991,96	1.509.831,62
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		43.839,66	1.465.991,96	1.509.831,62
04.122.0003.1.004	AQUIS. D EQUIP. INFORMÁTIC A E PERMANENTE		43.839,66		43.839,66
04.122.0003.1.110	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO				0,00
04.122.0003.2.006	MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES			1.465.991,96	1.465.991,96
04.122.0003.2.007	PROC. SELETIVO SIMPLIFICADO				0,00
	Total:		43.839,66	1.465.991,96	1.509.831,62

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINAN., PLANEJ. E UNIDADES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		26.075,00	1.213.293,88	1.239.368,88
04.123	Administração Financeira		26.075,00		26.075,00
04.123.0006	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		26.075,00		26.075,00
04.123.0006.1.106	AQUIS. EQUIP. E MATERIAL INFORMÁTICA E PERMANENTE		26.075,00		26.075,00
04.123.0006.1.107	AQUISIÇÃO DE MOTO PARA FISCALIZAÇÃO				0,00
04.129	Administração de Receitas			1.213.293,88	1.213.293,88
04.129.0006	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			1.213.293,88	1.213.293,88
04.129.0006.2.009	MANUT. E ENC.DA SEC. MUN. DE FINAN. E PLANEJ. E UNIDADES			1.213.293,88	1.213.293,88
11	Trabalho			250.780,12	250.780,12
11.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador			250.780,12	250.780,12
11.331.0008	FORMAÇÃO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO			250.780,12	250.780,12
11.331.0008.2.008	FORMAÇÃO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO			250.780,12	250.780,12
28	Encargos Especiais		1.054.138,61		1.054.138,61
28.843	Serviço da Dívida Interna		1.054.138,61		1.054.138,61
28.843.0033	SERVIÇOS DA DIVIDA FUNDADA INTERNA		1.054.138,61		1.054.138,61
28.843.0033.1.005	AMORTIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DIVIDA FUNDADA INERNA		1.054.138,61		1.054.138,61
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.0099.2.010	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
	Total:		1.080.213,61	1.464.074,00	2.544.287,61

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUN. DE INFRAE ESTRUTURA E OBRAS

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		13.560,00	3.191.149,30	3.204.709,30
04.122	Administração Geral		13.560,00		13.560,00
04.122.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS		13.560,00		13.560,00
04.122.0004.1.008	AQUIS. EQUIP., MAT. DE INFORMÁTICA E PERMANENTE		13.560,00		13.560,00
04.451	Infra-Estrutura Urbana			3.191.149,30	3.191.149,30
04.451.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS			3.191.149,30	3.191.149,30
04.451.0004.2.011	MANUT. E ENC. SECRET. MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS			3.191.149,30	3.191.149,30
15	Urbanismo				0,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana				0,00
15.451.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS				0,00
15.451.0004.1.013	CONST. MODERNIZAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL				0,00
15.451.0004.1.014	CONST. E REFORMA DE PRAÇAS E ARBORIZAÇÃO				0,00
15.451.0004.1.015	CONSTRUÇÃO, AMP. E REFORMA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS				0,00
15.451.0004.1.017	PAVIMENTAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERV. VIAS PUBLICAS				0,00
15.451.0004.1.018	ABERTURA, REABERTURA DE RUAS E AVENIDAS				0,00
15.451.0004.1.020	SINALIZAÇÃO DAS VIAS PUBLICAS				0,00
15.451.0004.1.022	CONSTR. GALERIAS P/ ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS				0,00
15.451.0004.1.024	CONSTR., REFORMA DE PONTES, TIPO BUEIROS CELULAR E PONTILHÕE				0,00
17	Saneamento				0,00
17.512	Saneamento Básico Urbano				0,00
17.512.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS				0,00
17.512.0004.1.009	CONSTR. E EXTENSÃO REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA				0,00
17.512.0004.1.011	CANALIZAÇÃO E DRENAGEM DE CÓRREGOS				0,00
17.512.0004.1.012	CONST. E REF. DE MEIO FIO, GUIAS E SARJETAS				0,00
17.512.0004.1.026	CONSTR. E IMPLANT.DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO				0,00
25	Energia				0,00
25.752	Energia Elétrica				0,00
25.752.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS				0,00
25.752.0004.1.023	ELETRIFICAÇÃO RURAL				0,00
26	Transporte		72.000,00		72.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		72.000,00		72.000,00
26.782.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS		72.000,00		72.000,00
26.782.0004.1.019	CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA ROD. VICINAIS				0,00
26.782.0004.1.021	TRANSF. CONS. INTER.DES.NASC. DO ARAGUAIA		72.000,00		72.000,00
26.782.0004.1.025	CONSTR., REFORMA DE PONTES, BUEIROS E PONTILHÕES ZONA RURAL				0,00
26.782.0088	TRANSPORTE RODOVIÁRIO				0,00
26.782.0088.1.016	AQUIS. VEIC. CAMINHÕES E EQUIP. RODOVIÁRIOS				0,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS
Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			570.080,51	570.080,51
04.452	Serviços Urbanos			570.080,51	570.080,51
04.452.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS			570.080,51	570.080,51
04.452.0004.2.013	MANUT. E ENCARGOS DO DEPPTO DE SERV. PUBLICOS			570.080,51	570.080,51
25	Energia			325.396,73	325.396,73
25.752	Energia Elétrica			325.396,73	325.396,73
25.752.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS			325.396,73	325.396,73
25.752.0004.2.012	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA			325.396,73	325.396,73
	Total:		85.560,00	4.086.626,54	4.172.186,54

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 - GERENCIA DA EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação		1.274.560,76	2.615.917,96	3.890.478,72
12.122	Administração Geral			157.115,68	157.115,68
12.122.0040	ENSINO FUNDAMENTAL			157.115,68	157.115,68
12.122.0040.2.025	MANUT. DA GERÊNCIA DA EDUCAÇÃO			157.115,68	157.115,68
12.306	Alimentação e Nutrição			176.005,59	176.005,59
12.306.0036	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			176.005,59	176.005,59
12.306.0036.2.019	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR O PNAEF			74.209,89	74.209,89
12.306.0036.2.020	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEC-CRECHE			71.632,47	71.632,47
12.306.0036.2.023	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE-EJA				0,00
12.306.0036.2.024	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEP-PRÉ-ESCOLAR			28.733,62	28.733,62
12.306.0036.2.026	MANUNTEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - AEE			1.429,61	1.429,61
12.361	Ensino Fundamental		1.031.480,36	1.475.873,59	2.507.353,95
12.361.0031	TRANSPORTE ESCOLAR		326.000,00	495.897,63	821.897,63
12.361.0031.1.033	AQUISIÇÃO DE ONIBUS, MICRO ONIBUS, VAN E KONBI ESCOLAR		326.000,00		326.000,00
12.361.0031.2.014	MANUT.DO TRANSP. ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL			486.296,55	486.296,55
12.361.0031.2.015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE FUNDAMENTAL			9.601,08	9.601,08
12.361.0040	ENSINO FUNDAMENTAL		705.480,36	979.975,96	1.685.456,32
12.361.0040.1.027	AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMAN. E INFORM. FUNDAMENTAL		60.317,44		60.317,44
12.361.0040.1.028	AMPL. E REFORMA DE UNID. ESCOLARES- ENS.FUNDAMENTAL		14.900,00		14.900,00
12.361.0040.1.116	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA		630.262,92		630.262,92
12.361.0040.2.018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL			979.975,96	979.975,96
12.362	Ensino Médio			266,23	266,23
12.362.0031	TRANSPORTE ESCOLAR			266,23	266,23
12.362.0031.2.016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE -MEDIO			266,23	266,23
12.364	Ensino Superior			90.000,00	90.000,00
12.364.0042	AUXILIO A UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSOS CURSOS			90.000,00	90.000,00
12.364.0042.2.028	AUXILIO A UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSOS CURSOS			90.000,00	90.000,00
12.365	Educação Infantil		243.080,40	716.656,87	959.737,27
12.365.0031	TRANSPORTE ESCOLAR			41.981,37	41.981,37
12.365.0031.2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - INFANTIL			1.319,62	1.319,62
12.365.0031.2.084	MANUT.DO TRANSP. ESCOLAR ENSINO INFANTIL			40.661,75	40.661,75
12.365.0039	EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL		243.080,40	674.675,50	917.755,90
12.365.0039.1.029	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CREHCE MUNICIPAL		142.000,00		142.000,00
12.365.0039.1.030	AMPL., REFORMA DE UNID. ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA				0,00
12.365.0039.1.031	AQUIS. DE EQUIP.E MAT. PERM.E INFORMÁTICA CRECHE		76.080,60		76.080,60
12.365.0039.1.034	AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMA. E INFORM. DA PRÉ-ESCOLA		24.999,80		24.999,80
12.365.0039.2.021	MANUTENÇÃO INFANTIL(CRECHE)			488.367,58	488.367,58
12.365.0039.2.022	MANUTENÇÃO INFANTIL(PRÉ-ESCOLAR)			186.307,92	186.307,92

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação			200.200,96	200.200,96
12.361	Ensino Fundamental			200.200,96	200.200,96
12.361.0032	FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO			200.200,96	200.200,96
12.361.0032.2.027	MANUT. DO FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO			200.200,96	200.200,96

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 8

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 03 - FUNDEB

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação			2.889.905,99	2.889.905,99
12.361	Ensino Fundamental			1.412.353,41	1.412.353,41
12.361.0104	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA			1.412.353,41	1.412.353,41
12.361.0104.2.029	REM. PROF. MAGISTÉRIO EDUC. BASICA FUNDAMENTAL 60%			920.255,43	920.255,43
12.361.0104.2.030	MANUT. E ENC. COM FUNDEB FUNDAMENTAL 40%			492.097,98	492.097,98
12.361.0104.2.035	REM.PROF.MAGIST.EDUC. BASICA JOVEM E E ADULTO 60%				0,00
12.361.0104.2.036	MANUT.E ENC.C/FUNDEB FUNDAMENTAL JOVEM E ADULTO 40%				0,00
12.365	Educação Infantil			1.477.552,58	1.477.552,58
12.365.0104	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA			1.477.552,58	1.477.552,58
12.365.0104.2.031	REM.PROF.MAGIST.EDUC.BASICA INFANTIL 60%(PRE-ESCOLAR)			366.989,02	366.989,02
12.365.0104.2.032	MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(PRÉ-ESCOLAR)			138.224,05	138.224,05
12.365.0104.2.033	REM.PROF.MAGIST.EDUC.BASICA INFANTIL 60%(CRECHE)			490.685,08	490.685,08
12.365.0104.2.034	MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(CRECHE)			481.654,43	481.654,43
	Total:		1.274.560,76	5.706.024,91	6.980.585,67

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 9

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde		77.532,01	6.517.445,86	6.594.977,87
10.122	Administração Geral			57.595,58	57.595,58
10.122.0135	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			57.595,58	57.595,58
10.122.0135.2.057	MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE				0,00
10.122.0135.2.058	MANUT. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE			57.595,58	57.595,58
10.301	Atenção Básica		69.585,81	5.864.532,57	5.934.118,38
10.301.0120	ATENÇÃO BÁSICA			5.864.532,57	5.864.532,57
10.301.0120.2.037	MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAB			264.239,20	264.239,20
10.301.0120.2.038	MANUT.DESP.C/PROG. DE SAÚDE DE FAMÍLIA			697.872,76	697.872,76
10.301.0120.2.039	MANUT.DESP.C/ PROG. DE AGENTES COMUN. DE SAÚDE			335.947,77	335.947,77
10.301.0120.2.040	MANUT. DAS DESP. C/ PROG. SAÚDE BUCAL			215.773,55	215.773,55
10.301.0120.2.049	MANUT. DO PROG. PMAQ(RAB-PMAQ-SM)			565,04	565,04
10.301.0120.2.050	MANT. DO PROG. MELH. ACESSO E DA QUALIDADE -PMAQ				0,00
10.301.0120.2.053	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO			414.412,12	414.412,12
10.301.0120.2.054	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL			21.079,74	21.079,74
10.301.0120.2.056	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			3.914.642,39	3.914.642,39
10.301.0134	INVESTIMENTO EM SAUDE		69.585,81		69.585,81
10.301.0134.1.109	INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DE PLOS DE ACADEMIA DE SAUDE		69.585,81		69.585,81
10.301.0135	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				0,00
10.301.0135.1.037	AQUIS.DE MOTO, BICICLETAS, VEIC.,ONIBUS, MICRO ONIBUS E AMBULANC				0,00
10.301.0135.1.038	AQUIS. DE MOVEIS, EQUIP.,MAT. PERMAN. E INFORMATICA				0,00
10.301.0135.1.039	CONCLUSÃO DO PRONTO ATENDIMENTO				0,00
10.301.0135.1.040	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PSF E CENTRO DE SAÚDE				0,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			424.585,68	424.585,68
10.302.0131	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR			424.585,68	424.585,68
10.302.0131.2.041	MANUT.DAS ATIV.DA ATENÇÃO DE MAC AMBUL.E HOSPITALAR			215.132,88	215.132,88
10.302.0131.2.052	MANUT. DO CONSORCIO INTERM. DE SAUDE-CORESS			209.452,80	209.452,80
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			125.034,76	125.034,76
10.303.0133	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			125.034,76	125.034,76
10.303.0133.2.055	FARMACIA BÁSICA			125.034,76	125.034,76
10.304	Vigilância Sanitária			45.697,27	45.697,27
10.304.0132	VIGILÂNCIA EM SAUDE			45.697,27	45.697,27
10.304.0132.2.042	TETO FINANCEIRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE(TFVS/TFECD)				0,00
10.304.0132.2.048	MANUT. DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			45.697,27	45.697,27
10.304.0132.2.085	MANUT. INCENT. DE QUAL. DAS AÇÕES DE DENGUE - PVVPS				0,00
10.306	Alimentação e Nutrição		7.946,20		7.946,20
10.306.0134	INVESTIMENTO EM SAUDE		7.946,20		7.946,20
10.306.0134.1.108	OPERAC. DO INCENT PARA ESTRUT. DA VIG.ALIMENTAR E NUTRICIONAL-V		7.946,20		7.946,20
	Total:		77.532,01	6.517.445,86	6.594.977,87

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 10

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UNIDADES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social		7.458,20	290.962,44	298.420,64
08.122	Administração Geral		7.458,20	254.962,44	262.420,64
08.122.0009	MANUT. SEC. MUN. DE ASSIT. SOCIAL E UNIDADES		7.458,20	254.962,44	262.420,64
08.122.0009.1.042	AQUIS.MOVEIS E EQUIP., MAT. PERMAN. E INFORMATICA		7.458,20		7.458,20
08.122.0009.2.061	MANUT. E ENC./ SECRET. MUN. DE ASSIST. SOCIAL E UNIDADES			254.962,44	254.962,44
08.241	Assistência ao Idoso			36.000,00	36.000,00
08.241.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL			36.000,00	36.000,00
08.241.0090.2.064	APOIO A CASA DE REPOUSO "GAETANA STERNI"			36.000,00	36.000,00

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 11

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social		11.656,50	873.612,36	885.268,86
08.241	Assistência ao Idoso			17.485,20	17.485,20
08.241.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL			17.485,20	17.485,20
08.241.0090.2.063	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD			17.485,20	17.485,20
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			353.014,87	353.014,87
08.243.0091	ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE			353.014,87	353.014,87
08.243.0091.2.072	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			100.601,55	100.601,55
08.243.0091.2.073	MANUT. CENTRO JUVENIL P. AGOSTINHO - CEJUPA			121.500,00	121.500,00
08.243.0091.2.074	MANUT. DA CASA DO MENOR			130.913,32	130.913,32
08.244	Assistência Comunitária		11.656,50	503.112,29	514.768,79
08.244.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL		11.656,50	503.112,29	514.768,79
08.244.0090.1.050	AQUIS.MOVEIS,EQUIP. INFORMATICA E PERMANENTE		11.656,50		11.656,50
08.244.0090.2.065	MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAIF			44.783,80	44.783,80
08.244.0090.2.066	PROGRAMA DO IGD - SUAS			18.314,43	18.314,43
08.244.0090.2.067	MANUT.SERV. CONV. E FORTALEMENTO DE VINCULOS - SCFV			40.327,84	40.327,84
08.244.0090.2.086	MANUT. E ENC. C/ FUNDO ASSIST. SOCIAL			375.477,36	375.477,36
08.244.0090.2.087	AÇOES DE APOIO AS DEMANDAS SOCIEDADE			18.800,00	18.800,00
08.244.0090.2.089	MANUTENÇÃO DO PROJETO MULHERES EMPREENDEDORAS			5.408,86	5.408,86

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 12

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 03 - FUNDO MUN. DE COMBATE E ERRADICAÇÃO POBREZA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			4.230,00	4.230,00
08.244	Assistência Comunitária			4.230,00	4.230,00
08.244.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL			4.230,00	4.230,00
08.244.0090.2.068	MANUT. E ENC. FUNDO DE COMBATE E ERRADIC. POBREZA			4.230,00	4.230,00

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 13

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 04 - FUNDO MUN. DE HABIT. DE INTERESSE SOCIAL - FHIS

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social				0,00
08.244	Assistência Comunitária				0,00
08.244.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL				0,00
08.244.0090.1.044	BOLSA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO				0,00
08.244.0090.2.069	MANUT. DAS DESP. C/ FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE S				0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 14

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			1.320,00	1.320,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			1.320,00	1.320,00
08.243.0091	ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE			1.320,00	1.320,00
08.243.0091.2.060	MANUT. DO CONSELHO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE				0,00
08.243.0091.2.071	MANUT. FUNDO MUNCIPAL DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			1.320,00	1.320,00
	Total:		19.114,70	1.170.124,80	1.189.239,50

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 15

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 09 - SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUN. ESPORT., LAZER CULT. E TURISMO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			394.229,95	394.229,95
04.122	Administração Geral			394.229,95	394.229,95
04.122.0093	MANUT. SEC. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO			327.531,75	327.531,75
04.122.0093.1.045	AQUIS. DE MOVEIS, EQUIP. E MAT. PERMANENTE				0,00
04.122.0093.2.076	MANUT. DE PESSOAL E ENC. SOCIAIS DA SMELCT			327.531,75	327.531,75
04.122.0136	MANUT.DA SECRETARIA MUN. DE ESPORTES, LAZER E TURI			66.698,20	66.698,20
04.122.0136.2.075	MANUT. SEC. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO			66.698,20	66.698,20

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 16

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 09 - SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 02 - DEPARTAMENTO DA CULTURA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			281.447,92	281.447,92
13.392	Difusão Cultural			281.447,92	281.447,92
13.392.0138	MANUT. DO DEPART° DA CULTURA			281.447,92	281.447,92
13.392.0138.2.080	MANUT. DO DEPARTAMENTO DA CULTURA			281.447,92	281.447,92

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 17

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 09 - SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 03 - DEPARTAMENTO DE TURISMO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			2.000,00	2.000,00
04.695	Turismo			2.000,00	2.000,00
04.695.0096	DEPARTAMENTO DO TURISMO			2.000,00	2.000,00
04.695.0096.2.077	MANUT. DO DEPARTAMENTO DO TURISMO			2.000,00	2.000,00

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 18

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 09 - SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO
Unidade Orçamentária: 04 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer			31.871,00	31.871,00
27.812	Desporto Comunitário			31.871,00	31.871,00
27.812.0137	MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER			31.871,00	31.871,00
27.812.0137.2.079	MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER			31.871,00	31.871,00
	Total:			709.548,87	709.548,87

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro
Página 19

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta

Entidade :PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS
Órgão: 10 - SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURAL
Unidade Orçamentária: 01 - SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DESEN.URB. E RURAL

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			215.510,01	215.510,01
04.122	Administração Geral			215.510,01	215.510,01
04.122.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL			215.510,01	215.510,01
04.122.0034.2.081	MANUT. E ENC. C/ SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE			215.510,01	215.510,01
18	Gestão Ambiental				0,00
18.542	Controle Ambiental				0,00
18.542.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL				0,00
18.542.0034.1.047	SIST. PÚB. DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				0,00
20	Agricultura				0,00
20.122	Administração Geral				0,00
20.122.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL				0,00
20.122.0034.1.046	AQUIS. DE EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE				0,00
20.606	Extensão Rural				0,00
20.606.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL				0,00
20.606.0034.2.083	INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR				0,00
	Total:			215.510,01	215.510,01
	Total da Entidade:		2.631.436,99	22.057.878,27	24.689.315,26
	TOTAL GERAL:		2.631.436,99	22.057.878,27	24.689.315,26

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração		134.090,91	7.774.786,93	7.908.877,84
04.122	Administração Geral		108.015,91	2.798.263,24	2.906.279,15
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL		94.455,91	2.188.523,28	2.282.979,19
04.122.0003.1.002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATRIAL PERMANENTE				0,00
04.122.0003.1.003	AQUISIÇÃO E DEAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS				0,00
04.122.0003.1.003	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS		50.616,25		50.616,25
04.122.0003.1.004	AQUIS. D EQUIP. INFORMÁTIC A E PERMANENTE		43.839,66		43.839,66
04.122.0003.1.110	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO				0,00
04.122.0003.2.005	MANUT. E ENC. DO GAB. DO PREFEITO E UNIDADES			722.531,32	722.531,32
04.122.0003.2.006	MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES			1.465.991,96	1.465.991,96
04.122.0003.2.007	PROC. SELETIVO SIMPLIFICADO				0,00
04.122.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS		13.560,00		13.560,00
04.122.0004.1.008	AQUIS. EQUIP., MAT. DE INFORMÁTICA E PERMANENTE		13.560,00		13.560,00
04.122.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL			215.510,01	215.510,01
04.122.0034.2.081	MANUT. E ENC. C/ SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE			215.510,01	215.510,01
04.122.0093	MANUT. SEC. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO			327.531,75	327.531,75
04.122.0093.1.045	AQUIS. DE MOVEIS, EQUIP. E MAT. PERMANENTE				0,00
04.122.0093.2.076	MANUT. DE PESSOAL E ENC. SOCIAIS DA SMELCT			327.531,75	327.531,75
04.122.0136	MANUT.DA SECRETARIA MUN. DE ESPORTES, LAZER E TURI			66.698,20	66.698,20
04.122.0136.2.075	MANUT. SEC. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO			66.698,20	66.698,20
04.123	Administração Financeira		26.075,00		26.075,00
04.123.0006	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		26.075,00		26.075,00
04.123.0006.1.106	AQUIS. EQUIP. E MATERIAL INFORMÁTICA E PERMANENTE		26.075,00		26.075,00
04.123.0006.1.107	AQUISIÇÃO DE MOTO PARA FISCALIZAÇÃO				0,00
04.129	Administração de Receitas			1.213.293,88	1.213.293,88
04.129.0006	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			1.213.293,88	1.213.293,88
04.129.0006.2.009	MANUT. E ENC.DA SEC. MUN. DE FINAN. E PLANEJ. E UNIDADES			1.213.293,88	1.213.293,88
04.451	Infra-Estrutura Urbana			3.191.149,30	3.191.149,30
04.451.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS			3.191.149,30	3.191.149,30
04.451.0004.2.011	MANUT. E ENC. SECRET. MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS			3.191.149,30	3.191.149,30
04.452	Serviços Urbanos			570.080,51	570.080,51
04.452.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS			570.080,51	570.080,51
04.452.0004.2.013	MANUT. E ENCARGOS DO DEPPTO DE SRV. PUBLICOS			189.205,35	189.205,35
04.452.0004.2.013	MANUT. E ENCARGOS DO DEPPTO DE SERV. PUBLICOS			314.244,91	314.244,91
04.452.0004.2.013	MANUT. E ENCARGOS DO DEPPTO DE SRV. PUBLICOS			66.630,25	66.630,25
04.695	Turismo			2.000,00	2.000,00
04.695.0096	DEPARTAMENTO DO TURISMO			2.000,00	2.000,00
04.695.0096.2.077	MANUT. DO DEPARTAMENTO DO TURISMO			2.000,00	2.000,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social		19.114,70	1.170.124,80	1.189.239,50
08.122	Administração Geral		7.458,20	254.962,44	262.420,64
08.122.0009	MANUT. SEC. MUN. DE ASSIT. SOCIAL E UNIDADES		7.458,20	254.962,44	262.420,64
08.122.0009.1.042	AQUIS.MOVEIS E EQUIP., MAT. PERMAN. E INFORMATICA		7.458,20		7.458,20
08.122.0009.2.061	MANUT. E ENC./ SECRET. MUN. DE ASSIST. SOCIAL E UNIDADES			254.962,44	254.962,44
08.241	Assistência ao Idoso			53.485,20	53.485,20
08.241.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL			53.485,20	53.485,20
08.241.0090.2.063	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD			17.485,20	17.485,20
08.241.0090.2.064	APOIO A CASA DE REPOUSO "GAETANA STERNI"			36.000,00	36.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			354.334,87	354.334,87
08.243.0091	ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE			354.334,87	354.334,87
08.243.0091.2.060	MANUT. DO CONSELHO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE				0,00
08.243.0091.2.071	MANUT. FUNDO MUNCIPAL DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE			1.320,00	1.320,00
08.243.0091.2.072	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			100.601,55	100.601,55
08.243.0091.2.073	MANUT. CENTRO JUVENIL P. AGOSTINHO - CEJUPA			121.500,00	121.500,00
08.243.0091.2.074	MANUT. DA CASA DO MENOR			130.913,32	130.913,32
08.244	Assistência Comunitária		11.656,50	507.342,29	518.998,79
08.244.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL		11.656,50	507.342,29	518.998,79
08.244.0090.1.044	BOLSA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO				0,00
08.244.0090.1.050	AQUIS.MOVEIS,EQUIP. INFORMATICA E PERMANENTE		11.656,50		11.656,50
08.244.0090.2.065	MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAIF			44.783,80	44.783,80
08.244.0090.2.066	PROGRAMA DO IGD - SUAS			18.314,43	18.314,43
08.244.0090.2.067	MANUT.SERV. CONV. E FORTALEMENTO DE VINCULOS - SCFV			40.327,84	40.327,84
08.244.0090.2.068	MANUT. E ENC. FUNDO DE COMBATE E ERRADIC. POBREZA			4.230,00	4.230,00
08.244.0090.2.069	MANUT. DAS DESP. C/ FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCI				0,00
08.244.0090.2.086	MANUT. E ENC. C/ FUNDO ASSIST. SOCIAL			375.477,36	375.477,36
08.244.0090.2.087	AÇOES DE APOIO AS DEMANDAS SOCIEDADE			18.800,00	18.800,00
08.244.0090.2.089	MANUTENÇÃO DO PROJETO MULHERES EMPREENDEDORAS			5.408,86	5.408,86
10	Saúde		77.532,01	6.517.445,86	6.594.977,87
10.122	Administração Geral			57.595,58	57.595,58
10.122.0135	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			57.595,58	57.595,58
10.122.0135.2.057	MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE				0,00
10.122.0135.2.058	MANUT. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE			57.595,58	57.595,58
10.301	Atenção Básica		69.585,81	5.864.532,57	5.934.118,38
10.301.0120	ATENÇÃO BÁSICA			5.864.532,57	5.864.532,57
10.301.0120.2.037	MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAB			264.239,20	264.239,20
10.301.0120.2.038	MANUT.DESP.C/PROG. DE SAÚDE DE FAMÍLIA			697.872,76	697.872,76
10.301.0120.2.039	MANUT.DESP.C/ PROG. DE AGENTES COMUN. DE SAÚDE			335.947,77	335.947,77
10.301.0120.2.040	MANUT. DAS DESP. C/ PROG. SAÚDE BUCAL			215.773,55	215.773,55
10.301.0120.2.049	MANUT. DO PROG. PMAQ(RAB-PMAQ-SM)			565,04	565,04
10.301.0120.2.050	MANT. DO PROG. MELH. ACESSO E DA QUALIDADE -PMAQ				0,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde		77.532,01	6.517.445,86	6.594.977,87
10.301	Atenção Básica		69.585,81	5.864.532,57	5.934.118,38
10.301.0120	ATENÇÃO BÁSICA			5.864.532,57	5.864.532,57
10.301.0120.2.053	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO			414.412,12	414.412,12
10.301.0120.2.054	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL			21.079,74	21.079,74
10.301.0120.2.056	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			3.914.642,39	3.914.642,39
10.301.0134	INVESTIMENTO EM SAUDE		69.585,81		69.585,81
10.301.0134.1.109	INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DE PLOS DE ACADEMIA DE SAUDE		69.585,81		69.585,81
10.301.0135	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE				0,00
10.301.0135.1.037	AQUIS.DE MOTO, BICICLETAS, VEIC.,ONIBUS, MICRO ONIBUS E AMBULANCIA				0,00
10.301.0135.1.038	AQUIS. DE MOVEIS, EQUIP.,MAT. PERMAN. E INFORMATICA				0,00
10.301.0135.1.039	CONCLUSÃO DO PRONTO ATENDIMENTO				0,00
10.301.0135.1.040	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PSF E CENTRO DE SAÚDE				0,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial			424.585,68	424.585,68
10.302.0131	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR			424.585,68	424.585,68
10.302.0131.2.041	MANUT.DAS ATIV.DA ATENÇÃO DE MAC AMBUL.E HOSPITALAR			215.132,88	215.132,88
10.302.0131.2.052	MANUT. DO CONSORCIO INTERM. DE SAUDE-CORESS			209.452,80	209.452,80
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			125.034,76	125.034,76
10.303.0133	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA			125.034,76	125.034,76
10.303.0133.2.055	FARMACIA BÁSICA			125.034,76	125.034,76
10.304	Vigilância Sanitária			45.697,27	45.697,27
10.304.0132	VIGILÂNCIA EM SAUDE			45.697,27	45.697,27
10.304.0132.2.042	TETO FINANCEIRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE(TFVS/TFECD)				0,00
10.304.0132.2.048	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILANCIA SANITARIA				0,00
10.304.0132.2.048	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DA VIGILANCIA SANITARIA				0,00
10.304.0132.2.048	MANUT. DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			45.697,27	45.697,27
10.304.0132.2.085	MANUT. INCENT. DE QUAL. DAS AÇÕES DE DENGUE - PVVPS				0,00
10.306	Alimentação e Nutrição		7.946,20		7.946,20
10.306.0134	INVESTIMENTO EM SAUDE		7.946,20		7.946,20
10.306.0134.1.108	OPERAC. DO INCENT PARA ESTRUT. DA VIG.ALIMENTAR E NUTRICIONAL-VAN		7.946,20		7.946,20
11	Trabalho			250.780,12	250.780,12
11.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador			250.780,12	250.780,12
11.331.0008	FORMAÇÃO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO			250.780,12	250.780,12
11.331.0008.2.008	FORMAÇÃO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO			250.780,12	250.780,12
12	Educação		1.274.560,76	5.706.024,91	6.980.585,67
12.122	Administração Geral			157.115,68	157.115,68
12.122.0040	ENSINO FUNDAMENTAL			157.115,68	157.115,68
12.122.0040.2.025	MANUT. DA GERÊNCIA DA EDUCAÇÃO			157.115,68	157.115,68

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação		1.274.560,76	5.706.024,91	6.980.585,67
12.306	Alimentação e Nutrição			176.005,59	176.005,59
12.306.0036	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO			176.005,59	176.005,59
12.306.0036.2.019	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR O PNAEF			74.209,89	74.209,89
12.306.0036.2.020	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEC-CRECHE			71.632,47	71.632,47
12.306.0036.2.023	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE-EJA				0,00
12.306.0036.2.024	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEP-PRÉ-ESCOLAR			28.733,62	28.733,62
12.306.0036.2.026	MANUNTEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - AEE			1.429,61	1.429,61
12.361	Ensino Fundamental		1.031.480,36	3.088.427,96	4.119.908,32
12.361.0031	TRANSPORTE ESCOLAR		326.000,00	495.897,63	821.897,63
12.361.0031.1.033	AQUISIÇÃO DE ONIBUS, MICRO ONIBUS, VAN E KONBI ESCOLAR		326.000,00		326.000,00
12.361.0031.2.014	MANUT.DO TRANSP. ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL			486.296,55	486.296,55
12.361.0031.2.015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE FUNDAMENTAL			9.601,08	9.601,08
12.361.0032	FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO			200.200,96	200.200,96
12.361.0032.2.027	MANUT. DO FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO			200.200,96	200.200,96
12.361.0040	ENSINO FUNDAMENTAL		705.480,36	979.975,96	1.685.456,32
12.361.0040.1.027	AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMAN. E INFORM. FUNDAMENTAL		60.317,44		60.317,44
12.361.0040.1.028	AMPL. E REFORMA DE UNID. ESCOLARES- ENS.FUNDAMENTAL		14.900,00		14.900,00
12.361.0040.1.116	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA		630.262,92		630.262,92
12.361.0040.2.018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL			979.975,96	979.975,96
12.361.0104	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA			1.412.353,41	1.412.353,41
12.361.0104.2.029	REM. PROF. MAGISTÉRIO EDUC. BASICA FUNDAMENTAL 60%			920.255,43	920.255,43
12.361.0104.2.030	MANUT. E ENC. COM FUNDEB FUNDAMENTAL 40%			492.097,98	492.097,98
12.361.0104.2.035	REM.PROF.MAGIST.EDUC. BASICA JOVEM E E ADULTO 60%				0,00
12.361.0104.2.036	MANUT.E ENC.C/FUNDEB FUNDAMENTAL JOVEM E ADULTO 40%				0,00
12.362	Ensino Médio			266,23	266,23
12.362.0031	TRANSPORTE ESCOLAR			266,23	266,23
12.362.0031.2.016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE -MEDIO			266,23	266,23
12.364	Ensino Superior			90.000,00	90.000,00
12.364.0042	AUXILIO A UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSOS CURSOS			90.000,00	90.000,00
12.364.0042.2.028	AUXILIO A UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSOS CURSOS			90.000,00	90.000,00
12.365	Educação Infantil		243.080,40	2.194.209,45	2.437.289,85
12.365.0031	TRANSPORTE ESCOLAR			41.981,37	41.981,37
12.365.0031.2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - INFANTIL			1.319,62	1.319,62
12.365.0031.2.084	MANUT.DO TRANSP. ESCOLAR ENSINO INFANTIL			40.661,75	40.661,75
12.365.0039	EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL		243.080,40	674.675,50	917.755,90
12.365.0039.1.029	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CREHCE MUNICIPAL				0,00
12.365.0039.1.029	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL		142.000,00		142.000,00
12.365.0039.1.030	AMPL., REFORMA DE UNID. ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA				0,00
12.365.0039.1.031	AQUIS. DE EQUIP.E MAT. PERM.E INFORMÁTICA CRECHE		76.080,60		76.080,60
12.365.0039.1.034	AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMA. E INFORM. DA PRÉ-ESCOLA		24.999,80		24.999,80

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação		1.274.560,76	5.706.024,91	6.980.585,67
12.365	Educação Infantil		243.080,40	2.194.209,45	2.437.289,85
12.365.0039	EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL		243.080,40	674.675,50	917.755,90
12.365.0039.2.021	MANUTENÇÃO INFANTIL(CRECHE)			488.367,58	488.367,58
12.365.0039.2.022	MANUTENÇÃO INFANTIL(PRÉ-ESCOLAR)			186.307,92	186.307,92
12.365.0104	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA			1.477.552,58	1.477.552,58
12.365.0104.2.031	REM.PROF.MAGIST.EDUC.BASICA INFANTIL 60%(PRE-ESCOLAR)			366.989,02	366.989,02
12.365.0104.2.032	MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(PRÉ-ESCOLAR)			138.224,05	138.224,05
12.365.0104.2.033	REM.PROF.MAGIST.EDUC.BASICA INFANTIL 60%(CRECHE)			490.685,08	490.685,08
12.365.0104.2.034	MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(CRECHE)			481.654,43	481.654,43
13	Cultura			281.447,92	281.447,92
13.392	Difusão Cultural			281.447,92	281.447,92
13.392.0138	MANUT. DO DEPART° DA CULTURA			281.447,92	281.447,92
13.392.0138.2.080	MANUT. DO DEPARTAMENTO DA CULTURA			281.447,92	281.447,92
15	Urbanismo				0,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana				0,00
15.451.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS				0,00
15.451.0004.1.013	CONST. MODERNIZAÇÃO DO PARQUE AMBIENTAL				0,00
15.451.0004.1.014	CONST. E REFORMA DE PRAÇAS E ARBORIZAÇÃO				0,00
15.451.0004.1.015	CONSTRUÇÃO, AMP. E REFORMA DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS				0,00
15.451.0004.1.017	PAVIMENTAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERV. VIAS PUBLICAS				0,00
15.451.0004.1.018	ABERTURA, REABERTURA DE RUAS E AVENIDAS				0,00
15.451.0004.1.020	SINALIZAÇÃO DAS VIAS PUBLICAS				0,00
15.451.0004.1.022	CONSTR. GALERIAS P/ ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS				0,00
15.451.0004.1.024	CONSTR., REFORMA DE PONTES, TIPO BUEIROS CELULAR E PONTILHÕES				0,00
17	Saneamento				0,00
17.512	Saneamento Básico Urbano				0,00
17.512.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS				0,00
17.512.0004.1.009	CONSTR. E EXTENSÃO REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA				0,00
17.512.0004.1.011	CANALIZAÇÃO E DRENAGEM DE CÓRREGOS				0,00
17.512.0004.1.012	CONST. E REF. DE MEIO FIO, GUIAS E SARJETAS				0,00
17.512.0004.1.026	CONSTR. E IMPLANT.DA REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO				0,00
18	Gestão Ambiental				0,00
18.542	Controle Ambiental				0,00
18.542.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL				0,00
18.542.0034.1.047	SIST. PÚB. DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS				0,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Página 6

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
20	Agricultura				0,00
20.122	Administração Geral				0,00
20.122.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL				0,00
20.122.0034.1.046	AQUIS. DE EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE				0,00
20.606	Extensão Rural				0,00
20.606.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL				0,00
20.606.0034.2.083	INCENTIVO A AGRICULTURA FAMILIAR				0,00
25	Energia			325.396,73	325.396,73
25.752	Energia Elétrica			325.396,73	325.396,73
25.752.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS			325.396,73	325.396,73
25.752.0004.1.023	ELETRIFICAÇÃO RURAL				0,00
25.752.0004.2.012	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA			325.396,73	325.396,73
26	Transporte		72.000,00		72.000,00
26.782	Transporte Rodoviário		72.000,00		72.000,00
26.782.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS		72.000,00		72.000,00
26.782.0004.1.019	CONSTRUÇÃO, AMPL. E REFORMA ROD. VICINAIS				0,00
26.782.0004.1.021	TRANSF. CONS. INTER.DES.NASC. DO ARAGUAIA		72.000,00		72.000,00
26.782.0004.1.025	CONSTR., REFORMA DE PONTES, BUEIROS E PONTILHÕES ZONA RURAL				0,00
26.782.0088	TRANSPORTE RODOVIÁRIO				0,00
26.782.0088.1.016	AQUIS. VEIC. CAMINHÕES E EQUIP. RODOVIÁRIOS				0,00
27	Desporto e Lazer			31.871,00	31.871,00
27.812	Desporto Comunitário			31.871,00	31.871,00
27.812.0137	MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER			31.871,00	31.871,00
27.812.0137.2.079	MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER			31.871,00	31.871,00
28	Encargos Especiais		1.054.138,61		1.054.138,61
28.843	Serviço da Dívida Interna		1.054.138,61		1.054.138,61
28.843.0033	SERVIÇOS DA DIVIDA FUNDADA INTERNA		1.054.138,61		1.054.138,61
28.843.0033.1.005	AMORTIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DIVIDA FUNDADA INERNA		1.054.138,61		1.054.138,61

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo de Funções,Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta

Página 7

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.0099.2.010	RESERVA DE CONTINGENCIA				0,00
	Total:	0,00	2.631.436,99	22.057.878,27	24.689.315,26

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
4	Administração	7.908.877,84		7.908.877,84
04.122	Administração Geral	2.906.279,15		2.906.279,15
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.282.979,19		2.282.979,19
04.122.0003.1.003	AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	50.616,25		50.616,25
04.122.0003.1.004	AQUIS. D EQUIP. INFORMÁTIC A E PERMANENTE	43.839,66		43.839,66
04.122.0003.2.005	MANUT. E ENC. DO GAB. DO PREFEITO E UNIDADES	722.531,32		722.531,32
04.122.0003.2.006	MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDAI	1.465.991,96		1.465.991,96
04.122.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	13.560,00		13.560,00
04.122.0004.1.008	AQUIS. EQUIP., MAT. DE INFORMÁTICA E PERMANENT	13.560,00		13.560,00
04.122.0034	ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL	215.510,01		215.510,01
04.122.0034.2.081	MANUT. E ENC. C/ SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE	215.510,01		215.510,01
04.122.0093	MANUT. SEC. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO	327.531,75		327.531,75
04.122.0093.2.076	MANUT. DE PESSOAL E ENC. SOCIAIS DA SMELCT	327.531,75		327.531,75
04.122.0136	MANUT.DA SECRETARIA MUN. DE ESPORTES, LAZER E TU	66.698,20		66.698,20
04.122.0136.2.075	MANUT. SEC. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISM	66.698,20		66.698,20
04.123	Administração Financeira	26.075,00		26.075,00
04.123.0006	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	26.075,00		26.075,00
04.123.0006.1.106	AQUIS. EQUIP. E MATERIAL INFORMÁTICA E PERMAN	26.075,00		26.075,00
04.129	Administração de Receitas	1.213.293,88		1.213.293,88
04.129.0006	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.213.293,88		1.213.293,88
04.129.0006.2.009	MANUT. E ENC.DA SEC. MUN. DE FINAN. E PLANEJ. E	1.213.293,88		1.213.293,88
04.451	Infra-Estrutura Urbana	3.191.149,30		3.191.149,30
04.451.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	3.191.149,30		3.191.149,30
04.451.0004.2.011	MANUT. E ENC. SECRET. MUN. DE INFRAESTRUTURA	3.191.149,30		3.191.149,30
04.452	Serviços Urbanos	570.080,51		570.080,51
04.452.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	570.080,51		570.080,51
04.452.0004.2.013	MANUT. E ENCARGOS DO DEPPTO DE SRV. PUBLICOS	570.080,51		570.080,51
04.695	Turismo	2.000,00		2.000,00
04.695.0096	DEPARTAMENTO DO TURISMO	2.000,00		2.000,00
04.695.0096.2.077	MANUT. DO DEPARTAMENTO DO TURISMO	2.000,00		2.000,00
8	Assistência Social	1.068.328,23	120.911,27	1.189.239,50
08.122	Administração Geral	262.420,64		262.420,64
08.122.0009	MANUT. SEC. MUN. DE ASSIT. SOCIAL E UNIDADES	262.420,64		262.420,64
08.122.0009.1.042	AQUIS.MOVEIS E EQUIP., MAT. PERMAN. E INFORMAT	7.458,20		7.458,20
08.122.0009.2.061	MANUT. E ENC./ SECRET. MUN. DE ASSIST. SOCIAL E	254.962,44		254.962,44
08.241	Assistência ao Idoso	36.000,00	17.485,20	53.485,20
08.241.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	36.000,00	17.485,20	53.485,20
08.241.0090.2.063	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD		17.485,20	17.485,20
08.241.0090.2.064	APOIO A CASA DE REPOUSO "GAETANA STERNI"	36.000,00		36.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	354.334,87		354.334,87
08.243.0091	ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	354.334,87		354.334,87
08.243.0091.2.071	MANUT. FUNDO MUNCIPAL DA CRIANÇA E AO ADOLES	1.320,00		1.320,00
08.243.0091.2.072	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	100.601,55		100.601,55
08.243.0091.2.073	MANUT. CENTRO JUVENIL P. AGOSTINHO - CEJUPA	121.500,00		121.500,00
08.243.0091.2.074	MANUT. DA CASA DO MENOR	130.913,32		130.913,32
08.244	Assistência Comunitária	415.572,72	103.426,07	518.998,79
08.244.0090	ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	415.572,72	103.426,07	518.998,79
08.244.0090.1.050	AQUIS.MOVEIS,EQUIP. INFORMATICA E PERMANENTE	11.656,50		11.656,50
08.244.0090.2.065	MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAIF		44.783,80	44.783,80
08.244.0090.2.066	PROGRAMA DO IGD - SUAS		18.314,43	18.314,43
08.244.0090.2.067	MANUT.SERV. CONV. E FORTALEMENTO DE VINCULO		40.327,84	40.327,84
08.244.0090.2.068	MANUT. E ENC. FUNDO DE COMBATE E ERRADIC. PO	4.230,00		4.230,00
08.244.0090.2.086	MANUT. E ENC. C/ FUNDO ASSIST. SOCIAL	375.477,36		375.477,36
08.244.0090.2.087	AÇOES DE APOIO AS DEMANDAS SOCIEDADE	18.800,00		18.800,00
08.244.0090.2.089	MANUTENÇÃO DO PROJETO MULHERES EMPREENDI	5.408,86		5.408,86
10	Saúde	5.224.404,52	1.370.573,35	6.594.977,87
10.122	Administração Geral	57.595,58		57.595,58
10.122.0135	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	57.595,58		57.595,58
10.122.0135.2.058	MANUT. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	57.595,58		57.595,58
10.301	Atenção Básica	4.837.205,98	1.096.912,40	5.934.118,38
10.301.0120	ATENÇÃO BÁSICA	4.837.205,98	1.027.326,59	5.864.532,57
10.301.0120.2.037	MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAB	13.921,52	250.317,68	264.239,20

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	5.224.404,52	1.370.573,35	6.594.977,87
10.301	Atenção Básica	4.837.205,98	1.096.912,40	5.934.118,38
10.301.0120	ATENÇÃO BÁSICA	4.837.205,98	1.027.326,59	5.864.532,57
10.301.0120.2.038	MANUT.DESP.C/PROG. DE SAÚDE DE FAMÍLIA	249.803,35	448.069,41	697.872,76
10.301.0120.2.039	MANUT.DESP.C/ PROG. DE AGENTES COMUN. DE SAU	134.354,41	201.593,36	335.947,77
10.301.0120.2.040	MANUT. DAS DESP. C/ PROG. SAÚDE BUCAL	146.660,23	69.113,32	215.773,55
10.301.0120.2.049	MANUT. DO PROG. PMAQ(RAB-PMAQ-SM)		565,04	565,04
10.301.0120.2.053	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	360.876,65	53.535,47	414.412,12
10.301.0120.2.054	MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	16.947,43	4.132,31	21.079,74
10.301.0120.2.056	MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.914.642,39		3.914.642,39
10.301.0134	INVESTIMENTO EM SAUDE		69.585,81	69.585,81
10.301.0134.1.109	INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DE PLOS DE ACADE		69.585,81	69.585,81
10.301.0135	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			0,00
10.301.0135.1.040	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PSF E CENTRO DE SA			0,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	245.885,20	178.700,48	424.585,68
10.302.0131	ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR	245.885,20	178.700,48	424.585,68
10.302.0131.2.041	MANUT.DAS ATIV.DA ATENÇÃO DE MAC AMBUL.E HOS	123.704,40	91.428,48	215.132,88
10.302.0131.2.052	MANUT. DO CONSORCIO INTERM. DE SAUDE-CORES	122.180,80	87.272,00	209.452,80
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	63.649,06	61.385,70	125.034,76
10.303.0133	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	63.649,06	61.385,70	125.034,76
10.303.0133.2.055	FARMACIA BÁSICA	63.649,06	61.385,70	125.034,76
10.304	Vigilância Sanitária	20.068,70	25.628,57	45.697,27
10.304.0132	VIGILÂNCIA EM SAUDE	20.068,70	25.628,57	45.697,27
10.304.0132.2.048	MANUT. DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	20.068,70	25.628,57	45.697,27
10.306	Alimentação e Nutrição		7.946,20	7.946,20
10.306.0134	INVESTIMENTO EM SAUDE		7.946,20	7.946,20
10.306.0134.1.108	OPERAC. DO INCENT PARA ESTRUT. DA VIG.ALIMENT		7.946,20	7.946,20
11	Trabalho	250.780,12		250.780,12
11.331	Proteção e Benefícios ao Trabalhador	250.780,12		250.780,12
11.331.0008	FORMAÇÃO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO	250.780,12		250.780,12
11.331.0008.2.008	FORMAÇÃO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO	250.780,12		250.780,12
12	Educação	2.850.688,67	4.129.897,00	6.980.585,67
12.122	Administração Geral	157.115,68		157.115,68
12.122.0040	ENSINO FUNDAMENTAL	157.115,68		157.115,68
12.122.0040.2.025	MANUT. DA GERÊNCIA DA EDUCAÇÃO	157.115,68		157.115,68
12.306	Alimentação e Nutrição	91.433,91	84.571,68	176.005,59
12.306.0036	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	91.433,91	84.571,68	176.005,59
12.306.0036.2.019	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR O PNAEF	39.430,96	34.778,93	74.209,89
12.306.0036.2.020	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEC-CRE	43.012,96	28.619,51	71.632,47
12.306.0036.2.023	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAE-EJA			0,00
12.306.0036.2.024	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEP-PRÉ	8.989,99	19.743,63	28.733,62
12.306.0036.2.026	MANUNTEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - AEE		1.429,61	1.429,61
12.361	Ensino Fundamental	1.695.721,43	2.424.186,89	4.119.908,32
12.361.0031	TRANSPORTE ESCOLAR	514.664,53	307.233,10	821.897,63
12.361.0031.1.033	AQUISIÇÃO DE ONIBUS, MICRO ONIBUS, VAN E KONE	326.000,00		326.000,00
12.361.0031.2.014	MANUT.DO TRANSP. ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTA	188.664,53	297.632,02	486.296,55
12.361.0031.2.015	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE FU		9.601,08	9.601,08
12.361.0032	FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO		200.200,96	200.200,96
12.361.0032.2.027	MANUT. DO FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO		200.200,96	200.200,96
12.361.0040	ENSINO FUNDAMENTAL	1.181.056,90	504.399,42	1.685.456,32
12.361.0040.1.027	AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMAN. E INFORM. FUNDAME	60.317,44		60.317,44
12.361.0040.1.028	AMPL. E REFORMA DE UNID. ESCOLARES- ENS.FUND	14.900,00		14.900,00
12.361.0040.1.116	CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA	125.863,50	504.399,42	630.262,92
12.361.0040.2.018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAME	979.975,96		979.975,96
12.361.0104	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA		1.412.353,41	1.412.353,41
12.361.0104.2.029	REM. PROF. MAGISTÉRIO EDUC. BASICA FUNDAMEN		920.255,43	920.255,43
12.361.0104.2.030	MANUT. E ENC. COM FUNDEB FUNDAMENTAL 40%		492.097,98	492.097,98
12.362	Ensino Médio		266,23	266,23
12.362.0031	TRANSPORTE ESCOLAR		266,23	266,23
12.362.0031.2.016	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE -M		266,23	266,23

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Anexo 08 - Administração Direta

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	2.850.688,67	4.129.897,00	6.980.585,67
12.364	Ensino Superior	90.000,00		90.000,00
12.364.0042	AUXILIO A UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSOS CURSOS	90.000,00		90.000,00
12.364.0042.2.028	AUXILIO A UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSOS CURSOS	90.000,00		90.000,00
12.365	Educação Infantil	816.417,65	1.620.872,20	2.437.289,85
12.365.0031	TRANSPORTE ESCOLAR	40.661,75	1.319,62	41.981,37
12.365.0031.2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE -		1.319,62	1.319,62
12.365.0031.2.084	MANUT.DO TRANSP. ESCOLAR ENSINO INFANTIL	40.661,75		40.661,75
12.365.0039	EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL	775.755,90	142.000,00	917.755,90
12.365.0039.1.029	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL		142.000,00	142.000,00
12.365.0039.1.031	AQUIS. DE EQUIP.E MAT. PERM.E INFORMÁTICA CREC	76.080,60		76.080,60
12.365.0039.1.034	AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMA. E INFORM. DA PRÉ-ESC	24.999,80		24.999,80
12.365.0039.2.021	MANUTENÇÃO INFANTIL(CRECHE)	488.367,58		488.367,58
12.365.0039.2.022	MANUTENÇÃO INFANTIL(PRÉ-ESCOLAR)	186.307,92		186.307,92
12.365.0104	EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA		1.477.552,58	1.477.552,58
12.365.0104.2.031	REM.PROF.MAGIST.EDUC.BASICA INFANTIL 60%(PRE-		366.989,02	366.989,02
12.365.0104.2.032	MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(PRÉ-		138.224,05	138.224,05
12.365.0104.2.033	REM.PROF.MAGIST.EDUC.BASICA INFANTIL 60%(CREC		490.685,08	490.685,08
12.365.0104.2.034	MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(CREC		481.654,43	481.654,43
13	Cultura	281.447,92		281.447,92
13.392	Difusão Cultural	281.447,92		281.447,92
13.392.0138	MANUT. DO DEPARTº DA CULTURA	281.447,92		281.447,92
13.392.0138.2.080	MANUT. DO DEPARTAMENTO DA CULTURA	281.447,92		281.447,92
25	Energia	325.396,73		325.396,73
25.752	Energia Elétrica	325.396,73		325.396,73
25.752.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	325.396,73		325.396,73
25.752.0004.2.012	MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	325.396,73		325.396,73
26	Transporte	72.000,00		72.000,00
26.782	Transporte Rodoviário	72.000,00		72.000,00
26.782.0004	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	72.000,00		72.000,00
26.782.0004.1.021	TRANSF. CONS. INTER.DES.NASC. DO ARAGUAIA	72.000,00		72.000,00
27	Desporto e Lazer	31.871,00		31.871,00
27.812	Desporto Comunitário	31.871,00		31.871,00
27.812.0137	MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER	31.871,00		31.871,00
27.812.0137.2.079	MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER	31.871,00		31.871,00
28	Encargos Especiais	1.054.138,61		1.054.138,61
28.843	Serviço da Dívida Interna	1.054.138,61		1.054.138,61
28.843.0033	SERVIÇOS DA DIVIDA FUNDADA INTERNA	1.054.138,61		1.054.138,61
28.843.0033.1.005	AMORTIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DIVIDA FUNDADA	1.054.138,61		1.054.138,61
	Total:	19.067.933,64	5.621.381,62	24.689.315,26

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

CÓDIGO	ÓRGÃOS \ FUNÇÕES	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA	RELAÇÕES EXTERIORES
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS							
1	CAMARA MUNICIPAL							
2	GABINETE DO PREFEITO				773.147,57			
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO				1.509.831,62			
4	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAME				1.239.368,88			
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBI				3.774.789,81			
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO							
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE							
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
9	SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURIS				396.229,95			
10	SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURA				215.510,01			
	Total da Entidade:				7.908.877,84			
	Total :				7.908.877,84			

CÓDIGO	ÓRGÃOS \ FUNÇÕES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS							
1	CAMARA MUNICIPAL							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
4	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAME				250.780,12			
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBI							
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					6.980.585,67		
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE			6.594.977,87				
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.189.239,50						
9	SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURIS						281.447,92	
10	SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURA							
	Total da Entidade:	1.189.239,50		6.594.977,87	250.780,12	6.980.585,67	281.447,92	
	Total :	1.189.239,50		6.594.977,87	250.780,12	6.980.585,67	281.447,92	

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

CÓDIGO	ÓRGÃOS \ FUNÇÕES	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS							
1	CAMARA MUNICIPAL							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
4	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAME							
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBI							
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO							
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE							
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
9	SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURIS							
10	SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURA							
	Total da Entidade:							
	Total :							

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

CÓDIGO	ÓRGÃOS / FUNÇÕES	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES	ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS							
1	CAMARA MUNICIPAL							
2	GABINETE DO PREFEITO							
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
4	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAME							1.054.138,61
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBI				325.396,73	72.000,00		
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO							
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE							
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL							
9	SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURIS						31.871,00	
10	SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURA							
	Total da Entidade:				325.396,73	72.000,00	31.871,00	1.054.138,61
	Total :				325.396,73	72.000,00	31.871,00	1.054.138,61

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta

CÓDIGO	ÓRGÃOS / FUNÇÕES	RESERVA LEGAL DO RPPS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS			
1	CAMARA MUNICIPAL			
2	GABINETE DO PREFEITO			773.147,57
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO			1.509.831,62
4	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAME			2.544.287,61
5	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBI			4.172.186,54
6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			6.980.585,67
7	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE			6.594.977,87
8	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			1.189.239,50
9	SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURIS			709.548,87
10	SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURA			215.510,01
	Total da Entidade:			24.689.315,26
	Total :			24.689.315,26

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	21.883.852,25	25.875.038,25	6.103.939,03	2.112.753,03
RECEITAS CORRENTES	23.609.121,22	29.003.842,78	6.222.059,22	827.337,66
RECEITA TRIBUTARIA	1.943.777,44	2.607.760,74	791.142,11	127.158,81
Impostos	1.737.395,54	2.356.379,71	739.925,98	120.941,81
Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	714.109,46	837.306,75	244.139,10	120.941,81
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	273.179,19	422.375,60	149.196,41	0,00
Imp. Predial e Territorial Urbano	273.179,19	422.375,60	149.196,41	0,00
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	247.690,41	309.402,07	61.711,66	0,00
IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	247.690,41	309.402,07	61.711,66	0,00
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	193.239,86	105.529,08	33.231,03	120.941,81
Imp.s/ITBI Urbanos	177.358,05	56.416,24	0,00	120.941,81
Imp.s/ITBI Rural	15.881,81	49.112,84	33.231,03	0,00
Imposto s/ a Produção e a Circulação	1.023.286,08	1.519.072,96	495.786,88	0,00
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	1.023.286,08	1.519.072,96	495.786,88	0,00
IMP. S/ Serviços de Qualquer Natureza	964.791,08	1.364.801,31	400.010,23	0,00
ISSQN- Simples Nacional.	58.495,00	154.271,65	95.776,65	0,00
Taxas	206.381,90	251.381,03	51.216,13	6.217,00
Tx p/ Exercício do Poder de Policia	152.726,00	176.062,78	23.336,78	0,00
Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	152.726,00	176.062,78	23.336,78	0,00
Tx pela Prestacao de Servicos	53.655,90	75.318,25	27.879,35	6.217,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços	53.655,90	75.318,25	27.879,35	6.217,00
Tx de Expediente	0,00	27.879,35	27.879,35	0,00
Tx. Expediente DAE	0,00	27.879,35	27.879,35	0,00
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	53.655,90	47.438,90	0,00	6.217,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	504.278,86	489.706,52	0,00	14.572,34
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	504.278,86	489.706,52	0,00	14.572,34
Contrib. p/Custeio do Srviços de Iluminação Públic	504.278,86	489.706,52	0,00	14.572,34
RECEITA PATRIMONIAL	137.243,32	294.021,82	156.778,50	0,00
Receitas de Valores Mobiliarios	137.243,32	294.021,82	156.778,50	0,00
Dividendoss	0,00	1.066,86	1.066,86	0,00
Dividendos	0,00	1.066,86	1.066,86	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários	137.243,32	292.954,96	155.711,64	0,00
Rem. de Dep. de Recursos Vinculados	137.243,32	274.833,23	137.589,91	0,00
Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. FUNDEB	0,00	16.606,85	16.606,85	0,00
Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 60%	0,00	9.964,12	9.964,12	0,00
Rem. de Dep. Bancários - FUNDEB 40%	0,00	6.642,73	6.642,73	0,00
Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. – MDE	0,00	6.086,81	6.086,81	0,00
Rec De Rem. Dep. Banc. R. V. Ações Serv. P. Saúde	0,00	70.851,43	70.851,43	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - BLGES	0,00	713,67	713,67	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - BLMAC	0,00	9.994,83	9.994,83	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - VGS	0,00	2.382,60	2.382,60	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - BLATB-PAB	0,00	34.720,06	34.720,06	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - BLATB - PSF	0,00	1.698,12	1.698,12	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - BLATB-SAUDE BUCAL	0,00	2.755,86	2.755,86	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - BL-ASSIST.FARMACEUTICA	0,00	1.940,07	1.940,07	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - BLATB	0,00	1.122,18	1.122,18	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - BL INVEST	0,00	425,30	425,30	0,00
Rem. de Dep. Vinc. - PAICI	0,00	704,83	704,83	0,00
Rem. de Dep. Vinc.Prog. Requal. de USB_Construção	0,00	13.618,30	13.618,30	0,00
INCENT. P/ CONST.POLOS DE ACADEMIA DA SAUDE -BAS	0,00	775,61	775,61	0,00
Receita de Rem. de Dep. Banc. Rec. Vinc. – FNAS	0,00	13.938,55	13.938,55	0,00
Rec. de Rem. de Outros Depós. B. de Rec.Vinculados	137.243,32	167.349,59	30.106,27	0,00
REM. DE DEP. DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	0,00	18.121,73	18.121,73	0,00
Rem. de Outros Dep. de Recursos Não Vinculados	0,00	18.121,73	18.121,73	0,00
Rem. Serv. cap.,adução, trat., reserv. e dist.agua	0,00	17.224,84	17.224,84	0,00
Rem. de Deposito - Doação Judicial	0,00	775,38	775,38	0,00
Rem. de Aplic. Unines - Faculadade	0,00	121,51	121,51	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	1.009.255,55	1.009.255,55	0,00
SERV. DE CAPTAÇÃO/ADUÇÃO/TRAT./RES. E DIST. DE ÁGUA	0,00	1.009.255,55	1.009.255,55	0,00
Serv. de Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	0,00	1.009.255,55	1.009.255,55	0,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.711.482,73	23.796.280,44	3.717.051,49	632.253,78
Transferências Intergovernamentais	20.319.538,45	23.397.105,00	3.709.820,33	632.253,78
Transferências da União	9.334.934,29	10.485.106,28	1.326.453,42	176.281,43
Participação na Rec. da União	7.182.143,70	7.912.452,67	730.308,97	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	6.890.547,88	7.498.973,45	608.425,57	0,00
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	291.595,82	413.479,22	121.883,40	0,00
Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	103.138,27	111.959,38	10.568,22	1.747,11
Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	1.747,11	0,00	0,00	1.747,11
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	101.391,16	111.959,38	10.568,22	0,00
Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.386.103,20	1.422.840,12	195.535,89	158.798,97
BLOCO ANTENÇAO BASICA	1.085.704,69	1.108.693,42	126.954,24	103.965,51
Atençao Basica Pab.	274.990,76	298.340,04	23.349,28	0,00
Programa de Agentes Comunitarios de Saude- PACS	205.500,10	210.710,00	5.209,90	0,00
Programa Saude da Familia - PSF	406.581,81	319.460,00	0,00	87.121,81
Programade Saude Bucal - PSB	127.228,70	110.385,00	0,00	16.843,70
Programa de Melh. do Acesso e da Qualidade - PMAQ	71.403,32	150.532,38	79.129,06	0,00
Inc. Adicional ao Porg. de Agentes Comunitarios de Saude	0,00	19.266,00	19.266,00	0,00
BLOCO MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE.	171.922,04	166.681,63	3.191,04	8.431,45
Teto Mun. de Media e Alta Complexidade	171.922,04	163.490,59	0,00	8.431,45
Teto Municipal Rede Cegonha	0,00	3.191,04	3.191,04	0,00
BLOCO VIGILANCIA DA SAUDE	57.840,78	93.889,51	65.390,61	29.341,88
Piso Fixo Vigilancia Sanitaria -VISA - FNS	34.526,26	8.784,38	0,00	25.741,88
Piso Fixo de Vigilancia em Saude - PFVPS	11.670,19	45.557,10	33.886,91	0,00
Incentivo de Qual. das Açoes de Dengue - PVVPS	5.644,33	16.400,55	10.756,22	0,00
Ações Estruturantes de Vig. Sanitaria - FNS	6.000,00	2.400,00	0,00	3.600,00
Inc. Pontuais para Ações Serv. Vig. Em Saude -IPVS	0,00	3.426,10	3.426,10	0,00
Piso Fixo Vigilancia Sanitaria - Anvisa	0,00	2.014,20	2.014,20	0,00
Prog. de Qualificação das Ações de Vig. em Saude - PVVS	0,00	15.307,18	15.307,18	0,00
BLOCO ASSISTENCIA FARMACEUTICA	59.381,47	53.575,56	0,00	5.805,91
Prog. Assistencia Farfmaceutica - PFB	59.381,47	53.575,56	0,00	5.805,91
BLOCO GESTAO DO SUS	11.254,22	0,00	0,00	11.254,22
Implantaçao de Açoes e Serviços de Saude - CAPS	11.254,22	0,00	0,00	11.254,22
Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	34.948,84	135.722,48	106.512,08	5.738,44
Transferencia do FNAS - IGDBF	11.094,55	8.049,39	0,00	3.045,16
Transferencia do FNAS - SPTB	14.474,25	42.000,00	27.525,75	0,00
Transferencia do FNAS - Pro- Jovem	2.693,28	0,00	0,00	2.693,28
Transferencia do FNAS - IGD-SUAS	6.686,76	12.317,80	5.631,04	0,00
Transferencia do FNAS - FMASSCFV	0,00	73.355,29	73.355,29	0,00
Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	279.881,56	357.628,96	87.744,31	9.996,91
Transf. do Salário-Educação	142.832,89	176.405,99	33.573,10	0,00
Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	90.293,00	84.288,00	794,80	6.799,80
Transferencia FNDE - PNAEF	32.036,35	31.744,00	0,00	292,35
Transferencia do FNDE - PNAEC	30.080,72	28.640,00	0,00	1.440,72
Transferencia do FNDE - PNAEJA	5.210,73	144,00	0,00	5.066,73
Transferencia do FNDE - PNAEP	22.065,20	22.480,00	414,80	0,00
Transferencia do FNDE - AEE	900,00	1.280,00	380,00	0,00
Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	12.417,56	9.220,45	0,00	3.197,11
OUTRAS TRANSF. DIRETA DO FNDE	34.338,11	87.714,52	53.376,41	0,00
Manut. Educ. Infantil - Apoio a Creches	34.338,11	75.766,62	41.428,51	0,00
FNDE MANUTENÇÃO	0,00	11.947,90	11.947,90	0,00
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	47.920,85	48.879,48	958,63	0,00
Outras Transferências da União	300.797,87	495.623,19	194.825,32	0,00
FEX-Auxilio Financeiro p/Fomento àsExportações	300.797,87	353.874,83	53.076,96	0,00
AFM - Auxílio /finaneiro a Municípios	0,00	141.748,36	141.748,36	0,00
Transferências dos Estados	8.632.460,83	10.163.878,95	1.987.390,47	455.972,35
Participação na Rec. dos Estados	7.934.975,49	9.879.117,20	1.986.915,19	42.773,48
Cota-Parte do ICMS	7.200.545,82	8.978.105,38	1.777.559,56	0,00
ICMS	7.200.545,82	8.978.105,38	1.777.559,56	0,00
Cota-Parte do IPVA	622.811,36	832.166,99	209.355,63	0,00
Cota-Parte do IPI S/ Exportação	72.923,15	64.976,26	0,00	7.946,89
Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	38.695,16	3.868,57	0,00	34.826,59
Transf. da Cota Parte Compen. Finan. (25%)	50.644,64	25.100,18	0,00	25.544,46
Cota-Parte Royalties Compen. Finan. Prod. Petróleo	50.644,64	25.100,18	0,00	25.544,46
Cota-Parte . FEP	50.644,64	25.100,18	0,00	25.544,46

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	596.976,43	217.775,18	0,00	379.201,25
Transf. de Rec. do Estado-Saude - SB	42.766,02	25.291,57	0,00	17.474,45
Transf. de Rec.do Estado - Saude - PSF	277.905,69	69.061,50	0,00	208.844,19
Transf. de Rec.do Estado -Saude - BLMAC	36.994,18	12.003,00	0,00	24.991,18
Transf. de Rec.do Estado -Saude - PAB	20.257,59	14.360,32	0,00	5.897,27
BLAFB- DIABETE MIELLITUS -ASSIST.FARMACEUTICA	7.912,08	925,42	0,00	6.986,66
Transf. de Rec.do Estado -Saude - Farmacia Basica	11.140,87	7.574,61	0,00	3.566,26
Transf. de Rec.do Estado -Saude - PAICI	200.000,00	88.558,76	0,00	111.441,24
TRANS. DE RECURSOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	49.864,27	41.886,39	475,28	8.453,16
Transf. de Rec. Assistência Social- FUPIS	30.339,55	21.886,39	0,00	8.453,16
Transf.de Rec. API-APOIO A PESSOA IDOSA	19.524,72	20.000,00	475,28	0,00
Transferencias Multigovernamentais	2.352.143,33	2.748.119,77	395.976,44	0,00
Transf. de Recursos do FUNDEB	2.352.143,33	2.748.119,77	395.976,44	0,00
Transf. de Rec. FUNDEB- 60%	1.411.286,00	1.648.871,85	237.585,85	0,00
Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	940.857,33	1.099.247,92	158.390,59	0,00
Transf. de Conv.	391.944,28	399.175,44	7.231,16	0,00
Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	391.944,28	399.175,44	7.231,16	0,00
Transf. Conv. Estados Destin Programas de Educação	391.944,28	399.175,44	7.231,16	0,00
Transf. do Estado - Transporte Escolar	391.944,28	399.175,44	7.231,16	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	312.338,87	806.817,71	547.831,57	53.352,73
Multas e Juros de Mora	64.713,24	205.478,88	140.765,64	0,00
Multas/Juros de Mora dos Tributos	466,06	3.510,56	3.044,50	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	466,06	646,00	179,94	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o ISS	0,00	2.864,56	2.864,56	0,00
Multas/Juros de Mora da Div. Ativ. dos Tributos	64.247,18	197.936,45	133.689,27	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	64.247,18	189.196,14	124.948,96	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	0,00	4.491,85	4.491,85	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	0,00	4.248,46	4.248,46	0,00
Multas/Juros de Mora Div. Ativ. de Outros Tributos	0,00	4.248,46	4.248,46	0,00
Multas de Outras Origens	0,00	4.031,87	4.031,87	0,00
Outras Multas	0,00	4.031,87	4.031,87	0,00
Outras Multas - DAE - Água	0,00	4.031,87	4.031,87	0,00
Indenizações e Restituições	6.016,00	50.440,74	44.424,74	0,00
Restituições	6.016,00	50.440,74	44.424,74	0,00
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	3.265,05	3.265,05	0,00
Outras Restituicoes	6.016,00	47.175,69	41.159,69	0,00
Outras Restituições	6.016,00	47.175,69	41.159,69	0,00
Receita da Divida Ativa	188.256,90	494.007,13	305.750,23	0,00
Rec. Div. Ativ. Tributaria	188.256,90	494.007,13	305.750,23	0,00
Rec. Div. Ativ. do IPTU	186.684,16	447.723,85	261.039,69	0,00
Rec. Div. Ativ. do ISS	0,00	28.417,41	28.417,41	0,00
Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	1.572,74	17.865,87	16.293,13	0,00
Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Princ	1.572,74	17.865,87	16.293,13	0,00
Receitas Diversas	53.352,73	56.890,96	56.890,96	53.352,73
Outras Receitas	53.352,73	56.890,96	56.890,96	53.352,73
Outras Receitas	53.352,73	0,00	0,00	53.352,73
Doação _ Justiça	0,00	44.661,96	44.661,96	0,00
UNIMES - Faculdade	0,00	12.229,00	12.229,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.300.000,00	361.816,43	361.816,43	1.300.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.300.000,00	361.816,43	361.816,43	1.300.000,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	361.816,43	361.816,43	0,00
Transf. da União	0,00	361.816,43	361.816,43	0,00
Transf. de Recursos do Sist. Único de Saúde -SUS	0,00	260.800,00	260.800,00	0,00
INCENT. P/ CONST.POLOS DE ACADEMIA DA SAUDE -BASI(	0,00	16.000,00	16.000,00	0,00
Prog. de Requal. de UBS- Construção	0,00	244.800,00	244.800,00	0,00
Transf. de Recur. Destin. a Prog. de Educaçao	0,00	101.016,43	101.016,43	0,00
Transf. De Rec. p/ Implat.Adeq. Estrt. Esport. Escolares	0,00	101.016,43	101.016,43	0,00
Transferências de Convênios	1.300.000,00	0,00	0,00	1.300.000,00
Transf. Convênios da União e de suas Entidades	750.000,00	0,00	0,00	750.000,00
Outras Transf. de Convênio da União	750.000,00	0,00	0,00	750.000,00
Outras Transf. de Convênio da União	750.000,00	0,00	0,00	750.000,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00
Outras Transf. de Convênio dos Estados	550.000,00	0,00	0,00	550.000,00
Outras Transf. de Convênio dos Estados	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00
Outras Transf. de Convênio dos Estados	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.025.268,97	-3.490.620,96	-479.936,62	-14.584,63
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-3.025.268,97	-3.490.620,96	-479.936,62	-14.584,63
Deduções de Transferências Intergovernamentais	-3.025.268,97	-3.490.620,96	-479.936,62	-14.584,63
Deduções de Transferências da União	-1.446.012,91	-1.528.567,38	-82.554,47	0,00
Deduções de Participação na Receita da União	-1.436.428,74	-1.518.791,58	-82.362,84	0,00
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-1.378.109,58	-1.436.095,87	-57.986,29	0,00
Dedu de Rec. do FPM-FUNDEF/FUNDEB	-1.378.109,58	-1.436.095,87	-57.986,29	0,00
Dedu de Rec. do FPM-FUNDEF/FUNDEB-20%	-1.378.109,58	-1.436.095,87	-57.986,29	0,00
Dedução da Receita para formação do FUNDEB-ITR	-58.319,16	-82.695,71	-24.376,55	0,00
Ded. da Rec. para form. do FUNDEB-ITR - 20%	-58.319,16	-82.695,71	-24.376,55	0,00
Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96	-9.584,17	-9.775,80	-191,63	0,00
Ded Rec p/ Formaç FUNDEB-ICMS Deson LC 87/96 - 20%	-9.584,17	-9.775,80	-191,63	0,00
Participação na Rec. dos Estados	-1.579.256,06	-1.962.053,58	-397.382,15	-14.584,63
Deduções de Participação na Receita do Estado	-1.579.256,06	-1.962.053,58	-397.382,15	-14.584,63
Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	-1.440.109,16	-1.795.620,82	-355.511,66	0,00
Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS	-1.440.109,16	-1.795.620,82	-355.511,66	0,00
Deduç de Recei p/ Form do FUNDEF/FUNDEB-ICMS-20%	-1.440.109,16	-1.795.620,82	-355.511,66	0,00
Ded de Recei Para Form do FUNDEB - IPVA	-124.562,27	-166.432,76	-41.870,49	0,00
Ded de Rec.P/ Form do FUNDEB - IPVA - 20%	-124.562,27	-166.432,76	-41.870,49	0,00
Ded de Receita para Formaç do FUNDEF/FUNDEB - IPI	-14.584,63	0,00	0,00	-14.584,63
Ded de Rec. p/ Form. do FUNDEF/FUNDEB - IPI-20%	-14.584,63	0,00	0,00	-14.584,63
Totais:	21.883.852,25	25.875.038,25	6.103.939,03	2.112.753,03

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 1

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
02 GABINETE DO PREFEITO	763.538,25	12.618,96	776.157,21	773.147,57	3.009,64
02.01 GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES	763.538,25	12.618,96	776.157,21	773.147,57	3.009,64
0201.04 Administração	763.538,25	12.618,96	776.157,21	773.147,57	3.009,64
0201.04.122 Administração Geral	763.538,25	12.618,96	776.157,21	773.147,57	3.009,64
02.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL	763.538,25	12.618,96	776.157,21	773.147,57	3.009,64
02.01.04.122.0003.1.003 AQUISIÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO DE IMOVEIS	37.997,29	12.618,96	50.616,25	50.616,25	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	37.997,29	12.618,96	50.616,25	50.616,25	0,00
4.4.90.61.00.00.00.0999 Aquisição De Imóveis	37.997,29	12.618,96	50.616,25	50.616,25	0,00
4.4.90.61.03.00.00.0999 Terrenos				50.616,25	
02.01.04.122.0003.2.005 MANUT. E ENC. DO GAB. DO PREFEITO E UNIDADES	725.540,96	0,00	725.540,96	722.531,32	3.009,64
3.1.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	642.996,96	0,00	642.996,96	642.960,96	36,00
3.1.90.11.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	534.359,50	0,00	534.359,50	534.326,50	33,00
3.1.90.11.01.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				511.674,04	
3.1.90.11.43.00.00.0999 13º Salário				22.652,46	
3.1.90.13.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	108.637,46	0,00	108.637,46	108.634,46	3,00
3.1.90.13.02.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				108.634,46	
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	82.544,00	0,00	82.544,00	79.570,36	2.973,64
3.3.90.14.00.00.00.0999 Diárias - Civil	57.794,00	0,00	57.794,00	57.794,00	0,00
3.3.90.14.01.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				45.394,00	
3.3.90.14.02.00.00.0999 Diárias - No País (Fora Do Estado)				12.400,00	
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	2.200,00	0,00	2.200,00	2.200,00	0,00
3.3.90.30.99.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				2.200,00	
3.3.90.36.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.700,00	0,00	5.700,00	5.634,78	65,22
3.3.90.36.99.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				5.634,78	
3.3.90.39.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	16.850,00	0,00	16.850,00	13.941,58	2.908,42
3.3.90.39.57.00.00.0999 Serviços De Processamento De Dados				3.217,50	
3.3.90.39.99.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				10.724,08	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
0301.04 Administração	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
0301.04.122 Administração Geral	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01.04.122.0003.1.004 AQUIS. D EQUIP. INFORMÁTIC A E PERMANENTE	43.839,66	0,00	43.839,66	43.839,66	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	43.839,66	0,00	43.839,66	43.839,66	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0999 Equipamentos E Material Permanente	43.839,66	0,00	43.839,66	43.839,66	0,00
4.4.90.52.33.00.00.0999 Equipamentospara Áudio, Vídeo E Foto				2.145,00	
4.4.90.52.35.00.00.0999 Equipamentos De Processamento De Dados				1.311,50	
4.4.90.52.99.00.00.0999 Outros Materiais Permanentes				40.383,16	
03.01.04.122.0003.1.110 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	-88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	-88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0999 Equipamentos E Material Permanente	-88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00
03.01.04.122.0003.2.006 MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES	1.540.378,09	0,00	1.540.378,09	1.465.991,96	74.386,13
3.1.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	751.631,23	0,00	751.631,23	710.844,51	40.786,72
3.1.90.09.00.00.00.0999 Salário-Família	2.666,74	0,00	2.666,74	2.591,76	74,98
3.1.90.09.05.00.00.0999 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				2.591,76	
3.1.90.11.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	571.287,15	0,00	571.287,15	571.242,15	45,00
3.1.90.11.01.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				529.474,27	
3.1.90.11.43.00.00.0999 13º Salário				40.891,20	
3.1.90.11.99.00.00.0999 Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil				876,68	
3.1.90.13.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	113.425,54	0,00	113.425,54	113.425,54	0,00
3.1.90.13.02.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				113.425,54	
3.1.90.91.00.00.00.0999 Sentenças Judiciais	40.666,74	0,00	40.666,74	0,00	40.666,74
3.1.90.92.00.00.00.0999 Despesas De Exercícios Anteriores	5.636,10	0,00	5.636,10	5.636,10	0,00
3.1.90.92.13.00.00.0999 Obrigações Patronais				5.636,10	
3.1.90.94.00.00.00.0999 Indenizações E Restituições Trabalhistas	17.948,96	0,00	17.948,96	17.948,96	0,00
3.1.90.94.01.00.00.0999 Indenizações E Restituições Trabalhistas				17.948,96	
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	788.746,86	0,00	788.746,86	755.147,45	33.599,41
3.3.90.03.00.00.00.0999 Pensões (Rpps)	17.000,00	0,00	17.000,00	13.756,08	3.243,92
3.3.90.03.99.00.00.0999 Outras Pensões				13.756,08	
3.3.90.14.00.00.00.0999 Diárias - Civil	17.400,00	0,00	17.400,00	14.694,00	2.706,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
0301.04 Administração	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
0301.04.122 Administração Geral	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01.04.122.0003.2.006 MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES	1.540.378,09	0,00	1.540.378,09	1.465.991,96	74.386,13
3.3.90.14.01.00.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				14.694,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0999 Material De Consumo	124.586,81	0,00	124.586,81	124.586,25	0,56
3.3.90.30.04.00.00.00.0999 Gás Engarrafado				168,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.0999 Gêneros De Alimentação				3.532,25	
3.3.90.30.16.00.00.00.0999 Material De Expediente				80.441,66	
3.3.90.30.17.00.00.00.0999 Material De Processamento De Dados				6.537,60	
3.3.90.30.20.00.00.00.0999 Material De Cama, Mesa E Banho				72,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.0999 Material De Copa E Cozinha				1.461,30	
3.3.90.30.22.00.00.00.0999 Material De Limpeza E Produção De Higienização				3.773,20	
3.3.90.30.24.00.00.00.0999 Material Para Manutenção De Bens Imóveis				1.014,15	
3.3.90.30.26.00.00.00.0999 Material Elétrico E Eletrônico				140,20	
3.3.90.30.28.00.00.00.0999 Material De Proteção E Segurança				203,70	
3.3.90.30.99.00.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				27.242,19	
3.3.90.33.00.00.00.00.0999 Passagens E Despesas Com Locomoção	23.000,00	0,00	23.000,00	15.972,79	7.027,21
3.3.90.33.99.00.00.00.0999 Outras Despesas Com Locomoção				15.972,79	
3.3.90.35.00.00.00.00.0999 Serviços De Consultoria	78.500,00	0,00	78.500,00	78.500,00	0,00
3.3.90.35.01.00.00.00.0999 Consultoria Técnica				56.000,00	
3.3.90.35.02.00.00.00.0999 Consultoria Jurídica				22.500,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	59.300,00	0,00	59.300,00	58.900,72	399,28
3.3.90.36.06.00.00.00.0999 Serviços Técnicos Profissionais				10.000,00	
3.3.90.36.15.00.00.00.0999 Locação De Imóveis				26.500,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				22.400,72	
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	421.713,74	0,00	421.713,74	421.009,10	704,64
3.3.90.39.11.00.00.00.0999 Locação De Softwares				4.455,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.0999 Locação De Máquinas E Equipamentos				300,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0999 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				1.100,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.0999 Serviços De Energia Elétrica				15.889,80	
3.3.90.39.44.00.00.00.0999 Serviços De Água E Esgoto				45,00	
3.3.90.39.59.00.00.00.0999 Serviços De Audio,Vídeo E Foto				2.000,00	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
0301.04 Administração	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
0301.04.122 Administração Geral	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.496.217,75	88.000,00	1.584.217,75	1.509.831,62	74.386,13
03.01.04.122.0003.2.006 MANUT. DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E UNIDADES	1.540.378,09	0,00	1.540.378,09	1.465.991,96	74.386,13
3.3.90.39.70.00.00.00.0999 Confecção De Uniformes, Bandeiras E Flâmulas				7.880,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.0999 Hospedagens				11.860,00	
3.3.90.39.83.00.00.00.0999 Serviços De Cópias E Reprodução De Documentos				5.909,90	
3.3.90.39.88.00.00.00.0999 Serviços De Publicidade E Propaganda				52.539,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				319.030,40	
3.3.90.91.00.00.00.00.0999 Sentenças Judiciais	19.517,84	0,00	19.517,84	0,04	19.517,80
3.3.90.91.03.00.00.00.0999 Decisoes Judiciais				0,04	
3.3.90.92.00.00.00.00.0999 Despesas De Exercícios Anteriores	26.045,55	0,00	26.045,55	26.045,55	0,00
3.3.90.92.39.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				631,96	
3.3.90.92.99.00.00.00.0999 Outras Despesas De Exercícios Anteriores				25.413,59	
3.3.90.93.00.00.00.00.0999 Indenizações E Restituições	1.682,92	0,00	1.682,92	1.682,92	0,00
3.3.90.93.03.00.00.00.0999 Restituições De Saldos De Convênios				1.682,92	
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	2.601.242,22	0,00	2.601.242,22	2.544.287,61	56.954,61
04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINAN., PLANEJ. E UNIDADES	2.601.242,22	0,00	2.601.242,22	2.544.287,61	56.954,61
0401.04 Administração	1.252.619,01	0,00	1.252.619,01	1.239.368,88	13.250,13
0401.04.123 Administração Financeira	26.075,00	0,00	26.075,00	26.075,00	0,00
04.01.04.123.0006 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	26.075,00	0,00	26.075,00	26.075,00	0,00
04.01.04.123.0006.1.106 AQUIS. EQUIP. E MATERIAL INFORMÁTICA E PERMANENTE	26.075,00	0,00	26.075,00	26.075,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	26.075,00	0,00	26.075,00	26.075,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0999 Equipamentos E Material Permanente	26.075,00	0,00	26.075,00	26.075,00	0,00
4.4.90.52.35.00.00.00.0999 Equipamentos De Processamento De Dados				7.604,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.0999 Outros Materiais Permanentes				18.471,00	
0401.04.129 Administração de Receitas	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
04.01.04.129.0006 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
04.01.04.129.0006.2.009 MANUT. E ENC.DA SEC. MUN. DE FINAN. E PLANEJ. E UNIDADES	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
3.1.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	476.824,92	0,00	476.824,92	475.789,50	1.035,42
3.1.90.09.00.00.00.00.0999 Salário-Família	1.000,00	0,00	1.000,00	66,58	933,42

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	2.601.242,22	0,00	2.601.242,22	2.544.287,61	56.954,61
04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINAN., PLANEJ. E UNIDADES	2.601.242,22	0,00	2.601.242,22	2.544.287,61	56.954,61
0401.04 Administração	1.252.619,01	0,00	1.252.619,01	1.239.368,88	13.250,13
0401.04.129 Administração de Receitas	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
04.01.04.129.0006 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
04.01.04.129.0006.2.009 MANUT. E ENC.DA SEC. MUN. DE FINAN. E PLANEJ. E UNIDADES	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
3.1.90.09.99.00.00.00.0999 Outros - Salários-Familia				66,58	
3.1.90.11.00.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	394.570,91	0,00	394.570,91	394.568,91	2,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				364.808,64	
3.1.90.11.43.00.00.00.0999 13º Salário				29.760,27	
3.1.90.13.00.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	81.154,01	0,00	81.154,01	81.154,01	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				81.154,01	
3.1.90.92.00.00.00.00.0999 Despesas De Exercícios Anteriores	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	749.719,09	0,00	749.719,09	737.504,38	12.214,71
3.3.90.14.00.00.00.00.0999 Diárias - Civil	26.582,00	0,00	26.582,00	26.582,00	0,00
3.3.90.14.01.00.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				26.342,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0999 Material De Consumo	32.000,00	0,00	32.000,00	26.177,96	5.822,04
3.3.90.30.07.00.00.00.0999 Gêneros De Alimentação				428,45	
3.3.90.30.11.00.00.00.0999 Material Químico				44,80	
3.3.90.30.16.00.00.00.0999 Material De Expediente				24.888,36	
3.3.90.30.21.00.00.00.0999 Material De Copa E Cozinha				58,95	
3.3.90.30.22.00.00.00.0999 Material De Limpeza E Produção De Higienização				307,90	
3.3.90.30.26.00.00.00.0999 Material Elétrico E Eletrônico				15,45	
3.3.90.30.28.00.00.00.0999 Material De Proteção E Segurança				36,40	
3.3.90.30.99.00.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				397,65	
3.3.90.35.00.00.00.00.0999 Serviços De Consultoria	21.550,00	0,00	21.550,00	16.050,00	5.500,00
3.3.90.35.01.00.00.00.0999 Consultoria Técnica				8.550,00	
3.3.90.35.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Consultoria				7.500,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	21.600,00	0,00	21.600,00	21.600,00	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00.0999 Locação De Imóveis				7.200,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				14.400,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	647.987,09	0,00	647.987,09	647.094,42	892,67
3.3.90.39.11.00.00.00.0999 Locação De Softwares				70.840,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0999 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				710,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.0999 Hospedagens				220,00	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	2.601.242,22	0,00	2.601.242,22	2.544.287,61	56.954,61
04.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINAN., PLANEJ. E UNIDADES	2.601.242,22	0,00	2.601.242,22	2.544.287,61	56.954,61
0401.04 Administração	1.252.619,01	0,00	1.252.619,01	1.239.368,88	13.250,13
0401.04.129 Administração de Receitas	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
04.01.04.129.0006 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
04.01.04.129.0006.2.009 MANUT. E ENC.DA SEC. MUN. DE FINAN. E PLANEJ. E UNIDADES	1.226.544,01	0,00	1.226.544,01	1.213.293,88	13.250,13
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				575.324,42	
0401.11 Trabalho	258.338,52	0,00	258.338,52	250.780,12	7.558,40
0401.11.331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	258.338,52	0,00	258.338,52	250.780,12	7.558,40
04.01.11.331.0008 FORMAÇÃO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO	258.338,52	0,00	258.338,52	250.780,12	7.558,40
04.01.11.331.0008.2.008 FORMAÇÃO DE PATRIMONIO DO SERVIDOR PÚBLICO	258.338,52	0,00	258.338,52	250.780,12	7.558,40
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	258.338,52	0,00	258.338,52	250.780,12	7.558,40
3.3.90.47.00.00.00.00.0999 Obrigações Tributarias E Contributivas	258.338,52	0,00	258.338,52	250.780,12	7.558,40
3.3.90.47.01.00.00.00.0999 Pasep				250.780,12	
0401.28 Encargos Especiais	1.090.284,69	0,00	1.090.284,69	1.054.138,61	36.146,08
0401.28.843 Serviço da Dívida Interna	1.090.284,69	0,00	1.090.284,69	1.054.138,61	36.146,08
04.01.28.843.0033 SERVIÇOS DA DIVIDA FUNDADA INTERNA	1.090.284,69	0,00	1.090.284,69	1.054.138,61	36.146,08
04.01.28.843.0033.1.005 AMORTIZAÇÃO DE PARCELAMENTO DIVIDA FUNDADA INERNA	1.090.284,69	0,00	1.090.284,69	1.054.138,61	36.146,08
4.6.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicação Direta	1.090.284,69	0,00	1.090.284,69	1.054.138,61	36.146,08
4.6.90.71.00.00.00.00.0999 Principal Da Dívida Contratual Resgatado	1.090.284,69	0,00	1.090.284,69	1.054.138,61	36.146,08
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	4.269.608,19	0,00	4.269.608,19	4.172.186,54	97.421,65
05.01 SECRETARIA MUN. DE INFRAE ESTRUTURA E OBRAS	3.350.356,86	0,00	3.350.356,86	3.276.709,30	73.647,56
0501.04 Administração	3.278.356,86	0,00	3.278.356,86	3.204.709,30	73.647,56
0501.04.122 Administração Geral	13.560,00	0,00	13.560,00	13.560,00	0,00
05.01.04.122.0004 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	13.560,00	0,00	13.560,00	13.560,00	0,00
05.01.04.122.0004.1.008 AQUIS. EQUIP., MAT. DE INFORMÁTICA E PERMANENTE	13.560,00	0,00	13.560,00	13.560,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	13.560,00	0,00	13.560,00	13.560,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0999 Equipamentos E Material Permanente	13.560,00	0,00	13.560,00	13.560,00	0,00
4.4.90.52.28.00.00.00.0999 Maquinas E Equipamentos De Natureza Industrial				9.500,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0999 Equipamentos De Processamento De Dados				3.350,00	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	4.269.608,19	0,00	4.269.608,19	4.172.186,54	97.421,65
05.01 SECRETARIA MUN. DE INFRAE ESTRUTURA E OBRAS	3.350.356,86	0,00	3.350.356,86	3.276.709,30	73.647,56
0501.04 Administração	3.278.356,86	0,00	3.278.356,86	3.204.709,30	73.647,56
0501.04.122 Administração Geral	13.560,00	0,00	13.560,00	13.560,00	0,00
05.01.04.122.0004 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	13.560,00	0,00	13.560,00	13.560,00	0,00
05.01.04.122.0004.1.008 AQUIS. EQUIP., MAT. DE INFORMÁTICA E PERMANENTE	13.560,00	0,00	13.560,00	13.560,00	0,00
4.4.90.52.99.00.00.00.0999 Outros Materiais Permanentes				710,00	
0501.04.451 Infra-Estrutura Urbana	3.264.796,86	0,00	3.264.796,86	3.191.149,30	73.647,56
05.01.04.451.0004 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	3.264.796,86	0,00	3.264.796,86	3.191.149,30	73.647,56
05.01.04.451.0004.2.011 MANUT. E ENC. SECRET. MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	3.264.796,86	0,00	3.264.796,86	3.191.149,30	73.647,56
3.1.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	1.216.938,61	0,00	1.216.938,61	1.211.347,72	5.590,89
3.1.90.04.00.00.00.00.0999 Contratação P/ Tempo Determinado	88.348,13	0,00	88.348,13	88.347,13	1,00
3.1.90.09.00.00.00.00.0999 Salário-Família	6.000,00	0,00	6.000,00	415,11	5.584,89
3.1.90.09.05.00.00.00.0999 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				415,11	
3.1.90.11.00.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	932.251,95	0,00	932.251,95	932.248,95	3,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				866.869,11	
3.1.90.11.43.00.00.00.0999 13º Salário				65.379,84	
3.1.90.13.00.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	190.338,53	0,00	190.338,53	190.336,53	2,00
3.1.90.13.02.00.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				190.336,53	
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	2.047.858,25	0,00	2.047.858,25	1.979.801,58	68.056,67
3.3.90.14.00.00.00.00.0999 Diárias - Civil	6.965,00	0,00	6.965,00	4.592,00	2.373,00
3.3.90.14.01.00.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				2.942,00	
3.3.90.14.02.00.00.00.0999 Diárias - No País (Fora Do Estado)				1.650,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0999 Material De Consumo	1.036.293,25	0,00	1.036.293,25	984.666,50	51.626,75
3.3.90.30.01.00.00.00.0999 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				264.898,12	
3.3.90.30.04.00.00.00.0999 Gás Engarrafado				581,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.0999 Gêneros De Alimentação				8.554,95	
3.3.90.30.11.00.00.00.0999 Material Químico				31.780,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.0999 Material De Expediente				8.751,67	
3.3.90.30.21.00.00.00.0999 Material De Copa E Cozinha				675,62	
3.3.90.30.22.00.00.00.0999 Material De Limpeza E Produção De Higienização				734,18	
3.3.90.30.23.00.00.00.0999 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				480,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.0999 Material Para Manutenção De Bens Imóveis				86.534,58	
3.3.90.30.26.00.00.00.0999 Material Elétrico E Eletrônico				41.877,10	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	4.269.608,19	0,00	4.269.608,19	4.172.186,54	97.421,65
05.01 SECRETARIA MUN. DE INFRAE ESTRUTURA E OBRAS	3.350.356,86	0,00	3.350.356,86	3.276.709,30	73.647,56
0501.04 Administração	3.278.356,86	0,00	3.278.356,86	3.204.709,30	73.647,56
0501.04.451 Infra-Estrutura Urbana	3.264.796,86	0,00	3.264.796,86	3.191.149,30	73.647,56
05.01.04.451.0004 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	3.264.796,86	0,00	3.264.796,86	3.191.149,30	73.647,56
05.01.04.451.0004.2.011 MANUT. E ENC. SECRET. MUN. DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	3.264.796,86	0,00	3.264.796,86	3.191.149,30	73.647,56
3.3.90.30.28.00.00.00.0999 Material De Proteção E Segurança				3.850,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0999 Material Para Manutenção De Veículos				10.936,00	
3.3.90.30.54.00.00.00.0999 Material P/Manut.Conserv.De Estradas E Vias				169.954,20	
3.3.90.30.99.00.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				355.059,08	
3.3.90.32.00.00.00.00.0999 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	1.600,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	990.543,08	9.456,92
3.3.90.39.05.00.00.00.0999 Serviços Técnicos Profissionais				372.926,90	
3.3.90.39.11.00.00.00.0999 Locação De Softwares				37.300,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.0999 Locação De Máquinas E Equipamentos				14.600,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0999 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				5.333,10	
3.3.90.39.21.00.00.00.0999 Manutençãoe Conservaçãode Estradas E Vias				38.038,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.0999 Serviços De Energia Elétrica				2.968,66	
3.3.90.39.79.00.00.00.0999 Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci				11.200,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.0999 Hospedagens				22.590,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				485.586,42	
0501.26 Transporte	72.000,00	0,00	72.000,00	72.000,00	0,00
0501.26.782 Transporte Rodoviário	72.000,00	0,00	72.000,00	72.000,00	0,00
05.01.26.782.0004 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	72.000,00	0,00	72.000,00	72.000,00	0,00
05.01.26.782.0004.1.021 TRANSF. CONS. INTER.DES.NASC. DO ARAGUAIA	72.000,00	0,00	72.000,00	72.000,00	0,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0999 Transferências A Consórcios Públicos	72.000,00	0,00	72.000,00	72.000,00	0,00
3.3.71.41.00.00.00.00.0999 Contribuições	72.000,00	0,00	72.000,00	72.000,00	0,00
3.3.71.41.01.00.00.00.0999 Consórcios Públicos				72.000,00	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	4.269.608,19	0,00	4.269.608,19	4.172.186,54	97.421,65
05.02 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	919.251,33	0,00	919.251,33	895.477,24	23.774,09
0502.04 Administração	593.068,10	0,00	593.068,10	570.080,51	22.987,59
0502.04.452 Serviços Urbanos	593.068,10	0,00	593.068,10	570.080,51	22.987,59
05.02.04.452.0004 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	593.068,10	0,00	593.068,10	570.080,51	22.987,59
05.02.04.452.0004.2.013 MANUT. E ENCARGOS DO DEPPTO DE SRV. PUBLICOS	593.068,10	0,00	593.068,10	570.080,51	22.987,59
3.1.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	96.461,91	0,00	96.461,91	74.685,07	21.776,84
3.1.90.04.00.00.00.0999 Contratação P/ Tempo Determinado	33.861,91	0,00	33.861,91	33.861,91	0,00
3.1.90.09.00.00.00.0999 Salário-Família	1.500,00	0,00	1.500,00	149,60	1.350,40
3.1.90.09.05.00.00.0999 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				1,64	
3.1.90.09.99.00.00.0999 Outros - Salários-Família				147,96	
3.1.90.11.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	21.100,00	0,00	21.100,00	9.479,06	11.620,94
3.1.90.11.01.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				9.479,06	
3.1.90.13.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	40.000,00	0,00	40.000,00	31.194,50	8.805,50
3.1.90.13.02.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				31.194,50	
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	496.606,19	0,00	496.606,19	495.395,44	1.210,75
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	67.235,00	0,00	67.235,00	66.630,25	604,75
3.3.90.30.11.00.00.0999 Material Químico				26.800,00	
3.3.90.30.23.00.00.0999 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				2.080,40	
3.3.90.30.28.00.00.0999 Material De Proteção E Segurança				1.354,65	
3.3.90.30.99.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				36.395,20	
3.3.90.32.00.00.00.0999 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.36.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	114.526,28	0,00	114.526,28	114.520,28	6,00
3.3.90.36.35.00.00.0999 Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci				98.880,00	
3.3.90.36.99.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				15.640,28	
3.3.90.39.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	314.244,91	0,00	314.244,91	314.244,91	0,00
3.3.90.39.05.00.00.0999 Serviços Técnicos Profissionais				10.000,00	
3.3.90.39.21.00.00.0999 Manutençãoe Conservaçãode Estradas E Vias				11.000,00	
3.3.90.39.43.00.00.0999 Serviços De Energia Elétrica				109.998,95	
3.3.90.39.74.00.00.0999 Fretes E Transportes De Encomendas				7.910,00	
3.3.90.39.99.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				175.335,96	
3.3.90.93.00.00.00.0999 Indenizações E Restituições	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	4.269.608,19	0,00	4.269.608,19	4.172.186,54	97.421,65
05.02 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS	919.251,33	0,00	919.251,33	895.477,24	23.774,09
0502.25 Energia	326.183,23	0,00	326.183,23	325.396,73	786,50
0502.25.752 Energia Elétrica	326.183,23	0,00	326.183,23	325.396,73	786,50
05.02.25.752.0004 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E OBRAS	326.183,23	0,00	326.183,23	325.396,73	786,50
05.02.25.752.0004.2.012 MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PUBLICA	326.183,23	0,00	326.183,23	325.396,73	786,50
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	326.183,23	0,00	326.183,23	325.396,73	786,50
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	26.000,00	0,00	26.000,00	25.213,50	786,50
3.3.90.30.26.00.00.0999 Material Elétrico E Eletrônico				25.213,50	
3.3.90.39.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	300.183,23	0,00	300.183,23	300.183,23	0,00
3.3.90.39.99.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				300.183,23	
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.122 Administração Geral	247.310,00	0,00	247.310,00	157.115,68	90.194,32
06.01.12.122.0040 ENSINO FUNDAMENTAL	247.310,00	0,00	247.310,00	157.115,68	90.194,32
06.01.12.122.0040.2.025 MANUT. DA GERÊNCIA DA EDUCAÇÃO	247.310,00	0,00	247.310,00	157.115,68	90.194,32
3.1.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	103.750,00	0,00	103.750,00	46.950,46	56.799,54
3.1.90.09.00.00.00.0999 Salário-Família	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.1.90.11.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	80.000,00	0,00	80.000,00	39.610,00	40.390,00
3.1.90.11.01.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				36.493,33	
3.1.90.11.43.00.00.0999 13º Salário				3.116,67	
3.1.90.13.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	20.000,00	0,00	20.000,00	7.340,46	12.659,54
3.1.90.13.02.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				3.460,50	
3.1.90.13.99.00.00.0999 Outras Obrigacoes Patronais				3.879,96	
3.1.90.92.00.00.00.0999 Despesas De Exercícios Anteriores	750,00	0,00	750,00	0,00	750,00
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	143.560,00	0,00	143.560,00	110.165,22	33.394,78
3.3.90.14.00.00.00.0999 Diárias - Civil	34.750,00	0,00	34.750,00	34.750,00	0,00
3.3.90.14.01.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				30.270,00	
3.3.90.14.02.00.00.0999 Diárias - No País (Fora Do Estado)				4.480,00	
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	20.000,00	0,00	20.000,00	10.347,12	9.652,88
3.3.90.30.04.00.00.0999 Gás Engarrafado				224,00	
3.3.90.30.07.00.00.0999 Gêneros De Alimentação				943,50	
3.3.90.30.11.00.00.0999 Material Químico				16,80	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.122 Administração Geral	247.310,00	0,00	247.310,00	157.115,68	90.194,32
06.01.12.122.0040 ENSINO FUNDAMENTAL	247.310,00	0,00	247.310,00	157.115,68	90.194,32
06.01.12.122.0040.2.025 MANUT. DA GERÊNCIA DA EDUCAÇÃO	247.310,00	0,00	247.310,00	157.115,68	90.194,32
3.3.90.30.17.00.00.00.0999 Material De Processamento De Dados				362,00	
3.3.90.30.20.00.00.00.0999 Material De Cama, Mesa E Banho				53,80	
3.3.90.30.21.00.00.00.0999 Material De Copa E Cozinha				169,10	
3.3.90.30.22.00.00.00.0999 Material De Limpeza E Produção De Higienização				380,62	
3.3.90.30.26.00.00.00.0999 Material Elétrico E Eletrônico				44,10	
3.3.90.30.99.00.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				8.153,20	
3.3.90.33.00.00.00.00.0999 Passagens E Despesas Com Locomoção	7.500,00	0,00	7.500,00	0,00	7.500,00
3.3.90.34.00.00.00.00.0999 Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teiceirização	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	5.000,00	0,00	5.000,00	1.439,30	3.560,70
3.3.90.36.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				1.439,30	
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	75.060,00	0,00	75.060,00	63.628,80	11.431,20
3.3.90.39.05.00.00.00.0999 Serviços Técnicos Profissionais				30.000,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.0999 Locação De Softwares				16.598,16	
3.3.90.39.17.00.00.00.0999 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				500,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.0999 Hospedagens				220,00	
3.3.90.39.88.00.00.00.0999 Serviços De Publicidade E Propaganda				637,50	
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				15.673,14	
3.3.90.93.00.00.00.00.0999 Indenizações E Restituições	250,00	0,00	250,00	0,00	250,00
0601.12.306 Alimentação e Nutrição	191.367,49	0,00	191.367,49	176.005,59	15.361,90
06.01.12.306.0036 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	191.367,49	0,00	191.367,49	176.005,59	15.361,90
06.01.12.306.0036.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR O PNAEF	78.266,35	0,00	78.266,35	74.209,89	4.056,46
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	39.500,00	0,00	39.500,00	39.430,96	69,04
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	38.766,35	0,00	38.766,35	34.778,93	3.987,42
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	39.500,00	0,00	39.500,00	39.430,96	69,04
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo	38.766,35	0,00	38.766,35	34.778,93	3.987,42
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo				39.430,96	
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo				34.778,93	
3.3.90.30.07.00.00.00.0101 Gêneros De Alimentação				39.430,96	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.306 Alimentação e Nutrição	191.367,49	0,00	191.367,49	176.005,59	15.361,90
06.01.12.306.0036 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	191.367,49	0,00	191.367,49	176.005,59	15.361,90
06.01.12.306.0036.2.019 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR O PNAEF	78.266,35	0,00	78.266,35	74.209,89	4.056,46
3.3.90.30.07.00.00.00.0102 Gêneros De Alimentação				34.778,93	
06.01.12.306.0036.2.020 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEC-CRECHE	77.615,94	0,00	77.615,94	71.632,47	5.983,47
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	43.439,59	0,00	43.439,59	43.012,96	426,63
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	34.176,35	0,00	34.176,35	28.619,51	5.556,84
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	43.439,59	0,00	43.439,59	43.012,96	426,63
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo	34.176,35	0,00	34.176,35	28.619,51	5.556,84
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo				43.012,96	
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo				28.619,51	
3.3.90.30.07.00.00.00.0101 Gêneros De Alimentação				43.012,96	
3.3.90.30.07.00.00.00.0102 Gêneros De Alimentação				28.619,51	
06.01.12.306.0036.2.024 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - PNAEP-PRÉ-ESCOLAR	33.135,20	0,00	33.135,20	28.733,62	4.401,58
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	9.070,00	0,00	9.070,00	8.989,99	80,01
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	24.065,20	0,00	24.065,20	19.743,63	4.321,57
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	9.070,00	0,00	9.070,00	8.989,99	80,01
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo	24.065,20	0,00	24.065,20	19.743,63	4.321,57
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo				8.989,99	
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo				19.743,63	
3.3.90.30.07.00.00.00.0101 Gêneros De Alimentação				8.989,99	
3.3.90.30.07.00.00.00.0102 Gêneros De Alimentação				19.743,63	
06.01.12.306.0036.2.026 MANUNTEÇÃO DA MERENDA ESCOLAR - AEE	2.350,00	0,00	2.350,00	1.429,61	920,39
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	900,00	0,00	900,00	0,00	900,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	1.450,00	0,00	1.450,00	1.429,61	20,39
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	900,00	0,00	900,00	0,00	900,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo	1.450,00	0,00	1.450,00	1.429,61	20,39
3.3.90.30.07.00.00.00.0102 Gêneros De Alimentação				1.429,61	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.361 Ensino Fundamental	2.076.088,27	631.100,15	2.707.188,42	2.507.353,95	199.834,47
06.01.12.361.0031 TRANSPORTE ESCOLAR	951.434,48	0,00	951.434,48	821.897,63	129.536,85
06.01.12.361.0031.1.033 AQUISIÇÃO DE ONIBUS, MICRO ONIBUS, VAN E KONBI ESCOLAR	331.155,27	0,00	331.155,27	326.000,00	5.155,27
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	331.155,27	0,00	331.155,27	326.000,00	5.155,27
4.4.90.52.00.00.00.00.0101 Equipamentos E Material Permanente	331.155,27	0,00	331.155,27	326.000,00	5.155,27
4.4.90.52.48.00.00.00.0101 Veículos Diversos				326.000,00	
06.01.12.361.0031.2.014 MANUT.DO TRANSP. ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL	608.430,46	0,00	608.430,46	486.296,55	122.133,91
3.3.90.00.00.00.00.00.0022 Aplicações Diretas	338.612,99	0,00	338.612,99	297.632,02	40.980,97
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	269.817,47	0,00	269.817,47	188.664,53	81.152,94
3.3.90.30.00.00.00.00.0022 Material De Consumo	319.869,49	0,00	319.869,49	289.517,02	30.352,47
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	258.387,47	0,00	258.387,47	179.542,63	78.844,84
3.3.90.30.00.00.00.00.0022 Material De Consumo				289.517,02	
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo				179.542,63	
3.3.90.30.01.00.00.00.0022 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				78.258,77	
3.3.90.30.01.00.00.00.0101 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				153.649,13	
3.3.90.30.39.00.00.00.0022 Material Para Manutenção De Veículos				41.111,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0101 Material Para Manutenção De Veículos				872,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.0022 Outros Materiais De Consumo				170.147,25	
3.3.90.30.99.00.00.00.0101 Outros Materiais De Consumo				25.021,50	
3.3.90.39.00.00.00.00.0022 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	18.743,50	0,00	18.743,50	8.115,00	10.628,50
3.3.90.39.00.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	11.430,00	0,00	11.430,00	9.121,90	2.308,10
3.3.90.39.00.00.00.00.0022 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				8.115,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				9.121,90	
3.3.90.39.19.00.00.00.0022 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				1.120,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0101 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				2.210,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0022 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				6.995,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				6.911,90	
06.01.12.361.0031.2.015 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE FUNDAMENTAL	11.848,75	0,00	11.848,75	9.601,08	2.247,67
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	11.848,75	0,00	11.848,75	9.601,08	2.247,67
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo	8.000,00	0,00	8.000,00	6.274,74	1.725,26

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.361 Ensino Fundamental	2.076.088,27	631.100,15	2.707.188,42	2.507.353,95	199.834,47
06.01.12.361.0031 TRANSPORTE ESCOLAR	951.434,48	0,00	951.434,48	821.897,63	129.536,85
06.01.12.361.0031.2.015 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE FUNDAMENTAL	11.848,75	0,00	11.848,75	9.601,08	2.247,67
3.3.90.30.99.00.00.00.0102 Outros Materiais De Consumo				6.274,74	
3.3.90.39.00.00.00.00.0102 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	3.848,75	0,00	3.848,75	3.326,34	522,41
3.3.90.39.99.00.00.00.0102 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				3.326,34	
06.01.12.361.0040 ENSINO FUNDAMENTAL	1.124.653,79	631.100,15	1.755.753,94	1.685.456,32	70.297,62
06.01.12.361.0040.1.027 AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMAN. E INFORM. FUNDAMENTAL	61.300,00	0,00	61.300,00	60.317,44	982,56
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	61.300,00	0,00	61.300,00	60.317,44	982,56
4.4.90.52.00.00.00.00.0101 Equipamentos E Material Permanente	61.300,00	0,00	61.300,00	60.317,44	982,56
4.4.90.52.12.00.00.00.0101 Aparelhos E Utensílios Domésticos				5.753,36	
4.4.90.52.35.00.00.00.0101 Equipamentos De Processamento De Dados				4.355,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.0101 Mobiliário Em Geral				892,08	
4.4.90.52.99.00.00.00.0101 Outros Materiais Permanentes				49.317,00	
06.01.12.361.0040.1.028 AMPL. E REFORMA DE UNID. ESCOLARES- ENS.FUNDAMENTAL	15.142,64	0,00	15.142,64	14.900,00	242,64
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	15.142,64	0,00	15.142,64	14.900,00	242,64
4.4.90.51.00.00.00.00.0101 Obras E Instalações	15.142,64	0,00	15.142,64	14.900,00	242,64
4.4.90.51.99.00.00.00.0101 Outras Obras E Instalacoes				14.900,00	
06.01.12.361.0040.1.116 CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESCOLAR COBERTA	-154,50	631.100,15	630.945,65	630.262,92	682,73
4.4.90.00.00.00.00.00.0053 Aplicações Diretas	0,00	505.082,15	505.082,15	504.399,42	682,73
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	-154,50	126.018,00	125.863,50	125.863,50	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0053 Obras E Instalações	0,00	505.082,15	505.082,15	504.399,42	682,73
4.4.90.51.00.00.00.00.0101 Obras E Instalações	-154,50	126.018,00	125.863,50	125.863,50	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0053 Obras E Instalações				504.399,42	
4.4.90.51.00.00.00.00.0101 Obras E Instalações				125.863,50	
4.4.90.51.99.00.00.00.0053 Outras Obras E Instalacoes				504.399,42	
4.4.90.51.99.00.00.00.0101 Outras Obras E Instalacoes				125.863,50	
06.01.12.361.0040.2.018 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL	1.048.365,65	0,00	1.048.365,65	979.975,96	68.389,69
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	824.280,56	0,00	824.280,56	802.931,80	21.348,76

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.361 Ensino Fundamental	2.076.088,27	631.100,15	2.707.188,42	2.507.353,95	199.834,47
06.01.12.361.0040 ENSINO FUNDAMENTAL	1.124.653,79	631.100,15	1.755.753,94	1.685.456,32	70.297,62
06.01.12.361.0040.2.018 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL	1.048.365,65	0,00	1.048.365,65	979.975,96	68.389,69
3.1.90.04.00.00.00.00.0101 Contratação P/ Tempo Determinado	46.283,38	0,00	46.283,38	39.806,40	6.476,98
3.1.90.09.00.00.00.00.0101 Salário-Família	6.050,00	0,00	6.050,00	1.302,05	4.747,95
3.1.90.09.05.00.00.00.0101 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				982,29	
3.1.90.09.99.00.00.00.0101 Outros - Salários-Família				319,76	
3.1.90.11.00.00.00.00.0101 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	635.363,15	0,00	635.363,15	635.361,15	2,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0101 Vencimentos Do Pessoal Fixo				587.451,27	
3.1.90.11.43.00.00.00.0101 13º Salário				47.909,88	
3.1.90.13.00.00.00.00.0101 Obrigações Patronais	136.584,03	0,00	136.584,03	126.462,20	10.121,83
3.1.90.13.02.00.00.00.0101 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				126.462,20	
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	224.085,09	0,00	224.085,09	177.044,16	47.040,93
3.3.90.14.00.00.00.00.0101 Diárias - Civil	9.000,00	0,00	9.000,00	6.404,00	2.596,00
3.3.90.14.01.00.00.00.0101 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				5.924,00	
3.3.90.14.02.00.00.00.0101 Diárias - No País (Fora Do Estado)				480,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	76.860,41	0,00	76.860,41	62.231,81	14.628,60
3.3.90.30.01.00.00.00.0101 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				374,90	
3.3.90.30.04.00.00.00.0101 Gás Engarrafado				6.540,80	
3.3.90.30.07.00.00.00.0101 Gêneros De Alimentação				5.269,59	
3.3.90.30.11.00.00.00.0101 Material Químico				551,25	
3.3.90.30.14.00.00.00.0101 Material Educativo E Esportivo				38.194,90	
3.3.90.30.16.00.00.00.0101 Material De Expediente				109,08	
3.3.90.30.19.00.00.00.0101 Material De Acondicionamento E Embalagem				175,00	
3.3.90.30.20.00.00.00.0101 Material De Cama, Mesa E Banho				26,70	
3.3.90.30.21.00.00.00.0101 Material De Copa E Cozinha				199,97	
3.3.90.30.23.00.00.00.0101 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				12,60	
3.3.90.30.24.00.00.00.0101 Material Para Manutenção De Bens Imóveis				8.248,75	
3.3.90.30.99.00.00.00.0101 Outros Materiais De Consumo				2.528,27	
3.3.90.32.00.00.00.00.0101 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.734,00	0,00	2.734,00	0,00	2.734,00
3.3.90.34.00.00.00.00.0101 Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teiceirização	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	124.490,68	0,00	124.490,68	108.408,35	16.082,33

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.361 Ensino Fundamental	2.076.088,27	631.100,15	2.707.188,42	2.507.353,95	199.834,47
06.01.12.361.0040 ENSINO FUNDAMENTAL	1.124.653,79	631.100,15	1.755.753,94	1.685.456,32	70.297,62
06.01.12.361.0040.2.018 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL	1.048.365,65	0,00	1.048.365,65	979.975,96	68.389,69
3.3.90.39.16.00.00.00.0101 Manutenção E Conservação De Bens Imóveis				13.466,75	
3.3.90.39.19.00.00.00.0101 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				480,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.0101 Serviços De Energia Elétrica				43.373,06	
3.3.90.39.44.00.00.00.0101 Serviços De Água E Esgoto				14.697,17	
3.3.90.39.99.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				36.391,37	
3.3.90.93.00.00.00.00.0101 Indenizações E Restituições	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
0601.12.362 Ensino Médio	714,01	0,00	714,01	266,23	447,78
06.01.12.362.0031 TRANSPORTE ESCOLAR	714,01	0,00	714,01	266,23	447,78
06.01.12.362.0031.2.016 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE -MEDIO	714,01	0,00	714,01	266,23	447,78
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	714,01	0,00	714,01	266,23	447,78
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo	500,00	0,00	500,00	186,23	313,77
3.3.90.30.99.00.00.00.0102 Outros Materiais De Consumo				186,23	
3.3.90.39.00.00.00.00.0102 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	214,01	0,00	214,01	80,00	134,01
3.3.90.39.19.00.00.00.0102 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				80,00	
0601.12.364 Ensino Superior	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00
06.01.12.364.0042 AUXILIO A UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSOS CURSOS	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00
06.01.12.364.0042.2.028 AUXILIO A UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSOS CURSOS	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	90.000,00	0,00	90.000,00	90.000,00	0,00
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				90.000,00	
0601.12.365 Educação Infantil	948.224,96	100.000,00	1.048.224,96	959.737,27	88.487,69
06.01.12.365.0031 TRANSPORTE ESCOLAR	68.444,80	0,00	68.444,80	41.981,37	26.463,43
06.01.12.365.0031.2.017 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - INFANTIL	2.854,80	0,00	2.854,80	1.319,62	1.535,18
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	2.854,80	0,00	2.854,80	1.319,62	1.535,18
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo	1.854,80	0,00	1.854,80	370,66	1.484,14
3.3.90.30.99.00.00.00.0102 Outros Materiais De Consumo				370,66	
3.3.90.39.00.00.00.00.0102 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00	0,00	1.000,00	948,96	51,04

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.365 Educação Infantil	948.224,96	100.000,00	1.048.224,96	959.737,27	88.487,69
06.01.12.365.0031 TRANSPORTE ESCOLAR	68.444,80	0,00	68.444,80	41.981,37	26.463,43
06.01.12.365.0031.2.017 MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE - INFANTIL	2.854,80	0,00	2.854,80	1.319,62	1.535,18
3.3.90.39.19.00.00.00.0102 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				220,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0102 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				728,96	
06.01.12.365.0031.2.084 MANUT.DO TRANSP. ESCOLAR ENSINO INFANTIL	65.590,00	0,00	65.590,00	40.661,75	24.928,25
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	65.590,00	0,00	65.590,00	40.661,75	24.928,25
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	50.590,00	0,00	50.590,00	38.346,75	12.243,25
3.3.90.30.01.00.00.00.0101 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				33.278,80	
3.3.90.30.99.00.00.00.0101 Outros Materiais De Consumo				5.067,95	
3.3.90.39.00.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00	0,00	15.000,00	2.315,00	12.685,00
3.3.90.39.19.00.00.00.0101 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				1.190,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				1.125,00	
06.01.12.365.0039 EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL	879.780,16	100.000,00	979.780,16	917.755,90	62.024,26
06.01.12.365.0039.1.029 AMPLIAÇÃO E REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL	42.100,00	100.000,00	142.100,00	142.000,00	100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0022 Aplicações Diretas	42.000,00	100.000,00	142.000,00	142.000,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0022 Obras E Instalações	42.000,00	100.000,00	142.000,00	142.000,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0101 Obras E Instalações	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0022 Obras E Instalações				142.000,00	
4.4.90.51.99.00.00.00.0022 Outras Obras E Instalacoes				142.000,00	
06.01.12.365.0039.1.030 AMPL., REFORMA DE UNID. ESCOLAR DA PRÉ-ESCOLA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0101 Obras E Instalações	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.01.12.365.0039.1.031 AQUIS. DE EQUIP.E MAT. PERM.E INFORMÁTICA CRECHE	79.242,84	0,00	79.242,84	76.080,60	3.162,24
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	79.000,00	0,00	79.000,00	76.080,60	2.919,40
4.4.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	242,84	0,00	242,84	0,00	242,84
4.4.90.52.00.00.00.00.0101 Equipamentos E Material Permanente	79.000,00	0,00	79.000,00	76.080,60	2.919,40
4.4.90.52.00.00.00.00.0102 Equipamentos E Material Permanente	242,84	0,00	242,84	0,00	242,84

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.365 Educação Infantil	948.224,96	100.000,00	1.048.224,96	959.737,27	88.487,69
06.01.12.365.0039 EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL	879.780,16	100.000,00	979.780,16	917.755,90	62.024,26
06.01.12.365.0039.1.031 AQUIS. DE EQUIP.E MAT. PERM.E INFORMÁTICA CRECHE	79.242,84	0,00	79.242,84	76.080,60	3.162,24
4.4.90.52.00.00.00.00.0101 Equipamentos E Material Permanente				76.080,60	
4.4.90.52.12.00.00.00.0101 Aparelhos E Utensílios Domésticos				3.550,00	
4.4.90.52.28.00.00.00.0101 Maquinas E Equipamentos De Natureza Industrial				30.000,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.0101 Mobiliário Em Geral				1.214,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.0101 Outros Materiais Permanentes				41.316,60	
06.01.12.365.0039.1.034 AQUIS. EQUIP. E MAT. PERMA. E INFORM. DA PRÉ-ESCOLA	25.065,20	0,00	25.065,20	24.999,80	65,40
4.4.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	25.065,20	0,00	25.065,20	24.999,80	65,40
4.4.90.52.00.00.00.00.0101 Equipamentos E Material Permanente	25.065,20	0,00	25.065,20	24.999,80	65,40
4.4.90.52.99.00.00.00.0101 Outros Materiais Permanentes				24.999,80	
06.01.12.365.0039.2.021 MANUTENÇÃO INFANTIL(CRECHE)	519.081,03	0,00	519.081,03	488.367,58	30.713,45
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	381.111,03	0,00	381.111,03	378.482,69	2.628,34
3.1.90.04.00.00.00.00.0101 Contratação P/ Tempo Determinado	38.000,00	0,00	38.000,00	35.373,66	2.626,34
3.1.90.09.00.00.00.00.0101 Salário-Família	4.032,09	0,00	4.032,09	4.031,09	1,00
3.1.90.09.05.00.00.00.0101 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				3.477,06	
3.1.90.09.99.00.00.00.0101 Outros - Salários-Família				554,03	
3.1.90.11.00.00.00.00.0101 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	279.540,37	0,00	279.540,37	279.540,37	0,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0101 Vencimentos Do Pessoal Fixo				249.686,25	
3.1.90.11.43.00.00.00.0101 13º Salário				27.316,17	
3.1.90.11.99.00.00.00.0101 Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil				2.537,95	
3.1.90.13.00.00.00.00.0101 Obrigações Patronais	59.538,57	0,00	59.538,57	59.537,57	1,00
3.1.90.13.02.00.00.00.0101 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				59.537,57	
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	137.970,00	0,00	137.970,00	109.884,89	28.085,11
3.3.90.14.00.00.00.00.0101 Diárias - Civil	7.000,00	0,00	7.000,00	3.648,00	3.352,00
3.3.90.14.01.00.00.00.0101 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				3.648,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	103.500,00	0,00	103.500,00	86.625,67	16.874,33
3.3.90.30.04.00.00.00.0101 Gás Engarrafado				4.844,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.0101 Gêneros De Alimentação				4.427,35	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.365 Educação Infantil	948.224,96	100.000,00	1.048.224,96	959.737,27	88.487,69
06.01.12.365.0039 EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL	879.780,16	100.000,00	979.780,16	917.755,90	62.024,26
06.01.12.365.0039.2.021 MANUTENÇÃO INFANTIL(CRECHE)	519.081,03	0,00	519.081,03	488.367,58	30.713,45
3.3.90.30.11.00.00.00.0101 Material Químico				468,66	
3.3.90.30.14.00.00.00.0101 Material Educativo E Esportivo				28.119,10	
3.3.90.30.19.00.00.00.0101 Material De Acondicionamento E Embalagem				1.690,50	
3.3.90.30.20.00.00.00.0101 Material De Cama, Mesa E Banho				6.796,34	
3.3.90.30.21.00.00.00.0101 Material De Copa E Cozinha				2.976,59	
3.3.90.30.22.00.00.00.0101 Material De Limpeza E Produção De Higienização				22.650,67	
3.3.90.30.23.00.00.00.0101 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				1.216,60	
3.3.90.30.26.00.00.00.0101 Material Elétrico E Eletrônico				355,80	
3.3.90.30.28.00.00.00.0101 Material De Proteção E Segurança				418,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.0101 Outros Materiais De Consumo				12.662,06	
3.3.90.39.00.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	26.470,00	0,00	26.470,00	19.611,22	6.858,78
3.3.90.39.43.00.00.00.0101 Serviços De Energia Elétrica				3.998,19	
3.3.90.39.44.00.00.00.0101 Serviços De Água E Esgoto				7.687,92	
3.3.90.39.99.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				7.925,11	
3.3.90.93.00.00.00.00.0101 Indenizações E Restituições	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
06.01.12.365.0039.2.022 MANUTENÇÃO INFANTIL(PRÉ-ESCOLAR)	213.291,09	0,00	213.291,09	186.307,92	26.983,17
3.1.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	131.455,94	0,00	131.455,94	117.562,54	13.893,40
3.1.90.04.00.00.00.00.0101 Contratação P/ Tempo Determinado	13.000,00	0,00	13.000,00	9.354,17	3.645,83
3.1.90.09.00.00.00.00.0101 Salário-Família	10.000,00	0,00	10.000,00	617,33	9.382,67
3.1.90.09.05.00.00.00.0101 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				172,62	
3.1.90.09.99.00.00.00.0101 Outros - Salários-Família				444,71	
3.1.90.11.00.00.00.00.0101 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	88.455,94	0,00	88.455,94	87.804,92	651,02
3.1.90.11.01.00.00.00.0101 Vencimentos Do Pessoal Fixo				79.031,35	
3.1.90.11.43.00.00.00.0101 13º Salário				8.773,57	
3.1.90.13.00.00.00.00.0101 Obrigações Patronais	20.000,00	0,00	20.000,00	19.786,12	213,88
3.1.90.13.02.00.00.00.0101 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				19.786,12	
3.3.90.00.00.00.00.00.0101 Aplicações Diretas	81.835,15	0,00	81.835,15	68.745,38	13.089,77
3.3.90.14.00.00.00.00.0101 Diárias - Civil	1.856,00	0,00	1.856,00	1.856,00	0,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.01 GERENCIA DA EDUCAÇÃO	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12 Educação	3.553.704,73	731.100,15	4.284.804,88	3.890.478,72	394.326,16
0601.12.365 Educação Infantil	948.224,96	100.000,00	1.048.224,96	959.737,27	88.487,69
06.01.12.365.0039 EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO INFANTIL	879.780,16	100.000,00	979.780,16	917.755,90	62.024,26
06.01.12.365.0039.2.022 MANUTENÇÃO INFANTIL(PRÉ-ESCOLAR)	213.291,09	0,00	213.291,09	186.307,92	26.983,17
3.3.90.14.01.00.00.00.0101 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				1.856,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0101 Material De Consumo	45.000,00	0,00	45.000,00	40.628,98	4.371,02
3.3.90.30.04.00.00.00.0101 Gás Engarrafado				2.457,70	
3.3.90.30.07.00.00.00.0101 Gêneros De Alimentação				1.891,25	
3.3.90.30.11.00.00.00.0101 Material Químico				155,03	
3.3.90.30.14.00.00.00.0101 Material Educativo E Esportivo				20.434,60	
3.3.90.30.19.00.00.00.0101 Material De Acondicionamento E Embalagem				705,50	
3.3.90.30.20.00.00.00.0101 Material De Cama, Mesa E Banho				128,30	
3.3.90.30.21.00.00.00.0101 Material De Copa E Cozinha				1.262,53	
3.3.90.30.22.00.00.00.0101 Material De Limpeza E Produção De Higienização				4.135,83	
3.3.90.30.23.00.00.00.0101 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				33,60	
3.3.90.30.24.00.00.00.0101 Material Para Manutenção De Bens Imóveis				904,25	
3.3.90.30.26.00.00.00.0101 Material Elétrico E Eletrônico				157,90	
3.3.90.30.28.00.00.00.0101 Material De Proteção E Segurança				152,20	
3.3.90.30.99.00.00.00.0101 Outros Materiais De Consumo				8.210,29	
3.3.90.34.00.00.00.00.0101 Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teiceirização	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	29.529,15	0,00	29.529,15	26.260,40	3.268,75
3.3.90.39.16.00.00.00.0101 Manutenção E Conservação De Bens Imóveis				5.487,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0101 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				320,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.0101 Serviços De Energia Elétrica				6.269,33	
3.3.90.39.99.00.00.00.0101 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				14.184,07	
3.3.90.93.00.00.00.00.0101 Indenizações E Restituições	450,00	0,00	450,00	0,00	450,00
06.02 FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
0602.12 Educação	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
0602.12.361 Ensino Fundamental	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
06.02.12.361.0032 FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
06.02.12.361.0032.2.027 MANUT. DO FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
3.3.90.00.00.00.00.00.0102 Aplicações Diretas	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.02 FUNDO SALÁRIO EDUCAÇÃO	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
0602.12 Educação	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
0602.12.361 Ensino Fundamental	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
06.02.12.361.0032 FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
06.02.12.361.0032.2.027 MANUT. DO FUNDO SALARIO EDUCAÇÃO	226.262,89	0,00	226.262,89	200.200,96	26.061,93
3.3.90.30.00.00.00.00.0102 Material De Consumo	166.262,89	0,00	166.262,89	161.633,15	4.629,74
3.3.90.30.14.00.00.00.0102 Material Educativo E Esportivo				34.800,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.0102 Material De Expediente				26.737,31	
3.3.90.30.19.00.00.00.0102 Material De Acondicionamento E Embalagem				974,20	
3.3.90.30.20.00.00.00.0102 Material De Cama, Mesa E Banho				388,80	
3.3.90.30.21.00.00.00.0102 Material De Copa E Cozinha				4.375,15	
3.3.90.30.22.00.00.00.0102 Material De Limpeza E Produção De Higienização				14.660,10	
3.3.90.30.23.00.00.00.0102 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				63,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.0102 Material Para Manutenção De Bens Imóveis				56.204,25	
3.3.90.30.26.00.00.00.0102 Material Elétrico E Eletrônico				411,82	
3.3.90.30.28.00.00.00.0102 Material De Proteção E Segurança				543,70	
3.3.90.30.99.00.00.00.0102 Outros Materiais De Consumo				22.474,82	
3.3.90.39.00.00.00.00.0102 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	60.000,00	0,00	60.000,00	38.567,81	21.432,19
3.3.90.39.16.00.00.00.0102 Manutenção E Conservação De Bens Imóveis				26.079,45	
3.3.90.39.17.00.00.00.0102 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				5.560,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0102 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				6.928,36	
06.03 FUNDEB	3.101.323,97	0,00	3.101.323,97	2.889.905,99	211.417,98
0603.12 Educação	3.101.323,97	0,00	3.101.323,97	2.889.905,99	211.417,98
0603.12.361 Ensino Fundamental	1.496.819,49	0,00	1.496.819,49	1.412.353,41	84.466,08
06.03.12.361.0104 EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	1.496.819,49	0,00	1.496.819,49	1.412.353,41	84.466,08
06.03.12.361.0104.2.029 REM. PROF. MAGISTÉRIO EDUC. BASICA FUNDAMENTAL 60%	972.580,97	0,00	972.580,97	920.255,43	52.325,54
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 Aplicações Diretas	972.580,97	0,00	972.580,97	920.255,43	52.325,54
3.1.90.04.00.00.00.00.0103 Contratação P/ Tempo Determinado	83.538,44	0,00	83.538,44	83.537,44	1,00
3.1.90.09.00.00.00.00.0103 Salário-Família	5.000,00	0,00	5.000,00	928,86	4.071,14
3.1.90.09.05.00.00.00.0103 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				172,62	
3.1.90.09.99.00.00.00.0103 Outros - Salários-Família				756,24	
3.1.90.11.00.00.00.00.0103 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	685.308,37	0,00	685.308,37	685.307,37	1,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0103 Vencimentos Do Pessoal Fixo				681.810,95	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.03 FUNDEB	3.101.323,97	0,00	3.101.323,97	2.889.905,99	211.417,98
0603.12 Educação	3.101.323,97	0,00	3.101.323,97	2.889.905,99	211.417,98
0603.12.361 Ensino Fundamental	1.496.819,49	0,00	1.496.819,49	1.412.353,41	84.466,08
06.03.12.361.0104 EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	1.496.819,49	0,00	1.496.819,49	1.412.353,41	84.466,08
06.03.12.361.0104.2.029 REM. PROF. MAGISTÉRIO EDUC. BASICA FUNDAMENTAL 60%	972.580,97	0,00	972.580,97	920.255,43	52.325,54
3.1.90.11.99.00.00.00.0103 Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil				3.496,42	
3.1.90.13.00.00.00.00.0103 Obrigações Patronais	198.734,16	0,00	198.734,16	150.481,76	48.252,40
3.1.90.13.02.00.00.00.0103 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				150.481,76	
06.03.12.361.0104.2.030 MANUT. E ENC. COM FUNDEB FUNDAMENTAL 40%	524.238,52	0,00	524.238,52	492.097,98	32.140,54
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas	524.238,52	0,00	524.238,52	492.097,98	32.140,54
3.1.90.04.00.00.00.00.0104 Contratação P/ Tempo Determinado	35.000,00	0,00	35.000,00	32.216,08	2.783,92
3.1.90.09.00.00.00.00.0104 Salário-Família	5.500,00	0,00	5.500,00	1.714,00	3.786,00
3.1.90.09.05.00.00.00.0104 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				1.368,76	
3.1.90.09.99.00.00.00.0104 Outros - Salários-Família				345,24	
3.1.90.11.00.00.00.00.0104 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	404.030,67	0,00	404.030,67	378.461,05	25.569,62
3.1.90.11.01.00.00.00.0104 Vencimentos Do Pessoal Fixo				349.269,40	
3.1.90.11.43.00.00.00.0104 13º Salário				27.837,25	
3.1.90.11.99.00.00.00.0104 Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil				1.354,40	
3.1.90.13.00.00.00.00.0104 Obrigações Patronais	79.707,85	0,00	79.707,85	79.706,85	1,00
3.1.90.13.02.00.00.00.0104 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				79.706,85	
0603.12.365 Educação Infantil	1.604.504,48	0,00	1.604.504,48	1.477.552,58	126.951,90
06.03.12.365.0104 EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	1.604.504,48	0,00	1.604.504,48	1.477.552,58	126.951,90
06.03.12.365.0104.2.031 REM.PROF.MAGIST.EDUC.BASICA INFANTIL 60%(PRE-ESCOLAR)	406.829,84	0,00	406.829,84	366.989,02	39.840,82
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 Aplicações Diretas	406.829,84	0,00	406.829,84	366.989,02	39.840,82
3.1.90.04.00.00.00.00.0103 Contratação P/ Tempo Determinado	30.000,00	0,00	30.000,00	8.399,33	21.600,67
3.1.90.09.00.00.00.00.0103 Salário-Família	8.000,00	0,00	8.000,00	478,83	7.521,17
3.1.90.09.99.00.00.00.0103 Outros - Salários-Família				478,83	
3.1.90.11.00.00.00.00.0103 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	298.829,84	0,00	298.829,84	298.828,84	1,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0103 Vencimentos Do Pessoal Fixo				271.528,30	
3.1.90.11.43.00.00.00.0103 13º Salário				24.003,55	
3.1.90.11.99.00.00.00.0103 Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil				3.296,99	
3.1.90.13.00.00.00.00.0103 Obrigações Patronais	70.000,00	0,00	70.000,00	59.282,02	10.717,98
3.1.90.13.02.00.00.00.0103 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				59.282,02	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.03 FUNDEB	3.101.323,97	0,00	3.101.323,97	2.889.905,99	211.417,98
0603.12 Educação	3.101.323,97	0,00	3.101.323,97	2.889.905,99	211.417,98
0603.12.365 Educação Infantil	1.604.504,48	0,00	1.604.504,48	1.477.552,58	126.951,90
06.03.12.365.0104 EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	1.604.504,48	0,00	1.604.504,48	1.477.552,58	126.951,90
06.03.12.365.0104.2.032 MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(PRÉ-ESCOLAR)	216.597,11	0,00	216.597,11	138.224,05	78.373,06
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas	216.597,11	0,00	216.597,11	138.224,05	78.373,06
3.1.90.04.00.00.00.00.0104 Contratação P/ Tempo Determinado	24.433,78	0,00	24.433,78	24.432,78	1,00
3.1.90.09.00.00.00.00.0104 Salário-Família	5.000,00	0,00	5.000,00	846,66	4.153,34
3.1.90.09.05.00.00.00.0104 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				641,16	
3.1.90.09.99.00.00.00.0104 Outros - Salários-Família				205,50	
3.1.90.11.00.00.00.00.0104 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	137.163,33	0,00	137.163,33	90.172,05	46.991,28
3.1.90.11.01.00.00.00.0104 Vencimentos Do Pessoal Fixo				85.106,21	
3.1.90.11.43.00.00.00.0104 13º Salário				5.065,84	
3.1.90.13.00.00.00.00.0104 Obrigações Patronais	50.000,00	0,00	50.000,00	22.772,56	27.227,44
3.1.90.13.02.00.00.00.0104 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				22.772,56	
06.03.12.365.0104.2.033 REM.PROF.MAGIST.EDUC.BASICA INFANTIL 60%(CRECHE)	495.862,31	0,00	495.862,31	490.685,08	5.177,23
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 Aplicações Diretas	495.862,31	0,00	495.862,31	490.685,08	5.177,23
3.1.90.04.00.00.00.00.0103 Contratação P/ Tempo Determinado	4.710,92	0,00	4.710,92	4.535,69	175,23
3.1.90.09.00.00.00.00.0103 Salário-Família	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0103 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	401.079,92	0,00	401.079,92	401.078,92	1,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0103 Vencimentos Do Pessoal Fixo				370.417,89	
3.1.90.11.43.00.00.00.0103 13º Salário				30.661,03	
3.1.90.13.00.00.00.00.0103 Obrigações Patronais	85.071,47	0,00	85.071,47	85.070,47	1,00
3.1.90.13.02.00.00.00.0103 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				85.070,47	
06.03.12.365.0104.2.034 MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(CRECHE)	485.215,22	0,00	485.215,22	481.654,43	3.560,79
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas	485.215,22	0,00	485.215,22	481.654,43	3.560,79
3.1.90.04.00.00.00.00.0104 Contratação P/ Tempo Determinado	291.779,28	0,00	291.779,28	291.777,28	2,00
3.1.90.09.00.00.00.00.0104 Salário-Família	7.298,07	0,00	7.298,07	7.090,57	207,50
3.1.90.09.05.00.00.00.0104 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				1.964,58	
3.1.90.09.99.00.00.00.0104 Outros - Salários-Família				5.125,99	
3.1.90.11.00.00.00.00.0104 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	115.163,33	0,00	115.163,33	111.813,04	3.350,29
3.1.90.11.01.00.00.00.0104 Vencimentos Do Pessoal Fixo				108.756,67	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.881.291,59	731.100,15	7.612.391,74	6.980.585,67	631.806,07
06.03 FUNDEB	3.101.323,97	0,00	3.101.323,97	2.889.905,99	211.417,98
0603.12 Educação	3.101.323,97	0,00	3.101.323,97	2.889.905,99	211.417,98
0603.12.365 Educação Infantil	1.604.504,48	0,00	1.604.504,48	1.477.552,58	126.951,90
06.03.12.365.0104 EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA	1.604.504,48	0,00	1.604.504,48	1.477.552,58	126.951,90
06.03.12.365.0104.2.034 MANUT.E ENCARGOS C/ FUNDEB INFANTIL-40%(CRECHE)	485.215,22	0,00	485.215,22	481.654,43	3.560,79
3.1.90.11.43.00.00.00.0104 13º Salário				3.056,37	
3.1.90.13.00.00.00.00.0104 Obrigações Patronais	70.974,54	0,00	70.974,54	70.973,54	1,00
3.1.90.13.02.00.00.00.0104 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				70.973,54	
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.122 Administração Geral	72.729,98	0,00	72.729,98	57.595,58	15.134,40
07.01.10.122.0135 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	72.729,98	0,00	72.729,98	57.595,58	15.134,40
07.01.10.122.0135.2.058 MANUT. DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	72.729,98	0,00	72.729,98	57.595,58	15.134,40
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	72.729,98	0,00	72.729,98	57.595,58	15.134,40
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo	35.638,40	0,00	35.638,40	32.086,90	3.551,50
3.3.90.30.01.00.00.00.0201 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				12.800,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.0201 Gás Engarrafado				112,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.0201 Gêneros De Alimentação				349,56	
3.3.90.30.09.00.00.00.0201 Material Farmacológico				5.694,74	
3.3.90.30.21.00.00.00.0201 Material De Copa E Cozinha				290,45	
3.3.90.30.22.00.00.00.0201 Material De Limpeza E Produção De Higienização				1.646,49	
3.3.90.30.26.00.00.00.0201 Material Elétrico E Eletrônico				51,72	
3.3.90.30.99.00.00.00.0201 Outros Materiais De Consumo				11.141,94	
3.3.90.36.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00	0,00	1.000,00	750,00	250,00
3.3.90.36.99.00.00.00.0201 Outros Serviços De Pessoa Física				750,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	36.091,58	0,00	36.091,58	24.758,68	11.332,90
3.3.90.39.99.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				24.758,68	
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.037 MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAB	317.549,03	0,00	317.549,03	264.239,20	53.309,83
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	34.541,95	0,00	34.541,95	13.921,52	20.620,43

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.037 MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAB	317.549,03	0,00	317.549,03	264.239,20	53.309,83
3.3.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	222.007,08	0,00	222.007,08	189.754,18	32.252,90
3.3.90.30.00.00.00.0201 Material De Consumo	22.541,95	0,00	22.541,95	12.531,52	10.010,43
3.3.90.30.00.00.00.0202 Material De Consumo	212.650,00	0,00	212.650,00	189.754,18	22.895,82
3.3.90.30.00.00.00.0201 Material De Consumo				12.531,52	
3.3.90.30.00.00.00.0202 Material De Consumo				189.754,18	
3.3.90.30.04.00.00.0202 Gás Engarrafado				5.449,94	
3.3.90.30.07.00.00.0201 Gêneros De Alimentação				1.260,00	
3.3.90.30.07.00.00.0202 Gêneros De Alimentação				3.444,03	
3.3.90.30.09.00.00.0201 Material Farmacológico				10.958,32	
3.3.90.30.09.00.00.0202 Material Farmacológico				111.473,23	
3.3.90.30.10.00.00.0202 Material Odontológico				1.966,39	
3.3.90.30.19.00.00.0202 Material De Acondicionamento E Embalagem				254,50	
3.3.90.30.20.00.00.0202 Material De Cama, Mesa E Banho				10.584,76	
3.3.90.30.21.00.00.0202 Material De Copa E Cozinha				3.043,34	
3.3.90.30.22.00.00.0202 Material De Limpeza E Produção De Higienização				2.601,36	
3.3.90.30.26.00.00.0202 Material Elétrico E Eletrônico				365,04	
3.3.90.30.28.00.00.0202 Material De Proteção E Segurança				319,20	
3.3.90.30.35.00.00.0202 Material Laboratorial				8.012,97	
3.3.90.30.36.00.00.0202 Material Hospitalar				15.727,78	
3.3.90.30.99.00.00.0201 Outros Materiais De Consumo				313,20	
3.3.90.30.99.00.00.0202 Outros Materiais De Consumo				26.511,64	
3.3.90.32.00.00.00.0201 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
3.3.90.32.00.00.00.0202 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	6.400,00	0,00	6.400,00	0,00	6.400,00
3.3.90.39.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	0,00	5.000,00	1.390,00	3.610,00
3.3.90.39.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	2.957,08	0,00	2.957,08	0,00	2.957,08
3.3.90.39.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				1.390,00	
3.3.90.39.17.00.00.0201 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				1.390,00	
4.4.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	61.000,00	0,00	61.000,00	60.563,50	436,50
4.4.90.52.00.00.00.0202 Equipamentos E Material Permanente	61.000,00	0,00	61.000,00	60.563,50	436,50

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.037 MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAB	317.549,03	0,00	317.549,03	264.239,20	53.309,83
4.4.90.52.12.00.00.00.0202 Aparelhos E Utensílios Domésticos				7.475,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0202 Equipamentos De Processamento De Dados				22.224,50	
4.4.90.52.42.00.00.00.0202 Mobiliário Em Geral				7.095,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.0202 Outros Materiais Permanentes				23.769,00	
07.01.10.301.0120.2.038 MANUT.DESP.C/PROG. DE SAÚDE DE FAMÍLIA	846.033,73	0,00	846.033,73	697.872,76	148.160,97
3.1.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	164.500,00	0,00	164.500,00	78.770,95	85.729,05
3.1.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	394.623,96	0,00	394.623,96	386.949,41	7.674,55
3.1.90.04.00.00.00.00.0201 Contratação P/ Tempo Determinado	9.500,00	0,00	9.500,00	0,00	9.500,00
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 Contratação P/ Tempo Determinado	19.284,57	0,00	19.284,57	19.283,57	1,00
3.1.90.09.00.00.00.00.0201 Salário-Família	10.000,00	0,00	10.000,00	172,62	9.827,38
3.1.90.09.00.00.00.00.0202 Salário-Família	2.000,00	0,00	2.000,00	888,58	1.111,42
3.1.90.09.00.00.00.00.0201 Salário-Família				172,62	
3.1.90.09.00.00.00.00.0202 Salário-Família				888,58	
3.1.90.09.05.00.00.00.0201 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				172,62	
3.1.90.09.05.00.00.00.0202 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				888,58	
3.1.90.11.00.00.00.00.0201 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	125.000,00	0,00	125.000,00	65.099,96	59.900,04
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	313.339,39	0,00	313.339,39	313.337,39	2,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0201 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil				65.099,96	
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil				313.337,39	
3.1.90.11.01.00.00.00.0201 Vencimentos Do Pessoal Fixo				65.099,96	
3.1.90.11.01.00.00.00.0202 Vencimentos Do Pessoal Fixo				285.759,71	
3.1.90.11.43.00.00.00.0202 13º Salário				27.577,68	
3.1.90.13.00.00.00.00.0201 Obrigações Patronais	20.000,00	0,00	20.000,00	13.498,37	6.501,63
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 Obrigações Patronais	60.000,00	0,00	60.000,00	53.439,87	6.560,13
3.1.90.13.00.00.00.00.0201 Obrigações Patronais				13.498,37	
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 Obrigações Patronais				53.439,87	
3.1.90.13.02.00.00.00.0201 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				13.498,37	
3.1.90.13.02.00.00.00.0202 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				53.439,87	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.038 MANUT.DESP.C/PROG. DE SAÚDE DE FAMÍLIA	846.033,73	0,00	846.033,73	697.872,76	148.160,97
3.3.90.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	185.671,85	0,00	185.671,85	171.032,40	14.639,45
3.3.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	87.000,00	0,00	87.000,00	61.120,00	25.880,00
3.3.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	14.237,92	0,00	14.237,92	0,00	14.237,92
3.3.90.30.00.00.00.0201 Material De Consumo	40.000,00	0,00	40.000,00	27.432,40	12.567,60
3.3.90.30.07.00.00.0201 Gêneros De Alimentação				578,40	
3.3.90.30.16.00.00.0201 Material De Expediente				2.800,26	
3.3.90.30.21.00.00.0201 Material De Copa E Cozinha				341,40	
3.3.90.30.22.00.00.0201 Material De Limpeza E Produção De Higienização				1.921,46	
3.3.90.30.36.00.00.0201 Material Hospitalar				5.868,77	
3.3.90.30.99.00.00.0201 Outros Materiais De Consumo				15.922,11	
3.3.90.34.00.00.00.0202 Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teicerização	18.000,00	0,00	18.000,00	12.000,00	6.000,00
3.3.90.34.00.00.00.0202 Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teicerização	14.237,92	0,00	14.237,92	0,00	14.237,92
3.3.90.36.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.39.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	145.571,85	0,00	145.571,85	143.600,00	1.971,85
3.3.90.39.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	45.000,00	0,00	45.000,00	31.720,00	13.280,00
3.3.90.39.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				143.600,00	
3.3.90.39.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				31.720,00	
3.3.90.39.50.00.00.0201 Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico E Laborato				48.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				95.600,00	
3.3.90.39.99.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				31.720,00	
3.3.90.93.00.00.00.0202 Indenizações E Restituições	24.000,00	0,00	24.000,00	17.400,00	6.600,00
3.3.90.93.01.00.00.0202 Indenizações				17.400,00	
07.01.10.301.0120.2.039 MANUT.DESP.C/ PROG. DE AGENTES COMUN. DE SAÚDE	366.527,99	0,00	366.527,99	335.947,77	30.580,22
3.1.90.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	134.381,85	0,00	134.381,85	133.904,41	477,44
3.1.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	213.546,14	0,00	213.546,14	201.593,36	11.952,78
3.1.90.04.00.00.00.0201 Contratação P/ Tempo Determinado	113.310,38	0,00	113.310,38	113.309,38	1,00
3.1.90.04.00.00.00.0202 Contratação P/ Tempo Determinado	166.607,08	0,00	166.607,08	166.606,08	1,00
3.1.90.09.00.00.00.0201 Salário-Família	500,10	0,00	500,10	24,66	475,44

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 28

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.039 MANUT.DESP.C/ PROG. DE AGENTES COMUN. DE SAÚDE	366.527,99	0,00	366.527,99	335.947,77	30.580,22
3.1.90.09.00.00.00.0202 Salário-Família	2.000,10	0,00	2.000,10	49,32	1.950,78
3.1.90.09.00.00.00.0201 Salário-Família				24,66	
3.1.90.09.00.00.00.0202 Salário-Família				49,32	
3.1.90.09.99.00.00.0201 Outros - Salários-Família				24,66	
3.1.90.09.99.00.00.0202 Outros - Salários-Família				49,32	
3.1.90.11.00.00.00.0202 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.1.90.13.00.00.00.0201 Obrigações Patronais	20.571,37	0,00	20.571,37	20.570,37	1,00
3.1.90.13.00.00.00.0202 Obrigações Patronais	34.938,96	0,00	34.938,96	34.937,96	1,00
3.1.90.13.00.00.00.0201 Obrigações Patronais				20.570,37	
3.1.90.13.00.00.00.0202 Obrigações Patronais				34.937,96	
3.1.90.13.02.00.00.0201 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				20.570,37	
3.1.90.13.02.00.00.0202 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				34.937,96	
3.3.90.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	450,00	6.550,00
3.3.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	11.600,00	0,00	11.600,00	0,00	11.600,00
3.3.90.14.00.00.00.0201 Diárias - Civil	2.000,00	0,00	2.000,00	450,00	1.550,00
3.3.90.14.02.00.00.0201 Diárias - No País (Fora Do Estado)				450,00	
3.3.90.30.00.00.00.0201 Material De Consumo	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
3.3.90.30.00.00.00.0202 Material De Consumo	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.32.00.00.00.0202 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.36.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.39.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.93.00.00.00.0202 Indenizações E Restituições	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
07.01.10.301.0120.2.040 MANUT. DAS DESP. C/ PROG. SAÚDE BUCAL	289.141,29	0,00	289.141,29	215.773,55	73.367,74
3.1.90.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	129.042,69	0,00	129.042,69	117.540,18	11.502,51
3.1.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	83.707,88	0,00	83.707,88	57.725,32	25.982,56
3.1.90.04.00.00.00.0201 Contratação P/ Tempo Determinado	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.1.90.04.00.00.00.0202 Contratação P/ Tempo Determinado	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.040 MANUT. DAS DESP. C/ PROG. SAÚDE BUCAL	289.141,29	0,00	289.141,29	215.773,55	73.367,74
3.1.90.09.00.00.00.00.0201 Salário-Família	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.1.90.09.00.00.00.00.0202 Salário-Família	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0201 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	97.312,45	0,00	97.312,45	97.310,94	1,51
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	47.707,88	0,00	47.707,88	47.706,88	1,00
3.1.90.11.00.00.00.00.0201 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil				97.310,94	
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil				47.706,88	
3.1.90.11.01.00.00.00.0201 Vencimentos Do Pessoal Fixo				90.955,41	
3.1.90.11.01.00.00.00.0202 Vencimentos Do Pessoal Fixo				43.637,59	
3.1.90.11.43.00.00.00.0201 13º Salário				6.355,53	
3.1.90.11.43.00.00.00.0202 13º Salário				4.069,29	
3.1.90.13.00.00.00.00.0201 Obrigações Patronais	20.230,24	0,00	20.230,24	20.229,24	1,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 Obrigações Patronais	25.000,00	0,00	25.000,00	10.018,44	14.981,56
3.1.90.13.00.00.00.00.0201 Obrigações Patronais				20.229,24	
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 Obrigações Patronais				10.018,44	
3.1.90.13.02.00.00.00.0201 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				19.176,90	
3.1.90.13.02.00.00.00.0202 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				10.018,44	
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	49.000,00	0,00	49.000,00	29.120,05	19.879,95
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	20.390,72	0,00	20.390,72	11.388,00	9.002,72
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo	35.900,00	0,00	35.900,00	29.120,05	6.779,95
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	7.000,00	0,00	7.000,00	0,00	7.000,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo				29.120,05	
3.3.90.30.10.00.00.00.0201 Material Odontológico				29.120,05	
3.3.90.32.00.00.00.00.0201 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.32.00.00.00.00.0202 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.34.00.00.00.00.0201 Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teiceirização	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	600,00	0,00	600,00	0,00	600,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	11.390,00	0,00	11.390,00	11.388,00	2,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.040 MANUT. DAS DESP. C/ PROG. SAÚDE BUCAL	289.141,29	0,00	289.141,29	215.773,55	73.367,74
3.3.90.39.99.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				11.388,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.0202 Indenizações E Restituições	0,72	0,00	0,72	0,00	0,72
4.4.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0201 Equipamentos E Material Permanente	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0202 Equipamentos E Material Permanente	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
07.01.10.301.0120.2.049 MANUT. DO PROG. PMAQ(RAB-PMAQ-SM)	29.223,32	0,00	29.223,32	565,04	28.658,28
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	26.723,32	0,00	26.723,32	565,04	26.158,28
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	10.320,00	0,00	10.320,00	565,04	9.754,96
3.3.90.30.24.00.00.00.0202 Material Para Manutenção De Bens Imóveis				565,04	
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	16.403,32	0,00	16.403,32	0,00	16.403,32
07.01.10.301.0120.2.050 MANT. DO PROG. MELH. ACESSO E DA QUALIDADE -PMAQ	25.007,82	0,00	25.007,82	0,00	25.007,82
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	25.007,82	0,00	25.007,82	0,00	25.007,82
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	13.604,50	0,00	13.604,50	0,00	13.604,50
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	11.403,32	0,00	11.403,32	0,00	11.403,32
07.01.10.301.0120.2.053 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	530.406,00	0,00	530.406,00	414.412,12	115.993,88
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	454.206,00	0,00	454.206,00	359.560,65	94.645,35
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	66.200,00	0,00	66.200,00	53.535,47	12.664,53
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo	110.000,00	0,00	110.000,00	77.424,33	32.575,67
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	56.200,00	0,00	56.200,00	50.245,47	5.954,53
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo				77.424,33	
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo				50.245,47	
3.3.90.30.04.00.00.00.0201 Gás Engarrafado				4.173,36	
3.3.90.30.04.00.00.00.0202 Gás Engarrafado				608,70	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.053 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	530.406,00	0,00	530.406,00	414.412,12	115.993,88
3.3.90.30.07.00.00.00.0201 Gêneros De Alimentação				4.049,90	
3.3.90.30.07.00.00.00.0202 Gêneros De Alimentação				1.352,88	
3.3.90.30.09.00.00.00.0201 Material Farmacológico				487,68	
3.3.90.30.09.00.00.00.0202 Material Farmacológico				36.685,82	
3.3.90.30.16.00.00.00.0201 Material De Expediente				544,12	
3.3.90.30.20.00.00.00.0201 Material De Cama, Mesa E Banho				340,80	
3.3.90.30.21.00.00.00.0201 Material De Copa E Cozinha				1.578,41	
3.3.90.30.21.00.00.00.0202 Material De Copa E Cozinha				162,54	
3.3.90.30.22.00.00.00.0201 Material De Limpeza E Produção De Higienização				7.794,20	
3.3.90.30.22.00.00.00.0202 Material De Limpeza E Produção De Higienização				4.507,30	
3.3.90.30.26.00.00.00.0201 Material Elétrico E Eletrônico				324,02	
3.3.90.30.28.00.00.00.0201 Material De Proteção E Segurança				359,10	
3.3.90.30.28.00.00.00.0202 Material De Proteção E Segurança				119,70	
3.3.90.30.36.00.00.00.0201 Material Hospitalar				42.266,95	
3.3.90.30.36.00.00.00.0202 Material Hospitalar				4.819,53	
3.3.90.30.99.00.00.00.0201 Outros Materiais De Consumo				15.505,79	
3.3.90.30.99.00.00.00.0202 Outros Materiais De Consumo				1.989,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.0201 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	17.200,00	0,00	17.200,00	4.700,00	12.500,00
3.3.90.36.30.00.00.00.0201 Serviços Médicos E Odontológicos				4.300,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.0201 Outros Serviços De Pessoa Física				400,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	317.006,00	0,00	317.006,00	277.436,32	39.569,68
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.000,00	0,00	10.000,00	3.290,00	6.710,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				277.436,32	
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				3.290,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0202 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				2.980,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.0201 Serviços De Energia Elétrica				8.285,32	
3.3.90.39.44.00.00.00.0201 Serviços De Água E Esgoto				1.002,55	
3.3.90.39.50.00.00.00.0201 Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico E Laborato				186.900,00	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.053 MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	530.406,00	0,00	530.406,00	414.412,12	115.993,88
3.3.90.39.99.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				81.248,45	
3.3.90.39.99.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				310,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	1.316,00	5.684,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0201 Equipamentos E Material Permanente	7.000,00	0,00	7.000,00	1.316,00	5.684,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0202 Equipamentos E Material Permanente	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0201 Equipamentos E Material Permanente				1.316,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.0201 Mobiliário Em Geral				1.316,00	
07.01.10.301.0120.2.054 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	91.000,00	0,00	91.000,00	21.079,74	69.920,26
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	40.000,00	0,00	40.000,00	16.947,43	23.052,57
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	32.500,00	0,00	32.500,00	3.048,41	29.451,59
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo	25.000,00	0,00	25.000,00	16.947,43	8.052,57
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	27.500,00	0,00	27.500,00	3.048,41	24.451,59
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo				16.947,43	
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo				3.048,41	
3.3.90.30.04.00.00.00.0201 Gás Engarrafado				56,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.0201 Material De Expediente				2.011,11	
3.3.90.30.16.00.00.00.0202 Material De Expediente				1.831,83	
3.3.90.30.19.00.00.00.0201 Material De Acondicionamento E Embalagem				101,80	
3.3.90.30.20.00.00.00.0201 Material De Cama, Mesa E Banho				48,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.0201 Material De Copa E Cozinha				206,54	
3.3.90.30.21.00.00.00.0202 Material De Copa E Cozinha				136,50	
3.3.90.30.22.00.00.00.0201 Material De Limpeza E Produção De Higienização				1.263,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.0202 Material De Limpeza E Produção De Higienização				1.050,86	
3.3.90.30.26.00.00.00.0202 Material Elétrico E Eletrônico				29,22	
3.3.90.30.35.00.00.00.0201 Material Laboratorial				3.143,43	
3.3.90.30.99.00.00.00.0201 Outros Materiais De Consumo				10.117,55	
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.054 MANUTENÇÃO DO LABORATÓRIO MUNICIPAL	91.000,00	0,00	91.000,00	21.079,74	69.920,26
3.3.90.39.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
4.4.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	4.500,00	0,00	4.500,00	1.083,90	3.416,10
4.4.90.52.00.00.00.0201 Equipamentos E Material Permanente	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	14.000,00
4.4.90.52.00.00.00.0202 Equipamentos E Material Permanente	4.500,00	0,00	4.500,00	1.083,90	3.416,10
4.4.90.52.99.00.00.0202 Outros Materiais Permanentes				1.083,90	
07.01.10.301.0120.2.056 MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.015.748,47	0,00	4.015.748,47	3.914.642,39	101.106,08
3.1.90.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	3.080.155,37	0,00	3.080.155,37	3.076.709,81	3.445,56
3.1.90.04.00.00.00.0201 Contratação P/ Tempo Determinado	137.857,00	0,00	137.857,00	137.855,00	2,00
3.1.90.09.00.00.00.0201 Salário-Família	5.000,00	0,00	5.000,00	1.660,44	3.339,56
3.1.90.09.05.00.00.0201 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				1.660,44	
3.1.90.11.00.00.00.0201 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.420.278,81	0,00	2.420.278,81	2.420.277,81	1,00
3.1.90.11.01.00.00.0201 Vencimentos Do Pessoal Fixo				2.254.355,12	
3.1.90.11.43.00.00.0201 13º Salário				165.922,69	
3.1.90.13.00.00.00.0201 Obrigações Patronais	516.919,56	0,00	516.919,56	516.916,56	3,00
3.1.90.13.02.00.00.0201 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				516.916,56	
3.1.90.92.00.00.00.0201 Despesas De Exercícios Anteriores	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	935.593,10	0,00	935.593,10	837.932,58	97.660,52
3.3.90.14.00.00.00.0201 Diárias - Civil	30.000,00	0,00	30.000,00	20.252,00	9.748,00
3.3.90.14.01.00.00.0201 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				16.370,00	
3.3.90.14.02.00.00.0201 Diárias - No País (Fora Do Estado)				3.882,00	
3.3.90.30.00.00.00.0201 Material De Consumo	381.647,25	0,00	381.647,25	353.450,37	28.196,88
3.3.90.30.01.00.00.0201 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				173.569,95	
3.3.90.30.04.00.00.0201 Gás Engarrafado				112,00	
3.3.90.30.07.00.00.0201 Gêneros De Alimentação				10.196,07	
3.3.90.30.09.00.00.0201 Material Farmacológico				8.544,00	
3.3.90.30.16.00.00.0201 Material De Expediente				10.534,88	
3.3.90.30.19.00.00.0201 Material De Acondicionamento E Embalagem				73,20	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0120 ATENÇÃO BÁSICA	6.510.637,65	0,00	6.510.637,65	5.864.532,57	646.105,08
07.01.10.301.0120.2.056 MANUT. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.015.748,47	0,00	4.015.748,47	3.914.642,39	101.106,08
3.3.90.30.21.00.00.00.0201 Material De Copa E Cozinha				918,85	
3.3.90.30.22.00.00.00.0201 Material De Limpeza E Produção De Higienização				5.630,10	
3.3.90.30.26.00.00.00.0201 Material Elétrico E Eletrônico				76,44	
3.3.90.30.36.00.00.00.0201 Material Hospitalar				320,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.0201 Material Para Manutenção De Veículos				20.296,77	
3.3.90.30.99.00.00.00.0201 Outros Materiais De Consumo				123.178,11	
3.3.90.33.00.00.00.00.0201 Passagens E Despesas Com Locomoção	28.808,00	0,00	28.808,00	22.071,78	6.736,22
3.3.90.33.99.00.00.00.0201 Outras Despesas Com Locomoção				22.071,78	
3.3.90.34.00.00.00.00.0201 Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teiceirização	71.905,76	0,00	71.905,76	53.600,00	18.305,76
3.3.90.36.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	46.823,00	0,00	46.823,00	42.610,09	4.212,91
3.3.90.36.15.00.00.00.0201 Locação De Imóveis				7.440,00	
3.3.90.36.36.00.00.00.0201 Serviço De Conservação E Rebeneficiamento De Merca				2.100,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.0201 Outros Serviços De Pessoa Física				33.070,09	
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	369.509,09	0,00	369.509,09	339.548,34	29.960,75
3.3.90.39.11.00.00.00.0201 Locação De Softwares				17.370,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0201 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				2.090,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0201 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				12.115,30	
3.3.90.39.43.00.00.00.0201 Serviços De Energia Elétrica				8.989,58	
3.3.90.39.50.00.00.00.0201 Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico E Laborato				13.748,40	
3.3.90.39.79.00.00.00.0201 Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci				3.000,00	
3.3.90.39.88.00.00.00.0201 Serviços De Publicidade E Propaganda				1.275,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				280.960,06	
3.3.90.93.00.00.00.00.0201 Indenizações E Restituições	6.900,00	0,00	6.900,00	6.400,00	500,00
3.3.90.93.01.00.00.00.0201 Indenizações				6.400,00	
07.01.10.301.0134 INVESTIMENTO EM SAUDE	0,00	80.000,00	80.000,00	69.585,81	10.414,19
07.01.10.301.0134.1.109 INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DE PLOS DE ACADEMIA DE SAUDE	0,00	80.000,00	80.000,00	69.585,81	10.414,19
4.4.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	0,00	80.000,00	80.000,00	69.585,81	10.414,19
4.4.90.51.00.00.00.00.0202 Obras E Instalações	0,00	80.000,00	80.000,00	69.585,81	10.414,19

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.301 Atenção Básica	6.511.245,15	80.000,00	6.591.245,15	5.934.118,38	657.126,77
07.01.10.301.0134 INVESTIMENTO EM SAUDE	0,00	80.000,00	80.000,00	69.585,81	10.414,19
07.01.10.301.0134.1.109 INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DE PLOS DE ACADEMIA DE SAUDE	0,00	80.000,00	80.000,00	69.585,81	10.414,19
4.4.90.51.99.00.00.00.0202 Outras Obras E Instalacoes				69.585,81	
07.01.10.301.0135 MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	607,50	0,00	607,50	0,00	607,50
07.01.10.301.0135.1.039 CONCLUSÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0023 Aplicações Diretas	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0023 Obras E Instalações	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
07.01.10.301.0135.1.040 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PSF E CENTRO DE SAÚDE	107,50	0,00	107,50	0,00	107,50
4.4.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	107,50	0,00	107,50	0,00	107,50
4.4.90.51.00.00.00.00.0201 Obras E Instalações	107,50	0,00	107,50	0,00	107,50
0701.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	511.776,24	0,00	511.776,24	424.585,68	87.190,56
07.01.10.302.0131 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR	511.776,24	0,00	511.776,24	424.585,68	87.190,56
07.01.10.302.0131.2.041 MANUT.DAS ATIV.DA ATENÇÃO DE MAC AMBUL.E HOSPITALAR	288.907,64	0,00	288.907,64	215.132,88	73.774,76
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	165.450,20	0,00	165.450,20	123.704,40	41.745,80
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	123.457,44	0,00	123.457,44	91.428,48	32.028,96
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo	35.450,20	0,00	35.450,20	3.704,40	31.745,80
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	45.170,44	0,00	45.170,44	25.435,13	19.735,31
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo				3.704,40	
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo				25.435,13	
3.3.90.30.09.00.00.00.0201 Material Farmacológico				3.704,40	
3.3.90.30.09.00.00.00.0202 Material Farmacológico				25.435,13	
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	130.000,00	0,00	130.000,00	120.000,00	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	78.287,00	0,00	78.287,00	65.993,35	12.293,65
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				120.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica				65.993,35	
3.3.90.39.50.00.00.00.0202 Serviço Médico-Hospitalar, Odontológico E Laborato				50.286,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				120.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				15.707,35	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	511.776,24	0,00	511.776,24	424.585,68	87.190,56
07.01.10.302.0131 ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR	511.776,24	0,00	511.776,24	424.585,68	87.190,56
07.01.10.302.0131.2.052 MANUT. DO CONSORCIO INTERM. DE SAUDE-CORESS	222.868,60	0,00	222.868,60	209.452,80	13.415,80
3.3.71.00.00.00.00.00.0201 Transferências A Consórcios Públicos	122.868,60	0,00	122.868,60	122.180,80	687,80
3.3.71.00.00.00.00.00.0202 Transferências A Consórcios Públicos	100.000,00	0,00	100.000,00	87.272,00	12.728,00
3.3.71.41.00.00.00.00.0201 Contribuições	122.868,60	0,00	122.868,60	122.180,80	687,80
3.3.71.41.00.00.00.00.0202 Contribuições	100.000,00	0,00	100.000,00	87.272,00	12.728,00
3.3.71.41.00.00.00.00.0201 Contribuições				122.180,80	
3.3.71.41.00.00.00.00.0202 Contribuições				87.272,00	
3.3.71.41.01.00.00.00.0201 Consórcios Públicos				122.180,80	
3.3.71.41.01.00.00.00.0202 Consórcios Públicos				87.272,00	
0701.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico	152.434,42	0,00	152.434,42	125.034,76	27.399,66
07.01.10.303.0133 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	152.434,42	0,00	152.434,42	125.034,76	27.399,66
07.01.10.303.0133.2.055 FARMACIA BÁSICA	152.434,42	0,00	152.434,42	125.034,76	27.399,66
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	63.649,06	16.350,94
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	72.434,42	0,00	72.434,42	61.385,70	11.048,72
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo	80.000,00	0,00	80.000,00	63.649,06	16.350,94
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	72.434,42	0,00	72.434,42	61.385,70	11.048,72
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo				63.649,06	
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo				61.385,70	
3.3.90.30.04.00.00.00.0201 Gás Engarrafado				56,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.0201 Gêneros De Alimentação				445,56	
3.3.90.30.07.00.00.00.0202 Gêneros De Alimentação				579,06	
3.3.90.30.09.00.00.00.0201 Material Farmacológico				60.659,67	
3.3.90.30.09.00.00.00.0202 Material Farmacológico				56.839,80	
3.3.90.30.16.00.00.00.0201 Material De Expediente				1.127,13	
3.3.90.30.20.00.00.00.0201 Material De Cama, Mesa E Banho				24,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.0201 Material De Copa E Cozinha				200,75	
3.3.90.30.22.00.00.00.0201 Material De Limpeza E Produção De Higienização				874,71	
3.3.90.30.22.00.00.00.0202 Material De Limpeza E Produção De Higienização				726,84	
3.3.90.30.26.00.00.00.0201 Material Elétrico E Eletrônico				245,28	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico	152.434,42	0,00	152.434,42	125.034,76	27.399,66
07.01.10.303.0133 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	152.434,42	0,00	152.434,42	125.034,76	27.399,66
07.01.10.303.0133.2.055 FARMACIA BÁSICA	152.434,42	0,00	152.434,42	125.034,76	27.399,66
3.3.90.30.36.00.00.00.0202 Material Hospitalar				3.240,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.0201 Outros Materiais De Consumo				15,96	
0701.10.304 Vigilância Sanitária	106.683,15	22.381,04	129.064,19	45.697,27	83.366,92
07.01.10.304.0132 VIGILÂNCIA EM SAUDE	106.683,15	22.381,04	129.064,19	45.697,27	83.366,92
07.01.10.304.0132.2.042 TETO FINANCEIRO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE(TFVS/TFECD)	14.170,19	0,00	14.170,19	0,00	14.170,19
3.1.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	11.620,19	0,00	11.620,19	0,00	11.620,19
3.1.90.04.00.00.00.00.0201 Contratação P/ Tempo Determinado	1.750,00	0,00	1.750,00	0,00	1.750,00
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 Contratação P/ Tempo Determinado	8.820,19	0,00	8.820,19	0,00	8.820,19
3.1.90.09.00.00.00.00.0201 Salário-Família	250,00	0,00	250,00	0,00	250,00
3.1.90.09.00.00.00.00.0202 Salário-Família	300,00	0,00	300,00	0,00	300,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0201 Obrigações Patronais	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 Obrigações Patronais	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	50,00	0,00	50,00	0,00	50,00
3.3.90.93.00.00.00.00.0202 Indenizações E Restituições	50,00	0,00	50,00	0,00	50,00
07.01.10.304.0132.2.048 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILANCIA SANITARIA	89.868,63	22.381,04	112.249,67	45.697,27	66.552,40
3.1.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	35.481,04	12.381,04	47.862,08	19.908,70	27.953,38
3.1.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	44.737,59	10.000,00	54.737,59	20.113,57	34.624,02
3.1.90.04.00.00.00.00.0201 Contratação P/ Tempo Determinado	18.250,00	0,00	18.250,00	16.343,48	1.906,52
3.1.90.04.00.00.00.00.0202 Contratação P/ Tempo Determinado	25.026,26	0,00	25.026,26	16.429,40	8.596,86
3.1.90.09.00.00.00.00.0201 Salário-Família	250,00	0,00	250,00	197,28	52,72
3.1.90.09.00.00.00.00.0202 Salário-Família	3.250,00	0,00	3.250,00	738,16	2.511,84
3.1.90.09.00.00.00.00.0201 Salário-Família				197,28	
3.1.90.09.00.00.00.00.0202 Salário-Família				738,16	
3.1.90.09.99.00.00.00.0201 Outros - Salários-Família				197,28	
3.1.90.09.99.00.00.00.0202 Outros - Salários-Família				738,16	
3.1.90.11.00.00.00.00.0201 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	12.381,04	12.381,04	24.762,08	0,00	24.762,08
3.1.90.11.00.00.00.00.0202 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.000,00	10.000,00	20.000,00	0,00	20.000,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.304 Vigilância Sanitária	106.683,15	22.381,04	129.064,19	45.697,27	83.366,92
07.01.10.304.0132 VIGILÂNCIA EM SAUDE	106.683,15	22.381,04	129.064,19	45.697,27	83.366,92
07.01.10.304.0132.2.048 MANUT. DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	89.868,63	22.381,04	112.249,67	45.697,27	66.552,40
3.1.90.13.00.00.00.00.0201 Obrigações Patronais	4.600,00	0,00	4.600,00	3.367,94	1.232,06
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 Obrigações Patronais	6.461,33	0,00	6.461,33	2.946,01	3.515,32
3.1.90.13.00.00.00.00.0201 Obrigações Patronais				3.367,94	
3.1.90.13.00.00.00.00.0202 Obrigações Patronais				2.946,01	
3.1.90.13.02.00.00.00.0201 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				3.367,94	
3.1.90.13.02.00.00.00.0202 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				2.946,01	
3.3.90.00.00.00.00.00.0201 Aplicações Diretas	950,00	0,00	950,00	160,00	790,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	1.700,00	0,00	1.700,00	0,00	1.700,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0201 Diárias - Civil	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.14.00.00.00.00.0202 Diárias - Civil	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo	200,00	0,00	200,00	160,00	40,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	800,00	0,00	800,00	0,00	800,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0201 Material De Consumo				160,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.0201 Outros Materiais De Consumo				160,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0201 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	150,00	0,00	150,00	0,00	150,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.93.00.00.00.00.0202 Indenizações E Restituições	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	5.515,00	1.485,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0202 Equipamentos E Material Permanente	7.000,00	0,00	7.000,00	5.515,00	1.485,00
4.4.90.52.35.00.00.00.0202 Equipamentos De Processamento De Dados				5.515,00	
07.01.10.304.0132.2.085 MANUT. INCENT. DE QUAL. DAS AÇÕES DE DENGUE - PVVPS	2.644,33	0,00	2.644,33	0,00	2.644,33
3.3.90.00.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	2.644,33	0,00	2.644,33	0,00	2.644,33
3.3.90.30.00.00.00.00.0202 Material De Consumo	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0202 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.644,33	0,00	1.644,33	0,00	1.644,33

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
07.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10 Saúde	7.354.868,94	112.381,04	7.467.249,98	6.594.977,87	872.272,11
0701.10.306 Alimentação e Nutrição	0,00	10.000,00	10.000,00	7.946,20	2.053,80
07.01.10.306.0134 INVESTIMENTO EM SAUDE	0,00	10.000,00	10.000,00	7.946,20	2.053,80
07.01.10.306.0134.1.108 OPERAC. DO INCENT PARA ESTRUT. DA VIG.ALIMENTAR E NUTRICIONAL-V/	0,00	10.000,00	10.000,00	7.946,20	2.053,80
4.4.90.00.00.00.00.0202 Aplicações Diretas	0,00	10.000,00	10.000,00	7.946,20	2.053,80
4.4.90.52.00.00.00.0202 Equipamentos E Material Permanente	0,00	10.000,00	10.000,00	7.946,20	2.053,80
4.4.90.52.04.00.00.0202 Aparelhos De Medicação E Orientação				7.946,20	
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.01 SECRETARIA MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UNIDADES	301.177,49	0,00	301.177,49	298.420,64	2.756,85
0801.08 Assistência Social	301.177,49	0,00	301.177,49	298.420,64	2.756,85
0801.08.122 Administração Geral	265.177,49	0,00	265.177,49	262.420,64	2.756,85
08.01.08.122.0009 MANUT. SEC. MUN. DE ASSIT. SOCIAL E UNIDADES	265.177,49	0,00	265.177,49	262.420,64	2.756,85
08.01.08.122.0009.1.042 AQUIS.MOVEIS E EQUIP., MAT. PERMAN. E INFORMATICA	7.458,20	0,00	7.458,20	7.458,20	0,00
4.4.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	7.458,20	0,00	7.458,20	7.458,20	0,00
4.4.90.52.00.00.00.0999 Equipamentos E Material Permanente	7.458,20	0,00	7.458,20	7.458,20	0,00
4.4.90.52.99.00.00.0999 Outros Materiais Permanentes				7.458,20	
08.01.08.122.0009.2.061 MANUT. E ENC./ SECRET. MUN. DE ASSIST. SOCIAL E UNIDADES	257.719,29	0,00	257.719,29	254.962,44	2.756,85
3.1.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	241.114,12	0,00	241.114,12	240.407,04	707,08
3.1.90.09.00.00.00.0999 Salário-Família	1.000,00	0,00	1.000,00	295,92	704,08
3.1.90.09.05.00.00.0999 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				295,92	
3.1.90.11.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	200.068,04	0,00	200.068,04	200.066,04	2,00
3.1.90.11.01.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				185.274,13	
3.1.90.11.43.00.00.0999 13º Salário				14.791,91	
3.1.90.13.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	40.046,08	0,00	40.046,08	40.045,08	1,00
3.1.90.13.02.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				40.045,08	
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	16.605,17	0,00	16.605,17	14.555,40	2.049,77
3.3.90.14.00.00.00.0999 Diárias - Civil	15.000,00	0,00	15.000,00	13.754,00	1.246,00
3.3.90.14.01.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				13.754,00	
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	18,96	0,00	18,96	0,00	18,96
3.3.90.39.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.586,21	0,00	1.586,21	801,40	784,81
3.3.90.39.99.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				801,40	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.01 SECRETARIA MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UNIDADES	301.177,49	0,00	301.177,49	298.420,64	2.756,85
0801.08 Assistência Social	301.177,49	0,00	301.177,49	298.420,64	2.756,85
0801.08.241 Assistência ao Idoso	36.000,00	0,00	36.000,00	36.000,00	0,00
08.01.08.241.0090 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	36.000,00	0,00	36.000,00	36.000,00	0,00
08.01.08.241.0090.2.064 APOIO A CASA DE REPOUSO "GAETANA STERNI"	36.000,00	0,00	36.000,00	36.000,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0999 Transferências A Instituições Privadas Sem Fins Lu	36.000,00	0,00	36.000,00	36.000,00	0,00
3.3.50.43.00.00.00.00.0999 Subvenções Sociais	36.000,00	0,00	36.000,00	36.000,00	0,00
08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08 Assistência Social	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08.241 Assistência ao Idoso	18.915,55	0,00	18.915,55	17.485,20	1.430,35
08.02.08.241.0090 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	18.915,55	0,00	18.915,55	17.485,20	1.430,35
08.02.08.241.0090.2.063 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA IGD	18.915,55	0,00	18.915,55	17.485,20	1.430,35
3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	8.594,55	0,00	8.594,55	7.164,20	1.430,35
3.3.90.30.00.00.00.00.1000 Material De Consumo	3.000,00	0,00	3.000,00	2.929,20	70,80
3.3.90.30.17.00.00.00.1000 Material De Processamento De Dados				2.475,20	
3.3.90.30.99.00.00.00.1000 Outros Materiais De Consumo				454,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	594,55	0,00	594,55	0,00	594,55
3.3.90.39.00.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.000,00	0,00	5.000,00	4.235,00	765,00
3.3.90.39.17.00.00.00.1000 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				4.200,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				35,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.321,00	0,00	10.321,00	10.321,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.1000 Equipamentos E Material Permanente	10.321,00	0,00	10.321,00	10.321,00	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00.1000 Aparelhos E Utensílios Domésticos				3.240,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.1000 Equipamentos De Processamento De Dados				6.520,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.1000 Outros Materiais Permanentes				561,00	
0802.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	364.499,26	0,00	364.499,26	353.014,87	11.484,39
08.02.08.243.0091 ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	364.499,26	0,00	364.499,26	353.014,87	11.484,39
08.02.08.243.0091.2.072 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	105.845,64	0,00	105.845,64	100.601,55	5.244,09
3.1.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	85.345,64	0,00	85.345,64	83.907,00	1.438,64
3.1.90.09.00.00.00.00.0999 Salário-Família	1.000,00	0,00	1.000,00	493,20	506,80
3.1.90.09.99.00.00.00.0999 Outros - Salários-Família				493,20	
3.1.90.11.00.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	69.345,64	0,00	69.345,64	69.344,64	1,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08 Assistência Social	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	364.499,26	0,00	364.499,26	353.014,87	11.484,39
08.02.08.243.0091 ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	364.499,26	0,00	364.499,26	353.014,87	11.484,39
08.02.08.243.0091.2.072 MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	105.845,64	0,00	105.845,64	100.601,55	5.244,09
3.1.90.11.01.00.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				64.055,19	
3.1.90.11.43.00.00.00.0999 13º Salário				5.289,45	
3.1.90.13.00.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	15.000,00	0,00	15.000,00	14.069,16	930,84
3.1.90.13.02.00.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				14.069,16	
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	20.500,00	0,00	20.500,00	16.694,55	3.805,45
3.3.90.14.00.00.00.00.0999 Diárias - Civil	6.000,00	0,00	6.000,00	5.708,00	292,00
3.3.90.14.01.00.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				4.268,00	
3.3.90.14.02.00.00.00.0999 Diárias - No País (Fora Do Estado)				1.440,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0999 Material De Consumo	3.500,00	0,00	3.500,00	2.035,52	1.464,48
3.3.90.30.21.00.00.00.0999 Material De Copa E Cozinha				277,72	
3.3.90.30.22.00.00.00.0999 Material De Limpeza E Produção De Higienização				677,80	
3.3.90.30.39.00.00.00.0999 Material Para Manutenção De Veículos				1.080,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00.0999 Locação De Imóveis				5.850,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				150,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	4.500,00	0,00	4.500,00	2.951,03	1.548,97
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				2.951,03	
3.3.90.93.00.00.00.00.0999 Indenizações E Restituições	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
08.02.08.243.0091.2.073 MANUT. CENTRO JUVENIL P. AGOSTINHO - CEJUPA	121.600,00	0,00	121.600,00	121.500,00	100,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0999 Transferências A Instituições Privadas Sem Fins Lu	121.600,00	0,00	121.600,00	121.500,00	100,00
3.3.50.43.00.00.00.00.0999 Subvenções Sociais	121.600,00	0,00	121.600,00	121.500,00	100,00
08.02.08.243.0091.2.074 MANUT. DA CASA DO MENOR	137.053,62	0,00	137.053,62	130.913,32	6.140,30
3.1.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	113.409,62	0,00	113.409,62	112.965,98	443,64
3.1.90.09.00.00.00.00.0999 Salário-Família	500,00	0,00	500,00	58,36	441,64
3.1.90.09.05.00.00.00.0999 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				58,36	
3.1.90.11.00.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	93.361,31	0,00	93.361,31	93.360,31	1,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				86.893,63	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08 Assistência Social	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	364.499,26	0,00	364.499,26	353.014,87	11.484,39
08.02.08.243.0091 ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	364.499,26	0,00	364.499,26	353.014,87	11.484,39
08.02.08.243.0091.2.074 MANUT. DA CASA DO MENOR	137.053,62	0,00	137.053,62	130.913,32	6.140,30
3.1.90.11.43.00.00.00.0999 13º Salário				6.466,68	
3.1.90.13.00.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	19.548,31	0,00	19.548,31	19.547,31	1,00
3.1.90.13.02.00.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				19.547,31	
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	23.544,00	0,00	23.544,00	17.947,34	5.596,66
3.3.90.14.00.00.00.00.0999 Diárias - Civil	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00.0999 Material De Consumo	8.430,00	0,00	8.430,00	7.273,96	1.156,04
3.3.90.30.07.00.00.00.0999 Gêneros De Alimentação				6.827,09	
3.3.90.30.22.00.00.00.0999 Material De Limpeza E Produção De Higienização				435,52	
3.3.90.30.99.00.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				11,35	
3.3.90.34.00.00.00.00.0999 Outras Desp. Pessoal. Dec. Contratos Teiceirização	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	7.110,00	0,00	7.110,00	6.840,00	270,00
3.3.90.36.15.00.00.00.0999 Locação De Imóveis				6.840,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.500,00	0,00	5.500,00	3.833,38	1.666,62
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				3.833,38	
3.3.90.93.00.00.00.00.0999 Indenizações E Restituições	504,00	0,00	504,00	0,00	504,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0999 Equipamentos E Material Permanente	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
0802.08.244 Assistência Comunitária	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090.1.050 AQUIS.MOVEIS,EQUIP. INFORMATICA E PERMANENTE	11.656,50	0,00	11.656,50	11.656,50	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	11.656,50	0,00	11.656,50	11.656,50	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.0999 Equipamentos E Material Permanente	11.656,50	0,00	11.656,50	11.656,50	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00.0999 Aparelhos E Utensílios Domésticos				440,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.0999 Equipamentos De Processamento De Dados				1.725,50	
4.4.90.52.99.00.00.00.0999 Outros Materiais Permanentes				9.491,00	
08.02.08.244.0090.2.065 MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAIF	46.790,27	0,00	46.790,27	44.783,80	2.006,47
3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	46.790,27	0,00	46.790,27	44.783,80	2.006,47
3.3.90.30.00.00.00.00.1000 Material De Consumo	33.990,27	0,00	33.990,27	32.958,80	1.031,47

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08 Assistência Social	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08.244 Assistência Comunitária	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090.2.065 MANUT. DAS DESP. C/ PROGRAMA PAIF	46.790,27	0,00	46.790,27	44.783,80	2.006,47
3.3.90.30.04.00.00.00.1000 Gás Engarrafado				1.520,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.1000 Gêneros De Alimentação				19.487,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.1000 Material De Expediente				267,75	
3.3.90.30.17.00.00.00.1000 Material De Processamento De Dados				714,40	
3.3.90.30.21.00.00.00.1000 Material De Copa E Cozinha				6,60	
3.3.90.30.23.00.00.00.1000 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				7.835,80	
3.3.90.30.99.00.00.00.1000 Outros Materiais De Consumo				3.127,25	
3.3.90.36.00.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	12.300,00	0,00	12.300,00	11.825,00	475,00
3.3.90.39.23.00.00.00.1000 Festividades E Homenagens				2.400,00	
3.3.90.39.88.00.00.00.1000 Serviços De Publicidade E Propaganda				2.125,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				7.300,00	
08.02.08.244.0090.2.066 PROGRAMA DO IGD - SUAS	23.534,24	0,00	23.534,24	18.314,43	5.219,81
3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.426,76	0,00	15.426,76	13.461,67	1.965,09
3.3.90.30.00.00.00.00.1000 Material De Consumo	5.926,76	0,00	5.926,76	5.061,67	865,09
3.3.90.30.16.00.00.00.1000 Material De Expediente				1.837,11	
3.3.90.30.23.00.00.00.1000 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				2.244,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.1000 Outros Materiais De Consumo				980,56	
3.3.90.36.00.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	9.000,00	0,00	9.000,00	8.400,00	600,00
3.3.90.39.23.00.00.00.1000 Festividades E Homenagens				8.400,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	8.107,48	0,00	8.107,48	4.852,76	3.254,72
4.4.90.52.00.00.00.00.1000 Equipamentos E Material Permanente	8.107,48	0,00	8.107,48	4.852,76	3.254,72
4.4.90.52.35.00.00.00.1000 Equipamentos De Processamento De Dados				4.495,00	
4.4.90.52.99.00.00.00.1000 Outros Materiais Permanentes				357,76	
08.02.08.244.0090.2.067 MANUT.SERV. CONV. E FORTALEMENTO DE VINCULOS - SCFV	42.830,53	0,00	42.830,53	40.327,84	2.502,69
3.3.90.00.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	42.830,53	0,00	42.830,53	40.327,84	2.502,69

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08 Assistência Social	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08.244 Assistência Comunitária	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090.2.067 MANUT.SERV. CONV. E FORTALEMENTO DE VINCULOS - SCFV	42.830,53	0,00	42.830,53	40.327,84	2.502,69
3.3.90.30.00.00.00.1000 Material De Consumo	26.830,53	0,00	26.830,53	26.828,72	1,81
3.3.90.30.07.00.00.00.1000 Gêneros De Alimentação				12.878,16	
3.3.90.30.14.00.00.00.1000 Material Educativo E Esportivo				7.900,00	
3.3.90.30.23.00.00.00.1000 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				3.720,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.1000 Outros Materiais De Consumo				2.330,56	
3.3.90.32.00.00.00.00.1000 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.36.00.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00
3.3.90.39.00.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	13.500,00	0,00	13.500,00	13.499,12	0,88
3.3.90.39.79.00.00.00.1000 Serviço De Apoio Administrativo, Técnico E Operaci				8.400,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.1000 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				5.099,12	
08.02.08.244.0090.2.086 MANUT. E ENC. C/ FUNDO ASSIST. SOCIAL	406.161,35	0,00	406.161,35	375.477,36	30.683,99
3.1.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	210.452,66	0,00	210.452,66	198.122,64	12.330,02
3.1.90.09.00.00.00.00.0999 Salário-Família	2.000,00	0,00	2.000,00	1.454,94	545,06
3.1.90.09.05.00.00.00.0999 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				1.454,94	
3.1.90.11.00.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	164.052,66	0,00	164.052,66	164.051,66	1,00
3.1.90.11.01.00.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				151.104,28	
3.1.90.11.43.00.00.00.0999 13º Salário				12.567,49	
3.1.90.11.99.00.00.00.0999 Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil				379,89	
3.1.90.13.00.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	44.400,00	0,00	44.400,00	32.616,04	11.783,96
3.1.90.13.02.00.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				32.616,04	
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	195.708,69	0,00	195.708,69	177.354,72	18.353,97
3.3.90.14.00.00.00.00.0999 Diárias - Civil	12.254,61	0,00	12.254,61	10.684,00	1.570,61
3.3.90.14.01.00.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				10.684,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0999 Material De Consumo	72.458,89	0,00	72.458,89	68.424,04	4.034,85
3.3.90.30.01.00.00.00.0999 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				8.461,99	
3.3.90.30.04.00.00.00.0999 Gás Engarrafado				1.365,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.0999 Gêneros De Alimentação				296,16	
3.3.90.30.15.00.00.00.0999 Material Para Festividades E Homenagens				4.800,00	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08 Assistência Social	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08.244 Assistência Comunitária	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090.2.086 MANUT. E ENC. C/ FUNDO ASSIST. SOCIAL	406.161,35	0,00	406.161,35	375.477,36	30.683,99
3.3.90.30.16.00.00.00.0999 Material De Expediente				22.831,33	
3.3.90.30.17.00.00.00.0999 Material De Processamento De Dados				295,00	
3.3.90.30.20.00.00.00.0999 Material De Cama, Mesa E Banho				300,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.0999 Material De Copa E Cozinha				5.167,28	
3.3.90.30.22.00.00.00.0999 Material De Limpeza E Produção De Higienização				7.229,49	
3.3.90.30.23.00.00.00.0999 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				1.860,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.0999 Material Para Manutenção De Bens Imóveis				495,35	
3.3.90.30.26.00.00.00.0999 Material Elétrico E Eletrônico				132,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.0999 Material De Proteção E Segurança				399,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				14.791,44	
3.3.90.33.00.00.00.00.0999 Passagens E Despesas Com Locomoção	8.000,00	0,00	8.000,00	6.591,11	1.408,89
3.3.90.33.03.00.00.00.0999 Locacao De Meios De Transporte				800,00	
3.3.90.33.99.00.00.00.0999 Outras Despesas Com Locomoção				5.791,11	
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	4.700,00	0,00	4.700,00	0,00	4.700,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	86.481,00	0,00	86.481,00	81.821,49	4.659,51
3.3.90.39.11.00.00.00.0999 Locação De Softwares				8.910,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.0999 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				370,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.0999 Manutençãoe Conservaçãode Veículos				247,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.0999 Serviços De Energia Elétrica				84,51	
3.3.90.39.63.00.00.00.0999 Serviços Gráficos				270,00	
3.3.90.39.80.00.00.00.0999 Hospedagens				1.120,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				70.819,98	
3.3.90.92.00.00.00.00.0999 Despesas De Exercícios Anteriores	720,00	0,00	720,00	720,00	0,00
3.3.90.92.99.00.00.00.0999 Outras Despesas De Exercícios Anteriores				720,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.0999 Indenizações E Restituições	11.094,19	0,00	11.094,19	9.114,08	1.980,11
3.3.90.93.03.00.00.00.0999 Restituições De Saldos De Convênios				9.114,08	
08.02.08.244.0090.2.087 AÇOES DE APOIO AS DEMANDAS SOCIEDADE	7.267,00	12.000,00	19.267,00	18.800,00	467,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0301 Aplicações Diretas	7.267,00	12.000,00	19.267,00	18.800,00	467,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08 Assistência Social	922.083,70	20.000,00	942.083,70	885.268,86	56.814,84
0802.08.244 Assistência Comunitária	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	538.668,89	20.000,00	558.668,89	514.768,79	43.900,10
08.02.08.244.0090.2.087 AÇOES DE APOIO AS DEMANDAS SOCIEDADE	7.267,00	12.000,00	19.267,00	18.800,00	467,00
3.3.90.32.00.00.00.00.0301 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	7.267,00	12.000,00	19.267,00	18.800,00	467,00
3.3.90.32.99.00.00.00.0301 Outros Materiais Para Distribuição Gratuita				18.800,00	
08.02.08.244.0090.2.089 MANUTENÇÃO DO PROJETO MULHERES EMPREENDEDORAS	429,00	8.000,00	8.429,00	5.408,86	3.020,14
3.3.90.00.00.00.00.00.0301 Aplicações Diretas	429,00	8.000,00	8.429,00	5.408,86	3.020,14
3.3.90.30.00.00.00.00.0301 Material De Consumo	429,00	8.000,00	8.429,00	5.408,86	3.020,14
3.3.90.30.07.00.00.00.0301 Gêneros De Alimentação				438,51	
3.3.90.30.99.00.00.00.0301 Outros Materiais De Consumo				4.970,35	
08.03 FUNDO MUN. DE COMBATE E ERRADICAÇÃO POBREZA	5.440,00	0,00	5.440,00	4.230,00	1.210,00
0803.08 Assistência Social	5.440,00	0,00	5.440,00	4.230,00	1.210,00
0803.08.244 Assistência Comunitária	5.440,00	0,00	5.440,00	4.230,00	1.210,00
08.03.08.244.0090 ASSISTÊNCIA SOCIAL EM GERAL	5.440,00	0,00	5.440,00	4.230,00	1.210,00
08.03.08.244.0090.2.068 MANUT. E ENC. FUNDO DE COMBATE E ERRADIC. POBREZA	5.440,00	0,00	5.440,00	4.230,00	1.210,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	5.440,00	0,00	5.440,00	4.230,00	1.210,00
3.3.90.32.00.00.00.00.0999 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	5.440,00	0,00	5.440,00	4.230,00	1.210,00
3.3.90.32.99.00.00.00.0999 Outros Materiais Para Distribuição Gratuita				4.230,00	
08.05 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	6.501,36	0,00	6.501,36	1.320,00	5.181,36
0805.08 Assistência Social	6.501,36	0,00	6.501,36	1.320,00	5.181,36
0805.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	6.501,36	0,00	6.501,36	1.320,00	5.181,36
08.05.08.243.0091 ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	6.501,36	0,00	6.501,36	1.320,00	5.181,36
08.05.08.243.0091.2.060 MANUT. DO CONSELHO DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE	1.581,36	0,00	1.581,36	0,00	1.581,36
3.3.90.00.00.00.00.00.0301 Aplicações Diretas	1.036,36	0,00	1.036,36	0,00	1.036,36
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	545,00	0,00	545,00	0,00	545,00
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.39.00.00.00.00.0301 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.036,36	0,00	1.036,36	0,00	1.036,36
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	45,00	0,00	45,00	0,00	45,00

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.235.202,55	20.000,00	1.255.202,55	1.189.239,50	65.963,05
08.05 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	6.501,36	0,00	6.501,36	1.320,00	5.181,36
0805.08 Assistência Social	6.501,36	0,00	6.501,36	1.320,00	5.181,36
0805.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	6.501,36	0,00	6.501,36	1.320,00	5.181,36
08.05.08.243.0091 ASSISTÊNCIA A CRIANÇAS E AO ADOLESCENTE	6.501,36	0,00	6.501,36	1.320,00	5.181,36
08.05.08.243.0091.2.071 MANUT. FUNDO MUNCIPAL DA CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.920,00	0,00	4.920,00	1.320,00	3.600,00
3.3.90.00.00.00.00.0301 Aplicações Diretas	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	2.100,00
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	2.820,00	0,00	2.820,00	1.320,00	1.500,00
3.3.90.14.00.00.00.0301 Diárias - Civil	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.30.00.00.00.0301 Material De Consumo	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.32.00.00.00.0999 Material Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.33.00.00.00.0301 Passagens E Despesas Com Locomoção	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.36.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00
3.3.90.39.00.00.00.0301 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	100,00	0,00	100,00	0,00	100,00
3.3.90.39.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	1.320,00	0,00	1.320,00	1.320,00	0,00
3.3.90.39.63.00.00.0999 Serviços Gráficos				1.320,00	
09 SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO	721.446,77	0,00	721.446,77	709.548,87	11.897,90
09.01 SECRETARIA MUN. ESPORT., LAZER CULT. E TURISMO	396.124,95	0,00	396.124,95	394.229,95	1.895,00
0901.04 Administração	396.124,95	0,00	396.124,95	394.229,95	1.895,00
0901.04.122 Administração Geral	396.124,95	0,00	396.124,95	394.229,95	1.895,00
09.01.04.122.0093 MANUT. SEC. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO	327.535,75	0,00	327.535,75	327.531,75	4,00
09.01.04.122.0093.2.076 MANUT. DE PESSOAL E ENC. SOCIAIS DA SMELCT	327.535,75	0,00	327.535,75	327.531,75	4,00
3.1.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	327.535,75	0,00	327.535,75	327.531,75	4,00
3.1.90.09.00.00.00.0999 Salário-Família	969,27	0,00	969,27	969,27	0,00
3.1.90.09.05.00.00.0999 Salário-Família Pessoal Ativo Civil				969,27	
3.1.90.11.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	271.818,64	0,00	271.818,64	271.816,64	2,00
3.1.90.11.01.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				249.275,83	
3.1.90.11.43.00.00.0999 13º Salário				20.922,35	
3.1.90.11.99.00.00.0999 Outras Despesas Fixas De Pessoal Civil				1.618,46	
3.1.90.13.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	54.747,84	0,00	54.747,84	54.745,84	2,00
3.1.90.13.02.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				54.745,84	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO	721.446,77	0,00	721.446,77	709.548,87	11.897,90
09.01 SECRETARIA MUN. ESPORT., LAZER CULT. E TURISMO	396.124,95	0,00	396.124,95	394.229,95	1.895,00
0901.04 Administração	396.124,95	0,00	396.124,95	394.229,95	1.895,00
0901.04.122 Administração Geral	396.124,95	0,00	396.124,95	394.229,95	1.895,00
09.01.04.122.0136 MANUT.DA SECRETARIA MUN. DE ESPORTES, LAZER E TURI	68.589,20	0,00	68.589,20	66.698,20	1.891,00
09.01.04.122.0136.2.075 MANUT. SEC. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO	68.589,20	0,00	68.589,20	66.698,20	1.891,00
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	68.589,20	0,00	68.589,20	66.698,20	1.891,00
3.3.90.14.00.00.00.0999 Diárias - Civil	1.840,00	0,00	1.840,00	1.840,00	0,00
3.3.90.14.01.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				1.840,00	
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	20.067,49	0,00	20.067,49	20.067,49	0,00
3.3.90.30.07.00.00.0999 Gêneros De Alimentação				168,25	
3.3.90.30.14.00.00.0999 Material Educativo E Esportivo				17.296,59	
3.3.90.30.16.00.00.0999 Material De Expediente				1.584,25	
3.3.90.30.21.00.00.0999 Material De Copa E Cozinha				173,00	
3.3.90.30.22.00.00.0999 Material De Limpeza E Produção De Higienização				642,00	
3.3.90.30.26.00.00.0999 Material Elétrico E Eletrônico				22,10	
3.3.90.30.28.00.00.0999 Material De Proteção E Segurança				87,20	
3.3.90.30.99.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				94,10	
3.3.90.39.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	46.681,71	0,00	46.681,71	44.790,71	1.891,00
3.3.90.39.43.00.00.0999 Serviços De Energia Elétrica				24.276,44	
3.3.90.39.99.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				20.514,27	
09.02 DEPARTAMENTO DA CULTURA	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
0902.13 Cultura	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
0902.13.392 Difusão Cultural	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
09.02.13.392.0138 MANUT. DO DEPARTº DA CULTURA	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
09.02.13.392.0138.2.080 MANUT. DO DEPARTAMENTO DA CULTURA	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	14.500,00	0,00	14.500,00	13.390,00	1.110,00
3.3.90.30.99.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				13.390,00	
3.3.90.31.00.00.00.0999 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	2.726,00	0,00	2.726,00	2.726,00	0,00
3.3.90.31.99.00.00.0999 Outras Premiações				2.726,00	
3.3.90.36.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	8.240,00	0,00	8.240,00	8.240,00	0,00
3.3.90.36.15.00.00.0999 Locação De Imóveis				2.040,00	
3.3.90.36.99.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				6.200,00	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO	721.446,77	0,00	721.446,77	709.548,87	11.897,90
09.02 DEPARTAMENTO DA CULTURA	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
0902.13 Cultura	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
0902.13.392 Difusão Cultural	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
09.02.13.392.0138 MANUT. DO DEPARTº DA CULTURA	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
09.02.13.392.0138.2.080 MANUT. DO DEPARTAMENTO DA CULTURA	288.742,82	0,00	288.742,82	281.447,92	7.294,90
3.3.90.39.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	263.276,82	0,00	263.276,82	257.091,92	6.184,90
3.3.90.39.05.00.00.0999 Serviços Técnicos Profissionais				2.200,00	
3.3.90.39.12.00.00.0999 Locação De Máquinas E Equipamentos				32.030,00	
3.3.90.39.23.00.00.0999 Festividades E Homenagens				59.100,00	
3.3.90.39.43.00.00.0999 Serviços De Energia Elétrica				634,51	
3.3.90.39.58.00.00.0999 Serviços De Telecomunicações				127,50	
3.3.90.39.80.00.00.0999 Hospedagens				2.200,00	
3.3.90.39.99.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				160.799,91	
09.03 DEPARTAMENTO DE TURISMO	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
0903.04 Administração	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
0903.04.695 Turismo	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
09.03.04.695.0096 DEPARTAMENTO DO TURISMO	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
09.03.04.695.0096.2.077 MANUT. DO DEPARTAMENTO DO TURISMO	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.3.90.36.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00	0,00
3.3.90.36.99.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				2.000,00	
09.04 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
0904.27 Desporto e Lazer	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
0904.27.812 Desporto Comunitário	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
09.04.27.812.0137 MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
09.04.27.812.0137.2.079 MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
3.3.90.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
3.3.90.30.00.00.00.0999 Material De Consumo	9.959,00	0,00	9.959,00	7.399,00	2.560,00
3.3.90.30.01.00.00.0999 Combustiveis E Lubrificantes Automotivos				2.560,00	
3.3.90.30.23.00.00.0999 Uniformes, Tecidos E Aviamentos				1.938,00	
3.3.90.30.99.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				2.901,00	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 50

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TURISMO	721.446,77	0,00	721.446,77	709.548,87	11.897,90
09.04 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
0904.27 Desporto e Lazer	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
0904.27.812 Desporto Comunitário	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
09.04.27.812.0137 MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
09.04.27.812.0137.2.079 MANUT. DO DEPART. DE ESPORTE E LAZER	34.579,00	0,00	34.579,00	31.871,00	2.708,00
3.3.90.31.00.00.00.00.0999 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Des	5.500,00	0,00	5.500,00	5.500,00	0,00
3.3.90.31.04.00.00.00.0999 Premiações Desportivas				5.500,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	8.620,00	0,00	8.620,00	8.620,00	0,00
3.3.90.36.15.00.00.00.0999 Locação De Imóveis				6.120,00	
3.3.90.36.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				2.500,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	10.500,00	0,00	10.500,00	10.352,00	148,00
3.3.90.39.17.00.00.00.0999 Manutenção E Conservaçãode Máquinas E Equipament				520,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				9.832,00	
10 SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURAL	216.938,48	0,00	216.938,48	215.510,01	1.428,47
10.01 SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DESEN.URB. E RURAL	216.938,48	0,00	216.938,48	215.510,01	1.428,47
1001.04 Administração	216.928,48	0,00	216.928,48	215.510,01	1.418,47
1001.04.122 Administração Geral	216.928,48	0,00	216.928,48	215.510,01	1.418,47
10.01.04.122.0034 ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL	216.928,48	0,00	216.928,48	215.510,01	1.418,47
10.01.04.122.0034.2.081 MANUT. E ENC. C/ SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE	216.928,48	0,00	216.928,48	215.510,01	1.418,47
3.1.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	186.318,04	0,00	186.318,04	186.266,82	51,22
3.1.90.11.00.00.00.00.0999 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	154.461,02	0,00	154.461,02	154.411,80	49,22
3.1.90.11.01.00.00.00.0999 Vencimentos Do Pessoal Fixo				154.411,80	
3.1.90.13.00.00.00.00.0999 Obrigações Patronais	31.857,02	0,00	31.857,02	31.855,02	2,00
3.1.90.13.02.00.00.00.0999 Instituto Nacional De Seguro Social - Inss				31.855,02	
3.3.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	30.610,44	0,00	30.610,44	29.243,19	1.367,25
3.3.90.14.00.00.00.00.0999 Diárias - Civil	13.166,00	0,00	13.166,00	13.166,00	0,00
3.3.90.14.01.00.00.00.0999 Diárias - No País (Dentro Do Estado)				12.186,00	
3.3.90.14.02.00.00.00.0999 Diárias - No País (Fora Do Estado)				980,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.0999 Material De Consumo	10.004,44	0,00	10.004,44	8.752,50	1.251,94
3.3.90.30.31.00.00.00.0999 Sementes, Mudas E Plantas E Insumos				7.845,50	
3.3.90.30.99.00.00.00.0999 Outros Materiais De Consumo				907,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	6.490,00	0,00	6.490,00	6.489,67	0,33
3.3.90.36.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Pessoa Física				6.489,67	

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro a Dezembro
Página 51

Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Títulos	Autorizada R$			Realizada R$	Diferenças R$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
10 SECRET.MUN.DO MEIO AMB. E DESENV. URB. E RURAL	216.938,48	0,00	216.938,48	215.510,01	1.428,47
10.01 SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE E DESEN.URB. E RURAL	216.938,48	0,00	216.938,48	215.510,01	1.428,47
1001.04 Administração	216.928,48	0,00	216.928,48	215.510,01	1.418,47
1001.04.122 Administração Geral	216.928,48	0,00	216.928,48	215.510,01	1.418,47
10.01.04.122.0034 ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL	216.928,48	0,00	216.928,48	215.510,01	1.418,47
10.01.04.122.0034.2.081 MANUT. E ENC. C/ SECRET. MUN. DO MEIO AMBIENTE	216.928,48	0,00	216.928,48	215.510,01	1.418,47
3.3.90.39.00.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	950,00	0,00	950,00	835,02	114,98
3.3.90.39.99.00.00.00.0999 Outros Serviços De Terceiros, Pessoa Jurídica				835,02	
1001.18 Gestão Ambiental	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00
1001.18.542 Controle Ambiental	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00
10.01.18.542.0034 ATEND. AO DESENV. DO MEIO AMBIENTE E RURAL	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00
10.01.18.542.0034.1.047 SIST. PÚB. DE MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0999 Aplicações Diretas	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00
4.4.90.51.00.00.00.00.0999 Obras E Instalações	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00
Total por Entidade:	25.540.354,74	964.100,15	26.504.454,89	24.689.315,26	1.815.139,63
Total Geral:	25.540.354,74	964.100,15	26.504.454,89	24.689.315,26	1.815.139,63

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Balanço Financeiro - Anexo 13 - Administração Direta

Exercício de 2014
Anexo - 13
Período: Janeiro à Dezembro

RECEITAS		DESPESAS	
Títulos	R$	Títulos	R$
ORÇAMENTÁRIAS	25.875.038,25	ORÇAMENTÁRIAS	24.689.315,26
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	25.875.038,25	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	24.689.315,26
RECEITAS CORRENTES	25.513.221,82	Administração	7.908.877,84
Receitas Tributárias	2.607.760,74	Assistência Social	1.189.239,50
Receitas de Contribuições	489.706,52	Saúde	6.594.977,87
Receitas Patrimoniais	294.021,82	Trabalho	250.780,12
Receitas de Serviços	1.009.255,55	Educação	6.980.585,67
Transferências Correntes	23.796.280,44	Cultura	281.447,92
Outras Receitas Correntes	806.817,71	Energia	325.396,73
Dedução da Receita Corrente	-3.490.620,96	Transporte	72.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	361.816,43	Desporto e Lazer	31.871,00
Transferências de Capital	361.816,43	Encargos Especiais	1.054.138,61
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	327.545,14	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.131.483,00
Repasse Recebido	327.545,14	Repasse Concedido	1.131.483,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.956.705,64	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.383.175,31
CONSIGNAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.815.416,14	Consignações Pagas no Exercício	1.890.892,24
RESTOS A PAGAR - INSCRIÇÃO DO EXERCÍCIO	1.105.302,75	RESTOS A PAGAR - PAGOS NO EXERCÍCIO	456.296,32
Restos a Pagar Processados	37.636,38	Restos a Pagar Processados	251.141,45
Restos a Pagar não Processados	1.067.666,37	Restos a Pagar não Processados	205.154,87
OUTROS VALORES FINANCEIROS	35.986,75	OUTROS VALORES FINANCEIROS	35.986,75
Créditos Diversos a Receber	3.265,05	Créditos Diversos a Receber	3.265,05
Débitos Bancários a Regularizar	32.721,70	Débitos Bancários a Regularizar	32.721,70
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.637.079,59	SALDO DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTI	3.592.395,05
Bancos Conta Movimento	208.225,53	Caixa	4.085,92
Bancos Conta Aplicações Financeiras	2.428.854,06	Bancos Conta Movimento	207.545,06
		Bancos Conta Aplicações Financeiras	3.380.764,07
TOTAL	31.796.368,62	TOTAL	31.796.368,62

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Período: Janeiro à Dezembro

Balanço Patrimonial - Anexo 14

Administração Direta

Ativo		Passivo	
Títulos	Valor R$	Títulos	Valor R$
ATIVO FINANCEIRO	3.592.395,05	PASSIVO FINANCEIRO	1.460.697,51
DISPONÍVEL	3.592.395,05	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.460.697,51
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	3.592.395,05	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.460.697,51
DISPONÍVEL EM CAIXA	4.085,92	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ÚLT	132.143,15
DISPONÍVEL EM BANCOS	207.545,06	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.307.541,72
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.380.764,07	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIO	21.012,64
ATIVO NÃO FINANCEIRO	21.296.563,73	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	2.453.940,97
CIRCULANTE	1.370.041,02	OBRIGAÇÕES LEGAIS E TRIBUTÁRIAS	2.003.501,13
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.170.588,56	OBRIGAÇÕES PARCELADAS	1.939.734,69
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	1.170.588,56	PARCELAMENTO DE INSS	1.939.734,69
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	199.452,46	PRECATÓRIOS	63.766,44
ESTOQUES	199.452,46	DÍVIDA FUNDADA	450.439,84
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.801.886,51	INTERNA	450.439,84
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	3.801.886,51	DÍVIDA INTERNA - EM CONTRATOS	450.439,84
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	3.797.575,17		
CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS	4.311,34		
PERMANENTE	16.124.636,20		
IMOBILIZADO	16.124.636,20		
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	16.124.636,20		
BENS MÓVEIS	5.477.061,71		
BENS IMÓVEIS	10.647.574,49		
SOMA DO ATIVO REAL	24.888.958,78	SOMA DO PASSIVO REAL	3.914.638,48
		SALDO PATRIMONIAL	
		Ativo Real Líquido	20.974.320,30
ATIVO COMPENSADO	7.309.231,80	PASSIVO COMPENSADO	7.309.231,80
SISTEMA DE COMPENSAÇÃO	7.309.231,80	SISTEMA DE COMPENSAÇÃO	7.309.231,80
RESPONSABILIDADES POR TÍTULOS VALORES	2.439.359,47	TÍTULOS, VALORES E BENS SOB RESPONSABIL	2.456.814,23
RECEBIDOS	2.439.359,47		
DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	4.869.872,33		
DE DESPESAS	4.869.872,33		
TOTAL GERAL	32.198.190,58	TOTAL GERAL	32.198.190,58

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas
Exercício de 2014
Período: Janeiro à Dezembro

Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Demonstrações das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta

Variações Ativas		Variações Passivas	
Títulos	Valor R$	Títulos	Valor R$
RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		RESULTANTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	25.875.038,25	DESPESA ORCAMENTÁRIA	24.689.315,26
RECEITAS CORRENTES	29.003.842,78	DESPESAS CORRENTES	22.046.226,11
RECEITA TRIBUTARIA	2.607.760,74	PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	12.593.878,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	489.706,52	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.452.347,93
RECEITA PATRIMONIAL	294.021,82	DESPESAS DE CAPITAL	2.643.089,15
RECEITA DE SERVIÇOS	1.009.255,55	INVESTIMENTOS	1.588.950,54
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.796.280,44	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	1.054.138,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	806.817,71		
RECEITAS DE CAPITAL	361.816,43		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	361.816,43		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.490.620,96		
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENT	-3.490.620,96		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	327.545,14	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.131.483,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	327.545,14	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.131.483,00
MUTAÇÕES ATIVAS	6.429.235,21	MUTAÇÕES PASSIVAS	691.943,58
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.565.247,76	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	691.943,58
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	4.863.987,45		
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.898.854,80	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	7.367.581,92
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	DESPESA EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	0,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	0,00
ACRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	3.898.854,80	DECRÉSCIMOS PATRIMONIAIS	7.367.581,92
AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	305.210,23	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	7.303.815,48
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	3.593.644,57	INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	63.766,44
Total de Variações Ativas	36.530.673,40	Total de Variações Passivas	33.880.323,76
		RESULTADO PATRIMONIAL	
		Superávit Verificado	2.650.349,64
Total Geral	36.530.673,40	Total Geral	36.530.673,40

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

ANEXO 17

Demonstração da Dívida Flutuante do Período de Janeiro à Dezembro

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento no exercício			Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Pagamentos	Cancelamentos	
RESTOS A PAGAR	790.678,44 C	1.105.302,75	456.296,32	0,00	1.439.684,87 C
Restos a pagar processados	345.648,22 C	37.636,38	251.141,45	0,00	132.143,15 C
DO EXERCÍCIO ANTERIOR	251.141,45 C	37.636,38	251.141,45	0,00	37.636,38 C
DO QUINTO EXERCÍCIO	94.506,77 C	0,00	0,00	0,00	94.506,77 C
Restos a pagar não processados	445.030,22 C	1.067.666,37	205.154,87	0,00	1.307.541,72 C
A LIQUIDAR 2010	141.683,90 C	0,00	0,00	0,00	141.683,90 C
A LIQUIDAR - 2011	54.648,75 C	0,00	0,00	0,00	54.648,75 C
A LIQUIDAR - 2012	42.297,70 C	0,00	0,00	0,00	42.297,70 C
A LIQUIDAR - 2013	206.399,87 C	0,00	205.154,87	0,00	1.245,00 C
A LIQUIDAR - 2014	0,00	1.067.666,37	0,00	0,00	1.067.666,37 C
LIQUIDADOS - 2013	0,00	205.154,87	205.154,87	0,00	0,00
DEPÓSITOS	96.488,74 C	1.815.416,14	1.890.892,24	0,00	21.012,64 C
Consignações	96.488,74 C	1.815.416,14	1.890.892,24	0,00	21.012,64 C
I.N.S.S.- FUNDEB 60	0,00	131.191,07	131.191,07	0,00	0,00
I.N.S.S.- FUNDEB 40	0,00	75.652,03	75.652,03	0,00	0,00
I.N.S.S.- EDUCAÇÃO	0,00	92.636,75	92.636,75	0,00	0,00
I.N.S.S.- SAÚDE	0,00	297.153,62	297.153,62	0,00	0,00
Desconto Salário Estadual	0,00	18.088,50	18.088,50	0,00	0,00
I.N.S.S.	0,00	313.449,88	313.449,88	0,00	0,00
PENSOES ALIMENTICIAS	0,00	5.430,72	5.430,72	0,00	0,00
CDC - CONSIGNAÇÃO	0,00	821.353,88	821.353,88	0,00	0,00
SINDICATO DOS SERV.PUB.MUN.ALTO GARÇAS	0,00	35.547,01	35.547,01	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA -FEDERAL	0,00	18.330,03	18.330,03	0,00	0,00
Ação Judicial	0,00	3.794,29	3.794,29	0,00	0,00
SINDICATO DOS SINDACS/MT - PACS	0,00	2.075,79	2.075,79	0,00	0,00
Previdência Estadual	0,00	712,57	712,57	0,00	0,00
I.N.S.S.	22.171,31 C	0,00	22.171,31	0,00	0,00
I.N.S.S.- SAÚDE	23.834,91 C	0,00	23.834,91	0,00	0,00
I.N.S.S.- FUNDEB 60	7.147,77 C	0,00	7.147,77	0,00	0,00
I.N.S.S.- FUNDEB 40	4.532,48 C	0,00	4.532,48	0,00	0,00
I.N.S.S.- EDUCAÇÃO	16.012,19 C	0,00	16.012,19	0,00	0,00
IRRF	1.777,44 C	0,00	1.777,44	0,00	0,00

Betha Sistemas

Mato Grosso

Exercício de 2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

ANEXO 17

Demonstração da Dívida Flutuante do Período de Janeiro à Dezembro

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento no exercício			Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Pagamentos	Cancelamentos	
DEPÓSITOS	96.488,74 C	1.815.416,14	1.890.892,24	0,00	21.012,64 C
Consignações	96.488,74 C	1.815.416,14	1.890.892,24	0,00	21.012,64 C
CAUÇÃO	21.012,64 C	0,00	0,00	0,00	21.012,64 C
Total :	887.167,18 C	2.920.718,89	2.347.188,56	0,00	1.460.697,51 C

Nota: Nas contas de restos a pagar não processados estão sendo considerados os lançamentos de liquidação de restos a pagar não processados e anulação de liquidação de restos a pagar não processados, lançamentos estes que não são considerados nos itens RESTOS A PAGAR e Restos a Pagar não Processados

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

Betha Sistemas
Exercício de 2014
ANEXO 16
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS

Demonstrativo da Dívida Fundada Interna do Período de Janeiro à Dezembro
Administração Direta

Autorizações				Saldo anterior em Circulação (1)	Movimento no Exercício			Saldo para Exercício Seguinte
Lei	Data Lei	Quant.	Valor Emissão		Emissão (2)	Pagamento (3)	Cancelamento (4)	Valor
OBRIGAÇÕES LEGAIS E TRIBUTÁRIAS								
INSS								
000324/92	20/04/1992	240	3.414.036,04	2.719.982,45 C	0,00	780.247,76	0,00	1.939.734,69 C
PRECATÓRIOS								
Precatórios								
000913/12	07/12/2012	10	63.766,44	0,00	63.766,44	0,00	0,00	63.766,44 C
OUTRAS DÍVIDAS								
Energia elétrica								
000644/05	25/10/2005	96	3.523.825,61	1.235.439,84 C	0,00	785.000,00	0,00	450.439,84 C
Totais				3.955.422,29 C	63.766,44	1.565.247,76	0,00	2.453.940,97 C

Alto Garças, 02/03/2015

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

CLEA MARIA BARBOSA DE SOUZA
Contador - CRC/MT 008398-/O-1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL N°01/2015

Onde se lê : Alto Garças - MT, 02 de Fevereiro de 2015.

Leia se: Alto Garças - MT, 02 de Março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 11/2015 ARAGUAIANA, 02 DE MARÇO DE 2015

"Dispõe sobre o horário de expediente nas Repartições Públicas Municipais e da outras providencias"

O **Sr. JOSÉ MARRA NERY**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O horário de funcionamento do expediente dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta, situados no âmbito do Município de Araguaiana - MT, a partir de 04 de março de 2015, será das 07:30hs às 11:00 horas e das 13:00hs às 17:00 horas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 5/2014 de28 de janeiro de 2014

Gabinete do Prefeito do Município de Araguaiana – MT, 02 de março de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 663/2015 ARAGUAIANA, 03 DE MARÇO DE 2015

"INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Sr. JOSÉ MARRA NERY, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte **L E I:**

Art. 1º

Fica instituída no Município de Araguaiana/MT a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-e, cuja emissão, registrará as operações de prestação de serviços dos contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal Municipal.

Parágrafo Único. Fica instituído o Recibo Provisório de Serviços – RPS exclusiva das empresas habilitadas a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

Art. 2º As operações registradas em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica e ficam dispensadas de escrituração no Livro Registro de ISSQN e na Declaração Mensal de Serviços.

Art. 3º O Poder Executivo disciplinará, através de Decreto:

I – A emissão da NFS

II - Os prestadores de serviços sujeitos a utilização da NFS receita bruta;

III – O cronograma de implantação da NFS

IV - As regras de lançamento e arrecadação das operações registradas através da

V - As regras de utilização do RPS;

VI – As penalidades aplicáveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaiana – MT, aos 03 dias do mês de março de 2015.

JOSÉ MARRA NERY

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 662/2015 ARAGUAIANA, 03 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 475/2009, e dá outras providencias"

O Sr. JOSÉ MARRA NERY, Prefeito Municipal de ARAGUAIANA-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera dispositivos das leis nº 475/2009 e 547/2011, no tocante à remuneração do Motorista I e II, Operador de Maquinas I e II, Mecânico e Eletricista.

Art. 2º - Fica autorizado o Poder Executivo a criar e incluir no Plano de Cargos e Salário os valores iniciais nos cargos de provimento efetivo, bem como a manutenção da jornada de trabalho especificadas inicialmente arecomposição das perdas salariais no valor de 17%.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentárias no elemento de despesa 3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens fixas.

Art. 4.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 03 de março de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA 24/2015, ARAGUAIANA 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 24/2015

De 12 de fevereiro de 2015

NOMEIA SERVIDOR

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de 20% ao senhor **CARLOS WAGNER PERNE DOS SANTOS,** portador da CI RG 1281233-1 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 218.042.728-09, enquadrando-a no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 475/09 de 07/01/2009.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

05 – Secretária de Municipal de Educação

05. 04 – Fundeb

2020 – Manutenção e Enc. Com Fundeb 60% Fundamental

3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 12 de fevereiro de 2015

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 661/2015 ARAGUAIANA, 0 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE O PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATES A ENDEMIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. JOSE MARRA NERY,Prefeito Municipal de Araguaiana - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Executivo Municipal a instituir o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combates a Endemias, sendo o valor de R$ 1.014,00 (Hum Mil e quatorze reais) no Município de Araguaiana, conforme Lei Federal nº 12.994, de 17 de junho de 2014, publicado no Diário Oficial da União nº 115, seção 1, pag. 1 e 2, de 18 de junho de 2014.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/01/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 03 de março de 2015.

JOSE MARRA NERY

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LE MUNICIPAL Nº 660/2015 ARAGUAIANA, 03 DE MARÇO DE 2015

"Altera o §1º do art. 1º da Lei Municipal nº 571/2012 e dá outras providências**."**

José Marra Nery, Prefeito de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o§1º do art. 1º da Lei Municipal nº 571, de 28 de Março de 2012, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"**§ 1º** Para fins do disposto no caput, consideram-se parcelas de caráter indenizatório, no âmbito do Poder Executivo Municipal, as seguintes:

I – plantões realizados pelos profissionais da área médica de 12 (doze horas),correspondente a R$ 665,00 (seiscentos e senta e cinco reais) cada plantão;

a) A quantidade de plantões médicos necessária ao atendimento da demanda do Pronto Atendimento ficará a critério da Secretaria Municipal de Saúde de Araguaiana."

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Araguaiana/MT, 03 de março de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 23/2015, ARAGUAIANA 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 23/2015

De 12 de fevereiro de 2015

NOMEIA SERVIDOR

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional a distancia de 30% a senhora **RIVANIA MARIA DE SOUZA MARTINS,** portadora da CI RG 4889393 SSP/PE e inscrita no CPF sob o nº 564.158.342-15, enquadrando-a no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 475/09 de 07/01/2009.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

05 – Secretária de Municipal de Educação

05. 04 – Fundeb

2020 – Manutenção e Enc. Com Fundeb 60% Fundamental

3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 12 de fevereiro de 2015

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 22/2015, ARAGUAIANA 12 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 22/2015

De 12 de fevereiro de 2015

NOMEIA SERVIDOR

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora **NOEMIA SOARES DA SILVA**, portadora da CI RG 0338872-7 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 329.185.181-15, no cargo de**COORDENADORA ESCOLAR do programa Mais Educação** da Escola Municipal Laura Vicuñaenquadrando-a no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 475/09 de 07/01/2009.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

05 – Secretária de Municipal de Educação

05. 02 – Ensino Fundamental

2020 – Manutenção e Enc. Com Ensino Fundamental

3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 12 de fevereiro de 2015

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA 19/2015, ARAGUAIANA 06 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA 19/2015

De 06 de fevereiro de 2015.

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1° Fica instituída a nomeada Equipe de Apoio do Pregoeiro para examinar e conferir informações de situação contábil, financeira, patrimonial e estrutural dos licitantes, visando garantir a validade dos documentos recebidos nos atos dos processos licitatórios.

Art. 2° A Equipe de Apoio de Pregoeiro de que trata este artigo terá a seguinte composição:

- Thaiz Augusta Nery – Membro

-Irisvan Dutra Vieira – Membro

Art. 3° - As atribuições da Equipe do Pregoeiro incluem:

- Auxiliar nos analises de encaminhamento dos processos das fases interna e externa do pregão;

- Auxiliar Pregoeiro nas fases de abertura de julgamento, encerramento das sessões públicas do pregão;

- Auxiliar nos serviços inerentes a recursos interpostos.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 06 de fevereiro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 21/2015, ARAGUAIANA 02 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 21/2015

De 02 de fevereiro de 2015

O Senhor ***JOSÉ MARRA NERY,*** Prefeito Municipal de **ARAGUAIANA-MT**, no uso das atribuições legais conforme preceitua o Artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Senhora

CLAUDIA DUARTE ALVES

, portadora da CI RG nº 12720518 SJ/MT e inscrita no CPF sob o nº 890.447.381-00, no cargo de CHEFE DE SEÇÃO, enquadrando-o no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 475/09 de 07/01/2009.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

06 – Secretaria de Saúde

06.04 – Unidade de Pronto Atendimento

2039 – Manutenção e encargos com Pronto Atendimento

3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 02 de fevereiro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N º 659/2015 ARAGUAIANA, 03 DE MARÇO DE 2015

"Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento vigente, e dá outras providências."

O Exmº **Sr. JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e conforme lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R$ 111.500,00 (Cento e Onze Mil e Quinhentos Mil Reais), com base no Art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64, com as seguintes classificações:

ORGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE 002 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO 12

SUB FUNÇÃO 361

PROGRAMA 0042

PROJETO ATIVIDA 1065 -AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DO PROG. PAR

ELEMENTO DE DESPESA 4490.52.00.00.00

Art. 2º - Para atender a despesa criada no artigo anterior, serão utilizadas recursos do Programa – **Plano de Ações Articuladas – PAR**, Processo nº 23400020172201315, Empenho - 2013NE693068, 2013NE6933067 e 2013NE6933066, **sendo a suplementação por excesso de arrecadação de recursos vinculados**.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a inclusão da despesa nos instrumentos de planejamento PPA, LDO e LOA, bem como atualização de anexos, conforme LC nº 101/2000.

Art. 4º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos orçamentários e financeiro a partir de 01 de janeiro de 2015. Gabinete do Prefeito, aos 03 de março de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 658/2015 ARAGUAIANA, 03 DE MARÇO DE 2015

"Altera o item III do art. 2º da Lei Municipal nº 475/2009 e dá outras providencias e dá outras providências."

José Marra Nery, Prefeito de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o item III do artigo 2º da Lei nº. 475, de 07 de Janeiro de 2009, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Denominação nº de vagas Salário

III - ... Chefe de Seção 21 R$ 800,00

Art. 2º Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº. 632 de 20 de fevereiro de 2014.

Gabinete do Prefeito aos 03 de março de 2015.

JOSÉ MARRA NERY

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
LICENÇA PREMIO, ARAGUAIANA 01 DE FEVEREIRO DE 2015.

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: O (A) Servidor (a) **MARCIA MARIA DE OLIVEIRA,** Brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Araguaiana – MT, lotada na secretária Municipal de Educação, exercendo o cargo de **Licenciatura Plena em Pedagogia,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **13/02/2006 a 13/02/2011**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de fevereiro de 2015 e termino em 02 de Maio de 2015**.

Araguaiana, 01 de fevereiro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
LICENÇA PREMIO, ARAGUAIANA 01 DE FEVEREIRO DE 2015.

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: O (A) Servidor (a) **LIDIANE BASTOS SILVA,** Brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Araguaiana – MT, lotada na secretária Municipal de Educação, exercendo o cargo de **Contínuo,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **21/03/2006 a 21/03/2011**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de fevereiro de 2015 e termino em 02 de Maio de 2015**.

Araguaiana, 01 de fevereiro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 27/2015, ARAGUAIANA 28 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 27/2015

De 28 de fevereiro 2015

REVOGA PORTARIA

O Sr. JOSÉ MARRANERY, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 47/2014 de 05/02/2014, que nomeia a Senhora **NEALY JANIFER LOPES CORREA, portadora da CI RG nº 1790846-9 - SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 019.842.381-08**, no cargo de

CHEFE DE SESSÃO

.

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 28 de fevereiro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 26/2015, ARAGUAIANA 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

PORTARIA Nº 26/2015

De 13 de fevereiro 2015

REVOGA PORTARIA

O Sr. JOSÉ MARRANERY, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e conforme preceitua a Lei Orgânica do Município de Araguaiana – MT.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 72/2014 de 05/05/2014, que nomeia o Senhor **MURYLLO SIMON BARBOSA MOREIRA, portador da CI RG 21769567 SSP/MT e inscrito no CPF sob 036.006.181-80**, no cargo de

CHEFE DE DIVISÃO

.

Art. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 13 de fevereiro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA 25/2015, ARAGUAIANA 12 DE FEVEREIRO DE 2015

PORTARIA Nº 25/2015

De 12 de Fevereiro de 2015

NOMEIA SERVIDOR

O Senhor **JOSÉ MARRA NERY,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional a distancia de 30% a servidora **IVANI DUARTE MORAES**, portador da CI RG 529.136SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 362.582.291-13enquadrando-a no Quadro Geral de Provimento em Comissão conforme Lei Municipal nº 595/2012 de 19/12/2012 art 38° parágrafo único.

Art. 2º - As despesas da presente portaria correm por conta da seguinte dotação:

05 – Secretária de Municipal de Educação

05.04 – Fundeb

2020 – Manutenção e Enc. com Fundeb 60% Fundamental

3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 12 de Fevereiro de 2015

José Marra Nery

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
LICENÇA PREMIO, ARAGUAIANA 01 DE FEVEREIRO DE 2015.

LICENÇA PRÊMIO

Baseado na Subseção IX, Art. 101 da Lei Municipal n° 165/93, de 22 de outubro De 1.993, Regime Jurídico Único dos Servidores do Município.

Autorizo: O (A) Servidor (a) **REINALDO ALVES DOS SANTOS,** Brasileiro (a), residente e domiciliado (a) nesta cidade de Araguaiana – MT, lotada na secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos, exercendo o cargo de **Agente de Serviços Público,** a tirar Licença Prêmio, à que tem direito. Referente ao período de **15/02/2010 a 15/02/2015**, por 03 (três) meses, para serem gozados a partir do dia **01 de fevereiro de 2015 e termino em 02 de Maio de 2015**.

Araguaiana, 01 de fevereiro de 2015.

José Marra Nery

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DOS CONTRATOS FEVEREIRO 2015

Contrato nº 023/2015 - Data: 06/02/2015 - *Contratado:* VISION INFORMÁTICA LTDA **- Valor**: R$ 3.718,00 - **Objeto:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E ACESSO A INTERNET NA ESCOLA MUNICIPAL CLEUZA BRAGA HORTÊNCIO –**Vigência do Contrato:** 06/02/2015 a31/12/2015 - **Fiscal:** ZÉLIA DIAS DA SILVAContrato nº 024/2015 - Data: 06/02/2015 - Contratado: DEDIVALDO GONÇALVES DE OLIVEIRA 86139150191 - Valor: R$ 7.000,00 - Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM PROFISSIONAL, FORNECIMENTO DE TELÕES DE LED, ILUMINAÇÃO DA AVENIDA DO EVENTO E PRODUÇÃO DO EVENTO EM FORMATO DE DVD, para o Carnatanga 2015 –Vigência do Contrato: 14/02/2015 a17/02/2015 - Fiscal: **GEAN CARLO PEREIRA DUART**Contrato nº 025/2015 - Data: 06/02/2015 - Contratado: Sr. MAURI ANTONIO PIVETTA - Valor: R$ **4.000,00 -** Objeto: Locação de local que será utilizado para instalação da praça de alimentação de eventos –Vigência do Contrato: 14/02/2015 a17/02/2015 - Fiscal: **GEAN CARLO PEREIRA DUART**Contrato nº 026/2015 - Data: 06/02/2015 - Contratado: Sr. AMARILDO ALCÂNTARA DE CARVALHO - Valor: R$ 9.456,72 - Objeto: Locação imóvel onde está em FUNCIONAMENTO A EXTENSÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PINGO DE GENTE –Vigência do Contrato: 02/01/2015 a31/12/2015 - Fiscal: Sra. Lindinalva de Souza AndradeContrato nº 027/2015 - Data: 09/02/2015 - Contratado: A. C. ARAUJO AGÊNCIA DE NOTICIAS E PUBLICAÇÃO EIRELLI – EPP - Valor: R$ 18.000,00 - Objeto: **Prestação de Serviços para Publicação em jornal de circulação diária com abrangência em todo território matogrossense,** possuindo um quantitativo de 2.000 cm/coluna –Vigência do Contrato: 09/02/2015 a31/12/2015 - Fiscal: RONALDO EDSON SCHIAVINATOContrato nº 028/2015 - Data: 09/02/2015 - Contratado: FÁBIO CARLOS GUEDES – MR - Valor: R$ **2.220,00 -** Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO EM COMBATE E INCÊNDIO, DIRECIONAMENTO DO PÚBLICO PARA SAÍDAS DE EMERGÊNCIA SE CASO HOUVER TUMULTOS. RETIRAR VITIMAS DE ALGUM ACIDENTE PROVOCADO PELO EVENTO REALIZADO NAQUELE LOCAL,EM SUAS ÁREAS INTERNAS. para o carnatanga 2015 –Vigência do Contrato: 14/02/2015 a17/02/2015 - Fiscal: **GEAN CARLO PEREIRA DUARTE**Contrato nº 029/2015 - Data: 10/02/2015 - Contratado: E. M. PAINS MARTINS – MT - Valor: R$ 18.000,00 - Objeto: LOCAÇÃO DE SERVIÇO DE SERGURANÇA, para a Realização do evento denominado de 17º Carnatanga/2015 –Vigência do Contrato: 10/02/2015 a28/02/2015 - Fiscal: GEAN CARLO PEREIRA DUARTEContrato nº 030/2015 - Data: 10/02/2015 - Contratado: FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA – ME - Valor: R$ 15.310,00 - Objeto: SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, TENDAS, para atender o município durante a Realização do evento denominado de 17º Carnatanga/2015 –Vigência do Contrato: 10/02/2015 a28/02/2015 - Fiscal: **GEAN CARLO PEREIRA DUARTE**Contrato nº 031/2015 - Data: 10/02/2015 - Contratado: Sr. JUIMAR LOURENÇO BORGES - Valor: R$ 2.400,00 - Objeto: Locação de imóvel onde funciona a Secretaria Municipal de Esportes –Vigência do Contrato: 02/01/2015 a01/04/2015 - Fiscal: **Sr. Wilson Sanaiotti Júnior**Contrato nº 032/2015 - Data: 10/02/2015 - Contratado: Sr. JUIMAR LOURENÇO BORGES - Valor: R$ 2.880,00 - Objeto: Locação de imóvel onde funciona a Secretaria Municipal de Agricultura –Vigência do Contrato: 02/01/2015 a01/04/2015 - Fiscal: Antonio Souza dos SantosContrato nº 033/2015 - Data: 10/02/2015 - Contratado: EVANILDO ALVES DA SILVA – ME - Valor: R$ 29.380,00 - Objeto: **Contratação de empresa especializada em SERVIÇO DE LIMPA FOSSA,** em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Educação e o Serviço Municipal de Água e Esgoto–Vigência do Contrato: 10/02/2015 a31/12/2015 - Fiscais: EUCIMAR PEREIRA DE S.CERQUEIRA, ZÉLIA DIAS DA SILVA e DOMINGOS ANTÔNIO DA CONCEIÇÃO.Contrato nº 034/2015 - Data: 10/02/2015 - Contratado: Sr. JUIMAR LOURENÇO BORGES - Valor: R$ 9.456,72 - Objeto: Locação de imóvel onde funciona a Secretaria Municipal de Saúde –Vigência do Contrato: 02/01/2015 a31/12/2015 - Fiscal: **LUCAS PAIXÃO DE PAULA**Contrato nº 035/2015 - Data: 10/02/2015 - Contratado: Sra. CRISTIANE RIBEIRO SOARES DAMASCENO - Valor: R$ 11.520,00 - Objeto: Locação de imóvel onde funciona a Vigilância em Saúde (Sanitária, Ambiental e Epidemiológica) –Vigência do Contrato: 02/01/2015 a31/12/2015 - Fiscal: **LUCAS PAIXÃO DE PAULA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

DECRETO N°. 2567/2015

DECRETO N°. 2567/2015

SÚMULA:

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 382,19 (TREZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E DEZENOVE CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de n° 1199/2015 de 27 de fevereiro de 2015 no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ *382,19* (Trezentos e Oitenta e Dois Reais e Dezenove Centavos) na função programática e dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
10.001.20.606.0026.2075 - Manutenção e Encargos da SEMDEC			
3390.9300 - Indenizações e Restituições	01.24	*R$*	382,19
TOTAL		*R$*	*382,19*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 02 de Março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças

CAP

DECRETO N°. 2566/2015

DECRETO N°. 2566/2015

SÚMULA:

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 63.279,77 (SESSENTA E TRES MIL E DUZENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E SETENTA E SETE CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n° 1.199/2015 de 27 de fevereiro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R$63. 279,77 (Sessenta e Três Mil e Duzentos e Setenta e Nove Reais e Setenta e Sete Centavos) na função programática e dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
10.001.20.606.0026.2075 - Manutenção e encargos da SEMDEC			
3390.9300 - Indenizações e Restituições	*01.24*	*R$*	63. 279,77
TOTAL		R$	*63. 279,77*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 27 de Fevereiro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças

CAP

DECRETO N°. 2565/2015

DECRETO N°. 2565/2015

SÚMULA:

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 509.937,60 (QUINHENTOS E NOVE MIL E NOVECENTOS E TRINTA E SETE REAIS E SESSENTA CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de n° 1.196/2015 de 27 de fevereiro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 509.937,60 (Quinhentos e Nove Mil e Novecentos e Trinta e Sete Reais e Sessenta Centavos) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
07.002.12.361.0013.1035 - Construção de Quadras nas Escolas			
4490.5100 - Obras e Instalações	*01.15*	*R$*	509. 937,60
TOTAL		R$	*509. 937,60*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 27 de Fevereiro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças

CAP

DECRETO N°. 2568/2015

DECRETO N°. 2568/2015

SÚMULA:

“AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 102,96 (CENTO E DOIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal n° 1200/2015 de 27 de fevereiro de 2015 no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ *102,96* (Cento e Dois Reais e Noventa e Seis Centavos) na função programática e dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
10.001.20.606.0026.2075 - Manutençãoe Encargos da SEMDEC			
3390.9300 - Indenizações e Restituições	*01.24*	*R$*	102,96
TOTAL		R$	*102,96*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 02 de Março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças		

CAP

DECRETO N°. 2561/2015

DECRETO N°. 2561/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 258.513,33 (DUZENTOS E CINQUENTA E OITO MIL E QUINHENTOS E TREZE REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de n° 1198/2015 de 27 de fevereiro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R$258.513,33 (Duzentos e Cinqüenta e Oito Mil e Quinhentos e Treze Reais e Trinta e Três Centavos) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
10.001.20.605.0025.1055 - Reforma e Ampliação da Feira do Produtor Rural			
4490.5100 - Obras e Instalações	*01.00*	*R$*	14.763,33
4490.5100 - Obras e Instalações	*01.24*	*R$*	243.750,00
TOTAL		R$	*258.513,33*

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		*VALOR*
10.001.20.605.0025.1054 - Construção da Feira do Produtor Rural			
4490.5100 - Obras e Instalações	*01.00*	*R$*	14.763,33
TOTAL		R$	*14.763,33*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 27 de Fevereiro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças		

CAP

DECRETO N°. 2560/2015

DECRETO N°. 2560/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 5º da Lei Municipal de Orçamento n° 1190/2014 de 23 de dezembro de 2014 no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R$ 55.000,00 (Cinqüenta e Cinco Mil Reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
11.002.27.812.0029.1065 - Melhoria de Infraestrutura Esportiva			
4490.5200 - Equipamentos de Material Permanente	*01.00*	*R$*	5.000,00
4490.5200 - Equipamentos de Material Permanente	*01.24*	*R$*	50.000,00
TOTAL			*55.000,00*

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional especial aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		*VALOR*
11.002.27.812.0029.1065 - Melhoria da Infraestrutura Esportiva			
4490.5100 - Obras e Instalações	*01.00*	*R$*	5.000,00
4490.5100 - Obras e Instalações	*01.24*	*R$*	50.000,00
TOTAL		R$	*55.000,00*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 23 de Fevereiro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças		

CAP

DECRETO N°. 2569/2015

DECRETO N°. 2569/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 5º da Lei Municipal de Orçamento n° 1190/2014 de 23 de dezembro de 2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 20.000,00 (Vinte Mil Reais) na função programática e dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
05.002.15.452.0007.2012 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Publica			
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	*R$*	20. 000,00
TOTAL		R$	*20. 000,00*

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		*VALOR*
05.001.04.123.0006.2010 – Manutenção e Encargos da SEMUFI			
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.00*	*R$*	20. 000,00
TOTAL		R$	*20. 000,00*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 02 de Março de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças		

CAAR

DECRETO N°. 2559/2015

DECRETO N°. 2559/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 5º da Lei Municipal de Orçamento n° 1190/2014 de 23 de dezembro de 2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta Mil Reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
09.001.10.301.0019.2058 - Manutenção de Encargos da SEMUSA - BLOCO 5			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros - P. Física	*01.02*	*R$*	30. 000,00
09.002.10.301.0020.2060 - Manutenção das Ações do PSF - BL 01			
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*01.02*	*R$*	30. 000,00
TOTAL		R$	*60. 000,00*

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		*VALOR*
09.002.10.302.0021.2069 - Coleta e Realização de Exames - Bloco 02			
3390.3600 - Outros Serviços - P. Física	*01.02*	*R$*	30. 000,00
09.002.10.302.0021.1046 - Aquisição de Ambulância			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	*01.02*	*R$*	30. 000,00
TOTAL		R$	*60. 000,00*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 23 de Fevereiro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças		

CAP

DECRETO N°. 2557/2015

DECRETO N°. 2557/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 92.520,00 (NOVENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS E VINTE REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de Orçamento n° 1190/2014 de 23 de dezembro de 2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 92.520,00 (Noventa e Dois Mil e Quinhentos e Vinte Reais) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
06.002.08.244.0012.2020 - Manutenção, Encargos e Investimentos do CRAS			
3190.1300 - Obrigações Patronais - INSS	*01.00*	*R$*	8. 000,00
07.003.12.361.0013.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB 40%			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física	*01.19*	*R$*	42. 520,00
09.002.10.301.0020.2063 - Manutenção de Ações do PAB - BL 01			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física	*01.02*	*R$*	38. 000,00
09.002.10.305.0022.2072 - Man. Ações da Vigilância Epidemi. e Amb. Bloco 03			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física	*01.02*	*R$*	2. 000,00
11.002.27.812.0029.2082 - Man. Atividades de Esportes e Lazer			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Física	*01.00*	*R$*	2. 000,00

TOTAL			*92. 520,00*

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		*VALOR*
06.001.08.122.0009.2013 - Manutenção e Encargos da SEMUAS			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	*01.00*	*R$*	8. 000,00
07.003.12.361.0013.2044 - Manutenção do Ensino Fundamental			
3390.3400 - Outras Desp. De Pessoal Decorrentes Contrato	*01.19*	*R$*	100,00
3390.3000 - Material de Consumo	*01.19*	*R$*	12. 520,00
3390.3900 - Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica	*01.19*	R$	20. 000,00
4490.5200 - Equipamentos de Material Permanente	*01.19*	R$	9. 900,00
09.002.10.302.0021.2069 - Coleta e Realização de Exames- Bloco 02			
3390.3600 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	*01.02*	R$	20. 000,00
09.002.10.302.0021.1046 - Aquisição de Ambulância			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	*01.02*	R$	20. 000,00
11.002.27.812.0029.2082 - Manutenção de Atividades do Esporte e Lazer			
3390.3000 - Material de Consumo	*01.00*	R$	2. 000,00
TOTAL			*92. 520,00*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 23 de Fevereiro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças		

CAP

DECRETO N°. 2562/2015

DECRETO N°. 2562/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 253.933,34 (DUZENTOS E CINQUENTA E TRES MIL E NOVECENTOS E TRINTA E TRES REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de n° 1197/2015 de 27 de fevereiro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ *253.933,34* (Duzentos e Cinqüenta e Três Mil e Novecentos E Trinta Três Reais e Trinta e Quatro Centavos) nas funções programáticas e dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
10.001.20.606.0026.1057 - Aquisição de Patrulha			
4490.5200 - Equipamento de Material Permanente	*01.00*	*R$*	58.933,34
4490.5200 - Equipamento de Material Permanente	*01.24*	*R$*	195. 000,00
TOTAL		R$	*253. 933,34*

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		*VALOR*
10.001.20.601.0025.1050 - Implantação de Agro Ind. Familiar			
4490.5200 - Equipamentos e Material Permanente	*01.00*	*R$*	58. 933,34
TOTAL		R$	*58. 933,34*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 27 de Fevereiro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças		

CAP

DECRETO N°. 2564/2015

DECRETO N°. 2564/2015

SÚMULA:

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ *17.047,91* (DEZESSETE MIL E QUARENTA E SETE REAIS E NOVENTA E UM CENTAVO) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal de n° 1200/2015 de 27 de fevereiro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional especial no valor de R$*17. 047,91* (Dezessete Mil e Quarenta e Sete Reais e Noventa e Um Centavo) na função programática e dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		*VALOR*
10.001.20.606.0026.2075 - Manutenção de Encargos da SEMDEC			
3390.9300 - Indenizações e Restituições	*01.24*	*R$*	17. 047,91
TOTAL		R$	*17. 047,91*

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 27 de Fevereiro de 2015.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças		

CAP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.438/2003

Cria a Comissão de Defesa Civil (COMDEC) do Município de Barra do Bugres-MT, e dá outras providências.

ACâmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal *ARNALDO LUIZ PEREIRA* nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC do Município de Barra do Bugres, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenador, em nível Municipal, todas as ações de defesa civil, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - Para as finalidades desta Lei denomina-se

I – Defesa Civil: o conjunto de ações preventivas de socorro, assistenciais e recuperativas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social.

II – Desastre: o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais.

III – Situação de Emergência: reconhecimento legal pelo Poder Público de situação anormal, provocada por desastre, causando danos suportáveis à comunidade afetada.

IV – Estado de Calamidade Pública: reconhecimento legal pelo Poder público de situação anormal, provocada por desastre, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes. Estadual de Defesa Civil, decreto nº 5.101/94 e amparada no item IV, Art.9º do decreto Federal nº 895/93.

Art. 3º – A COMDEC manterá com os demais órgãos congêneres Municipais, Estaduais e Federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa civil.

Art. 4º – A Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil, obedecendo a Escala Nacional e Estadual.

Art. 5º – A COMDEC compor-se-á de:

- Presidente (sempre o Prefeito Municipal);

- Secretária Executiva;

- Coordenadoria de Transportes e Combustível;

- Coordenadoria de Assistência Social;

- Coordenadoria de Saúde;

- Coordenadoria de Obras Especiais e Levantamento de Danos e Recuperação;

- Coordenadoria de Entidades não Governamentais e Voluntariado;

Art. 6º – O Secretário Executivo da COMDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal e compete ao mesmo as atividades de defesa civil no Município.

Art. 7º – Constarão, obrigatoriamente, dos currículos escolares nos estabelecimentos de ensino da Prefeitura, noções gerais sobre procedimentos de defesa civil.

Art. 8º - Os Servidores Públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único – A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 9º – A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de setembro de 2003.

ARNALDO LUIZ PEREIRA

Prefeito Municipal

GABINETE PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 1.644/2006

Reconhece o Jornal Oficial dos Municípios como veículo oficial de publicação dos atos municipais e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal *ANICETO DE CAMPOS MIRANDA*, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art 1º - Fica reconhecido o Jornal Oficial dos Municípios, veículo de comunicação vinculado à AMM – Associação Matogrossense dos Municípios, como o órgão de comunicação oficial deste Município.

Art 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de junho de 2006.

ANICETO DE CAMPOS MIRANDA

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº004/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade *ao servidor* Sr. João Teixeira dos Santos."

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constituição n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b", da Lei Municipal n.º 1.554, de 04 de junho de 2005, que rege a previdência municipal, Anexo da Lei Complementar n.º 053 de 11 de julho de 2013, que Reestruturou o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores do Município de Barra do Bugres/MT e Lei Municipal n.º 2.118 de 02 de junho de 2014, que concedeu a última revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais efetivos da Prefeitura de Barra do Bugres/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício Aposentadoria por Idade, ao servidor Sr. João Teixeira dos Santos, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG n.º 215734 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 206.165.971-34, servidor efetivo no cargo de Agente de Serviço Público, Nível, "12", Classe "A", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com proventos proporcionais, conforme processo administrativo do BARRA-PREVI, n.º **2015.02.00004P**, a partir da data de 02/02/2015 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a data de 02de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 18 de fevereiro de 2015.

JOSÉ EPIFANIO BRAGA

Diretor Executivo do BARRA-PREVI

Homologo:

JULIO CÉSAR FLORINDO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO N.º 019/2015

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM

OBJETO: Vínculo de representatividade institucional, a defesa dos interesses municipalistas e o estabelecimento de condições de cooperação entre as partes, visando o planejamento, a execução, a implantação e o desenvolvimento de atividades institucionais, andragógicas e culturais, por meio de ações conjuntas coordenadas pela Associação.

VALOR: R$ 33.750,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DATA: 02/03/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
LEI Nº. 1.734/2015 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº. 1.734/2015 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre Programa de Recuperação Fiscal - PREFIS/2015 e dá outras providências.

O Sr. **Eudes Tarciso de Aguiar**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, *FAZ SABER,* que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica instituído no Município de Brasnorte o Programa de Recuperação Fiscal - PREFIS/2015, destinado a promover a regularização de créditos tributários lançados até 31 de dezembro de 2014, vencidos e/ou inscritos em dívida ativa, ficando excluídos as multas e juros incidentes sobre os débitos abrangidos por esta Lei.

ARTIGO 2º - O ingresso no PREFIS/2015 dar-se-á após deferimento, pela autoridade administrativa competente, de requerimento do contribuinte, formulado até o dia 29 de Maio de 2015, nos termos da minuta constante do Anexo Único desta Lei, no qual será feita a opção ora prevista para regularizar a sua situação perante a Fazenda Municipal.

ARTIGO 3º - Os débitos tributários, aí incluídos débitos de fornecimento de água, vencidos até 31 de dezembro 2014, estando inscritos em dívida ativa ou não, ajuizados ou não, poderão ser parcelados da seguinte forma:

I - entrada equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do capital.

II - em até 6 (seis) parcelas iguais e consecutivas.

§1º- Para gozar do benefício fiscal previsto no caput deste artigo, os contribuintes interessados deverão efetuar o requerimento até a data prevista no artigo 2º.

§2º - Para os fins do disposto neste artigo, o parcelamento far-se-á em prestações iguais, mensais e sucessivas, cujo valor não poderá ser inferior a 03 (três) UPFM - Unidade Padrão Fiscal Municipal.

§3º- No caso de atraso no pagamento de qualquer uma das parcelas, por prazo superior a 10 (dez) dias, revogar-se-á a adesão ao PREFIS/2015, restituindo-se os encargos que são excluídos por esta lei, voltando a vigorar o valor primitivo, com incidência de multa e juros na forma da legislação tributária vigente.

§4º- Os devedores, maiores de 60 (sessenta) anos, pensionistas e aposentados, quando cabível, poderão parcelar seus débitos, em até 10 (dez) parcelas, sem a incidência do inciso I do caput deste artigo.

§5º - Nenhuma parcela poderá ter seu vencimento após 30/12/2016.

§6º - Efetivada a adesão ao PREFIS/2015, será facultado ao contribuinte à expedição de certidão positiva, com efeitos de negativa, com prazo de validade, não superior a trinta dias.

ARTIGO 4º - A opção pelo PREFIS/2015 sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos nele incluídos.

§1º - A opção pelo PREFIS/2015 sujeita, ainda, o contribuinte ao pagamento regular:

I - das quotas do parcelamento autorizado nos termos desta Lei; e

II - dos créditos tributários municipais lançados a partir do presente exercício.

ARTIGO 5º - O contribuinte será excluído do PREFIS/2015, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei;

II - falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica; ou

III - inadimplência, por 10 (dez) dias consecutivos, relativamente ao parcelamento autorizado através da opção pelo PREFIS/2015.

§1º - A exclusão do contribuinte do PREFIS/2015 acarretará a imediata exigibilidade do valor remanescente dos débitos consolidados.

ARTIGO 6º - A inclusão no PREFIS/2015 fica condicionada, ainda, ao encerramento dos feitos que tenham por objeto a discussão ou impugnação de débitos ou lançamentos incluídos no presente programa, por desistência, expressa e irrevogável, das respectivas ações judiciais ou pleitos administrativos, bem como à renúncia sobre quaisquer direitos sobre eles fundados.

§1º - Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte suportar as custas judiciais, bem como, os honorários de sucumbência fixados pelo juízo competente.

§2º - A comprovação da desistência a que se refere o caput deste artigo dar-se-á mediante apresentação da respectiva petição devidamente protocolada.

ARTIGO 7º - Não serão restituídas, no todo ou em parte, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente à vigência desta Lei.

ARTIGO 8º - Os efeitos do PREFIS/2015 incidirão somente para o remanescente do débito fiscal em atraso, observado o período de apuração disciplinado no caput do art. 3º desta Lei.

ARTIGO 9º - Os contribuintes que efetuaram o parcelamento dos débitos anterior a esta Lei perante a Fazenda Municipal, poderão migrar para o parcelamento constante do PREFIS/2015, conforme art. 3º desta Lei.

ARTIGO 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte - MT, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

EUDES TARCISO DE AGUIAR

Prefeito

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 2º

DA LEI Nº. 1.734, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

TERMO DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA E COMPROMISSO DE PAGAMENTO PARCELADO

TERCEIRO (A) INTERESSADO (A):
ENDEREÇO COMPLETO E TELEFONE:
INSCRIÇÃO CPF/CNPJ:

DEVEDOR (A) ORIGINÁRIO (A):
ENDEREÇO COMPLETO E TELEFONE:
INSCRIÇÃO CPF/CNPJRG/IE:

Pelo presente Termo de Assunção de Dívida, o (a) Terceiro (a) Interessado (a), acima identificado (a), por sua livre e espontânea vontade, em caráter irrevogável e irretratável, assume o débito do (a) devedor (a) Originário (a) supra identificado (a) perante a Secretaria Municipal de Finanças no valor de R$_____ (_____) acrescidos de todos os encargos devidos até a presente data, conforme demonstrativo (s) de débito (s) que integram o presente instrumento.

O (A) Terceiro (a) Interessado (a), na melhor forma do direito, também em caráter irrevogável e irretratável, compromete-se a pagar o total do débito ora assumido nesta data em _____ parcelas mensais, sendo no valor R$ _____ (_____); já acrescidas das multas, juros e correções ao mês acumulados mensalmente a partir da primeira parcela, cujo vencimento dar-se-á até o dia _____ (_____) de cada mês, as quais serão pagas em qualquer Agência do Banco do Brasil.

O (A) Terceiro (a) Interessado (a), reconhece como líquida e certa a dívida assumida e declara ter ciência de que:

a) o atraso do pagamento de qualquer parcelamento implicará a cobrança de juros de mora, multa de mora e será atualizado de acordo com a Lei Complementar 541/2001 (CTM);

b) esta assunção de débito não implica novação, restituição, compensação de valores pagos ou exoneração do devedor (a) originário (a);

c) o atraso de qualquer das parcelas por 90 (noventa) dias consecutivos implicará o cancelamento do parcelamento, restabelecendo-se os valores e as condições anteriores do crédito, utilizando-se pagamentos efetuados até a data do seu cancelamento, para amortização do saldo remanescente do débito originário que será inscrito em Dívida Ativa, e em seguida, encaminhando para cobrança contra o Devedor (a) Originário (a), inscrito em Dívida Ativa dando prosseguimento imediato à execução fiscal.

O presente Termo é Lavrado em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, assinado pelo (a) Terceiro (a) Interessado (a), ou por seu procurador e pela autoridade administrativa competente, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, para que produza os efeitos legais e jurídicos.

OBS:

Brasnorte – MT, _____

_____ TERCEIRO (A) INTERESSADO (A): NOME: CPF:

_____ SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS NOME: CPF:

TESTEMUNHAS:

Nome:_____

CPF:_____

Nome:_____

CPF:_____

PREFEITURA DE BRASNORTE
LEI Nº 1.731/2015 - REPUBLICA-SE POR TER SAÍDO INCORRETO NO DIÁRIO OFICIAL Nº. 2169 DE 20/02/2015.

LEI Nº 1.731/2015 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a **abrir Crédito Adicional Especial proveniente de anulação de dotação** para inclusão de elemento de despesa no orçamento publico em vigor, e dá outras providências.

O **Sr. EUDES TARCISO DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pôr Lei, FAZ SABER, que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por anulação, no valor de **R$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)** destinados à inclusão das seguintes dotações orçamentárias não previstas no orçamento inicial de 2015, conforme discriminado abaixo:

ÓRGÃO:	**09.**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**
UNIDADE:	**09. 004.**	**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO/ASSISTÊNCIA SOCIAL**
FUNÇÃO:	**08.**	**Assistência Social**
SUBFUNÇÃO:	**244.**	**Assistência Comunitária**
PROGRAMA:	**0016.**	**Assistência social/assistência comunitária.**
ATIVIDADE:	**2. 050.**	**Manutenção e encargos com o Fundo Municipal de Assistência Social.**

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições		R$	14. 019,10
	Fonte 69 – Transferências de Recursos FNAS – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos		
3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições		R$	1. 500,00
	Fonte 86 – Remuneração Bancária Convênio - ESTADO		
4.4.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições		R$	5. 980,90
	Fonte 69 – Transferências de Recursos FNAS – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos		
4.4.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições		R$	1. 000,00
	Fonte 86 – Remuneração Bancária Convênio - ESTADO		
Total		**R$**	22. 500,00

ARTIGO 2º - O crédito aberto no artigo anterior terá como fonte de recursos, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	**09.**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO**
UNIDADE:	**09. 004.**	**FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRABALHO/ASSISTÊNCIA SOCIAL**
FUNÇÃO:	**08.**	**Assistência Social**
SUBFUNÇÃO:	**244.**	**Assistência Comunitária**
PROGRAMA:	**0016.**	**Assistência social/assistência comunitária.**
ATIVIDADE:	**2. 050.**	**Manutenção e encargos com o Fundo Municipal de Assistência Social.**

ELEMENTO DE DESPESA:

1415 - 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações		R$	22.500,00
	Fonte 69 – Transferências de Recursos FNAS – Sem Detalhamento da Destinação de Recursos		
Total		R$	22.500,00

Parágrafo Único – O referido Crédito tem amparo nos Artigos 41, Inciso II e 43, § 1º, Inciso III, da Lei N.º 4.320/64.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à inclusão das despesas decorrentes da presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela LRF (PPA, LDO e LOA).

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos 13 (treze) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze.

_____

Eudes Tarciso de Aguiar

Prefeito

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO N.º 016/2015

CONTRATADA: MARIA HENZ

OBJETO: Locação de imóvel destinado exclusivamente para instalação e funcionamento da Biblioteca Municipal Rubens de Mendonça.

VALOR: R$ 10.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DATA: 02/03/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PSS 006/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO *A Prefeitura Municipal de Brasnorte – MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Eudes Tarciso de Aguiar, solicita o comparecimento no Setor de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado Municipal nº 006/2014 no prazo de* ***10 (Dez) dias****, para a posse do respectivo cargo.*

NOME	CARGO	Classificação
Julio Cesar Becker	Eletricista de Rede de Distribuição	1º Aprovado
Amelia do Nascimento	Gari	1º Aprovado
Sueli do Nascimento	Gari	2º Aprovado
Mateus Marques da Silva	Gari	3º Aprovado
Rosenira Alves Cardoso	Gari	4º Aprovado
Sidineia Rodrigues dos Santos	Gari	5º Aprovado
Rosilda Alves Bandeira	Gari	6º Aprovado
Antonio Carlos de Jesus da Silva	Fiscal Sanitário	2º Classificado
Sidney Jorge Lipori	Técnico de Nível Superior – Engenheiro Civil	1º Aprovado
Jones Enzweiler	Técnico de Nível Superior – Arquiteto	1º Aprovado
Ricardo Fernando Balsan	Técnico de Nível Superior – Engenheiro Florestal	1º Aprovado

De acordo com Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2014,– Da nomeação e da Contratação, Apresentar-se munido da fotocópia dos seguintes documentos:

1)Fotocópia e original do CPF/MF ativo;

2)Fotocópia e original do título de eleitor, com comprovante de votação na última eleição, nos dois turnos, se for o caso ou certidão especifica do TRE;

3)Fotocópia e original do certificado de reservista, se do sexo masculino;

4)Fotocópia e original do carteira de identidade, comprovando possuir 18 (dezoito) anos completos;

5)Fotocópia e original do PIS/PASEP, NIT ou NIS (todos são um mesmo documento);

6)Declaração de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena.

7)Fotocópia e original do comprovante de residência;

8)Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, discriminando-os;

9)Fotocópia e original do comprovante de capacitação legal para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível.

10)Fotocópia e original Certidão de Casamento e/ou Nascimento;

11)Fotocópia e original Certidão de Nascimentos dos filhos (se houver);

12)Declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio;

13)Laudo médico favorável, fornecido pelo médico credenciado pela Prefeitura de Brasnorte;

14)Laudo psicológico favorável, fornecido pelo psicólogo credenciado pela Prefeitura de Brasnorte.

15)Declaração informando o nº do CPF dos pais e filhos.

Brasnorte – MT, 02 de Março de 2015.

EUDES TARCISO DE AGUIAR

Prefeito Municipal de Brasnorte

PREFEITURA DE BRASNORTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PSS 006/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO *A Prefeitura Municipal de Brasnorte – MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Eudes Tarciso de Aguiar, solicita o comparecimento no Setor de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado Municipal nº 006/2014 no prazo de* ***10 (Dez) dias****, para a posse do respectivo cargo.*

NOME	CARGO	Classificação
Paulo Sérgio Oliveira Do Nascimento	Agente de Transporte Escolar	1º Aprovado
Ademir Gomes Mota	Agente de Transporte Escolar	2º Aprovado
Moisés Araújo dos Santos	Agente de Transporte Escolar	3º Aprovado
Luciano Berlet	Agente de Transporte Escolar	4º Aprovado
Fabrício Souza de Oliveira	Agente de Transporte Escolar	5º Aprovado

De acordo com Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2014,– Da nomeação e da Contratação, Apresentar-se munido da fotocópia dos seguintes documentos:

1)Fotocópia e original do CPF/MF ativo;

2)Fotocópia e original do título de eleitor, com comprovante de votação na última eleição, nos dois turnos, se for o caso ou certidão especifica do TRE;

3)Fotocópia e original do certificado de reservista, se do sexo masculino;

4)Fotocópia e original do carteira de identidade, comprovando possuir 18 (dezoito) anos completos;

5)Fotocópia e original do PIS/PASEP, NIT ou NIS (todos são um mesmo documento);

6)Declaração de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena.

7)Fotocópia e original do comprovante de residência;

8)Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, discriminando-os;

9)Fotocópia e original do comprovante de capacitação legal para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível.

10)Fotocópia e original Certidão de Casamento e/ou Nascimento;

11)Fotocópia e original Certidão de Nascimentos dos filhos (se houver);

12)Declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio;

13)Laudo médico favorável, fornecido pelo médico credenciado pela Prefeitura de Brasnorte;

14)Laudo psicológico favorável, fornecido pelo psicólogo credenciado pela Prefeitura de Brasnorte.

15)Declaração informando o nº do CPF dos pais e filhos.

Brasnorte – MT, 03 de Março de 2015.

EUDES TARCISO DE AGUIAR

Prefeito Municipal de Brasnorte

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONVÊNIO Nº. 006/2015

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT.

CONVENENTE: CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA 1º DE JUNHO

OBJETO: Repasse de recursos financeiros do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE

VALOR: R$ 30.200,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DATA: 18/02/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONVÊNIO Nº. 005/2015

CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASNORTE-MT.

CONVENENTE: CONSELHO DELIBERATIVO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PASTOR JOSE GENESIO DA SILVA

OBJETO: Repasse de recursos financeiros do Plano de Desenvolvimento da Escola - PDE

VALOR: R$ 31.200,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DATA: 18/02/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO N.º 018/2015

CONTRATADA: SILVIO KEMPA

OBJETO: Locação de imóvel destinado exclusivamente para instalação e funcionamento da sede do Procon e Defensoria Pública.

VALOR: R$ 8.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DATA: 02/03/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 013/2015

CONTRATADO: NADIR MARCHESAN

OBJETO: Rescindir o Contrato nº. 013/2015, cancelando o valor de R$ 733,33 (setecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), em razão de não haver mais necessidade em utilizar o imóvel locado, resultando assim no cancelamento do Contrato que teria validade até 20/03/2015.

VALOR: R$ 733,33

DATA: 27/02/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
CONTRATO N.º 017/2015

CONTRATADA: NADIR MARCHESAN

OBJETO: Locação de imóvel destinado exclusivamente para instalação e uso da sede do Conselho Tutelar e para sede do A.A do Município.

VALOR: R$ 10.000,00

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DATA: 02/03/2015

PREFEITURA DE BRASNORTE
LEI Nº 1.730/2015 - REPUBLICA-SE POR TER SAÍDO INCORRETO NO DIÁRIO OFICIAL Nº. 2169 DE 20/02/2015.

LEI Nº 1.730/2015 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a **abrir Crédito Adicional Especial proveniente de anulação de dotação** para inclusão de elemento de despesa no orçamento público em vigor, e dá outras providências.

O **Sr. EUDES TARCISO DE AGUIAR**, Prefeito Municipal de Brasnorte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pôr Lei, FAZ SABER, que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Especial por anulação, no valor de **R$ 3.000,00 (Três mil reais)** destinado a inclusão da seguinte dotação orçamentária não prevista no orçamento inicial de 2015, conforme discriminado abaixo:

ÓRGÃO:	**07.**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE**
UNIDADE:	**07. 001.**	**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE**
FUNÇÃO:	**20.**	**Agricultura**
SUBFUNÇÃO:	**605.**	**Abastecimento**
PROGRAMA:	**0005.**	**Desenvolvimento da Agricultura.**
ATIVIDADE:	**2. 011.**	**Manutenção e Encargos com Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente.**

ELEMENTO DE DESPESA:

3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$	1. 300,00
Fonte 68 – Outros Convênios do Estado não relacionados com a Educação/Saúde/A. Social		
3.3.90.93.00.00 – Indenizações e Restituições	R$	1. 700,00
Fonte 86 – Remuneração Bancária Convênio - ESTADO Total	R$	3. 000,00

ARTIGO 2º - O crédito aberto no artigo anterior terá como fonte de recursos, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO:	**07.**	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE**
UNIDADE:	**07. 001.**	**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E MEIO AMBIENTE**
FUNÇÃO:	**20.**	**Agricultura**
SUBFUNÇÃO:	**606.**	**Extensão Rural**
PROGRAMA:	**0005.**	**Desenvolvimento da Agricultura.**
PROJETO:	**1. 174.**	**Construção de viveiro de mudas.**

ELEMENTO DE DESPESA:

1263 - 4.4.90.51.00.00 – Obras e Instalações	R$	3. 000,00
Fonte 68 – Outros Convênios do Estado não relacionados com a Educação/Saúde/A. Social Total	R$	3. 000,00

Parágrafo Único – O referido Crédito tem amparo nos Artigos 41, Inciso II e 43, § 1º, Inciso III, da Lei N.º 4.320/64.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à inclusão das despesas decorrentes da presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela LRF (PPA, LDO e LOA).

ARTIGO 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Brasnorte – MT, aos 13 (treze) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze.

_____

Eudes Tarciso de Aguiar

Prefeito

PREFEITURA DE BRASNORTE
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PSS 006/2014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO *A Prefeitura Municipal de Brasnorte – MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Eudes Tarciso de Aguiar, solicita o comparecimento no Setor de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado Municipal nº 006/2014 no prazo de* ***10 (Dez) dias****, para a posse do respectivo cargo.*

NOME	CARGO	Classificação
Nádia Ferrari Costa	Técnico de Nível Superior – Psicóloga	1º Aprovado
Valdineia Rodrigues Alves	Professor – Lic. Plena – Adilson José Schumacher	1º Aprovado
Weder José Jzubris	Professor – Lic. Plena – Adilson José Schumacher	2º Aprovado
Edileusa Aparecida de Oliveira Franco	Professor – Ens. Médio – Adilson José Schumacher	1º Aprovado
Rose Meire Gonçalves da Silva	Professor – Lic. Plena – Cerejal	1º Aprovado
Lucimar Moreira Aguiar	Professor – Lic. Plena – Cerejal	2º Aprovado
Roelivan Neres de Araújo	Professor – Lic. Plena – Maria Candida de Lima	1º Aprovado
Vanilza Conceição de Freitas	Professor – Lic. Plena – Maria Candida de Lima	2º Aprovado
Raquel Virgínia de Paiva Antunes	Professor – Ensino Médio – Maria Candida de Lima	1º Aprovado
Damiana de Almeida Silva	Professor – Ensino Médio – Maria Candida de Lima	2º Aprovado
Rosiane Cristina Ribeiro Nunes	Professor – Ensino Médio – Maria Candida de Lima	3º Aprovado

De acordo com Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 006/2014,– Da nomeação e da Contratação, Apresentar-se munido da fotocópia dos seguintes documentos:

1)Fotocópia e original do CPF/MF ativo;

2)Fotocópia e original do título de eleitor, com comprovante de votação na última eleição, nos dois turnos, se for o caso ou certidão especifica do TRE;

3)Fotocópia e original do certificado de reservista, se do sexo masculino;

4)Fotocópia e original do carteira de identidade, comprovando possuir 18 (dezoito) anos completos;

5)Fotocópia e original do PIS/PASEP, NIT ou NIS (todos são um mesmo documento);

6)Declaração de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena.

7)Fotocópia e original do comprovante de residência;

8)Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, discriminando-os;

9)Fotocópia e original do comprovante de capacitação legal para o exercício do cargo, bem como registro no órgão competente, quando cabível.

10)Fotocópia e original Certidão de Casamento e/ou Nascimento;

11)Fotocópia e original Certidão de Nascimentos dos filhos (se houver);

12)Declaração de bens e valores que constituem o seu patrimônio;

13)Laudo médico favorável, fornecido pelo médico credenciado pela Prefeitura de Brasnorte;

14)Laudo psicológico favorável, fornecido pelo psicólogo credenciado pela Prefeitura de Brasnorte.

15)Declaração informando o nº do CPF dos pais e filhos.

Brasnorte – MT, 02 de Março de 2015.

EUDES TARCISO DE AGUIAR

Prefeito Municipal de Brasnorte

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 010/2015.

Adjudicado: JOSE CORDEIRO VASCO.

CPF: 181.113.511-00.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de fevereiro a dezembro de 2015.

Valor Total: R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais).

Dotação: Encargos com a Manut. da Merenda Escolar – Fundamental

06.010.12.306.1120.2027.3390300000 – Red: 125

Manut. da Merenda Escolar – Indígena

06.010.12.306.1120.2072.3390300000 – Red: 126

Manut. da Merenda Escolar – EJA

06.010.12.306.1120.2073.3390300000 – Red: 127

Manut. da Merenda Escolar – Creche

06.010.12.306.1120.2076.3390300000 – Red: 128

Manut. da Merenda Escolar – Pré escola

06.010.12.306.1120.2077.3390300000 – Red: 129

Vigência: 23/02/2015 a 30/12/2015.

Responsável: Jeovan Faria

Campinápolis – MT, em 03 de março de 2015.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 011/2015.

Adjudicado: MARIA JOSÉ DIVINA DE SOUZA.

CPF: 615.474.921-04.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de fevereiro a dezembro de 2015.

Valor Total: R$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

Dotação: Encargos com a Manut. da Merenda Escolar – Fundamental

06.010.12.306.1120.2027.3390300000 – Red: 125

Manut. da Merenda Escolar – Indígena

06.010.12.306.1120.2072.3390300000 – Red: 126

Manut. da Merenda Escolar – EJA

06.010.12.306.1120.2073.3390300000 – Red: 127

Manut. da Merenda Escolar – Creche

06.010.12.306.1120.2076.3390300000 – Red: 128

Manut. da Merenda Escolar – Pré escola

06.010.12.306.1120.2077.3390300000 – Red: 129

Vigência: 23/02/2015 a 30/12/2015.

Responsável: Jeovan Faria

Campinápolis – MT, em 03 de março de 2015.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 012/2015.

Adjudicado: RAIMUNDO NOGUEIRA COSTA.

CPF: 024.435.348-47.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de fevereiro a dezembro de 2015.

Valor Total: R$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).

Dotação: Encargos com a Manut. da Merenda Escolar – Fundamental

06.010.12.306.1120.2027.3390300000 – Red: 125

Manut. da Merenda Escolar – Indígena

06.010.12.306.1120.2072.3390300000 – Red: 126

Manut. da Merenda Escolar – EJA

06.010.12.306.1120.2073.3390300000 – Red: 127

Manut. da Merenda Escolar – Creche

06.010.12.306.1120.2076.3390300000 – Red: 128

Manut. da Merenda Escolar – Pré escola

06.010.12.306.1120.2077.3390300000 – Red: 129

Vigência: 23/02/2015 a 30/12/2015.

Responsável: Jeovan Faria

Campinápolis – MT, em 03 de março de 2015.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 101/2013.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campinápolis/MT.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS DE CAMPINÁPOLIS (TRANSCAMPI).

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar as CLÁUSULAS QUINTA E SÉTIMA, do contrato original firmado em 22 de março de 2013, passando a vigorar com o reajuste do valor global no valor de R$ 33.286,51 devido o reajuste de preços dos combustíveis

VALOR: R$ 768.574,22 (setecentos e sessenta e oito mil quinhentos e setenta e quatro reais e vinte e dois centavos).

DOTAÇÃO: 06.010.12.361-1120.2023.3.3.90.39.0000 – Red. 146

06.010.12.361-1120.2026.3.3.90.39.0000 – Red. 152

VIGÊNCIA: 02 de janeiro de 2015 ao dia 13 de outubro de 2015.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

ASSINAM: Jeovan Faria – por parte da contratante e COOPERATIVA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS DE CAMPINÁPOLIS (TRANSCAMPI) – por parte da contratada.

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2015.

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 005/2015.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, com Sede na Avenida Benônico Jose Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, doravante denominada Prefeitura, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa *AUTO POSTO LK LTDA - ME*, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.034.645/0002-42, com sede na Av. Flávio Ferreira Lima n. 1040, Centro, CEP: 78.630.000 Campinápolis – MT. Doravante denominada FORNECEDORA, representada neste ato pelo seu Sócio, Sr. Klenio Pires da Silva, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de Identidade nº 4321615 DGPC/GO e do CPF/MF nº. 9963.425.101-91, residente e domiciliado no Município de Campinápolis MT, e considerando o que tudo consta no Processo Licitatório nº 618/2015, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, regulamentada, no que couber, pelo Decreto Municipal nº 2.108/2013; RESOLVEM celebrar

a presente Ata de Registro de Preços, nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão RP nº 005/2015, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata de Registro de Preços a FUTURA E EVENTUAL aquisição de Combustíveis, sendo Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10 e Arla. Para abastecimento dos veículos das Secretarias municipais deste Município. Sendo elas: Administração, Educação, Saúde, Agricultura e Transporte. Conforme Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS

3.1. A aplica-se a esta Ata de Registro de Preços a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº 2.108/2013, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

4.1. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo Licitatório nº 618/2015, Pregão Presencial Registro de Preços 005/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. A presente Contratação poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE responderá pelo preço estipulado para os serviços, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela CONTRATADA até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, ou na hipotese da CONTRATADA injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua recisão.

II – a Contratante em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoirdade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

§2º - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

7.1. No Pregão Presencial para Registro de Preço nº 005/2015 a CONTRATADA obteve o seguinte resultado:

Seq.	CÓD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QTD	VLR.UNIT. (R$)	VLR. TOTAL (R$)
01	58792	Etanol comum	ZEMA	Litro	36.000	2,19	78.840,00
02	712	Gasolina comum	ZEMA	Litro	61.000	3,57	217.770,00
TOTAL (R$)							296.610,00

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Dar se o valor ao instrumento contratual a importância de R$ 296.610,00 (duzentos e noventa e seis mil seiscentos e dez reais).

8.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, atestado pelo fiscal do recebimento.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. A vigência da Ata de Registro será de 01 (um) ano contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 005/2015.

9.2. A fiscalização do contrato é de responsabilidade do Secretário de Agricultura, Ind. e Comércio, Sr. Alvimar Justino Marques, conforme Portaria n.º 6.006, de 24 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão pela seguinte dotação orçamentária, em 2015:

07.010.10.301.1100.2038-339030.00.00.00 - 076
07.010.10.302.1100.2044-339030.00.00.00 - 118
08.020.08.243.1080.2054-339030.00.00.00 - 283
08.010.08.244.1080.2051-339030.00.00.00 - 252
03.010.04.122.1042.2007-339030.00.00.00 - 037
06.010.12.361.1120.2023.339030.00.00.00 - 143
06.010.12.361.1120.2026.339030.00.00.00 -151
02.010.04.122.1040.2004.339030.00.00.00 - 016
10.010.26.782.1260.2060.339030.00.00.00 - 327
12.010.18.541.1180.2067.339030.00.00.00 - 379
09.010.15.452.1150.2055.339030.00.00.00 - 304
11.010.20.605.1200.2062.339030.00.00.00 - 355
13.010.27.812.1270.2069.339030.00.00.00 - 401

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº. 2.108/2013 e demais normas aplicáveis;

12.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 24 de fevereiro de 2015.

_____

JEOVAN FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

AUTO POSTO LK LTDA - ME

CNPJ/MF: 11.034.645/0002-42

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF: _____/_____/_____/_____

_____

NOME:

CPF:_____/_____/_____/_____

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.110 DE 03 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.110 DE 03 DE MARÇO DE 2015

DISPOE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte:

Art. 1° – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº **1.107/2014 – Lei Orçamentária Anual**, um Credito Adicional Suplementar no valor de

R$ 4.072.626,76 (Quatro Milhões, Setenta e Dois Mil, Seiscentos e Vinte e Seis Reais e Setenta e Seis Centavos)

a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unid. Orç.	010 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Função	12 – Educação
Sub-Função	361 – Ensino Fundamental
Programa	1.120 – Programa para um Futuro Melhor e Preciso Educar
Proj. /Ativ.	1.021 – Construção e Ampliação de Escolas Indígenas
Elemento	4490.51.00.00.00
Valor R$	4.072.626,76

Art. 2° – Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação por rubrica, nos termos do artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei 4.320/64, proveniente do Termo de Compromisso:

Contrato Repasse	Objeto	Valor Repasse
Termo de Compromisso nº 700.276/2011 – FNDE	Construção de Escolas nas Aldeias Indígenas	4.072. 626,76

Art. 3° – Esta Lei entrara em vigor na data da sua afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, 03 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÕES
PRIMEIRA MANUTENÇÃO DE VALOR À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2014.

Manutenção à Ata de Registro de Preços que de comum acordo pactuam as partes adiante qualificadas e bem representadas nos termos e condições a seguir clausuladas. **Manutenção Nº: 001/2015.**

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, com Sede na Avenida Benônico Jose Lourenço, nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, doravante denominada Prefeitura, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593. 631.421-91, residente e domiciliado na Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa *AUTO POSTO LKLTDA - M*E, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.034.645/0002-42, com sede na Av: Flávio Ferreira Lima n. 1040, Centro, CEP: 78.630.000 Campinápolis – MT. Doravante denominada FORNECEDORA, representada neste ato pelo seu Sócio, Sr. Klenio Pires da Silva, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de Identidade nº 4321615 DGPC/GO e do CPF/MF nº. 9963.425.101-91, residente e domiciliado no Município de Campinápolis MT. E considerando o que tudo consta no Processo Licitatório nº 357/2014, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores; RESOLVEM celebrar Aditivo de Contrato, nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Presencial nº 011/ 2014, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Instrumento tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL Aquisição de Combustíveis, Gasolina para manutenção e abastecimento dos veículos das Secretarias municipais deste município. Sendo elas: Administração, Educação, Saúde, Assistência Social/Conselho Tutelar, Obras, Agricultura e Transporte. Conforme Termo de Referencia.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1. A presente manutenção tem o objetivo de aplicar o reajuste de preço de 9,0% (nove por cento) ao item gasolina comum, da Ata de Registro de Preços firmada em 16/04/2014, cujo o valor passa de R$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos) para R$ 3,60 (três reais e sessenta centavos). O reajuste de R$ 0,29 (vinte e nove centavos) aplicado ao saldo atual da Ata que é de 12.116,59 litros soma o total de R$ 3.513,81 (três mil quinhentos e treze reais e oitenta e um centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor global original da Ata era de R$ 125.780,00. Devido o reajuste de R$ 3.513,81, passa a ter o valor global de R$ 129.293,81 (cento e vinte e nove mil duzentos e noventa e três reais e oitenta e um centavos).

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1. **Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionadas nesta Ata.**

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e demais normas aplicáveis;

6.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 11 de fevereiro de 2015.

_____

JEOVAN FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

AUTO POSTO LKLTDA - M

CNPJ/MF sob o nº. 11.034.645/0002-42

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF: _____._____._____-____

_____

NOME:

CPF: _____._____._____-_____

SETOR DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2015.

REFERÊNCIA: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 005/2015.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS - MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 00.965.152/0001-29, com Sede na Avenida Benônico Jose Lourenço nº. 2.170 – Setor União, Campinápolis/MT, CEP 78.630-000, doravante denominada Prefeitura, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. JEOVAN FARIA, brasileiro, casado, empresário, inscrito na CI/RG nº. 972265 SSP/MT e o CPF nº. 593.631.421-91, residente e domiciliado na Vereador Amélio Ribeiro nº. 1.300 – Setor Antônio Pedro, CEP 78630-000, neste município de Campinápolis - MT, e a empresa *AUTO POSTO BELA VISTA LTDA - EPP*, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.686.744/0001-08, com sede na Vereador Amélio Ribeiro, nº 1.210, Centro, Campinápolis – MT, CEP: 78630-000,doravante denominada **FORNECEDORA**, representada neste ato pelo seu Sócio, Sr. Dalton Jayme de Vasconcelos Lobo, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de Identidade nº 17.647.952-1 SSP/SP e do CPF/MF nº. 306.104.351-91, residente e domiciliado na Fazenda Morro Alto, s/n, Campinápolis – MT, CEP: 78.630-000, e considerando o que tudo consta no Processo Licitatório nº 618/2015,

sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei 10.520/02, subsidiada pela Lei 8.666/93 e atualizações posteriores, regulamentada, no que couber, pelo Decreto Municipal nº 2.108/2013; RESOLVEM celebrar a presente Ata de Registro de Preços, nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão RP nº 005/2015, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente Ata de Registro de Preços a FUTURA E EVENTUAL aquisição de Combustíveis, sendo Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10 e Arla. Para abastecimento dos veículos das Secretarias municipais deste Município. Sendo elas: Administração, Educação, Saúde, Agricultura e Transporte. Conforme Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1.

A forma de execução será indireta por fornecimento parcelado, conforme disposto no art. 6º, VIII, e art. 10, II, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO AMPARO E SUJEIÇÃO ÀS NORMAS LEGAIS

3.1. A aplica-se a esta Ata de Registro de Preços a Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, subsidiada pela Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº 2.108/2013, bem como as Cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

4.1. Fazem parte integrante desta Ata de Registro de Preços, independente de sua transcrição, a proposta da fornecedora, a(s) nota(s) de empenho de despesa, o Edital e seus Anexos, e os demais elementos constantes do Processo Licitatório nº 618/2015, Pregão Presencial Registro de Preços 005/2015.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

5.1. A presente Contratação poderá ser rescindido:

I. Por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

II. Por acordo entre as partes, reduzido a termo.

III. Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

§1º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório da ampla defesa.

§2º - Ocorrendo a rescisão deste Contrato e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da CONTRATADA, a CONTRATANTE responderá pelo preço estipulado para os serviços, devido em face dos trabalhos efetivamente executados pela CONTRATADA até a data da rescisão.

CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES

6.1. A CONTRATADA, deixando de entregar documento exigido, apresentando documentação falsa, ensejando o retardamento da execução do objeto, não mantendo a proposta, falhando ou fraudando na execução do Contrato, comportando-se de modo inidôneo ou cometendo fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e, se for o caso, será descredenciada do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e demais cominações legais.

§1º - Fica estabelecido o percentual de multa, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, ou na hipotese da CONTRATADA injustificadamente desistir do contrato ou der causa à sua recisão.

II – a Contratante em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoirdade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada. Na reincidência, a multa será aplicada em dobro, devidamente atualizada até o dia do efetivo recolhimento.

§2º - O valor da multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela Prefeitura. Se os valores não forem suficientes, a diferença será descontada da garantia prestada ou deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

§3º - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

7.1. No Pregão Presencial para Registro de Preço nº 005/2015 a CONTRATADA obteve o seguinte resultado:

Seq.	CÓD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UND	QTD	VLR.UNIT. (R$)	VLR. TOTAL (R$)
01	80202	Arla balde 20 litros	ARLA 32	Und	700	66,13	46.291,00
02	711	Diesel Comum	ZEMA	Litro	238..500	3,08	734.580,00
03	64453	Diesel S10	ZEMA	Litro	215.000	3,33	715.950,00
TOTAL (R$)							1.496.821,00

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR CONTRATUAL E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. Dar se o valor ao instrumento contratual a importância de R$ 1.496.821,00 (um milhão, quatrocentos e noventa e seis mil oitocentos e vinte e um reais).

8.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal no departamento financeiro, atestado pelo fiscal do recebimento.

CLÁUSULA NONA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS E FISCALIZAÇÃO

9.1. A vigência da Ata de Registro será de 01 (um) ano contados da assinatura do instrumento contratual, ou enquanto durar estoque, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 8.666-93 e do Edital de Pregão Presencial nº 005/2015.

9.2. A fiscalização do contrato é de responsabilidade do Secretário de Agricultura, Ind. e Comércio, Sr. Alvimar Justino Marques, conforme Portaria n.º 6.005, de 24 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes do presente procedimento licitatório correrão pela seguinte dotação orçamentária, em 2015:

07.010.10.301.1100.2038-339030.00.00.00 - 076
07.010.10.302.1100.2044-339030.00.00.00 - 118
08.020.08.243.1080.2054-339030.00.00.00 - 283
08.010.08.244.1080.2051-339030.00.00.00 - 252
03.010.04.122.1042.2007-339030.00.00.00 - 037
06.010.12.361.1120.2023.339030.00.00.00 - 143
06.010.12.361.1120.2026.339030.00.00.00 -151
02.010.04.122.1040.2004.339030.00.00.00 - 016
10.010.26.782.1260.2060.339030.00.00.00 - 327
12.010.18.541.1180.2067.339030.00.00.00 - 379
09.010.15.452.1150.2055.339030.00.00.00 - 304
11.010.20.605.1200.2062.339030.00.00.00 - 355
13.010.27.812.1270.2069.339030.00.00.00 - 401

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja como o local competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente desta Ata de Registro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto Municipal nº. 2.108/2013 e demais normas aplicáveis;

12.2. A eficácia do presente Instrumento será providenciada pela Prefeitura Municipal de Campinápolis por meio da publicação do extrato da Ata de Registro no Diário Oficial dos Municípios – Jornal da AMM, nos moldes da Lei Federal 8.666/93.

Campinápolis-MT, 24 de fevereiro de 2015.

_____

JEOVAN FARIA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

AUTO POSTO BELA VISTA LTDA – EPP

CNPJ/MF: 03.686.744/0001-08

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

NOME:

CPF: _____/_____/_____/_____

_____

NOME:

CPF:_____/_____/_____/_____

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 009/2015.

Adjudicado: ANALICE LUCIANO NUNES.

CPF: 888.036.431-68.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, no período de fevereiro a dezembro de 2015.

Valor Total: R$ 8.844,00 (oito mil oitocentos e quarenta e quatro reais).

Dotação: Encargos com a Manut. da Merenda Escolar – Fundamental

06.010.12.306.1120.2027.3390300000 – Red: 125

Manut. da Merenda Escolar – Indígena

06.010.12.306.1120.2072.3390300000 – Red: 126

Manut. da Merenda Escolar – EJA

06.010.12.306.1120.2073.3390300000 – Red: 127

Manut. da Merenda Escolar – Creche

06.010.12.306.1120.2076.3390300000 – Red: 128

Manut. da Merenda Escolar – Pré escola

06.010.12.306.1120.2077.3390300000 – Red: 129

Vigência: 23/02/2015 a 30/12/2015.

Responsável: Jeovan Faria

Campinápolis – MT, em 03 de março de 2015.

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.109 DE 03 DE MARÇO DE 2015

LEI Nº 1.109 DE 03 DE MARÇO DE 2015

Autoriza abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2015, em cumprimento ao Art. 29-A da C.F. e Emenda Constitucional n.º 58/2009 e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, **Lei Municipal nº 1.107/2014 – Lei Orçamentária Anual**, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 161.785,79 (Cento e Sessenta e Um Mil, Setecentos e Oitenta e Cinco Reais e Setenta e Nove Centavos**) a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Órgão	01 – Câmara Municipal
Unid. Orç.	020 – Secretaria da Câmara
Função	01 – Legislativa
Sub-Função	031 – Ação Legislativa
Programa	1010 – Manutenção do Poder Legislativo Municipal
Proj. /Ativ.	2.001 – Manutenção e Desenv. Das Ativ. Da Câmara
Elemento	3390300000 – Material de Consumo
Valor R$	61.785,79
Elemento	3390390000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor R$	100.0000,00

Art. 2º - Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, Inciso III, da Lei 4.320/64, proveniente de anulação total ou parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

Órgão	09 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Unid. Orç.	010 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos
Função	15 – Urbanismo
Sub-Função	452 – Serviços Urbanos
Programa	1150 – Programa de Urbanismo Infraestrutura Urbana
Proj. /Ativ.	2.055 – Manut. Atividades da Sec. de Obras e Serviços Públicos
Elemento	3390390000 – Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor R$	161.785,79

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT, 03 março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 056 DE 03 DE MARÇO DE 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 056 DE 03 DE MARÇO DE 2015

Altera o dispositivo legal que menciona e dá outras providencias.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art.1º. O quadro dos Cargos em Comissão constante do “Anexo I – B" da Lei Complementar nº 017 de 07 de abril de 2008, passa a viger acrescido do item 25:

[...]

25	TESOUREIRO	01

Art. 2º. O quadro dos Cargos em Comissão constante do “Anexo II – E" da Lei Complementar nº 017 de 07 de abril de 2008, passa a viger acrescido do item 25:

[...]

25	TESOUREIRO	2.500,00

Art.3º. A jornada semanal de trabalho do servidor investido no Cargo em Comissão referenciado nesta Lei Complementar será de 40(quarenta) horas e terá as seguintes atribuições:

I – Realizar a liquidação dos pagamentos firmando os documentos conjuntamente com o Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Finanças;

II – Providenciar os arquivos da Folha de Pagamento de Pessoal e seus procedimentos acessórios;

III – Providenciar os arquivos relacionados às Consignações em Folha e seus procedimentos acessórios;

IV – Providenciar o fechamento contábil;

V – Realizar as conciliações bancárias firmando os documentos conjuntamente com o Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Finanças

Art. 4º

As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão às custas de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

Art. 5º Permanecem inalterados os demais artigos e anexos da Lei Complementar nº 017 de 07 de abril de 2008.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam –se as disposições em contrário, notadamente a letra “a", Art. 1° da Lei Municipal nº 846 de 07 de janeiro de 2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, em Campinápolis – MT, 03 de março de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se de procedimento para apurar a prestação de serviços de abastecimento de agua e esgoto no Munícipio de Campinápolis.

Como se sabe, tais serviços são prestados por concessionário de serviço público.

Pois bem, em razão de diversas reclamações, foi determinado que se contratasse uma empresa especializada, para que fizesse um relatório das supostas irregularidades na prestação dos serviços.

Findo o relatório, foi constatado várias irregularidades, de todos os tipos, desde a ineficiência na prestação dos serviços básicos, até a má qualidade da água.

Foi determinado então, que se notificasse a concessionaria pública, para que sanasse as irregularidades, ou se manifestasse a respeito das mesmas.

Decorrido o prazo, a concessionaria apresentou extensa e complexa manifestação.

Em razão das divergências entre o relatório e a manifestação, e da complexidade das informações, considerando ainda:

Os princípios que regem a administração pública, tais como, tais como a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade Publicidade e Eficiência;

O princípio da dignidade da pessoa humana;

Os princípios da ampla defesa e do contraditório.

Determino que:

a)Seja instaurado processo administrativo para apurar as supostas irregularidades, sendo garantido, sempre, a ampla defesa e o contraditório a concessionaria, remetendo – se para a Comissão toda a documentação existente relacionada ao tema; b)Publique-se e intime-se a concessionária da presente decisão.

Campinápolis, 27 de Fevereiro de 2015.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 090, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando, o pedido de demissão do servidor Joilson Ceriaco da Silva,

R E S O L V E

1.EXONERAR, a pedido, a partir de 02 de março de 2015, o servidor JOILSON CERIACO DA SILVA, efetivo no cargo em comissão de Diretor de Projetos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 086, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

R E S O L V E

1.DESIGNAR o servidor público, JOSÉ MARINHO DA SILVA, Chefe de Divisão de Vias Públicas, portador do RG nº 418508 SSP/RO e CPF nº 702.618.301-04, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Fornecimento, proveniente do processo licitatório modalidade Pregão Presencial n° 084/2014, Ata de Registro de Preços nº 090/2014, constante abaixo:

CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA
nº 004/2015	Aquisição de material betuminoso para a pavimentação de ruas não pavimentadas e recapeamento em ruas do município de Campo Novo do Parecis.	EMAM – EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 04.420.916/0003-13

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 25 dias de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 080, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerando o requerimento da servidora Sueli Gonçalves Pinto,

Considerando o Memorando nº 057, de 12 de fevereiro de 2015, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social,

Considerando

o período aquisitivo 18.04.05 a 17.04.11,

R E S O L V E

1.CONCEDER, licença prêmio por assiduidade a Servidora Municipal, SUELI GONÇALVES PINTO, efetivo no cargo Agente de Serviços especialidade Ajudante de Serviços Gerais, matrícula nº 30, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2.O período de gozo da licença concedida será de 90 (noventa) dias com início em 1º de março de 2015 e término em 30 de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 089, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Memorando nº 122, de 26 de fevereiro de 2015, proveniente da Secretaria Municipal de Infraestrutura,

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 01, do Sistema de Controle Interno,

R E S O L V E

1.AUTORIZAR, a partir desta data, o servidor da Secretaria Municipal de Infraestrutura, para conduzir os veículos e máquinas pertencentes à frota municipal.

2.O servidor/condutor autorizado é encontrado na relação abaixo descrita:

Nome do Condutor(a)	Cargo	Mat. Funcional	CPF
Antonio Luiz de Bento	Agente de Trânsito	3174	396.447.901-20

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

IRIS MARTINI ZAWASKI

Secretária Municipal Interina de Infraestrutura

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº009/2015

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis**vem através desta** tornar público para conhecimento dos interessados que o recurso interposto pela empresa Dura-Lex Sistemas de Gestão Publica Ltda EPP, contra a decisão do Pregoeiro que desclassificou sua proposta para o processo Licitatório Pregão Presencial nº009/2014, foi **negado provimento**.

Campo Novo do Parecis, 26 de fevereiro de 2015.

Mauro Valter Berft

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 077, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 004/2015, Concurso Público nº 001/2012, homologado através do Decreto Executivo nº 074/2012,

R E S O L V E

1.

NOMEAR,

a partir desta data, a Senhora VALERIA MOTA DE OLIVEIRA, portadora do RG nº 1324653 – 4 SSP/MT, CPF nº 898595451 - 20 para ocupar o cargo de Professor, Especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 092, DE 02 DE MARÇO DE 2015

O *PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT*, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.170/2007, de 09.05.07, alterada pela Lei nº 1.345/2010, que dispõe sobre a reestruturação do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis,

Considerando a Ficha Clínica – Saúde Ocupacional da servidora abaixo elencada,

R E S O L V E

1.CONCEDER,desvio de função, no período compreendido de 10 de fevereiro de 2015 a 09 de maio de 2015, em virtude de licença para tratamento de saúde, à servidora MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BARBOZA matrícula nº 1479, cargo Agente de Serviço, especialidade Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 02 dias do mês de março de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 091, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Edital de Convocação nº 003/2015, Concurso Público nº 001/2012, homologado através do Decreto Executivo nº 074/2012,

R E S O L V E

1.

NOMEAR,a partir desta data, a Senhora JAILMA FERREIRA DOS SANTOS, portadora do RG nº 2493587 – 5 SJSP/MT, CPF nº 035.312.251 – 38 para ocupar o cargo de Agente Administrativo, Especialidade Agente Administrativo, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 088, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando o Memorando nº 025, de 23 de fevereiro de 2015, proveniente da Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Fiscalização,

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 01, do Sistema de Controle Interno,

R E S O L V E

1.AUTORIZAR, a partir desta data, o servidor da Secretaria Municipal de Finanças, para conduzir os veículos e máquinas pertencentes à frota municipal.

2.O servidor/condutor autorizado é encontrado na relação abaixo descrita:

Nome do Condutor(a)	Cargo	Mat. Funcional	CPF
Pablo Luiz Nunes de Freitas	Agente Administrativo	2603	015.544.291-02

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

LUCIANE PEREIRA DA SILVA SUNIGA

Secretária Municipal de Finanças

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE TERMO DE ACORDO PARA DESAPROPRIAÇÃO CONSENSUAL

Termo de Acordo para Desapropriação Consensual

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecisx MARLON LUCHEZI

Objeto: O EXPROPRIADO é legítimo possuidor e proprietário do imóvel, que assim se descreve e caracteriza: com área de 600,00m² (seiscentos metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Avenida André Antonio Maggi, quadra 24, lote 05, do loteamento denominado "Patrimônio de Campo Novo do Parecis – Fase II, matriculado no Cartório de Registros de Imóveis, deste Município, com Matrícula nº. 9.423, de 24 de julho de 2014, possuindo em sua forma original os seguintes limites e confrontações, sendo estes:

a) frente: 15,00m (quinze Metros) para a Avenida André A. Maggi;

b) fundos: 15,00m (quinze metros), sendo 8,88 metros para o Lote 08 e 6,12 metros para a Chácara 01;

c) lado direito: 40,00m (quarenta metros) para o Lote 03;

d) lado esquerdo: 40,00m (quarenta metros) para o Lote 06.

O EXPROPRIADO declara neste ato que o lote acima mencionado não está gravado com ônus, sendo que a área de 44,40m², resultante do desmembramento da área original, passa a pertencer ao Município de Campo Novo do Parecis, devendo ser afetada ao mesmo.

Classificação Orçamentária:

04. Secretaria Municipal de Finanças

001. Gabinete da Secretaria de Finanças

04. Administração

129. Administração de Receitas

0017. Gestão e Manutenção das Finanças

2.025. Manutenção e Encargos com Secretaria de Finanças

3.3.90.93.00.00 Indenizações e Restituições..... R$ 5. 328,00

Reduzido: 111

Fonte de Recurso: 10.000 Recursos Livres – Sem destinação de recursos

Valor Total: R$ 5.328,00

Data: 03/03/2015

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 082, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município,

Considerando, o pedido de demissão do servidor Carlos André Dalavia Lopes,

R E S O L V E

1.EXONERAR, a pedido, a partir desta data, o servidor

CARLOS ANDRE DALAVIA LOPES

, efetivo no cargo de Agente de Serviço, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 079, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerando o requerimento do servidor Gilson de Paula Mendes,

Considerando o Memorando nº 019, de 11 de fevereiro de 2015, proveniente da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer,

Considerando

o período aquisitivo 30.09.04 a 29.09.11,

R E S O L V E

1.CONCEDER, licença prêmio por assiduidade ao Servidor Municipal, GILSON DE PAULA MENDES, efetivo no cargo Agente Administrativo especialidade Agente Administrativo, matrícula nº 40, lotado na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2.O período de gozo da licença concedida será de 60 (sessenta) dias com início em 02 de março de 2015 e término em 1º de maio de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 085, DE 24 DE FEVEREIRO DE 20

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do memorando nº 110/2015, datado de 24 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E

1.DESIGNAR o servidor público, COSME NUNES RODRIGUES, Diretor do Departamento de Manutenção e Oficina, portador do RG nº 1426350-5 SSP/MT e CPF nº 568.550.521-34, para acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços, proveniente do processo licitatório modalidade Pregão nº 004/2015, constante abaixo:

ATA	OBJETO	CONTRATADA
21/ 2015	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de roçadeira hidráulica e cortador de grama tipo trator para atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura.	CASA DA LAVOURA LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 01. 721.310/0001-68

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 084, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do memorando nº 110/2015, datado de 24 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E

1. DESIGNARo servidor público, LAURINDO DE MORAIS, Diretor do Departamento de Obras Públicas, portador do RG nº 5.121.186-3 SESP/PR e CPF nº 737.816.659-68, para acompanhamento e fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços, proveniente do processo licitatório modalidade Pregão nº 004/2015, constante abaixo:

ATA	OBJETO	CONTRATADA
20/ 2015	Registro de Preços **para futura e eventual contratação de pessoa jurídica para** prestação de serviços de Pintura de paredes, forros, massa corrida, grafiado, textura, madeira, ferro e forro em madeira, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal.	PORTAL SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob n° 21. 609.994/0001-18

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 018, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre a convocação da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campo Novo do Parecis/MT.

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando a necessidade de trabalhar com o Tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente",

D E C R E T A

Art. 1º. Fica convocada a

III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE

DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT, a ser realizada nos dias 09 e 10 de abril de 2015, tendo como tema "Política e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes – fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Art. 2º. As despesas com a realização da III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

VERA LUCIA DE FREITAS SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 081, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.306/2009, que dispõe sobre a flexibilização do horário de trabalho dos servidores públicos municipais responsáveis legais por pessoas portadoras de necessidades especiais,

Considerando o disposto no Decreto Executivo nº 029/2013,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando nº 072, de 12 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E

1.CONCEDER, à servidora MIRTES LÚCIA DANIELI, cargo Professora, especialidade Licenciatura Plena em Pedagogia, matrícula nº 1626, pertencente ao quadro funcional da Secretaria Municipal de Educação, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil Armando Jacinto Brólio, redução de carga horária de 40h (quarenta horas) semanais para 20h (vinte horas) semanais, para o ano letivo de 2015, em virtude de responsabilidade legal (genitora) por pessoa portadora de necessidades especiais, em tratamento especializado. 2. A flexibilização/redução da carga horária dar-se-á sem perda da remuneração da servidora.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 087, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, através do memorando nº 111/2015, datado de 24 de fevereiro de 2015,

R E S O L V E

1. DESIGNAR o servidor público, MAURO SÁVIO FISCHER, Diretor do Departamento de Água, Esgoto e Serviços Urbanos, portador do RG nº 1019828258 SSP/RS e CPF nº 384.871.950-91, para acompanhamento e fiscalização da execução das Atas de Registro de Preços, provenientes do processo licitatório modalidade Pregão nº 01/2015, constantes abaixo:

ATA	OBJETO	CONTRATADA
15/2015	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para o Departamento de Água.	DANIEL FRIAS NOVAIS - PRODUTOS PARA SANEAMENTO - EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob n° 11.818.493/0001-98
16/2015	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para o Departamento de Água.	AAGUA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n°09.237.525/0001-10
17/2015	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para o Departamento de Água.	JOÃO PATRICIO DO CARMO, inscrita no CNPJ sob n°37.477.148/0001-21
18/2015	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para o Departamento de Água.	HG COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob n°04.722.894/0001-84
19/2015	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos para o Departamento de Água.	EDER ROBERTO DE PAULA ME, inscrita no CNPJ sob n°14.822.294/0001-41

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 078, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerando o Memorando nº 118/2014 do servidor Ademir José Demarchi,

Considerando o Memorando nº 054, de 20 de janeiro de 2015, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde,

Considerando o período aquisitivo 20.02.06 a 19.02.11,

R E S O L V E

1.

CONCEDER,

licença prêmio por assiduidade ao Servidor ADEMIR JOSE DEMARCHI, efetivo no cargo Agente Operacional, especialidade Motorista de Veículos Leves, matrícula nº 1948, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis. 2.O período de gozo da licença concedida será de 30 (trinta) dias com início em 02 de março de 2015 e término em 01 de abril de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 20 dias do mês de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 044/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária – especial de professor, com proventos integrais em favor da Sra. LOURDES RODRIGUES CHAGAS DE BARROS".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº 41/03, de 19 de dezembro de 2003, cumulada com Art. 40, §5º da Constituição Federal e Art. 11, inciso III, alínea "a" e §3º, da Lei Municipal nº 1.170/2007, de 09 de maio de 2007, e anexo "IV" da Lei Municipal nº 1.145/2006, atualizado pelo Decreto Municipal de nº 007/2015 de 12 de janeiro de 2015.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária – Especial, com proventos integrais em favor da servidora Sra. LOURDES RODRIGUES CHAGAS DE BARROS, brasileira, casada, funcionário público municipal, matrícula nº 146, portadora da Cédula de Identidade RG nº 477837, SSP/MT e inscrita no CPF sob nº 346.709.121-00 e da Cédula Eleitoral nº 5307218/72, Zona. 060, Seção 0034, contando com um total de 9.690 dias, ou seja, 26 (vinte e seis) anos, 06 (seis) meses e 11 (onze) dias, de serviços prestados, efetivado no cargo de Professora, especialidade Lic. Plena em Pedagogia Classe "B", Nível "XX – 21 anos", lotada na Secretaria Municipal de Educação, com Proventos Integrais, conforme o processo nº 003/001/2015/FUNSEM, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 25 de fevereiro de 2015.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo

HOMOLOGO:

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
2º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 110/2014 PREGÃO: N° 100/2014– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT**, pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36,neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***MAURO VALTER BERFT,*** brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador do RG nº 7009693115 SSP/RS e CPF nº 308.107.010-49, residente e domiciliado na Rua Bahia, 599-NE, Centro,nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa **POSTO 10 LIMITADA**,inscrita no CNPJ sob n°03.244.374/0003-02, estabelecida na Av. Couto Magalhães, 2561, Centro, município de Varzea Grande/MT, *representada neste ato pelo sua Representante Legal, Senhora MARLI ISABEL TIECHER, portador do RG nº 0828901-8 SSP/MT, CPF nº 355.674.730-87,* doravante denominada simplesmente, FORNECEDORA, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão RP nº 100/2014, ao REGISTRO DE PREÇOS, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nºs 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, resolvem aditar a ATA de REGISTRO DE PREÇOS, nos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto Reajustar os preços aos valores praticados pelo mercado dos itens registrados na Ata de Registro de Preços nº 110/2014, do Pregão Presencial nº 100/2014, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, "d", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e Decreto Executivo nº 124/2014, da Ata de Registro de Preços.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE DOS PREÇOS

Ficam reajustados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, os preços dos seguintes produtos:

LOTE 01 – DIAMANTINO

Item	Cód. Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Atual	Valor Reajustado
1	17641	LT.	COMBUSTIVEL GASOLINA COMUM	BR	3,33	3,53
2	17643	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL	BR	2,90	3,20
3	30927	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S10	BR	3,02	3,25
4	17642	LT.	COMBUSTIVEL ALCOOL COMUM	BR	2,25	2,33

LOTE 06 – CUIABÁ

Item	Cód. Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Atual	Valor Reajustado
1	17641	LT.	COMBUSTIVEL GASOLINA COMUM	BR	3,07	3,33
2	17643	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL	BR	2,72	3,02
3	30927	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S10	BR	2,86	3,15

4	17642	LT.	COMBUSTIVEL ALCOOL COMUM	BR	1,86	2,12

LOTE 07 – BARRA DO BUGRES

Item	Cód. Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Atual	Valor Reajustado
1	17641	LT.	COMBUSTIVEL GASOLINA COMUM	BR	3,16	3,42
2	17643	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL	BR	2,77	3,07
3	30927	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S10	BR	2,89	3,18
4	17642	LT.	COMBUSTIVEL ALCOOL COMUM	BR	2,12	2,28

LOTE 08 – SORRISO

Item	Cód. Item	Unid	Descrição	Marca	Valor Atual	Valor Reajustado
1	17641	LT.	COMBUSTIVEL GASOLINA COMUM	BR	3,26	3,52
2	17643	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL	BR	2,86	3,15
3	30927	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S10	BR	3,03	3,32
4	17642	LT.	COMBUSTIVEL ALCOOL COMUM	BR	2,16	2,46

LOTE 09 – TANGARÁ DA SERRA

Item	Cód. Item	Unid.	Descrição	Marca	Valor Atual	Valor Reajustado
1	17641	LT.	COMBUSTIVEL GASOLINA COMUM	BR	3,21	3,47
2	17643	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL	BR	2,94	3,19
3	30927	LT.	COMBUSTIVEL OLEO DIESEL S10	BR	3,11	3,32
4	17642	LT.	COMBUSTIVEL ALCOOL COMUM	BR	2,12	2,26

CLAÚSULA QUARTA - DA VIGENCIA DOS VALORES REAJUSTADOS E REDUZIDOS

O referido aditamento para reajuste dos preços passa a ter a sua vigência a partir de 27 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 27 de fevereiro de 2015.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Contratante

MARLI ISABEL TIECHER

Posto 10 Limitada

Fornecedora

GILMAR ROCHA

Agente Fiscalizador

CPF nº 928.487.291-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.049, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO AMOR EM AÇÃO ALIANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pactuar convênio com a Associação Amor em Ação Aliança, portadora do CNPJ n.º 15.788.574/0001-43, para a consecução do “Programa Municipal de Contratação de Aprendiz" regulamentado pela Lei n.º 1.844/2012.

Art. 2°. - O convênio a ser firmado tem por finalidade repassar recursos financeiros à Convenente, destinados aos pagamentos de todas as despesas relativas a contratação de até 30 (trinta) Aprendizes, incluindo os pagamento dos encargos e despesas trabalhistas, com a devida anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo primeiro – O valor da remuneração do menor aprendiz corresponderá a 100% do salário-mínimo-hora, calculado de acordo com a carga horária, e automaticamente atualizado anualmente com reajuste do salário mínimo.

Parágrafo segundo – Deverão ser deduzidos do valor do repasse os dias de falta não justificada e a parcela de remuneração diária.

Parágrafo terceiro – O Concedente repassará a Convenente o importe de R$29,00 (vinte e nove reais) por aprendiz/mês a título de contribuição instituição, visando cobrir as despesas operacionais e contábeis do programa.

Art. 3°. A convenente deverá formalizar contrato de aprendizagem com alunos previamente selecionados através da realização de processo seletivo realizado pelo Município.

Art. 4º. - O convênio vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir de 02 de março de 2015, abarcando a contratação da totalidade de aprendizes.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º. O presente convênio estará sob a responsabilidade da Secretaria de Municipal de Ação e Promoção Social, para acompanhamento e fiscalização da aplicabilidade dos recursos liberados.

Art. 7º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 27 de Fevereiro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.048, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO – ASSEDOM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO ASSENTAMENTO DOM OSÓRIO – ASSEDOM.

Art. 2º - O convênio que trata a presente lei tem por finalidade o repasse de recursos financeiros destinados a cobertura de parte das despesas com o transporte dos universitários que residem no Assentamento Dom Osório Stoffel, que se deslocam deste Município para as instituições de ensino superior localizadas na cidade de Primavera do Leste.

Parágrafo único – O valor do repasse será de até R$ 30.240,00 (trinta mil e duzentos e quarenta reais) anuais, divididos em 08 (oito) parcelas mensais, no valor de R$3.780,00 (três mil setecentos e oitenta reais) cada, mediante prestação de contas.

Art. 3º

- Fica a respectiva minuta do Termo de Convênio - Anexo Único, como sendo parte integrante da presente Lei.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 27 de Fevereiro de 2015.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.039, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2015.

INSERE O ARTIGO 1º-A NA LEI MUNICIPAL Nº 2.038/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Insere o art. 1º-A na Lei Municipal nº 2.038/2015, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

Art.1º-A - O reajuste concedido no artigo precedente se estende aos servidores aposentados e pensionistas do regime próprio de previdência municipal - PREVIVERDE, oriundos da carreira do magistério, cujos benefícios foram concedidos pela paridade.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 11 de fevereiro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

MARA TEREZINHA PAETZOLD NOSCHANG SILVA E ELOI LUIZ PAETZOLD NOSCHANG requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 03 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA AVENIDA CURITIBA, LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 030/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

PREGÃO: 007/2015

EMPRESA: DATA MANAGER – PRESTADORA DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME

CNPJ 19.707.627/0001-05

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 02

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Monitor LCD 21,5 Tela 21,5 polegadas / Brilho 250cd/m - Contraste 50000:1, Max Angulo de Visão 160(H)160(V)(CR=10), 176(H)176(V)(CR=5), Tempo de resposta 5ms / Vídeo R,G,B, Analog Interface c / V-frequência 55 - 75Hz | Cores no Display 16.7M/ Max. Resolução 1600x900@60Hz | Consumo ligado 18.7W / Consumo Stand By 0.33W | Entrada D-Sub / DVI (w/ HDCP) 24 pinos (Acompanha cabo DVI); Peso 3.2kg/ Garantia 1 ano / Possui cabo e saída DVI. MARCA/MODELO: AOC	*50 unid*	R$ 540,00	R$ 27.000,00
Valor total do lote: Vinte e sete mil reais			R$ 27.000,00

LOTE 03

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Notebook Processador: Intel® Core™ i5-4200U 4ª Geração - 3 MB L3 cache, 1.60 GHz ate 2.60 GHz com Turbo Boost Memória Cache:3MB L3 Cache Suporte de Sistema Operacional: Windows 8 32bits e 64bits Cor: Preto Memória RAM: 6 GB DDR3 1600Mhz – Expansível até 8GB Disco rígido (HD): 500GB SATA Conexão s/ fio (wireless): 802.11 b/g/n Placa de Rede: 10/100/1000Mbps Placa de Vídeo: compartilhada – 128 MB Tamanho da tela: 39,6 cm (15,6") Alto Brilho (200-nit) Modo de tela: HD Tecnologia de iluminação traseira: LED Resolução de tela: 1366 x 768 Fabricante do controlador gráfico: Intel Modelo do controlador gráfico: HD 4400 Tecnologia de memória gráfica: DDR3L SDRAM Conexão HDMI: Sim TouchPad: TouchpadMultitoque (Movimento circular, rolamento de página, zoom, mudança depágina) Audio: Audio de Alta Definição Dois alto falantes e Microfone integrados Webcam integrado: Sim - com microfone digital Unidade óptica: Gravador de DVD/CD Número de portas USB 2.0: 2 PORTAS Número de portas USB 3.0: 1 PORTA Leitor de cartão: Leitor de cartão SD Teclado Numérico Drive optico: 8X DVD-SuperMulti Double-Layer Peso: aproximado 2.35Kg Tensão/Voltagem: Bivolt – consumo aproximado energia 65W Bateria: Recarregável - 4 células Lithium Itens Inclusos: 01 Adaptador AC; - 01 Cabo de força; Manuais. MARCA/MODELO: ACER E5-571-54MC	20 unid	R$ 2.116,63	R$ 42.332,60
Valor total do lote: quarenta e dois mil trezentos e trinta e dois reais e sessenta centavos			R$ 42.332,60

LOTE 05

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Processador LGA1150, 4ª Geração c/Cooler original (Box Original) Core I5-4440, Cache: 6MB - Clock: 3.30Ghz - 4ª Geração. MARCA/MODELO: INTEL	50 unid	R$ 786,30	R$ 39.315,00
Processador LGA1150, 4ª Geração c/Cooler original (Box Original) Core I3-4150, Cache: 3MB – Clock: 3.50Ghz - 4ª Geração. MARCA/MODELO: INTEL	50 unid	R$ 513,50	R$ 25.675,00
Processador LGA1155, 3ª Geração c/Cooler original (Box Original) Core I3-3240, Cache: 3MB – Clock: 3.40Ghz - 3ª Geração. MARCA/MODELO: INTEL	80 unid	R$ 487,00	R$ 38.960,00
Valor total lote: cento e três mil novecentos e cinqüenta reais			R$ 103.950,00

LOTE 11

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Fonte de Alimentação 450W/Real ATX 24 Pinos Características: - Padrão ATX; - PFC Ativo; - Botão liga / desliga; - Certificação 80plus; - 450 w de potência total/Real; - Um conector PCI Express (6 pinos); - Cabos com malha (sleeve) de proteção;	100 unid	R$ 201,60	R$ 20.160,00

Especificações - Padrão: - ATX12V v2.2; - Corrente: 7A; - Frequência: 47 ~ 63hz; - Tensão: 90 ~ 264 v (Seleção Automática). Refrigeração: - Ventoinha de 12 cm na parte inferior, com grelha preta e controle automático de velocidade. Linhas de Tensão, Carga e Potência: - Linhas de Tensão +3,3V +5V +12V -12V +5VSB ; - Carga Máxima 20A 20A 30A 0,8A 2,5A Potência: - Combinada 130W 360W 9,6W 12,5W . 400W Proteções: - OPP: Over Power Protection; - OVP: Over Voltage Protection; - OCP: Over Current Protection; - SCP: Short Circuits Protection UVP: UnderVoltage. Protection Temperatura: - Em operação: 0 ~ 40°C. Conectores: - 6 x SATA | - 6 x 4 pinos | - 1 x ATX20/24 | - 2 x 4 pinos (pequeno)| - 1 x ATX12V (4+4 pinos) | - 1 x PCI Express (6 pinos). Comprimento dos cabos: - ATX12V: ± 57cm | - ATX20/24: ± 62cm | - PCI Express: ± 62 cm . Dimensões: - L x A x P: 15 x 8,6 x 14 Cm MARCA/MODELO: EVGA			
Fonte de Alimentação 350W/Real ATX 24 Pinos Especificações: - Cooler embutidos para maior resfriamento e melhor rendimento; - Conector padrão SATA para conexão com os HDs mais modernos; - Frequência: 60/50Hz; - Padrão: Fonte de energia para microcomputador padrão ATX 20+4P; - Potência: 350W REAL; - Tensão: Entrada: 115V/230V (chaveamento manual). Corrente: - 8A: 115VAC; - 6A: 230VAC Pinagem: - Pinagem: 20+ 4 pinos; - 1 Auxiliar ATX 4 pinos; - 4 Alimentação periféricos; - 1 Alimentação drive; - 1 Serial ATA. Tensão Saída: - +3,3V - 20ª; - +5V - 25ª; - +12V - 12ª; - -12V - 0,5ª; - +5VSB - 2.0A MARCA/MODELO: PC TOP	100 unid	R$ 94,10	R$ 9.410,00
Valor total do lote: vinte e nove mil quinhentos e setenta reais			R$ 29.570,00

LOTE 13

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Placa Wireless 150MbpsPCI Express X1 Modelo: PCI Express X1 Gen 2.0 | Interface PCI Express |Dimensões (L X C X A): 120.8 x 78.5 x 21.5mm (4.8 x 3.1 x 0.8pol) | Tipo de Antena: Onidirecional Destacável | Ganho de Antena: 2dBi, IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b | Frequência:2.400-2.4835GHz Taxa do Sinal: 11n: Upto 150Mbps(dinâmico), 11g: Upto 54Mbps(dinâmico), 11b: Upto 11Mbps(dinâmico) | EIRP <20dBm(EIRP) | Sensibilidade da Recepção:130M: -68dBm@10% PER, 108M: -68dBm@10% PER, 54M: -68dBm@10% PER, 11M: -85dBm@8% PER, 6M: -88dBm@10% PER, 1M: -90dBm@8% PER | Modos Wireless: Ad-Hoc / modo Infraestrutura| Segurança Wireless: Suporta WEP de 64/128 bits, WPA-PSK/WPA2-PSK, Filtragem MAC Wireless|Tecnologia de Modulação: DBPSK, DQPSK, CCK, OFDM, 16-QAM, 64-QAM| OUTROS: Certificação CE, FCC, RoHS | Conteúdo do Pacote: Adaptador Wireless, Antena Onidirecional Destacável, CD de Recursos, Guia de Instalação Rápida | Sistema Operacional Suportado: Windows Server 2003 e 2008, Windows 8 (32/64bits), Windows 7 (32/64bits), Windows Vista (32/64bits), Windows XP (32/64bits), MARCA/MODELO: TP LINK	50 unid	R$ 57,90	R$ 2.895,00
Adaptador Wireless USB Especificações: - Interface: USB 2.0; - Botão: QSS; - Dimensões: 86 x 26 x; 12mm; - Tipo de Antena: Interna; - Frenquência: 2,4 a 2,4835GHz; - EIRP: <20dBm(EIRP); - Tecnologia de Modulação: DBPSK, DQPSK, CCK, OFDM, 16-QAM, 64-QAM; - Certificação: CE, FCC, RoHS. Padrões Wireless:- IEEE 802.11n; - IEEE 802.11g; - IEEE 802.11b; Taxa do Sinal: - 11n: Até 300Mbps (dinâmico); - 11g: Até 54Mbps (dinâmico); - 11b: Até 11Mbps (dinâmico). Sensibilidade da Recepção:- 270M: -68dBm@10% PE R; - 130M: - 8dBm@10% PER; - 108M: -68dBm@10% PER; - 54M: -68dBm@10% PER; - 11M: - 5dBm@8% PER; - 6M: -88dBm@10% PER; - 1M: -90dBm@8% PER. Modos Wireless: - Ad-Hoc; - Infra-estrutural. Segurança Wireless: - WEP de 64/128-bit; - WPA/WPA2; - WPA-PSK/WPA2-PSK; . Filtragem Wireless de MAC. Compatibilidade: - Windows 7 (32/64 bits); - Windows Vista (32/64 bits); - Windows XP (32/64 bits); - Windows 2000; Conteúdo da Embalagem: - Adaptador Wireless; - CD de Recursos; - Guia de Instalação Rápida. Garantia: 12 meses de garantia. Peso 150 gramas (bruto com embalagem). MARCA/MODELO: TP LINK	100	R$ 49,85	R$ 4.985,00
Valor total do lote: sete mil oitocentos e oitenta reais			R$ 7.880,00

LOTE 23

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Access Point Padrão N Descrição do Produto: Compatível com os padrões IEEE 802.11n, IEEE 802.11g e IEEE 802.3u. - Utiliza a Tecnologia Wireless N com múltiplas antenas inteligentes para maximizar a velocidade e o alcance do sinal wireless. - Compatível para trabalhar com dispositivos Wireless G existentes. - Suporte para WPA e WPA2 garantindo uma melhor criptografia, independentemente dos dispositivos do cliente. Características técnicas: - Tipo de interface: 1 porta LAN 10/100 - Tipo de antena: 2 antenas externas (destacável) - Comprimento do cabo de rede RJ-45: 1,40 m - Dimensões: 14/14,5/11 cm (Prof/Larg/Alt) - Peso: 0,23 Kg Padrões: - IEEE 802.11n- IEEE 802.11g- IEEE 802.3u Segurança: - Wi-Fi Protected Access (WPA, WPA2) - Wi-Fi Protected Setup (WPS). MARCA/MODELO: TP LINK	20 unid	R$ 150,00	R$ 3.000,00
Valor total do lote: Três mil reais			R$ 3.000,00

LOTE 24

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

HD Externo 1TB SATA 2.5" Conexão USB 3.0 Capacidade: 1 TB Taxa de Transferência 480Mbps - Rotação 5400rpm Dimensões: 82x17x111 mm MARCA: TOSHIBA	20 unid	R$ 329,50	R$ 6.590,00
Valor total do lote: seis mil quinhentos e noventa reais			R$ 6.590,00

LOTE 32

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Mini rack parede 19 polegadas 5U X 370 MM Estrutura soldada em aço SAE 1020 chapa 0,75/0,9mm coluna esp. Porta frontal com abertura de 135º, armação em aço 0,75mm de esp., com visor fumê 2,0mm de esp., com fecho e chave. Laterais removíveis 0,75mm de esp. com aletas de ventilação e fecho rápido. Kit de 1º plano móvel 1,2mm de esp. com furos 9x9mm para porca gaiola. Medidas: Altura: 341mm | Profundidade: 450 mm | Largura: 19" Polegadas (Padrão de Todos os Equipamentos). Caixa lacrada contendo: Mini-Rack 5U; Visor frontal Fumê; Fechadura integrada com duas chaves; Fixador para Parede. MARCA: FIBRACEM 0ma 1500 w, corrente máxima 10a	10 unid	R$ 350,00	R$ 3.500,00
Valor total do lote: Três mil e quinhentos reais			R$ 3.500,00

LOTE 35

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Modem Roteador Wireless N 150 ADSL2+ Modem ADSL 2+, roteador wireless, access point e switch em um único produto. Wireless N 150 Mbps. WDS (Wireless Bridge). Especificações: - Faixa de Frequência: 2.4 GHz; - Velocidade de Rede Wireless: Até 150 Mbps - Tipo de Antena: 1 antena fixa de 5 dBi omnidirecional; - Segurança: 64/128 bit WEP, WPA-PSK, WPA2-PSK, WPS. Controle de Acesso (Filtro de MAC); - LEDs: Internet, Power, WPS, SYS, WLAN, DSL, 1/IPTV, LAN 2, LAN 3, 4/LAN - Dimensões: 172 x 111 x 35 mm. Padrões: - IEEE 802.3/3U, IEEE 802.11b/g/n,ANSI T1.413, ITU G.992.1 - ITU G.992.2, ITU G.992.3, ITU G.992.5 Interface: - 1 Porta DSL - 3 Portas LAN 10/100 M (Auto MDI/MDIX) - 1 Porta WAN/LAN 10/100 M (Auto MDI/MDIX) MARCA: TP LINK 0ma 1500 w, corrente máxima 10a	30 unid	R$ 148,30	R$ 4.449,00
Valor total do lote: quatro mil quatrocentos e quarenta e nove reais			R$ 4.449,00

LOTE 38

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
SCANNER (conexão wireless e USB) Especificações: Sensor: Color CIS (ContactImage Sensor) – 2 Elementos Tipo: Alimentação Automática com Digitalização Dupla Modos de Cor: Automático, Colorido, Escala de Cinza, Monocromático Resolução ótica: 600 x 600 dpi Velocidade da Digitalização: Auto - 25 ppm simples e duplo 150 até 400 dpi - 25 ppm simples e duplo 600 dpi Monocromático - 25 ppm simples e duplo 600 dpi Colorido/Escala de Cinza - 7 ppm simples e duplo 1200 dpi Monocromático - 7 ppm simples e duplo Área de Digitalização: Padrão - A4, A5, A6, B5, B6, Business Card, Post Card, Letter, Legal Customizado - 2.0 x 2.0 até 8.5 X 14.17" (5.08 x 5.08 até 21.59 x 36.0 cm) Com aparador de folha - A3, B4, 11.0 x 17.0" (27.94 x 43.18 cm) Modo Longo Customizado – para até 34.0" (86.36 cm) Peso suportado(papel): 11 até 56 lb (40 até 209 g/m2) Capacidade: até 50 folhas tamanho carta (21 lb ou 80 g/m2) Detector de Alimentação: Sensor Ultrasônico Portas: USB 3.0 / USB 2.0 / 1.1 compatible Modo de Comunicação: modo de infra-estrutura Padrões Wireless: 802.11 b/g/n; Frequência: 2.412 to 2.472 GHz. Alcançe: Máximo de 164.0' (50.0 m); Segurança: WPA-PSK (TKIP/AES), WPA2-PSK (TKIP/AES), WEP (64/128-bit). Instalação: Suporte WPS2.0 (botão/código PIN) Sistemas Operacionais Compatíveis: Windows - Windows 8 (32/64-bit), Windows 7 (32/64-bit), Vista (32/64-bit), XP (32/64-bit); Mac - OS X 10.6, 10.7, 10.8 . Fonte de Luz: 3 Color LED (RGB); Requerimentos de Energia: 100 to 240 VAC, 50/60 Hz; Consumo de Energia: Operando nos Modos USB / Wi-Fi; Certificações: Energy Star, RoHS; Dimensões (LxPxA): 11.5 x 6.2 x 6.6" (29.2 x 15.7 x 16.8 cm). Peso: 6.62 lb (3 kg). Itens Inclusos: Cabo USB; Adpatador AC; Cabo de Energia; CD-ROM com programas utilitários Aparador de Folhas; Manual de Segurança. MARCA: FUJITSU	05 unid	R$ 2.700,00	R$ 13.500,00
Valor total do lote: Treze mil e quinhentos reais			R$ 13.500,00

Total da ata de registro de preços: 241.771,60 (duzentos e quarenta e um mil setecentos e setenta e um reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 02/03/2015 à 02/03/2016

Íntegra da ata de registro de preços: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI COMPLEMENTAR N°. 048/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 7º DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 044/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 7º da Lei Complementar nº. 044, de 12 de novembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7° -

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia limitada aos juros e multas referentes aos tributos mencionados no artigo 1°. da presente Lei, observadas as seguintes condições:

I – **Para pagamento à vista:**

PERÍODO	DESCONTO
01/11/2014 a 31/03/2015	100% DAS MULTAS E 100% DOS JUROS

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 27 de fevereiro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 017/2015 DE 03 DE MARÇO DE 2015

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 1.236/2006 que dispõe sobre o resultado do Concurso de Desenhos e Frases do Edital nº 001/2015 na reunião extraordinária do dia 03 de Março de 2015;

CONSIDERANDO:

– O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90;

– Lei Municipal 1.236 de 22 de Dezembro de 2006- -

- Deliberação da Reunião extraordinária deste Conselho, realizada em 03 de Março

de 2015.

- A Resolução nº 15/2015 de 10 de Fevereiro de 2015, que dispõe sobre a promoção do Concurso de Desenhos e Frases.

RESOLVE:

Art. 1° – Através da Comissão julgadora, da III Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, Esta Comissão julga os ganhadores conforme abaixo

Categoria Desenho:

1º lugar – Jhenifer K. Grigolo – Escola Municipal Monteiro Lobato

2º lugar – Noemia Borges dos Santos – Escola Municipal Monteiro Lobato

3º lugar – Diandra Maria de Paula – Escola Municipal Paraíso

Categoria Frases:

1º lugar - Matheus Augusto – Escola Estadual Ulisses Guimarães

2º lugar - Calil Coimbra Tres – Escola Estadual Ulisses Guimarães

3 º - Stefany Vieira da Silva – Escola Estadual Ulisses Guimarães

Art. 2° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 03 de Março de 2015.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 032/2015

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.

PREGÃO: 007/2015

EMPRESA: VIVIANE REGINA CLAUDINO ME, CNPJ 13.979.479/0001-00

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 01

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
MICROCOMPUTADOR COMPLETO (Gabinete + Fonte, Placa-Mãe, Processador, Memória, Hard Disk, Kit: Teclado PS/2 + Mouse PS/2, Wireless PCI, Monitor VGA); -Processador: Core I5-4440, Cache: 6MB - Clock: 3.30Ghz - 4ª Geração c/Cooler Original (Box Original). *Placa-Mãe: LGA 1150. -Memória: 8GB DDR3 1333mhz (2 x 4Gb). -Hard Disk: 1TB Sata 3 7200RPM. -Gabinete (Torre 4 baias) + Fonte ATX de 450W Real 24 Pinos. -Placa Wireless 150Mbps PCI Express X1. -Monitor LCD 21,5 (Brilho 250cd/m - Contraste 50000:1, V-frequência 55 - 75Hz, Max. Resolução 1600x900@60Hz). *Especificações Placa-Mãe: Modelo ATX, 30.5 cm por 20.8 cm (12.0 polegadas por 8.2 polegadas). Processador:Socket LGA 1150 para 4ª geração processadores Core i7, i5 e i3. Chipset: Intel B85.	50 unid	R$ 2.990,00	R$ 149.500,00

Memória: 4 x DIMM, máximo de 32GB, DDR3 1600/1333/1066 MHz Non-ECC, Un-buffered. Arquitetura de memória: Dois canais. Suporte Hyper DIMM Gráfico: Processador Gráfico Integrado; Saída Multi-VGA: portas DVI/RGB ; Suporta DVI com resolução máxima de 1920 por 1200 / 60 Hz; Suporta RGB com resolução máxima de 1920 por 1200 / 60 Hz; Máximo de memória compartilhada 1024 MB. Slots de expansão: 1 x PCIe 3.0/2.0 x16 (x16 mode), 1 x PCIe 2.0 x16 (x4 mode), 2 x PCIe 2.0 x1, 3 x PCI. Armazenamento: 4 x Porta(s) SATA 6Gb/s, 2 x Porta(s) SATA 3Gb/s. Rede: Realtek® 8111G, 1 x Gigabit LAN. Aúdio:Realtek® ALC887 com 8 canais - CODEC de alta definição, Suporta Detecção de conexão, Multi-streaming, Painel frontal com possiblidade de redefinir a conexão. Portas USB: 4 portas USB 3.0/2.0 (2 no painel traseiro, conectores internos para mais 2 portas); 8 portas USB 2.0/1.1 (4 no painel traseiro, conectores internos para mais 4 porta). Conexões I/O no painel Traseiro: 1 x PS/2 teclado | 1 x PS/2 mouse | 1 saída DVI | 1 saída D-Sub | 1 porta LAN (RJ45) | 4 portas USB 2.0 | 2 x USB 3.0 | 3 entradas de áudio. Conexões I/O no painel Interno: 1 x USB 3.0 conectores suporte adicional 2 portas USB 3.0(19-pin) | 2 entradas USB 2.0, com suporte a 4 portas USB 2.0 adicionais | 1 porta para conector COM | 2 x SATA 3Gb/s | 4 x SATA 6Gb/s | 1 conector de ventoinha do processador (1 x 4 -pin) | 2 conectores de ventoinha do chassi (2 x 4 -pin) | 1 leitor externo S/PDIF | 1 conector de força EATX de 24 pinos | 1 conector de áudio para o painel frontal (AAFP) | 1 painel do sistema | 1 x 8-pin ATX 12V Power connector | 1 x Clear CMOS jumper MARCA: APIS			
Valor total do lote: Cento e quarenta e nove mil e quinhentos reais			R$ 149.500,00

LOTE 18

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Nobreak 700 VA Bivolt - Características técnicas: Rendimento: 95 % (operação rede) e 85 % com a bateria; Bateria interna: 1 bateria 12 VDC / 7Ah; - Acionamento do inversor: < 0,8 ms; Tensão de operação: 175 V; Máxima energia de surto: 276 J- Máx. energia de pico 8/20 mS: 4500 A- Cabo de força do nobreak: 1,40 m- Cabo USB: 1,75 m- Dimensões: 41,5/10,6/17,5 cm (Prof/Larg/Alt) Peso líquido (com bateria): 8,9 Kg; Entrada: - Tensão nominal 115/127/220 V (automática) - Variação máxima de tensão para regulação de + 6 % para -10%: 89 a 138 (rede 115 V), 175 a 254 (rede 220 V) - Variação máxima de tensão em modo de rede: 89 a 143 (rede 115 V), 175 a 264 (rede 220 V) - Freqüência de rede: 60 +/- 5 Hz. Saída: - Potência máxima: 700 VA (490W) - Fator de potência: 0,7 - Tensão nominal: 115 V - Regulação: +/- 5 % (para operação bateria), + 6 % - 10 % (para operação rede) - Freqüência: 60 Hz +/- 1 % (bateria) - Forma de onda do inversor: senoidal por aproximação (retangular PWN –controle de largura e amplitude). MARCA: SMS	50 unid	R$ 333,30	R$ 16.665,00
Nobreak 1200 VA Bivolt Características técnicas: - Cor do Gabinete: Preto - Potência máxima: 1200VA (600W) - Fator de potência: 0,5 - Comprimento do cabo USB: 1,70 m - Comprimento do fio fixo: 1,22 m - Dimensões: 37,9/13,4/21,7 cm (Prof/Larg/Alt) - Peso líquido: 11,85 Kg Entrada: - Tensão de entrada: 115/127/220 V (bivolt automático) - Freqüência da tensão de entrada: 60 Hz +/- 1 % - Corrente nominal: 10,5/9,5/6 A - Tipo de conexão: NBR 14136 Saída: - Tensão de saída: 115 V com +/- 10% - Freqüência da tensão de entrada: 60 Hz +/- 1 % - Numero de tomadas: 8 tomadas no novo padrão de tomadas NBR 14136. MARCA: APC	50 unid	R$ 495,80	R$ 24.790,00
Valor total do lote: quarenta e um mil quatrocentos e cinqüenta e cinco reais			R$ 41.455,00

Total da ata de registro de preços: 190.955,00 (cento e noventa mil novecentos e cinqüenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 02/03/2015 à 02/03/2016

Íntegra da ata de registro de preços: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.053, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES DAS MODALIDADES LICITATÓRIAS, DE FORMA SUPLEMENTAR À LEI FEDERAL 8.666/1993, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2014-TP DO TCE/MT, E DÁ PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **Faz saber**, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam monetariamente corrigidos no âmbito do Poder Público Municipal de Campo Verde-MT, na Administração Pública Direta e Indireta, os valores previstos no art. 23, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666/1993, pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M/FGV), a partir de junho de 1998 até dezembro de 2014, segundo cálculo do Banco Central do Brasil, nos termos seguintes:I – para obras e serviços de engenharia:a) convite – até R$565.530,46 (quinhentos e sessenta e cinco mil quinhentos e trinta reais e quarenta e seis centavos);b) tomada de preços – até R$5.655.304,65 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos);c) concorrência – acima de RR 5.655.304,65 (cinco milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil trezentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos);II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:a) convite – até R$301.616,25 (trezentos e um mil seiscentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos);b) tomada de preços – até R$2.450.632,02 (dois milhões quatrocentos e cinquenta mil seiscentos e trinta e dois reais e dois centavos);c) concorrência – acima de R$2.450.632,02 (dois milhões quatrocentos e cinquenta mil seiscentos e trinta e dois reais e dois centavos);Art. 2º. Os percentuais referentes à dispensa de licitação, estipulados no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666/1993, serão computados sobre os valores monetariamente corrigidos previstos no art. 1º desta Lei.Art. 3º. O disposto nesta Lei não se aplica aos recursos oriundos de convênios com a União.Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 03 de março de 2015.FÁBIO SCHROETERPREFEITO MUNICIPALDESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.FÁBIO SCHROETERPREFEITO MUNICIPALRegistrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.GILMAR ZITO PRATISEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.050, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA MUNICIPAL – GGI-M, VINCULADO AO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M, vinculado ao Gabinete do Prefeito, instância colegiada de deliberação e coordenação no âmbito do Município de Campo Verde, de acordo com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, instituído pela Lei Federal nº 11.530, de 24 de outubro de 2007.

Parágrafo único – As decisões do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M serão tomadas em consenso, respeitadas as autonomias institucionais dos órgãos que o constituem.

Art. 2º - O Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M é um fórum deliberativo e executivo que opera por consenso, sem hierarquia e respeitando a autonomia das instituições que compõem. O GGI-M é composto pelos Dirigentes dos órgãos do Sistema de Justiça Criminal. GGI–M é um canal de conexão de todos os órgãos de segurança pública, reúne as instituições de segurança pública e justiça criminal das três esferas de governo que atuam no limite territorial do município. O funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal será norteado pelos princípios de ação integrada, da interdisciplinaridade e da pluriagencialidade, visando à definição coletiva das prioridades de ação.

Art. 3º - O gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI–M será composto por:

a)Pelo Colegiado Pleno, responsável pela coordenação e deliberação das ações e medidas que serão adotadas para enfrentamento a criminalidade e prevenção à violência, sendo constituído por:

I-o Prefeito Municipal, presidente nato; II-o Chefe de Gabinete Municipal; III-o Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos; IV-o Secretário Municipal de Saúde; V-o Secretário Municipal de Educação e Cultura; VI-o Secretário Municipal de Assistência Social; VII- o Comandante da Polícia Militar de Campo Verde;

VIII - Comandante do Batalhão do Corpo de Bombeiros de Campo Verde

IX - o Delegado da Polícia Judiciária Civil de Campo Verde; X - 01 (um) representante do Poder Judiciário; XI - 01 (um) representante do Ministério Público; XII - 01 (um) representante da Defensoria Pública; XIII - o Presidente do Conselho Municipal de Segurança Pública - COMSEP; XIV - o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, Seccional Campo Verde; XV - Presidente da Associação Comercial – ACICAVE;

XVI Presidente do Rotary Clube de Campo Verde;

XVII - o Presidente do Lyons Clube de Campo Verde;

XVIII - o Presidente da Loja Maçônica de Campo Verde.

b)Pela Secretaria Executiva, composta por um servidor indicado pelo Prefeito Municipal em ato específico para este fim.

§ 1º - Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá em seus impedimentos;

§ 2º - Os membros do Conselho e seus Suplentes são nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de 01(um) ano, permitida uma recondução, por igual período.

§ 3º - As funções dos membros do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI – M, não serão remuneradas a qualquer título, porém, consideradas serviço público relevante.

§ 4º - Poderá participar como membro convidado, outras instituições para compor as reuniões e deliberações, dependendo da necessidade da pauta da reunião a ser tratada.

Art. 4º - Compete ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal:

I – Analisar e sugerir medidas para a elaboração da política municipal de segurança pública;

II – Zelar pela efetivação de ações voltadas para a prevenção da violência e para o combate da criminalidade;

III – Gerir, fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação a aplicação de recursos e o desempenho dos programas e projetos;

IV – Realizar as diligências necessárias ao esclarecimento de dúvidas quanto a correta utilização de recursos, por parte das entidades beneficiárias;

V – Propor critérios para a celebração de contratos ou convênios entre os órgãos governamentais na área de segurança pública;

VI – Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de segurança pública no âmbito do Município;

VII – Elaborar e aprovar seu regimento interno, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da sua instalação;

VIII – Dar posse aos seus conselheiros, a partir da sua instalação;

IX – Articular-se com as organizações privadas e governamentais, nacionais e estrangeiras, e propor intercâmbio, celebração de convênio ou outro meio, com vistas à superação de problemas de segurança pública do Município;

X – Exercer outras atribuições correlatas, definidas em lei ou no seu Regimento Interno;

Art. 5º - Serão encaminhadas aos membros do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M, para exame preliminar e parecer, as minutas de convênios a serem celebradas entre o Poder Público e órgãos, entidades públicas e privadas, municipais, estaduais e federais, que tenham como objeto ações na área de segurança pública.

Art. 6º - O Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M deverá interagir com os fóruns municipais comunitários de segurança, visando o estabelecimento da política municipal preventiva de segurança pública.

Art. 7º - O Gabinete de Gestão Integrada Municipal vincula-se a estrutura do Gabinete do Prefeito, para fins de suporte administrativo operacional e financeiro.

Art. 8º - Para cumprir suas finalidades o Gabinete de Gestão Integrada Municipal tem competência para:

I – Requisitar dos órgãos públicos municipais locais certidões, atestados, informações e cópias de documentos, desde que justificada necessidades;

II – **Solicitar aos demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais os elementos referidos no inciso anterior;**

III – Convocar os secretários municipais para participar de suas reuniões, sempre que na pauta constar assunto relacionado com atribuições de suas pastas.

Art. 9º - O funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal será disciplinado por Regimento Interno a ser publicado mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 10 - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios com a União Federal, por meio de seu órgão competente, objetivando a adesão ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, assim como outras parcerias que objetivem a cooperação para o desenvolvimento da Política Municipal Preventiva de Segurança Pública.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 27 de Fevereiro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO**LEI Nº. 2.050, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.**

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 012.

O senhor **FÁBIO SCHROETER**, Prefeito do Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, por meio da sua **COMISSÃO EXAMINADORA DO CONCURSO PÚBLICO** nomeada pela Portaria nº 596/2014 de 09 de Dezembro de 2014, com base no que estabelece o item 18.6 do Edital de Abertura do Concurso Público Nº 001/2015, torna público o que segue: 1. RESULTADO FINAL PARA CARGOS SEM 2ª FASE, conforme ANEXO I, deste Edital Complementar; 2. RESULTADO FINAL PARA CARGOS SEM 2ª FASE PARA CANDIDATOS PNE, conforme ANEXO II, deste Edital Complementar; 3. RESULTADO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA A DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR, conforme ANEXO III, deste Edital Complementar; Os Candidatos classificados para 2ª fase, para os Cargos de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE e AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, serão publicados, em Edital Complementar Específico, a data e o local que será realizado o curso de formação em saúde da família. A integra deste Edital Complementar bem como seus anexos poderão ser consultados no Site oficial da Prefeitura de Campo Verde: www.campoverde.mt.gov.br, no mural oficial da Prefeitura de Campo Verde e site da Empresa executora www.grupoatame.com.br/concurso. Campo Verde/MT, 02 de Março de 2015. **FÁBIO SCHROETER -** Prefeito do Município de Campo Verde/MT*, JOÃO PAULO RODRIGUES ZAGO* - Presidente da Comissão Examinadora do Concurso Público.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2015

INFORMÁTICA.

PREGÃO: 007/2015

EMPRESA: GOMES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ 11.607.429/0001-68

ITENS E VALORES REGISTRADOS:

LOTE 04

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Placa-Mãe LGA1150 Especificação da Placa: Modelo ATX, 30.5 cm por 20.8 cm (12.0 polegadas por 8.2 polegadas). Processador:Socket LGA 1150 para 4ª geração processadores Core i7, i5 e i3. Chipset: Intel B85. Memória: 4 x DIMM, máximo de 32GB, DDR3 1600/1333/1066 MHz Non-ECC, Un-buffered. Arquitetura de memória: Dois canais. Suporte Hyper DIMM. Gráfico: Processador Gráfico Integrado; Saída Multi-VGA: portas DVI/RGB ; Suporta DVI com resolução máxima de 1920 por 1200 / 60 Hz; Suporta RGB com resolução máxima de 1920 por 1200 / 60 Hz; Máximo de memória compartilhada 1024 MB. Slots de expansão: 1 x PCIe 3.0/2.0 x16 (x16 mode), 1 x PCIe 2.0 x16 (x4 mode), 2 x PCIe 2.0 x1, 3 x PCI. Armazenamento: 4 x Porta(s) SATA 6Gb/s, 2 x Porta(s) SATA 3Gb/s. Rede: Realtek® 8111G, 1 x Gigabit LAN. Aúdio: Realtek® ALC887 com 8 canais - CODEC de alta definição, Suporta Detecção de conexão, Multi-streaming, Painel frontal com possiblidade de redefinir a conexão. Portas USB: 4 portas USB 3.0/2.0 (2 no painel traseiro, conectores internos para mais 2 portas); 8 portas USB 2.0/1.1 (4 no painel traseiro, conectores internos para mais 4 porta). Conexões I/O no painel Traseiro: 1 x PS/2 teclado | 1 x PS/2 mouse | 1 saída DVI | 1 saída D-Sub | 1 porta LAN (RJ45) | 4 portas USB 2.0 | 2 x USB 3.0 | 3 entradas de áudio. Conexões I/O no painel Interno: 1 x USB 3.0 conectores suporte adicional 2 portas USB 3.0(19-pin) | 2 entradas USB 2.0, com suporte a 4 portas USB 2.0 adicionais | 1 porta para conector COM | 2 x SATA 3Gb/s | 4 x SATA 6Gb/s | 1 conector de ventoinha do processador (1 x 4 -pin) | 2 conectores de ventoinha do chassi (2 x 4 -pin) | 1 leitor externo S/PDIF | 1 conector de força EATX de 24 pinos | 1 conector de áudio para o painel frontal (AAFP) | 1 painel do sistema | 1 x 8-pin ATX 12V Power connector | 1 x Clear CMOS jumper. Acessórios: Manual do usuário |I/O Shield | 2 cabos SATA 6Gb/s SistemaOperacionalSuportado: Windows Server 2003 e 2008, Windows 8 (32/64bits), Windows 7 (32/64bits), Windows Vista (32/64bits), Windows XP (32/64bits). MARCA: GIGABYTE	100 unid	R$ 410, 00	R$ 41.000,00
Placa-Mãe LGA1155 Especificação da Placa: Modelo Micro ATX. PROCESSADORES SUPORTADOS: Intel® Celeron®, Pentium®, Core™ i3, Core™ i5 e Core™ i7 LGA1155. CHIPSET: Intel® H61 Express MEMÓRIA: 2 x DDR3 1333/1066/800 MHz (Máx: 16GB) |Dual channel Suporta módulos de memória extremos do perfil (XMP) - Hyper X quando integrado com processador de 22nm Ivy Bridge GRÁFICOS ONBOARD:1 x D-Sub;1 x HDMI (máxima resolução 1920x1200) ÁUDIO: Realtek ALC887, High Definition2/4/5.1/7.1 canais ;Suporte para saída S/PDIF. REDE: 1 x GIGABIT - Chip Realtek. SLOTS DE EXPANSÃO: 1 x PCI Express x16; 1 x PCI Express x1;2 x PCI. HD: 4 x SATA 2 USB: Até 8 portas USB 2.0 (4 portas no painel traseiro, 4 portas disponíveis através do conectores internos).	100 unid	R$ 228,80	R$ 22.880,00

CONECTORES INTERNOS I/O:1 x 24-pin ATX; 1x 4-pin ATX 12V; 4 x SATA 2; 1 x conectorpara CPU fan header; 1 x system fan header; 1 x front panel header; 1 x front panel audio header; 2 x cabeçalhos USB 2.0; 1 x serial port header; 1 x S/PDIF Out header; 1 x Clear CMOS jumper. CONECTORES PAINEL TRASEIRO: 1 x PS/2 – teclado; 1 x PS/2 – mouse; 1 x porta Paralela; 1 x porta Serial; 1 x D-Sub; 1 x HDMI; 4 x USB 2.0; 1 x RJ-45; 3 x audiojacks (Line In/Line Out/Microfone). BIOS: 2 x 32 Mbit flash;Utilização de IAM autorizado EFI BIOS; Suporta DualBIOS™;PnP 1.0a, DMI 2.0, SM BIOS 2.6, ACPI 2.0a. SISTEMA OPERACIONAL SUPORTADO: Windows Server 2003 e 2008, Windows 8 (32/64bits), Windows 7 (32/64bits), Windows Vista (32/64bits), Windows XP (32/64bits). MARCA: GIGABYTE			
Valor do lote: sessenta e três mil oitocentos e oitenta reais			R$ 63.880,00

LOTE 06

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Cooler para Processador LGA 1366|1156|1155|1150|775 Compatível com os sockets 1366|1156|1155|1150|775. Certificado RoHSand UL. | Conector: 03 Pinos | Tamanho: 95 x 95 x 47mm | Tamanho do dissipador: 95 x 95 x 22mm | Material do dissipador: ExtrudedAluminum | Tamanho do ventilador:92 x 92 x 25m |Velocidade do ventilador: 2600±10% RPM | Fluxo de ar: 39.62 CFM | Pressão estática: 3.64mmH20 max | Durabilidade: 40,000 hrs | BearingType Rifle | Nível de ruído:28.75dBA | Voltagem: 12 VDC | Corrente (Ampere):. 22±10% A | Consumo de energia: 2.64W | Peso: 1lb 3.4OZ. MARCA: COOLERMASTER	50 unid	R$ 26,90	R$ 1.345,00
Valor total do lote: um mil trezentos e quarenta e cinco reais			R$ 1.345,00

LOTE 07

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Memória RAM 4 GB DDR3 PC1333 (Desktop) Descrição do produto: - Modulo de memória DDR3 de 1333MHz com armazenamento de ate 4GB. - memória compatível com todas as marcas de computadores nacionais e importados que utilizam memórias DDR3 de mesma especificação. - Módulos de Memória de 4 Gigabytes, organizados como SDRAMs DDR3 de 512Mx64 bits. Cada Módulo e composto por dezesseis SDRAMs DDR3256MX8 em encapsulamento FBGA formando dois bancos lógicos e uma EEPROM serial na função de SPD (Detecção de Presença Serial. Serial Presence Detection), montados em um modulo DIMM de 240 pinos com contatos dourados, segundo o padrão JEDEC. - Arquitetura DDR3 (Double Data Rate); duas transferencias de dados por ciclo de clock. - Controle de Terminação On-Die (ODT) - Detecção de Presença por EEPROM serial (SPD) - Strobe de dados bidirecional e diferencial (sinais DQS e /DQS); - 8 bancos internos para operação concorrente; - Tempo de Refresh para Ativo (tRFC): 107 ns (min); - Opção de Auto Precarga para cada acesso em burst; - Modos de Auto-Refresh e Self-Refresh; - Endereços de Linha: A0~A14; - Endereços de Coluna: A0~A9; - Endereços de Banco: BA0~BA2; - Interface SSTL_15: VDD = 1.5 V •=/- 0.075 V. MARCA: MARKVISION	100 unid	R$ 180,00	R$ 18.000,00
Memória RAM 2 GB DDR3 PC1333 (Desktop) Características técnicas: - Capacidade de armazenamento: 2GB - Tecnologia: PC3-10600 (1333MHz) x64-Bit - Tensão de alimentação (Vdd): 1,5 V - Tempo de 9-9-9 - Arquitetura DDR-3; Transferência de quatro dados por ciclo de clock - Temperatura de Operação: 0 a 85 ºC - Tipo de burst: interleave e seqüencial - Memória sem registro: (Não ECC) - Memória : (Synchronous DRAM) - Freqüência: PC3-10600 CL = 9 - Quantidade de pinos: 240. MARCA: MARKVISION	100 unid	R$ 109,00	R$ 10.900,00
Valor total do lote: vinte e oito mil e novecentos reais			R$ 28.900,00

LOTE 08

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Memória RAM 2 GB DDR2 667MHZ(Desktop) DDR2, Capacidade 2GB, Front Side, Bus 667MHz, Lógica s/ ECC, Número de vias 240 pin, Voltagem 1.8V, em caixa lacrada pelo fabricante. MARCA: MARKVISION	10 unid	R$ 135,10	R$ 1.351,00
Memória RAM 1 GB DDR 333MHZ (Desktop) DDR, Capacidade 1GB, Pc2700 184-pin DIMM 2.5 V, em caixa lacrada pelo fabricante, aplicação: Desktop. MARCA: PATRIOT	50 unid	R$ 122,88	R$ 6.144,00
Valor total do lote: sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais			R$ 7.495,00

LOTE 09

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Hard Disk Sata III 500GB 7200RPM 16MB (desktop) Performance Specifications Rotational Speed 7,200 RPM (nominal)/ Buffer Size 16 MB Load/unload Cycles 300,000 minimum Transfer Rates: Transfer Rate (Buffer To Disk) 126 MB/s (Max) Physical Specifications: Formatted Capacity 500,107 MB / Capacity 500 GB / Interface SATA 6 Gb/s User Sectors Per Drive 976,773,168 Physical Dimensions: English/ Height 1.028 Inches / Depth 5.787 Inches Width 4.00 Inches / Weight 1.52 Pounds Metric: Height 26.1 mm / Depth 147 mm/ Width 101.6 mm / Weight 0.69 kg Environmental Specifications: Shock Operating Shock (Read) 30G, 2 ms / Non-operating Shock 300G, 2 ms Acoustics: Idle Mode 28 dBA	100 unid	R$ 244,10	R$ 24.410,00

(average) / Seek Mode 0 33 dBA (average) Temperature (English): Operating 32° F to 140° F / Non-operating -40° F to 158° F Temperature (Metric): Operating -0° C to 60° C / Non-operating -40° C to 70° C. MARCA: TOSHIBA			
Valor total do lote: vinte e quatro mil quatrocentos e dez reais			R$ 24.410,00

LOTE 10

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Gabinete Preto 04 Baias C/ Fonte ATX 450W Real 24 Pinos Características Técnicas: - Código do Fabricante: 4466 - 4 baias de 5,25 pol. Externas - 2 baias de 3,5 pol. externa - 4 baias de 3,5 pol. interna para HD - Cor: Preto metalizado com detalhes cromados - Gabinete com tampas laterais removíveis, fixadas com parafusos de roscas - Aceita placas com até 7 slots - Aceita 1 cooler traseiro de 80 x 80 ou 90 x 90 mm - Aceita 1 cooler lateral de 90 x 90 ou 120 x 120 mm - Aceita 1 cooler lateral de 80 x 80 - Material; Alumínio - Dimensões para placa-mãe: 260/320 mm (prof/alt) - Dimensões externas: 410/180/430 mm (Alt/Larg/Prof) Painel frontal: - 1 Botão de liga e desliga do tipo ATX frontal - 1 Botão de reset frontal - 1 LED - Abertura para 2 portas USB, saída para fone de ouvido e entrada para microfone (necessário que a placa mãe tenha conectores disponíveis). MARCA: MYMAX	50 unid	R$ 280,00	R$ 14.000,00
Valor total do lote: quatorze mil reais			R$ 14.000,00

LOTE 12

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Placa de Vídeo PCI-E 2GB DDR5 128Bits Interface: PCI Express x16 3.0. Chipset: NVIDIA | - Clock: 1110MHz | - CUDA Cores: 384. Memória: Tamanho da memória: 2GB; Interface de memória: 128-bit; Tipo de memória: GDDR5. Portas: - 1 x HDMI | - 1 x D-SUB | - 1 x DVI. Resolução Máxima: 2560 x 1600. Recursos: - Refrigerador com ventilador Conteúdo da embalagem: - Placa PCI E x16; - Cabo de Alimentação; - Manual do Usuário; - CD Software. MARCA: GEFORCE	50 unid	R$ 664,10	R$ 33.205,00
Placa de Vídeo PCIE 1GB DDR3 64Bits Interface: PCI Express 2.0 x16. Chipset: NVIDIA | - Clock: 520MHz | - Shader Clock: 1040MHz | - CUDA Cores: 16. Memória: - Clock de memória efetivo: 1066; - Tamanho da memória: 1GB; - Interface de memória: 64-bit; - Tipo de memória: DDR3 Portas: - 1x HDMI | - 1x D-SUB | - 1x DVI. Resolução Máxima: 2560 x 1600. Recursos: Refrigerador – Fanless. Conteúdo da embalagem: - Placa PCI E x16; - Cabo de Alimentação; - Manual do Usuário; - CD Software. MARCA: ZOTACGEFORCE	50 unid	R$ 137,50	R$ 6.875,00
Valor total do lote: quarenta mil e oitenta reais			R$ 40.080,00

LOTE 14

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Placa de Rede 10/100 MBPS PCI 802,3 10BASE-T/802.3u 100Base-TX padrão, Autodetecção de velocidades 10Mbps e 100Mbps rede Suporta a função 802.1x (MD5 apenas) 32-bit PCI Local Bus Master operação em alta velocidade, Suporta Controle de Fluxo 802.3x, Suporta PCI velocidade de clock de até 33Mhz independente do clock da rede On-board FIFO buffer, sem memória externa nos hosts necessários. Compatibilidade com Windows 8. MARCA: MYMAX	100 unid	R$ 22,00	R$ 2.200,00
Placa de rede Gigabit Ethernet PCI Express X1 Velocidade de 10/100/1000 Mbps 01 porta RJ45 10/100/1000 Mbps com negociação automática de velocidade.Padrões Ethernet IEEE 802.3 (10BASE-T), IEEE 802.3u (100BASE-TX) e IEEE 802.3ab (1000BASE-T). Full Duplex & Flow Control IEEE 802.3x Suporte a QoS para priorização de trafego de voz e vídeo IEEE 802.1p Suporte a VLAN Tag para segmentação de redes IEEE 802.1q LED com status de conexão Jumbo Frame 9 KB. Compatibilidade com Windows 8. MARCA: ENCORE	100 unid	R$ 46,00	R$ 4.600,00
Valor total do lote: seis mil e oitocentos reais			R$ 6.800,00

LOTE 15

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Drive Gravador (Sata) (DVD+CD) Características: * Gravador de DVD-RW SH-222AB 1x1 * Cor Preto * DVD+ / -R a 22x, DVD+R DL a 16X, DVD + RW a 8x, DVD-RW a 6x e DVD-RAM a 12x * CD Family de 48x * Conexão SATA * Tecnologia S.A.T - Tecnologia de Ajuste de Velocidade, O.P.C Dupla, Magic Speed, tilt A.C.T- tecnologia de compensação	20 unid	R$ 65,15	R$ 1.303,00

de atuador, Super Write Master e RoHSCompliant. * Buffer de 2Mb * Dimensões de 148.2 mm x 42 mm x 170 mm Suporta mídias de 8 e 12cm Botão para ejeção de emergência Compatível com DVD±R DL e DVD-RAM Pode ser montado na vertical ou horizontal Especificações - Velocidade de gravação (máx.): CD-R: 48x / CD-RW: 32x / DVD+R: 22x / DVD+RW: 8x / DVD+R DL: 16x / DVD-R: 22x / DVD-RW: 6x DVD-R DL: 12x / DVD-RAM: 12x - Velocidade de leitura (máx.): CD-R: 40x / CD-RW: 40x / CD-ROM: 48x / DVD+R: 16x / DVD+RW: 12x / DVD+R DL: 12x DVD-R: 16x / DVD-RW: 12x / DVD-R DL: 12x / DVD-RAM: 12x / DVD-ROM: 16x - Tempo de acesso: CD-ROM: 110ms / DVD-ROM: 130ms - Formatos compatíveis: CD-R, CD-RW, CD-DA, CD-ROM, MIXED-CD, CD-ROM XA, ENHANCED-CD, VIDEO CD-EXTRA/CD+, Photo-CD, VIDEO-CD, CD-TEXT, CD-G, DVD-ROM, DVD±R, DVD±RW, DVD-RAM e DVD-VIDEO - Acionamento: Bandeja motorizada - Interface: Padrão: SATA / ATAPI Modos suportados: Não especificado. MARCA: LITE-ON			
Drive Gravador Externo USB 2.0 (DVD+CD) Especificações: - Cor: Preto - Tipo de Interface: USB 2.0 - Drive: Externo Portátil - Velocidade de leitura de dados: DVD-R (SL/DL): 8x - DVD+R (SL/DL): 8x - Gravador de DVD - Velocidade de leitura DVD +/- 8x - Velocidade de gravação DVD +/- 8x Conteúdo da Embalagem: - Drive - CD de instalação; - Guia de Instalação - Cabo USB. MARCA: LG	20 unid	R$ 120,60	R$ 2.412,00
Valor total do lote: três mil setecentos e quinze reais			R$ 3.715,00

LOTE 16

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Mouse Óptico com Scroll Lock PS2 Preto Descrição do produto: Sem esfera, deslizamento através do sensor óptico. Resolução de 400 dpi. 3 botões, sendo um com roler para deslocamento de tela. Características técnicas: Cor Preto / Conector: PS/2 Comprimento do fio: 1,40 m. Dimensões do mouse: 115/60/30 mm (Comp/Larg/Alt). MARCA: PC TOP	100 unid	R$ 11,80	R$ 1.180,00
Mouse Óptico com Scroll Lock USB Preto Características técnicas: Cor Preto / Resolução: 800 dpi. Taxa de imagem: 1500 frames/s. Velocidade máxima: 508 mm/s. Comprimento do fio: 1,8 m. Conector: USB (compatível com todas as versões). MARCA: LEADERSHIP	100 unid	R$ 27,90	R$ 2.790,00
Valor total do lote: três mil novecentos e setenta reais			R$ 3.970,00

LOTE 17

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Teclado Multimídia Preto ABNT2 PS2 Características técnicas: Comprimento do fio: 1,80 m. Padrão de layout: Português Brasil ABNT2 (com ç) / Conector: PS/2. Cor: preto espelhado (Preto piano). 5 teclas para atalhos multimídia. / 107 teclas otimizadas. Distância de movimento das teclas: 4 mm. / Dimensões: 474/173/22 mm (Comp/Larg/Alt). MARCA: PC TOP	100 unid	R$ 23,00	R$ 2.300,00
Teclado Multimídia Preto ABNT2 USB Características técnicas: Interface: USB./ Cor: preto com detalhes em prata./ Ergonômico. Padrão: português ABNT2 Brasil com a tecla “ç”. / Número de teclas (total): 118 teclas. Distância de movimento: 0,3 cm. Comprimento do cabo: 1,52 m./ Dimensões:17,7/40,5/3,5 cm (Prof/Larg/Alt). MARCA: MYMAX	100 unid	R$ 29,00	R$ 2.900,00
Valor total do lote: cinco mil e duzentos reais			R$ 5.200,00

LOTE 19

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Estabilizador 430VA bivolt Modelo bivolt: entrada 115/127/220V~ e saída 115V~ (430VA ou W). Estabilizador com 8 estágios de regulação (modelo bivolt). 6 tomadas de saída padrão NBR14136. Filtro de linha. Microprocessador RISC/ FLASH de alta velocidade Atende à norma NBR 14373:2006 True RMS: analisa os distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento. Ideal para redes instáveis ou com geradores de energia elétrica.Gabinete em plástico anti-chama. Leds coloridos no painel frontal: indicam as condições de funcionamento da rede elétrica - normal, alta crítica e baixa crítica. Chave liga/desliga embutida: evita o acionamento ou desacionamento acidental. Porta fusível externo com unidade reserva. MARCA: SMS	20 unid	R$ 122,00	R$ 2.440,00
Valor total do lote: dois mil quatrocentos e quarenta reais			R$ 2.440,00

LOTE 20

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Filtro linha, 110/220v, Potência Máxima 1500W, corrente máxima 10A, 06 tomadas padrão NBR14136, proteção contra surtos de tensão, fusível de proteção, led indicador de funcionamento e chave on/off. Cabo mínimo 1,5 mt MARCA: 4 TECH	20 unid	R$ 28,00	R$ 560,00
Valor total do lote: quinhentos e sessenta reais			R$ 560,00

LOTE 21

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Switch 10/100Mbps 8 portas Descrição do produto: Switch de mesa, 10/100 Mbps com 8 portas ideal para manter até 8 PCs a rede. Compatível com transferências Half/Full duplex. Suporte para padrões IEEE 802.3 10Base-T Ethernet e 802.3u 100Base-TX Fast Ethernet. Fonte de alimentação externa. Características técnicas: Tipo de cabo: Cat 5, Cat 5e Ethernet cable for 100 Mb/s e Cat 3, 4, 5 for 10 Mb/s LED: Power e Limk/Act Taxa de transferência: 10/100 Mb/s Half Duplex e 20/200 Full Duplex Dimensões: 30/140/85 cm (Alt/Larg/Prof) Fonte de alimentação: Tensão de entrada: 120 VAC 60 Hz 0.15 A Tensão de saída: 9 VDC 800 mA Comprimento do cabo: 1,80 m MARCA: AQUARIO	30 unid	R$ 43,50	R$ 1.305,00
Switch 16 Portas (10/100Mbps) Descrição: Switch Características: Chassi de metal Não gerenciável 16 portas Ethernet Fonte de energia interna Pode ser montado em rack de 19" Suporte a Auto MDI/MDI-X em cada porta Especificações: - Padrões: IEEE 802.3 10Base-T IEEE 802.3u 100Base-TX IEEE 802.3x FlowControl - Método de transmissão: Store-and-forward - Buffer: 160KB - Portas: 16 x Ethernet (LAN / RJ-45 / 10/100Mb/s) - Cabos suportados: UTP 3 / 4 / 5 - Dimensões: L x A x P: 28 x 4,4 x 18cm - Temperatura: Em operação: 0 ~ 40°C Não operante: -10 ~ 70ºC - Energia: Consumo máximo: 6 Watts Entrada: 100 ~ 240v / 50-60Hz MARCA: GHOTAM	30 unid	R$ 202,00	R$ 6.060,00
Switch 24 Portas (10/100Mbps) Portas: 24 portas RJ-45 10/100Mbps. Padrões: IEEE 802.3 10Base-T Ethernet, IEEE 802u 100Base-TX Fast Ethernet, ANSI/IEEE 802.3 Nway auto-negociação. Protocolo: CSMA/CD. Taxa de Transferência de Dados: Ethernet : 10Mbps (half-duplex), 20Mbps (full-duplex) Fast Ethernet : 100Mbps (half-uplex), 200Mbps (full-duplex) Cabos de Rede: 4 pares UTP Cat.4,5 (100 m) EIA/TIA-568 15-ohm screened twisted-pair (STP) (100 m) 100BASE-TX: 4-pares UTP Cat.5 (100 m) EIA/TIA-568B 150-ohm screened twisted-pair (STP) (100 m) Método de acesso: CSMA/CD Media Interface Exchange Auto MDI-II/MDI-X emcadaporta Twisted-pair Rx Reverse Polarity Auto-correçãoemcadaportaMétodo de Transmissão: Store-and-Forward Topologia: Estrela RAM Buffer: 2MB Filtering Address Table: 8 K por switch MAC Address Learning: AtualizaçãoAutomática Packet Filtering Rate PorPorta: 10BASE-T : 14,880 ppsporPorta (half-duplex) 100BASE-TX : 148,800 ppsporPorta (half-duplex) Packet Forwarding Rates: 10BASE-T : 14,880 ppsporPorta (half-duplex) 100BASE-TX : 148,800 ppsporPorta (half-duplex) LEDs indicadores: Porporta : Link/Activity, velocidade 10/100Mbps Por switch : EnergiaFonte de energia: Interna, Universal 100 240 VAC, 50/60 Hz MARCA: ENCORE	30 unid	R$ 244,50	R$ 7.335,00
Valor total do lote: quatorze mil e setecentos reais			R$ 14.700,00

LOTE 22

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Hub 4 Portas USB 2.0 4 Portas com Switch Especificações: - Cor: Preto - Reconhecimento de hardware plug& play - Detecção automática da velocidade da porta USB 2.0 / 1.1 / 1.0 - Velocidade de taxa de transferência de dados 1.5/12/480Mbps - Proteção interna contra sobrecarga - 500mA por porta USB Conteúdo da Embalagem: - 1x HUB 4 portas USB 2.0. MARCA: MYMAX	10 unid	R$ 14,06	R$ 140,60
Valor total do lote: cento e quarenta reais e sessenta centavos			R$ 140,60

LOTE 25

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Caixa de Cabo de Rede 305 m cat 5e de 4 pares (cada caixa) Descrição: Cabo para sistemas de cabeamento estruturado para tráfego de voz, dados e imagens, segundo requisitos da norma ANSI/TIA/EIA-568A, incluindo o adendo 5 (Categoria 5e), para cabeamento horizontal ou secundário entre os painéis de distribuição (Patch Panels) e os conectores nas áreas de trabalho. - Cabo de pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em composto especial. Capa externa em PVC não propagante à chama, na cor azul, com marcação seqüencial métrica, nas opções CM e CMR. Características técnicas: - 4 pares de fio - Comprimento do fio: 305 metros - Cor externa: azul - Categoria 5e - 24AWG MARCA: MULTILAN-FURUKAWA	30 unid	R$ 324,00	R$ 9.720,00
Valor total do lote: nove mil setecentos e vinte reais			R$ 9.720,00

LOTE 26

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Cabo adaptador de energia p/ periféricos SATA Descrição do produto: - Cabo adaptador de força para discos rígidos com tecnologia Serial ATA (SATA). Características Técnicas: - Conector de 4 pinos de 4 1/4 para Serial ATA de 15 pinos - Comprimento total: 15 cm MARCA: DUALCOP	30 unid	R$ 4,01	R$ 120,30
Valor total do lote: cento e vinte reais e trinta centavos			R$ 120,30

LOTE 27

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Cabo de força padrão novo, 1.5 m Características técnicas: - Plugue macho: macho NEMA 180º conforme à Norma NBR 14136 da ABNT - Plugue fêmea: tipo IEC saída 180º - Corrente Máxima 6A - Tensão: até 250 V - Diâmetro do cabo: 0,75mm2 - conforme norma NBR NM 60884-1 MARCA: HITTO	30 unid	R$ 7,95	R$ 238,50
Valor total do lote: duzentos e trinta e oito reais e cinqüenta centavos			R$ 238,50

LOTE 28

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Cabo de Dados para HD serial ATA 50cm Descrição do produto: - Cabo específico para discos rígidos, controladores e placas mãe com tecnologia Serial ATA (SATA). Características Técnicas: - Comprimento: 50cm - Cor: vermelho com conectores pretos - Conectores 2 conectores Serial ATA fêmea de 7 pinos. - Temperatura máxima de utilização: 80 graus Celsius - Dimensões dos fios: 26 AWG - Tensão máxima suportada: 30 V MARCA: HITTO	30 unid	R$ 3,43	R$ 102,90
Valor total do lote: cento e dois reais e noventa centavos			R$ 102,90

LOTE 29

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Cabo VGA 28 AWG para monitor HD15 macho x HD15 macho Dois filtros anti-ruídos - Evita qualquer tipo de ruído na transmissão dos dados; Ideal para monitores e projetores RGB; Comprimento: 1,5m; Cor: Preta MARCA: RGB	50 unid	R$ 12,60	R$ 630,00
Valor total do lote: seiscentos e trinta reais			R$ 630,00

LOTE 30

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Bateria de lithium, 3 v tipo moeda Descrição do produto: - Bateria de Lithium de 3 VCC. MARCA: ELGIN	100 unid	R$ 3,20	R$ 320,00
Valor total do lote: trezentos e vinte reais			R$ 320,00

LOTE 31

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Bateria Selada Nobreak 12v 7a Bateria de ácido-chumbo selada VRLA Tensão nominal de 12V Corrente Nominal 7 AH Carga Cíclica: 14.4 - 15.0V (20°) Carga Flutuação: 13.5 - 13.8V (20°) Corrente Máxima para Recarga 3.4A. Vida útil: Até 8 anos Largura - 64 mm Altura - 92mm Comprimento - 150mm Peso Aproximado - 2.7kg Compatibilidade Nobreaks APC e SMS MARCA: UNICOBA	50 unid	R$ 62,00	R$ 3.100,00
Valor total do lote: três mil e cem reais			R$ 3.100,00

LOTE 33

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Fone de Ouvido com Microfone (Headset) Especificações: - Conector: 2 x P2 estéreo (3.5 mm); - Cor: Prata; - Impedância: 32 Ohms; - Potência: 50Mw; - Resposta frequência: 20 ~ 20KHz; - Comprimento do cabo: 2,20m; - Falantes: 30mm dinâmico; - Frequência do Microfone: -55dB ± 2dB Informações Adicionais: Ergonômico, falantes revestidos com espuma macia; haste do microfone flexível permite o uso do microfone em ambos os lados. Controle no cabo para fácil ajuste de volume. Uso em aplicações de multimídias. MARCA: HARDINE	100 unid	R$ 13,70	R$ 1.370,00

Valor total do lote: um mil e trezentos reais			R$ 1.370,00

LOTE 34

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Câmera USB WEBCAM Especificações: - Resolução 480K pixels interpolados a 16 megapixels, UVC webcam 4608x3456 para capturar fotos; - Msx: 640x480 pode chegar 30 fps; - Lente de vidro de 2 camadas; - Formato de vídeo: avi; - Profundidade de cor:24 bit true color; - Face trackint; - Possui botão snapshot; - Compatível com os seguintes Sistemas: Windows 2000,xp, vista e Windows 7. Conteúdo da embalagem:- WebCam USB MARCA: MULTILASER	100 unid	R$ 36,58	R$ 3.658,00
Valor total do lote: três mil seiscentos e cinqüenta e oito reais			R$ 3.658,00

LOTE 36

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Patch Panel 24 Portas Cat 5e (CAT.5E T568A/B 24P) Padrão para racks de 19";Nas normas para CAT.5e / Classe D; Performance garantida para até 4 conexões em canais de até 100 metros; Corpo fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0); Painel frontal em plástico com porta etiquetas para identificação; Terminais de conexão em bronze fosforoso estanhado, padrão 110 IDC, para condutores de 22 a 26 AWG; Vias de contato produzidas em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro; Possuir borda de reforço para evitar empenamento; Com parafusos e arruelas para fixação; Cor preta; Com ícones de identificação (ícones na cor azul e ícones na cor vermelha) e velcros para organização; Atende FCC part 68.5 (EMI - Indução Eletromagnética); Com guia traseiro para melhor organização dos cabos; Identificação da categoria e RoHSCompliant em um ícone verde à esquerda do painel frontal. MARCA: MULTITOC	20 unid	R$ 224,00	R$ 4.480,00
Valor total do lote: quatro mil quatrocentos e oitenta reais			R$ 4.480,00

LOTE 37

DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Conector RJ 45 CAT. 5e pacote c/ 100 unidades. Categoria 5e, U/UTP; Tipo de Conector: RJ-45; Compatível com redes 10/100 e Gigabit 10/100/1000 Mbps; Corpo em termoplástico de alto impacto não propagante à chama; Compatível com os padrões de montagem T568A e T569B; Produto que atende a política Européia (RoHS). Conteúdo da embalagem: Pacote com 100 conectores. MARCA: CHIP SCE	20 unid	R$ 22,50	R$ 450,00
Capa Protetora RJ 45 CAT. 5e pacote c/ 100 unidades. Especificações: Protege o conector; Alivia a tensão do cabo sobre o conector. Aplicação: Plugue RJ-45; Flexível. Cor: Azul. Conteúdo da embalagem: Pacote com 100 capas para conector MARCA: DUALCOP	20 unid	R$ 19,20	R$ 384,00
Valor total do lote: oitocentos e trinta e quatro reais			R$ 834,00

Total da ata de registro de preços: 242.209,30 (duzentos e quarenta e dois mil duzentos e nove reais e trinta centavos).

VIGÊNCIA: 02/03/2015 à 02/03/2016

Íntegra da ata de registro de preços: www.campoverde.mt.gov.br

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.051, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE PARCERIA DE CESSÃO SERVIDOR PARA A ASSOCIAÇÃO CAMPOVERDENSE DE ARTES MARCIAIS/ASCAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal de Campo Verde, autorizado a celebrar Termo de Parceria e seus respectivos Aditamentos com a Associação Campoverdense de Artes Marciais – ASCAM - Projeto Caminho Suave, portadora do CNPJ n.º 07.964.532/0001-98, para a cessão com ônus de 01 (um) servidor público municipal efetivo para atuar diretamente no projeto de prática esportiva.

Art. 2º -

O servidor municipal cedido atuará diretamente no atendimento e orientação nas dependências do Ginásio Municipal de Esportes Joubert Izaias Romancini.

Art. 3º - A cessão que trata o artigo anterior será por prazo determinado de 02 (dois) anos, autorizada a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, de acordo com a conveniência da administração e será formalizada por meio de Temo de Parceria e Portaria.

Art. 4º – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Termo de Parceria a ser firmado.

Art. 5º – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 27 de Fevereiro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.052, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

ALTERA A LEI Nº. 2.025/2014 (PPA EXERCÍCIO 2014/2017); A LEI Nº. 2.026/2014 (LDO EXERCÍCIO DE 2014); A LEI Nº 2.027/2014 (LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2014) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.025/2014, que trata do Plano Plurianual para o exercício de 2014, os projetos contemplados no

Anexo I

, que passa a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 2º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.026/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2014, os projetos contemplados no Anexo II, que passa a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Art. 3º Fica autorizado a incluir na Lei nº 2.027/2014, Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2014, os projetos contemplados no Anexo III, cujos objetivos são a Construção, Reforma e Ampliação de Creches e a Construção, Reforma e Ampliação de Centros Educacionais, que passam a ser parte integrante desta Lei, independentemente de sua transcrição.

Órgão: 05- Secretaria de Educação e Cultura

Und. Orçamentária: 002- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB 40%

Função: 12 – Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 0011 – Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 1.112 – Construção, Reforma e Ampliação de Creches

Natureza da Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações -.....R$ 410.000,00

Órgão: 05- Secretaria de Educação e Cultura

Und. Orçamentária: 002 - Fundo de Manutenção E Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB 40%

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0013 – Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 1.119 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas

Natureza da Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações -.....R$ 81.000,00

Art. 4º - A cobertura do Crédito Especial do artigo 3º dar-se-á através da anulação parcial de dotação conforme Artigo 43, item III, da Lei Federal 4. 320/64 nas seguintes dotações:

Órgão: 05- Secretaria de Educação e Cultura

Und. Orçamentária: 001- Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 – Educação

Subfunção: 365 – Educação Infantil

Programa: 0011 – Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil

Projeto/Atividade: 1.013 – Construção, Reforma e Ampliação de Centros Educacionais

Natureza da Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações -.....R$304.000,00

4.4.90.51 – Obras e Instalações -.....R$40. 000,00

Órgão: 05- Secretaria de Educação e Cultura

Und. Orçamentária: 001- Secretaria de Educação e Cultura

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino fundamental

Programa: 0013 – Manutenção e Revitalização do Ensino fundamental

Projeto/Atividade: 1.011 – Construção, Reforma e Ampliação de Escolas

Natureza da Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações -.....R$94.000,00

4.4.90.51 – Obras e Instalações -..... R$53.000,00

Parte superior do formulário

Parte inferior do formulário

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 27 de Fevereiro de 2015.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº136/2015

De 27 de fevereiro de 2015.

Exonera Servidora a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar TACYANE SANDER do cargo de CHEFE DA UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRO DA INDUSTRIA, cargo de Provimento em Comissão constante na Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002,e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº138/2015

De 27 de fevereiro de 2015.

Exonera Servidor a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar JESSÉ FERREIRA DE SOUZA do cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TURISMO Provimento em Comissão constante na Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002,e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº128/2015.

De 26 de fevereiro de 2015.

Nomeia servidora em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear ROSANGELA LANGER STAMBOROVSKI, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR,lotada na Secretaria de Educação, da Lei Complementar nº 124/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº. 2449/2014 de 28 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, Com efeitos retroativos a 20/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 26 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº130/2015.

De 26 de fevereiro de 2015.

Nomeia servidor em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear DÉCIO SUBUSTZKI, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de INSPETOR SANITÁRIO, Anexo I – Grupo Ocupacional III assistente do SUS da Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.2449/2014 de 28 de julho de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação,com efeitos retroativos a 23/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 26 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº131/2015.

De 26 de fevereiro de 2015.

Nomeia servidora em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear ALENE NATALIA DA SILVA, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de ENFERMEIRA, Anexo I – Grupo Ocupacional I PROFISSIONAL DE NIVEL SUPERIOR DO SUS da Lei Complementar nº 123/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.2215/2014 de 10 de agosto de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 26 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014

Edital de Convocação N° 003/2015

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Teste Seletivo Simplificado homologado pelo decreto n° 2504/2014 de 19/12/2014. RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação como segue:

CADIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
TAIS FIORENTIN	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	002/2014
ROSANA APARECIDA PEREIRA DE MORAIES BATISTELA	TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL	002/2014

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente Edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 25 de fevereiro de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº141/2015.

De 27 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a GLEDES JUSSARA VARGAS KROMBAUER ocupante do cargo de Provimento Efetivo de TECNICA DE ENFERMAGEM matricula de n° 143 ,lotado na secretária de Saúde, três (03)meses de licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 02 de março de 2015 a 30 de maio de 2015,relativo ao quinquênio de 2009-2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2015

Edital de Convocação N° 004/2015

Evaldo Osvaldo Diehl,Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso,no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Teste Seletivo Simplificado homologado pelo decreto n° 2504/2014 de 19/12/2014.

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
Valdirene ª da Silva Macedo	Técnico de Enfermagem	Edital 002/2014
Elaine Louzeiro Peres	Técnico de Enfermagem	Edital 002/2014

A candidata convocada terá 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana/MT, em 02 de Março de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 032 - 2015

Data: 26/02/2015

Contratado: TRAZ VALOR TREINAMENTO E PESQUISA DE MERCADO EMPRESARIAL LTDA-EPP

Objeto: Pesquisa de preços de peças, lubrificante e pneus. Valor: R$ 13. 188,00 (treze mil e cento e oitenta e oito reais).

Vigência: 29/02/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 033 - 2015

Data: 02/03/2015

Contratado: VIAÇÃO XAVANTE LTDA

Objeto: Aquisição de 01 ônibus usado

Valor: R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais).

Vigência: 31/12/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, designada pela Portaria nº. 019/2015 torna público que as empresas vencedoras na sessão que se realizou na data de 02/03/2015 na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por ítem foi: L.R. DE FARIA - ME.

Canarana -MT, 02 de Março de 2015.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

DECRETO Nº 2530/ 2015

De 02 de Março de 2015

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados em concurso público.

Evaldo Osvaldo Diehl, prefeito municipal de Canarana ,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o resultado final do concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital nº 001/2014 considerando a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal,

DECRETA:

Art. 1º fica convocado os candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste decreto, de acordo com o Art.14 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana , para tratarem de assuntos de seus interesses.

Parágrafo único. O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerados desistentes das vagas.

Art. 2° Os candidato convocados são os seguintes:

Nome do candidato	Cargo	Classificação	Edital/ Concurso
JOÃO PAULO SCAPINI	OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS	RESERVA	EDITAL 001/2014

SEBASTIÃO PEREIRA LIMA	MOTORISTA CATEGORIA D	APROVADO	EDITAL 001/2014

Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº140/2015.

De 27 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder a NEIVA FATIMA BRESSAN STEFANELLO ocupante do cargo de Provimento Efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS matricula de n° 1032,lotado na secretária de Educação, três (03)meses de licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada,no período de 02 de março de 2015 a 30 de maio de 2015,relativo ao quinquênio de 2009-2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº137/2015

De 27 de fevereiro de 2015.

Exonera Servidor a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar CARLOS ROBERTO RODRIGUES DO NASCIMENTO do cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, cargo de Provimento em Comissão constante na Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002,e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº135/2015

De 27 de fevereiro de 2015.

Exonera Servidor a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar PEDRO OTTOBELI do cargo de CHEFE DA UNIDADE EXECUTORA DE ESPORTE INFANTIL, cargo de Provimento em Comissão constante na Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002,e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº134/2015

De 27 de fevereiro de 2015.

Exonera Servidor a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar ROBERTO OLIVEIRA SILVA do cargo de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, cargo de Provimento em Comissão constante na Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002,e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº133/2015

De 27 de fevereiro de 2015.

Exonera Servidora a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar JULIANE DOS SANTOS CAVALCANTE do cargo de ASSESSOR DE SERVIÇOS DA SAÚDE, cargo de Provimento em Comissão constante na Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002,e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 27 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº132/2015

De 26 de FEVEREIRO de 2015.

Exonerar Servidora, a pedido.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar VOLNEI LUIS ZALAMENA do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA ESCOLAR constante no Anexo I grupo ocupacional da Lei Complementar nº 124/2014, de 28 de julho de 2014.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 26 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº129/2015.

De 26 de fevereiro de 2015.

Nomeia servidor em Estágio Probatório.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear JESUS DOS SANTOS PEREIRA, em estágio probatório para o cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA ESCOLAR-VILA MATINHA, Anexo XI – da Lei Complementar nº 124/2014, aprovado em concurso público, homologado pelo Decreto nº.2215/2012 de 10 de agosto de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação,Com efeitos retroativos a 20/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 26 de fevereiro de 2015.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 002/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 002/2015

DO OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO OBJETO, A MANUTENÇÃO DO PORTAL OFICIAL (WWW.CHAPADADOSGUIMARAES.MT.GOV.BR), OUVIDORIA E SIC – SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (VIA WEB).

DO VALOR GLOBAL: R$ 7.086,00 (Sete mil e oitenta e seis reais)

VIGENCIA: 01 (UM) ANO

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

GWSDESENVOLVIMENTO DE WEB SITES LTDA-ME

CONTROLE INTERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 005/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 005/2015 VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

O **MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES – MT,** através da Prefeitura Municipal**,** situada na Rua Tiradentes, 166 – Centro – CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.530/0001-19, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 017219 SSP/MT , inscrito no CPF sob o n º173.391.621-00 , residente e domiciliado à Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **TOLEMED DIVISÃO FARMA HOSPITALAR**,Rinald & Cogo Ltda pessoa jurídica de direito privado, com sede Rua Almirante Barroso, 2337-Sala 02 Bairro-Centro Cidade Toledo-PR, inscrita no CNPJ sob n º 07.269.677/0001-79, Inscrição Estadual:903.36358-40 neste ato representada pelo Sr **DEMOSTENES ROCHA MATOS**, Empresario,Portador da Cédula de Identidade RG nº 448516-SSP/DF , e CPF n º124.734.991-87-residente na Rua Almirante Barroso,n. º 2337- Toledo – PR – CENTRO- doravante denominado de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de execução de serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem:

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– PELO MENOR PREÇO POR ITEM PARA: “FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE NO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES” SENDO PARTE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO O ANEXO I, AONDE DISCRIMINA OS ITENS E PREÇO UNITÁRIO.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço.

1.3. Em relação à eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, § II, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo a Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

2.0– CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1– O presente contrato começa a contar prazo a partir desta data (05/02/2015), com término previsto para 05/01/2016, podendo ser prorrogado no interesse das partes por iguais e sucessivos períodos até o máximo previsto em Lei.

3.0– CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Responsável da Secretaria requisitante que verificará e confrontará qualidade do material entregue com o especificado no Termo de Referência.

3.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a conferência dos materiais.

3.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos materiais, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

3.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo Gestor da ARP.

4.0.CLÁUSULA QUARTA– OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

4.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas no edital de licitação respectivo.

4.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal da Prefeitura qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

4.2. Responder às notificações no prazo estabelecido.

4.3. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

4.4. Manter durante a execução do ARP todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

5.0.CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

5.1. Empresa vencedora:

Empresa: TOLEMED DIVISÃO FARMA HOSPITALAR,Rinald & Cogo Ltda

CNPJ: 07.269.677/0001-79

Endereço Rua Almirante Barroso nº 2337 – sala 02 - Centro

Cidade:Toledo-PR Fone: (42) 2520-824- email: tolemed10@hotmail.com

Representante legal: DEMOSTENES ROCHA MATOS

R.G: 448516-SSP/DF CPF: 124.734.991

Conforme Tabela da Ata de Sessão Publica de Pregão Presencial nº001/2015.

6.0 CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. O prazo de validade do Contrato, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um período de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

6.2. Durante o prazo de validade da ARP, a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT não ficará obrigada a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

7.0– CLÁUSULA SETIMA – DA LICITAÇÃO

7.1– Para celebração do presente contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade de Pregão nº001/2015, o qual a administração encontra – se estritamente vinculada ao seu edital e a proponente encontra – se vinculada à sua proposta e ao edital.

8.0– CLÁUSULA OITAVA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

8.1- As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93, legislação posterior e cláusulas deste contrato.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Valor da Ata de Registro de Preço é de R$ 728.751,90 (Setecentos e vinte oito mil setencentos e cinquenta reais e noventa centavos).

9.2. Os pagamentos serão efetuados à adjudicatária em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável do recebimento dos serviços, cumpridas todas as exigências deste edital e da ata de registro de preços;

9.3. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá juros moratórios, à razão de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia de atraso, calculados em relação ao atraso verificado.

9.4. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

9.5. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES efetuará o pagamento por meio de cheque nominal ou transferência bancária;

9.7. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.530/0001-19;

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do CONTRATADO;

9.9. O pagamento efetuado ao contratado não o isentará de suas responsabilidades vinculadas a prestações dos serviços, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos serviços oferecidos;

9.10. **Toda Nota Fiscal deverá ser entregue em duas vias;**

9.11. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto desta licitação;

9.12 A Prefeitura efetuará a retensão dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

10.0. CLÁUSULA DECIMA – DO CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1– As despesas decorrentes desta Ataq de Registro de Preço serão pagas com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária:

Órgão	03	Despesa Publica de Saúde
Unid. Orçamentária	001	Secretaria Municipal De Saúde
Função	10	Saúde
Sub-função	122	Manutenção da Secretaria de Saúde
Programa	0021	Gestão de Saúde com Qualidade
Proj/Atividade	2005	Manutenção da Secretaria
Código	33.90.30.00.00.00 Reduzido: 563	

11.0– CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 – Acatar as ordens da contratante efetuando a entrega dos produtos nos locais indicados.

11.2 – Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, à administração ou a terceiros.

11.3 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela administração ou pelo seu preposto, garantindo – lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.

12.0 – CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 – Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos Produtos a serem entregues.

12.2 – fica estipulado que a secretaria de saúde designará a farmacéutica lotada naquela unidade para fiscalizar a execução do presente contrato.

13.0– CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Na hipótese de o CONTRATADO descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

13.3 – A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva nota de empenho.

13.4 – A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 – A rescisão contratual poderá ser:

14.2.– Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93;

14.3 – Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

14.4. – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 10.2.

14.5. – Constitui motivo para rescisão o previsto no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

14.6. – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93, sem haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

14.7 – A rescisão contratual que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as conseqüências previstas no artigo 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal n º 8.666/93.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. – Fica eleito o foro da Comarca de CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preço não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Os casos omissos serão solucionados com base no que dispõe a Lei Federal 8.666/93, suas alterações e também com base em leis municipais que versem sobre o assunto.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra – assinadas.

CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, 25 de fevereiro de 2015.

LIZU KOBERSTAIN DEMOSTENES ROCHA MATOS

Prefeito Municipal Contratante Contratado

Testemunhas:

_____ _____

RG: RG:

CPF: CPF:

CONTROLE INTERNO
ATO 047/2015

ATO N° 047/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LAZER DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – EXONERAR o Sr. **LAÉRCIO ALVES DA CRUZ BOM DESPACHO,** do cargo em comissão de Chefe do Departamento de Lazer da Secretaria Municipal de Esporte do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 28 de fevereiro de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
ATO 051/2015

ATO N° 051/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COORDENADORA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. **TATIANE MARTINS FORNARA,** para exercerocargo em comissão de Coordenadora de Média e Alta Complexidadeda Secretaria de Saúde do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 03 de março de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
ATO 050/2015

ATO N° 050/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA ASSESSORA TÉCNICA DO PROGRAMA DA SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sra. **TATIANE MARTINS FORNARA,** docargo em comissão de Assessora Técnica do Programa da Saúde da Secretaria de Saúde do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 02 de março de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 010/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 010/2015

DO OBJETO: O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A AQUISIÇÃO DE DERIVADOS DE PETROLEO (ALCOOL, DIESEL S10, FILTRO(AR, AGUA E OLEO), GAS, GASOLINA E GRACHA) PARA ATEN-

DER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES".

DO VALOR GLOBAL: R$ 2.110.548,280 (dois milhões cento e dez mil quinhentos e quarenta e oito reais e vinte e oito centavos)

VIGENCIA: 12 (DOZE) MÊSES

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: CASTRO E CARVALHO

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 006/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 006/2015

DO OBJETO: O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A **CONFECÇÃO DE CAMISETAS COR PV4 CORES, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, PARA ATENDER O CARNAVAL.**

DO VALOR GLOBAL: R$ 19.019,20 (dezenove mil dezenove reais e vinte centavos)

VIGENCIA: 30 (TRINTA) DIAS

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: JEREMIAS FERREIRA ROSA – ME

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 004/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 004/2015

DO OBJETO: O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA MENSAL.

DO VALOR GLOBAL: R$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)

VIGENCIA: 11 (ONZE) MESÊS

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: SINGULAR CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL LTDA - ME

CONTROLE INTERNO
ATO 052/2015

ATO N° 052/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COORDENADOR DE GESTÃO DO SUS DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **DIOGO SÁVIO FERRAZ,** para exercerocargo em comissão de Coordenador DE Gestão do SUS da Secretaria de Saúde do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 03 de março de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 005/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 005/2015

DO OBJETO: O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**, NO PERIODO DE 12(DOZE) MESES.

DO VALOR GLOBAL: R$ 75.839,68 (setenta e cinco mil oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e oito centavos)

VIGENCIA: 12 (DOZE) MESÊS

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: MAX INDUSTRIA GRÁFICA

CONTROLE INTERNO
ATO 044/2015

ATO N° 044/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ASSUNTOS FUNDIÁRIOS DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **ANDERSON ALVES DE ALMEIDA,** para exercer o cargo em comissão de Assessor Técnico da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 25 de fevereiro de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 001/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 001/2015 VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

O **MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES – MT,** através da Prefeitura Municipal**,** situada na Rua Tiradentes, 166 – Centro – CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.530/0001-19, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 017219 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n º173.391.621-00 , residente e domiciliado à Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **DISTRIBUIDORA BRASIL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Av. Rio Verde, Qudra 078 L.19, Bairro- Vila Rosa-Cidade-Aparecida de Goiania-GO, inscrita no CNPJ sob n º 07.640.617/0001-10, Inscrição Estadual:10.395.880-0 neste ato representada pelo Sr **RICARDO BENEDITO DE MAGALÃES TAQUES**, Empresario,Portador da Cédula de Identidade RG nº 0430143-9-SSP/MT , e CPF n º346.165.431-00-residente na Av. Antartica,2090- Santa Rosa 2. Cep.78040-500-Cuiaba-MT-doravante denominado de

CONTRATADO

, resolvem celebrar o presente contrato de execução de serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem:

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– PELO MENOR PREÇO POR ITEM PARA: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE NO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES" SENDO PARTE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO O ANEXO I, AONDE DISCRIMINA OS ITENS E PREÇO UNITÁRIO.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço.

1.3. Em relação à eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, § II, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo a Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

2.0– CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1– O presente contrato começa a contar prazo a partir desta data (05/02/2015), com término previsto para 05/01/2016, podendo ser prorrogado no interesse das partes por iguais e sucessivos períodos até o máximo previsto em Lei.

3.0– CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Responsável da Secretaria requisitante que verificará e confrontará qualidade do material entregue com o especificado no Termo de Referência.

3.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a conferência dos materiais.

3.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos materiais, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

3.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo Gestor da ARP.

4.0.CLÁUSULA QUARTA– OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

4.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas no edital de licitação respectivo.

4.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal da Prefeitura qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

4.2. Responder às notificações no prazo estabelecido.

4.3. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

4.4. Manter durante a execução do ARP todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

5.0.CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

5.1. Empresa vencedora:

Empresa Distribuidora Brasil Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

CNPJ: 07.640.617/0001-10

Endereço Av. Rio Verde Qd 78 L.19 nº Bairro Vila Rosa

Cidade: Aparecida de Goiania-GO- Fone: (62) 3097-3404- email: polianabergamo@hotmail.com

Representante legal: RICARDO BENEDITO DE MAGALHAES TAQUES

R.G: 0430143-9 CPF: 346.165.431-00

Conforme Tabela da Ata de Sessão Publica de Pregão Presencial nº001/2015.

6.0 CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. O prazo de validade do Contrato, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um período de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

6.2. Durante o prazo de validade da ARP, a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT não ficará obrigada a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

7.0– CLÁUSULA SETIMA – DA LICITAÇÃO

7.1– Para celebração do presente contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade de Pregão nº001/2015, o qual a administração encontra – se estritamente vinculada ao seu edital e a proponente encontra – se vinculada à sua proposta e ao edital.

8.0– CLÁUSULA OITAVA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

8.1- As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93, legislação posterior e cláusulas deste contrato.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Valor da Ata de Registro de Preço é de R$ 728.751,90 (Setecentos e vinte oito mil setencentos e cinquenta reais e noventa centavos).

9.2. Os pagamentos serão efetuados à adjudicatária em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável do recebimento dos serviços, cumpridas todas as exigências deste edital e da ata de registro de preços;

9.3. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá juros moratórios, à razão de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia de atraso, calculados em relação ao atraso verificado.

9.4. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

9.5. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

9.6. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES efetuará o pagamento por meio de cheque nominal ou transferência bancária;

9.7. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.530/0001-19;

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do CONTRATADO;

9.9. O pagamento efetuado ao contratado não o isentará de suas responsabilidades vinculadas a prestações dos serviços, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos serviços oferecidos;

9.10. **Toda Nota Fiscal deverá ser entregue em duas vias;**

9.11. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto desta licitação;

9.12 A Prefeitura efetuará a retensão dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

10.0. CLÁUSULA DECIMA – DO CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1– As despesas decorrentes desta Ataq de Registro de Preço serão pagas com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária:

Órgão	03	Despesa Publica de Saúde
Unid. Orçamentária	001	Secretaria Municipal De Saúde
Função	10	Saúde
Sub-função	122	Manutenção da Secretaria de Saúde
Programa	0021	Gestão de Saúde com Qualidade
Proj/Atividade	2005	Manutenção da Secretaria
Código	33.90.30.00.00.00 Reduzido: 563	

11.0– CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 – Acatar as ordens da contratante efetuando a entrega dos produtos nos locais indicados.

11.2 – Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, à administração ou a terceiros.

11.3 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela administração ou pelo seu preposto, garantindo – lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.

12.0 – CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 – Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos Produtos a serem entregues.

12.2 – fica estipulado que a secretaria de saúde designará a farmacéutica lotada naquela unidade para fiscalizar a execução do presente contrato.

13.0– CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Na hipótese de o CONTRATADO descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8. 666/93.

13.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

13.3 – A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva nota de empenho.

13.4 – A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 – A rescisão contratual poderá ser:

14.2.– Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93;

14.3 – Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

14.4. – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 10.2.

14.5. – Constitui motivo para rescisão o previsto no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

14.6. – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93, sem haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

14.7 – A rescisão contratual que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as conseqüências previstas no artigo 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal n º 8.666/93.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. – Fica eleito o foro da Comarca de CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preço não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Os casos omissos serão solucionados com base no que dispõe a Lei Federal 8.666/93, suas alterações e também com base em leis municipais que versem sobre o assunto.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra – assinadas.

CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, 25 de fevereiro de 2015.

LIZU KOBERSTAIN RICARDO BENEDITO DE M. TAQUES

Prefeito Municipal Contratante Contratado

Testemunhas:

_____ _____

RG: RG:

CPF: CPF:

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 077/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 077/2014

Primeiro termo Aditivo que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES e o outro lado a empresa MARQUES EVENTOS.

Aos dez dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e quatorze, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, e de outro lado a empresa MARQUES EVENTOS, pessoa jurídica de direito privado com sede a Rua do Abacate nº824 – Bairro São Sebastião Chapada dos Guimaraes-MT, inscrita no CNPJ sob nº11. 539.717/0001-22, neste representada pela Srª **ADRIANA XAVIER MARQUES DA SILVA,** portadora da Carteira de Identificação RG sob o nº 1342325 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 912.963.231-53, residente e domiciliado Rua do Abacate nº824 – Bairro São Sebastião Chapada dos Guimaraes-MT, doravante denominada **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

– Das alterações e prorrogações:

1.1 Fica aditado a Cláusula Segunda do Contrato Principal, com prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 11/03/2015. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 11/12/2014, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

1.2 O valor global do Aditivo do Contrato será de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a ser pago conforme cronograma do a Gabinete do Prefeito

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Segunda do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa.

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal continuam inalteradas, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

4.0 Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

4.1E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 11 de Dezembro de 2014.

Lisu Koberstain Adriana Xavier Marques da Silva

Prefeito Contratado

Contratante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

CONTROLE INTERNO
ATO 045/2015

ATO N° 045/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA ASSESSORA TÉCNICA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR a Sra. **KÁTIA YAMAURA FELISARDO,** para exercer o cargo em comissão de Assessora Técnica da Secretaria de Assistência Social do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 25 de fevereiro de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 001/2014

PRIMEIRO termo Aditivo ao Contrato nº 001/2014, que entre si celebram a *PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT* a **EMPRESA ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA**, na forma e condições seguintes.

Aos vinte e sete dias do ano de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, e de outro, a **EMPRESA ÁGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA** sob o nº CNPJ 26.804.377/0001-97, estabelecida na Rua Natalino João Brescansin, nº 499, Bairro Centro, na Cidade de Sorriso – MT, neste ato representada pelo **Sr. JOSÉ CARLOS URIAS,** doravante denominada **CONTRATADO**, alterando as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

– Das alterações e prorrogações:

1.1 Fica aditado a Cláusula quinta inciso 5.1 do Contrato Principal, com prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 27/03/2015, ou até a Contratação de Empresa habilitada por meio de processo licitatório a ser executado. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 28/01/2015, podendo ser prorrogado por igual período ou estendido o período aqui estabelecido.

1.2 O valor global do Aditivo do Contrato será de R$ 30.300,00 (trinta mil e trezentos reais) dividido em 02 (duas) parcelas iguais e mensais de R$ 15.150,00 (quinze mil cento e cinquenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Quinta do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa, em face de se tratar de serviço continuado, como atividade essencial à administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal e seus Aditivos continuam inalteradas, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA SEXTA – do Foro

4. Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 27 de janeiro de 2015.

LISU KOBERSTAIN JOSÉ CARLOS URIAS

Prefeito Contratado

Contratante

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

CONTROLE INTERNO
ATO 046/2015

ATO N° 046/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA DIRETORA EXECUTIVA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sra. **ELIZETE ALEXANDRE BORGES,** do cargo em comissão de Diretora Executiva do Fundo de Previdência dos Servidores do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 28 de fevereiro de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
ATO 049/2015

ATO N° 049/2015

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – NOMEAR o Sr. **JUAREZ BUENO PACHECO,** para exercer ocargo em comissão de Secretário de Administração do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 02 de março de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
ATO 048/2015

ATO N° 048/2015

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO.

LISÚ KOBERSTAIN, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, em substituição legal, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – EXONERAR a Sra. **ADRIANA FERNANDES VARGAS,** do cargo em comissão de Secretária de Administração do Municípiode Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor nesta data, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 02 de março de 2015.

LISÚ KOBERSTAIN

Prefeito Municipal

CONTROLE INTERNO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 102/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 102/2014

Primeiro termo Aditivo que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADA DOS GUIMARÃES e o outro lado a empresa UGOLINI E CIA LTDA.

Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, no Gabinete do Prefeito, foi celebrado o presente Termo Aditivo de Contrato, tendo de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 03.507.530/0001-19, com sede na Rua Tiradentes, nº 166, Centro, neste ato representado por **LISU KOBERSTAIN**, Prefeito Municipal em substituição legal, por determinação judicial, e de outro lado a empresa **UGOLINI E CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com sede na Rua A nº1 quadra 5 Bairro Vilage flanboyant Cuiaba-MT, inscrita no CNPJ sob nº01.354.498/0001-53, neste representada pela Srº **CLAIR UGOLINI,** portadora da Carteira de Identificação RG sob o nº 10492364 SJ/MT, devidamente inscrito no CPF nº 352. 645.941-04, residente e domiciliado Rua Dinamarca nº285 – Santa Rosa Cuiaba-MT, doravante denominada

CONTRATADO

, alterando as cláusulas a seguir:

JUSTIFICATIVA - A razão deste termo aditivo justifica-se pela importância do objeto em questão, Devido a necessidade da Manutenção das Secretarias Municipais da Prefeitura de Chapada dos Guimarães com alimentos, material de limpeza e higiene para o ano de 2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Das alterações e prorrogações:

1.1Fica aditado a Cláusula Segunda do Contrato Principal, com prorrogação do prazo de vigência do mencionado contrato para 23/03/2015. Terá início do presente Termo Aditivo a partir de 23/02/2015.

1.2. O prazo de validade deste Termo Aditivo esta estabelecido na cláusula quarta da Ata de Registro de preços dos pregão presencial nº007/2014, no item 4.2.

1.3 O valor global do Aditivo do Contrato será de R$ 17.717,67 (Dezessete mil setecentos e dezessete reais e sessenta e sete centavos) a ser pago conforme cronograma do a Gabinete do Prefeito

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Base Legal

2. O presente Termo Aditivo tem por fundamento o dispositivo do artigo 57 da Lei 8666/93, e suas alterações, e ainda no dispositivo da Cláusula Segunda do Contrato Principal, com a presença do interesse público e a conveniência administrativa.

3. As demais Cláusulas e dispositivos do Contrato Principal continuam inalteradas, para todos os fins e efeitos.

CLÁUSULA QUARTA – do Foro

4.0 Fica eleito o foro da Comarca de Chapada dos Guimarães com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do Presente Contrato, quando não resolvidas por meios administrativos e amigáveis.

4.1E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas abaixo, ratificando todas as demais Cláusulas do contrato primitivo.

Chapada dos Guimarães – MT, 23 de Fevereiro de 2015.

LISU KOBERSNTAIN CLAIR UGOLINI

Prefeito ugolini e Cia Ltda

Contratante Contratado

Testemunhas:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

Assinatura: _____

Nome:

CPF:

CONTROLE INTERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 004/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 004/2015 VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

O **MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES – MT,** através da Prefeitura Municipal**,** situada na Rua Tiradentes, 166 – Centro – CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.530/0001-19, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 017219 SSP/MT , inscrito no CPF sob o n º173.391.621-00 , residente e domiciliado à Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **HOSPEVITA PRODUTOS PARA SAUDE**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Rua. Dr. Nilo Povoas, nº217 , Bairro- Quilombo, inscrita no CNPJ sob n º 20.435.900/0001-79, neste ato representada pelo Sr **ISABELA YONEZAWA MALHEIROS** Empresaria, solteira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 2101830-8-SEJSP/MT , e CPF n º036.262.731-21-residente na Rua 39, nº335-Bairro-Boa Esperança.Cep.78.068-421-Cuiaba-MT - doravante denominado de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de execução de serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem:

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– PELO MENOR PREÇO POR ITEM PARA: “FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE NO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES” SENDO PARTE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO O ANEXO I, AONDE DISCRIMINA OS ITENS E PREÇO UNITÁRIO.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço.

1.3. Em relação à eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, § II, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo a Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

2.0– CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1– O presente contrato começa a contar prazo a partir desta data (05/02/2015), com término previsto para 05/01/2016, podendo ser prorrogado no interesse das partes por iguais e sucessivos períodos até o máximo previsto em Lei.

3.0– CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Responsável da Secretaria requisitante que verificará e confrontará qualidade do material entregue com o especificado no Termo de Referência.

3.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a conferência dos materiais.

3.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos materiais, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

3.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo Gestor da ARP.

4.0.CLÁUSULA QUARTA– OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

4.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas no edital de licitação respectivo.

4.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal da Prefeitura qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

4.2. Responder às notificações no prazo estabelecido.

4.3. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

4.4. Manter durante a execução do ARP todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

5.0.CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

5.1. Empresa vencedora:

Empresa: HOSPEVITA PRODUTOS PARA SAUDE

CNPJ: 20.435.900/0001-79

Endereço Rua: Dr Nilo Povoas, 217.Bairro. Quilombo

Cidade: Cuiaba-MT-

Representante legal: ISABELLA YONEZAWA MALHEIROS

R.G: 2101830-8 CPF: 036.262.731-21

Conforme Tabela da Ata de Sessão Publica de Pregão Presencial nº001/2015.

6.0 CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. O prazo de validade do Contrato, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um período de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

6.2. Durante o prazo de validade da ARP, a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT não ficará obrigada a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

7.0– CLÁUSULA SETIMA – DA LICITAÇÃO

7.1– Para celebração do presente contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade de Pregão nº001/2015, o qual a administração encontra – se estritamente vinculada ao seu edital e a proponente encontra – se vinculada à sua proposta e ao edital.

8.0– CLÁUSULA OITAVA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

8.1- As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93, legislação posterior e cláusulas deste contrato.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Valor da Ata de Registro de Preço é de R$ 12.252,40 (Doze mil duzentos e cinquenta dois reais e quarenta centavos).

9.2. Os pagamentos serão efetuados à adjudicatária em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo respon-

sável do recebimento dos serviços, cumpridas todas as exigências deste edital e da ata de registro de preços;

9.3. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá juros moratórios, à razão de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia de atraso, calculados em relação ao atraso verificado.

9.4. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

9.5. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES efetuará o pagamento por meio de cheque nominal ou transferência bancária;

9.7. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 507.530/0001-19;

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do CONTRATADO;

9.9. O pagamento efetuado ao contratado não o isentará de suas responsabilidades vinculadas a prestações dos serviços, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos serviços oferecidos;

9.10. **Toda Nota Fiscal deverá ser entregue em duas vias;**

9.11. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto desta licitação;

9.12 A Prefeitura efetuará a retensão dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

10.0. CLÁUSULA DECIMA – DO CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1– As despesas decorrentes desta Ataq de Registro de Preço serão pagas com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária:

Órgão	03	Despesa Publica de Saúde
Unid. Orçamentária	001	Secretaria Municipal De Saúde
Função	10	Saúde
Sub-função	122	Manutenção da Secretaria de Saúde
Programa	0021	Gestão de Saúde com Qualidade
Proj/Atividade	2005	Manutenção da Secretaria
Código	33.90.30.00.00.00 Reduzido: 563	

11.0– CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 – Acatar as ordens da contratante efetuando a entrega dos produtos nos locais indicados.

11.2 – Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, à administração ou a terceiros.

11.3 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela administração ou pelo seu preposto, garantindo – lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.

12.0 – CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 – Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos Produtos a serem entregues.

12.2 – fica estipulado que a secretaria de saúde designará a farmacéutica lotada naquela unidade para fiscalizar a execução do presente contrato.

13.0– CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Na hipótese de o CONTRATADO descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8. 666/93.

13.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

13.3 – A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva nota de empenho.

13.4 – A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 – A rescisão contratual poderá ser:

14.2.– Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93;

14.3 – Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

14.4. – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 10.2.

14.5. – Constitui motivo para rescisão o previsto no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

14.6. – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93, sem haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

14.7 – A rescisão contratual que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as conseqüências previstas no artigo 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal n º 8.666/93.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. – Fica eleito o foro da Comarca de CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preço não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Os casos omissos serão solucionados com base no que dispõe a Lei Federal 8.666/93, suas alterações e também com base em leis municipais que versem sobre o assunto.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra – assinadas.

CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, 25 de fevereiro de 2015.

LIZU KOBERSTAIN ISABELLA YONEZAWA MALHEIROS

Prefeito Municipal Contratante Contratado

Testemunhas:

_____ _____

RG: RG:

CPF: CPF:

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 001/2015

DO OBJETO: O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ELABORAÇÃO DA ANÁLISE DO PROCESSO ARQUITETÔNICO DO HOSPITAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO E RELATÓRIO TÉCNICO COM ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.

DO VALOR GLOBAL: R$ 4.800,00 (quatro mil e quatrocentos reais

VIGENCIA: 30 (TRINTA) DIAS

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: RODNEY ANDRE DE CAMPOS

CONTROLE INTERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 002/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 002/2015 VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

O **MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES – MT,** através da Prefeitura Municipal**,** situada na Rua Tiradentes, 166 – Centro – CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.530/0001-19, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 017219 SSP/MT , inscrito no CPF sob o n º173.391.621-00 , residente e domiciliado à Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **RECMED COM.MAT. HOSPITALARES EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Rua . Galileun, Qudra 026 L.05/09, Bairro- Jardim Europa-Cidade- Goiania-GO, inscrita no CNPJ sob n º 06.696.569/0001-21, Inscrição Estadual:10.391.3145-6 neste ato representada pelo seu socio Diretor Sr **RODRIGO CARNEIRO SANTOS**, Empresario,Portador da Cédula de Identidade RG nº 3.545.3526-DGPC/GO, e CPF n º788.551.601-68 - doravante denominado de

CONTRATADO

, resolvem celebrar o presente contrato de execução de serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem:

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– PELO MENOR PREÇO POR ITEM PARA: “FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE NO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES” SENDO PARTE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO O ANEXO I, AONDE DISCRIMINA OS ITENS E PREÇO UNITÁRIO.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço.

1.3. Em relação à eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, § II, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo a Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

2.0– CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1– O presente contrato começa a contar prazo a partir desta data (05/02/2015), com término previsto para 05/01/2016, podendo ser prorrogado no interesse das partes por iguais e sucessivos períodos até o máximo previsto em Lei.

3.0– CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Responsável da Secretaria requisitante que verificará e confrontará qualidade do material entregue com o especificado no Termo de Referência.

3.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a conferência dos materiais.

3.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos materiais, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

3.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo Gestor da ARP.

4.0.CLÁUSULA QUARTA– OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

4.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas no edital de licitação respectivo.

4.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal da Prefeitura qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

4.2. Responder às notificações no prazo estabelecido.

4.3. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

4.4. Manter durante a execução do ARP todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

5.0.CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

5.1. Empresa vencedora:

Empresa RECMED COM.MAT.HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 06.696.569/0001-21

Endereço: Rua. Galileu Quadra.26.Lt .05/09 Bairro.Jardim Europa

Cidade: Goiania-GO- Fone: (62) 3088-7641- email: licitacao7@recmed.com.br

Representante legal: RODRIGO CARNEIRO SANTOS,

R.G: 3.545.3526 CPF: 788.551.601-68

Conforme Tabela da Ata de Sessão Publica de Pregão Presencial nº001/2015.

6.0 CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. O prazo de validade do Contrato, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um período de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

6.2. Durante o prazo de validade da ARP, a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT não ficará obrigada a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

7.0– CLÁUSULA SETIMA – DA LICITAÇÃO

7.1– Para celebração do presente contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade de Pregão nº001/2015, o qual a administração encontra – se estritamente vinculada ao seu edital e a proponente encontra – se vinculada à sua proposta e ao edital.

8.0– CLÁUSULA OITAVA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

8.1- As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93, legislação posterior e cláusulas deste contrato.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Valor da Ata de Registro de Preço é de R$ 728.751,90 (Setecentos e vinte oito mil setencentos e cinquenta reais e noventa centavos).

9.2. Os pagamentos serão efetuados à adjudicatária em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável do recebimento dos serviços, cumpridas todas as exigências deste edital e da ata de registro de preços;

9.3. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá juros moratórios, à razão de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia de atraso, calculados em relação ao atraso verificado.

9.4. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

9.5. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES efetuará o pagamento por meio de cheque nominal ou transferência bancária;

9.7. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03. 507.530/0001-19;

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do CONTRATADO;

9.9. O pagamento efetuado ao contratado não o isentará de suas responsabilidades vinculadas a prestações dos serviços, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos serviços oferecidos;

9.10. **Toda Nota Fiscal deverá ser entregue em duas vias;**

9.11. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto desta licitação;

9.12 A Prefeitura efetuará a retensão dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

10.0. CLÁUSULA DECIMA – DO CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1– As despesas decorrentes desta Ataq de Registro de Preço serão pagas com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária:

Órgão	03	Despesa Publica de Saúde
Unid. Orçamentária	001	Secretaria Municipal De Saúde
Função	10	Saúde
Sub-função	122	Manutenção da Secretaria de Saúde
Programa	0021	Gestão de Saúde com Qualidade
Proj/Atividade	2005	Manutenção da Secretaria
Código	33.90.30.00.00.00 Reduzido: 563	

11.0– CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 – Acatar as ordens da contratante efetuando a entrega dos produtos nos locais indicados.

11.2 – Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, à administração ou a terceiros.

11.3 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela administração ou pelo seu preposto, garantindo – lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.

12.0 – CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 – Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos Produtos a serem entregues.

12.2 – fica estipulado que a secretaria de saúde designará a farmacéutica lotada naquela unidade para fiscalizar a execução do presente contrato.

13.0– CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Na hipótese de o CONTRATADO descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8. 666/93.

13.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

13.3 – A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva nota de empenho.

13.4 – A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 – A rescisão contratual poderá ser:

14.2.– Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93;

14.3 – Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

14.4. – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 10.2.

14.5. – Constitui motivo para rescisão o previsto no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

14.6. – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93, sem haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

14.7 – A rescisão contratual que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as conseqüências previstas no artigo 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal n º 8.666/93.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. – Fica eleito o foro da Comarca de CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preço não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Os casos omissos serão solucionados com base no que dispõe a Lei Federal 8.666/93, suas alterações e também com base em leis municipais que versem sobre o assunto.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra – assinadas.

CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, 25 de fevereiro de 2015.

LIZU KOBERSTAIN RODRIGO CARNEIRO SANTOS

Prefeito Municipal Contratante Contratado

Testemunhas:

_____ _____

RG: RG:

CPF: CPF:

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 012/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 012/2015

1.1**DO OBJETO:** O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM 11 (ONZE) CÔMODOS, SITUADA NA TRAVESSA 03, S/N-CENTRO, NESTA CIDADE DE CHAPADA DOS GUIMARAENS, COM A FINALIDADE DE ATENDER AO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO.

DO VALOR GLOBAL: R$ 33.780,00 (trinta e três mil setecentos e oitenta reais)

VIGENCIA: 20 (VINTE) MÊSES

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: MARIA FLAVIA GOMES

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 011/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 011/2015

DO OBJETO: O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE AO REPARO DO GINASIO ESPORTIVO CARLOS SOARES DA SILVA PARA ATENDER A SECRETARIA DE ESPORTE DO MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.

DO VALOR GLOBAL: R$ 12.850,00 (Doze mil oitocentos e cinquenta reais)

VIGENCIA: 30 (TRINTA) DIAS

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: ABINEL PRESTADORA DE SERVIÇOS – ME

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 007/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 007/2015

DO OBJETO: O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE LIMPEZA URBANA PARA FORNECER O SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS COM CAMINHÃO COMPACTADOR E MOTORISTA PERFAZENDO A COLETA DE LIXO DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE CHAPADA DOS GUIMARÃES.

DO VALOR GLOBAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

VIGENCIA: 01 (UM) MÊS

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO: ÁGUA PRATA – CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME

CONTROLE INTERNO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 003/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N º 003/2015 VINCULADO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

O **MUNICIPIO DE CHAPADA DOS GUIMARAES – MT,** através da Prefeitura Municipal**,** situada na Rua Tiradentes, 166 – Centro – CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.530/0001-19, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **LISÚ KOBERSTAIN**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 017219 SSP/MT , inscrito no CPF sob o n º173.391.621-00 , residente e domiciliado à Zona Rural, Município de Chapada dos Guimarães, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **LP- COMERCIO E REPRESENTAÇÕES**, pessoa jurídica de direito privado, com sede Av. Jules Rimet, 505, Bairro- Alvorada -Cidade-Cuiaba-MT, inscrita no CNPJ sob n º 10.832.896/0001-29, Inscrição Estadual:13.371.766-6 neste ato representada pelo Sr

ODINEI PINHEIRO DA CUNHA

, brasileiro, casado,Portador da Cédula de Identidade RG nº 459.218 SSP/MT , e CPF nº 353.735631.-53-residente na Rua.Jules Rimet,555, bairro Alvorada, Cep.78.020-670-Cuiaba-MT - doravante denominado de CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato de execução de serviços, conforme as cláusulas e condições que se seguem:

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1– PELO MENOR PREÇO POR ITEM PARA: “FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE NO PERIODO DE 12 (DOZE) MESES” SENDO PARTE DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO O ANEXO I, AONDE DISCRIMINA OS ITENS E PREÇO UNITÁRIO.

1.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta Ata de Registro de Preço.

1.3. Em relação à eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, § II, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo a Prefeitura Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES adquirir quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

2.0– CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1– O presente contrato começa a contar prazo a partir desta data (05/02/2015), com término previsto para 05/01/2016, podendo ser prorrogado no interesse das partes por iguais e sucessivos períodos até o máximo previsto em Lei.

3.0– CLÁUSULA TERCEIRA – DO RECEBIMENTO

3.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega ao Responsável da Secretaria requisitante que verificará e confrontará qualidade do material entregue com o especificado no Termo de Referência.

3.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a conferência dos materiais.

3.3. Em se verificando vícios ou defeitos nos materiais, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

3.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo Gestor da ARP.

4.0.CLÁUSULA QUARTA– OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

4.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas no edital de licitação respectivo.

4.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal da Prefeitura qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

4.2. Responder às notificações no prazo estabelecido.

4.3. Efetuar a execução do objeto licitado, ainda que em quantidades diferentes ao previsto no Termo de Referencia.

4.4. Manter durante a execução do ARP todas as condições de habilitação exigidas em Edital.

5.0.CLÁUSULA QUINTA - DA CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA

5.1. Empresa vencedora:

Empresa LP- COMERCIO E REPRESENTAÇÕES

CNPJ: 10.832.896/0001-29

Endereço Av. Jules Rimet,505 Bairro:Alvorada

Cidade: Cuiaba-MT

Representante legal: ODINEI PINHEIRO DA CUNHA

R.G: 459.218.SSP/MT CPF: 353.735.631-53

Conforme Tabela da Ata de Sessão Publica de Pregão Presencial nº001/2015.

6.0 CLÁUSULA SEXTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. O prazo de validade do Contrato, por acordo entre as partes, poderá ser prorrogado por um período de 12 (doze) meses, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta norma.

6.2. Durante o prazo de validade da ARP, a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT não ficará obrigada a adquirir os materiais exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

7.0– CLÁUSULA SETIMA – DA LICITAÇÃO

7.1– Para celebração do presente contrato foi instaurado procedimento licitatório na modalidade de Pregão nº001/2015, o qual a administração encontra – se estritamente vinculada ao seu edital e a proponente encontra – se vinculada à sua proposta e ao edital.

8.0– CLÁUSULA OITAVA – DA SUJEIÇÃO DAS PARTES

8.1- As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93, legislação posterior e cláusulas deste contrato.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

9.1. Valor da Ata de Registro de Preço é de R$ 728.751,90 (Setecentos e vinte oito mil setencentos e cinquenta reais e noventa centavos).

9.2. Os pagamentos serão efetuados à adjudicatária em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo responsável do recebimento dos serviços, cumpridas todas as exigências deste edital e da ata de registro de preços;

9.3. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá juros moratórios, à razão de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia de atraso, calculados em relação ao atraso verificado.

9.4. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização;

9.5. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES efetuará o pagamento por meio de cheque nominal ou transferência bancária;

9.7. A nota fiscal deverá ser emitida em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.530/0001-19;

9.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do CONTRATADO;

9.9. O pagamento efetuado ao contratado não o isentará de suas responsabilidades vinculadas a prestações dos serviços, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade e garantia dos serviços oferecidos;

9.10. **Toda Nota Fiscal deverá ser entregue em duas vias;**

9.11. No preço a ser pago deverão estar inclusas todas as despesas inerentes a: salários, encargos sociais, tributários, trabalhistas e comerciais, materiais, enfim todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto desta licitação;

9.12 A Prefeitura efetuará a retensão dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for o caso.

10.0. CLÁUSULA DECIMA – DO CRÉDITO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1– As despesas decorrentes desta Ataq de Registro de Preço serão pagas com recursos orçamentários próprios e correrão por conta da dotação orçamentária:

Órgão	03	Despesa Publica de Saúde
Unid. Orçamentária	001	Secretaria Municipal De Saúde
Função	10	Saúde
Sub-função	122	Manutenção da Secretaria de Saúde
Programa	0021	Gestão de Saúde com Qualidade
Proj/Atividade	2005	Manutenção da Secretaria
Código	33.90.30.00.00.00 Reduzido: 563	

11.0– CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1 – Acatar as ordens da contratante efetuando a entrega dos produtos nos locais indicados.

11.2 – Responder Civil e Criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar, à administração ou a terceiros.

11.3 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela administração ou pelo seu preposto, garantindo – lhes acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.

12.0 – CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 – Indicar o responsável para o acompanhamento e fiscalização dos Produtos a serem entregues.

12.2 – fica estipulado que a secretaria de saúde designará a farmacéutica lotada naquela unidade para fiscalizar a execução do presente contrato.

13.0– CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES

13.1 – Na hipótese de o CONTRATADO descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2 – A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

13.3 – A multa que se refere o inciso II do art.87 da Lei citada no item anterior será de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da respectiva nota de empenho.

13.4 – A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 1/3 (um terço) sobre o valor total da adjudicação.

14.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 – A rescisão contratual poderá ser:

14.2.– Determinada por ato unilateral e estrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93;

14.3 – Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

14.4. – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 10.2.

14.5. – Constitui motivo para rescisão o previsto no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.

14.6. – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal n º 8.666/93, sem haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

14.7 – A rescisão contratual que trata o inciso I do artigo 78 acarreta as conseqüências previstas no artigo 80, inciso I a IV, ambos da Lei Federal n º 8.666/93.

15.0 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. – Fica eleito o foro da Comarca de CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preço não resolvidos na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

16.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Os casos omissos serão solucionados com base no que dispõe a Lei Federal 8.666/93, suas alterações e também com base em leis municipais que versem sobre o assunto.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas infra – assinadas.

CHAPADA DOS GUIMARAES - MT, 25 de fevereiro de 2015.

LIZU KOBERSTAIN ODINEI PINHEIRO DA CUNHA

Prefeito Municipal Contratante Contratado

Testemunhas:

_____ _____

RG: RG:

CPF: CPF:

CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO CONTRATO N° 003/2015

EXTRATO DO CONTRATO N° 003/2015

DO OBJETO: O OBJETIVO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO/LANCHES PARA O GRUPO FELIZ IDADE DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, UMA VEZ POR SEMANA, SENDO O TOTAL DE 90 IDOSOS, O ESPAÇO DEVE SER ADEQUADO AO GRUPO COM ACESSIBILIDADE.

DO VALOR GLOBAL: R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

VIGENCIA: 02 (DOIS) MESÊS

CONTRATANTE: LISU KOBERSTAIN– PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO:

M.J. MORAIS FILHO – ME

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

(SRP) Nº 002/2015

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT, neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna publico aos interessados que irá realizar procedimento **MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO TRANSPORTE ESCOLAR, PARA A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS ROTAS DA ZONA RURAL POR UM PERÍODO DE 200 DIAS LETIVOS, ATENDENDO A DEMANDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS NOS DISTRITOS DE GUARIBA E TRÊS FRONTEIRAS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA, ATENDENDO ASSIM AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.** Através da Prefeitura Municipal de Colniza – MT, conforme especificações constantes do **ANEXO I,** parte integrante do edital. Rege a presente licitação, a **Lei Federal 10.520/02**, o **Decreto Municipal nº. 160/2009**, subsidiariamente, a **Lei nº. 8.666/93** e demais legislações aplicáveis.

MOTIVO: Alteração no edital.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **12 de Março de 2015, às 09h00-min,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza - MT, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação a Pregoeira, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

Os interessados, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto a Pregoeira, a partir das **09h00min** do dia especificado no parágrafo anterior. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitação ou pelo e-mail licitacao.colniza@hotmail.com, ou solicitar na CPL, de segunda a sexta-feira de segunda a sexta-feira, no horário de 08h00min as 12h30min horas. Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones **(066) 3571-1000 / 3571-2227 ou 3571-1315.**

Colniza – MT, em 03 de Março de 2014.

_____

Cristiane P. de Souza Santos Dorneles

Pregoeira oficial

Dec. n° 347/GP/2014

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO FRACASSADO

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO FRACASSADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

A Pregoeira Oficial juntamente com a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Colniza, no exercício das atribuições que lhe confere o **Decreto nº 347/GP/2014,** torna publico, para conhecimento dos interessados, que por Determinação do **Sr. João Assis Ramos,** Prefeito Municipal de Colniza, que fica **FRACASSADO O PROCESSO LICITATÓRIO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 001/2015,** que tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES,** em função na necessidade de atendimento aos pacientes com consulta agendada, de acordo com a Lei Municipal n° 421/2009, que dispõe sobre autorização ao Poder Executivo a concessão de passagens a pacientes para tratamento fora domicilio; e na resolução do Conselho Munici-

pal de Saúde n° 007/2011 que a dispõe sobre normativa municipal de TFD que regulamenta a lei n° 421/2009, e Portaria SAS/055 de 24 de fevereiro de 1999; que estabelece o pagamento das despesas relativas ao deslocamento fora do domicilio que é permitido quando esgotados todos os meios de tratamento no município e Aquisição de Passagens Terrestre para Funcionário em cursos de capacitação, de acordo com a INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI N° 001/2013, no conceito 3.3 – PASSAGEM – indenização destinada a atender despesas com deslocamento aéreo, terrestre ou fluvial do servidor, em caráter eventual ou transitório, da localidade em que se encontra em exercício, para outra, em objeto de serviço para atender assim as necessidades desta municipalidade. Por um período de 12 (doze) meses.

MOTIVO: A não entrega da CERTIDÃO CONJUNTA DE TRIBUTOS FEDERAIS E QUANTO À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, DESCUMPRINDO ASSIM A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO NA ATA DE ABERTURA DO CERTAME.

Colniza/MT, em 03 de Março de 2015.

_____

CRISTIANE P. DE SOUZA SANTOS DORNELES

PREGOEIRA OFICIAL/RESP. EDITAL

DEC. N°. 347/GP/2014

_____

JOAO ASSIS RAMOS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DECRETO Nº. 028/2015

DATA: 02 DE MARÇO DE 2015

DESIGNA A FUNÇÃO DE DIRIGENTE LOCAL DO PROCON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. NILSON JOSÉ DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO que o Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Estado de Mato Grosso, por meio da Superintendência de Defesa do Consumidor – PROCON – MT.

CONSIDERANDO

a necessidade de nomear servidor público responsável como Dirigente Local do PROCON.

CONSIDERANDO que o servidor Tiago Rosa de Souza Lima foi nomeado através da Portaria 696/2013 no cargo de Comissão de Chefe de Departamento de Administração para atuar junto a Administração do PROCON.

CONSIDERANDO que na nomeação não ficou especificado a função para qual foi nomeado.

DECRETA:

Art. 1º – Fica designado para exercer a função de DIRIGENTE DO PROCONo Servidor Tiago Rosa de Souza Lima, nomeado pela Portaria 696/2013 como Chefe de Departamento de Administração.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal de Colíder.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de Outubro de 2013.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal Colíder Estado de Mato Grosso, 02 de Março de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO

Prefeitura Municipal de Colider-MT, CNPJ 15.023.930/0001-38, torna público que requereu junto a Comissão de Municipalização de Licenciamento Ambiental, a Licença Ambiental – Modalidade: Licença Prévia e Licença de Instalação para Complexo Turístico – Praça Linear com lago, localizado na Avenida Colonizador Roque Guedes, município de Colider-MT.

LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 018/2015.

TIPO: MAIOR VALOR DE DESCONTOS

A Prefeitura Municipal de Colíder - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com data de abertura prevista para o dia 16 de Março de 2015, ás 14h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo como objeto Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Agenciamento e Fornecimento de Passagens Aéreas com respectivo Código Localizador e Terrestres Nacionais, a serem Utilizadas pelas Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Colíder/MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Colíder – Comissão Permanente de Licitação, sito na Travessa dos Parecis, 85 – Centro – Setor Leste - Colíder/MT e no site www.colider.mt.gov.br

Colíder/MT, em 03 de Março de 2015.

ZENILDA ALVES DA SILVA

Pregoeira

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 09/2015 AO EDITAL Nº 001/2014 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Colíder - MT, Sr. **NILSON JOSÉ DOS SANTOS**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto 103/2014 de Outubro de 2014, torna público o edital complementar do Edital do Processo Seletivo Público 001/2014.

Art. 1º - Ficam Convocados os aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº. 01/2014 que deverão comparecer na Secretaria Municipal de Gestão Pública - Prefeitura Municipal de Colíder - MT, situada na Travessa dos Parecis nº. 85, Centro, Setor Leste, durante o período de 04 à 10 de Março de 2015, no horário de atendimento ao Público das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00, munidos dos seguintes documentos originais e três cópias legíveis, que serão retidas, a posse será realizada à partir do dia 10 de Março de 2015.

-Certificado, de conclusão de curso do Ensino Fundamental;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Comprovante de residência; no caso de Agente Comunitário de Saúde deve constar em nome do candidato (conta de agua, luz, telefone ou outro documento idôneo, com firma reconhecida, de acordo com a Lei Federal nº. 11.350/2006);

-Conta corrente (Banco do Brasil)

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-03 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima.

A posse será realizada a partir do dia 10 de Março de 2015.

Cargo : 043 - Agente Comunitário de Saúde (Micro área 21)

Inscrição	**Nome**	**PORT.**	**GERAIS**	**INFO.**	**ESPEC.**	TÍTULO	Pont	Class	Aprovado
0096	ALINE CARLA RODRIGUES	7	2	4	3	0.00	64.00	2	CLASS

Cargo : 027 - Agente Comunitário de Saúde (Micro área 49)

Inscrição	Nome	PORT.	GERAIS	INFO.	ESPEC.	TÍTULO	Pont	Class	Aprovado
0293	SANDRA APARECIDA GUEDES	5	1	5	3	0.00	53.00	2	CLASS

Cargo : 015 - Agente Comunitário de Saúde (Micro área 51)

Inscrição	Nome	PORT.	GERAIS	INFO.	ESPEC.	TÍTULO	Pont	Class	Aprovado
0506	CRISTIANE DA SILVA AQUINO RIGO	5	2	5	4	0.00	61.00	2	CLASS

Cargo : 005 - Agente Comunitário de Saúde (Micro área 55)

Inscrição	Nome	PORT.	GERAIS	INFO.	ESPEC.	TÍTULO	Pont	Class	Aprovado
0488	EDNA MARIA MACHADO DE MATTOS	5	1	4	4	0.00	56.00	2	CLASS

Cargo : 038 - Agente Comunitário de Saúde (Micro área 68)

Inscrição	Nome	PORT.	GERAIS	INFO.	ESPEC.	TÍTULO	Pont	Class	Aprovado
0425	KARINA SANTOS LIMA	6	1	4	2	0.00	51.00	2	CLASS

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

Colíder – MT, 03 de Março de 2015.

NILSON JOSÉ DOS SANTOSLUCIENE DE ALMEIDA TEODÓRIO

Prefeito MunicipalPresidente da Comissão do PSP nº 001/2014M

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 DE 26/02/2015

"Toma providências com relação ao julgamento das Contas Anuais de Governo do Poder Executivo Municipal de Comodoro/MT, exercício de 2013 – Gestão *Marlise Marques Moraes".*

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Comodoro, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** e eu **JOSÉ JOÃO FERNANDES**, Presidente, **PROMULGO** a seguinte

R E S O L U Ç Ã O

Art. 1º. *Ficam* APROVADAS as Contas Anuais de Governo do Poder Executivo Municipal de Comodoro/MT, relativas ao exercício de 2013 – Gestão Marlise Marques Moraes**,** devendo observar as recomendações apontadas no Parecer Técnico do TCE/MT, principalmente no que se refere à melhoria e eficiência dos gastos públicos.

Art. 2º. *Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

Plenário Comendador Luiz Grandi, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze.

José João Fernandes - Presidente

Registre-se e Publique-se,

Jeferson Ferreira Gomes- 1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 001/2015

A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, através da Comissão Permanente de Licitações torna público aos interessados a chamada pública 001/2015, **para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e de empreendedor familiar rural ou suas organizações, visando atender as necessidades da alimentação escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação**, **em atendimento a Lei 11.947/2009 de 16/06/2009, resolução CD/FNDE nº 26 de 17/06/2013**, para o período compreendido na data da assinatura do contrato até 31 de dezembro de 2015. O recebimento da documentação e do projeto de venda ocorrerá no dia **02 de abril de 2015**, até as **09:00 horas**, no Setor de licitações da Prefeitura Municipal de Confresa. Maiores informações pelo fone (66) 3564-2014. Cópia completa do Edital disponível no site oficial do Município www.confresa.mt.gov.br.

Confresa-MT, 02 de Março de 2015

José Carneiro da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 642/2015

LEI Nº 642/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ANISTIA PARCIAL DA MULTA E REMISSÃO PARCIAL DOS JUROS A CONTRIBUINTES INADIMPLENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo a conceder temporariamente anistia parcial da multa e remissão parcial dos juros a contribuintes inadimplentes com a Tesouraria Municipal, com o objetivo de recuperar créditos tributários.

§ 1º - A anistia e a remissão de que trata o caput deste artigo abrange todos os créditos tributários e não tributários vencidos até 31 de dezembro de 2014, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados e a ajuizar, inclusive aqueles, objeto de acordo de parcelamento anterior não cumprido pelo contribuinte.

§ 2º - Os tributos em atraso, tanto para o pagamento a vista ou parcelado, serão calculados exercício por exercício e sofrerão a incidência das seguintes reduções:

I - Para o pagamento à vista dos tributos em atraso, será concedida anistia da multa e remissão dos juros no percentual de 80%;

II – Para pagamento parcelado, o desconto aplicado será de 25% do valor da multa e dos juros.

Art. 2º - Os contribuintes interessados em usufruir do benefício da anistia e remissão, citados no artigo anterior, para o caso de pagamento parcelado, deverão requerer o parcelamento em até 06 (seis) parcelas mensais e sucessivas, no prazo de até 100 (cem) dias contados da publicação da presente Lei.

§ 1º - O deferimento do pedido de parcelamento fica condicionado ao pagamento da primeira parcela no ato da formalização do acordo, vencendo as demais prestações do parcelamento em até 30 (trinta) dias subsequentes.

§ 2º - O inadimplemento de (03) três parcelas consecutivas do ajustamento para pagamento parcelado, importará na perda do benefício instituído por esta Lei, prosseguindo-se a cobrança pelo débito tributário original, devidamente corrigida e acrescida de juros e multa, conforme estabelece a legislação tributária do Município, abatidos os valores pagos anteriormente.

Art. 3º - O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas aos cofres municipais.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente lei, no que for necessário para a sua fiel execução, inclusive autorizado a prorrogar referida campanha de incentivo, mediante decreto, se necessário for.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 27 de fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Pregoeira, torna público que fará realizar no dia 13 de Março de 2015, às 10:00hs, na sala da Comissão Permanente de Licitações, sito à Rua 13 de Maio, nº 279, Centro na cidade de Confresa-MT, a Reunião para realização do **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2015 do tipo Menor por item**, de acordo com as Leis em vigência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala da Comissão Pregoeira, endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

Objeto: *REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL E EVENTUAL AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA.*

Confresa-MT, 03 de Março de 2015.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 105/1998

LEI Nº 105/98, DE 22 DE JUNHO DE 1998.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CONFRESA, A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dr. Iron Marques Parreira, Prefeito Municipal de Confresa-MT, Estado de Mato Grosso, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município da Confresa no Consórcio Intermunicipal de Saúde constituído por Municípios do Estado de Mato Grosso, para conseção das seguintes finalidades:

I – Realizar ações conjuntas de promoção, prevenção e recuperação da saúde:

II - Planejar, adotar, executar e controlar programas e medidas em consonância com diretrizes do sistema Único de Saúde:

III - Integrar pessoa jurídica, se assim for deliberado e convir ao bom desempenho do Consórcio.

Art. 2º. O Consórcio será constituído somente por Municípios regularmente autorizados pelas respectivas Câmaras Municipais.

Art. 3º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial, na importância de R$ 30.000,00 (Trinta mil reais) para atender despesas iniciais decorrentes da execução da presente Lei, podendo ser suplementada se necessário, devendo ser consignados nos orçamentos futuros, dotações próprias para mesma.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado a destinar a importância de 1,00/habitante /mês, perfazendo um total igual a R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) de acordo com o consubstanciado no Plano Executivo do Consórcio e deliberado pelo Colegiado de Prefeitos envolvidos.

Art. 5º. Fica declarado de Utilidade Pública o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Baixo Araguaia.

Art. 6º.

Revogam-se as disposições em contrário .

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa-MT, em 22 de Junho de 1998.

DR. IRON MARQUES PARREIRA

Prefeito Municipal

PRORROGAÇÃO DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

A Prefeitura de Confresa, através de seu Pregoeiro, comunica que por razões do não comparecimento de empresas interessadas no objeto licitado, fica prorrogada para o dia 13 de Março às 09:00 o processo nº 006/2015 Pregão Presencial nº 006/2015.

Confresa, 24 de Fevereiro de 2015.

José Carneiro da Silva - Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 644/2015

LEI Nº 644/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR, E POSTERIORMENTE DOAR DUAS CARROCERIAS DE MADEIRAS, DO VEÍCULO AUTOMOTOR, MODELO F-4000, AS ALDEIAS INDÍGENAS URUBU BRANCO E SANTA LAURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1°-Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir através de compra duas carrocerias de madeira, contendo 4,40 metros de comprimento, 2,25 metros de largura e 50 centímetros de altura, com valor unitário estimável em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), perfazendo um valor total de R$ 10. 000,00 (dez mil reais), para serem utilizados, em 02 (dois) veículos automotores, modelo F-4000, de propriedade das Aldeias Indígenas Urubu Branco e Santa Laura, recebidos em doação do Governo do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º -

Fica autorizado ao Poder Executivo, após, adquirir referidas carrocerias, a providenciar a doação das mesmas, as Aldeias Indígenas Urubu Branco e Santa Laura, ambas localizadas no município de Confresa – MT, mediante assinatura de Termo de Doação.

Art. 3º - A medida visa fortalecer o desenvolvimento cultural das comunidades indígenas Urubu Branco e Santa Laura.

Art. 4º - Para fazer face ás despesas com execução desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Contadoria Municipal, um Crédito Especial no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que será coberto com recursos provenientes da anulação parcial de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 27 de fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2015

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedoras do processo licitatório nº 011/2015 Pregão Presencial 010/2015, cujo objeto é o Registro de Preços para possível e eventual prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em computadores com eventuais reposição de peças, a seguinte pessoa física: Adailton Pereira Rodrigues - ME no valor global de R$ 171.600,00.

Confresa 03/03/2015.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/2015

OBJETO: Locação de Imóvel para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde; Favorecidos: Paulo Roberto dos Santos; *Prazo de execução: 10 meses;* **FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24 inciso X da Lei n.º 8.666/93.** Ratifico a dispensa de Licitação com fulcro na justificativa n.º 004/2015 e no Parecer Jurídico anexo ao processo, nos termos da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Confresa – MT, em 03 dias de Março de 2015.

Gaspar Domingos Lazari.

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 643/2015

LEI Nº 643/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER DESCONTO PARA PAGAMENTO À VISTA DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

GASPAR DOMINGOS LAZARI,

Prefeito Municipal de Confresa - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a conceder desconto de 25% (vinte e cinco por cento), para pagamento à vista, do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício financeiro 2015, realizada até o dia 30 de junho de 2015.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, no que for necessário para a sua fiel execução, inclusive autorizado a prorrogar referida campanha de incentivo, mediante decreto, se necessário for.

Art. 3º - O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas aos cofres municipais.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 27 de fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 641/2015

LEI Nº 641/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REPASSAR NUMERÁRIO À TÍTULO DE APOIO CULTURAL À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CULTURA DE CONFRESA (RÁDIO CONFRESA-FM), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Confresa-MT autorizado a repassar, como Apoio Cultural, à Associação Comunitária de Cultura de da Confresa/ Rádio Confresa FM, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 02.454.345/0001-40, estabelecida à Rua Gaspar Dutra, nº 41, Centro, Confresa - MT, com suporte na normatização e orientação do Ministério das Comunicações sobre a matéria, o valor de R$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) dividido em 12 parcelas iguais de R$2.750,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo que a primeira parcela será paga em 20/02/2015 e a última parcela em 20/01/2016, no intuito de manter a viabilidade do importantíssimo serviço de radiodifusão comunitária instalado no Município.

Parágrafo único. O recurso será aplicado exclusivamente para auxiliar em despesas operacionais de custeio e manutenção dos serviços de radiodifusão da Rádio Confresa FM, da qual a Associação Comunitária é mantenedora.

Art. 2º.

Em contrapartida, a entidade beneficiada irá contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, através dos serviços de utilidade pública prestados pela rádio comunitária, de importante papel social na medida em que funciona como veículo informador aos munícipes, entre os quais a divulgação de ações de saúde, de educação, de assistência, de esporte, de cultura e, especialmente, de cidadania às pessoas, bem como na divulgação de campanhas educativas, de tanto de cunho social como informativas.

Parágrafo único. Incluem-se nas divulgações de cidadania, as informações relativas à publicidade dos atos legais, ações, programas e informações sobre os serviços prestados emanados e desenvolvidos pelo Poder Executivo e seus órgãos de Administração Pública e Poder Legislativo.

Art. 3º. O repasse de numerário de que trata esta Lei será concedido mediante regulamentação estabelecida em Termo de Convênio a ser celebrado entre as partes num prazo de 30 dias após a sanção desta Lei.

Art. 4º. Para ter direito ao recebimento das parcelas, a Associação deverá apresentar ao Município o respectivo recibo, mensalmente, já que se trata de associação civil, e não empresa, logo não poderá emitir nota fiscal.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento municipal vigente, no valor deR$ 33.000,00, na seguinte dotação:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 Gabinete do Prefeito

Proj/Ativ. 2.067 Despesas com Publicidade

Elemento 3.3.90.39.00.00.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica

Valor: R$ 33.000,00

Art. 6º. As despesas de que trata o presente artigo ficam incluídas nas peças de planejamento PPA, LDO e LOA, em vigor.

Art.7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em 27 de fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI 644/2015

LEI Nº 644/2015, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR, E POSTERIORMENTE DOAR DUAS CARROCERIAS DE MADEIRAS, DO VEÍCULO AUTOMOTOR, MODELO F-4000, AS ALDEIAS INDÍGENAS URUBU BRANCO E SANTA LAURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa - MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1°-Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir através de compra duas carrocerias de madeira, contendo 4,40 metros de comprimento, 2,25 metros de largura e 50 centímetros de altura, com valor unitário estimável em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), perfazendo um valor total de R$ 10. 000,00 (dez mil reais), para serem utilizados, em 02 (dois) veículos automotores, modelo F-4000, de propriedade das Aldeias Indígenas Urubu Branco e Santa Laura, recebidos em doação do Governo do Estado de Mato Grosso.

Art. 2º -

Fica autorizado ao Poder Executivo, após, adquirir referidas carrocerias, a providenciar a doação das mesmas, as Aldeias Indígenas Urubu Branco e Santa Laura, ambas localizadas no município de Confresa – MT, mediante assinatura de Termo de Doação.

Art. 3º - A medida visa fortalecer o desenvolvimento cultural das comunidades indígenas Urubu Branco e Santa Laura.

Art. 4º - Para fazer face ás despesas com execução desta lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir na Contadoria Municipal, um Crédito Especial no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que será coberto

com recursos provenientes da anulação parcial de dotações do orçamento vigente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, 27 de fevereiro de 2015.

GASPAR DOMINGOS LAZARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREGÃO Nº 011/2015

MODALIDADE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS-SRP

PROCESSO 018/2015

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçua à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO, com a finalidade de selecionar propostas para contratação de: **"AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES COMO: EQUIPAMENTOS PARA LABORÁTORIO, FISIOTERAPIA E HOSPITAL MUNICIPAL DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 20 (Vinte) de Março de 2015, às 9:00 (Nove horas), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CEL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou via fax – (66)35551621, 1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br,(Portal da Transparência)

Cotriguaçu-MT, 03 de Março de 2015.

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO Nº 008/2015 PROCESSO 008/2015

DO EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL –REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2015

Modalidade e tipo da licitação: **PREGÃO PRESENCIAL – MENOR PREÇO POR ITEM**

Senhor licitante no EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO - Nº 008/2015, visando contratação de: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS EM ATENÇÃO A SAÚDE DA MULHER(parto e nascimento) E EM ATENÇÃO A SAÚDE DO HOMEM(Prevenção do Câncer de Próstata)"**

Fica Prorrogada a Abertura para

: 19 de Março de 2015

Horário: 09:00 horas

Local: Prefeitura de Cotriguaçu, Avenida 20 de Dezembro nº 725, Centro, Cotriguaçu-MT CEP: 78330000.

Continua em vigor todas as demais disposições contidas no edital.

Cotriguaçu/MT, 03 de Março de 2015

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

PREFEITA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG20.079/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o S.R. ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 26.921.908/0001-21, com sede à Rua 3, nº 975 – Setor Moraes – Goiânia/GO, CEP: 74.620-385, representada neste ato pela sua Representante Legal, Sr(ª). JANINE SOUZA CHAGAS, portadora da Carteira de Identidade n.º 5288706 SSP/GO, CPF/MF n.º 032.766.641-27 doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014 do Processo Administrativo Nº. 20.079/2013, RESOLVE** registrar os preços nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 91 (noventa e um) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
47	ESPONJA GELATINA HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL – ESPONJA ESTÉRIL DE GELATINA ABSORVÍVEL COM MATRIZ DOBRÁVEL, POROSA PREPARADA COM GELATINA ESPECIALMENTE TRATADA, FACILMENTE ABSORVÍVEL, SEM LEVAR À FORMAÇÃO DE TECIDO CICATRICIAL EXCESSIVO OU À REAÇÃO CELULAR QUANDO IMPLANTADA NOS TECIDOS, TAMANHO 100, MEDINDO APROXIMADAMENTE 80 X 125 X 10 MM	UND	403	PFIZER	R$189,00	R$76. 167,00	HOSPFAR IND. COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacaoe ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO.

6.1 As entregas dos materiais de consumo hospitalar deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.1.1 As entregas deverão atender as especificações bem como qualquer tipo de irregularidade, vicio ou desconformidade a empresa licitante substituirá o produto sem ônus para esta Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa e Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4 Prazo de entrega dos Materiais Hospitalares deverá ser em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sendo que em caso de novos prazos de entrega serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas.

6.5 O local de entrega dos Materiais será o Almoxarifado Central/SMS, situado a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. Horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Tel.: (65) 3617-1325 / 1326 - Fax (65) 3617-1604. Devendo se instalar futuramente em novo endereço: Avenida Fernando Correa da Costa nº 9160 – BR 364 – Bairro São Francisco – CEP: 78.085-700 ao lado do CISC Coxipó – Cuiabá/MT, OU OUTRO LOCAL DESIGNADO NA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO. E-mail: caf.saude@cuiaba.mt.gov.br.

6.6 Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.7 Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações discriminada nas notas fiscais.

6.8 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.9 As Notas Ficais deverão conter:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

6.10 Laudo de qualidade e analise:

6.10.1 Os documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, “relativo ao lote que está sendo entrega”, no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade dos materiais hospitalares;

6.11 Do recebimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.11.1 Os materiais hospitalares deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.11.2 Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos materiais hospitalares como quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples DOAÇÃO.

6.11.3 O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.11.4 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.11.5 O transporte deve ser feito pela fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.11.6 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos materiais hospitalares, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.11.7 Identificar todos os materiais hospitalares com etiquetas adesivas constando às informações de nome do material, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão;

6.11.7.1 Embalagem primária: caixa para acondicionamento do produto utilizado para o acondicionamento do material;

6.11.7.2 Embalagem secundária: caixa para acondicionamento de materiais hospitalares alocados em caixas menores.

6.11.8 Não serão recebidos os materiais com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.11.9 Não serão aceitos materiais com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no Termo de Referência.

6.11.10 Os materiais hospitalares, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades, devendo na embalagem secundária constar os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO” (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de1998). As informações referentes ao fracionamento das unidades, deverão contas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO finalizada.

6.12 Do prazo de vencimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.12.1 Os Materiais deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a 12 (doze) meses.

6.12.2 Para os materiais com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento. Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total da fornecedora que não cumpriu as exigências deste edital, arcará com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta da Fornecedora.

6.13 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistências, perdas e avarias:

6.13.1 O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais hospitalares será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.13.2 A empresa deverá entregar os materiais elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente Termo de Referência, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.13.3 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.14 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais hospitalares..

7CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato em até 03 (três) dias uteis, no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 03 (três) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

7.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

7.3.1 Fornecer os materiais hospitalares dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

7.3.2 Disponibilizar os materiais hospitalares no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.3.3 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da FORNECEDORA a substituição de imediato, depois do comunicado da SMS de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.3.4 A nota fiscal deverá especificar número de cada item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, deverá os materiais ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.3.5 O recebimento não excluirá a FORNECEDORA da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos materiais, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.3.6 Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.3.7 Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SMS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.3.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.3.10 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.3.11 Comunicar imediatamente à SMS qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.3.12 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.3.13 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela SMS;

7.3.14 Substituir de imediato, após notificação formal, os materiais entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade;

7.3.15 Se a FORNECEDORA recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.3.16 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.17 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a SMS, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a SMS;

7.3.18 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa;

7.3.19 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo deste Edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, após a nomeação do vencedor do certame:

8.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, através de seus fiscais, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.

8.2.2 Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora, desde que tenha havido o recebimento dos materiais;

8.2.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) FORNECEDORA(S) para que possa(m) proceder à entrega dos materiais dentro do estabelecido nesta licitação;

8.2.4 Rejeitar os fornecimentos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2.5 Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária FORNECEDORA pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA.

8.2.6 Comunicar oficialmente à FORNECEDORA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.

9CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Serão designados como gestor e fiscais do contrato, os servidores abaixo relacionados, ou outros designados para essa função:

9.1.1 Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, Sr. Francisco Carlos Xavier, na pessoa do Diretor(a), Matrícula: 4043625. RG: 02512408 SJ/MT. CPF: 065.826.051-00, e/ou outro servidor designado.

9.1.2 Fiscal de Contrato: Coordenadora de Assistência Farmacêutica, Srª. Cristiane de Oliveira Rodrigues Calçada, Matrícula: 4048325. RG: 1133128-3 SSP/MT. CPF: 692.466.101-72, na pessoa da Coordenadora e/ou outro servidor designado.

9.1.3 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, Matrícula: 4028726. RG: 13871064 SSP/MT. CPF: 003.794.371-55, na pessoa do Responsável e/ou outro servidor designado.

9.1.4 Suplente de Contrato: Farmacêutico Responsável pelo Recebimento dos Produtos, Felipe Winck do Nascimento, Matrícula: 4045697. RG: 14078031 SSP/MT. CPF: 016.882.801-46, na pessoa do Farmacêutico e/ou outro servidor designado.

9.1.5 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Materiais Hospitalares, Widson de Oliveira Souza, Matrícula: 1573823. RG: 324249-8 SSP/MT. CPF: 241.967.891-53, na pessoa do responsável e/ou outro servidor designado.

9.2 São atribuições do Gestor e Fiscal do Contrato:

9.2.1 Conferência dos produtos, marcas e especificação dos produtos que foram entregues.

9.2.2 Se as quantidades e especificações dos produtos entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatível com o edital, com a ata de registro e demais documentos referentes ao certame.

9.2.3 Registrar no ato do recebimento do produto todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.2.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos de entrega.

9.2.5 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações e tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento previsto no edital e no registro de preços, parcial ou total.

9.2.6 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos médico hospitalar, odontológico e instrumental cirúrgico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.7 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

9.3 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue deverá ser atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), e encaminhada a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

10CLÁUSULA DÉCIMA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, oriundo de recursos federais, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.

Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A/S.I.H

2388 – Promover a manutenção e estruturação das ações da Unidade de Pronto atendimento de saúde – UPA – Morada do Ouro.

2386 – Implementar a Rede de Urgências (RUE)

Fonte:111 – Transferência do FES para o FMS

113 – Transferência do FNS para o FMS.

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Rotina: Despesas com Custeio - Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária, HPSMC e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde

Atividade: 2380 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá

Fonte: 110 – Transferência da União do FNS para SMS

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Bloco: Atenção Básica

Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo

Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo

Banco do Brasil 001 - Agência: 3834-2 Conta: 5868-8

Recurso Fundo a Fundo:

Ação: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

11.2 O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

11.3 A FORNECEDORA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.4 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

11.5 Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

11.6 O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA;

11.7 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.8 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.9 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.10 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 075/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

JANINE SOUZA CHAGAS

CPF/MF n.º 032.766.641-27

HOSPFAR IND. E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ/MF nº. 26.921.908/0001-21

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG20.079/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o S.R. ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF nº. 15.371.628/0001-70, com sede à Av. General Mello, nº 1527, Bairro Pico do Amor, Cuiabá/MT, CEP; 78.065-290, FONE; 65 3634-5142/6951, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. TERTULIANO GONÇALVES DA COSTA, portador da Carteira de Identidade n.º 0003298-0 SSP/MT, CPF/MF n.º 171.769.301-63, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS Nº.075/2014 do Processo Administrativo Nº. 20.079/2013, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 91 (noventa e um) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITENS	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
68	FORMOL A 10% 1000ML. FRASCO DE FORMOL A 10%, CONTENDO 1000ML, EMBALAGEM CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	FRASCO	370	WALTEX	R$20,00	R$ 7. 400,00	CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA-ME
82	POLIPROPILENO Nº 3,0 - C/2AG - 1/2 CIRC CIR 2,0 CM: FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE POLIPROPILENO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 3-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 CM DE COMPRIMENTO, COM 2 AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CORPO QUADRADO, MEDINDO 2,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: PROLENE)	UND	528	RICIE	R$2,34	R$1. 235,52	CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA-ME

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacaoe ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO.

6.1 As entregas dos materiais de consumo hospitalar deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.1.1 As entregas deverão atender as especificações bem como qualquer tipo de irregularidade, vicio ou desconformidade a empresa licitante substituirá o produto sem ônus para esta Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa e Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4 Prazo de entrega dos Materiais Hospitalares deverá ser em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sendo que em caso de novos prazos de entrega serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas.

6.5 O local de entrega dos Materiais será o Almoxarifado Central/SMS, situado a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. Horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Tel.: (65) 3617-1325 / 1326 - Fax (65) 3617-1604. Devendo se instalar futuramente em novo endereço: Avenida Fernando Correa da Costa nº 9160 – BR 364 – Bairro São Francisco – CEP: 78.085-700 ao lado do CISC Coxipó – Cuiabá/MT, OU OUTRO LOCAL DESIGNADO NA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO. E-mail: caf.saude@cuiaba.mt.gov.br.

6.6 Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.7 Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações discriminada nas notas fiscais.

6.8 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.9 As Notas Ficais deverão conter:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

6.10 Laudo de qualidade e analise:

6.10.1 Os documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, “relativo ao lote que está sendo entrega", no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade dos materiais hospitalares;

6.11 Do recebimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.11.1 Os materiais hospitalares deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.11.2 Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos materiais hospitalares como quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples DOAÇÃO.

6.11.3 O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.11.4 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.11.5 O transporte deve ser feito pela fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.11.6 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos materiais hospitalares, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.11.7 Identificar todos os materiais hospitalares com etiquetas adesivas constando às informações de nome do material, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão;

6.11.7.1 Embalagem primária: caixa para acondicionamento do produto utilizado para o acondicionamento do material;

6.11.7.2 Embalagem secundária: caixa para acondicionamento de materiais hospitalares alocados em caixas menores.

6.11.8 Não serão recebidos os materiais com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.11.9 Não serão aceitos materiais com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no Termo de Referência.

6.11.10 Os materiais hospitalares, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades, devendo na embalagem secundária constar os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO" (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de1998). As informações referentes ao fracionamento das unidades, deverão contas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO finalizada.

6.12 Do prazo de vencimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.12.1 Os Materiais deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a 12 (doze) meses.

6.12.2 Para os materiais com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento. Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total da fornecedora que não cumpriu as exigências deste edital, arcará com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta da Fornecedora.

6.13 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistências, perdas e avarias:

6.13.1 O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais hospitalares será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.13.2 A empresa deverá entregar os materiais elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente Termo de Referência, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.13.3 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.14 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais hospitalares..

7CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato em até 03 (três) dias uteis, no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 03 (três) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

7.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

7.3.1 Fornecer os materiais hospitalares dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

7.3.2 Disponibilizar os materiais hospitalares no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.3.3 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da FORNECEDORA a substituição de imediato, depois do comunicado da SMS de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.3.4 A nota fiscal deverá especificar número de cada item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, deverá os materiais ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.3.5 O recebimento não excluirá a FORNECEDORA da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos materiais, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.3.6 Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.3.7 Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SMS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.3.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.3.10 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.3.11 Comunicar imediatamente à SMS qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.3.12 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.3.13 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela SMS;

7.3.14 Substituir de imediato, após notificação formal, os materiais entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade;

7.3.15 Se a FORNECEDORA recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.3.16 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.17 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a SMS, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a SMS;

7.3.18 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa;

7.3.19 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo deste Edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, após a nomeação do vencedor do certame:

8.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, através de seus fiscais, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.

8.2.2 Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora, desde que tenha havido o recebimento dos materiais;

8.2.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) FORNECEDORA(S) para que possa(m) proceder à entrega dos materiais dentro do estabelecido nesta licitação;

8.2.4 Rejeitar os fornecimentos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2.5 Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária FORNECEDORA pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA.

8.2.6 Comunicar oficialmente à FORNECEDORA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.

9CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Serão designados como gestor e fiscais do contrato, os servidores abaixo relacionados, ou outros designados para essa função:

9.1.1 Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, Sr. Francisco Carlos Xavier, na pessoa do Diretor(a), Matrícula: 4043625. RG: 02512408 SJ/MT. CPF: 065.826.051-00, e/ou outro servidor designado.

9.1.2 Fiscal de Contrato: Coordenadora de Assistência Farmacêutica, Srª. Cristiane de Oliveira Rodrigues Calçada, Matrícula: 4048325. RG: 1133128-3 SSP/MT. CPF: 692.466.101-72, na pessoa da Coordenadora e/ou outro servidor designado.

9.1.3 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, Matrícula: 4028726. RG: 13871064 SSP/MT. CPF: 003.794.371-55, na pessoa do Responsável e/ou outro servidor designado.

9.1.4 Suplente de Contrato: Farmacêutico Responsável pelo Recebimento dos Produtos, Felipe Winck do Nascimento, Matrícula: 4045697. RG: 14078031 SSP/MT. CPF: 016.882.801-46, na pessoa do Farmacêutico e/ou outro servidor designado.

9.1.5 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Materiais Hospitalares, Widson de Oliveira Souza, Matrícula: 1573823. RG: 324249-8 SSP/MT. CPF: 241.967.891-53, na pessoa do responsável e/ou outro servidor designado.

9.2 São atribuições do Gestor e Fiscal do Contrato:

9.2.1 Conferência dos produtos, marcas e especificação dos produtos que foram entregues.

9.2.2 Se as quantidades e especificações dos produtos entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatível com o edital, com a ata de registro e demais documentos referentes ao certame.

9.2.3 Registrar no ato do recebimento do produto todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.2.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos de entrega.

9.2.5 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações e tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento previsto no edital e no registro de preços, parcial ou total.

9.2.6 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos médico hospitalar, odontológico e instrumental cirúrgico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.7 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

9.3 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue deverá ser atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), e encaminhada a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

10CLÁUSULA DÉCIMA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, oriundo de recursos federais, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.

Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A/S.I.H

2388 – Promover a manutenção e estruturação das ações da Unidade de Pronto atendimento de saúde – UPA – Morada do Ouro.

2386 – Implementar a Rede de Urgências (RUE)

Fonte:111 – Transferência do FES para o FMS

113 – Transferência do FNS para o FMS.

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Rotina: Despesas com Custeio - Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária, HPSMC e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde

Atividade: 2380 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá

Fonte: 110 – Transferência da União do FNS para SMS

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Bloco: Atenção Básica

Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo

Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo

Banco do Brasil 001 - Agência: 3834-2 Conta: 5868-8

Recurso Fundo a Fundo:

Ação: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

11.2 O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

11.3 A FORNECEDORA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.4 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

11.5 Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

11.6 O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA;

11.7 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.8 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.9 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring".

11.10 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 075/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

TERTULIANO GONÇALVES DA COSTA

CPF/MF n.º 171.769.301-63

CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA-ME

CNPJ/MF nº. 15.371.628/0001-70

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG20.079/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o S.R. ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **INJEX IND. CIRÚRGICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 59.309.302/0001-99, com sede à Av. Comendador José Zillo, nº 160, Distrito Industrial, Ourinhos/SP, CEP; 19900-000; FONE: 65 3661-1669/5953, E-MAIL; henriquevilela@vilelafaccin.com.br, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. HENRIQUE CÉSAR M. VILELA, portador da Carteira de Identidade n.º 048.088 SSP/MS, CPF/MF n.º 250.488.481-87, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS Nº.075/2014 do Processo Administrativo Nº. 20.079/2013, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 91 (noventa e um) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITENS	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
5	AGULHA HIPODÉRMICA ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, CALIBRE 20 X 5,5, DE USO ÚNICO; CONSTITUÍDA POR TUBO DE AÇO INOX AIXI 304 (NBR 5601) DE FORMATO CILÍNDRICO, RETA, OCA, COM BISEL TRI FACETADO E AFIADO CENTRALIZADO AO LONGO DO EIXO CENTRAL LONGITUDINAL DO CANHÃO; COM CANHÃO CONSTITUÍDO EM POLIPROPILENO (PLÁSTICO) COM FORMATO E DIMENSÕES UNIVERSALMENTE ACEITOS QUE PROPORCIONE ENCAIXE PERFEITO DE CONDUTORES (SERINGAS, CATETERES, EQUIPOS, ETC.) 6% DE CONICIDADE NA PARTE INTERNA E COLORAÇÃO SEGUNDO NBR 9259/86;PROTETOR DE POLIPROPILENO (PLÁSTICO) PROJEÇÃO INTERNA QUE MANTÉM AGULHA CENTRADA COM PARTE DISPONÍVEL DO CANHÃO EXTERIORIZADA AFIM DE PERMITIR ACOPLAMENTO À SERINGA SEM CONTATO MANUAL COM PERFEITA ADAPTAÇÃO AO CANHÃO, AGULHA DEVERÁ SER DEVIDAMENTE NIVELADA, POLIDA, RESISTENTE, ISENTA DE ASPEREZA E/OU ONDULAÇÕES, LUBRIFICADA COM SILICONE DE PUREZA FARMACÊUTICA GRAU MÉDICO-HOSPITALAR, TER LÚMEN LIMPO, SEM MATERIAIS ESTRANHOS, REBARBAS OU RESÍDUOS DE MANUFATURA DO AÇO; FIXAÇÃO E VEDAÇÃO AO CANHÃO CONFORME NBR 9259/86; CALIBRE 20X5,5, PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS TERAPÊUTICOS (IM/EV/SC E/OU ID), AGULHA DE DIÂMETRO 26G, COMPRIMENTO DE 4,5CM, COLORAÇÃO MARROM, EMBALAGEM INDIVIDUAL E INVÓLUCRO APROPRIADO, PAPEL GRAU CIRÚRGICO OU COMBINAÇÃO DESTE COM FILME TERMOPLÁSTICO COMPATÍVEL COM MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO, ASSEGURAR ESTERILIDADE DO PRODUTO NO TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E USO E FAVORECER ABERTURA E TRANSFERÊNCIA DO CONTEÚDO COM TÉCNICA ASSÉPTICA; EMBALAGEM EM CAIXA COM 100 (CEM) UNIDADES.	CX	57.960	INJEX	R$3,60	R$ 208. 656,00	INJEX IND. CIRÚRGICA LTDA
39	ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTEPARA ESTERILIZAÇÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 150X160 MM, QUE GARANTA A RESISTÊNCIA MECÂNICA, BARREIRA MICROBIOLÓGICA E O CONTROLE DE POROSIDADE PARA A MANUTENÇÃO DA ESTERILIDADE, FILME LAMINADO QUE SUPORTA AS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO, GARANTINDO A PROTEÇÃO E POSSIBILITANDO ABERTURA ANTISSÉPTICA. COM INDICADOR IMPRESSO PARA OS PROCESSOS DE ÓXIDO DE ETILENO (ETO) E AUTO CLAVE.	UNID	3.000. 000	INJEX	R,08	R$ 240. 000,00	INJEX IND. CIRÚRGICA LTDA
41	ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO AUTO SELANTEPARA ESTERILIZAÇÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 300X500 MM,QUE GARANTE A RESISTÊNCIA MECÂNICA, BARREIRA MICROBIOLÓGICA E O CONTROLE DE POROSIDADE PARA A MANUTENÇÃO DA ESTERILIDADE, FILME LAMINADO QUE SUPORTA AS TENSÕES DE MANIPULAÇÃO, GARANTINDO A PROTEÇÃO E POSSIBILITANDO ABERTURA ANTISSÉPTICA. COM INDICADOR IMPRESSO PARA OS PROCESSOS DE ÓXIDO DE ETILENO (ETO) E AUTO CLAVE.	UNIDADE	100. 000	INJEX	R,51	R$51. 000,00	INJEX IND. CIRÚRGICA LTDA

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacaoe ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO.

6.1 As entregas dos materiais de consumo hospitalar deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.1.1 As entregas deverão atender as especificações bem como qualquer tipo de irregularidade, vicio ou desconformidade a empresa licitante substituirá o produto sem ônus para esta Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa e Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4 Prazo de entrega dos Materiais Hospitalares deverá ser em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sendo que em caso de novos prazos de entrega serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas.

6.5 O local de entrega dos Materiais será o Almoxarifado Central/SMS, situado a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. Horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Tel.: (65) 3617-1325 / 1326 - Fax (65) 3617-1604. Devendo se instalar futuramente em novo endereço: Avenida Fernando Correa da Costa nº 9160 – BR 364 – Bairro São Francisco – CEP: 78.085-700 ao lado do CISC Coxipó – Cuiabá/MT, OU OUTRO LOCAL DESIGNADO NA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO. E-mail: caf.saude@cuiaba.mt.gov.br.

6.6 Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.7 Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações discriminada nas notas fiscais.

6.8 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.9 As Notas Ficais deverão conter:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

6.10 Laudo de qualidade e analise:

6.10.1 Os documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, “relativo ao lote que está sendo entrega”, no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade dos materiais hospitalares;

6.11 Do recebimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.11.1 Os materiais hospitalares deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.11.2 Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos materiais hospitalares como quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples DOAÇÃO.

6.11.3 O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.11.4 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.11.5 O transporte deve ser feito pela fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.11.6 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos materiais hospitalares, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.11.7 Identificar todos os materiais hospitalares com etiquetas adesivas constando às informações de nome do material, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão;

6.11.7.1 Embalagem primária: caixa para acondicionamento do produto utilizado para o acondicionamento do material;

6.11.7.2 Embalagem secundária: caixa para acondicionamento de materiais hospitalares alocados em caixas menores.

6.11.8 Não serão recebidos os materiais com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.11.9 Não serão aceitos materiais com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no Termo de Referência.

6.11.10 Os materiais hospitalares, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades, devendo na embalagem secundária constar os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO” (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de1998). As informações referentes ao fracionamento das unidades, deverão contas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO finalizada.

6.12 Do prazo de vencimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.12.1 Os Materiais deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a 12 (doze) meses.

6.12.2 Para os materiais com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento. Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total da fornecedora que não cumpriu as exigências deste edital, arcará com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta da Fornecedora.

6.13 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistências, perdas e avarias:

6.13.1 O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais hospitalares será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.13.2 A empresa deverá entregar os materiais elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente Termo de Referência, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.13.3 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.14 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais hospitalares..

7CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato em até 03 (três) dias uteis, no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 03 (três) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

7.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

7.3.1 Fornecer os materiais hospitalares dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

7.3.2 Disponibilizar os materiais hospitalares no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.3.3 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da FORNECEDORA a substituição de imediato, depois do comunicado da SMS de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.3.4 A nota fiscal deverá especificar número de cada item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, deverá os materiais ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.3.5 O recebimento não excluirá a FORNECEDORA da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos materiais, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.3.6 Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.3.7 Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SMS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.3.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.3.10 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.3.11 Comunicar imediatamente à SMS qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.3.12 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.3.13 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela SMS;

7.3.14 Substituir de imediato, após notificação formal, os materiais entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade;

7.3.15 Se a FORNECEDORA recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.3.16 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.17 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a SMS, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a SMS;

7.3.18 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa;

7.3.19 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo deste Edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, após a nomeação do vencedor do certame:

8.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, através de seus fiscais, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.

8.2.2 Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora, desde que tenha havido o recebimento dos materiais;

8.2.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) FORNECEDORA(S) para que possa(m) proceder à entrega dos materiais dentro do estabelecido nesta licitação;

8.2.4 Rejeitar os fornecimentos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2.5 Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária FORNECEDORA pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA.

8.2.6 Comunicar oficialmente à FORNECEDORA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.

9CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Serão designados como gestor e fiscais do contrato, os servidores abaixo relacionados, ou outros designados para essa função:

9.1.1 Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, Sr. Francisco Carlos Xavier, na pessoa do Diretor(a), Matrícula: 4043625. RG: 02512408 SJ/MT. CPF: 065.826.051-00, e/ou outro servidor designado.

9.1.2 Fiscal de Contrato: Coordenadora de Assistência Farmacêutica, Srª. Cristiane de Oliveira Rodrigues Calçada, Matrícula: 4048325. RG: 1133128-3 SSP/MT. CPF: 692.466.101-72, na pessoa da Coordenadora e/ou outro servidor designado.

9.1.3 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, Matrícula: 4028726. RG: 13871064 SSP/MT. CPF: 003.794.371-55, na pessoa do Responsável e/ou outro servidor designado.

9.1.4 Suplente de Contrato: Farmacêutico Responsável pelo Recebimento dos Produtos, Felipe Winck do Nascimento, Matrícula: 4045697. RG: 14078031 SSP/MT. CPF: 016.882.801-46, na pessoa do Farmacêutico e/ou outro servidor designado.

9.1.5 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Materiais Hospitalares, Widson de Oliveira Souza, Matrícula: 1573823. RG: 324249-8 SSP/MT. CPF: 241.967.891-53, na pessoa do responsável e/ou outro servidor designado.

9.2 São atribuições do Gestor e Fiscal do Contrato:

9.2.1 Conferência dos produtos, marcas e especificação dos produtos que foram entregues.

9.2.2 Se as quantidades e especificações dos produtos entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatível com o edital, com a ata de registro e demais documentos referentes ao certame.

9.2.3 Registrar no ato do recebimento do produto todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.2.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos de entrega.

9.2.5 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações e tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento previsto no edital e no registro de preços, parcial ou total.

9.2.6 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos médico hospitalar, odontológico e instrumental cirúrgico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.7 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

9.3 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue deverá ser atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), e encaminhada a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

10CLÁUSULA DÉCIMA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, oriundo de recursos federais, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.

Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A/S.I.H

2388 – Promover a manutenção e estruturação das ações da Unidade de Pronto atendimento de saúde – UPA – Morada do Ouro.

2386 – Implementar a Rede de Urgências (RUE)

Fonte:111 – Transferência do FES para o FMS

113 – Transferência do FNS para o FMS.

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Rotina: Despesas com Custeio - Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária, HPSMC e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde

Atividade: 2380 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá

Fonte: 110 – Transferência da União do FNS para SMS

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Bloco: Atenção Básica

Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo

Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo

Banco do Brasil 001 - Agência: 3834-2 Conta: 5868-8

Recurso Fundo a Fundo:

Ação: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

11.2 O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

11.3 A FORNECEDORA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.4 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

11.5 Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

11.6 O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA;

11.7 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.8 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.9 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.10 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 075/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

HENRIQUE CÉSAR M. VILELA

CPF/MF n.º 250.488.481-87

INJEX IND. CIRÚRGICA LTDA

CNPJ/MF nº. 59.309.302/0001-99

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 082/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44.841/2014

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº. 03.942.611/0001-47, com sede à Rua G, nº 115, Bairro Capão do Gama, CuiabáMT, CEP: 78025-000, FONE: 65 3637-7331, E-MAIL: malaga@terra.com.br, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. WALDIR DIAS DE MOURA, portador da Carteira de Identidade n.º 351-223 SSP/MT, e CPF/MF n.º 327.412.191-68, doravante

denominadaFORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 082/2014 do Processo Administrativo Nº. 44.841/2014**, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Permanentes (Mobiliários, eletroeletrônicos, eletrodomésticos), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, nas unidades de saúde de Atenção Básica – PSF; Atenção Secundária: Policlínicas e UPAs; Diretoria de Vigilância em Saúde, Hospitais Pronto Socorro Municipal, Hospital São Benedito e demais Unidades pertencente à rede Municipal de Saúde, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação, quantitativos, marcas, empresas fornecedora do objeto e representantes legais, encontram-se relacionados na presente ata, a seguir:

ITENS	DESCRIÇÃO	QDADE	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
23	ARMÁRIO AÉRIO PARA COZINHA Armário para cozinha aéreo de parede em aço, contendo 2 peças, na cor branca, sendo 02 portas de dimensões aproximadas 55cm x 70cm x 30cm, (variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos), com 03 portas, com puxadores produzidos em abs com acabamento metalizado, dobradiças resistentes. Acabamento: tratamento anticorrosivo, pintura eletrostática, a pó, na cor branca. Incluso parafusos e buchas compatíveis. Entrega e Instalação em Cuiabá-MT. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	10	COLORMARQ	MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	R$ 343,90	R$3.439,00
24	ARMÁRIO DE COZINHA COM PIA EM AÇO Armário de copa/cozinha com pia, com gabinete duas portas e três gavetas, na cor branca, produto em chapa de aço laminado, pintura eletrostática à pó, pia inox em aço inoxidável polido com puxador injetado com acabamento metalizado á vácuo e proteção de verniz, com gavetas com corpo em plástico injetado(polipropileno), corrediças da gaveta em polipropileno com roldanas de nylon que facilitam o deslizamento nas dimensões mínimas (lxpxa):1,20x0,47x0,72(s/ pés) e 0,84(c/ pés) (variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos), capacidade mínima de carga:120 kg, garantia de no mínimo 01 ano. Unidade.	71	CZ1000	MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	R$470,00	R$33.370,00
25	ARQUIVO FICHÁRIO DE METALFichário em aço 6x9 com gavetas e fechadura simultânea. Possui sistema telescópico para a abertura de gavetas. Confeccionado em chapa 24 (0,60mm). Com puxadores cromados. Recomendado para “fichas 6x9" acabamento: tratamento anti-corrosivo, pintura eletrostática, a pó, na cor cinza. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	89	ROOESTER	MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	R$139,53	R$12.418,17
33	CADEIRAS FIXA ESTOFADA SEM BRAÇO OBS.: Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade ABNT NBR 13962/2006. Cadeira fixa interlocutor sem braço estrutura 4 (quatro) pés, com as laterais produzidos com tudo industrial oblongos aproximadamente 16x30 mm. Assento e encosto em compensado multilaminado de aproximadamente 14 mm moldado anatomicamente a quente, com bordas arredondadas, assento com curvatura na parte frontal, ambos fixados à estrutura com porcas de garra. Espuma poliuretano injetada anatomicamente com densidade controlada aproximada de 50 a 60 kg/m3 espessura aproximada de 50 mm no assento e no encosto. Revestimento em couro sintético na cor preta. Capa do assento e do encosto sem costuras, com sapatas em polipropileno injetado. Encosto apoiado e fixado ao assento com parafusos e arruela de pressão através de mola de aço. Os componentes metálicos possuem tratamento de superfície com fosfato de zinco, para dar melhor proteção contra corrosão. Medidas aproximadas: altura do assento 445 mm, largura do assento 520, profundidade do assento 460 mm, largura do encosto 540 mm, profundidade total da cadeira 610 mm, altura total da cadeira 870 mm, admitindo-se uma variação das medidas na ordem de 5% (cinco por cento) para mais ou para menos. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	466	VANDAFLEX	MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	R$149,00	R$69.434,00
45	FRIGOBAR Capacidade total mínima de 115 litros e máxima de 125 litros, pés niveladores, prateleiras removíveis e gaveta, cor branca, voltagem 110 v. Cer-	98	CONSUL	MÁLAGA COMÉRCIO E	R$887,25	R$86.950,50

	tificado INMETRO – CLASSIFICAÇÃO PROCEL (CLASSE A/B). manual em português. Garantia de no mínimo 01 (um) ano. Unidade.			SERVIÇOS LTDA-ME		
55	APARELHO DE DVD COMPACTO Aparelho de DVD compacto, com som DOLBY digital de no mínimo 5.1 canais, conversor digital (analógico 10 bits), zoom progressivo com ampliação de 2 vezes, câmara lenta para frente em 4 velocidades, reprodução de discos NTSC e PALM, reprodução de discos dvd, cd e vídeo cd, avanço e retrocesso com imagem em 4 velocidades, reprodução de quadro a quadro para frente, função bookmark, seleção de angulo de filmagem, programação de faixas de cd, on-screen display - toda ação realizada pelo dvd play e sinalizada pela tv, compatível com discos dvd gravados com codificação closed caption, ntsc e pal m e seleção do angulo de filmagem, reprodução de discos dvd com codificação dts, Garantia mínima de 01 (um) ano, prestação de assistência técnica em Cuiabá ou Várzea Grande-MT. Unidade.	96	SONY	MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	R$272,92	R$26.200,32
59	CAIXA DE SOM Amplificada - utilização: caixa acústica com amplificador profissional super multiuso para amplificação de guitarra, violão ou cavaquinho, teclados, auxiliares (cd, md, tape-deck, videokê, saída de linha de áudio de computador, etc.) e microfones. Especificações técnicas: canais de entrada: canal 1: canal de entrada específico para guitarra ou violão e cavaquinho, etc. canal 2: canal de entrada específico para teclados; canal 3: canal de entrada específico para 2 microfones; canal 4: canal de entrada específico para cd, md, tape-deck, videokê, saída de linha de áudio de computador, etc. sistema eletro - acústico: 1 alto-falante de 12" especial multi-uso e 1 driver (cerâmico) de alta-frequência; potência máxima = 600 watts rms; peso: 22,70 kg; dimensões aproximadas (lxaxp em mm com cantoneiras): 549,7 x 718,7 x 290,6. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	20	FRAHN	MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	R$789,00	R$15.780,00
61	SUPORTE DE PAREDE FIXO PARA TV LCD LCD/Plasma de até 47 polegadas, com suporte para DVD acoplado, peso suportado de mínimo de 40kg, material de aço carbono e pintura eletrostática, dimensões aproximadas da embalagem do produto (AxLxP) 62x20x7cm, peso aproximado do produto 2,8kg,conteúdo da embalagem suporte para TV e DVD, manual de instruções e jogo de parafusos e buchas. Garantia mínima de 12 meses. Unidade.	149	LED	MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	R$71,00	R$10.579,00
66	APARELHO TELEFÔNICO com fio e 17 teclas, para mesa, cor preto, conectores padrão americano ou telbras: tecla, mute com ajuste de volume, dedicado/multifrequancia, monofone compacto, adaptador pino padrão relbras, opação de chave de bloqueio, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante e com garantia mínima de 1 (um) ano. Unidade.	176	INTELBRAS	MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME	R$48,93	R$8.611,68

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação.

5.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data sua assinatura.

5.3 A ata de Registro de Preços deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e na Associação Mato-grossense dos Municípios AMM-MT, no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/.

5.4 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02, Decreto 4.336/2005, de 23 de setembro de 2005 e demais disposições vigentes.

5.5 No caso de descumprimento (não assinatura), a Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF se reserva no direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor;

5.6 Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos nesta Ata, no edital e seus anexos;

5.7 É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, salvo às disposições contidas no art. 14 do Decreto n° 4.336 de 23 de setembro de 2005.

6CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS E GARANTIA

6.1 PRAZO DE ENTREGA:

6.1.1 O prazo de entrega dos produtos será de até 30 (tinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho;

6.1.2 Todos os produtos que forem adquiridos por este Registro de Preços, após agendamento de data e hora, deverão ser entregues na Diretoria de Logística e Suprimento/Gerência de Patrimônio (endereço informado na Ordem de Fornecimento), onde serão conferidos e recebidos, provisoriamente, com acompanhamento do fiscal e gestor do contrato, a fim de serem registrados e incorporados ao patrimônio do Município de Cuiabá/MT, para posterior destinação as áreas solicitantes.

6.1.3 A Diretoria de Logística e Suprimento/Gerência de Patrimônio terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para verificação da conformidade dos produtos e realização dos procedimentos para incorporação ao patrimônio da SMS.

6.2 LOCAL DE ENTREGA:

6.2.1 A entrega do equipamentos/mobiliários deverá ser realizada na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Fernando Correia da Costa, nº. 9650, Bairro São Francisco, Cep: 78098-260, telefone: (65) 8459-3802/3617-1343, ponto de referência: Ao lado da empresa Copagaz, no horário 07h30min as 11h00min e das 13h00min as 16h00min, ou em outro local determinado na Ordem de Fornecimento;

6.2.2 Em caso de alteração ou mudança no endereço, fica a Administração responsável por informar a licitante vencedora de tais alterações, não sendo esta modificação motivo por parte da licitante vencedora, para a não entrega dos objetos adjudicados. Tais alterações não gerarão nenhum ônus para a Administração.

6.3 DA GARANTIA:

6.3.1 Os produtos objeto deste certame deverão ser entregues com os devidos termos de garantia por produto, conforme especificado, com manual técnico em português de uso e instalação conforme especificação do fabricante dos mesmos;

6.3.2 Deve cumprir as exigências de fabricação de material, devendo funcionar de acordo com esperado, sendo que qualquer defeito ou não conformidade de especificação ou vícios de fabricação, deverão ser imediatamente substituídos pela empresa, sem ônus para o Município.

6.3.3 Aquisição dos itens compreende a montagem, instalação e garantia técnica do produto, durante todo o período previsto no registro e contrato, se houver, com as obrigações de assistência técnica mantida pela CONTRATADA na sede da CONTRATANTE, nos respectivos locais de entrega.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O fiscal designado pela própria Secretaria e intitulado por meio de Portaria, será responsável por acompanhar, fiscalizar e conferir o recebimento do material, devendo anotar em registro próprio todas as falhas e/ou defeitos detectados e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

7.1.1 GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Francisco Carlos Xavier.

Lotação: Diretoria de Logística e Suprimentos/SMS - Diretor Matrícula: 4043625 RG: 0212408 - SJ/MT

CPF: 065.826.051-00

7.1.2 FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Ary Miguel Marques Nunes Mugnaimi.

Lotação: Gerência de Patrimônio – Gerente.

Matrícula: 4857269.

RG: 22926569 SSP/MT.

CPF: 918.045.741-04.

7.1.3 SUPLENTE DE FISCAL:

Nome: Helenice Silva Campos.

Lotação: Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá - Coordenadora Técnica de Equipamentos.

Matricula: 4849297.

RG: 136.0042-7.

CPF: 923.087.591.00.

7.2 Da Fiscalização:

7.2.1 O fiscal do contrato deverá atestar as notas fiscais, devendo conferir previamente se os valores e descrição do serviço/aquisição estão corretos e se os impostos correspondentes aos mesmo estão devidamente descriminados.

7.3 Cabe aquele que acompanha e fiscaliza a execução do contrato:

7.3.1 Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;

7.3.2 Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;

7.3.3 Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;

7.3.4 Intervir: assumir a execução do contrato;

7.3.5 Informar: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização.

7.3.6 Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;

7.3.7 Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassarem a sua competência;

7.3.8 Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês;

7.3.9 Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

7.3.10 Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

7.3.11 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

7.3.12 Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

7.3.13 Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

7.3.14 Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

7.3.15 Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 A FORNECEDORA é obrigada a assinar a Ata de Registro de Preços com o órgão no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2 A FORNECEDORA é obrigada a após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal.

8.3 Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital de licitação respectivo;

8.4 Executar fielmente o objeto da ata de registro de preços, conforme o edital e seus anexos, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

8.5 A FORNECEDORA deverá cumprir os rigores da Lei e das normas técnicas e ter responsabilidade técnica, civil e criminal pela execução dos serviços, respeitando-se as normas dos manuais de instalação fornecidos pelo fabricante, assim como as NBR 16.401 e 5410 da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

8.6 Será de inteira responsabilidade técnica, civil e criminal do profissional responsável e da EMPRESA FORNECEDORA, todo e qualquer tipo de risco, dano, perigo de caráter eminente, ou não, que sujeite as pessoas, servidores e o publico em geral, a qualquer tipo de perigo, dano, acidente em geral, decorrentes da instalação dos produtos nos locais, prédio onde os aparelhos condicionadores de ar forem instalados, e que de alguma forma tenha sido causado pela e na execução dos serviços;

8.7 A FORNECEDORA deverá responder as notificações no prazo estabelecido;

8.8 Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e ao órgão solicitante;

8.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.10 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a empresa contratada deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, depois de constatada a irregularidade;

8.11 A contratada deverá entregar os produtos em plenas condições de uso, devendo funcionar de acordo com o esperado, sendo que qualquer defeito, especificação errada ou que apresentem vícios de fabricação, estes deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para esta Municipalidade, no mesmo prazo de reposição do item;

8.12 A contratada deverá fornecer os acessórios e materiais necessários para o pleno uso dos produtos, conforme consta nas especificações do termo de referência e proposta de preços, atendendo plenamente ao cumprimento do objeto;

8.13 Atender no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, ao chamado da contratante, para regularizar, corrigir, substituir, trocar e alterar os produtos e materiais que apresentarem irregularidades na qualidade e quantidade e especificação se houver dentro do período de garantia dos produtos e de acordo com o problema apresentado no equipamento;

8.14 Efetuar testes de funcionamento após a entrega dos produtos, conforme normas da fabricante e normas de procedimento técnico exigido em Norma Técnica, para os equipamentos que exijam tais testes para validação da garantia;

8.15 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus à Secretaria Municipal de Saúde toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 30 (tinta) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.16 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.17 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

8.18 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.19 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.20 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.21 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.22 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e aos dispositivos legais vigentes;

8.23 Dar garantia do equipamento/peças de no mínimo 12 (doze) meses, a contar a data de entrega e recebimento definitivo do equipamento.

8.24 DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS:

8.24.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

8.24.2 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com ele;

8.24.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originalmente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

8.24.4 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO;

8.24.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade pro seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados;

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto deste certame;

9.3 A CONTRATANTE deverá exercer a fiscalização por servidos designados pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

9.4 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para o Município de Cuiabá;

9.5 Controlar e documentar as ocorrências havidas;

9.6 Designar Gestor/Fiscal do contrato para fiscalizar, o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora.

10DO CRITÉRIO PARA RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO: ocorrerá no momento da entrega dos produtos ao Gerente de Patrimônio e/ou fiscal do contrato, no local definido para entrega, onde será verificada a qualidade dos produtos, integralidade, especificação, capacidade e componentes/acessórios e demais materiais e confrontará a qualidade entregue com o especificado no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

10.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO: do produto deverá ocorrer, no prazo máximo de dias 05 (cinco) úteis, após verificação da conformidade e qualidade dos produtos de acordo com as especificações constantes no Termo de Referencia, Edital e Seus anexos;

10.3 Em se verificando vícios defeitos nos produtos, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

10.4 A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo fiscal do contrato e ou Gerente de Patrimônio, que providenciará todos os procedimentos formais para evitar perda, deterioração ou prejuízo a Administração.

11CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Orçamentária: 16601 – Fundo único Municipal de Saúde
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde
Programa/Ação: 038
Projeto/Atividade: 1238, 1239 e 1240
Natureza da Despesa: 449052
Fonte: 110 e 113

12CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

12.1 Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir alguns procedimentos:

12.1.1 Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, todas as certidões de regularidade fiscal (INSS, FGTS, Débitos Trabalhistas, Débitos Federais, Estaduais e Municipais e outras as quais a Secretaria julgar necessárias), devidamente válidas:

12.1.1.1 A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

12.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

12.3 O pagamento será efetuado em até no máximo após 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

12.4 O pagamento dar-se-á por intermédio de Ordem Bancária (OB) e em moeda corrente nacional, conforme art. 5° da Lei n° 8666/93.

12.5 Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

12.6 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

12.7 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring".

12.8 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

12.9 O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5° da Lei n° 8666/93.

12.10 A contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal o nome do Banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ondem bancária, bem como o número do contrato, além de descriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao município (ex. IR, ISSQN, etc...), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB.

12.11 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada diretamente a Gerência de Patrimônio, juntamente com a entrega do material solicitado;

12.12 A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem.

12.13 Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas como:

Razão Social;Número da Nota Fiscal/Fatura;Data de emissão;Nome da Secretaria Solicitante/Diretoria;Descrição do material e/ou serviço;Quantidade, preço unitário, preço total;Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);Número do Contrato;Número da Nota de Empenho;Não deverá possuir rasuras.

12.14 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informados os motivos que motivaram a sua rejeição.

12.15 Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.

12.16 A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada dos seguintes documentos e certidões comprobatórias de regularidade fiscal, vigentes:

INSS,FGTS,Débitos Trabalhistas,Débitos Federais, Estaduais e Municipais, Outras as quais a Secretaria julgar necessários.

13CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

13.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

13.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

13.2.1 Advertência.

13.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

13.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

13.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

13.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

14CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

15.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

15.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

15.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

15.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

15.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

15.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

15.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

15.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

15.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

15.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

16CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

16.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

16.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

16.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

17CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

17.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 082/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

17.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

18CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

WALDIR DIAS DE MOURA

CPF/MF n.º 327.412.191-68

MÁLAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – ME

CNPJ/MF nº. 03.942.611/0001-47

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG20.079/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o S.R. ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **M. B. TÊXTIL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 00.894.372/0001-09, com sede à Rua Barão de Montezuma, nº 260, Bairro Capuava, Goiânia/GO, FONE: 65 3661-1669/3661-5953; CEP: 78040-450; E-MAIL: verafaccin@vilelafaccin.com.br, representada neste ato pelo sua Representante Legal, Sr(ª). VERA LUCIA FACCIN, portadora da Carteira de Identidade n.º 353.396 SSP/MS, CPF/MF n.º 391.334.351-20, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS Nº.075/2014 do Processo Administrativo Nº. 20.079/2013, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 91 (noventa e um) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITENS	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
37	COMPRESSA 7,5 X 7,5CM DE GAZE TIPO TELA 100% ALGODÃO DA MELHOR QUALIDADE, ESPECIALMENTE TRATADO PARA FINS CIRÚRGICOS E CURATIVOS EM GERAL, COR BRANCA ALVEJADA, ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE E/OU ETO E RAIOS GAMA, ALTAMENTE ABSORVENTE, ISENTO DE IMPUREZAS, COM DOBRAS PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTREMIDADE (NÃO PODERÁ TER FIOS SOLTOS), URDUME DE 13 FIOS DE ALGODÃO POR CM2 DIMENSÕES DE 7,5 X 7,5CM, DIMENSÕES DA COMPRESSA ABERTA DE 15X30 CM,USO PARA ABSORÇÃO DE SANGUE E SECREÇÕES LÍQUIDAS NO ATO CIRÚRGICO, CORTADA E DOBRADA EM TAMANHOS UNIFORMES E PRÉ- DETERMINADO PARA CONSUMO, DE FORMA ORGANIZADA QUE FACILITE OMANUSEIO, EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, CONTENDO NÚMERO DE LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NOME E MARCA DO FABRICANTE, DATA DE VALIDADE E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, CONFORME EXIGIDOS PELA LEI FEDERAL Nº. 8.078/90, ARTº 31 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DECRETO LEI 79.094/77 DO MS, ACONDICIONADA EM PACOTES PLÁSTICOS COM 500 (QUINHENTOS) UNIDADES, EMBALAGEM	PCT	36.288	MBTEXTIL	R$14,28	R$ 518. 192,64	M. B. TÊXTIL LTDA

	COM PESO SUPERIOR A 450 (QUATROCENTOS E CINQÜENTA) GRAMAS CONFORME ABNT NBR 13843.						

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacaoe ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO.

6.1 As entregas dos materiais de consumo hospitalar deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.1.1 As entregas deverão atender as especificações bem como qualquer tipo de irregularidade, vicio ou desconformidade a empresa licitante substituirá o produto sem ônus para esta Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa e Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4 Prazo de entrega dos Materiais Hospitalares deverá ser em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sendo que em caso de novos prazos de entrega serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas.

6.5 O local de entrega dos Materiais será o Almoxarifado Central/SMS, situado a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. Horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Tel.: (65) 3617-1325 / 1326 - Fax (65) 3617-1604. Devendo se instalar futuramente em novo endereço: Avenida Fernando Correa da Costa nº 9160 – BR 364 – Bairro São Francisco – CEP: 78.085-700 ao lado do CISC Coxipó – Cuiabá/MT, OU OUTRO LOCAL DESIGNADO NA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO. E-mail: caf.saude@cuiaba.mt.gov.br.

6.6 Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.7 Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações discriminada nas notas fiscais.

6.8 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.9 As Notas Ficais deverão conter:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

6.10 Laudo de qualidade e analise:

6.10.1 Os documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, “relativo ao lote que está sendo entrega”, no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade dos materiais hospitalares;

6.11 Do recebimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.11.1 Os materiais hospitalares deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.11.2 Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos materiais hospitalares como quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples DOAÇÃO.

6.11.3 O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.11.4 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.11.5 O transporte deve ser feito pela fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.11.6 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos materiais hospitalares, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.11.7 Identificar todos os materiais hospitalares com etiquetas adesivas constando às informações de nome do material, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão;

6.11.7.1 Embalagem primária: caixa para acondicionamento do produto utilizado para o acondicionamento do material;

6.11.7.2 Embalagem secundária: caixa para acondicionamento de materiais hospitalares alocados em caixas menores.

6.11.8 Não serão recebidos os materiais com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.11.9 Não serão aceitos materiais com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no Termo de Referência.

6.11.10 Os materiais hospitalares, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades, devendo na embalagem secundária constar os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO” (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de1998). As informações referentes ao fracionamento das unidades, deverão contas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO finalizada.

6.12 Do prazo de vencimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.12.1 Os Materiais deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a 12 (doze) meses.

6.12.2 Para os materiais com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento. Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total da fornecedora que não cumpriu as exigências deste edital, arcará com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta da Fornecedora.

6.13 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistências, perdas e avarias:

6.13.1 O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais hospitalares será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.13.2 A empresa deverá entregar os materiais elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente Termo de Referência, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.13.3 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.14 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais hospitalares..

7CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato em até 03 (três) dias uteis, no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 03 (três) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

7.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

7.3.1 Fornecer os materiais hospitalares dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

7.3.2 Disponibilizar os materiais hospitalares no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.3.3 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da FORNECEDORA a substituição de imediato, depois do comunicado da SMS de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.3.4 A nota fiscal deverá especificar número de cada item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, deverá os materiais ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.3.5 O recebimento não excluirá a FORNECEDORA da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos materiais, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.3.6 Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.3.7 Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SMS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.3.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.3.10 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.3.11 Comunicar imediatamente à SMS qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.3.12 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.3.13 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela SMS;

7.3.14 Substituir de imediato, após notificação formal, os materiais entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade;

7.3.15 Se a FORNECEDORA recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.3.16 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.17 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a SMS, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a SMS;

7.3.18 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa;

7.3.19 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo deste Edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, após a nomeação do vencedor do certame:

8.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, através de seus fiscais, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.

8.2.2 Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora, desde que tenha havido o recebimento dos materiais;

8.2.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) FORNECEDORA(S) para que possa(m) proceder à entrega dos materiais dentro do estabelecido nesta licitação;

8.2.4 Rejeitar os fornecimentos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2.5 Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária FORNECEDORA pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA.

8.2.6 Comunicar oficialmente à FORNECEDORA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.

9CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Serão designados como gestor e fiscais do contrato, os servidores abaixo relacionados, ou outros designados para essa função:

9.1.1 Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, Sr. Francisco Carlos Xavier, na pessoa do Diretor(a), Matrícula: 4043625. RG: 02512408 SJ/MT. CPF: 065.826.051-00, e/ou outro servidor designado.

9.1.2 Fiscal de Contrato: Coordenadora de Assistência Farmacêutica, Srª. Cristiane de Oliveira Rodrigues Calçada, Matrícula: 4048325. RG: 1133128-3 SSP/MT. CPF: 692.466.101-72, na pessoa da Coordenadora e/ou outro servidor designado.

9.1.3 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, Matrícula: 4028726. RG: 13871064 SSP/MT. CPF: 003.794.371-55, na pessoa do Responsável e/ou outro servidor designado.

9.1.4 Suplente de Contrato: Farmacêutico Responsável pelo Recebimento dos Produtos, Felipe Winck do Nascimento, Matrícula: 4045697. RG: 14078031 SSP/MT. CPF: 016.882.801-46, na pessoa do Farmacêutico e/ou outro servidor designado.

9.1.5 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Materiais Hospitalares, Widson de Oliveira Souza, Matrícula: 1573823. RG: 324249-8 SSP/MT. CPF: 241.967.891-53, na pessoa do responsável e/ou outro servidor designado.

9.2 São atribuições do Gestor e Fiscal do Contrato:

9.2.1 Conferência dos produtos, marcas e especificação dos produtos que foram entregues.

9.2.2 Se as quantidades e especificações dos produtos entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatível com o edital, com a ata de registro e demais documentos referentes ao certame.

9.2.3 Registrar no ato do recebimento do produto todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.2.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos de entrega.

9.2.5 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações e tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento previsto no edital e no registro de preços, parcial ou total.

9.2.6 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos médico hospitalar, odontológico e instrumental cirúrgico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.7 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

9.3 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue deverá ser atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), e encaminhada a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

10CLÁUSULA DÉCIMA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, oriundo de recursos federais, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.

Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A/S.I.H

2388 – Promover a manutenção e estruturação das ações da Unidade de Pronto atendimento de saúde – UPA – Morada do Ouro.

2386 – Implementar a Rede de Urgências (RUE)

Fonte:111 – Transferência do FES para o FMS

113 – Transferência do FNS para o FMS.

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Rotina: Despesas com Custeio - Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária, HPSMC e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde

Atividade: 2380 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá

Fonte: 110 – Transferência da União do FNS para SMS

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Bloco: Atenção Básica

Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo

Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo

Banco do Brasil 001 - Agência: 3834-2 Conta: 5868-8

Recurso Fundo a Fundo:

Ação: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

11.2 O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

11.3 A FORNECEDORA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.4 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

11.5 Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

11.6 O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA;

11.7 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.8 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.9 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.10 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 075/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

VERA LUCIA FACCIN

CPF/MF n.º 391.334.351-20

M. B. TÊXTIL LTDA

CNPJ/MF nº. 00.894.372/0001-09

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG10.940/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através do seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº. 3492402 SSP/GO e do CPF nº. 259.877.538-48 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº. 15.371.628/0001-70, com sede à Av. General Mello, nº 1527, Bairro Pico de Amor, Cuiabá/MT, CEP: 78065-290, FONE: 65 3634-5142, E-MAIL: cgltda1@hotmail.com, cgltda2@hotmail.com, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. TERTULIANO GONÇALVES DA COSTA, portador da Carteira de Identidade n.º 0003298-0 SSP/MT e CPF/MF n.º 171.769.301-63, doravante denominadaFORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO/**REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 054/2014 do Processo Administrativo Nº. 10.940/2013, RESOLVE registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5. 456/**2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS.

1.2 Para atendimento das seguintes unidades: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Estratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

1.3 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITEM	QUANT ANUAL	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
118	140	UNID	Almotolias confeccionadas em polietileno, graduado em alto relevo, capacidade de 250 ml, bico reto na cor âmbar e tampa.	TAYLOR	CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA	R$3,14	R$439,60

119	52	UNID	Ambú adulto de silicone sem reservatório de oxigênio, inquebráveis, de grande durabilidade e facilmente desmontáveis para limpeza e esterilização. Fabricados em silicone, autoclaváveis e esterilizáveis, para primeiros socorros em situações de emergência, possuem válvula de segurança, máscara e conector.	MD	CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA	R$192,30	R$9. 999,60
137	22	UNID	Termo-higrômetro para monitoramento da temperatura (interna e externa) e umidade do ar |(mínima e máxima). Com botão seletor da unidade °C / °F. Botão interna / Externa. Cabo com ponta inox com aproximadamente 2,80m. Na ponta do cabo, o sensor de inox mede a temperatura (externa) dentro de uma escala de -50 á +70°C e o corpo do instrumento mede a temperatura (interna) e a umidade. Escala de 15 a 99%. Confeccionado em material plástico ABS com peso aproximado de 85g e dimensões de 62X85X19. Acompanha 1 pilha. Necessária amostra do produto.	J. PROLAB	CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA	R$85,00	R$1. 870,00
169	12180	CAIXA	Luvas de Procedimento M - Luva para procedimentos não cirúrgicos, fabricadas em látex 100% natural, ambidestras, hipoalérgica, não estéril, formato anatômico, textura uniforme, superfície lisa sem falhas e preferencialmente com punho longo e com bainha, talcadas com pó bioabsorvível, resistente, com tensão de ruptura mínima atendendo ao padrão AQL 1,5, totalmenteimpermeavel a água. Cor branca. Uso individual por procedimento, caixa com 100 unidades.	DESCARPACK	CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA	R$21,20	R$258. 216,00

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacao e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do Pregão Eletrônico/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens/lote(s) que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E ESPECIFICAÇÕES.

6.1 A aquisição de instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos que serão necessários para o desenvolvimento das atividades de Atenção em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saude – SMS. Serão atendidas as seguintes unidades:

6.1.1 Sendo: 10 (dez) Clínicas Odontológicas (Verdão, Coxipó, Tijucal, Osmar Cabral, Pascoal Ramos, CPA III, Jardim Vitória, Planalto, Dom Aquino, Jardim Leblon); 07 (sete) Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's (CEO Pascoal Ramos, CEO Tijucal, CEO Jardim Vitória e CEO Planalto já existentes e CEO Verdão, CEO Osmar Cabral e CEO Dom Aquino previstos para 2014); 09 (nove) Equipes de Saúde Bucal dos Programas de Es-

tratégica de Saúde da Família – ESF's (ESF da Guia, ESF Aguaçu, ESF Pedra 90 – Unidade 5 e 6, ESF CPA I: ESB 1, ESB 2, ESB 3, ESB 4, ESB 5); 30 (trinta) Equipes de Saúde Bucal previstas para 2014; Unidades de Pronto Atendimento 24 horas (UPA's)/Plantão Odontológico na Policlínica do Pedra 90, UPA Morada do Ouro, mais 03 (três) Unidades de Pronto Atendimento previstas para 2014, 01 (uma) Unidade de Atendimento Odontológico no Ambulatório do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá; Centro de Saúde Sucuri; Serviço de Atendimento Especializado – SAE; Centro Sócio Educativo POMERI; Centro de Convivência para Idosos Padre Firmo e 4 (quatro) Unidades Móveis;

6.2 A entrega dos produtos deverá ser feita: quando relativos ao MATERIAL PERMANENTE, na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito a Avenida Fernando Correia da Costa, nº. 9.650, Bairro São Francisco, Região Coxipó, CEP: 78.098-260, referência: ao lado da Copagaz; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00 e entregues conforme especificação dos materiais com a qualidade e aceitabilidade dos produtos; e quando relativos ao MATERIAL DE CONSUMO, no Almoxarifado Central da Secretaria Municipal de Saúde, atualmente localizado na Rua Fenelon Muller, nº. 295, Bairro Dom Aquino, CEP: 78.058-498; Em caso de mudança ou alteração do local sede do Almoxarifado, a Diretoria de Logística e Suprimentos/ Diretoria de Atenção Primária fará a comunicação para cada fornecimento; horário: 7:30 as 11:00 e 13:00 as 16:00. Fone/Fax: (65) 3617-1325 / 1326 / 1321.

6.3 O prazo de entrega dos produtos (Instrumentais, equipamentos e materiais de consumo odontológicos) será de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho pela fornecedora, por parte da Contratante.

6.4 Os produtos serão entregues das seguintes formas:

6.4.1 As compras serão programadas para ser entregue parceladamente, englobando o período imediato, ou para 03 meses, ou para 06 meses, ou outro, perfazendo até o prazo final de 12 meses e serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas, que as empresas deverão seguir obrigatoriamente.

6.4.2 As empresas deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega dos produtos, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.4.3 Tal obrigatoriedade se faz necessária devido à logística interna do Almoxarifado Central/Patrimonio (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá em tempo hábil.

6.5 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela(s) Diretoria(s)/SMS.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO, DA GARANTIA E PRAZO DE DEVOLUÇÃO/TROCA

7.1 Os produtos entregues serão recebidos de acordo com a necessidade da solicitante, garantindo adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado/Patrimonio da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

7.2 Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

7.3 O transporte deve ser feito pela empresa contratada, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

7.4 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos produtos, bem como discriminadas as informações nas notas fiscais.

7.5 Identificar cada produto com etiquetas adesivas constando às informações de validade e lotes.

7.6 Não serão aceitos produtos com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas na Ata.

7.7 Da garantia:

7.7.1 Os equipamentos, instrumentais e demais aquisições deste objeto deverão ser entregues com os devidos termos de garantia conforme especificação do fabricante dos mesmos.

7.7.2 A garantia mínima dos itens será de 12 (doze) meses contra defeitos de material e fabricação, a partir da data de instalação do equipamento se for o caso.

7.7.3 Todos os equipamentos deverão ter assistência técnica autorizada sediada em Cuiabá e/ou Várzea Grande;

7.7.4 Nos casos dos itens em que houver prazo de validade, este deverá ser de não menos que 80% na data da entrega.

7.8 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistência, perdas e avarias:

7.8.1 A empresa deverá entregar os produtos elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas neste Edital e seus anexos, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

7.8.2 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

7.8.3 A empresa deverá efetuar a troca dos produtos em caso de avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

7.8.4 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central/Patrimonio da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos produtos.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 05 (cinco) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

8.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

8.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

8.3.1 Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela SMS, de acordo com o especificado no Edital e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condições aqui estabelecidas;

8.3.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.3.3 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a SMS imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.3.4 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital;

8.3.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.3.6 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.3.7 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.3.8 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.3.9 Indenizar terceiros e/ou ao Òrgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a FORNECEDORA, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposiçõs legais vigentes;

8.3.10 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus a SMS toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.3.11 Fornecer amostra dos itens quando solicitados pela equipe técnica da Coordenadoria de Saúde Bucal a qualquer tempo.

8.4 É obrigação da FORNECEDORA a instalação dos equipamentos sem custo adicional, obedecendo às instruções contidas no manual do fabricante no que se refere às especificações quanto à instalação elétrica e hidráulica do equipamento, além do treinamento do funcionário que irá operar o mesmo;

8.5 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a FORNECEDORA deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

8.6 A FORNECEDORA deverá ainda:

8.6.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE.

8.6.2 Assumir também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no fornecimento do objeto ou em conexão com ele.

8.6.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou contingência.

8.6.4 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO.

8.6.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

8.6.6 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa.

8.6.7 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo desta Ata.

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

9.3 A CONTRATANTE é obrigada a notificar a FORNECEDORA, por escrito e com antecedência, providências necessárias aos ajustes para melhor execução do objeto, assim como, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

9.4 Além de suas obrigações decorrentes da própria lei, a CONTRATANTE obriga-se:

9.4.1 A acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento, objeto deste contrato, através de seus fiscais.

9.4.2 Efetuar os pagamentos, desde que tenha havido o recebimento dos produtos odontológicos;

9.5 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária contratada pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da contratada.

9.6 O Município de Cuiabá através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS designará como Gestores e Fiscais de Contrato, que serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos neste processo licitatório:

NOME/FUNÇÃO	LOTAÇÃO	MATRÍCULA	CPF	RG
JOSÉ RICARDO DE AMORIM SANTANA / GESTOR	DIREORIA DE ATENÇÃO BÁSICA	1964975	811.609. 171-91	0829633-2 SE-JUSP/MT
HELLEN CORREA DA COSTA / FISCAL	C. O. VERDÃO	1965910	594.025. 391-15	898985 SSP/MT
VÂNIA DE OLIVEIRA E RAINHO CUNHA / FISCAL	C. O. “DR. JOÃO VIEIRA RÉGIS” – COXIPÓ	4024861	224.852. 602-49	69584730 SSP/ MT
HALLAN GUSTAVO COSTA / FISCAL	C. O. “DR. JOAQUIM LOBO DUARTE” – CPA III	4046046	020.118. 291-27	1292482-2 SSP/ MT
SUELI CIAPPINA RIBEIRO / FISCAL	C. O. “DR. NILSON CONSTANTINO” – JD. LEBLON	4024814	511.772. 349-04	3328513-2 SSP/ PR
MARIA EMÍLIA GOMES / FISCAL	C. O. “DR. PAULO HENRIQUE VILÁ” – D. AQUINO	4010081	817.508. 891-53	000769769 SSP/ MS
MARIA APARECIDA ALVES BERNARDES / FISCAL	C. O. “EDMIRÇO BATISTA DE SOUZA” – PASCOAL RAMOS	4048177	239.872. 516-20	573248 SSP/MG
IREDIR MARIA LACCAU DA SILVA FERREIRA / FISCAL	C. O. “DR. FRANCISCO AURÉLIO DA SILVA CAMPOS” – OSMAR CABRAL	4040845	983.223. 111-68	09073663 SSP/ MT
FÁBIO RENATO GOMES MANSOR / FISCAL	C. O. “RANULFO ANGELO DA SILVA” – PLANALTO	4048771	071.533. 908-71	9217282 SSP/ MT
MILENA FERNANDES TAMASHIRO DE AMORIM / FISCAL	C. O. “ORDELINO DE CAMPOS BORGES” – TIJUCAL	4024655	650.520. 131-91	968665-7 SSP/ MT
ISRAEL GOMES DA CRUZ / FISCAL	C. O. “OSVALDO ALVES” – JD. VITÓRIA	4045675	809.576. 091-91	0999397-5 SSP/ MT

9.7 Caberão ao GESTOR/FISCAL, nomeado pela Secretaria Municipal de Saúde as seguintes atribuições:

9.7.1 Conferência dos fornecimentos, especificações que foram entregues.

9.7.2 Se as quantidades e especificações entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatíveis com o Edital, com a Ata de Registro e demais documentos referentes ao certame.

9.7.3 Registrar no ato do recebimento dos produtos todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.7.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos e do cronograma de execução do registro de preços.

9.7.5 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos produtos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.7.6 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

10CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde Função: 10 – Saúde Sub Função: 122 – Administração Geral Programa: 0038 – Investimento (SUS) Projeto Atividade: 1238 – Investir na Atenção Básica Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 301 – Atenção Básica Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde Projeto Atividade: 2380 – Implementar a Assistência de Atenção Básica no município. Fonte: 110 - Transferência do SUS/ União – repasse fundo a fundo Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A./S.I.H. Fonte: 113 - Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade Projeto Atividade: 2389– Implementar a Assistência dos Centros de Especialidades Odontológicas – 7 CEOs tipo III – Saúde Bucal Fonte: 113 -Transferência do SUS– Remuneração de Serviços Produzidos pela Rede Elemento de despesa: 449052 – Equipamento e material permanente

339030 – Material de consumo.

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA após o recebimento definitivo dos itens deste objeto mediante ordem bancária, através da Instituição Financeira Oficial contratada pela SMS, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data da entrega dos produtos e recebimento das notas fiscais pela Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá/SMS, devidamente atestadas.

11.2 A FORNECEDORA deverá a cada pagamento comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.3 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto,Conhecimento da empresa contratada para transporte,Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem da compra, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade/ numeração/processo) e/ou da ata de registro de preço,Não rasurar as notas. Caso não se cumpra tais especificações os produtos poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, produtos químicos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações acima relacionadas.

11.4 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.5 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue e será atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos e/ou Patrimonio, na pessoa do Gestor em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor designado, e encaminhado a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providências cabíveis.

11.6 O pagamento somente será efetuado mediante apresentação da regularidade documental exigida durante o procedimento habilitatório.

11.7 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.8 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.9 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 054/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:_____

TERTULIANO GONÇALVES DA COSTA

CPF/MF n.º 171.769.301-63

CIRÚRGICA GONÇALVES LTDA

CNPJ/MF nº. 15.371.628/0001-70

TESTEMUNHAS:

01)_____ 02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº. RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 082/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44.841/2014

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF nº. 08.394.730/0001-26, com sede à |Av. Generoso Ponce, nº 234, Centro, Cuiabá/MT, CEP: 78005-430; FONE: 65 3321-7674, E-MAIL: ruidnan.licitaastra@hotmail.com, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. RUIDNAN SANTANA SOUZA portador da Carteira de Identidade n.º 0522.104-8 SSP/MT, e CPF/MF n.º 393.606. 521-72, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO/**REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 082/2014 do Processo Administrativo Nº. 44.841/2014**, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Permanentes (Mobiliários, eletroeletrônicos, eletrodomésticos), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, nas unidades de saúde de Atenção Básica – PSF; Atenção Secundária: Policlínicas e UPAs; Diretoria de Vigilância em Saúde, Hospitais Pronto Socorro Municipal, Hospital São Benedito e demais Unidades pertencente à rede Municipal de Saúde, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação, quantitativos, marcas, empresas fornecedora do objeto e representantes legais, encontram-se relacionados na presente ata, a seguir:

ITENS	DESCRIÇÃO	QDADE	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	ARMÁRIO MDF COM CUBA EM INOX Armário produzido em 100% mdf na cor branca (interno e externo), dois (duas) portas, em cada espaço interno com um (uma) prateleira, tampo inteiriço com cuba em inox de 25 cm de diâmetro e torneira já com sistema de acionamento automático (com sifão e engate). Para estrutura (corpo do armário) mdf 15 mm, para portas e tampo mdf 18 mm, puxadores em alumínio cromado. Com seu formato em alça, facilita a pegada e higienização conforme exigencia da ANVISA. Lxaxp (100x80x50) no mínimo, (variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos). Garantia mínima de 01(um) ano. Unidade.	40	INOXSUL	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$ 1. 250,00	R$50. 000,00
13	ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO ILHA ESTRUTURADA POR PAINÉIS DIVISÓRIOS PARA 02 PESSOAS 1200x1200x600x740 mm/por usuário – Garantia Mínima de 01 (UM) ANO. OBS.: Obrigatório para este item o Certificado de Marca de Conformidade ABNT NBR13967/2009. (Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos) COMPOSTA POR: Superfície orgânica (02 unidades); painel divisor cego com 01 barra eletrificável 1100x600x70 mm (o4 unidades); painel divisor cego com 02 barras eletrificáveis 1100x600x70 mm (02 unidades); tubo conector (03 divisórias) 90º 1100 mm de altura (01 unidade); arremate vertical 1100 mm de altura (03 unidades); estrutura lateral (04 unidades) e superfície orgânica medindo 1200x1200mm de largura e 600x600mm de profundidade Em madeira MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. Fixada aos painéis divisores através de dispositivo metálico tipo “mão francesa” em chapa de aço #16 (1,50 mm) de espessura (mínimo) e parafusos de aço e buchas metálicas. PAINEL DIVISOR CEGO COM 01 BARRA ELETRIFICÁVEL 1100x600x70 mm ESTRUTURA: Em chapa de aço #16 (1,50 mm) de espessura (mínimo), dobrada, medindo 25x35 mm, formando 01 quadro com cremalheiras verticais. Acabamento nas bordas voltadas para o lado interno. Com canaletas internas e independentes para condução de cabos do tipo: elétrica, lógica e telefonia. 01 tampa intermediária, na altura da superfície de trabalho, escamoteavel, em chapa de aço #20 (0,90 mm) de espessura (mínimo), dobrada, fixada à estrutura do painel divisório pelo sistema de encaixe	20	MOVEIS BELO	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$3. 958,65	R$79. 173,00

	(colunas com cremalheiras).Rodapé com 02 vistas em chapa de aço #20 (0,90 mm) de espessura (mínimo), dobradas, fixadas à estrutura do painel divisório pelo sistema de encaixe (colunas com cremalheiras), com furos para instalação de tomadas (elétrica e lógica), com saque frontal. Espessura final de 70 mm. Colocação de reguladores de nível. PLACAS DE FECHAMENTO: Em madeira MDP de 15 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Fixadas à estrutura do painel divisório pelo sistema de encaixe, através de parafusos e buchas colocadas na parte interna das placas, possibilitando a retirada das placas de fechamento sem precisar desmontar o conjunto. ACABAMENTO: Acabamento superior do painel divisório em alumínio extrudado com 70 mm de largura, com pintura especial na mesma cor da estrutura. COMPONENTES METÁLICOS Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber à pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. PAINEL DIVISOR CEGO COM 02 BARRAS ELETRIFICÁVEIS 1100x600x70 mm ESTRUTURA: Em chapa de aço #16 (1,50 mm) de espessura (mínimo), dobrada, medindo aproximadamente 25x35 mm, formando 01 quadro com cremalheiras verticais. Acabamento nas bordas voltadas para o lado interno. Com canaletas internas e independentes para condução de cabos do tipo: elétrica, lógica e telefonia. 02 tampas intermediárias, na altura da superfície de trabalho, escamoteaveis, em chapa de aço #20 (0,90 mm) de espessura (mínimo), dobradas, fixadas à estrutura do painel divisório pelo sistema de encaixe (colunas com cremalheiras).Rodapé com 02 vistas em chapa de aço #20 (0,90 mm) de espessura (mínimo), dobradas, fixadas à estrutura do painel divisório pelo sistema de encaixe (colunas com cremalheiras), com furos para instalação de tomadas (elétrica e lógica), com saque frontal. Espessura final de 70 mm. Colocação de rebite de repuxo de aço para adaptação de reguladores de nível. PLACAS DE FECHAMENTO: Em madeira MDP de 15 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Fixadas à estrutura do painel divisório pelo sistema de encaixe, através de parafusos e buchas colocadas na parte interna das placas, possibilitando a retirada das placas de fechamento sem precisar desmontar o conjunto. ACABAMENTO: Acabamento superior do painel divisório em perfil de acabamento em alumínio extrudado. COMPONENTES METÁLICOS Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber à pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. TUBO CONECTOR (03 DIVISÓRIAS) 90º 1100 mm DE ALTURA E LARGURA DE 70X70MM ESTRUTURA: Em tubo de aço com seção quadrada 70x70 mm em chapa#16(1,50 mm) de espessura (mínimo). ACABAMENTO: Acabamento superior do tubo conector em PVC na mesma cor da estrutura. COMPONENTES METÁLICOS Todas as peças metálicas recebem pré-tratamento de desengraxamento, decapagem e fosfatização, preparando a superfície para receber à pintura. Pintura epóxi-pó aplicada pelo processo de deposição eletrostática com polimerização em estufa. ARREMATE VERTICAL 1100 mm DE ALTURA E 70MM DE LARGURA Acabamento vertical do painel divisório emaluminio extrudado na mesma cor do acabamento. ESTRUTURA LATERAL de 715mm de altura, 520mm de largura e 25mm de espessura. ESTRUTURA: Em madeira MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, com raio mínimo de 2,5 mm em todo seu perímetro. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. Fixada ao painel divisor através de dispositivo metálico tipo “mão francesa” em chapa de aço #16 (1,50 mm) de espessura (mínimo) e parafusos de aço e buchas metálicas. Fixada a superfície através de parafusos de aço e buchas metálicas.					
18	ARMÁRIO ROUPEIRO (guarda volume) em aço em chapa 24, cor cinza, com 08 vãos sobrepostos, 4x2, com fechadura e chave ou pitão para cadeados. Acabamento: tratamento anti-corrosivo, pintura eletrostática, a pó, na cor cinza, com sapatas niveladoras, com dimensões 62x40x198cm (lxpxa) no mínimo. (variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos). Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	8	VEGEL MODELO IP-2	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$649,37	R$5.194,96
22	ARMÁRIO EM AÇO COM 02 PORTAS Armário produzido em aço na cor branca (interno e externo), 2 (duas) portas, em cada espaço interno com 1 (uma) prateleira, tampo inteiriço. Puxadores em alumínio cromado. Com seu formato em alça, facilita a pegada e higienização conforme exigencia da ANVISA. Lxaxp (100x80x50) no mínimo. (variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos). Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	112	ITATIAIA MODELO IP-2	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$283,48	R$31.749,76
27	ARMÁRIO EM AÇO COM CUBA EM INOXArmário produzido em aço na cor branca (interno e externo), 2 (duas) portas, em cada espaço interno com 1 (uma) prateleira, tampo inteiriço em inox, com cuba em inox de 25 cm de diâmetro e torneira já com sistema de acionamento automático (com sifão e engate). Puxadores em alumínio cromado. Com seu formato em alça, facilita a pegada e higienização conforme exigencia da ANVISA. Lxaxp (100x80x50) no mínimo. (variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos). Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	44	ITATIAIA MODELO IGA-2 120 PIA STILO	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$588,43	R$25.890,92
28	SUPORTE PARA CPU elaborado em torre vertical metálica feita em chapas de 1,2mm de espessura em formato de viga "u" resistente á tração e peso. Tratamento anti-corrosivo com pintura epóxi. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	26	BELO	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$363,30	R$9.445,80

29	CAMA BELICHE TUBULAR Cama tipo beliche em aço tubular, cor padrão do órgão/entidade solicitante, dimensões aproximadas de 90x190cm (lxc), estrado em madeira, escada metálica. (variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos). Garantia mínima de 12 meses. Unidade.	55	IRATUBO MODELO 1265 ESPECIAL (TAMANHO FABRICADO SOB ENCOMENDA	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$542,72	R$29.849,60
30	APOIO MÓVEL PARA OS PÉS Apoio móvel para os pés, estrutura lateral formato triangular em aço com acabamento em epoxi pó e apoios em elastômero, apoio do pé medindo aproximadamente 370x280 mm em m com revestimento melamínico na face inferior e película antiderrapante na face de contato, bordas em fita de PVC de 2 mm em todo perímetro, regulagem de altura de 68 mm a 110 mm, acionado com o giro da base, inclinação com balanço, que se ajusta de acordo com a postura do usuário. Capacidade de carga máxima de 40 kg (produto desenvolvido para apoiar os pés), não podendo colocar todo o peso do corpo sobre o apoio. (variação máxima de 5% nas medidas para mais ou para menos). Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	58	BELO	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$137,93	R$7.999,94
43	REFRIGERADOR LINHA BRANCA com capacidade total de no mínimo 380 litros e máxima de 400 litros, sistema Frost-Free – degelo automático-, selo procel A, prateleiras na porta, prateleiras de vidro temperado, iluminação interna, compartimento extrafrio, portaovos, pés niveladores, controle de temperatura. Certificado INMETRO – CLASSIFICAÇÃO PROCEL (CLASSE A/B). GARANTIA MÍNIMA DE 01 (UM) ANO. UNIDADE.	103	CONSUL	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$2.436,00	R$250.908,00
46	FOGÃO A gás; 04 bocas com forno autolimpante; acendimento automático; cor branca; 110-127 v; Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	71	ATLAS	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$422,32	R$29.984,72
48	FORNO Microondas - Descongelamento rápido e uniforme, potência mínima de 800 W, capacidade: 21 litros, prato giratório, acabamento interno pintado, painel simples toque: teclas com alto relevo, cozimento automático com receitas pré-programadas, auto reaquecimento: reaquece os pratos por porção ou peso, tecla pipoca, bloqueio do painel, relógio digital, dimensões: aproximadas: 488 mm x 288 mm x 390mm (l x a x p); peso liquido aproximado: 14KG. Certificado INMETRO – CLASSIFICAÇÃO PROCEL (CLASSE A/B). Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	73	ELECTROLUX MODELO MEF3	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$360,73	R$26.333,29
50	VENTILADOR tipo coluna, diâmetro mínimo da hélice 50 cm, com 3 pás plásticas, grade protetora metálica,controle de oscilação, coluna regulável, altura máxima 180cm altura mínima 130cm, tensão 110/220 volts. Certificado INMETRO – CLASSIFICAÇÃO PROCEL (CLASSE A/B).Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	90	TRON	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$175,06	R$15.755,40
51	VENTILADOR DE TETO convencional em aço, 3 (três) pás em madeira, rotação 01 (uma) velocidade, na cor cinza platina, chaves de versão, 180/450 rpm, 220 volts, Certificado INMETRO – CLASSIFICAÇÃO PROCEL (CLASSE A/B). manual em português,incluindo instalação na Cidade de Cuiabá. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	96	TRON	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$123,83	R$11.887,68
54	LIQUIDIFICADOR com capacidade mínima de 2 litros, com no mínimo 5 (cinco) velocidades, copo de acrílico desmontável com lâmina integrada, função pulsar, tensão 110/220v, potência mínima de 500 watts. com SELO INMETRO – PROCEL CLASSE (A/B); Garantia mínima de 1(um) ano. Unidade.	20	ARNO	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$149,45	R$2.989,00
57	TELEVISOR DE LCD 32" (polegadas), formato widescreen 16:9, resolução em pixel 1920 x 1080 linhas preparado para hdtv, com controle remoto multifuncional, com 3 entradas hdmi e conversor digital integrado, sintonizador uhf/vhf e tv a cabo, entrada e saída para áudio e vídeo, sistema de cor pal-m/pal-n/ntsc, com som estéreo, decodificador de legenda, bivolt (110-220 v), conversor digital integrado (isdb -tb), entrada para pc e entrada para áudio pc , com controle remoto, acompanhar suporte de mesa, redutor digital de ruído para melhor qualidade de imagem, manual em português. Embalagem contendo marca do fabricante, data de fabricação e Garantia mínima de 01 ano. Unidade.	21	SEMP TOSHIBA	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$1.615,00	R$33.915,00
62	MICROFONE SEM FIO Com base transmissora: sistema de microfone sem fio uhf com 320 frequências selecionáveis; operação simultânea de até sistemas sem fio; *compander (hpx) garante baixo ruído e excelente performance; microfone padrão cardióide com transdutor condensador; transmissor possui função mute e indicador de bateria fraca; menu com lcd luminoso;receptor possui função scan para localização da frequência do microfone 3 prests, cada um com 8 canais sem interferência para operação simultânea e sem falhas de até 8; sistemas sem fio computador (hpx) garante baixo ruído e excelente performancemicrofone padrão cardióide com transdutor condensador,transmissor possui função mute e indicador de bateria fracamenu com lcd luminosoreceptor possui função scan para localização da freqüência do microfone3 prests, cada um com 8 canais sem interferência para operação simultânea e sem falhas de até 8sistema sem fioprest de usuário adicional com 8 canais selecionáveisfunção auto-mute automaticamente elimina ruído causados por mudança de canais ou ligamento/desligamento do transmissorfunção de trava para proteger os ajustes do receptorfonte de alimentação interna automática (100- 240 v)distancia da base de até 75mmicrofone ul 2000 mreceptor ul 2000mfonte de alimentaçãocachimbo para fixação em pedestaisaba para fixação em rackbag acolchoado com alça para armazenagem e transportemanualcertificado de garantia berhringer (amplificador de fone)	26	KARSECT KRU 301	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$893,73	R$23.236,98

	anéis de cores variadas para identificação/estética do microfone. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.					
63	MÁQUINA FOTOGRÁFICA DIGITAL memória interna de 56mp; sensor de 7,2mp; flash integrado com iso 1000; monitor lcd 2.0"; zoom óptico 3x, digital 6x e smart zoom 14x; comunicação usb; bateria recarregável; carregador de baterias; cabo av/usb; dimensões aproximadas: 5,9x2,3x8,9cm; peso aproximado: 118g; lentes carl zeiss vario tessar; alta sensibilidade (isso 1000); macro (2 cm); seleção de cena (7 tipos); mpeg vx; menu explicativo de funções; saída áudio e vídeo; bateria para até 360 fotos; pictbridge; origem nacional; Garantia de 01 (Um) ano. unidade.	54	SONY MODELO DSC	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$664,81	R$35.899,74
64	GPS: De navegação (aprovado pelo cosint) com funções de busca inteligente de endereços, navegação por coordenadas; resgate de histórico, diversas opções de parâmetros de rota, customização de rotas, comandos de voz, abrangência de mapas em 2d e 3d com no mínimo 1000 cidades brasileiras, com sistema operacional microsoft windows® ce 5.0. tela touch screen de 4. 3",tft colorida e anti-reflexo, qvga 480x272, com no mínimo 65.000 cores. módulo gps sendo antena integrada, software de navegação. memória rom de no mínimo 1 gb, sdram de no mínimo 64 mb. compartimento de cartões com suporte aos tipos sd/mmc. alto-falante integrado. acompanha suporte com ventosa, carregador de parede, carregador para carro, cabo usb mini. alimentação através de bateria ion lítio recarregável de no mínimo 1200 mah. manual em português. Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	23	MULTILASER TRACKER III	ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME	R$756,30	R$17.394,90

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação.

5.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data sua assinatura.

5.3 A ata de Registro de Preços deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e na Associação Mato-grossense dos Municípios AMM-MT, no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/.

5.4 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02, Decreto 4.336/2005, de 23 de setembro de 2005 e demais disposições vigentes.

5.5 No caso de descumprimento (não assinatura), a Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF se reserva no direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor;

5.6 Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos nesta Ata, no edital e seus anexos;

5.7 É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, salvo às disposições contidas no art. 14 do Decreto n° 4.336 de 23 de setembro de 2005.

6CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS E GARANTIA

6.1 PRAZO DE ENTREGA:

6.1.1 O prazo de entrega dos produtos será de até 30 (tinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho;

6.1.2 Todos os produtos que forem adquiridos por este Registro de Preços, após agendamento de data e hora, deverão ser entregues na Diretoria de Logística e Suprimento/Gerência de Patrimônio (endereço informado na Ordem de Fornecimento), onde serão conferidos e recebidos, provisoriamente, com acompanhamento do fiscal e gestor do contrato, a fim de serem registrados e incorporados ao patrimônio do Município de Cuiabá/MT, para posterior destinação as áreas solicitantes.

6.1.3 A Diretoria de Logística e Suprimento/Gerência de Patrimônio terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para verificação da conformidade dos produtos e realização dos procedimentos para incorporação ao patrimônio da SMS.

6.2 LOCAL DE ENTREGA:

6.2.1 A entrega do equipamentos/mobiliários deverá ser realizada na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Fernando Correia da Costa, nº. 9650, Bairro São Francisco, Cep: 78098-260, telefone: (65) 8459-3802/3617-1343, ponto de referência: Ao lado da empresa Copagaz, no horário 07h30min as 11h00min e das 13h00min as 16h00min, ou em outro local determinado na Ordem de Fornecimento;

6.2.2 Em caso de alteração ou mudança no endereço, fica a Administração responsável por informar a licitante vencedora de tais alterações, não sendo esta modificação motivo por parte da licitante vencedora, para a não entrega dos objetos adjudicados. Tais alterações não gerarão nenhum ônus para a Administração.

6.3 DA GARANTIA:

6.3.1 Os produtos objeto deste certame deverão ser entregues com os devidos termos de garantia por produto, conforme especificado, com manual técnico em português de uso e instalação conforme especificação do fabricante dos mesmos;

6.3.2 Deve cumprir as exigências de fabricação de material, devendo funcionar de acordo com esperado, sendo que qualquer defeito ou não conformidade de especificação ou vícios de fabricação, deverão ser imediatamente substituídos pela empresa, sem ônus para o Município.

6.3.3 Aquisição dos itens compreende a montagem, instalação e garantia técnica do produto, durante todo o período previsto no registro e contrato, se houver, com as obrigações de assistência técnica mantida pela CONTRATADA na sede da CONTRATANTE, nos respectivos locais de entrega.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O fiscal designado pela própria Secretaria e intitulado por meio de Portaria, será responsável por acompanhar, fiscalizar e conferir o recebimento do material, devendo anotar em registro próprio todas as falhas e/ou defeitos detectados e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

7.1.1 GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Francisco Carlos Xavier.

Lotação: Diretoria de Logística e Suprimentos/SMS - Diretor Matrícula: 4043625 RG: 0212408 - SJ/MT

CPF: 065.826.051-00

7.1.2 FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Ary Miguel Marques Nunes Mugnaimi.

Lotação: Gerência de Patrimônio – Gerente.

Matrícula: 4857269.

RG: 22926569 SSP/MT.

CPF: 918.045.741-04.

7.1.3 SUPLENTE DE FISCAL:

Nome: Helenice Silva Campos.

Lotação: Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá - Coordenadora Técnica de Equipamentos.

Matricula: 4849297.

RG: 136.0042-7.

CPF: 923.087.591.00.

7.2 Da Fiscalização:

7.2.1 O fiscal do contrato deverá atestar as notas fiscais, devendo conferir previamente se os valores e descrição do serviço/aquisição estão corretos e se os impostos correspondentes aos mesmo estão devidamente descriminados.

7.3 Cabe aquele que acompanha e fiscaliza a execução do contrato:

7.3.1 Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;

7.3.2 Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;

7.3.3 Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;

7.3.4 Intervir: assumir a execução do contrato;

7.3.5 Informar: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização.

7.3.6 Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;

7.3.7 Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassarem a sua competência;

7.3.8 Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês;

7.3.9 Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

7.3.10 Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

7.3.11 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

7.3.12 Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

7.3.13 Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

7.3.14 Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

7.3.15 Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 A FORNECEDORA é obrigada a assinar a Ata de Registro de Preços com o órgão no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2 A FORNECEDORA é obrigada a após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal.

8.3 Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital de licitação respectivo;

8.4 Executar fielmente o objeto da ata de registro de preços, conforme o edital e seus anexos, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

8.5 A FORNECEDORA deverá cumprir os rigores da Lei e das normas técnicas e ter responsabilidade técnica, civil e criminal pela execução dos serviços, respeitando-se as normas dos manuais de instalação fornecidos pelo fabricante, assim como as NBR 16.401 e 5410 da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

8.6 Será de inteira responsabilidade técnica, civil e criminal do profissional responsável e da EMPRESA FORNECEDORA, todo e qualquer tipo de risco, dano, perigo de caráter eminente, ou não, que sujeite as pessoas, servidores e o publico em geral, a qualquer tipo de perigo, dano, acidente em geral, decorrentes da instalação dos produtos nos locais, prédio onde os aparelhos condicionadores de ar forem instalados, e que de alguma forma tenha sido causado pela e na execução dos serviços;

8.7 A FORNECEDORA deverá responder as notificações no prazo estabelecido;

8.8 Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e ao órgão solicitante;

8.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.10 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a empresa contratada deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, depois de constatada a irregularidade;

8.11 A contratada deverá entregar os produtos em plenas condições de uso, devendo funcionar de acordo com o esperado, sendo que qualquer defeito, especificação errada ou que apresentem vícios de fabricação, estes deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para esta Municipalidade, no mesmo prazo de reposição do item;

8.12 A contratada deverá fornecer os acessórios e materiais necessários para o pleno uso dos produtos, conforme consta nas especificações do termo de referência e proposta de preços, atendendo plenamente ao cumprimento do objeto;

8.13 Atender no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, ao chamado da contratante, para regularizar, corrigir, substituir, trocar e alterar os produtos e materiais que apresentarem irregularidades na qualidade e quantidade e especificação se houver dentro do período de garantia dos produtos e de acordo com o problema apresentado no equipamento;

8.14 Efetuar testes de funcionamento após a entrega dos produtos, conforme normas da fabricante e normas de procedimento técnico exigido em Norma Técnica, para os equipamentos que exijam tais testes para validação da garantia;

8.15 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus à Secretaria Municipal de Saúde toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 30 (tinta) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.16 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.17 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

8.18 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.19 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.20 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.21 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.22 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e aos dispositivos legais vigentes;

8.23 Dar garantia do equipamento/peças de no mínimo 12 (doze) meses, a contar a data de entrega e recebimento definitivo do equipamento.

8.24 DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS:

8.24.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

8.24.2 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com ele;

8.24.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originalmente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

8.24.4 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO;

8.24.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade pro seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados;

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto deste certame;

9.3 A CONTRATANTE deverá exercer a fiscalização por servidos designados pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

9.4 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para o Município de Cuiabá;

9.5 Controlar e documentar as ocorrências havidas;

9.6 Designar Gestor/Fiscal do contrato para fiscalizar, o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora.

10DO CRITÉRIO PARA RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO: ocorrerá no momento da entrega dos produtos ao Gerente de Patrimônio e/ou fiscal do contrato, no local definido para entrega, onde será verificada a qualidade dos produtos, integralidade, especificação, capacidade e componentes/acessórios e demais materiais e confrontará a qualidade entregue com o especificado no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

10.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO: do produto deverá ocorrer, no prazo máximo de dias 05 (cinco) úteis, após verificação da conformidade e qualidade dos produtos de acordo com as especificações constantes no Termo de Referencia, Edital e Seus anexos;

10.3 Em se verificando vícios defeitos nos produtos, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

10.4 A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo fiscal do contrato e ou Gerente de Patrimônio, que providenciará todos os procedimentos formais para evitar perda, deterioração ou prejuízo a Administração.

11CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Orçamentária: 16601 – Fundo único Municipal de Saúde
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde
Programa/Ação: 038
Projeto/Atividade: 1238, 1239 e 1240
Natureza da Despesa: 449052
Fonte: 110 e 113

12CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

12.1 Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir alguns procedimentos:

12.1.1 Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, todas as certidões de regularidade fiscal (INSS, FGTS, Débitos Trabalhistas, Débitos Federais, Estaduais e Municipais e outras as quais a Secretaria julgar necessárias), devidamente válidas:

12.1.1.1 A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

12.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

12.3 O pagamento será efetuado em até no máximo após 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

12.4 O pagamento dar-se-á por intermédio de Ordem Bancária (OB) e em moeda corrente nacional, conforme art. 5° da Lei n° 8666/93.

12.5 Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

12.6 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

12.7 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

12.8 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

12.9 O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5° da Lei n° 8666/93.

12.10 A contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal o nome do Banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ondem bancária, bem como o número do contrato, além de descriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao município (ex. IR, ISSQN, etc...), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB.

12.11 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada diretamente a Gerência de Patrimônio, juntamente com a entrega do material solicitado;

12.12 A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem.

12.13 Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas como:

Razão Social;Número da Nota Fiscal/Fatura;Data de emissão;Nome da Secretaria Solicitante/Diretoria;Descrição do material e/ou serviço;Quantidade, preço unitário, preço total;Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);Número do Contrato;Número da Nota de Empenho;Não deverá possuir rasuras.

12.14 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informados os motivos que motivaram a sua rejeição.

12.15 Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.

12.16 A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada dos seguintes documentos e certidões comprobatórias de regularidade fiscal, vigentes:

INSS,FGTS,Débitos Trabalhistas,Débitos Federais, Estaduais e Municipais, Outras as quais a Secretaria julgar necessários.

13CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

13.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

13.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

13.2.1 Advertência.

13.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

13.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

13.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

13.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

14CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

15.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

15.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

15.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

15.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

15.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

15.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

15.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

15.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

15.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

15.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

16CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

16.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

16.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

16.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

17CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

17.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 082/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

17.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

18CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

RUIDNAN SANTANA SOUZA

CPF/MF n.º 393.606.521-72

ASTRA COMÉRCIO DE MÓVEIS E EMBALAGENS LTDA-ME

CNPJ/MF nº. 08.394.730/0001-26

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 082/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44.841/2014

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o Sr. ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR , portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CON-**

TRATANTE e a empresa DANIELA TULER SANTOS DE OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ/MF nº. 07.075.255/0001-62, com sede à QNA 46, Lote 13, Loja 01, Taguatinga/DF, CEP: 72110-460, FONE; 61 3045-5552, E-MAIL; daniela.licita@terra.com.br, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. CLAYTON SMANIOTTO BAPTISTA, portador da Carteira de Identidade n.º 4044205765 SSP/RS, e CPF/MF n.º 568.177.390-91, doravante denominadaFORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS** Nº. 082/2014 do Processo Administrativo Nº. 44.841/2014**, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Permanentes (Mobiliários, eletroeletrônicos, eletrodomésticos), para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, nas unidades de saúde de Atenção Básica – PSF; Atenção Secundária: Policlínicas e UPAs; Diretoria de Vigilância em Saúde, Hospitais Pronto Socorro Municipal, Hospital São Benedito e demais Unidades pertencente à rede Municipal de Saúde, conforme condições e especificações contidas no edital e seus anexos.

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto no art. 57, da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação, quantitativos, marcas, empresas fornecedora do objeto e representantes legais, encontram-se relacionados na presente ata, a seguir:

ITENS	DESCRIÇÃO	QDADE	MARCA	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
40	BEBEDOURO SUPORTE PARA GARRAFÃO Bebedouro elétrico para garrafão de água mineral de 20 (vinte) litros - tipo coluna - na cor padrão do órgão/entidade solicitante, capacidade mínima para armazenamento no reservatório de 2,0 litros - gabinete totalmente confeccionado em chapa galvanizada e pintada com tinta em pó a base de epóxi - duas torneiras de fácil manuseio (natural e gelada) em plástico de alta resistência - tubulações em cobre externas ao reservatório, - reservatórios e dutos em materiais 100% não tóxicos - compressor silencioso de alto desempenho e consumo não superior a 195 WATTS/H - não usar como elemento de refrigeração gás CFC. Bebedouro Certificado INMETRO – CLASSIFICAÇÃO PROCEL (CLASSE A). Garantia mínima de 01 (um) ano. Unidade.	256	LIBELL	DANIELA TULER SANTOS DE OLIVEIRA - ME	R$421,28	R$107.847,68
42	BEBEDOURO PRESSÃO - Coluna Bebedouro Elétrico, tipo pressão, - capacidade de refrigeração mínima de 35 pessoas servidas por hora, - gabinete totalmente confeccionado em chapa em aço inoxidável, - pia superior em aço inoxidável polido, duas torneiras (para copo e para boca), - torneira para boca com regulagem interna de jato, - reservatório/depósito de água em aço inoxidável com serpentina e mangueiras atóxicas, - tubulação em cobre, - filtro embutido de água com carvão ativado, - compressor silencioso de alto desempenho e econômico, que não use como elemento de refrigeração o gás CFC, - dimensões aproximadas de 950 mm (altura) x 305 mm (largura) x 290 mm (profundidade), - tensão de 110 volts, Bebedouro Certificado INMETRO – CLASSIFICAÇÃO PROCEL (CLASSE A). Garantia mínima de 01 (um) ano. unidade.	40	BAG 40 INOX	DANIELA TULER SANTOS DE OLIVEIRA - ME	R$521,75	R$20.870,00
56	TELEVISOR COLORIDO, DE 42" (polegadas), com tela plana, hdtv, com controle remoto multifuncional, sintonizador uhf/vhf e TV a cabo, entrada para áudio e vídeo, sistema de cor pal-m/pal-n/ntsc, com som estéreo, decodificador de legenda, bivolt (110 e 220 v). Diagonal visual aproximada (cm)106cm; Conexões:Saída de Áudio Digital, Coaxial, Entrada de áudio digital (óptica), Entrada de Vídeo Componente HD, S-Vídeo, Entrada Fone de Ouvido, Entrada HDMI, Entrada para PC, Entrada de Vídeo Composto (AV), Saída de áudio e vídeo; Resolução-1920x1080; Consumo (Kw/h)185W; Controle remoto;Idiomas do menu-Português, Inglês, Espanhol; Timer On/Off; Sleeptimer; Bloqueio de canais; Contraste-25.000:1; Brilho-500cd/m³; Full HDTV; Full HD; Progressive Scan; Menu na Tela; Zoom; Potência de áudio-10W + 10W RMS (8ohm); Som estéreo; SAP; Closed Caption; Surround; Voltagem- Bivolt; 1 Base do Pedestal com dois Suportes; Dimensões aproximadas do produto - cm (AxLxP) 64,9x100,8x9,5cm; Peso liq. aproximado do produto (Kg) 23Kg. Garantia mínima de 01 ano. Unidade.	139	PHILCO	DANIELA TULER SANTOS DE OLIVEIRA - ME	R$2.158,27	R$299.999,53

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços e demais documentos necessários no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação.

5.2 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data sua assinatura.

5.3 A ata de Registro de Preços deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e na Associação Mato-grossense dos Municípios AMM-MT, no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/.

5.4 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02, Decreto 4.336/2005, de 23 de setembro de 2005 e demais disposições vigentes.

5.5 No caso de descumprimento (não assinatura), a Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças – DCL/SMPF se reserva no direito de convocar outra licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor;

5.6 Na ata de Registro de Preço constarão todas as obrigações, direitos e deveres estabelecidos nesta Ata, no edital e seus anexos;

5.7 É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade do registro de preços, salvo às disposições contidas no art. 14 do Decreto n° 4.336 de 23 de setembro de 2005.

6CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DA ENTREGA DOS PRODUTOS E GARANTIA

6.1 PRAZO DE ENTREGA:

6.1.1 O prazo de entrega dos produtos será de até 30 (tinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho;

6.1.2 Todos os produtos que forem adquiridos por este Registro de Preços, após agendamento de data e hora, deverão ser entregues na Diretoria de Logística e Suprimento/Gerência de Patrimônio (endereço informado na Ordem de Fornecimento), onde serão conferidos e recebidos, provisoriamente, com acompanhamento do fiscal e gestor do contrato, a fim de serem registrados e incorporados ao patrimônio do Município de Cuiabá/MT, para posterior destinação as áreas solicitantes.

6.1.3 A Diretoria de Logística e Suprimento/Gerência de Patrimônio terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para verificação da conformidade dos produtos e realização dos procedimentos para incorporação ao patrimônio da SMS.

6.2 LOCAL DE ENTREGA:

6.2.1 A entrega do equipamentos/mobiliários deverá ser realizada na Gerência de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, sito Rua Fernando Correia da Costa, nº. 9650, Bairro São Francisco, Cep: 78098-260, telefone: (65) 8459-3802/3617-1343, ponto de referência: Ao lado da empresa Copagaz, no horário 07h30min as 11h00min e das 13h00min as 16h00min, ou em outro local determinado na Ordem de Fornecimento;

6.2.2 Em caso de alteração ou mudança no endereço, fica a Administração responsável por informar a licitante vencedora de tais alterações, não sendo esta modificação motivo por parte da licitante vencedora, para a não entrega dos objetos adjudicados. Tais alterações não gerarão nenhum ônus para a Administração.

6.3 DA GARANTIA:

6.3.1 Os produtos objeto deste certame deverão ser entregues com os devidos termos de garantia por produto, conforme especificado, com manual técnico em português de uso e instalação conforme especificação do fabricante dos mesmos;

6.3.2 Deve cumprir as exigências de fabricação de material, devendo funcionar de acordo com esperado, sendo que qualquer defeito ou não conformidade de especificação ou vícios de fabricação, deverão ser imediatamente substituídos pela empresa, sem ônus para o Município.

6.3.3 Aquisição dos itens compreende a montagem, instalação e garantia técnica do produto, durante todo o período previsto no registro e contrato, se houver, com as obrigações de assistência técnica mantida pela CONTRATADA na sede da CONTRATANTE, nos respectivos locais de entrega.

7CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 O fiscal designado pela própria Secretaria e intitulado por meio de Portaria, será responsável por acompanhar, fiscalizar e conferir o recebimento do material, devendo anotar em registro próprio todas as falhas e/ou defeitos detectados e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

7.1.1 GESTOR DO CONTRATO:

Nome: Francisco Carlos Xavier.

Lotação: Diretoria de Logística e Suprimentos/SMS - Diretor Matrícula: 4043625 RG: 0212408 - SJ/MT

CPF: 065.826.051-00

7.1.2 FISCAL DO CONTRATO:

Nome: Ary Miguel Marques Nunes Mugnaimi.

Lotação: Gerência de Patrimônio – Gerente.

Matrícula: 4857269.

RG: 22926569 SSP/MT.

CPF: 918.045.741-04.

7.1.3 SUPLENTE DE FISCAL:

Nome: Helenice Silva Campos.

Lotação: Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá - Coordenadora Técnica de Equipamentos.

Matricula: 4849297.

RG: 136.0042-7.

CPF: 923.087.591.00.

7.2 Da Fiscalização:

7.2.1 O fiscal do contrato deverá atestar as notas fiscais, devendo conferir previamente se os valores e descrição do serviço/aquisição estão corretos e se os impostos correspondentes aos mesmo estão devidamente descriminados.

7.3 Cabe aquele que acompanha e fiscaliza a execução do contrato:

7.3.1 Orientar: estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do contrato;

7.3.2 Fiscalizar: verificar o material utilizado e a forma de execução do objeto do contrato, confirmando o cumprimento das obrigações;

7.3.3 Interditar: paralisar a execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado;

7.3.4 Intervir: assumir a execução do contrato;

7.3.5 Informar: a Administração o cometimento de falhas e irregularidades detectadas pela Contratada que implique comprometimento da aquisição e/ou aplicação de penalidades previstas; e noticiar os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto (suplente) possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções e suspensão das atividades de fiscalização.

7.3.6 Ter total conhecimento do contrato e suas cláusulas;

7.3.7 Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassarem a sua competência;

7.3.8 Zelar pelo bom relacionamento com a contratada, mantendo um comportamento ético, probo e cortês;

7.3.9 Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

7.3.10 Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

7.3.11 Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, informando ao Gestor do Contrato aquelas que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

7.3.12 Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

7.3.13 Formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais;

7.3.14 Avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

7.3.15 Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

8.1 A FORNECEDORA é obrigada a assinar a Ata de Registro de Preços com o órgão no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação.

8.2 A FORNECEDORA é obrigada a após a homologação da licitação, retirar a Nota de Empenho no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento da convocação formal.

8.3 Manter durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no edital de licitação respectivo;

8.4 Executar fielmente o objeto da ata de registro de preços, conforme o edital e seus anexos, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou signatário qualquer fato impeditivo de seu cumprimento;

8.5 A FORNECEDORA deverá cumprir os rigores da Lei e das normas técnicas e ter responsabilidade técnica, civil e criminal pela execução dos serviços, respeitando-se as normas dos manuais de instalação fornecidos pelo fabricante, assim como as NBR 16.401 e 5410 da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

8.6 Será de inteira responsabilidade técnica, civil e criminal do profissional responsável e da EMPRESA FORNECEDORA, todo e qualquer tipo de risco, dano, perigo de caráter eminente, ou não, que sujeite as pessoas, servidores e o publico em geral, a qualquer tipo de perigo, dano, acidente em geral, decorrentes da instalação dos produtos nos locais, prédio onde os aparelhos condicionadores de ar forem instalados, e que de alguma forma tenha sido causado pela e na execução dos serviços;

8.7 A FORNECEDORA deverá responder as notificações no prazo estabelecido;

8.8 Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e ao órgão solicitante;

8.9 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

8.10 Se houver danos no transporte dos itens deste objeto e, quando da entrega, este for constatado, a empresa contratada deverá repor o que for danificado sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, depois de constatada a irregularidade;

8.11 A contratada deverá entregar os produtos em plenas condições de uso, devendo funcionar de acordo com o esperado, sendo que qualquer defeito, especificação errada ou que apresentem vícios de fabricação, estes deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus para esta Municipalidade, no mesmo prazo de reposição do item;

8.12 A contratada deverá fornecer os acessórios e materiais necessários para o pleno uso dos produtos, conforme consta nas especificações do termo de referência e proposta de preços, atendendo plenamente ao cumprimento do objeto;

8.13 Atender no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, ao chamado da contratante, para regularizar, corrigir, substituir, trocar e alterar os produtos e materiais que apresentarem irregularidades na qualidade e quantidade e especificação se houver dentro do período de garantia dos produtos e de acordo com o problema apresentado no equipamento;

8.14 Efetuar testes de funcionamento após a entrega dos produtos, conforme normas da fabricante e normas de procedimento técnico exigido em Norma Técnica, para os equipamentos que exijam tais testes para validação da garantia;

8.15 Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus à Secretaria Municipal de Saúde toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 30 (tinta) dias corridos, caso constatadas divergências nas especificações;

8.16 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como, dar ciência a Secretaria Municipal de Saúde imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato;

8.17 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, no tocante ao fornecimento dos produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na Ata;

8.18 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

8.19 Comunicar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

8.20 Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

8.21 Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Secretaria Municipal de Saúde;

8.22 Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada, adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e aos dispositivos legais vigentes;

8.23 Dar garantia do equipamento/peças de no mínimo 12 (doze) meses, a contar a data de entrega e recebimento definitivo do equipamento.

8.24 DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS:

8.24.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-las na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

8.24.2 Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução dos serviços ou em conexão com ele;

8.24.3 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionadas ao processo licitatório e ao CONTRATO, originalmente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

8.24.4 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO;

8.24.5 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade pro seu pagamento ao CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto do CONTRATO, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com o CONTRATANTE.

9CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A CONTRATANTE é obrigada a proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados;

9.2 A CONTRATANTE é obrigada a prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, com relação ao objeto deste certame;

9.3 A CONTRATANTE deverá exercer a fiscalização por servidos designados pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

9.4 Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir que continuem a serem os mais vantajosos para o Município de Cuiabá;

9.5 Controlar e documentar as ocorrências havidas;

9.6 Designar Gestor/Fiscal do contrato para fiscalizar, o cumprimento das obrigações assumidas pela licitante vencedora.

10DO CRITÉRIO PARA RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1 RECEBIMENTO PROVISÓRIO: ocorrerá no momento da entrega dos produtos ao Gerente de Patrimônio e/ou fiscal do contrato, no local definido para entrega, onde será verificada a qualidade dos produtos, integralidade, especificação, capacidade e componentes/acessórios e demais materiais e confrontará a qualidade entregue com o especificado no Termo de Referência, Edital e seus anexos;

10.2 RECEBIMENTO DEFINITIVO: do produto deverá ocorrer, no prazo máximo de dias 05 (cinco) úteis, após verificação da conformidade e qualidade dos produtos de acordo com as especificações constantes no Termo de Referencia, Edital e Seus anexos;

10.3 Em se verificando vícios defeitos nos produtos, o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo;

10.4 A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega dos materiais será realizada pelo fiscal do contrato e ou Gerente de Patrimônio, que providenciará todos os procedimentos formais para evitar perda, deterioração ou prejuízo a Administração.

11CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, a seguir:

Unidade Orçamentária: 16601 – Fundo único Municipal de Saúde
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde
Programa/Ação: 038
Projeto/Atividade: 1238, 1239 e 1240
Natureza da Despesa: 449052
Fonte: 110 e 113

12CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

12.1 Para que se proceda efetivamente o pagamento, a Contratada deverá seguir alguns procedimentos:

12.1.1 Deverá, obrigatoriamente, fazer acompanhar da Nota Fiscal/Fatura, todas as certidões de regularidade fiscal (INSS, FGTS, Débitos Trabalhistas, Débitos Federais, Estaduais e Municipais e outras as quais a Secretaria julgar necessárias), devidamente válidas:

12.1.1.1 A Contratada deverá manter durante toda a vigência contratual, a plena regularidade fiscal, exigida em Lei, e caso não apresente a efetiva documentação de regularidade fiscal necessária, dentro do prazo legal, o recebimento ficará prejudicado podendo ser suspenso ou interrompido, independentemente das penalidades legais aplicáveis ao fato, até que a empresa regularize a situação.

12.2 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, antes da sua efetiva liquidação.

12.3 O pagamento será efetuado em até no máximo após 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

12.4 O pagamento dar-se-á por intermédio de Ordem Bancária (OB) e em moeda corrente nacional, conforme art. 5° da Lei n° 8666/93.

12.5 Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

12.6 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigações financeiras impostas a Contratada em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

12.7 A Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring".

12.8 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

12.9 O pagamento será efetuado observando-se a ordem cronológica estabelecida no art. 5° da Lei n° 8666/93.

12.10 A contratada deverá indicar no corpo da nota fiscal o nome do Banco, agência e número da conta onde deverá ser feito o pagamento, via ondem bancária, bem como o número do contrato, além de descriminar os valores referentes às retenções dos impostos devidos ao município (ex. IR, ISSQN, etc...), bem como a retenção previdenciária prevista na lei nº 9.711/98, Instrução Normativa nº 1300/2012 RFB.

12.11 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida em duas vias, somente após o recebimento da Nota de Empenho, devendo ser encaminhada diretamente a Gerência de Patrimônio, juntamente com a entrega do material solicitado;

12.12 A data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento do bem.

12.13 Deverá constar na Nota Fiscal/Fatura algumas informações básicas como:

Razão Social;Número da Nota Fiscal/Fatura;Data de emissão;Nome da Secretaria Solicitante/Diretoria;Descrição do material e/ou serviço;Quantidade, preço unitário, preço total;Dados Bancários (nome e número do banco, número da agência, número da conta corrente);Número do Contrato;Número da Nota de Empenho;Não deverá possuir rasuras.

12.14 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, esta será devolvida a Contratada para as necessárias correções, sendo informados os motivos que motivaram a sua rejeição.

12.15 Somente após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente corrigida é que se iniciará a contagem dos prazos fixados para pagamento à partir da data de sua reapresentação.

12.16 A Nota Fiscal/Fatura deverá estar acompanhada dos seguintes documentos e certidões comprobatórias de regularidade fiscal, vigentes:

INSS,FGTS,Débitos Trabalhistas,Débitos Federais, Estaduais e Municipais, Outras as quais a Secretaria julgar necessários.

13CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

13.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

13.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

13.2.1 Advertência.

13.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

13.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

13.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

13.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

13.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

14CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

15.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

15.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

15.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

15.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

15.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

15.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

15.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

15.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

15.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado e/ou na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/ e/ou Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

15.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

15.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

15.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

16CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

16.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

16.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

16.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

17CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

17.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

17.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 082/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

17.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

18CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 09 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JÚNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

CLAYTON SMANIOTTO BAPTISTA

CPF/MF n.º 568.177.390-91

DANIELA TULER SANTOS DE OLIVEIRA – ME

CNPJ/MF nº. 07.075.255/0001-62

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG20.079/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o S.R. ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 00.995.371/0001-50, com sede à Av. Goianazes, S/N, Qd. 25, Lt. 11 a 26, Distrito Agro – Industrial, Aparecida de Goiânia/GO, FONE: 62 3097-8000/8057, CEP: 74.993-440, E-MAIL; tania.cardoso@stockhospitalar.com.br, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. WILSON LEMOS FERREIRA, portador da Carteira de Identidade n.º 880.284 SSP/GO, CPF/MF n.º 231.772.501-97, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO/**REGISTRO DE PREÇOS Nº.075/2014 do Processo Administrativo Nº. 20.079/2013, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 91 (noventa e um) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITENS	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
53	FIO DE ALGODÃO Nº 2,0 - C/AGULHA - CIR. CIL. - 2,5: FIO CIRÚRGICO DE POLIÉSTER E ALGODÃO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 2-0, 3 X 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 2,5 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE COM 3 FIOS. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT	UND	744	SHALON	R$3,20	R$2. 380,80	STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacaoe ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO.

6.1 As entregas dos materiais de consumo hospitalar deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.1.1 As entregas deverão atender as especificações bem como qualquer tipo de irregularidade, vicio ou desconformidade a empresa licitante substituirá o produto sem ônus para esta Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa e Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4 Prazo de entrega dos Materiais Hospitalares deverá ser em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sendo que em caso de novos prazos de entrega serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas.

6.5 O local de entrega dos Materiais será o Almoxarifado Central/SMS, situado a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. Horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Tel.: (65) 3617-1325 / 1326 - Fax (65) 3617-1604. Devendo se instalar futuramente em novo endereço: Avenida Fernando Correa da Costa nº 9160 – BR 364 – Bairro São Francisco – CEP: 78.085-700 ao lado do CISC Coxipó – Cuiabá/MT, OU OUTRO LOCAL DESIGNADO NA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO. E-mail: caf.saude@cuiaba.mt.gov.br.

6.6 Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.7 Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações discriminada nas notas fiscais.

6.8 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.9 As Notas Ficais deverão conter:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

6.10 Laudo de qualidade e analise:

6.10.1 Os documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, “relativo ao lote que está sendo entrega”, no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade dos materiais hospitalares;

6.11 Do recebimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.11.1 Os materiais hospitalares deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.11.2 Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos materiais hospitalares como quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples DOAÇÃO.

6.11.3 O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.11.4 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.11.5 O transporte deve ser feito pela fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.11.6 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos materiais hospitalares, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.11.7 Identificar todos os materiais hospitalares com etiquetas adesivas constando às informações de nome do material, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão;

6.11.7.1 Embalagem primária: caixa para acondicionamento do produto utilizado para o acondicionamento do material;

6.11.7.2 Embalagem secundária: caixa para acondicionamento de materiais hospitalares alocados em caixas menores.

6.11.8 Não serão recebidos os materiais com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.11.9 Não serão aceitos materiais com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no Termo de Referência.

6.11.10 Os materiais hospitalares, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades, devendo na embalagem secundária constar os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO” (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de1998). As informações referentes ao fracionamento das unidades, deverão contas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO finalizada.

6.12 Do prazo de vencimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.12.1 Os Materiais deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a 12 (doze) meses.

6.12.2 Para os materiais com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento. Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total da fornecedora que não cumpriu as exigências deste edital, arcará com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta da Fornecedora.

6.13 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistências, perdas e avarias:

6.13.1 O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais hospitalares será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.13.2 A empresa deverá entregar os materiais elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente Termo de Referência, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.13.3 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.14 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais hospitalares..

7CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato em até 03 (três) dias uteis, no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 03 (três) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

7.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

7.3.1 Fornecer os materiais hospitalares dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

7.3.2 Disponibilizar os materiais hospitalares no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.3.3 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da FORNECEDORA a substituição de imediato, depois do comunicado da SMS de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.3.4 A nota fiscal deverá especificar número de cada item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, deverá os materiais ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.3.5 O recebimento não excluirá a FORNECEDORA da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos materiais, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.3.6 Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.3.7 Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SMS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.3.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.3.10 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.3.11 Comunicar imediatamente à SMS qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.3.12 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.3.13 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela SMS;

7.3.14 Substituir de imediato, após notificação formal, os materiais entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade;

7.3.15 Se a FORNECEDORA recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.3.16 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.17 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a SMS, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a SMS;

7.3.18 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa;

7.3.19 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo deste Edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, após a nomeação do vencedor do certame:

8.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, através de seus fiscais, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.

8.2.2 Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora, desde que tenha havido o recebimento dos materiais;

8.2.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) FORNECEDORA(S) para que possa(m) proceder à entrega dos materiais dentro do estabelecido nesta licitação;

8.2.4 Rejeitar os fornecimentos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2.5 Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária FORNECEDORA pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA.

8.2.6 Comunicar oficialmente à FORNECEDORA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.

9CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Serão designados como gestor e fiscais do contrato, os servidores abaixo relacionados, ou outros designados para essa função:

9.1.1 Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, Sr. Francisco Carlos Xavier, na pessoa do Diretor(a), Matrícula: 4043625. RG: 02512408 SJ/MT. CPF: 065.826.051-00, e/ou outro servidor designado.

9.1.2 Fiscal de Contrato: Coordenadora de Assistência Farmacêutica, Srª. Cristiane de Oliveira Rodrigues Calçada, Matrícula: 4048325. RG: 1133128-3 SSP/MT. CPF: 692.466.101-72, na pessoa da Coordenadora e/ou outro servidor designado.

9.1.3 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, Matrícula: 4028726. RG: 13871064 SSP/MT. CPF: 003.794.371-55, na pessoa do Responsável e/ou outro servidor designado.

9.1.4 Suplente de Contrato: Farmacêutico Responsável pelo Recebimento dos Produtos, Felipe Winck do Nascimento, Matrícula: 4045697. RG: 14078031 SSP/MT. CPF: 016.882.801-46, na pessoa do Farmacêutico e/ou outro servidor designado.

9.1.5 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Materiais Hospitalares, Widson de Oliveira Souza, Matrícula: 1573823. RG: 324249-8 SSP/MT. CPF: 241.967.891-53, na pessoa do responsável e/ou outro servidor designado.

9.2 São atribuições do Gestor e Fiscal do Contrato:

9.2.1 Conferência dos produtos, marcas e especificação dos produtos que foram entregues.

9.2.2 Se as quantidades e especificações dos produtos entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatível com o edital, com a ata de registro e demais documentos referentes ao certame.

9.2.3 Registrar no ato do recebimento do produto todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.2.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos de entrega.

9.2.5 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações e tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento previsto no edital e no registro de preços, parcial ou total.

9.2.6 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos médico hospitalar, odontológico e instrumental cirúrgico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.7 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

9.3 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue deverá ser atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), e encaminhada a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

10CLÁUSULA DÉCIMA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, oriundo de recursos federais, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.

Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A/S.I.H

2388 – Promover a manutenção e estruturação das ações da Unidade de Pronto atendimento de saúde – UPA – Morada do Ouro.

2386 – Implementar a Rede de Urgências (RUE)

Fonte:111 – Transferência do FES para o FMS

113 – Transferência do FNS para o FMS.

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Rotina: Despesas com Custeio - Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária, HPSMC e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde

Atividade: 2380 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá

Fonte: 110 – Transferência da União do FNS para SMS

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Bloco: Atenção Básica

Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo

Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo

Banco do Brasil 001 - Agência: 3834-2 Conta: 5868-8

Recurso Fundo a Fundo:

Ação: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

11.2 O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

11.3 A FORNECEDORA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.4 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

11.5 Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

11.6 O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA;

11.7 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.8 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.9 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

11.10 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 075/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

WILSON LEMOS FERREIRA

CPF/MF n.º 231.772.501-97

STOCK COMERCIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ/MF nº. 00.995.371/0001-50

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2015

PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 075/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG20.079/2014

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CUIABÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 03.533.064/0001-46, com sede no Palácio Alencastro, situado na Praça Alencastro, nº. 158, Centro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representado pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através de seu Secretário, o S.R. ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR, portador da Carteira de Identidade RG nº.04165861-1 e do CPF nº. 378.624.721-87 neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE** e a empresa **SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. 33.348.467/0004-29, com sede à Rua 10, nº 170, Bairro Jardim Santo Antônio, Goiânia/GO, CEP: 74853-230, FONE; 62 3259-4546, E-MAIL; licitacao2@suturas.com.br, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. EDUARDO DE PAULA SCHMID, portador da Carteira de Identidade n.º 6988660-X, CPF/MF n.º 836.977.568-34, doravante denominada FORNECEDORA, considerando o resultado da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO**/REGISTRO DE PREÇOS Nº.075/2014 do Processo Administrativo Nº. 20.079/2013, RESOLVE** registrar os preços, nas quantidades estimadas anual, de acordo com a classificação por ela alcançada dos ITENS, atendendo das condições previstas no Instrumento Convocatório, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002; Decretos Municipais n° 5.011 de 21 de fevereiro de 2011; 5.456**/2014 de 24 de fevereiro de 2014** e **subsidiariamente pela** Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de MATERIAL DE CONSUMO HOSPITALAR para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá nas 91 (noventa e um) Unidades Primárias de Saúde; e da Atenção Secundária, sendo: 05 (cinco) Policlínicas, 01 Unidade de Pronto Atendimento (UPA – Morada do Ouro); 01 (um) Serviço Ambulatorial Especializado; 01 (um) Centro de Especialidades Médicas; 06 (seis) Residências Terapêuticas, 03 (três) Centros de Atendimento Psicossocial; 01 (um) Hospital e Pronto Socorro Municipal e os pacientes com processos administrativos e via Mandado Judicial (LIMINARES).

1.2 Este instrumento não obriga a Administração e outros Órgãos/Entidades, a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para fornecimento do objeto, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro à preferência para a execução do objeto, em igualdade de condições.

2CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de até 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, sendo que durante este período a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação;

2.1.1 Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços - SRP terão sua vigência conforme as disposições contidas nos respectivos instrumentos convocatórios e respectivos contratos decorrentes, obedecido ao disposto da Lei nº 8.666, 21 de junho de 1993.

3CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA

3.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças, através da Diretoria de Compras e Licitação no seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município nas questões legais.

4CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

4.1 Os preços registrados, a especificação dos objetos (apresentação/embalagem/volume/caixa), os quantitativos, FORNECEDORES e representantes legais, encontram-se relacionados na presente Ata, a seguir:

ITENS	DISCRIMINAÇÃO ORIGINAL	APRES	QUANT ESTIM. ANUAL	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	EMPRESA VENCEDORA
52	FIO CATGUT SIMPLES 2-0 C/ AGULHA CIR. CIL. ½, 3.5 CM: FIO CIRÚRGICO DE CATGUT SIMPLES, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 2-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 3,5 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABN	UND	936	SHALON	R$2,56	R$2.396,16	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
59	FIO DE POLIÉSTER VERDE TRANÇADO Nº 2 – 75CM COM AGULHA CIR/TRIANG 1/2 - 40MM : FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO DE POLIÉSTER VERDE TRANÇADO,ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 2, MEDINDO 75 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2, CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 40 MM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: ETHIBOND)	UND	744	SHALON	R$3,26	R$2.425,44	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
60	FIO DE POLIÉSTER VERDE TRANÇADO Nº 5 – 75CM COM AGULHA CIR/TRIANG 1/2 - 48MM: FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO DE POLIÉSTER VERDE TRANÇADO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 5, MEDINDO 4 X 75 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2, CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 48 MM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT. (REFERÊNCIA: ETHIBOND)	UND	744	SHALON	R$10,73	R$7.983,12	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
61	FIO DE SEDA Nº 4-0 - C/AGULHA – 1/2 - CIR. TRIANG. - 2,0: FIO CIRÚRGICO DE SEDA, TRANÇADO, PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 4-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 2,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT	UND	240	SHALON	R$1,45	R$348,00	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
62	FIO MONONYLON Nº 2,0 - C/AGULHA - 3/8 - CIR. TRIANG. CORT. 3,0: FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE NYLON PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 2-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 3,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT	UND	20.000	SHALON	R,99	R$19.800,00	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
63	FIO MONONYLON Nº 3,0 - C/AGULHA - 3/8 - CIR. TRIANG. CORT. 3,0: FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE NYLON PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 3-0, MEDINDOAPROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 3,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABER-	UND	9.984	SHALON	R$1,00	R$9.984,00	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA

	TURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRÁZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT						
65	FIO MONONYLON Nº 5,0 - C/AGULHA - 3/8 - CIR. TRIANG. CORT. 1,65: FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE NYLON PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 5-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 1,65 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT	UND	26.016	SHALON	R$1,41	R$36.682,56	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
66	FIO MONONYLON Nº 6,0 - C/AGULHA - 3/8 - CIR. TRIANG. CORT. 1,65: FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE NYLON PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 6-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 45 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 DE CÍRCULO, TRIANGULAR, MEDINDO 1,65 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT	UND	3.240	SHALON	R$1,47	R$4.762,80	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
71	LINHO Nº3-0 - C/AG. - 3/8 CIR. CIL. - 3,0: FIO CIRÚRGICO LINHO BRANCO, ESPESSURA 3-0, COM 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA 3/8 CIRCULO, PONTA CILÍNDRICA, MEDINDO 3,0CM, ESTÉRIL, EMBALAGEM UNITÁRIA CONFORME NBRS 13386 OU 13387	UND	432	SHALON	R$1,53	R$660,96	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
78	POLIGLACTINA Nº 1 - C/AG. - 1/2 - CIR CIL 3,7 CM: FIO CIRÚRGICO SINTÉTICO TRANÇADO COLORIDO, COM COBERTURA DE POLIGLACTINA, ESTÉRIL, ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 1, MEDINDO APROXIMADAMENTE 70 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CILÍNDRICA, TAMANHO VARIANDO DE 3,5 A 3,7 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRAZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NUMERO DE LOTE, DATA DE VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: VICRYL)	UND	2.928	SHALON	R$3,00	R$8.784,00	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
83	POLIPROPILENO Nº 3,0 - C/AG - 3/8 CIRC CIR 3,0 CM: FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE POLIPROPILENO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 3-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 CM DE COMPRIMENTO, COM AGULHA DE 3/8 CÍRCULO, CILÍNDRICA, MEDINDO 3,0 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRÁZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: PROLENE)	UND	1.752	SHALON	R$1,59	R$2.785,68	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA
84	POLIPROPILENO Nº 5,0 - C/2 AG - 1/2 CIR 1,5 CM: FIO CIRÚRGICO MONOFILAMENTO DE POLIPROPILENO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, DIÂMETRO 5-0, MEDINDO APROXIMADAMENTE 75 CM DE COMPRIMENTO, COM 2 AGULHA DE 1/2 CÍRCULO, CORPO QUADRADO, MEDINDO 1,5 CM, COM BOM CORTE, QUE NÃO QUEBRE OU ENTORTE COM FACILIDADE, EM ENVELOPE INDIVIDUAL. EMBALAGEM APROPRIADA AO MÉTODO DE ESTERILIZAÇÃO QUE PERMITA ABERTURA E TRANSFERÊNCIA ASSÉPTICA, MANTENDO A INTEGRIDADE DO PRODUTO E SUA ESTERILIZAÇÃO ATÉ O MOMENTO DO USO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE TRÁZER OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DA VALIDADE E NÚMERO DO REGISTRO DO MS. O PRODUTO DEVE SEGUIR A NORMA TÉCNICA DA ABNT (REFERÊNCIA: PROLENE)	UND	600	SHALON	R$5,08	R$3.048,00	SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA

4.2 A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

4.3 Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado, tributos, seguros, encargos sociais, etc.

5CLÁUSULA QUINTA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

5.1 Após homologação da licitação, a FORNECEDORA será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito de Registro; caracterização de inexecução contratual e convocação dos classificados remanescentes e nos termos da legislação;

5.1.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, e, depois de cumpridos os requisitos, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.2 Se a licitante vencedora recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços injustificadamente além das penalidades prevista, será aplicada à regra seguinte: quando a proponente vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para futura celebração do contrato, e assim sucessivamente;

5.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal, a firmar as contratações que deles advirão, facultando-se lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

5.4 Ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o lote, respeitada a legislação, observando-se o seguinte:

5.4.1 O(s) preço(s) registrado(s) e a indicação do(s) respectivo(s) fornecedor(es) serão divulgados no Site da Prefeitura Municipal de Cuiabá/MT, http://www.cuiaba.mt.gov.br na guia Serviços/Licitação ou no Link http://licitacao.cuiaba.mt.gov.br/licitacaoe ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

5.4.2 Quando das contratações decorrentes do registro de preços respeitar-se-á a ordem de classificação das empresas constantes da Ata;

5.4.3 Os órgãos participantes do registro de preços deverão, quando da necessidade do fornecimento do objeto, recorrerem ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, para que este proceda à indicação do fornecedor e respectivos preços a serem praticados;

5.4.4 Excepcionalmente, a critério do órgão gerenciador, quando a quantidade do primeiro colocado não for suficiente para as demandas estimadas, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e as ofertas sejam em valor inferior ao máximo admitido, poderão ser registrados outros preços.

5.5 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão municipal ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem;

5.5.1 Os órgãos e entidades que não participaram do PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar formalmente o pedido e interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, com descrição e especificações dos produtos e quantitativos dos Itens que tenha interesse, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a ser praticado;

5.5.2 Caberá a Fornecedora beneficiária da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.3 As aquisições adicionais a que se refere o item 5.5 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

5.5.4 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não pode exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

5.5.5 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata;

5.5.6 Ao órgão não participante compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador;

5.5.7 O órgão que efetivar a aquisição será responsável pelos atos relativos ao cumprimento, pelo fornecedor, das condições pactuadas, aí incluída a aplicação de eventuais penalidades;

5.6 Caberá ao órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, descrever no seu pedido:

5.6.1 A especificação/descrição do objeto pretendido, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

5.6.2 A estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade do registro;

5.6.3 O preço unitário e total do estimado das quantidades a serem adquiridas;

5.6.4 A quantidade total de unidades a ser aderida, por lote;

5.6.5 O prazo de validade de registro de preço;

5.6.6 Descrição das condições quanto aos locais, prazos de entrega, forma de pagamento, dotação orçamentária e, complementarmente, quando cabíveis, a frequência, periodicidade, características dos produtos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados por parte do fornecedor;

5.7 Fazer acompanhar dos orçamentos prévios para comprovação de vantagens;

5.8 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas;

5.9 A aquisição com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra, conforme disposto no art. 62 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

5.10 A Ata de Registro de Preços não poderá sofrer acréscimos em seus quantitativos, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993.

5.10.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

5.10.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deve:

5.10.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.10.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor, será liberado do compromisso assumido;

5.10.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

5.10.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.10.3.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

5.10.3.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.10.3.3 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

5.10.4 Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Solicitante;

5.11 As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas pela Diretoria de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças-DCL/SMPF;

5.12 O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

5.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

5.12.2 Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

5.12.4 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado.

5.13 A divulgação do extrato da Ata de Registro de Preços ocorrerá por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mt.

6CLÁUSULA SEXTA – DOS LOCAIS, DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO.

6.1 As entregas dos materiais de consumo hospitalar deverão seguir obrigatoriamente o cronograma de entrega, sendo da responsabilidade da empresa manter todo o fornecimento solicitado, inclusive em épocas de férias coletivas, sem prejuízo da Administração ou interrupção das entregas.

6.1.1 As entregas deverão atender as especificações bem como qualquer tipo de irregularidade, vicio ou desconformidade a empresa licitante substituirá o produto sem ônus para esta Secretaria Municipal de Saúde.

6.2 Tal obrigatoriedade se faz necessário devido à logística interna do Almoxarifado Central (estocagem de produtos; adequação quanto ao espaço; armazenamento e manuseio); Controle e Gestão Financeira; Controle de Estoque de Produtos visando atender a demanda de consumo das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá, em tempo hábil.

6.3 Mudanças que porventura ocorrerem nos prazos de entrega e nas quantidades dos ofícios, somente será autorizado mediante documentos oficializados pela Diretoria Administrativa e Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica.

6.4 Prazo de entrega dos Materiais Hospitalares deverá ser em até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, sendo que em caso de novos prazos de entrega serão especificadas em ofícios formalizados com datas para as entregas.

6.5 O local de entrega dos Materiais será o Almoxarifado Central/SMS, situado a Rua Fenelon Muller, 295, Bairro Dom Aquino, CEP 78058-498. Horário das 07:30 as 11:00 e das 13:00 as 16:00. Tel.: (65) 3617-1325 / 1326 - Fax (65) 3617-1604. Devendo se instalar futuramente em novo endereço: Avenida Fernando Correa da Costa nº 9160 – BR 364 – Bairro São Francisco – CEP: 78.085-700 ao lado do CISC Coxipó – Cuiabá/MT, OU OUTRO LOCAL DESIGNADO NA ORDEM DE COMPRA/NOTA DE EMPENHO. E-mail: caf.saude@cuiaba.mt.gov.br.

6.6 Os volumes com fração deverão estar identificados (sinalizado com cor ou etiqueta com aviso de fração) de modo diferenciado para agilizar a conferência no recebimento quantitativo e qualitativo.

6.7 Identificar os volumes frágeis como frascos, vidros, plásticos, etc. Todos os volumes/caixas deverão ser entregue com identificação referente às informações discriminada nas notas fiscais.

6.8 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.9 As Notas Ficais deverão conter:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento

da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

6.10 Laudo de qualidade e analise:

6.10.1 Os documentos de certificação deverão ser encaminhados junto com a nota fiscal, que deverá ser emitido pelo controle de qualidade do fabricante do produto, “relativo ao lote que está sendo entrega", no qual são informadas as especificações técnicas de qualidade dos materiais hospitalares;

6.11 Do recebimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.11.1 Os materiais hospitalares deverão ser entregues e recebidos de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, conforme a ordem de fornecimento/nota de empenho.

6.11.2 Em caso de haver incompatibilidade de fechamento de caixa dos materiais hospitalares como quantitativo solicitado, o fornecedor poderá, como forma de garantir a integridade do produto fazer a adequação do excedente, por simples DOAÇÃO.

6.11.3 O fornecedor deverá garantir adequadas condições de transporte, preservação, integralidade, qualidade e da identificação e destinação do mesmo, da origem até o Almoxarifado Central da Secretaria de Saúde de Cuiabá.

6.11.4 Caso não se cumpra tais especificações os materiais hospitalares poderão ser totalmente devolvidos para correção da Nota Fiscal.

6.11.5 O transporte deve ser feito pela fornecedora, conforme exigência das legislações sanitárias vigentes, evitando qualquer tipo de contaminação dos produtos e risco a saúde dos usuários.

6.11.6 Os volumes/caixas deverão estar separados por lotes, conforme o ato de entrega dos materiais hospitalares, bem como, discriminadas as informações nas notas fiscais.

6.11.7 Identificar todos os materiais hospitalares com etiquetas adesivas constando às informações de nome do material, nome do laboratório, lote e data de validade, devendo a embalagem seguir o seguinte padrão;

6.11.7.1 Embalagem primária: caixa para acondicionamento do produto utilizado para o acondicionamento do material;

6.11.7.2 Embalagem secundária: caixa para acondicionamento de materiais hospitalares alocados em caixas menores.

6.11.8 Não serão recebidos os materiais com prazo de validade inferior ao solicitado.

6.11.9 Não serão aceitos materiais com especificação diferente ao que foi proposto, com irregularidade de peso ou medida, de inconsistência de informações sobre o produto bem como se apresentar quaisquer descumprimentos da qualidade e quantidade, além das exigências requeridas no Termo de Referência.

6.11.10 Os materiais hospitalares, deverão ser acondicionados e transportados de acordo com a temperatura exigida pelo fabricante até o ato da entrega, em embalagens que conservem suas propriedades e qualidades, devendo na embalagem secundária constar os seguintes dizeres: “PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO" (Portaria nº. 2814/GM de 29 de maio de1998). As informações referentes ao fracionamento das unidades, deverão contas na ATA DE REGISTRO DE PREÇO finalizada.

6.12 Do prazo de vencimento dos materiais de consumo hospitalar:

6.12.1 Os Materiais deverão ser entregues imediatamente após a sua fabricação ou até 06 meses dessa data, desde que os mesmos tenham prazo de validade total, igual ou superior a 12 (doze) meses.

6.12.2 Para os materiais com data de fabricação menor que 12 (doze) meses, deverão os mesmos respeitar a condição de não ter prazo de validade do produto menor que 75% do seu vencimento. Caso ocorra tal situação, a responsabilidade é total da fornecedora que não cumpriu as exigências deste edital, arcará com todos os custos diretos e indiretos da devolução e quaisquer outros ônus advindos dessa irregularidade, por culpa total e ônus por conta da Fornecedora.

6.13 Do prazo de devolução dos produtos e troca em caso de inconsistências, perdas e avarias:

6.13.1 O prazo máximo para a empresa efetuar a troca dos materiais hospitalares será de até 05 (cinco) dias, em caso de haver materiais com avarias, inconsistências ou perdas, cujas embalagens não estejam íntegras, e validade em desacordo com o exigido ou que apresentem alguma alteração.

6.13.2 A empresa deverá entregar os materiais elaborados, conforme as especificações e quantidades contidas no presente Termo de Referência, zelando pelo assíduo fornecimento do objeto.

6.13.3 A empresa é responsável pelos danos causados diretamente à instituição, decorrente de sua culpa ou dolo quando da entrega dos produtos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

6.14 A partir desse prazo de troca, o Almoxarifado Central da SMS solicitará o cancelamento dos itens em desacordo com o edital, no que se refere aos documentos de compras e/ou a nota fiscal sem qualquer ônus direto ou indireto, decorrente do mesmo, inclusive por questões de transporte e ônus dos materiais hospitalares..

7CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

7.1 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços a FORNECEDORA se obriga, nos termos do Edital, a assinar o contrato em até 03 (três) dias uteis, no período de vigência da ATA, onde passará a ser CONTRATADA e posteriormente retirar a Nota de Empenho no prazo não superior a 03 (três) dias uteis, contados do recebimento da convocação formal;

7.2 A FORNECEDORA obriga-se a cumprir, durante o período da vigência da Ata e do Contrato, todas as exigências, bem como, descrição e especificação básica apresentada neste edital e seus anexos;

7.3 A FORNECEDORA é obrigada a:

7.3.1 Fornecer os materiais hospitalares dentro dos padrões estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde – SMS;

7.3.2 Disponibilizar os materiais hospitalares no prazo de até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Fornecimento e Nota de Empenho, acompanhado de Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado;

7.3.3 Os itens licitados serão avaliados em relação à conformidade, especificação, bem como qualidade e quantidade, de acordo com o Edital, sendo que o prazo para conferência e eventual troca do produto feita por parte da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, através da Diretora de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a responsabilidade da FORNECEDORA a substituição de imediato, depois do comunicado da SMS de quaisquer produtos em desconformidade com o das especificações;

7.3.4 A nota fiscal deverá especificar número de cada item e sua validade com a respectiva quantidade, em concordância com os produtos apresentados no ato da entrega, bem como a entrega na Diretoria de Logística e Suprimentos/Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria Municipal de Saúde, deverá os materiais ser separados por lote, para facilitar a conferência. Casos em desacordo, não serão recebidos;

7.3.5 O recebimento não excluirá a FORNECEDORA da responsabilidade civil, nem ético-profissional, pelo perfeito fornecimento dos materiais, dentro dos limites estabelecidos pela Lei nº. 8.666/93;

7.3.6 Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação em que se verificarem vícios ou incorreções resultantes dos produtos fornecidos;

7.3.7 Manter, durante a vigência do Contrato, a regularidade documental habilitatória apresentadas na licitação, sob pena de retenção financeira de seus créditos;

7.3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela SMS, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à SMS, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da entrega;

7.3.9 Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da SMS, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no contrato;

7.3.10 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

7.3.11 Comunicar imediatamente à SMS qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

7.3.12 Fiscalizar e acompanhar a execução para o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes;

7.3.13 Atender prontamente qualquer reclamação, exigência, ou observações realizadas pela SMS;

7.3.14 Substituir de imediato, após notificação formal, os materiais entregues em desacordo com as especificações do Edital, ou que apresentem vício de especificação, qualidade ou de quantidade;

7.3.15 Se a FORNECEDORA recusar-se a retirar a Nota de Empenho, sem justificativa formalmente aceita, decairá do direito de fornecer o objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades;

7.3.16 Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.3.17 A inadimplência da FORNECEDORA com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transferem a responsabilidade por seu pagamento a SMS, nem poderá onerar o objeto do certame, razão pela qual a FORNECEDORA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a SMS;

7.3.18 A não caracterização de inexecução contratual não afasta a obrigação do recolhimento da multa;

7.3.19 Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/02 e Decreto Municipal nº. 5.011/11.

8CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 A CONTRATANTE é obrigada a providenciar a FORNECEDORA, no devido prazo, os documentos, as informações, esclarecimentos, os elementos e quaisquer outros dados disponíveis relacionados com o escopo deste Edital, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da FORNECEDORA às dependências da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, desde que devidamente autorizados.

8.2 São obrigações da CONTRATANTE, após a nomeação do vencedor do certame:

8.2.1 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento do objeto contratado, relatando se for o caso, através de seus fiscais, irregularidades/má qualidade do produto fornecido.

8.2.2 Proceder aos pagamentos devidos à licitante vencedora, desde que tenha havido o recebimento dos materiais;

8.2.3 Proporcionar todas as facilidades para que a(s) FORNECEDORA(S) para que possa(m) proceder à entrega dos materiais dentro do estabelecido nesta licitação;

8.2.4 Rejeitar os fornecimentos que não satisfazem aos padrões exigidos nas especificações;

8.2.5 Atestar as notas fiscais e faturas e acompanhar o efetivo fornecimento do produto, por meio de representante GESTOR/FISCAL designado, e também efetuar o pagamento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue atestado pela autoridade competente e de conformidade com o discriminado na proposta da adjudicatária e o constante na Nota de Empenho, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, através de ordem bancária FORNECEDORA pela instituição financeira da Administração Municipal, devendo para isto ser indicada à agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito. O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA.

8.2.6 Comunicar oficialmente à FORNECEDORA quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do contrato.

9CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 Serão designados como gestor e fiscais do contrato, os servidores abaixo relacionados, ou outros designados para essa função:

9.1.1 Gestor de Contratos: Diretoria de Logística e Suprimentos, Sr. Francisco Carlos Xavier, na pessoa do Diretor(a), Matrícula: 4043625. RG: 02512408 SJ/MT. CPF: 065.826.051-00, e/ou outro servidor designado.

9.1.2 Fiscal de Contrato: Coordenadora de Assistência Farmacêutica, Srª. Cristiane de Oliveira Rodrigues Calçada, Matrícula: 4048325. RG: 1133128-3 SSP/MT. CPF: 692.466.101-72, na pessoa da Coordenadora e/ou outro servidor designado.

9.1.3 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Recepção, Sr. Marcos Vinicius Vitor da Silva, Matrícula: 4028726. RG: 13871064 SSP/MT. CPF: 003.794.371-55, na pessoa do Responsável e/ou outro servidor designado.

9.1.4 Suplente de Contrato: Farmacêutico Responsável pelo Recebimento dos Produtos, Felipe Winck do Nascimento, Matrícula: 4045697. RG: 14078031 SSP/MT. CPF: 016.882.801-46, na pessoa do Farmacêutico e/ou outro servidor designado.

9.1.5 Suplente de Contrato: Responsável Técnico do Setor de Materiais Hospitalares, Widson de Oliveira Souza, Matrícula: 1573823. RG: 324249-8 SSP/MT. CPF: 241.967.891-53, na pessoa do responsável e/ou outro servidor designado.

9.2 São atribuições do Gestor e Fiscal do Contrato:

9.2.1 Conferência dos produtos, marcas e especificação dos produtos que foram entregues.

9.2.2 Se as quantidades e especificações dos produtos entregues são compatíveis com a proposta de preços ofertados pela empresa, bem como compatível com o edital, com a ata de registro e demais documentos referentes ao certame.

9.2.3 Registrar no ato do recebimento do produto todas as ocorrências que possam acontecer na sua entrega enquanto perdurar o registro de preços.

9.2.4 Fiscalização do cumprimento dos prazos de entrega.

9.2.5 Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos produtos entregues, sendo responsável por essas declarações e tendo condições de sugerir ao superior hierárquico a aplicação de penalidades, nos casos de inadimplemento previsto no edital e no registro de preços, parcial ou total.

9.2.6 Anotar expressamente, em registro, documento ou ato próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega dos equipamentos médico hospitalar, odontológico e instrumental cirúrgico, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.2.7 Caberá a fiscalização e ao Gestor, exercer rigoroso controle do cumprimento da Ata de Registro de Preços, em especial a quantidade, especificação e qualidade da entrega dos produtos.

9.3 Cumpridas todas as etapas da fiscalização, a Nota Fiscal do produto entregue deverá ser atestada pela Diretoria de Logística e Suprimentos, na pessoa do Diretor Sr. Francisco Carlos Xavier, e/ou servidor designado, em conjunto com o(s) Fiscal(ais) do Contrato e/ou servidor(es) designado(s), e encaminhada a Diretoria/Coordenadoria Administrativa da SMS, para providencias cabíveis.

10CLÁUSULA DÉCIMA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS, oriundo de recursos federais, a seguir:

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Programa: 0033 – Atenção de Média e Alta Complexidade.

Projeto Atividade: 2385 – Implementar a Assistência Ambulatorial e Hospitalar S.I.A/S.I.H

2388 – Promover a manutenção e estruturação das ações da Unidade de Pronto atendimento de saúde – UPA – Morada do Ouro.

2386 – Implementar a Rede de Urgências (RUE)

Fonte:111 – Transferência do FES para o FMS

113 – Transferência do FNS para o FMS.

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Rotina: Despesas com Custeio - Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Secundária, HPSMC e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

Unidade Gestora: 16601 – Fundo Único Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0032 – Atenção Básica à Saúde

Atividade: 2380 - Implementar a Assistência de Atenção Básica no Município de Cuiabá

Fonte: 110 – Transferência da União do FNS para SMS

Elemento de despesa: 3390-30 – Material de Consumo

Bloco: Atenção Básica

Componente: Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo

Ação/Serviço/Estratégia: PAB Fixo

Banco do Brasil 001 - Agência: 3834-2 Conta: 5868-8

Recurso Fundo a Fundo:

Ação: Despesas com Custeio – Solicitação de registro de preço (licitação) de materiais hospitalares para atender as unidades de saúde da SMS (Atenção Primária e pacientes com processo judicial - LIMINAR).

11CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

11.1 A CONTRATANTE efetuará o pagamento à FORNECEDORA mediante apresentação de Nota Fiscal Fatura Discriminativa, em duas vias correspondentes ao adimplemento de cada parcela do bem efetivamente entregue e atestado pela autoridade competente, devendo ser feita em conformidade com o discriminado na proposta da empresa vencedora do registro, na ata de registro de preços e ainda conforme o constante na Nota de Empenho.

11.2 O pagamento não será superior a 30 (trinta) dias, feita através de ordem bancária e de acordo com as informações repassadas pela empresa vencedora indicando a agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser realizado o depósito, sendo feita através da instituição financeira da Administração Municipal.

11.3 A FORNECEDORA deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

11.4 As Notas Fiscais deverão estar discriminar conforme abaixo:

Razão social;Número da nota fiscal;Data de emissão;Certidão Negativa de Débito Estadual, da sede da empresa;Certidão Negativa de Débito Municipal;Certidão Negativa de Débitos Federais;Certidão Negativa de Débitos do INSS;Certidão de Regularidade com o FGTS;Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;Produto (descrição completa, unidade de medida, peso, etc);Lote de Fabricação de cada produto;Validade de cada produto;Conhecimento da fornecedora para transporte;Nas informações complementares e adicionais informar o número da ordem de compra/ aquisição, número do empenho, identificação da origem da aquisição/licitação (modalidade, numeração, processo) e/ou da ata de registro de preço;Não rasurar as notas.

11.5 Para cada Nota de Empenho, a FORNECEDORA deverá emitir uma única nota fiscal/fatura;

11.6 O pagamento da nota fiscal fica condicionado à comprovação de situação de regularidade da FORNECEDORA;

11.7 Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a FORNECEDORA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, constando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

11.8 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos fornecimentos.

11.9 A CONTRATANTE não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring".

11.10 As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da FORNECEDORA.

12CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, ou quando convocado não assinar o contrato ou retirar a Nota de Empenho quando for o caso, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais:

12.2 Sem prejuízo de outras sanções estabelecidas neste certame, estarão sujeitos as seguintes penalidades:

12.2.1 Advertência.

12.2.2 Multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no início ou na interrupção do cumprimento do objeto, que incidirá sobre o valor adjudicado, até o limite máximo de 10% (dez por cento).

12.2.3 Após o limite previsto anteriormente, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto onde sujeitará a multa de até 20% (vinte por cento) somando mais 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor adjudicado.

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.3 As multas previstas nesta seção não eximem a Fornecedora da reparação dos eventuais perdas e danos ou prejuízos que seu ato punível venha causar a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS.

12.4 Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por parte do Município de Cuiabá, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município, e, se estes forem inexistentes ou insuficientes, o valor será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município.

12.4.1 Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

12.5 As penalidades pecuniárias a que se referem às cláusulas anteriores poderão ser descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE, ou, se for o caso, cobrada administrativamente ou judicialmente, aplicam-se subsidiariamente, as normas previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

13CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DOS ILÍCITOS PENAIS

13.1 As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CANCELAMENTO DA ATA

14.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

14.1.1 Quando a FORNECEDORA não cumprir as obrigações constantes na Ata de Registro de Preços e/ou no Edital;

14.1.2 Quando a FORNECEDORA não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

14.1.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

14.1.4 Quando a FORNECEDORA der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.1.5 Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

14.1.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.7 Por presentes razões de interesse público, devidamente justificado;

14.2 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, a FORNECEDORA será informada por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata;

14.3 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da FORNECEDORA, a comunicação será feita por publicação no Diário Eletrônico do Tribunal de Contas no endereço eletrônico http://www.tce.mt.gov.br/, na Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT no endereço eletrônico http://www. diariomunicipal.com.br/amm-mt/, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação;

14.4 A solicitação da FORNECEDORA para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão Gerenciador, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata;

14.5 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades da FORNECEDORA, relativas aos fornecimentos do objeto;

14.6 Caso o Órgão Gerenciador, não se utilizem da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a FORNECEDORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

15CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.;

15.1 Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA

15.1.1 Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto desta Ata, do Edital;

15.1.2 As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento do objeto.

16CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

16.1.1 Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços;

16.1.2 A presente Ata de Registro de Preços Integra o Edital de Pregão Registro de Preços nº 075/2014 e seus anexos e a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s);

16.1.3 É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente Registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Órgão Gerenciador.

17CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata, lavrado em três vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Cuiabá - MT, 12 de fevereiro de 2015.

CONTRATANTE:

_____

ARY SOARES DE SOUZA JUNIOR

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

FORNECEDORA:

_____

EDUARDO DE PAULA SCHMID

CPF/MF n.º 836.977.568-34

SHALON FIOS CIRÚRGICOS LTDA

CNPJ/MF nº. 33.348.467/0004-29

TESTEMUNHAS:

01)_____02)_____

RG Nº./CPF/MF Nº.RG Nº./CPF/MF Nº.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO 002/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato Nº..: 002/2015
Contratante..: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
Contratada...: Parecis Comunicações Ltda - ME.
Valor.....: R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
Vigência.....: Início: 20/02/2015 Término: 20/02/2016.
Objeto.....: Contratação de empresa de radiodifusão para transmissão ao vivo das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes realizadas pela Câmara de Vereadores de Diamantino/MT.
DIAMANTINO /MT em 03 de fevereiro de 2015

JOSENIL COSTA LUBE - PRESIDENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 013/2015

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **16/03/2015 às 08h00min**, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, tipo "Menor Preço por lote", cujo objetivo é: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE ORTOPEDIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIAMANTINO - MT.* O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura, sito a Av. Desembargador J. P. F. Mendes, Nº 2.341 – Jardim Eldorado, Diamantino – MT, setor de licitação das 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min, e no site da Prefeitura Municipal: www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (65) 3336-6422/6423.

Diamantino - MT, 04 de Março de 2015.

_____

LAURO JOSNEY CORREA

Pregoeiro Oficial

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO 003/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato Nº..: 003/2015
Contratante..: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
Contratada...: AKDD Eletrônicos e Pap. Com. Rep. Serv. Ltda.
Valor.....: R$ 12.564,00 (Doze mil quinhentos e sessenta e quatro reais).
Vigência.....: Início: 20/02/2015 Término: 20/04/2015.
Objeto.....: Aquisição de condicionador de ar tipo Split.
DIAMANTINO /MT em 03 de fevereiro de 2015

JOSENIL COSTA LUBE - PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO 001/2015

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato Nº..: 001/2015
Contratante..: CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
Contratada...: J. Vargas Pinto & Cia Ltda - ME.
Valor.....: R$ 5.930,00 (Cinco mil novecentos e trinta reais).
Vigência.....: Início: 21/01/2015 Término: 21/02/2015.
Objeto.....: Prestação de serviços de pintura na recepção e na sala dos ex-presidentes..
DIAMANTINO /MT em 03 de fevereiro de 2015
JOSENIL COSTA LUBE - PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Adesão a Ata nº 13/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: G Occhi Transportes-ME

Objeto: Fornecimento de transporte de mercadorias, malotes e fornecimento de passagens.

Valor Global: R$ 13.720,00 (treze mil setecentos e vinte reais)

Assinatura: 26/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº009/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: A. Ciola-ME

Objeto: prestação de serviços de transporte de alunos da rede publica de ensino do Município de Gaúcha do Norte-MT para o ano letivo e 2015

Prazo De Entrega: Imediato e contínuo

Valor Global: R$ 202.800,00 (duzentos e dois mil oitocentos reais)

Assinatura: 25/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº007/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Alessandro Aparecido Medina Ubeda

Objeto: Prestação de serviços Assessoria e Consultoria em Contratações e Aquisições Publicas, com presença física de no mínimo 08 (oito) dias úteis por mês ou de acordo com as necessidades quando solicitado.

Prazo De Entrega: Imediato e contínuo

Valor Global: R$ 107.520,00 (cento e sete mil quinhentos e vinte reais)

Assinatura: 24/02/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 002/2014 ao Contrato nº 45/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: MEI Leandro Sousa Medrado

Objeto do Aditivo: acréscimo no fornecimento de serviços de recarga de toner's e cartuchos de impressoras com comodato de impressoras

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 13/02/2015.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº012/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Valdemar Alves Malheiro-ME

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços de Transporte de pacientes para tratamento de Saúde em Água Boa-MT e Cuiabá-MT

Prazo De Entrega: Imediato e contínuo

Valor Global: R$ 93.834,00 (noventa e três mil oitocentos e trinta e quatro reais)

Assinatura: 25/02/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 001/2015 ao Contrato nº 107/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado*:* M.C Terraplanagem e Locações LTDA-ME

Objeto do Aditivo: Prorrogação de prazo do contrato por mais 180(cento e oitenta) dias

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 03/03/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº011/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Valdemar Alves Malheiro-ME

Objeto: prestação de serviços de transporte de alunos da rede publica de ensino do Município de Gaúcha do Norte-MT para o ano letivo e 2015

Prazo De Entrega: Imediato e contínuo

Valor Global: R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais)

Assinatura: 25/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº008/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: E. Zeidler Malheiro-ME

Objeto: prestação de serviços de transporte de alunos da rede publica de ensino do Município de Gaúcha do Norte-MT para o ano letivo e 2015

Prazo De Entrega: Imediato e contínuo

Valor Global: R$ 156.000,00 (cento e cinqüenta e seis mil reais)

Assinatura: 25/02/2015

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Nº010/2015

Modalidade: Pregão Presencial

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Cristiane Becker Zeidler-ME

Objeto: prestação de serviços de transporte de alunos da rede publica de ensino do Município de Gaúcha do Norte-MT para o ano letivo e 2015

Prazo De Entrega: Imediato e contínuo

Valor Global: R$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais)

Assinatura: 25/02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 113/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 113/2015 *de 03/03/2015.*

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°

- Nomear, a senhora, ALQUIMAR RAMALHO DA SILVA, portador do RG nº 0662146-5 SSP/MT e do CPF n° 460.969.061-68, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 164/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 105/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 105/2015 *de* **03/03/2015.**

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO FORMULADO POR

MARIA FIRMINA DA SILVA URBIETA PROTOCOLADO SOB O NUMERO 1542, DATADO DE 27/02/2015.

RESOLVE:

ARTIGO1° - EXONERAR, a pedido, do cargo comissionado, constante do quadro de pessoal deste Município, a Senhora MARIA FIRMINA DA SILVA URBIETA, matricula funcional nº 187, brasileira, portadora do RG Nº 0428532-8 SSP/MT e do CPF Nº 352.838.661-49, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE ARQUIVO E PROTOCOLO, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 156/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 106/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 106/2015 *de 03/03/2015.*

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE APLIC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°

- Nomear, a senhora, MARIA FIRMINA DA SILVA URBIETA, portador do RG nº 0428532-8 SSP/MT e do CPF n°352.838.661-49, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE APLIC, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de MARÇO de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 0157/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 111/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 111/2015 *de 03/03/2015.*

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO CHEFE DE DIVIÃO DE VIGILÂNGIA AMBIENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°

- Nomear, a senhora, MAYCON HENRIQUE MOREIRA RODRIGUES , portador do RG nº 2346898-0 SSP/MT e do CPF n° 051.355.771-73, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de CHEFE DE DIVIÃO DE VIGILÂNGIA AMBIENTAL, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 162/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 109/2015 *de* **03/03/2015.**

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO CHEFE DEPARTAMENTO DE APLIC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO FORMULADO POR

KARLA JANAINA FERRETO LIMA DA SILVA PROTOCOLADO SOB O NUMERO 1306, DATADO DE 23/02/2015.

RESOLVE:

ARTIGO1° - EXONERAR, a pedido, do cargo comissionado, constante do quadro de pessoal deste Município, a Senhora KARLA JANAINA FERRETO LIMA DA SILVA, matricula funcional nº 3589, brasileiro, portador do RG Nº 1453327-8 SSP/MT e do CPF Nº 010.038.171-57, do cargo de CHEFE DEPARTAMENTO DE APLIC, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 160/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 108/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 108/2015 *de* **03/03/2015.**

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO A SOLICITAÇÃO ATRAVÉS DO REQUERIMENTO DE EXONERAÇÃO FORMULADO POR

ALQUIMAR RAMALHO DA SILVA PROTOCOLADO SOB O NUMERO 1440, DATADO DE 25/02/2015.

RESOLVE:

ARTIGO1° - EXONERAR, a pedido, do cargo comissionado, constante do quadro de pessoal deste Município, a Senhora ALQUIMAR RAMALHO DA SILVA, matricula funcional nº 3850, brasileiro, portador do RG Nº 0662146-5 SSP/MT e do CPF Nº 460.969.061-68, do cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 159/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
DEMONSTRATIVO ANALITICO DAS OCORRÊNCIAS – RESCISÕES. FEVEREIRO/2015 - ESTAGIARIA

DEMONSTRATIVO ANALITICO DAS OCORRÊNCIAS – RESCISÕES. FEVEREIRO/2015 - ESTAGIARIA

NOME	CARGO	DATA DEMISSÃO	MOTIVO DESLIGAMENTO
EDICLEIA ADOLFO SOARES	ESTAGIARIA	04/02/2015	DISPENSA SEM JUSTA CAUSA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 107/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIANº 107/2015 de 03/03/2015.

"

DISPÕE SOBRE A CEDÊNCIA DE SERVIDOR DO QUADRO EFETIVO A OUTRO ENTE DO PODER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

"

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

CONSIDERANDO que através do Memorando nº 170/2015 de 23 de Fevereiro de 2015, foi solicitada à Prefeita Municipal a cedência ao servidor municipal;

CONSIDERANDO que através da Lei Municipal nº 187/2011 de 09 de junho de 2011, no seu artigo 59, inciso VI, é autorizada a cessão de servidores da Prefeitura Municipal a outros órgãos públicos,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica cedido à PREVIGUAR, CLEITOM VICTOR BELOTTO DE MORAES para exercer a função de Agente Administrativo Escolar , portadora do RG. 1799445-4 e do CPF 039.450.751-73, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. A cessão do servidor será feita mediante termo a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte e a Secretaria de Estado de Educação.

Art. 3º. Correrá por conta da PREVIGUAR toda a despesa correspondente ao servidor cedido, como vencimento, adicionais e vantagens.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor, na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos à 01/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 158/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 112/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 112/2015 *de 03/03/2015.*

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO CHEFE DE RELÇÃO PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°

- Nomear, a senhora, KATIA CARINE SANTANA PARENTE, portador do RG nº 2360493-0 SSP/MT e do CPF n° 048.202.211-67, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo CHEFE DE RELÇÃO PÚBLICAS, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 163/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 110/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 110/2015 *de 03/03/2015.*

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO CHEFE DE DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°

- Nomear, a senhora, EVANILDO JESUS DE SOUZA BARBOSA, portador do RG nº 1012383-0 SSP/MT e do CPF n° 569.775.731-04, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo de CHEFE DE DIVISÃO DE MEIO AMBIENTE, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 161/2015.

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 114/2015 DE 03/03/2015.

PORTARIA Nº 114/2015 *de 03/03/2015.*

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO COORDENADORA DE EXECUÇÃO DE OBRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1°

- Nomear, a senhora, KARLA JANAINA FERRETO LIMA DA SILVA, portador do RG nº 1453327-8 SSP/MT e do CPF n° 010.038.171-57, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para o Cargo COORDENADORA DE EXECUÇÃO DE OBRAS, da Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Março de 2015, revogados as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 03 (Três) dias do mês de Março do ano de dois mil e Quinze.

SANDRA MARTINS

Prefeita Municipal

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 03/03/2015.

NP 165/2015.

Secretária Municipal de Governo e Articulação Institucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2015

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Licitação supra citada, que tem como vencedor(es) abaixo e cujo objeto é:

***Objeto*:Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e suprimentos de informática a serem utilizados pelas Secretarias do Município de Itanhangá-MT."**

Vencedor:

Nome	CNPJ:	Valor Total
CASA DO COMPUTADOR LTDA - EPP	10.199.390/ 0001-24	R$ 60. 768,00
E. C. DOS SANTOS & CIA LTDA-ME	08.170.366/ 0001-10	R$ 53. 491,50
L. T SPECHT TELECOMUNICAÇÕES - ME	19.064.991/ 0001-02	R$ 48. 582,00

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 03 de Março de 2015.

JOAO ANTONIO VIEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 .

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

CONVOCAÇÃO:

A Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Apoio, nomeada pela portaria nº 05/2015 de 06/01/2015, comunica aos interessados no ramo de atividade comercio em geral que irá realizar procedimento licitatório na Modalidade de Pregão, com objeto, data e horário abaixo descrito;

OBJETO:

Aquisição de Gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza para suprir as necessidades desta Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT.

ABERTURA:

As propostas serão recebidas e abertas no dia 13 de março de 2015, às 10:00 (dez) horas, na sala de licitação da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, situada na Avenida Tiradentes, nº 295, centro de Itaúba/MT, onde os interessados poderão obter o Edital Completo

e maiores informações no horário de expediente ou pelo Telefone: (**66) 3561-1527, no horário de expediente.

Itaúba – MT, 03 de março de 2015 .

Otavio Luiz Fiel

Pregoeiro

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07-DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2014

A Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, tendo em vista homologação do **Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2014** realizado em 25 de JANEIRO de 2015, CONVOCA pelo presente edital os aprovados abaixo relacionados, para comparecerem no prazo de 02(dois) dias, contados a partir da publicação deste, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação necessários para tomar posse em seus respectivos cargos:

CLASSIF.	NOME	CARGO
11º	SILVIA PRISCILA D. DE OLIVEIRA	APOIO. EDUCACIONAL CLASSE B- TDI

Os candidatos deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos dentro do prazo estipulado, munidos dos seguintes documentos:

a) Exame de Aptidão Mental e de Saúde Física previsto no edital do concurso;

b) Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original) e cópia;

c) Certidão negativa da justiça estadual e federal de 1º e 2º grau, distribuidor (civil e criminal) das cidades onde o candidato tenha residido nos últimos cinco anos;

d) Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar, e que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal;

e) 01 fotos 3x4 recente;

f) Título eleitoral (original) e cópia;

g) Certidão de nascimento ou casamento (original) e cópia;

h) Certidão de nascimento dos filhos (original) e cópia;

i) Certificado de reservista (original) e cópia (se masculino);

j) CPF (original) e cópia;

k) Documento de identidade (original) e cópia;

l) PIS ou PASEP (original) e cópia, no caso de já ter sido empregado;

m) Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio;

n) Declaração de não acumulo de cargo, emprego ou função pública;

o) Comprovação que estar quite com as obrigações eleitorais;

p) Documentação do Registro no Conselho da Respectiva Categoria quando se tratar de Profissão Regulamentada, incluindo comprovante de anuidade e Certidão de Regularidade;

q) Conta Salário Banco do Brasil;

r) Comprovante de residência;

s) Declaração de freqüência dos filhos na escola e Carteira de Vacinação dos filhos (menores de 14 anos)

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Prefeitura Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 03 de Março de 2015.

RAIMUNDO ZANON

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUNICIPAL DE ITAÚBA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2015

A Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, **CONVOCA** os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado 002/2014 realizado em 25 de janeiro de 2015, para comparecerem a partir de 04 de março de 2015, no Departamento de Recursos Humanos, na sede da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse em seus respectivos cargos, no prazo de dois (02) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil imediatamente subseqüente ao da publicação, para apresentação dos documentos exigidos para a contratação:

a) – Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada, para o cargo que se candidatou;

b) –Registro nos respectivos Conselhos Profissionais para os cargos de Nível Superior;

c) –Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

d) –Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

e) – Carteira de Identidade -RG;

f) – Cadastro de Pessoa Física -CPF;

g) – Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

h) – 02 fotos 3x4 atual e colorida;

i) – Carteira de Trabalho -CTPS;

j) – Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

k) – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

l) – Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

m) – Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

n) – Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

o) – Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

p) – Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;

q) – Carteira Nacional de Habilitação para o cargo de Apoio Administrativo Educacional – Motorista, categoria C, D ou E, conforme o caso;

r) – Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

s) – Declaração de bens;

t) – Cópia do CPF do cônjuge, para os candidatos casados;

u) – Numero de conta do Banco do Brasil

Nº INSC.	NOME	CARGO

073	JESUEL PRADO	AUX. SERVIÇOS GERAIS

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência do classificado convocado, podendo a Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, convocar o(s) imediatamente posterior(s), obedecendo a ordem de classificação.

Itaúba/MT, em 03 de março de 2015.

GENECI DA SILVA STURMER

PRESIDENTE - FHSMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
LEI Nº 1036/2015

SÚMULA: "ALTERA O VALOR DA VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA PELO EXERCICIO DA ATIVIDADE PARLAMENTAR, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR RAIMUNDO ZANON PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. A verba de natureza indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar, nos termos do § 11, do artigo 37 da Constituição Federal e criada por força do artigo 1º da Lei nº 916 de 06 de março de 2012, fica fixada no valor de R$2.000,00 (dois mil reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

Art. 3º.

Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei 916 de 06 de março de 2.012

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de Fevereiro, do ano de dois mil e quinze.

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 17/02/2015 a 27/03/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ATA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA CHAMADA PÚBLICA NÚMERO 01(UM) DE DOIS DE MARÇO DE DOIS MIL E QUINZE, PARA AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, CONFORME O PRESENTE EDITAL.

Aos dois dias do mês de março de dois mil e quinze, ás 09:00 (nove) horas, no Paço Municipal Presidente Tancredo de Almeida Neves, situado na Rua do comércio, quatrocentos e oitenta, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura, designada pela Portaria número 01 (um) de dois mil e quinze, datada de 05 (cinco) de Janeiro, compostas pelos seguintes membros: **GILMAR JUNIOR FERREIRA – PRESIDENTE, EUGÊNIA FERREIRA DE SOUZA – VICE PRESIDENTE, FERNANDA DE OLIVEIRA BONFIM – SECRETÁRIA, JURANDIR GOMES DA SILVA – MEMBRO, IVONE APARECIDA DO SANTOS – SUPLENTE, SANDRA MARQUES ALBÉFARO - SUPLENTE**, para abertura e julgamento da Chamada pública acima epigrafada. Compareceu na abertura do certame a Empresa **Cooperativa Agropecuária de Jauru**, com sede na Rua Francisco de Melo Palheta, nº. 758, Sala B, Jauru – MT, inscrita no CNPJ sob o número 12.975.674/0001-90, iniciando os trabalhos, a Comissão verificou os documentos apresentados, onde foram verificados, analisados estando todos em conformidade com o estabelecido no edital, exceto a certidão de débitos federais, que foi concedido prazo de 24 horas para regularização, de acordo com o item 2.5 do edital da presente licitação. Em seguida foi analisada a proposta de preços dos produtos apresentados, estando de acordo com o Edital onde foi apresentado o seguinte valor em R$ 54.664,00 (Cinquenta e quatro mil seiscentos e sessenta e quatro reais). Onde a Comissão declarou como vencedora deste Certame a Empresa *Cooperativa Agropecuária de Jauru,* desde que suprida a falta da referida certidão no prazo determinado. Nada mais havendo em tratar-se o Presidente deu por encerrada à reunião e determinou que fosse lavrado a presente ATA, onde eu Fernanda de Oliveira Bonfim lavrei a presente, que após lida e achada conforme vai assinada pelos membros e representante da Cooperativa e encaminhada ao Excelentíssima Senhora Prefeita para Homologação se assim estiver de acordo.

GILMAR JUNIOR FERREIRA Presidente da CPL

FERNANDA DE OLIVEIRA BONFIM Secretária

JURANDIR GOMES DA SILVA Membro

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE JAURU Representante

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

ONDE LÊ-SE:

Extrato de Contrato nº. 010/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Juara - MT.

Contratado: C.M. DE SOUZA & SANTOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.671.096/0001-07, com sede na Rua das Guianas, 465 N-Jardim América, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Sr. **NIVALDO DOS SANTOS**, residente e domiciliado em Juara, portador do RG nº 411298 SSP/RO e CPF nº 349.844.532-49.

Processo: Dispensa n. 01/2015.

Objeto: Prestação de serviços de internet com velocidade de 1 Mbps, na Escola Municipal Rui Barbosa Distrito de Catuai e Escola Francisco Sampaio Distrito de Paranorte**.**

Valor Global: R$ 6.600,00

Assinatura em: 30/01/2015

Vencimento em: 31/12/2015

LEIA-SE:

Extrato de Contrato nº. 010/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Juara - MT.

Contratado: N DOS SANTOS & SANTOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 12.671.096/0001-07, Avenida Rio de Janeiro nº 610W-CENTRO, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Sr. NIVALDO DOS SANTOS, residente e domiciliado em Juara, portador do RG nº 411298 SSP/RO e CPF nº 349.844.532-49.

Processo: Dispensa n. 01/2015.

Objeto: Prestação de serviços de internet com velocidade de 1 Mbps, na Escola Municipal Rui Barbosa Distrito de Catuai e Escola Francisco Sampaio Distrito deParanorte.

Valor Global: R$ 6.600,00

Assinatura em: 30/01/2015

Vencimento em: 31/12/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015

A **Prefeitura Municipal de Juara** – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

Art. 1º - Convocar a servidora Sr. *NEUZA BIURFELD,* brasileira maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.573.608-5 SSP/SP, e CPF nº. 256.910.388-85, concursada no cargo de **Agente Comunitária de Saúde**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no dia 09/03/2015 às 15:00 horas, para tratar de assuntos do seu interesse.

Art. 2º - O não comparecimento caracterizará como abandono de emprego.

Gabinete da Secretária Municipal de Administração, em 03 de Março de 2. 015.

Márcia Regina Fernandes Araujo

Coordenadora de Recursos Humanos

Publique-se!

Cumpra-se!

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015

A **Prefeitura Municipal de Juara** – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

Art. 1º - Convocar a servidora Sr. *NEUZA BIURFELD,* brasileira maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.573.608-5 SSP/SP, e CPF nº. 256.910.388-85, concursada no cargo de **Agente Comunitária de Saúde**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no dia 09/03/2015 às 15:00 horas, para tratar de assuntos do seu interesse.

Art. 2º - O não comparecimento caracterizará como abandono de emprego.

Gabinete da Secretária Municipal de Administração, em 03 de Março de 2. 015.

Márcia Regina Fernandes Araujo

Coordenadora de Recursos Humanos

Publique-se!

Cumpra-se!

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2015

A **Prefeitura Municipal de Juara** – Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Secretaria Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Resolve:

Art. 1º - Convocar a servidora Sr. *NEUZA BIURFELD,* brasileira maior, portadora da Cédula de Identidade RG nº 30.573.608-5 SSP/SP, e CPF nº. 256.910.388-85, concursada no cargo de **Agente Comunitária de Saúde**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, a comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no dia 09/03/2015 às 15:00 horas, para tratar de assuntos do seu interesse.

Art. 2º - O não comparecimento caracterizará como abandono de emprego.

Gabinete da Secretária Municipal de Administração, em 03 de Março de 2. 015.

Márcia Regina Fernandes Araujo

Coordenadora de Recursos Humanos

Publique-se!

Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 5.821/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - E X O N E R A R, devido Aposentadoria por Invalidez o (a) Servidor(a), **ALCEU SCHNEIDER,** matrícula n.º **96,** do cargo de provimento efetivo de

Vigia – 40 horas

, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia 01 de dezembro de 2014.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2014, e revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT, 15 de dezembro de 2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 5368/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - **E X O N E R A R o (a) servidor (a) CRISTIANE NONATO, do cargo de**provimento em comissão de Direção e Assessoramento Superior/**DAS-2 – CHEFE DA DIVISÃO COMPRAS,** junto a Secretaria Municipal de Finanças e Administração, a partir do dia **01 de dezembro de 2014.**

Art. 2.º -

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT*, 11* de novembro de 2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 6.071/2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1.º - E X O N E R A R a pedido o (a) Servidor (a), **MARILENE PEREIRA DOS SANTOS,** matrícula n.º **1925,** do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 horas,** junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir do dia10 de dezembro de 2014.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 10/12/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juína/MT, 15 de dezembro de 2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local de costume,

na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 6.009/2014.

PORTARIA N.º 6.009/2014.

*O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT***, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e o art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município,**

RESOLVE:

Art. 1.º EXONERAR, a Pedido, o (a) Servidor (a), **JONES APARECIDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO,** Matricula 6810, contratado (a) pelo regime de CLT, do Cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – 40 HORAS**, a partir do dia **10** de dezembro de 2014.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de: 10/12/2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de *Juína-MT,* 15 de dezembro de 2014.

HERMES LOURENÇO BERGAMIM

Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 497/2015.

SÚMULA – Dispõe sobre a Convocação dos candidatos que mencionam, aprovados e/ou classificados em **Concurso Público n° 001/2010** do Município de Juína-MT, e dá outras providências.

ZULMAR CURZEL, Prefeito Municipal de Juina em Exercício, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

DECRETA:

Art. 1.º Tendo em vista o resultado do **Concurso Público n° 001/2010** realizado nos termos do **Edital de Concurso Público nº 001/2010**, ficam convocados para a posse e entrada em exercício os candidatos relacionados na **Relação dos Candidatos Convocados** constantes do

ANEXO ÚNICO

, do presente Decreto, que desse passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Os candidatos ora convocados na forma deste Decreto deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, sito na Praça Alan Kardec, Perímetro Urbano AR - 01, S/N, Centro, no Município de Juína-Mt, o mais urgente possível ou em até 05 (cinco) dias da publicação deste Ato, para as providências necessárias e cabíveis, com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação do respectivo local de trabalho.

Parágrafo Único. O não Comparecimento no prazo previsto neste artigo implicará na desclassificação dos candidatos, sendo, portanto, considerados desistentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da prefeitura municipal de Juina/MT, aos 03 de março de 2015.

ZULMAR CURZEL

Prefeito Municipal de Juina em Exercício

Registrada no livro próprio e

publicada por afixação no local

de costume, na mesma data.

Valdoir Antonio Pezzini

Sec. Mun. de Finanças e Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO n.º 497/2015.

Concurso Público n.° 001/2010.

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

I – ATENDENTE RECEPÇÃO HOSPITALAR:

Classificação	Inscrição	Candidato
49°	003406	VANILZA PEREIRA DE SOUZA

II – AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

Classificação	Inscrição	Candidato
48°	005673	ELIANE MACIEL NUNES FERREIRA

III – MOTORISTA I – DISTRITO DE FILADELFIA:

Classificação	Inscrição	Candidato
02°	003004	HERMELINO NUNES DIAS

IV – VIGIA:

Classificação	Inscrição	Candidato
42°	003857	CLAUDEMIR GONÇALVES ROCHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

SAAE -SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO REQUERIMENTO

O **Serviço Autônomo** *de* **Água e Esgoto – SAAE**, autarquia publica municipal, situada no município de Lucas do Rio Verde/MT, torna publico que requereu junto a SEMA/MT o licenciamento ambiental de uma ETE de 10L/s composta de tratamento preliminar, secundário e desinfecção, situada no perímetro urbano de Lucas do Rio Verde - MT.

Juliano Hendrigo Bordoni Manzeppi

Diretor SAAE

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2015 – REGISTRO DE PREÇO 026/2015

Objeto: Pregão Presencial com (Registro de Preço) para a aquisição de 220.000 m² de Grama Esmeralda em tapetes para uso nos diversos espaços públicos do Município de Lucas do Rio Verde-MT.

Dia: 18 de Março de 2015.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30 hs até as 14:00hs, do dia 18 de Março de 2015.

Abertura do envelope Nº 01:Às 14:00 horas

Edital Completo: Afixado no endereço Av. América do Sul, Nº 2500 S, Parque do Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 549 8300 acima e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde MT, 03 de março de 2015.

Jéssica Regina Wohlemberg

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
1º RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2015

O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, **torna público** as seguintes retificações no Edital de Concorrência Pública nº 001/2015 que trata da Contratação de empresa para realização da 1º etapa de adequação da iluminação pública com utilização de luminárias Led com elaboração de projeto luminotécnico e projeto de distribuição e ampliação da iluminação pública, para vias e áreas públicas dentro do perímetro urbano, definidas pela Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, estado de Mato Grosso, contemplando 2.200 (dois mil, e duzentos) pontos de Iluminação, conforme Memorial Descritivo anexo.

Fica alterado no Edital:Memorial Descritivo e Qualificação Técnica.

Em razão das alterações mencionadas altera-se a data da abertura do presente certame, da seguinte forma:

Dia: 06/04/2015

Entrega dos Envelopes: Até as 08:30 horas do dia 06/04/2015

Abertura dos Envelopes: Às 08:30 horas do dia 06/04/2015

Visita Técnica: Para as empresas que já fizeram visita técnica antes da retificação as mesmas continuam válidas.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98)

Lucas do Rio Verde MT, 03 de Março de 2015.

Paulo Henrique Brincker

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL
RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº 002/2014

O MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT, por meio da Secretaria Municipal de Educação, torna público a RESCISÃO PARCIAL DO CONTRATO Nº 002/2014, que trata da Contratação de empresa para executar a construção de escola do Programa Pró-infância Tipo B metodologias inovadoras, localizada no município de Lucas do Rio Verde – MT.

Lucas do Rio Verde, 03 de Março de 2015.

Elaine Benetti Lovatel

Secretaria Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2015 E REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2015

Objeto: Pregão Presencial com Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de refeições no perímetro urbano de Lucas do Rio Verde-MT, para atender as necessidades da Administração Municipal de Lucas do Rio Verde/MT.

Dia: 18 de março de 2015

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 07:30hs até as 08:30hs, do dia 18 de março de 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 18 de março de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço acima e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br.

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde MT,03 de março de 2015.

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
DITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 050/2015 REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2015

Objeto: Pregão Presencial com Registro de Preços para a Contratação empresa especializada para realização de serviços de limpeza dos reservatórios de água dos prédios públicos da administração municipal.

Dia: 19 de março de 2015.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Das 13:30hs até as 14:00 hs, do dia 19 de março de 2015.

Abertura do envelope Nº 01: Às 14:00 horas, do dia 19 de março de 2015, no endereço acima.

Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT. CEP: 78455-000 Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde-MT, 03 de março de 2015

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREVILUCAS
PORTARIA N.º 047, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Exonerar a pedido a servidora municipal concursada."

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO, Diretora Executiva do Instituto Municipal de Previdência Social do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1° Exonerar, a pedido a servidora efetiva ROBERTA OLIVEIRA DA SILVA, do cargo de Assistente Social, lotada no PREVILUCAS, considerando a partir desta data.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor a partir da data 02 de março de 2015.

Art. 3°Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 02 de março de 2015.

ANDRESSA LUCIANA FRIZZO

Diretora Executiva

Publique-se e Cumpre-se

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 030/2015

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. Prefeito Municipal Otaviano Olavo Pivetta, *CONVOCA*, o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), classificado(a) no Processo Seletivo Simplificado 003/2014, para comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da publicação desta, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada na Avenida América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, para apresentarem documentos, habilitações exigidas e firmar contrato por prazo determinado em seu respectivo cargo.

Cargo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
24°	NEUZA BARBOSA DE MIRANDA
25°	NILVANDA SILVA DOS SANTOS

Cargo: PROFESSOR DE PEDAGOGIA – 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
42°	VANDERLI BIEHL TORTORA
43°	LAURA SIMONE EZEQUIELLE CORREA
44°	ANA CLAUDIA SILVA SOUSA
45°	SIMONE MOREIRA ALVES

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Lucas do Rio Verde – MT, 03 de Março de 2015.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

Prefeito Municipal

Solimara Ligia Moura

Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE ESTADO DE MATO GROSSO AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO N. 004/2015

Referente: Pregão Eletrônico para a Contratação de Empresa especializada para o fornecimento de equipamento de Rádio Comunicador VHF / UHF para as Secretarias da Administração Publica Municipal de Lucas do Rio Verde-MT.

Data: 23/02/2015

Empresa Vencedora: Item 0001 a empresa: C.A. DE OLIVEIRA – ELETRÔNICOS - ME, com o valor total de R$ 26.460,00 (vinte e seis mil quatrocentos e sessenta reais)

Lucas do Rio Verde-MT, 03 de março de 2015

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE NOMEAÇÃO E CONVOCAÇÃO N.º 029/2015

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. Prefeito Municipal Otaviano Olavo PivettaNOMEIA o(a) concursados(a) abaixo relacionados(a), classificados(a) no Concurso Publico 001/2013, e CONVOCApara comparecer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação desta no Jornal oficial do Município, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada a Av. América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, para apresentar documentos, habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo.

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
48°	SIMONE DE JESUS

Cargo: MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
29°	WENIA KARLA DE OLIVEIRA LIMA
30°	SUZANA SILVA DE JESUS

Cargo: SECRETARIA ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
06°	ELIANDRA JOSEFA FERREIRA DE SOUZA

Cargo: PROFESSOR(A) DE PEDAGOGIA - 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
20°	CLAUDIA DALLA VECCHIA
21°	GREICE KELLY WINK DE MELO
22°	TAIS LUDIMILA MENDES DE ARAUJO
23°	JAQUELINE DE LIMA CORDON MARTINS
24°	LUCIANE ALTISSIMO GEDOZ

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Lucas do Rio Verde – MT, 03 de Março de 2015.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

Prefeito Municipal

Solimara Ligia Moura

Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão

SAAE -SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015 – REGISTRO DE PREÇO 006/2015

Objeto: Pregão presencial com registro de preços *para* **futura e eventual contratação de prestação de serviços de coleta de resíduos recicláveis no âmbito municipal para o SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Lucas do Rio Verde – MT, por um período de 12 (doze) meses, tudo conforme descrição no Anexo I – Termo de Referência.**

Entrega dos Envelopes:

Até as 08 h, do dia 16/03/2015 na sede do SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, localizada na Av. Pará, 219 E, Bairro Cidade Nova, Lucas do Rio Verde MT, iniciando-se às 08 h.

Edital Completo: SAAE – Fone: (65) 3549-7715, email: compras@saaelrv.com.br e no site http://www.saaelrv.com.br. Credenciamento e abertura dos envelopes: 08h dia 16/03/2015, no endereço acima.

Fundamento Legal: Regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Lucas do Rio Verde – MT, 03 de Março de 2015.

SÔNIA ALVES DUARTE BUENO

Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 031/2015

A Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde – MT, através do Sr. Prefeito Municipal Otaviano Olavo Pivetta, *CONVOCA*, o(a) candidato(a) abaixo relacionado(a), classificado(a) no Processo Seletivo Simplificado 001/2015, para comparecer no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da publicação desta, na Sede da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, situada na Avenida América do Sul, 2500-S, Parque dos Buritis, para apresentarem documentos, habilitações exigidas e firmar contrato por prazo determinado em seu respectivo cargo.

Cargo: PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA/INGLESA – 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
01°	MARIA GONTIJO
02°	RODRIGO JUNIOR LOBO

Cargo: PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA – 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
01°	HABILLA SARA TIMM
02°	LIDIA AUGUSTO SCHWARZ NOGUEIRA

O não comparecimento no prazo legal implicara na desistência do(a) candidato(a) convocado(a) podendo a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, convocar o(s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Lucas do Rio Verde – MT, 03 de Março de 2015.

OTAVIANO OLAVO PIVETTA

Prefeito Municipal

Solimara Ligia Moura

Secretária Municipal de Planejamento e Gestão

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E CONGENERES MARÇO/2015

Nº DO CONTRATO: 048/2015

DATA: 02/03/2015

CREDOR:RAIMUNDO DIAS DE MEDEIROS & CIA LTDA

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MEIO-FIO E SARJETA NA AVENIDA ANGELO DAL'ALBA (MÃO DE OBRA), TRECHO AVENIDA DAS NAÇÕES - BAIRRO VENEZA, NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE/MT.**VIGENCIA:**29/08/2015

VALOR:R$ 22.294,69 (VINTE E DOIS MIL DUZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E NOVE CENTAVOS).

PROC. LICITATÁRIO: TOMADA DE PREÇO 01/2015

Paulo Henrique Brincker

Presidente da CPLOtaviano Olavo Pivetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATOS E CONGÊNERES MARÇO/2015

Nº DO CONTRATO: 047/2015

DATA: 25/02/2015

CREDOR*:* **CRISTIANO DE FRANÇA REIS - ME**

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PLANTIO DE GRAMA EM CAMPOS DE FUTEBOL, ROTATÓRIAS, CANTEIROS CENTRAIS/LATERAIS, PÁTIOS DAS OBRAS PÚBLICAS, HORTO FLORESTAL, CAMPO EXPERIMENTAL, MERCADO DO PRODUTOR, CEMITÉRIO MUNICIPAL, UNIDADES ESCOLARES, UNIDADES DE SAÚDE, LOTES PÚBLICOS E DEMAIS ESPAÇOS PÚBLICOS, NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE-MT.

VIGENCIA: 25/02/2016

VALOR:R$ 138.485,00 (CENTO E TRINTA E OITO MIL QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS).

PROC. LICITATÁRIO: PREGÃO PRESENCIAL 027/2015

Paulo Henrique Brincker

Presidente da CPLOtaviano Olavo Pivetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

Objeto do Pregão: Pregão Eletrônico para a aquisição de bicicletas para Escolinha de iniciação ao Bicicross do Programa Vida Nova, por alunos oriundos de famílias de baixo poder aquisitivo, do Município de Lucas do Rio Verde-MT.

Realização: Por meio do site www.bll.org.br

Data de Início para o recebimento das propostas: **das 08:00 horas do dia 05/03/2015 até as 11:00 horas do dia 18/03/2015 (horário de Brasília)**

Data e horário de início da sessão: Dia 18/03/2015 as 14:30 horas (horário de Brasília)

Data e horário de início da disputa: Dia 18/03/2015 as 15:30 horas (horário de Brasília)

Edital Completo: Afixado no endereço Avenida América do Sul, Nº 2500 S, Parque dos Buritis, Lucas do Rio Verde MT.CEP: 78455-000 – Fone: 65 3549 8300 e na Internet, site www.lucasdorioverde.mt.gov.br e **site www.bll.org.br**

Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 e Decreto Federal 5.450/05.

Lucas do Rio Verde-MT, 03 de março de 2015.

Sirlei Amaro da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2015

O Município de Marcelândia, através de sua Pregoeira Oficial, torna Público aos interessados, o resultado do Julgamento do **Pregão Presencial nº. 006/2015 licitação na modalidade menor preço por item,**com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA, COZINHA, UTENSÍLIOS E OUTROS MATERIAIS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, a abertura se deu no dia 25 de fevereiro de 2015, às 08h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), onde se sagraram vencedoras as seguintes empresas: **GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI EPP – CNPJ n°19.808.881/0001-08, COM O VALOR DE R$596.175,92 (quinhentos e noventa e seis mil cento e setenta e cinco reais e noventa e dois centavos); KUHN E GEHLEN LTDA ME – CNPJ nº 07.688.216/0001-30, COM O VALOR DE R$50. 391,00 (cinquenta mil trezentos e noventa e um reais); ANETTA ELISA FRANTZ WINKELMANN 29987075134 CNPJ n°19.339.521/0001-04, COM O VALOR DE R$34.290,78 (trinta e quatro mil duzentos e noventa reais e setenta e oito centavos); S.T. MACHADO LTDA ME – CNPJ n°08.799.516/0001-50COM O VALOR DE R$1.010.724,05 (um milhão dez mil setecentos e vinte e quatro reais e cinco centavos) e RAFAEL HANAUER EPP - CNPJ n°13.533.956/0001-09 COM O VALOR TOTAL DE R$909.034,20 (novecentos e nove mil trinta e quatro reais e vinte centavos), perfazendo um valor total de R$ 2.600.615,95 (dois milhões seiscentos mil seiscentos e quinze reais e noventa e cinco centavos)**,conforme quantidade do edital, onde as licitantes abriram mão de interposição de recurso.

Marcelândia MT, 03 de março de 2015.

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

PREGOEIRA OFICIAL

CAMARA MUNICIPAL/SECRETARIA
PORTARIA N°003/2015 - NOMEAÇÃO OUVIDOR CÂMARA

PORTARIA N°003/2015

DATA: 02/03/2015

SÚMULA: **Nomeia funcionário para ocupar o cargo de Ouvidor da Ouvidoria da Câmara Municipal de Marcelândia.**

EDIVAN VIEIRA LIMA

, Presidente da Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em observância a Lei n° 877/2014 de 16 de dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1°) – Nomear o funcionário PAULO CESAR BARBOSA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Ouvidor na Ouvidoria Legislativa de Marcelândia, durante o exercício do ano de 2015.

Art. 2°) – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 02 de março de 2015.

EDIVAN VIEIRA LIMA

PRESIDENTE

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS

CONTRATO N° 009/2015.

OBJETO: **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA** *LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL COM A INSTALAÇÃO DA CASA DO IDOSO, OS VALORES ESTÃO DENTRO DO VALOR DE MERCADO***.**

CONTRATADO: **ISABEL CRISTINA GARCIA BARBOSA SANTOS**

VALOR: **R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais)**

DATA ASSINATURA: 02/03/2015

DATA VIGÊNCIA INÍCIO: 02/03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 20/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **17 de MARÇO de 2015 às 14h00min** na sede da Prefeitura Municipal, o **"***PREGAO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS LABORATORIAIS SOROLÓGICOS, HEMATOLÓGICOS, IMUNOLÓGICOS, MICROBIOLÓGICOS E HORMONAIS EM ATENDIMENTO SECRETARIA DE SAÚDE".* Maiores informações através do Edital **nº. 030/2015**, que esta disponível no site **www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/** e pode ser solicitado pelo e-mail **atendimento@matupa.mt.gov.br** ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 04 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2015

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que a Licitação agendada para o dia 26 DE FEVEREIRO DE 2015 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 2628. 0281488-19/2008 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TURISMO REPRESENTADO PELA CEF E O MUNICÍPIO DE MATUPÁ foi declarada DESERTA. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 03 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 14/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe da pregoeira, comunica a todos os interessados que fica alterado para o próximo dia **18 de MARÇO de 2015 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, o **"***PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ADUBOS AGRÍCOLAS, HERBICIDAS E INSETICIDAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AGRICULTURA E SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES***" em razão de alterações do Termo de Referencia.** Maiores informações através do Edital Retificado **nº. 023/2015**, que esta disponível no site **www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/** e pode ser solicitado pelo e-mail **atendimen-**

to@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00-min às 11h00min. Matupá – MT, 04 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 2010 DE 02 DE MARÇO DE 2015

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2014 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2014, pelo Decreto nº 1992 de 28/01/2015, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso na mesma data;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo, para os Cargos constantes nas relações do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE-022, Matupá – MT, fone: (66) 3595-3100, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º.

Os candidatos deverão se apresentar com os documentos reproduzidos por cópias autenticadas em Cartório, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para fazer entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e quinze.

Registre-se

Publique-se

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

ANEXO I

1.Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2.Cadastro de Pessoa Física (CPF);

3.Certidão de Casamento ou Nascimento;

4.Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

5.Carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6.Cartão do PIS/PASEP;

7.Carteira de Trabalho;

8.Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

9.Título de Eleitor;

10.Certidão Negativa dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais;

11.Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

12. Atestado de Saúde Física e mental expedido por um Médico de Saúde do Trabalhador, que será determinado pelo município;

13.02 (dois) fotos 3x4, coloridas e recentes;

14.Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

15.Certidão de Reservista (sexo masculino);

16.Comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

17.Declaração contendo endereço residencial;

18.Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

19.Declaração de bens;

20.Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

ANEXO II

CARGO: EDUCADOR SOCIAL

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
ELIANE DE FATIMA CZECHVSKI	1133872-5	17	1º

CARGO: INSTRUTOR DE ARTESANATO

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
RIZIA CRISTINA DA SILVA	1236935-7	19	1º

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - SEDE

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
LUIZ DE OLIVEIRA POLIPENKO	937047-1	24	3º

VALTER MIOTTO FERREIRA

- Prefeito Municipal –

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 19/2015 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia **17 de MARÇO de 2015 às 08h00min** na sede da Prefeitura Municipal, o **"***PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA HIGIENIZAÇÃO, DESINFECÇÃO E LIMPEZA PARA ATENDER O HOSPITAL MUNICIPAL, POSTOS DE SAÚDE FAMILIAR E PAÇO MUNICIPAL DE MATUPÁ".* Maiores informações através do Edital **nº. 029/2015**, que esta disponível no site **www.matupa.mt.gov.br/Transparencia/** e pode ser solicitado pelo e-mail **atendimento@matupa.mt.gov.br** ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 04 de Março de 2015.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA

- Pregoeira Oficial –

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 012/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE AREIA LAVADA FINA EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES, CONFORME DESCRIÇÃO ESPECIFICADA NO ANEXO I DESTE EDITAL"** de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 004/2015 do respectivo *Pregão Presencial nº 001/2015***.**

CONTRATADA: **CERAMICA NOVA ESPERANCA LTDA - ME**

Valor/Global: R$ 16.800,00

- Assinatura: 19/02/2015

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061 – Manutenção das Atividades da Secretarias de Obras, Urbanismo e Transportes – 3390.30.000 – Material de Consumo – 16.800,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 064 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA NO LOTEAMENTO LARANJEIRAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear

ENGENHEIRO

para responder pela execução das obras de Ampliação da Rede de Água no Loteamento Laranjeiras, localizado na cidade de Mirassol D´Oeste-MT, objeto de execução direta, a saber:

KLEYTON ANTONIO BESSA - Engenheiro Civil CREA 17315/AP-GO

RG: 4234741 DGPC-GOCPF: 001.335.171-01

End: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE,PUBLIQUE-SE,CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 26 de fevereiro de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
RESULTADO DE EDITAL DE CHAMAMENTO

RESULTADO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO 001/2015 APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS ATA Nº 003/2015

NOME	**CURSO**	**CARGA HORÁRIA**	**RECURSO**
Nely Esteves Magosso	Panificação Caseira	90 horas	IGDBF
Maria Duarte Tolon	Costura industrial	150 horas	IGDBF
Maria de Fátima Alves dos Santos	Costura industrial	150 horas	IGDBF
Maria Cleonice Alves Soratto	Costura industrial	150 horas	IGDBF
Juraci da Silva Panisso	Pedraria de chinelo	90 horas	IGDBF
Ivanir Cassia Bega	Gestante I	90 horas	PBF
Ivanir Cassia Bega	Gestante II	90 horas	PBF
Aline Rodrigues Sodré	Crochê em barbante	90 horas	IGDBF
Fátima Caetano de Araújo Roman	Artesanato em madeira	90 horas	PBF
Eliene Maria Matias de Oliveira	Manicure	60 horas	IGDBF
Fátima Caetano de Araujo Roman	Decoupagem	120 horas	IGDBF
Juraci da Silva Panisso	Bordado em fitas	90 horas	IGDBF
Maria Leonora Ferreira Barbosa	Crochê em barbante	90 horas	PBF
José Braz Luiz	Facilitador de Oficina de Capoeira	150 horas	SCFV
Jorge da Paixão Cristino	Facilitador de oficina Dança	150 horas	SCFV
Silvana dos Santos Silva	Facilitador de canto	150 horas	SCFV
Elisane de Andrade do P. Blanco	Crochê	60 horas	PBF
Claudia Maria Camilo	Pintura em tecido	60 horas	PBF
Valeria Rios Prados	Ponto Russo	150 horas	PBF

Mirassol D'Oeste-MT., 26 de Fevereiro de 2015

_____

IRIS MARQUES DE AZEVEDO LEAL

SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 073 DE 03 DE MARÇODE 2015.

DESIGNA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA GEO-OBRAS, REFERENTES ÀS OBRAS DE EXECUÇÃO DIRETA E INDIRETA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Designar servidor abaixo identificado, para responder pelas inserções das informações no SISTEMA GEO OBRAS, referentes às obras de execução direta e indireta, a saber:

VALDINEY FONSECA SALVIONI – Matrícula 14525-1

RG: 19856822 SSP/MT

CPF nº 028.676.071-16

End: Rua 28 de Outubro s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE,PUBLIQUE-SE,CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 03 de Março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO

DECRETO Nº 2803 DE 02 DE MARÇO DE 2015

ESTABELECE NOVO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das suas legais atribuições, com fulcro no artigo 84, Inciso IX, e artigo 116 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A

Artigo 1º - O horário de expediente nos órgãos públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal, **a partir do dia 09 de março de 2015, será das 7h às 11h e das 13h às 17h.**

Parágrafo Único - O disposto no caput deste artigo não se aplica ao servidor público que desempenha suas funções em regime de plantão e/ou de escala.

Artigo 2º- Os servidores colocados em disponibilidade seguirão os horários estabelecidos pelos órgãos a que estiverem vinculados.

Artigo 3º - **Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 02 de março de 2015.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 017/2015

“Dispõe sobre a implantação gradativa de adicional de insalubridade á servidores Públicos Municipais, conforme dispõe a Lei 1.297/2013”.

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **SEBASTIÃO GILMAR LUZ DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, *DECRETA:*

Art. 1º. Conforme parecer da Procuradoria Municipal, conforme dispõe a NR15, em seu anexo 14, resolve conceder a adicional de insalubridade aos seguintes Servidores.

GUSTAVO HENRIQUE DA GUIA 20%

MARCOS DE MORAES SILVA 20%

VALERIA FRANÇA 20%

JANDIRA FREDIANA DE SOUZA 20%

Este Decreto retroage seus efeitos financeiros para data 01/02/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 02 de Março de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 016/2015

“Dispõe sobre a PROMOÇÃO DE CLASSE de servidores Públicos Municipais, conforme dispõe a Lei 1.297/2013”.

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **SEBASTIÃO GILMAR LUZ DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, *DECRETA:*

Art. 1º. Conforme parecer da comissão especial instituída para análise de promoção de servidores efetivos Municipais instituída pela portaria 246/2013, resolve conceder a promoção de classe conforme quadro abaixo.

SERVIDOR	**CLASSE ATUAL**	PROMOÇÃO
CARMEM SOARES DE ARRUDA SILVA	B/1	C/1
JOVERSINA DA SILVA	B/1	C/1
AGNALDO REI QUEROBIM	B/2	C/1
ROBERTO ROGERIO DA SILVA DIAS	A/8	B/1
GONÇALINA FRANCISCA DE ALMEIDA	B/6	C/1
NEUZA FERREIRA DE ALMEIDA	B/6	C/1
SANTINA PAULINA ORIBES OLIVEIRA	B/6	C/1
SANDRO JOSÉ MODESTO	B/6	C/1
DULCELINA MARIA DE ALMEIDA	B/1	C/1
MARLY APARECIDA BARRAVIEIRA COSTA	B/1	C/1

Este Decreto retroage seus efeitos financeiros para data 01/02/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 02 de Março de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 017/2015

"Dispõe sobre a implantação gradativa de adicional de insalubridade á servidores Públicos Municipais, conforme dispõe a Lei 1.297/2013".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **SEBASTIÃO GILMAR LUZ DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, *DECRETA:*

Art. 1º. Conforme parecer da Procuradoria Municipal, conforme dispõe a NR15, em seu anexo 14, resolve conceder a adicional de insalubridade aos seguintes Servidores.

GUSTAVO HENRIQUE DA GUIA 20%

MARCOS DE MORAES SILVA 20%

VALERIA FRANÇA 20%

JANDIRA FREDIANA DE SOUZA 20%

Este Decreto retroage seus efeitos financeiros para data 01/02/2015, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres, 02 de Março de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA 004/2015 - SEC.EDUCAÇÃO

PORTARIA 004/2015

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Nossa Senhora do Livramento - MT, no uso de suas atribuições legais;

Resolve:

Art. 1º- Designar o Professor **Arilson da Silva Carvalho**, lotado na EM Profª ElietePedrosa da Costa, localizada na comunidade de Pedro para a EM Profª Délia Galdina Duarte, localizada na Rua Antonio Lisboa de Medeiros S/N, Nossa senhora do Livramento-MT no ano letivo de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, 03 de fevereirode 2015.

Marelize de Paula Nascimento

Secretária Municipal de Educação

Port.nº 054/2015

ERRATA TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

MATÉRIA PUBLICADA NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO NO DIA 16/02/2015. EDIÇÃO 2166

ERRATA TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA

Aos seis dias (06) dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze (2015), o MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, pela Secretaria Municipal de Obras, após publicação do **Decreto n. 02 de 01 de janeiro de 2015** do Governo do Estado do Mato Grosso que estabeleceu procedimentos para o pagamento de obrigações oriundas dos contratos de serviços fornecimento de bens e de execução de obras firmados por órgãos e entidades da Administração pública estadual, especialmente no que se refere ao **§1.º do art. 1.º do mencionado Decreto** que suspende por 90 (noventa) dias todos os contratos administrativos firmados pelo Estado do Mato Grosso que se encontrem vinculados a programas, projetos e ações firmados com as secretarias estaduais, DETERMINA A PARALISAÇÃO, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de publicação deste Termo, DA OBRA de contratação de empresa especializada de engenharia para Construção de 10 poços tubulares nas comunidades de ONDE SE LÊ Ribeirão das Pedras, comunidade de Paratudo, comunidade de quilombo, comunidade de Sucuri, comunidade de Mutun, comunidade de atoledo, comunidade de Coxo de Cima, comunidade de Lavandeira, comunidade de Vila Santana e Comunidade de Figueiral no Município de Nossa Senhora do Livramento, *LEIA-SE* 10 Poços Tubulares Profundos, nas comunidades de Mata Cavalo de Cima, Aguaçú, Mata Cavalo, São Manoel do Pari, Jacaré, Ninho das Águias, Campo Alegre de Baixo, Pedro, Capão Redondo e Santana no Município de Nossa Senhora do Livramento conforme especificações constantes no edital e seus anexos a que este contrato se vincula. Contrato **ONDE SE LÊ** :n.º 007/2014, **LEIA-SE** 75/2014 cuja empresa contratada é a GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇAO E COMERCIO LTADA - EPP., inscrita no CNPJ nº 035075140001-26, situado na Rua Polônia quadra 12 casa 11 Bairro Jardim Europa, na cidade de Cuiabá – MT.

Podendo este Termo ser revisto ou revogado a qualquer termo pela Administração Pública Municipal, desde que o Estado do Mato Grosso retome as transferências que se incumbiu no convênio 098/2013

Nossa Senhora do Livramento – MT, 06 de fevereiro de 2015.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2015 PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2015 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *N° 003/2015*

PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2015 – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2015

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES**, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pela Prefeita Municipal,

Srª. Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO

, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa DELREY DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA, de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 20.089.682/0001-68, estabelecida na Rodovia MT 208, nº. 160, Jardim Primavera, na cidade de Alta Floresta/MT, neste ato representado pelo Sr. BRUNO COR-

REIA, brasileiro, portador do RG 1554074-0 SSP/MT e sob o CPF n° 977.085.341-00, residente e domiciliado, na cidade de Alta Floresta/MT, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 004/2015 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO OBJETIVANDO O** *REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL* AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA USO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, PARA O EXERCÍCIO 2015, CONFORME RELAÇÃO CONTIDA NO ANEXO I OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: DELREY DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA,

CNPJ: 20.089.682/0001-68

ENDEREÇO: RODOVIA MT 208, Nº. 160, JARDIM PRIMAVERA, NA CIDADE DE ALTA FLORESTA/MT

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	MARCA	Valor Unitário	Total
1	BALDE DE 20 LITROS DE OLEO 15W40 CF	LITRO	10	PETROBRAS	R$179,00	R$1.790,00
2	BALDE DE 20 LITROS DE OLEO 85W140	LITRO	10	PETRONAS	R$249,00	R$2.490,00
3	BALDE DE 20 LITROS DE OLEO 90 GL 4	LITRO	25	PETRONAS	R$214,00	R$5.350,00
4	BALDE DE 20 LITROS DE OLEO OPTIMO 10W40 INJECAO DISEL	LITRO	62	PETRONAS	R$499,00	R$30.938,00
5	BALDE DE 20 LITROS OLEO 85W140	LITRO	3	PETRONAS	R$249,00	R$747,00
6	BALDE DE OLEO 20 LITROS W10	LITRO	5	PETRONAS	R$215,00	R$1.075,00
7	BALDE DE OLEO DE 20 LITROS ISAFLUIDO 433	LITRO	25	PETRONAS	R$210,00	R$5.250,00
8	BALDE DE OLEO DE 20 LITROS TO 30	UNIDADE	10	PETRONAS	R$239,00	R$2.390,00
9	BALDE DE OLEO ISAFLUIDO 433	UNIDADE	30	PETRONAS	R$210,00	R$6.300,00
10	FLUIDO DE FREIO DOT 4-500ML	UNIDADE	320	VARGA	R$17,00	R$5.440,00
11	FLUIDO DE FREIO DOT 5 - 500ML	UNIDADE	50	VARGA	R$29,00	R$1.450,00
12	FRASCO DE 1 LITRO DE OLEO 15W40 CG4	LITRO	20	PETRONAS	R$16,00	R$320,00
13	FRASCO DE 1 LITRO DE OLEO 20W50 MINERAL	UNIDADE	100	PETRONAS	R$13,75	R$1.375,00
14	FRASCO DE 1 LITRO DE OLEO DEXRON III	LITRO	20	PETRONAS	R$19,00	R$380,00
15	FRASCO DE FLUIDO DE FREIO DOT 4	LITRO	10	VARGA	R$17,00	R$170,00
16	GRAXATAMBOR 170KG P/ ROLAMENTO ALTA TEMPERATURA	UNIDADE	8	PETROBRAS	R$2.899,00	R$23.192,00
17	OLEO 140- BALDE 20 LITROS	UNIDADE	12	PETROBRAS	R$249,00	R$2.988,00
18	OLEO 15W40 (API CG4)- BALDE 20 LITROS	UNIDADE	287	PETROBRAS	R$199,00	R$57.113,00
19	OLEO 20W50 MOTOR GASOLINA - FRASCO 1 LITRO	UNIDADE	30	PETRONAS	R$13,00	R$390,00
20	OLEO 40 CG4 - BALDE 20 LITROS	UNIDADE	100	PETRONAS	R$164,00	R$16.400,00
21	OLEO 68 - BALDE 20 LTS	UNIDADE	50	PETROBRAS	R$169,00	R$8.450,00
22	OLEO 90 GL5 20 LTS	UNIDADE	82	PETROBRAS	R$219,00	R$17.958,00
23	OLEO ATF 20 LTS	UNIDADE	65	PETROBRAS	R$270,00	R$17.550,00
24	OLEO CARTER 5W30 - FRASCO 1 LITRO	UNIDADE	200	PETROBRAS	R$33,00	R$6.600,00
25	OLEO CF10W BALDE 20LITROS	UNIDADE	50	PETROBRAS	R$199,00	R$9.950,00
26	OLEO P/ CAMBIO DEXRON 3 - FRASCO 1 LITRO	UNIDADE	150	PETRONAS	R$19,00	R$2.850,00
27	OLEO SAE 30- BALDE 20 LITROS	UNIDADE	20	PETROBRAS	R$215,00	R$4.300,00
			VALOR TOTAL:			R$233.206,00

Valor total do fornecedor R$ 233.206,00 (Duzentos e trinta e três mil duzentos e seis reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os itens licitados dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto, data de validade vigente e demais informações exigidas na Legislação em vigor, quando for o caso.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13 Os produtos deverão estar devidamente de acordo com a Portaria ANP nº 129 de 30/07/99.

5.14 - Os produtos deverão estar devidamente registrados na ANP conforme prevê a Resolução ANP nº 010 de 07/03/07.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 - O fornecimento do combustível será prestado para Prefeitura Municipal de Nova

Bandeirantes/MT da seguinte forma:

a) - Combustível da cidade de Nova Bandeirantes – abastecimento dos veículos autorizados pelas diversas secretarias em bomba disponível pelo licitado na sede da referida cidade;

b) - Combustível do Distrito de Japuranã – abastecimento dos veículos autorizados pela secretaria de

educação em bomba disponível pelo licitado na sede do Distrito de Japuranã.

7.2. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.3. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Anexo I deste edital e Proposta da licitante contratada.

7.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

7.5 A Contrata que fornecer os combustíveis, fica obrigada autorizar a CONTRATANTE a instalar a maquina (POS) no estabelecimento onde for ocorrer os abastecimentos.

7.6 A instalação do ponto (POS ponto de venda ou ponto de serviço) ocorrera sem ônus a CONTATADA.

7.7 Os combustíveis deverão ser fornecidos em postos ou base de distribuição, de acordo com as Autorizações de Fornecimento emitidas por esta Prefeitura, de forma parcelada, tendo em vista que o

município não coloca à disposição tanques de armazenamento de combustíveis, devendo os combustíveis, serem disponibilizados diariamente no local ora informado, para abastecimento das máquinas, veículos e demais operacionalizados pela Administração Pública Municipal, através dos cartões magnéticos.

7.8 Cada veículo disporá de um cartão magnético individual, contendo as seguintes informações:

Placa;Modelo do veículo;Informação da Secretaria ou Departamento;Número do cartão no cadastro;1. 2. 3. 4. 4.1. 4.2. 5.2.1. 5.2.2. 7.9A cada veículo será atribuído uma cota periódica (semanal, quinzenal ou mensal) de combustível em litros, correspondente ao consumo médio diário de cada veículo;7.10O valor da cota será atribuído pelo responsável da Unidade Gestora (secretário (a) e lançado de saldo individualizado por veículo;7.11 No caso de a cota se tornar insuficiente, o gestor da pasta onde está lotado o veículo, poderá solicitar ao administrador do sistema de cartões, a transferência de saldos entre os veículos de sua frota, limitando ao valor global previsto por Unidade;7.12 O condutor do veículo terá uma senha pessoal e intransferível, que poderá ser utilizada para o abastecimento de qualquer veículo sob sua responsabilidade;7.13 A utilização da senha é de inteira e EXCLUSIVA responsabilidade do seu detentor, que responderá por sua INADEQUADA UTILIZAÇÃO;7.14A cada abastecimento será fornecido ao condutor do veículo o cupom fiscal e o comprovante de débito de utilização do cartão magnético. Este comprovante trará informações referentes ao abastecimento realizado e o saldo de crédito disponível;7.15A partir da 5º tentativa de abastecimento com dados divergentes ou inconsistentes, o sistema provocará o cancelamento da operação e o bloqueio do cartão podendo somente ser desbloqueado pelo gerenciador do sistema;

7.16Os óleos lubrificantes e graxas deverão ser fornecidos de acordo com as Autorizações de

Fornecimento emitidas por esta Prefeitura, de forma parcelada e entregues no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar a partir da ordem de entrega.

7.17. Substituir, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação formal,

os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

7.18 – A empresa declara ser ciente de que não pode efetuar abastecimento em nome da CONTRATANTE sem a utilização do cartão magnético.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será

feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do

FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1- A fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será exercida pelo (a) Prefeito (a) Municipal, bem como pelo Ordenador de Despesas de cada Unidade Orçamentária.

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do

Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para

o Contratante. O (a) Contratado (a) é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.4- O (a) Contratado (a) fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c

artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias

úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de

Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções

administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou

apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 215;

Órgão: 08 - Secretaria de Infra Estrutura e Transporte – Natureza de despesa 339030000000 – 386;

Órgão: 12 - Secretaria de Desporto e Lazer, Cultura e Juventude – Natureza de despesa 339030000000 – 597;

Órgão: 04 - Secretaria de Educação – Natureza de despesa 339030000000 – 132

Órgão: 06 - Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Tec. e Saneamento – Natureza de despesa

339030000000 – 289;

Órgão: 03 - Secretaria de Administração – Natureza de despesa 339030000000 – 78;

Órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social – Natureza de despesa 339030000000 – 433.

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de

lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão

Presencial nº. 004/2015, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

16. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 02 de Março de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

DELREY DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: Andressa Cristine F. MoreiraNome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 003/2015 PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2015 – REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **N° 003/2015**

PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2015 – **REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 008/2015

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa de direito público interno, CNPJ N.º 33.683.822/0001-73, com sede na Av. Comendador Luiz Meneghel n.º 62, na cidade de Nova Bandeirantes, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Srª. Srª. SOLANGE SOUSA KREIDLORO, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 33.276.249-X SSP/SP, e do CIC/CPF nº 270.723.668-30, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP, de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 09.176.226/0002-01, estabelecida na Avenida José Francisco Otênio, s/nº, Centro, na cidade de Nova Bandeirantes/MT, neste ato representado pelo Sr. ELIEZER MARLOS MARTINS DE SOUZA, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, portador do RG 7.881.135-8 SSP/PR e sob o CPF n° 024.621.329-96, residente e domiciliado na Avenida Guilherme Dobri, N°07, Setor Novo, na cidade de Apiacás/MT, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº. 004/2015 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02, e em conformidade com as disposições a seguir.

1DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO OBJETIVANDO O** *REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL* AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA USO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, PARA O EXERCÍCIO 2015, CONFORME RELAÇÃO CONTIDA NO ANEXO I OBSERVADAS AS ESPECIFICAÇÕES ALI ESTABELECIDAS.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças, através do **Departamento de Compras/Licitações**, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP

CNPJ: 09.176.226/0002-01

ENDEREÇO: AVENIDA JOSÉ FRANCISCO OTÊNIO, S/Nº, CENTRO, NA CIDADE DE NOVA BANDEIRANTES/MT.

Item	Descrição	Unidade	Quant.	MARCA	Valor Unitário	Total
1	ALCOOL	LITRO	3000	CIAPETRO	R$2,67	R$8.010,00
2	ARREFECIMENTO ANTI CONGELANTE (LIQUIDO)- BALDE 20 LITROS	UNIDADE	20	IPIRANGA	R$250,00	R$5.000,00
3	BALDE DE 20 LITROS DE LIQUIDO DE ARREFECIMENTO ANTI CONGELANTE	UNIDADE	15	IPIRANGA	R$250,00	R$3.750,00
4	BALDE DE 20 LITROS DE OLEO CF 50 TRANSMISSAO	LITRO	25	IPIRANGA	R$210,00	R$5.250,00
5	BALDE DE ADITIVO PARA COMBUSTIVEL ARLA 32.	UNIDADE	60	IPIRANGA	R$70,00	R$ 4.200,00
6	BALDE DE OLEO 20 LITROS ASAFLUIDO 424	LITRO	25	IPIRANGA	R$286,20	R$7.155,00
7	BALDE DE OLEO WBF100- 80W	UNIDADE	50	IPIRANGA	R$255,00	R$12.750,00

8	FLUIDO FREIO DOT 3 -500ML	UNIDADE	270	IPIRANGA	R$10,00	R$2.700,00
9	FRASCO DE 1 LITRO DE OLEO 20W50 PARA MOTO	LITRO	70	IPIRANGA	R$13,00	R$910,00
10	FRASCO DE 500 ML DE FLUIDO DE FREIO DOT 3	LITRO	20	IPIRANGA	R$10,00	R$200,00
11	GASOLINA	LITRO	77000	CIAPETRO	R$3,99	R$307.230,00
12	GASOLINA ADITIVADA	LITRO	4000	CIAPETRO	R$3,99	R$15.960,00
13	GASOLINA COMUM	UNIDADE	5000	CIAPETRO	R$3,99	R$19.950,00
14	OLEO 10W30 - BALDE 20 LTS	UNIDADE	50	IPIRANGA	R$275,00	R$13.750,00
15	OLEO 10W40 SINTETICO A GASOLINA	LITRO	80	IPIRANGA	R$31,44	R$2.515,20
16	OLEO 15W40 MOTOR GASOLINA - FRASCO 1 LITRO	UNIDADE	10	IPIRANGA	R$21,34	R$213,40
17	OLEO 2 TEMPO 500ML	UNIDADE	100	IPIRANGA	R$8,25	R$825,00
18	OLEO 40- BALDE 20 LITROS	UNIDADE	10	IPIRANGA	R$170,00	R$1.700,00
19	OLEO 80W90 - FRASCO 1 LITRO	UNIDADE	50	IPIRANGA	R$16,20	R$810,00
20	OLEO 80W90 BALDE 20 LITROS	LITRO	15	IPIRANGA	R$267,30	R$4.009,50
21	OLEO ATF 500ML	LITRO	100	IPIRANGA	R$9,00	R$900,00
22	OLEO DISEL COMUM	LITRO	547500	CIAPETRO	R$3,46	R$1.894. 350,00
23	OLEO DISEL S 10	LITRO	111000	CIAPETRO	R$3,62	R$401.820,00
24	OLEO P/ DIRECAO ATF- FRASCO 1 LITRO	UNIDADE	120	IPIRANGA	R$18,00	R$2.160,00
						R$2.716. 118,10

Valor total do fornecedor R$ 2.716.118,10 (Dois milhões e setecentos e dezesseis mil cento e dezoito reais e dez centavos).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer os itens licitados dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. A embalagem deverá ser acondicionada conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto, data de validade vigente e demais informações exigidas na Legislação em vigor, quando for o caso.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.13 Os produtos deverão estar devidamente de acordo com a Portaria ANP nº 129 de 30/07/99.

5.14 - Os produtos deverão estar devidamente registrados na ANP conforme prevê a Resolução ANP nº 010 de 07/03/07.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas no Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos materiais;

6.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 - O fornecimento do combustível será prestado para Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT da seguinte forma:

a) - Combustível da cidade de Nova Bandeirantes – abastecimento dos veículos autorizados pelas diversas secretarias em bomba disponível pelo licitado na sede da referida cidade;

b) - Combustível do Distrito de Japuranã – abastecimento dos veículos autorizados pela secretaria de

educação em bomba disponível pelo licitado na sede do Distrito de Japuranã.

7.2. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

7.3. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Anexo I deste edital e Proposta da licitante contratada.

7.4. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

7.5 A Contrata que fornecer os combustíveis, fica obrigada autorizar a CONTRATANTE a instalar a maquina (POS) no estabelecimento onde for ocorrer os abastecimentos.

7.6 A instalação do ponto (POS ponto de venda ou ponto de serviço) ocorrera sem ônus a CONTATADA.

7.7 Os combustíveis deverão ser fornecidos em postos ou base de distribuição, de acordo com as Autorizações de Fornecimento emitidas por esta Prefeitura, de forma parcelada, tendo em vista que o

município não coloca à disposição tanques de armazenamento de combustíveis, devendo os combustíveis, serem disponibilizados diariamente no local ora informado, para abastecimento das máquinas, veículos e demais operacionalizados pela Administração Pública Municipal, através dos cartões magnéticos.

7.8 Cada veículo disporá de um cartão magnético individual, contendo as seguintes informações:

Placa;Modelo do veículo;Informação da Secretaria ou Departamento;Número do cartão no cadastro;1. 2. 3. 4. 4.1. 4.2. 5.2.1. 5.2.2. 7.9A cada veículo será atribuído uma cota periódica (semanal, quinzenal ou mensal) de combustível em litros, correspondente ao consumo médio diário de cada veículo;7.10O valor da cota será atribuído pelo responsável da Unidade Gestora (secretário (a) e lançado de saldo individualizado por veículo;7.11 No caso de a cota se tornar insuficiente, o gestor da pasta onde está lotado o veículo, poderá solicitar ao administrador do sistema de cartões, a transferência de saldos entre os veículos de sua frota, limitando ao valor global previsto por Unidade;7.12 O condutor do veículo terá uma senha pessoal e intransferível, que poderá ser utilizada para o abastecimento de qualquer veículo sob sua responsabilidade;7.13 A utilização da senha é de inteira e EXCLUSIVA responsabilidade do seu detentor, que responderá por sua INADEQUADA UTILIZAÇÃO;7.14A cada abastecimento será fornecido ao condutor do veículo o cupom fiscal e o comprovante de débito de utilização do cartão magnético. Este comprovante trará informações referentes ao abastecimento realizado e o saldo de crédito disponível;7.15A partir da 5º tentativa de abastecimento com dados divergentes ou inconsistentes, o sistema provocará o cancelamento da operação e o bloqueio do cartão podendo somente ser desbloqueado pelo gerenciador do sistema;

7.16Os óleos lubrificantes e graxas deverão ser fornecidos de acordo com as Autorizações de

Fornecimento emitidas por esta Prefeitura, de forma parcelada e entregues no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar a partir da ordem de entrega.

7.17. Substituir, às suas expensas, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação formal,

os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com a respectivas proposta, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

7.18 – A empresa declara ser ciente de que não pode efetuar abastecimento em nome da CONTRATANTE sem a utilização do cartão magnético.

8. DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e/ou materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal responsável pela aquisição, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de Nota Fiscal Eletrônica de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

8.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do produto/material entregue, de acordo com o especificado no Termo de Referência e Proposta apresentada;

8.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93.

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do

FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

10.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11 DA FISCALIZAÇÃO

11.1- A fiscalização da Ata de Registro de Preços/Contrato será exercida pelo (a) Prefeito (a) Municipal, bem como pelo Ordenador de Despesas de cada Unidade Orçamentária.

11.2- O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do

Município e não exclui nem reduz a responsabilidade do (a) Contratado (a) ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

11.3- Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da Ata de Registro de Preços/Contrato deverão ser prontamente atendidas pelo (a) Contratado (a), sem ônus para

o Contratante. O (a) Contratado (a) é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.4- O (a) Contratado (a) fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

12. DAS PENALIDADES

12.1. O atraso injustificado na entrega dos materiais sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento dos materiais, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c

artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias

úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Materiais, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções

administrativas previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 – Se o (a) licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis Federais n.º 10.520/02 e 8.666/93.

13.2 – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste Pregão, a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT, poderá aplicar ao licitante vencedor, as seguintes penalidades:

Advertência;

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 05 anos.

13.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou

apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de Registro de Cadastro do Município, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.5 – Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

13.6- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 215;

Órgão: 08 - Secretaria de Infra Estrutura e Transporte – Natureza de despesa 339030000000 – 386;

Órgão: 12 - Secretaria de Desporto e Lazer, Cultura e Juventude – Natureza de despesa 339030000000 – 597;

Órgão: 04 - Secretaria de Educação – Natureza de despesa 339030000000 – 132

Órgão: 06 - Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Tec. e Saneamento – Natureza de despesa

339030000000 – 289;

Órgão: 03 - Secretaria de Administração – Natureza de despesa 339030000000 – 78;

Órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social – Natureza de despesa 339030000000 – 433.

14.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contigenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de

lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão

Presencial nº. 004/2015, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

16. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da CONTRATANTE, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 02 de Março de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

Nome: Andressa Cristine F. MoreiraNome: Eriane Custodio da silva

C.P.F.: 041.729.241-40C.P.F.: 005.712.201-69

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º 004/2015, tendo como objeto "***REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL*** *AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA USO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, PARA O EXERCÍCIO 2015*". SAGRARAM-SE vencedoras da presente licitação as empresas: **DELREY DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA**, CNPJ Nº 20. 089.682/0001-68, com o valor total de R$: 233.206,00 (Duzentos e trinta e três mil duzentos e seis reais), e a empresa **G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP,** CNPJ: 09.176.226/0002-01, com o valor total de R$**:** 2.716.118,10 (dois milhões e setecentos e dezesseis mil cento e dezoito reais e dez centavos).

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo encontram-se com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

ANDRESSA CRISTINE F. MOREIRA

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 898/2015

LEI MUNICIPAL Nº 898/2015

SUMULA: dispões "sobre autorização ao poder executivo para conceder apoio financeiro a APAE – associação de pais e amigos dos excepcionais de nova bandeirantes -e da outras providencias".

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO**, senhora Solange Sousa Kreidloro, submete a esta CÂMARA DE VEREADORES para fins de aprovação o seguinte projeto de Lei Municipal.

Artigo 1º. – Fica o poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio para conceder apoio Financeiro a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA BANDEIRANTES", com sede na rua são Paulo, s/nº., nova bandeirantes, estado de mato grosso, regulamente no CNPJ/MF sob nº. 07.918.670/0001-30, no valor de R$ 56.292,00 (cinquenta e seis mil duzentos e noventa e dois reais), objetivando manutenção das atividades realizadas pela APAE,

Artigo 2º. – O termo de convenio a ser finalizado devera descriminar obrigatoriamente todas as obrigações que estarão sujeitas as partes envolvidas.

Artigo 3º. – O valor global a ser repassado a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA BANDEIRANTES", será de R$ 56.292,00 (cinquenta e seis mil duzentos e noventa e dois reais), dividido em 12 (doze) parcelas de 4.691,00 (quatro mil seiscentos e noventa e um reais) cada uma.

Artigo 4°. – As obrigações decorrentes desde projeto de Lei suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇAO
UNIDADE: 001-GABINETE DO SECRETARIO
FUNÇÃO: 12-EDUCACAO
SUB-FUNÇÃO: 367-ENSINO ESPECIAL
PROGRAMA: 0006-PROGRAMA EDUCANDO PARA O FUTURO
PROJETO/ATIVIDADE: 2 115-TRANSFERENCIA DE CONVENIO APAE.
141 – NATUREZA DA DESPESA: 335041000000 CONTRIBUIÇÕES
VALOR: 57.600,00

1º - Devera a entidade beneficiaria prestar bimestralmente contas parciais dos recursos financeiros recebido.

2º - A entidade beneficiaria devera apresentar a prestação de contas devidamente acompanhada de documentos fiscais que comprovem a utilização dos recursos.

Artigo 5º. – O prazo de vigência do referido convenio será de 01/01/2015 ate 31/12/2015, podendo na existência de interesse publico ser prorrogado pelo mesmo período, através de termo aditivo.

Artigo 6º. - Este Projeto de lei Municipal, após transformado em Lei Municipal entrara em vigor na data de sua publicação, entretanto, com efeitos financeiros a partir de 01/01/2015, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Municipal, 21 de Janeiro de 2015.

Solange Sousa Kreidloro

Prefeita Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Prefeita Municipal **Srª SOLANGE SOUSA KREIDLORO**, torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n.º 004/2015, cujo objeto é o "***REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL* AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS LUBRIFICANTES, PARA USO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT, PARA O EXERCÍCIO 2015". Onde foram vencedoras as empresas:**

DELREY DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA

, CNPJ Nº 20.089.682/0001-68, com o valor total de R$: R$: 233.206,00 (Duzentos e trinta e três mil duzentos e seis reais).

G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP, CNPJ: 09.176.226/0002-01, com o valor total de R$**:** 2.716.118,10 (Dois milhões e setecentos e dezesseis mil cento e dezoito reais e dez centavos).

Nova Bandeirantes/MT, 02 de Março de 2015.

_____

SOLANGE SOUSA KREIDLORO

PREFEITA MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO PREGÃO PRESENCIAL 001/2015

ORDEM DE SERVIÇO

A Prefeitura Municipal de NOVA BANDEIRANTES/MT, inscrita no CNPJ sob o nº. 33683822/0001-73 autoriza como de fato autorizado a empresa **PROENG INSTATALAÇÕES E MANUTENÇÕES ELETRICAS LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.606.649/0001-49**, a dar início aos serviços solicitados no Pregão Presencial nº. 001/2015, tudo nos termos da Lei Federal n°. 8.666 de 21/06/93.

Nova Bandeirantes, MT 02 de Março de 2015.

_____

Solange Sousa kreidloro

Prefeita Municipal

_____

PROENG INSTATALAÇÕES E MANUTENÇÕES ELETRICAS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 014/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: JONATAS FERREIRA DE CARVALHO

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 011/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: FRANKLIN ANTONIO DA SILVA

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 013/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: LAIR DUARTE DA SILVEIRA

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 - SRP

A Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 008/2015, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição, locação e recarga de extintores de incêndio para atender a demanda das diversas secretarias da Administração Pública Municipal de Nova Canaã do Norte/MT. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	VLR. TOTAL ADJUDICADO
AMAZÔNIA COM. DE EQUIPAMENTOS CONTRA INCÊNDIO LTDA - EPP	104.919,70

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens da empresa acima citada, se encontra à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte – sito na Av. Brasil, 27 – Bairro Centro – CEP 78.515-000 e no site www.novacanaadonorte.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Nova Canaã do Norte/MT, em 12 de Fevereiro de 2015

EDUARDO DA SILVA GUILHERME

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 019/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: JOSÉ RAIMUNDO DANTAS

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 020/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: THASSILA SANTANA NASCIMENTO

Objeto: Prestação de serviços de Professor para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.264,00 (Dois Mil Duzentos e Sessenta e Quatro Reais)

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 015/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: GENIVALDO DE SOUZA

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 016/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: TELMO DA CRUZ FAGUNDES

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 017/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: EVANDRO RAMOS SARAN

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 021/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: LUCINÉIA DONZELLI FERREIRA

Objeto: Prestação de serviços de Professor para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.264,00 (Dois Mil Duzentos e Sessenta e Quatro Reais)

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 022/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: JOSÉ CARLOS MACHADO GONÇALVES

Objeto: Locação de 04 (quatro) salas, sendo 03 (três) para funcionamento de salas de aulas e uma para recepção do Centro Educacional Alegria do Saber (C.E.I.A) da Secretaria Municipal de Educação do município de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 14.300,00 (Quatorze Mil e Trezentos Reais)

Vigência: 31 de Dezembro de 2015

Data da Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 018/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: PAULO VITOR OLIVEIRA GOBBI

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 012/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT

Contratado: WILLIAN ANTONIO DA SILVA

Objeto: Prestação de serviços de motorista para Secretaria Municipal de Educação de Nova Canaã do Norte/MT.

Valor: R$ 2.460,00 (Dois Mil Quatrocentos e Sessenta Reais).

Vigência: 06 de Abril de 2015.

Data da Assinatura: 06 de Fevereiro de 2015

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PREGÃO PRESENCIAL 07/2015

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 07/2015

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 07/2015.

ABERTURA: 16 de Março de 2015 ás 08:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 08:25 ás 08:30 horas;

OBJETO: Formação de ata de Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Micro empresa localizada na capital Cuiabá-MT, especializada em prestação de serviço de hospedagem, transporte e alimentação de pacientes de Nova Lacerda que se deslocam até a capital para realização de exames e tratamentos médico.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 03 de março de 2015.

JOSÉ CARLOS MONTEIRO JÚNIOR

Pregoeiro

EDITAL 002/2015 D - RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA

EDITAL DE PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 002/2015 - D

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Nova Lacerda-MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final da prova escrita objetiva, conforme ANEXO I, referente ao Processo de Seleção Pública, aberto através do Edital de Processo de Seleção Pública Nº 002/2015.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 02 de março de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
134245	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	EDNALVA VITOR RODRIGUES RODRIGUES	72,0	
135530	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	TAISA FERREIRA FREITAS	64,0	
134765	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	SONIA DELGADO MARIN	56,0	
135159	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	KERLLY APARECIDA MARTINS GUIMARÃES	52,0	
135470	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	ATAIZA ALVES DA CRUZ	52,0	
134434	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	MARLI APARECIDA DA SILVA FREITAS	48,0	Não aprovado
135695	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	LUCIANA MARTINS DE FREITAS	48,0	Não aprovado
135242	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	EDIVAINE GOMES PERUSSI	48,0	Não aprovado
136061	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	DANIELA DE SOUSA MORAIS	48,0	Não aprovado
135889	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	SANDRO DOMINGOS DO CARMO	48,0	Não aprovado
135742	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	NEUIDES RITA DE SOUZA	40,0	Não aprovado

135768	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	SIRLENE DIAS DA ROCHA	28,0	Não aprovado
134767	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I	ANA RITA DA SILVA	28,0	Não aprovado
136178	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I - MICRO ÁREA RIO NOVO	PEDROLINA ZUMACK SALLES	52,0	
134904	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF I - MICRO ÁREA RIO NOVO	MIRIAN SANTANA DE JESUS	40,0	Não aprovado
134547	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF II	HELDA RICHE RODRIGUES	48,0	Não aprovado

EDITAL 001/2015 F - RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO - PROVAS OBJETIVAS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - F

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Nova Lacerda-MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final das provas escritas objetivas para os cargos de *Agente Administrativo, Agente de Fiscalização, Agente Vigilância Sanitária, Agente de Serviços Braçais/Sede, Agente de Serviços Gerais/ Sede, Agente de Serviços Gerais/Zona Rural – Escola Municipal 15 de Setembro, Analista Administrativo, Analista de Convênio e Prestação de Contas, Analista de Informática, Assistente Social, Auxiliar Administrativo/Sede, Auxiliar Administrativo/Zona Rural – Escola Municipal 15 de Setembro, Auxiliar Consultório Dentário, Bioquímico / farmacêutico, Carpinteiro de Ponte, Coveiro, Educador Físico, Eletricista de Energia Elétrica, Enfermeiro, Médico, Monitor de Creche, Motorista Comboio Lubrificação, Motorista Nível II/Sede, Motorista Nível II/Zona Rural – Gleba Bacurizal, Motorista Nível II/Zona Rural – Gleba Santa Amélia, Motorista Nível II/Zona Rural – Gleba São Judas, Nutricionista, Odontólogo, Procurador, Psicólogo*, **Técnico de Enfermagem e Veterinário,** conforme ANEXO I, referente ao Concurso Público, aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2015.

Art. 2º - Após análise dos recursos contra a prova escrita objetiva, far-se-á as seguintes alterações no edital de divulgação dos gabaritos:

Cargos: **Analista Administrativo** – (Anular as questões 23 e 24);

Mecânico

– (Alterar a alternativa correta da questão 19 de “E” para “D”, bem como, incluir a alternativa “E” na questão 20);

Médico - (Alterar a alternativa correta da questão 17 de “B” para “A”).

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 02 de março de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

ANEXO I

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
134864	AGENTE ADMINISTRATIVO	CRISTIANE FERREIRA DA SILVA	48,0	Não aprovado
134206	AGENTE ADMINISTRATIVO	POLLYANE BATISTA DA ROCHA	48,0	Não aprovado
134483	AGENTE ADMINISTRATIVO	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA IVO	44,0	Não aprovado
135105	AGENTE ADMINISTRATIVO	CELESTE DANTAS DOS SANTOS	44,0	Não aprovado
135147	AGENTE ADMINISTRATIVO	NELSON LINS ASSIS	44,0	Não aprovado
135219	AGENTE ADMINISTRATIVO	DOUGLAS FERNANDES SANTANA	44,0	Não aprovado
134698	AGENTE ADMINISTRATIVO	ROBERTO ALVES DE SOUZA	40,0	Não aprovado
135489	AGENTE ADMINISTRATIVO	LEDIANE MARCIA DE SANTANA	40,0	Não aprovado
135554	AGENTE ADMINISTRATIVO	IVONE DA SILVA GOMES	40,0	Não aprovado
135576	AGENTE ADMINISTRATIVO	ELI EURIPEDES FREITAS DA SILVA BUZATTI	40,0	Não aprovado
134690	AGENTE ADMINISTRATIVO	WALTER QUEIROZ VICTORIO JUNIOR	40,0	Não aprovado
135767	AGENTE ADMINISTRATIVO	GLEIS QUELI RINALDI	40,0	Não aprovado
135617	AGENTE ADMINISTRATIVO	ROSINEIA DEZIDERIO ROCHA	40,0	Não aprovado
134384	AGENTE ADMINISTRATIVO	RHELMITON LINS	40,0	Não aprovado
134515	AGENTE ADMINISTRATIVO	DAYANI ARAUJO SANTOS FERREIRA	40,0	Não aprovado
135892	AGENTE ADMINISTRATIVO	ALINE ALMEIDA VIANA	40,0	Não aprovado
134829	AGENTE ADMINISTRATIVO	JANIA MARIA NUNES LEAL	36,0	Não aprovado
134897	AGENTE ADMINISTRATIVO	MAGDALIA PINHEIRO DA SILVA HIRAI	36,0	Não aprovado
134430	AGENTE ADMINISTRATIVO	ROSILENE DO NASCIMENTO	36,0	Não aprovado
134569	AGENTE ADMINISTRATIVO	APOLYANA SOUSA SANTANA	36,0	Não aprovado
134540	AGENTE ADMINISTRATIVO	TAIS CRISTINA SILVA	36,0	Não aprovado
135666	AGENTE ADMINISTRATIVO	NEUZA MARIA DA SILVA	36,0	Não aprovado
134243	AGENTE ADMINISTRATIVO	ROSICLEIA DOS SANTOS MARQUES	36,0	Não aprovado

135336	AGENTE ADMINISTRATIVO	ALINE DA SILVA FERREIRA VIANA	36,0	Não aprovado
135603	AGENTE ADMINISTRATIVO	DENISE MARIA NUNES LEAL	36,0	Não aprovado
134380	AGENTE ADMINISTRATIVO	ADRIANA FERREIRA PARABÁ	36,0	Não aprovado
135320	AGENTE ADMINISTRATIVO	ROSEMAR SILVA CAVALCANTE	32,0	Não aprovado
135965	AGENTE ADMINISTRATIVO	WELLINGTON SOSSAI	32,0	Não aprovado
134780	AGENTE ADMINISTRATIVO	CRISTIANO MACHADO DA SILVA	32,0	Não aprovado
136140	AGENTE ADMINISTRATIVO	SILVANA SOARES RIBEIRO	28,0	Não aprovado
135640	AGENTE ADMINISTRATIVO	GISLENE MODESTO DE OLIVEIRA	28,0	Não aprovado
134392	AGENTE ADMINISTRATIVO	MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS	28,0	Não aprovado
134476	AGENTE ADMINISTRATIVO	JEAN MARCKS DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	28,0	Não aprovado
136249	AGENTE ADMINISTRATIVO	KELLY VELOSO RAMOS	28,0	Não aprovado
135312	AGENTE ADMINISTRATIVO	DANIELA DE SOUSA MORAIS	28,0	Não aprovado
134441	AGENTE ADMINISTRATIVO	JOICE PEREIRA ALVES DA SILVA	28,0	Não aprovado
135916	AGENTE ADMINISTRATIVO	JULIANA GOUVEIA DA SILVA GOUVEIA	28,0	Não aprovado
134352	AGENTE ADMINISTRATIVO	ERIKA DIAS SANTOS	28,0	Não aprovado
134393	AGENTE ADMINISTRATIVO	WOOD VERA OLIVEIRA	24,0	Não aprovado
135198	AGENTE ADMINISTRATIVO	ERIKA REGIANE PARREIRA FRANCO NEVES	24,0	Não aprovado
134246	AGENTE ADMINISTRATIVO	WÉRICA ALMEIDA OLIVEIRA MUNHOZ	24,0	Não aprovado
136000	AGENTE ADMINISTRATIVO	ARYADNE GUILHERME DA SILVA	24,0	Não aprovado
134885	AGENTE ADMINISTRATIVO	REGISLAINE BATISTA	24,0	Não aprovado
134791	AGENTE ADMINISTRATIVO	THATYANNE BAIÃO SILVA	24,0	Não aprovado
134983	AGENTE ADMINISTRATIVO	NICOLAS MORAIS DOS SANTOS	24,0	Não aprovado
136180	AGENTE ADMINISTRATIVO	EVANDRO ALVES DE SOUZA	20,0	Não aprovado
135155	AGENTE ADMINISTRATIVO	HELENICE AUGUSTA DA SILVA	20,0	Não aprovado
135801	AGENTE ADMINISTRATIVO	SIMONE MORAES DA SILVA FIGUEIREDO	20,0	Não aprovado
136032	AGENTE ADMINISTRATIVO	DIONE LUIZ DA SILVA	20,0	Não aprovado
136252	AGENTE ADMINISTRATIVO	CRISTINA DE AZEVEDO	20,0	Não aprovado
134221	AGENTE ADMINISTRATIVO	DEBORA MARIANO DA SILVA BERNARDO	20,0	Não aprovado
135647	AGENTE ADMINISTRATIVO	CLEIDE ROCHA DE SOUZA	20,0	Não aprovado
135440	AGENTE ADMINISTRATIVO	THAIS THAYMARA FERNANDES MOREIRA VIEIRA	20,0	Não aprovado
135212	AGENTE ADMINISTRATIVO	POLIANA DA COSTA SOUZA	20,0	Não aprovado
134387	AGENTE ADMINISTRATIVO	ELIZANE ANDRADE CAMPOS	16,0	Não aprovado
135368	AGENTE ADMINISTRATIVO	LEOSMAR DIAS LAUCIDIO	16,0	Não aprovado
134617	AGENTE ADMINISTRATIVO	CARLOS EDUARDO SILVA FIUZA	16,0	Não aprovado
136131	AGENTE ADMINISTRATIVO	STEFANY NAIHANE MARIANO ARAUJO	16,0	Não aprovado
134752	AGENTE ADMINISTRATIVO	YULE CRISTINA HOINASKY BARROS	16,0	Não aprovado
134742	AGENTE ADMINISTRATIVO	JAQUELINE DOS SANTOS CORDEIRO	16,0	Não aprovado
135644	AGENTE ADMINISTRATIVO	MARIA ROSA DE SOUZA	8,0	Não aprovado
135897	AGENTE ADMINISTRATIVO	LEILIANE MARIA DOS SANTOS	4,0	Não aprovado
135854	AGENTE ADMINISTRATIVO	CLAUDIA DE ALMEIDA SILVA	N/C	Desclassificado
134525	AGENTE ADMINISTRATIVO	LOURIVAL DE JESUS VIANA MORAES	N/C	Desclassificado
135868	AGENTE ADMINISTRATIVO	JOSIANE APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA	N/C	Desclassificado
134689	AGENTE ADMINISTRATIVO	LUIDELIR DA SILVA ASSUNÇÃO	N/C	Desclassificado
136125	AGENTE ADMINISTRATIVO	NAYARA NEVES DIAS	N/C	Desclassificado
136017	AGENTE ADMINISTRATIVO	LEANDRO DE SOUZA TIAGO	N/C	Desclassificado
136229	AGENTE ADMINISTRATIVO	KENIA MAYARA SILVA GOMES	N/C	Desclassificado
135665	AGENTE ADMINISTRATIVO	ARIELLE DELA BANDEIRA MARTINS	N/C	Desclassificado
134950	AGENTE ADMINISTRATIVO	WERICK RODRIGUES BEZERRA	N/C	Desclassificado
136193	AGENTE ADMINISTRATIVO	MICHELE LOPES DA SILVA SANTOS	N/C	Desclassificado
135222	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	SANDRO APARECIDO CRISTIANINI	44,0	Não aprovado
135672	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	LUDMYLLA MARIANA FERREIRA DIAS	44,0	Não aprovado

135003	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	ROSELI DOS SANTOS	40,0	Não aprovado
135377	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	PAULA SOARES BERTO	40,0	Não aprovado
136043	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	ARLENE APARECIDA DOS SANTOS SILVA	32,0	Não aprovado
135997	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	ADRIANO AFONSO DA SILVA	32,0	Não aprovado
134293	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	JAQUELINE KUHN	28,0	Não aprovado
135508	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	RONEY SILVA BINA	28,0	Não aprovado
135230	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	NILSON ALACRINO DA SILVA JUNIOR	28,0	Não aprovado
135241	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	EDIVAINE GOMES PERUSSI	28,0	Não aprovado
136039	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	LUIZ ALBERTO RIBEIRO DA CRUZ	24,0	Não aprovado
134315	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	JOAQUIM SANTANA NEPONUCENO MEN-DES JUNIOR	24,0	Não aprovado
134433	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	DOMINGOS DA SILVA NASCIMENTO	20,0	Não aprovado
135376	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	WELLITON DE SOUZA DALABENETTA	20,0	Não aprovado
135990	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	FELIPE DOS SANTOS BATISTA	20,0	Não aprovado
135993	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	JESSICA DE JESUS BOSCATO	16,0	Não aprovado
134616	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	JOYCE APARECIDA DE ALMEIDA GALVAO	16,0	Não aprovado
134621	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	WALDEMAR RODRIGUES DA CRUZ	N/C	Desclassificado
134779	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	MARCIO ABADE TIOLA	N/C	Desclassificado
136214	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	PATRICIA MERCADO SUPEPI	N/C	Desclassificado
134374	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	JHADD HAMMAD ALABI SOBRINHO	85,0	
135096	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	CRISTINA LAVRINHA PINTO	75,0	
134413	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	MARIA ADRIANA JESUS GOMES	75,0	
134899	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	ANTONIO LUIZ DA COSTA SILVA	70,0	
135967	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	KESSE DJONEY DA SILVA	70,0	
134905	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	MARIA APARECIDA SILVA SANTANA	65,0	
135585	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	KENNEDY MAYLLER SILVA GOMES	65,0	
134452	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	DIEFERSON HENRIQUE MARTINS LOPES	65,0	
134606	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	MARIA SANDOLA DA CONCEIÇÃO	60,0	
134576	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	JUCELIA DE JESUS GOMES	60,0	
135776	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	VERIA OLIVEIRA MONTEIRO	55,0	
136132	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	ALINE LEMOS DA SILVA	55,0	
135702	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	MARCILENE PEREIRA OLIVEIRA	45,0	
134332	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	GLACIELI RODRIGUES MORAES	45,0	
135169	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	ARTUR JOSE CARVALHO	40,0	
134520	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	JOSE ALVES FERREIRA	40,0	
135466	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	LUCIANO RODRIGUES DA SILVA	40,0	
136034	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	JOSE VITOR DOS SANTOS	35,0	
134903	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	SEVERINO SOARES DA COSTA	30,0	
135077	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	ADRIANO LIMA DE SOUZA	30,0	
136107	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	ANGELA FERNANDES SOARES	30,0	
135171	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	MARCIA FERNANDES DOS SANTOS	25,0	
134568	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	DARLENE PEREIRA DE OLIVEIRA	25,0	
134692	AGENTE DE SERVIÇOS BRAÇAIS/SEDE	JURANDIR IVO	20,0	
134687	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	POLIANA CONCEIÇÃO CARVALHO	90,0	
134357	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	TEREZINHA COUTINHO DA SILVA LEITE	85,0	
135379	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ANDREIA MATIAS CASERES SILVA	85,0	
134633	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	CLAUDINEIA GUIMARAES DE SENA	85,0	
134233	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	DANIELLY MAYRA DA SILVA ATILIO	85,0	
135835	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ELIENE BATISTA LAZARO	80,0	
134534	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	SILVANO MARIANO DE SOUZA	80,0	
135888	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	EDER CHAGAS DE SOUZA	75,0	
135956	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	EDILAMAR AUGUSTO DA SILA	75,0	
134479	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ISMERALDA BATISTA DE MATOS	75,0	
134477	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	LAUDICEIA BATISTA DE MATOS	75,0	

134369	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	JUCILENE APARECIDA GOMES	75,0	
135270	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	SANDRA DOS SANTOS TORRES	75,0	
136187	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ROSIMAR ALVES DA CRUZ	75,0	
135966	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	VALQUIRIA MOURA SOSSAI	75,0	
135221	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	EDILENE COSTA DA SILVA	75,0	
134317	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	JUCELIA APARECIDA DA SILVA	75,0	
134739	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	DAYANE PEREIRA DA SILVA	75,0	
136190	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	SILMARA VENANCIA DE CARVALHO	70,0	
135400	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	HELENA MARIA DINIZ	70,0	
135502	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	SILVANA FELIX FURTADO	70,0	
134958	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ANDREIA DUARTE	70,0	
134960	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ANGELA VIEIRA ALVES DA SILVA	70,0	
136093	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	NEUZA TIAGO DA SILVA DIAS	70,0	
134526	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	VIVIANE GOMES CAMARGO	70,0	
135915	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	RAYANE CRISTINA ALVES PEREIRA JOSINO	70,0	
135522	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	GEOVANE NEVES DE MORAES	70,0	
135246	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARILENE TELES DA COSTA	65,0	
134584	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARIZA APARECIDA RODRIGUES ARAÚJO	65,0	
135294	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARIA VANDERLEIA FAGUNDES ANACLETO	65,0	
134303	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	CLEIDE VALERIO DA SILVA	65,0	
135314	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARILENE AMANCIO DAMACENO	65,0	
135346	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	LUCIENE PEREIRA OLIVEIRA	65,0	
135944	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	JOSÉ SAMY HONÓRIO	65,0	
135061	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARIA IZABEL LOPEZ	65,0	
135160	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	KERLLY APARECIDA MARTINS GUIMARÃES	65,0	
134306	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	CLEIDIANA RODRIGUES DA SILVA	65,0	
134900	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	DULCINEIA MARTINS DA SILVA	65,0	
135706	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARGARIDA CAÇANDRE FAJOLI	60,0	
134528	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	CENICA FERREIRA BARBOSA	60,0	
134487	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA IVO	60,0	
134952	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	EDINA RICHE RODRIGUES	60,0	
135908	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	RAQUEL VASQUES RODRIGUES	60,0	
134370	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	IVANIL BARBOSA DA SILVA	60,0	
134440	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	LAURINDA JESUS GOMES	60,0	
134608	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	DIANNY ROMANINI XAVIER DE JESUS	60,0	
135037	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	JOSIANE SCHMITT DA SILVA	60,0	
136204	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	RUTH DA SILVA MARIANO	55,0	
134737	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	LUCIMAR FIUZA DE OLIVEIRA	55,0	
135370	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARLENE DA GAMA SOUZA	55,0	
134673	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ALEXANDRA LUIZ RODRIGUES	55,0	
134951	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ERENILZA ALVES HERCULINO	55,0	
134896	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	FERNANDA DE MORAES NEVES	55,0	
135022	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ANDREIA PAOLA PEREIRA CORREIA	55,0	
135814	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	VIVIANNY PEREIRA DA SILVA	55,0	
134247	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ELAINE TAFAREL	50,0	
136118	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARILZA SOLIS	50,0	
135225	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARLY CAVALHEIRO DA CRUZ RAMOS	45,0	
134450	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	RAY DE FIGUEIREDO	45,0	
135563	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	KELI APARECIDA DA SILVA BRAGA	40,0	
134838	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARIA DE FATIMA FERNANDES	40,0	
135143	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	LEONICE GONÇALVES NERIS	40,0	

135122	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARIA FERNANDES FRIBEL	35,0	
135822	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	IZAURA SIMPLICIO DA SILVA	35,0	
135386	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARISA ESPINDOLA PEIXINHO	35,0	
134577	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARIA DE FATIMA DE SOUZA FERREIRA	30,0	
135253	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	CLAUDINEI DA SILVA FERNANDES	30,0	
136212	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ROSIMEIRE ALVES FERREIRA	25,0	
136007	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	MARIA APARECIDA DA SILVA	15,0	Não aprovado
135544	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	DOGIVAL MOTA DA SILVA	10,0	Não aprovado
135164	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	GERONIMA CASSUPA CHUBE	10,0	Não aprovado
135881	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	VERA LUCIA FERNANDES DA COSTA	N/C	Desclassificado
134776	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	ELIANE MARA DE LIMA	N/C	Desclassificado
136166	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	SIRLEY VIZZOTTO	N/C	Desclassificado
136168	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	HENRIQUE MORELLE	N/C	Desclassificado
134248	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	JHADD HAMMAD ALABI SOBRINHO	N/C	Desclassificado
134892	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	DEBORA STEFANY DOS SANTOS ARAUJO	N/C	Desclassificado
135942	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/SEDE	TAIANE DA SILVA	N/C	Desclassificado
134873	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	MARIZA RODRIGUES SOTECO	80,0	
135616	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	ADRIANA RODRIGUES FERREIRA	80,0	
136277	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	ELISSANDRA FORTALEZA BORGES FERREIRA	70,0	
136134	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	MARIA DE FATIMA SANTOS DA CRUZ SOUZA	70,0	
134438	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	DANUBIA AUGUSTA DA SILVA SANTOS	65,0	
134388	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	NEIDE DOS SANTOS ALVARES	55,0	
134445	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	VALDELEIA ALVES DA SILVA LOPES	30,0	
135520	AGENTE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	BIANCA DE LIMA AQUINO LIRA	64,0	
135937	AGENTE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	ADRIANA CRISTINA BIEPO BISPO	20,0	Não aprovado
134833	ANALISTA ADMINISTRATIVO	LENO ANTUNES DA SILVA	60,0	
134751	ANALISTA ADMINISTRATIVO	ANA CAROLINA VERRI FRAGA	52,0	
135082	ANALISTA ADMINISTRATIVO	JESSE GOMES DA SILVA	52,0	
135729	ANALISTA ADMINISTRATIVO	MARINES PINHEIRO DA SILVA	48,0	Não aprovado
134732	ANALISTA ADMINISTRATIVO	RAFAELA CRISTINA SALES DE OLIVEIRA	48,0	Não aprovado
134208	ANALISTA ADMINISTRATIVO	KARLYNE TAFAREL BARROS	48,0	Não aprovado
136015	ANALISTA ADMINISTRATIVO	MATHEUS GOMES DE SOUSA FERREIRA	48,0	Não aprovado
136086	ANALISTA ADMINISTRATIVO	PRISCILA BORGES ESTEVAO	48,0	Não aprovado
135091	ANALISTA ADMINISTRATIVO	MAITE MOREIRA	44,0	Não aprovado
135561	ANALISTA ADMINISTRATIVO	JOALISSON ALVES RODRIGUES	44,0	Não aprovado
134550	ANALISTA ADMINISTRATIVO	LUZIA DOUROTEIA DE CARVALHO	40,0	Não aprovado
135351	ANALISTA ADMINISTRATIVO	SANDRA FERREIRA JORGE	40,0	Não aprovado
135692	ANALISTA ADMINISTRATIVO	LUCIENE SANTANA DE CARVALHO	40,0	Não aprovado
136096	ANALISTA ADMINISTRATIVO	SILVINEY CAETANO	40,0	Não aprovado
134314	ANALISTA ADMINISTRATIVO	MICHELE DAIANE DURANTI MARTINS	40,0	Não aprovado
135389	ANALISTA ADMINISTRATIVO	ELISNETE APARECIDA ALMEIDA SOUZA	40,0	Não aprovado
135534	ANALISTA ADMINISTRATIVO	LUMA MILARE BOLOTTI	36,0	Não aprovado
134328	ANALISTA ADMINISTRATIVO	INDIANARA LOURDES BRAGA LUIZ	32,0	Não aprovado
134738	ANALISTA ADMINISTRATIVO	LIVIA REGINA DE SANTANA	12,0	Não aprovado
136226	ANALISTA DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	PATRICIA NOGUEIRA PIMENTA	52,0	
134824	ANALISTA DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	MARIA DE FATIMA NUNES POCHE	40,0	Não aprovado
136246	ANALISTA DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	LETICIA RAMOS LEITE	24,0	Não aprovado
135600	ANALISTA DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	ELIVALDO VICENTE DA SILVA VICENTE	N/C	Desclassificado
136048	ANALISTA DE CONVÊNIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS	MONICA MENDES GEHRING FRANCO	N/C	Desclassificado

135638	ANALISTA DE INFORMÁTICA	MARCELO ROCHA DE DEUS	68,0	
135120	ANALISTA DE INFORMÁTICA	EMERSON NEVES DA SILVA	64,0	
134816	ANALISTA DE INFORMÁTICA	FERNANDO HENRIQUE CONCEIÇÃO MARTINS	64,0	
134458	ANALISTA DE INFORMÁTICA	WELLINGTON MIRANDA FREITAS	60,0	
135772	ANALISTA DE INFORMÁTICA	IAGO JUNIOR DIAS COUTO	56,0	
135034	ANALISTA DE INFORMÁTICA	FILIPE LAURENÇO NUNES	52,0	
134382	ANALISTA DE INFORMÁTICA	GUILHERME SILVA SILVEIRA	52,0	
135610	ANALISTA DE INFORMÁTICA	CESAR AUGUSTO ROSSI	48,0	Não aprovado
134928	ANALISTA DE INFORMÁTICA	MARCOS CLEMENTINO DA SILVA SOUZA	N/C	Desclassificado
134464	ANALISTA DE INFORMÁTICA	GIAN JOSE PELISSER	N/C	Desclassificado
134359	ASSISTENTE SOCIAL	PATRICIA CÂNDIDO DA SILVA	56,0	
135637	ASSISTENTE SOCIAL	CRISTINA DE MATOS SOUZA MATOS	52,0	
134788	ASSISTENTE SOCIAL	ANNE DANIELLA BAIÃO SILVA	52,0	
134797	ASSISTENTE SOCIAL	CECILIA JESUS DA CUNHA	48,0	Não aprovado
134432	ASSISTENTE SOCIAL	LUCAS XAVIER RODRIGUES	44,0	Não aprovado
134325	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA GONÇALINA PEREIRA DA SILVA	40,0	Não aprovado
135047	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA RITA DE OLIVEIRA	40,0	Não aprovado
135723	ASSISTENTE SOCIAL	MARCIANA RANZULLA GONZAGA	40,0	Não aprovado
134503	ASSISTENTE SOCIAL	RENATA DA COSTA FERREIRA	40,0	Não aprovado
134447	ASSISTENTE SOCIAL	PRICILLA DE MELO DOS SANTOS MARTINS	40,0	Não aprovado
134514	ASSISTENTE SOCIAL	MÁRCIA MARIA SCHWAAB MAGALHÃES	36,0	Não aprovado
136213	ASSISTENTE SOCIAL	CLAUDIA MENDES BARBOSA	36,0	Não aprovado
134790	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA APARECIDA GOMES DE SOUZA	36,0	Não aprovado
134758	ASSISTENTE SOCIAL	PAULO ROBERTO PEREIRA	32,0	Não aprovado
135185	ASSISTENTE SOCIAL	ALESSANDRA APARECIDA DO CARMO ARAUJO	32,0	Não aprovado
134426	ASSISTENTE SOCIAL	ADRIANA RINALDI SILVA	32,0	Não aprovado
134439	ASSISTENTE SOCIAL	VALKIRIA NEUZA CEBALHO CORREIA	32,0	Não aprovado
135663	ASSISTENTE SOCIAL	LUCIANA RENATA GONÇALVES	28,0	Não aprovado
135175	ASSISTENTE SOCIAL	APARECIDA DONIZETE MORÃO	28,0	Não aprovado
134401	ASSISTENTE SOCIAL	CRISTIANE RIBEIRO DE SOUZA	28,0	Não aprovado
134665	ASSISTENTE SOCIAL	GABRIELA CRISTINA SOARES TALVES	28,0	Não aprovado
136149	ASSISTENTE SOCIAL	SAMYRA RAIZA MEIRA DA SILVA	28,0	Não aprovado
135831	ASSISTENTE SOCIAL	FRANCINEIDE SOARES	24,0	Não aprovado
134499	ASSISTENTE SOCIAL	LUZIA FRANCISCA COSTA CASTILHO	24,0	Não aprovado
134927	ASSISTENTE SOCIAL	VANDERLEIA FURTADO MATOS	24,0	Não aprovado
134268	ASSISTENTE SOCIAL	SIMONE SANTANA COSTA SOARES	24,0	Não aprovado
135307	ASSISTENTE SOCIAL	ROSILENE DUTRA PEREIRA	24,0	Não aprovado
136253	ASSISTENTE SOCIAL	ANY MARCIA MALHEIROS SILVA	24,0	Não aprovado
134947	ASSISTENTE SOCIAL	LUZIENE CHAVES OLIMPIO	20,0	Não aprovado
134397	ASSISTENTE SOCIAL	CRISTIANA PREUSS	20,0	Não aprovado
135353	ASSISTENTE SOCIAL	HELENA BATISTA DE OLIVEIRA MAIA	20,0	Não aprovado
135700	ASSISTENTE SOCIAL	ALINE ARAUJO MARTINS	16,0	Não aprovado
134678	ASSISTENTE SOCIAL	MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA	12,0	Não aprovado
135681	ASSISTENTE SOCIAL	ADRIENE CRISTINA SANTOS DA SILVA	12,0	Não aprovado
134491	ASSISTENTE SOCIAL	ANA PAULA DA COSTA	8,0	Não aprovado
135664	ASSISTENTE SOCIAL	ELIANE DE JESUS BOSCATO LANDIM	8,0	Não aprovado
134971	ASSISTENTE SOCIAL	MARIA IRACEMA BARROSO DE MENEZES	N/C	Desclassificado
135626	ASSISTENTE SOCIAL	LUCIMAR ANDRADE LEITE	N/C	Desclassificado
135405	ASSISTENTE SOCIAL	APARECIDA DE FÁTIMA SIMÃO COSTA	N/C	Desclassificado
134456	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	AIDA PAULA DE OLIVEIRA	52,0	
135655	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	LUCIENE DE FREITAS DIAS	52,0	

135202	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	DELISMAR LOPES RIBEIRO	52,0	
135383	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	EDMARA VIEIRA PRATES	48,0	Não aprovado
134244	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	EDNALVA VITOR RODRIGUES	44,0	Não aprovado
136198	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	GENIVALDO DA CRUZ PEREIRA	40,0	Não aprovado
134556	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	LAYANE APARECIDA MEDEIROS TEIXEIRA	40,0	Não aprovado
135468	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ALANA MARIA SILVA SOUZA	40,0	Não aprovado
136108	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ERIC EDUARDO SILVA MAIA	40,0	Não aprovado
135938	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	IEDA PEREIRA DA COSTA	36,0	Não aprovado
134682	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ANA PAULA ALMEIDA PIRES	36,0	Não aprovado
135591	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ANA CRISTINA DE SÁ FERREIRA	36,0	Não aprovado
136188	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ALICE KAROLAYNE SOUZA SANTOS	36,0	Não aprovado
134684	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	TAMAR MARIA DE OLIVEIRA ALVES	32,0	Não aprovado
134693	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	CLAUDIA DANIELA SOARES	32,0	Não aprovado
134421	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	MARLENE RUMÃO DE OLIVEIRA	32,0	Não aprovado
136036	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	LILIANE DOS SANTOS ALMEIDA	32,0	Não aprovado
135136	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	SANDRA CHEFRE SCHEFFER	32,0	Não aprovado
135758	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	SUZANA APARECIDA DOS SANTOS	32,0	Não aprovado
135395	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	LUCIANA MARTINS DE FREITAS	32,0	Não aprovado
134350	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	CLEIDIANE DIAS DOS SANTOS RINALDI	32,0	Não aprovado
135101	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	SANDRO DOMINGOS DO CARMO	32,0	Não aprovado
134323	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	JÉSSICA RAYANI SILVA FREITAS	32,0	Não aprovado
134336	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	RAQUEL SANTANA DE JESUS	28,0	Não aprovado
135654	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ELIENE LUCIA DIAS	28,0	Não aprovado
135251	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	NUNAMAR LUIZ RODRIGUES	28,0	Não aprovado
136112	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	RODRIGO SALES DE OLIVEIRA	28,0	Não aprovado
135292	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	VALESSA FAGUNDES ANACLETO	28,0	Não aprovado
135812	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	EDINEIA DA SILVA GOMES NEIA	28,0	Não aprovado
134862	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	REGISLEIA BATISTA DA SILVA	28,0	Não aprovado
134372	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	DATIELE DE FIGUEIREDO	28,0	Não aprovado
135278	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ROSANGELA EGERTH SILVA DE FARIA	28,0	Não aprovado
135485	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	MARCILENE DE OLIVEIRA	28,0	Não aprovado
134835	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ALAINE SILVA FERREIRA SILVA	28,0	Não aprovado
135364	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	TAYNNA ALUMA CRISTOVÃO LOPES	28,0	Não aprovado
134635	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	KELLY MARTINS DA COSTA	28,0	Não aprovado
136058	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	LOURDES URBANISKI FERNANDES	24,0	Não aprovado
135380	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	JORACI GONÇALVES RODA	24,0	Não aprovado
135286	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ELIZABETE OTAVIANO DE OLIVEIRA	24,0	Não aprovado
135459	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	CRISTINA DOS SANTOS SILVA	24,0	Não aprovado
135388	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	JOSELIA MARIA DE SOUZA	24,0	Não aprovado
135619	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	FLÁVIA DA COSTA MENDES BORGES	24,0	Não aprovado
135992	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	PATRICIA MIRANDA MOTA VICENTE	24,0	Não aprovado
134321	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	VANUSA ALVES PEREIRA	24,0	Não aprovado
135555	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	SARAH CRISTINA DE SANTANA RAMOS	24,0	Não aprovado
135391	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	FABIANO RONCONI VERA	24,0	Não aprovado
135432	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	MONICA FERREIRA PINHEIRO	24,0	Não aprovado
134414	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	CLEICIENE ALVES GOMES	24,0	Não aprovado
134679	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	MARTA BARBOSA PRATES	24,0	Não aprovado
134712	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	KELVIN DOS SANTOS AQUINO	24,0	Não aprovado
136106	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	JUCELIA MAYARA SIQUEIRA MARIANO	24,0	Não aprovado
135014	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	MARCIA TORRES DA SILVA	20,0	Não aprovado
135792	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	JULIANA APARECIDA MENDOZA	20,0	Não aprovado
135910	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	RODRIGO MARCHIORI SILVA PRADO	20,0	Não aprovado
134713	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ELIVELTON DOS SANTOS AQUINO	20,0	Não aprovado

135645	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	GISLAINE DE SOUZA DALABENETTA	20,0	Não aprovado
135441	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	AMANDA SOARES LOPES	20,0	Não aprovado
134531	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	RAYANE SANTOS CRUZ	20,0	Não aprovado
136257	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	LENICE RIBEIRO FILOMENA MACHADO	20,0	Não aprovado
135483	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ELIANE GIMENEZ MARTINEZ	16,0	Não aprovado
135979	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	SANDRA DA SILVA FERREIRA	16,0	Não aprovado
135832	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	LIDIA SANTOS FELISBERTO	16,0	Não aprovado
136115	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	IVANETE DA SILVA MEDEIROS	16,0	Não aprovado
135338	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	SILVANA GOMES	16,0	Não aprovado
135558	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	WIVERSON HANNIERY DE SANTANA RAMOS	16,0	Não aprovado
135668	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	CAMILA LEITE BARCELOS	16,0	Não aprovado
136263	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	BRUNO MORAIS POZO	16,0	Não aprovado
134674	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	KAMILA CARLOS DE SOUZA	16,0	Não aprovado
135549	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	WELLITON FERNANDES RAMOS	12,0	Não aprovado
134400	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	JANAINA DA SILVA	12,0	Não aprovado
136197	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	GILZA BORHER CARRIZA	4,0	Não aprovado
135715	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	SILVIA DENISE FERNANDES PRELELUE	N/C	Desclassificado
135023	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	SILVANO DE ARRUDA E SILVA	N/C	Desclassificado
136202	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ANGELITHA MAUELLI URBANISKI FERNANDES	N/C	Desclassificado
136033	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	LEANDRO ALVES BATISTA	N/C	Desclassificado
135243	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	ELIANE MARIA DOS SANTOS	N/C	Desclassificado
135139	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	JOICELAINE SANTANA MARQUES	N/C	Desclassificado
135738	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/SEDE	DAIANE DA SILVA PAULA	N/C	Desclassificado
135819	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	NORMA MACHADO MARQUES	40,0	Não aprovado
136062	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	KARLA FERNANDA CUNHA PARRA	32,0	Não aprovado
135235	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	ROSIMEIRE MOREIRA DOS SANTOS	28,0	Não aprovado
135233	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	CRISTIANE MOREIRA SANTOS	28,0	Não aprovado
134721	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	REGIANE DOS SANTOS ALECRIM	16,0	Não aprovado
135750	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	DEISI KELLI RIBEIRO MARIANO	16,0	Não aprovado
134849	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	DAYANE FERREIRA PIRES	16,0	Não aprovado
135535	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	THATIANE SILVA LEAL	N/C	Desclassificado
135606	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO	ROSANGELA MONTEIRO PIRES	N/C	Desclassificado
134446	AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO	ELZA FELIPE DOMINGOS	40,0	Não aprovado
135989	AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO	FERNANDA DOS SANTOS BATISTA	40,0	Não aprovado
134448	AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO	EDITHE DE ASSUNÇAO RAMOS	32,0	Não aprovado
136156	AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO	KENIA MAYARA SILVA GOMES	N/C	Desclassificado
136243	AUXILIAR CONSULTÓRIO DENTÁRIO	JESSICA CORDEIRO MARTINS	N/C	Desclassificado
135769	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	WESLEY CARVALHO MARTINS	72,0	
136075	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	RAFAEL LESSI FRIAS	52,0	
135690	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	HUGO RAFAEL LONGONI COSTA	52,0	
135496	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	PÂMELA CAROLINA CORDEIRO RODRIGUES	52,0	
136002	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	WHANDERSON MIRANDA	52,0	
134403	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	GLEISSI KELLEN PETRUNILIO	52,0	
135735	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	DAIANA TOMAZ	48,0	Não aprovado
135975	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	FLÁVIA GOUVEIA DA SILVA LIMA	48,0	Não aprovado
134847	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	BRANDINA NUNES PEREIRA	44,0	Não aprovado

136244	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	HELLEN MARIA FREITAS BORGES TANNER	44,0	Não aprovado
135541	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	AQUÉSIA LOURDES LIBÓRIO	44,0	Não aprovado
135418	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	HEDILAINE MARIA FAUSTINO MEDEIROS	44,0	Não aprovado
135533	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	MATEUS AUGUSTO SANTOS PIOVEZAN	44,0	Não aprovado
134610	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	CARLOS DE SOUZA COELHO	44,0	Não aprovado
135704	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	KEILA DE PAULA GASPARINI	40,0	Não aprovado
134711	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	KRISMENIA OLIVEIRA BRUM	40,0	Não aprovado
136073	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	LAILA MIKAELLY PAUBEL DA SILVA	40,0	Não aprovado
134827	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	MARGARETT ROZEMARI DE OLIVEIRA NUNES	36,0	Não aprovado
135981	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	RODRIGO FREITAS GARCIA	36,0	Não aprovado
135744	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	MARLEI DOS SANTOS CASTILHO	32,0	Não aprovado
134327	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	DHEIVID ROSA CAMPOS	32,0	Não aprovado
136072	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	LAIZ MIKAELLY PAUBEL DA SILVA	28,0	Não aprovado
134313	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	MARIA PINO MATOBA	N/C	Desclassificado
135874	BIOQUÍMICO/FARMACÊUTICO	RONILDO NOGUEIRA DE SOUSA CRUZ	N/C	Desclassificado
134481	CARPINTEIRO DE PONTE	EZEQUIAS DE LIMA ROCHA	88,0	
135381	CARPINTEIRO DE PONTE	LOURIVAL DE JESUS VIANA MORAES	84,0	
134571	CARPINTEIRO DE PONTE	EDIMILSON MARTINS SOARES	68,0	
134675	CARPINTEIRO DE PONTE	GEOVANE DA SILVA PEREIRA	52,0	
135969	CARPINTEIRO DE PONTE	ADEVAIR DE OLIVEIRA	40,0	Não aprovado
135864	COVEIRO	REINALDO FABIANI	65,0	
134529	COVEIRO	ORLANDO EUGENIO DA ROCHA	55,0	
135182	EDUCADOR FÍSICO	CARLOS EDUARDO ROSSI	52,0	
134269	EDUCADOR FÍSICO	DANIEL SOARES DA SILVA	44,0	Não aprovado
135629	EDUCADOR FÍSICO	KATIANE SPESSOTO MARTINEZ	40,0	Não aprovado
136065	EDUCADOR FÍSICO	MARINA SILVA	24,0	Não aprovado
134677	ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	DANIEL VINICIUS SILVA CORREA	84,0	
135571	ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	RENATO DOS REIS BUZATTI	60,0	
136098	ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	EDELCIO EGUES VERDECIO	60,0	
135808	ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	LEONIDAS PEREIRA DA SILVA	40,0	Não aprovado
134609	ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	EDSON DOMINGOS DE OLIVEIRA	32,0	Não aprovado
134290	ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	RONALDO GLINGLANI	32,0	Não aprovado
135144	ELETRICISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	ADÃO JOSÉ ROCHA	24,0	Não aprovado
135010	ENFERMEIRO	ANA PAULA CAMILLO DE OLIVEIRA	84,0	
134482	ENFERMEIRO	DENNER REGIS UREL	76,0	
135256	ENFERMEIRO	MARCOS RIBEIRO DOS SANTOS	72,0	
134504	ENFERMEIRO	MARYTZA GABRIELLA DAS NEVES ESPÍNDOLA SORANSO DE LIMA	68,0	
135917	ENFERMEIRO	BRUNO GÓES DE OLIVEIRA	68,0	
135451	ENFERMEIRO	FRANCIELLY ALMEIDA CAVALCANTE	68,0	
134602	ENFERMEIRO	ALINE RINALDI BENTO	64,0	
135731	ENFERMEIRO	LUCIANA LOPES RODRIGUES	60,0	
134697	ENFERMEIRO	GHEIS FABIANO INFANTE PEREIRA	60,0	
136009	ENFERMEIRO	RENATA TOMAZELLI FERREIRA	60,0	
134461	ENFERMEIRO	FLÁVIA CAZAROTTO RINALDI	60,0	
135611	ENFERMEIRO	ESTHER ALVES PEREIRA ROSSI	56,0	
135763	ENFERMEIRO	NAYARA BENTIVÓGLIO COSTA RODRIGUES	56,0	
136049	ENFERMEIRO	TATIANE FÁTIMA FRANÇA	56,0	
134843	ENFERMEIRO	SUZANI APARECIDA DE ALMEIDA	56,0	
136011	ENFERMEIRO	KATALLINE DA SILVA NASCIMENTO	52,0	
135813	ENFERMEIRO	POLLYANA FREITAS LAMANES	52,0	
134658	ENFERMEIRO	MARCELA RUBIA SANTOS TEODORO	52,0	

135921	ENFERMEIRO	VANESSA ALVES MENDES	52,0	
135631	ENFERMEIRO	CAMILA ALVES CARMINATTI	52,0	
135670	ENFERMEIRO	LIBNA NASCIMENTO OLIVEIRA	52,0	
134600	ENFERMEIRO	KLEBIANA BRAZ DA SILVA GAIA	48,0	Não aprovado
134977	ENFERMEIRO	WANDERSON FERREIRA DOS SANTOS	48,0	Não aprovado
134784	ENFERMEIRO	POLIANA VASCONCELOS PEREIRA POR-TO	48,0	Não aprovado
134686	ENFERMEIRO	ODAIZE FERREIRA DE SOUZA	44,0	Não aprovado
134510	ENFERMEIRO	ERIKA BERNARDES DA COSTA	44,0	Não aprovado
134814	ENFERMEIRO	MAÍRA DE ASSUNÇÃO OLIVEIRA	44,0	Não aprovado
135102	ENFERMEIRO	DANIEL JOAO DA SILVA	44,0	Não aprovado
134490	ENFERMEIRO	FRANCISCA FATIMA GOMES DE MATOS	40,0	Não aprovado
135306	ENFERMEIRO	IVAN FERREIRA DO NASCIMENTO	36,0	Não aprovado
135667	ENFERMEIRO	FABIO FERREIRA LANDIM	36,0	Não aprovado
134657	ENFERMEIRO	GISELI ANDRADE SA ANDRADE	36,0	Não aprovado
136050	ENFERMEIRO	HIAGO MANOEL COSTA EGUES	32,0	Não aprovado
134474	ENFERMEIRO	CAROLINA CORREIA LESSI CARDOSO	28,0	Não aprovado
135919	ENFERMEIRO	GEYSZILAINE SANTOS FERREIRA	28,0	Não aprovado
135509	ENFERMEIRO	ALINE GRAZIELE DIAS COUTO	24,0	Não aprovado
135948	ENFERMEIRO	SANDRA GOMES DOS SANTOS	20,0	Não aprovado
135343	ENFERMEIRO	VASTÍ DE SOUZA RAPOSA	N/C	Desclassificado
134725	ENFERMEIRO	PAULA CAROLINA MACEDO DA SILVA	N/C	Desclassificado
134207	MÉDICO	FERNANDA ZAMPROGNO DIAS	68,0	
135773	MÉDICO	PAULO FELIPE CONCEIÇÃO DE ARRUDA	64,0	
134344	MÉDICO	RENATA MAGIONI	56,0	
135653	MÉDICO	ENITY PEREIRA DE SOUZA	N/C	Desclassificado
135675	MONITOR DE CRECHE	POLIANE APARECIDA MAIA DE OLIVEIRA SILVA	56,0	
134941	MONITOR DE CRECHE	MÁRCIA DOS SANTOS MORAES	56,0	
134308	MONITOR DE CRECHE	ELIANE ADRIANA DA SILVA	56,0	
136042	MONITOR DE CRECHE	MARILZA MARTINS NOGUEIRA	52,0	
134809	MONITOR DE CRECHE	FABIANY FERNANDES MENDES	52,0	
135898	MONITOR DE CRECHE	ELAINE SILVA FARIA	48,0	Não aprovado
135590	MONITOR DE CRECHE	CLAUDIA NASCIMENTO MOURÃO	48,0	Não aprovado
135428	MONITOR DE CRECHE	AMANDA DEUBATEI FOGAÇA SILVA	48,0	Não aprovado
135810	MONITOR DE CRECHE	ROZELI ROSA GERMANO	44,0	Não aprovado
134613	MONITOR DE CRECHE	ANDREIA FREITAS SOARES	44,0	Não aprovado
135000	MONITOR DE CRECHE	FABIANA DA COSTA SOUZA	44,0	Não aprovado
135759	MONITOR DE CRECHE	MARINEIDE APARECIDA DO PRADO VILE-RÁ	40,0	Não aprovado
134573	MONITOR DE CRECHE	IZABEL CRISTINA SOUZA FERREIRA	40,0	Não aprovado
134379	MONITOR DE CRECHE	CLELIA DIVINA FERNANDES MELGAR	40,0	Não aprovado
134358	MONITOR DE CRECHE	MARIA APARECIDA BARBOSA PRATES	40,0	Não aprovado
135525	MONITOR DE CRECHE	NILCEIA MACHADO ZANRE	36,0	Não aprovado
134754	MONITOR DE CRECHE	JULIANA DA CUNHA LIMA	36,0	Não aprovado
134239	MONITOR DE CRECHE	CAMILA TAIS FERNANDES	36,0	Não aprovado
135218	MONITOR DE CRECHE	TANIA CRISTINA DOS SANTOS	32,0	Não aprovado
134366	MONITOR DE CRECHE	MADALENA BARBOSA PRATES	32,0	Não aprovado
135885	MONITOR DE CRECHE	NEIDE APARECIDA DE ALMEIDA	32,0	Não aprovado
135071	MONITOR DE CRECHE	YANCA CAROLINA DA CRUZ AMARO	32,0	Não aprovado
134478	MONITOR DE CRECHE	THAISA FREITAS SOARES	32,0	Não aprovado
134564	MONITOR DE CRECHE	ELIZAMA FRANCISCO SOUZA	32,0	Não aprovado
136145	MONITOR DE CRECHE	WETILA RAYANE MARIANO	32,0	Não aprovado
135593	MONITOR DE CRECHE	JESSICA BATISTA DE ALMEIDA	28,0	Não aprovado

134295	MONITOR DE CRECHE	DATIANA RECH VARELA	28,0	Não aprovado
134422	MONITOR DE CRECHE	BRUNA NAYARA PEDRO DE SOUZA	28,0	Não aprovado
134442	MONITOR DE CRECHE	RAQUEL DOS SANTOS TORRES	24,0	Não aprovado
135002	MONITOR DE CRECHE	LEIDIELY GOMES DE OLIVEIRA	24,0	Não aprovado
135739	MONITOR DE CRECHE	NEUIDES RITA DE SOUZA	20,0	Não aprovado
134743	MONITOR DE CRECHE	JANE MARIA DOS SANTOS	20,0	Não aprovado
135342	MONITOR DE CRECHE	ELOISA FLAUSINO DE MACEDO	N/C	Desclassificado
135811	MONITOR DE CRECHE	ANA DEBORA AMORIM	N/C	Desclassificado
135519	MONITOR DE CRECHE	IVAN AUGUSTO DA SILVA	N/C	Desclassificado
134396	MOTORISTA COMBOIO LUBRIFICAÇÃO	ADAIR SANTOS BATISTA	76,0	
134472	MOTORISTA COMBOIO LUBRIFICAÇÃO	VOLMIR RIBEIRO DE MORAIS	68,0	
136255	MOTORISTA COMBOIO LUBRIFICAÇÃO	WJOSMAN DA FONSECA SILVA	48,0	Não aprovado
136163	MOTORISTA COMBOIO LUBRIFICAÇÃO	AGNALDO DE OLIVEIRA	40,0	Não aprovado
135714	MOTORISTA COMBOIO LUBRIFICAÇÃO	VALDINEI PEREIRA DOS SANTOS MACIER	40,0	Não aprovado
135718	MOTORISTA COMBOIO LUBRIFICAÇÃO	WANDERLEI MARGARIDO	N/C	Desclassificado
135725	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	CELSO LESCANO JUNIOR	80,0	
135141	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	EDSON DE ARRUDA BARRA	72,0	
134394	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JUNIOR RODRIGUES	72,0	
136143	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	DAVI FERREIRA DA SILVA	68,0	
136084	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	OZIEL DIAS DE FARIA	68,0	
135940	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JOSE LUIZ MORAES PISKOR	68,0	
135401	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	CLAUDINEY MARTINS DE OLIVEIRA	64,0	
135789	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	SEBASTIAO GOMES DE SOUZA	64,0	
134437	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	THIAGO LUCCI VIEIRA	64,0	
135651	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JONAS BATISTA DE SOUTO	64,0	
135798	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JEAN CARLOS DE MORAES ALVES	64,0	
134874	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JOSÉ CARLOS DA SILVA	60,0	
135083	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	60,0	
135899	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	CLEBER DOS SANTOS RAMOS	60,0	
135815	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	RAONY RAMOS AYARDES	60,0	
136040	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	ADAISA PAULA DA SILVA PAULA	60,0	
134750	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	SAMUEL COSTA LIMA	56,0	
136129	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	ROBERT GOMES DOS SANTOS FILHO	56,0	
135220	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	PAULO SERGIO CRISTIANINI	52,0	
136183	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	SILVANEY FARIA CAMARA	52,0	
136006	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	FÚLVIO PEREIRA QUEIRÓZ	52,0	
135288	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	MAURICIO REIS DA COSTA FERNANDES	52,0	
135747	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	BRUNO NUNES SILVA	52,0	
134625	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	EDIMAR BARBOSA CAMARGO	52,0	
134484	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JOÃO PAULO BARBOSA DOS SANTOS	52,0	
135352	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	HENUS RICHARDSON MAIA	52,0	
135044	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JOSÉ CAETANO ALVES	48,0	Não aprovado
135717	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	MANOEL MESSIAS NUNES GONSALO	48,0	Não aprovado
135026	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	LUZIVALDO ALVES DE MORAES	48,0	Não aprovado
134570	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	VALDEMARCIO DE SOUZA	48,0	Não aprovado
135438	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	ALEX SANDER BAPTISTA DA SILVA	48,0	Não aprovado
134939	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	IVANILSON COSTA AGUIAR	48,0	Não aprovado
136245	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	SEBASTIAO RONIVALDO DE SOUZA CARVALHO RONI	44,0	Não aprovado
135976	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	MANOEL JOSÉ DA SILVA JOSÉ	44,0	Não aprovado
135562	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	EDENILSON VITOR RODRIGUES	44,0	Não aprovado
134521	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	IVANEI RODRIGUES DOS SANTOS	40,0	Não aprovado
135628	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	APARECIDO LIDUINO PROFETA DA CRUZ	40,0	Não aprovado
135598	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JOSE CARLOS PEREIRA	40,0	Não aprovado

135858	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	ADAUTO FERREIRA BINA	36,0	Não aprovado
136045	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	GERALDO BARBOSA DA SILVA	36,0	Não aprovado
135833	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JOSÉ PINHEIRO PEREIRA	36,0	Não aprovado
135573	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	DANIEL ALVES	36,0	Não aprovado
135281	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	UÉLIO FERREIRA DA OLIVEIRA	36,0	Não aprovado
136282	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	ADIVANIO GENESIO DA SILVA GENESIO	36,0	Não aprovado
134304	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	EMERSON DOMINGOS	36,0	Não aprovado
135527	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	DOUGLAS SANTOS DE SOUZA	36,0	Não aprovado
135604	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	DONIZETE DA SILVA LEITE	32,0	Não aprovado
136266	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	RODNEI MARTINS CAMARGO	32,0	Não aprovado
136091	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	GILBERTO FEITOSA DE PAULA	28,0	Não aprovado
134680	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JOSIEL DE SOUZA ALVES	24,0	Não aprovado
136095	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	NILTON RODRIGUES	24,0	Não aprovado
134681	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	FLAVIO OLIVEIRA ALVES	24,0	Não aprovado
135686	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	AILTON ANTONIETI	N/C	Desclassificado
134912	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	JARDSON TOMICHA	N/C	Desclassificado
135497	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	MARCOS NOVAKOWSKI	N/C	Desclassificado
136179	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	ROSENO DA COSTA VILANOVA	N/C	Desclassificado
135163	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	THIAGO CLAUDIO SILVA E SOUZA	N/C	Desclassificado
134264	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	ERINALDO LOPES DOMINGOS	N/C	Desclassificado
135332	MOTORISTA NÍVEL II/SEDE	MARCOS XAVIER DOS SANTOS	N/C	Desclassificado
135845	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA BACURIZAL	LUCIANO GONÇALVES MARQUES	64,0	
135894	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA BACURIZAL	ANTONIO FELICIANO	52,0	
135994	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA BACURIZAL	LUDUGERIO VIANA JUNIOR	48,0	Não aprovado
135709	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA BACURIZAL	LUCIANE DE PAIVA	N/C	Desclassificado
134810	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA SANTA AMÉLIA	JAIR TIAGO DA SILVA	48,0	Não aprovado
134601	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA SÃO JUDAS	JOSIMAR DA SILVA NASCIMENTO	64,0	
134978	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA SÃO JUDAS	ROBERTO OLIVEIRA MARQUES	56,0	
134596	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA SÃO JUDAS	FILOMENO DOMICIANO NETO	48,0	Não aprovado
135382	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA SÃO JUDAS	CARLITO FAGUNDES	44,0	Não aprovado
134786	MOTORISTA NÍVEL II/ZONA RURAL – GLEBA SÃO JUDAS	CLEBIO FREITAS DA SILVA	24,0	Não aprovado
134662	NUTRICIONISTA	DEBORA CARRETTA GIACOMIN	56,0	
134436	ODONTÓLOGO	ANA PAULA BURALI	64,0	
134467	ODONTÓLOGO	LUCILENE DA SILVA COSTA	60,0	
134449	ODONTÓLOGO	PATRICIA PINO MATOBA	60,0	
135074	ODONTÓLOGO	FERNANDA LAET FERREIRA RODRIGUES	60,0	
136248	ODONTÓLOGO	BRENA RODRIGUES MANZANO	60,0	
134549	ODONTÓLOGO	FÁBIO ALECRIM DE MELO	56,0	
135480	ODONTÓLOGO	PAMELA CRISTINA TOMAZ GARBIM	56,0	
135049	ODONTÓLOGO	SEBASTIAO CARLOS NASCIMENTO	52,0	
134914	ODONTÓLOGO	ALEX MARTINS	48,0	Não aprovado
135995	ODONTÓLOGO	MARIA DO CARMO EGUES VERDECIO	44,0	Não aprovado
134579	ODONTÓLOGO	MARCUS VINICIUS SOUZA	44,0	Não aprovado
135427	ODONTÓLOGO	RÂNILA PEREIRA DE CARVALHO	44,0	Não aprovado
135693	ODONTÓLOGO	VALÉRIA OLIVEIRA FERREIRA	44,0	Não aprovado
134848	ODONTÓLOGO	RENAN MIRANDA RAMOS MIRANDA	40,0	Não aprovado
136094	ODONTÓLOGO	KAMMILA SAMPAIO	40,0	Não aprovado

136027	ODONTÓLOGO	CLAUDIA MARIA PAIVA MAIA	N/C	Desclassificado
134470	ODONTÓLOGO	VALESTE BORGES MARRAS	N/C	Desclassificado
134691	ODONTÓLOGO	JULIANA CEZARINO FERNANDES	N/C	Desclassificado
136148	ODONTÓLOGO	CAROLINE BIANCA PEREIRA CARRASCO	N/C	Desclassificado
134212	PROCURADOR	YURI SILVA DIAS	76,0	
134762	PROCURADOR	JOYLIS SOARES	68,0	
135444	PROCURADOR	SUZAMARA INÁCIO SOARES	60,0	
136270	PROCURADOR	SILVANA PEREIRA DO NASCIMENTO	56,0	
134238	PROCURADOR	TANCREDO VARGAS SARAIVA DE ARAU-JO	56,0	
135780	PROCURADOR	PATRICIA TONETTTI DOS SANTOS	52,0	
134335	PROCURADOR	ELISANGELA AZEREDO DA SILVA	44,0	Não aprovado
135978	PROCURADOR	WALLASCLEY NOGUEIRA PIMENTA	44,0	Não aprovado
134457	PROCURADOR	RENATA GREGÓRIO GOMES	40,0	Não aprovado
135524	PROCURADOR	AMARILSON NASCIMENTO DIAS	36,0	Não aprovado
135173	PROCURADOR	MANOEL ALVARES CAMPOS JUNIOR	N/C	Desclassificado
135754	PSICÓLOGO	ANA PAULA DO PRADO MASCARELLO	72,0	
134417	PSICÓLOGO	JÚLIO CÉSAR COMAR PALMIERI	68,0	
135793	PSICÓLOGO	ANGELITA FELIPE NUNES	64,0	
135677	PSICÓLOGO	JOSÉ APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA	56,0	
135190	PSICÓLOGO	VERÔNICA SOARES DE OLIVEIRA	56,0	
134755	PSICÓLOGO	ELLEN CRISTINE KANASUÉ MATOS DE MOURA	52,0	
136003	PSICÓLOGO	SUELEN CRISTYE BERNAL	52,0	
135878	PSICÓLOGO	DIANA DOS SANTOS NERES	52,0	
136081	PSICÓLOGO	NEILA BÁRBARA ALVES OLIVEIRA	52,0	
134539	PSICÓLOGO	MAYARA CHRISTINE DUARTE	52,0	
134966	PSICÓLOGO	HELIDA HELOIZE DE ALMEIDA SANTOS	48,0	Não aprovado
134574	PSICÓLOGO	NATALÍ CINTIA DOS SANTOS	48,0	Não aprovado
134565	PSICÓLOGO	KALLIANE VIEIRA SOUZA	48,0	Não aprovado
136010	PSICÓLOGO	ROSEMEIRE SANTOS VIANA	44,0	Não aprovado
135837	PSICÓLOGO	SILVAN PEREIRA DO CARMO	40,0	Não aprovado
136060	PSICÓLOGO	KÁTIA DEISE MOREIRA DOS SANTOS	40,0	Não aprovado
135192	PSICÓLOGO	BRUNA CARVALHO DE PAULA	40,0	Não aprovado
134694	PSICÓLOGO	FABIO MENDOZA CALDERON	36,0	Não aprovado
135425	PSICÓLOGO	THAYLLA THAMY SILVA	28,0	Não aprovado
134488	PSICÓLOGO	SILMARA LUIZA DE SOUZA	20,0	Não aprovado
135867	PSICÓLOGO	GLEISON DE OLIVEIRA SILVA	20,0	Não aprovado
135588	PSICÓLOGO	DAIANE PEREZ DA SILVA	N/C	Desclassificado
135788	PSICÓLOGO	RAYANE BARROS MOURA	N/C	Desclassificado
134331	PSICÓLOGO	PAMELA RODRIGUES RINALDI	N/C	Desclassificado
135384	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	EVANI TERESINHA DA SILVA QUEIROZ	60,0	
135479	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	MARCIO AMANCIO BEZERRA	60,0	
135032	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	MARILENA VIOTTO DA SILVA	56,0	
135140	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	OSSENI JUREMEIRA DE ARAUJO	52,0	
134597	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	CLAUDINEI BATISTA TEIXEIRA	52,0	
135477	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	FAGNER APARECIDO FERREIRA LUIZ	52,0	
134964	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	RIVELINO FERNANDES LEITE	48,0	Não aprovado
134230	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	FABIANA CRISTIANINI FIUZA	48,0	Não aprovado
136207	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	JOSIKELLE LIMA DE OLIVEIRA	48,0	Não aprovado
134729	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SONIA CORDEIRO DA SILVA	44,0	Não aprovado
136116	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	ROZANGELA PEREIRA DA SILVA	36,0	Não aprovado
135433	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	EDNEIA FERREIRA DE SOUZA	36,0	Não aprovado
135807	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	MARLENE BRUM DE SOUSA	32,0	Não aprovado

135117	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	RONALDO RODRIQUES DE ANDRADE	32,0	Não aprovado
135928	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SOLANGE DOS REIS	32,0	Não aprovado
135043	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	ROSANGELA DE OLIVEIRA CARVALHO	28,0	Não aprovado
134628	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SIRLEI HERRERA INFANTE PEREIRA	24,0	Não aprovado
135226	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	LUCIANA QUIXABA DA SILVA	N/C	Desclassificado
134716	VETERINÁRIO	ELKER LEAL QUEIROZ	68,0	
134823	VETERINÁRIO	GUERINO RAFAEL PAGLIARINI	64,0	
136037	VETERINÁRIO	ROSANA APARECIDA BRETAS	60,0	
134532	VETERINÁRIO	THIÉA KIPPERT	48,0	Não aprovado
134530	VETERINÁRIO	MAX WINICIUS FERNANDES DO NASCIMENTO	32,0	Não aprovado

EDITAL 003/2015 E - RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2015– *E*

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Nova Lacerda-MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final da (prova escrita objetiva ou prova escrita objetiva + prova de títulos) referente ao Processo Seletivo Simplificado, aberto através do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2015, conforme abaixo discriminado:

AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
135622	CRISTIANE MARTINS TEODORO	N/C	Desclassificado
135114	DENIS RAMOS DOS SANTOS	N/C	Desclassificado
136157	EDILAMAR AUGUSTO DA SILA	N/C	Desclassificado
135326	ELOISA FLAUSINO DE MACEDO	N/C	Desclassificado
136104	MARCIO BRITO RIBEIRO	N/C	Desclassificado
134902	MIRIAN SANTANA DE JESUS	N/C	Desclassificado
135152	SONIA SAMARI	N/C	Desclassificado
134975	WANDERSON FERREIRA DOS SANTOS	N/C	Desclassificado
136142	WETILA RAYANE MARIANO	N/C	Desclassificado

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
135947	TAIANE DA SILVA	85,0	
135891	EDER CHAGAS DE SOUZA	75,0	
135469	CLEIDE VALERIO DA SILVA	75,0	
135909	MARCIA TORRES DA SILVA	75,0	
136237	MADALENA BARBOSA PRATES	75,0	
136241	MARIA APARECIDA BARBOSA PRATES	70,0	
135447	CLEIDIANE DIAS DOS SANTOS RINALDI	70,0	
135602	TEREZINHA COUTINHO DA SILVA LEITE	65,0	
136047	ROZELI ROSA GERMANO	65,0	
135340	CLAUDINEIA GUIMARAES DE SENA	65,0	
135453	VIVIANE GOMES CAMARGO	65,0	
135784	MARILENE AMANCIO DAMACENO	60,0	
135461	CRISTINA DOS SANTOS SILVA	60,0	
135449	JANAINA DA SILVA	60,0	
135523	RAQUEL DOS SANTOS TORRES	55,0	
135093	JUCELIA APARECIDA DA SILVA	55,0	
136122	MARILZA SOLIS	50,0	
135618	FLÁVIA DA COSTA MENDES BORGES	50,0	
136189	ROSIMAR ALVES DA CRUZ	50,0	
135229	EDILENE COSTA DA SILVA	50,0	
135752	RAIELEN DE OLIVEIRA CERQUEIRA	50,0	
135404	HELENA MARIA DINIZ	45,0	Não aprovado

135946	JOSÉ SAMY HONÓRIO	45,0	Não aprovado
135564	KELI APARECIDA DA SILVA BRAGA	40,0	Não aprovado
135504	SUELI PEREIRA SALIN	40,0	Não aprovado
136230	MARIA JOSÉ DIAS TUSSUES	40,0	Não aprovado
135559	ANDREIA FREITAS SOARES	40,0	Não aprovado
135224	MARLY CAVALHEIRO DA CRUZ RAMOS	35,0	Não aprovado
135566	LUCIMAR FIUZA DE OLIVEIRA	35,0	Não aprovado
135713	LUCIANE DE PAIVA	35,0	Não aprovado
135387	MARISA ESPINDOLA PEIXINHO	35,0	Não aprovado
135472	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA IVO	30,0	Não aprovado
135873	ALZIRA NEVES	30,0	Não aprovado
135918	SANDRA DOS SANTOS TORRES	30,0	Não aprovado
135181	CLEIDIANA RODRIGUES DA SILVA	30,0	Não aprovado
135255	CLAUDINEI DA SILVA FERNANDES	30,0	Não aprovado
135545	DOGIVAL MOTA DA SILVA	25,0	Não aprovado
136228	MICHELA LOURDES BRAGA	25,0	Não aprovado
135880	RUTH DA SILVA MARIANO	20,0	Não aprovado
136293	MARIA APARECIDA DA SILVA	15,0	Não aprovado
135193	ELAINE TAFAREL	10,0	Não aprovado
135879	VERA LUCIA FERNANDES DA COSTA	N/C	Desclassificado
135927	PAULINHO PEREIRA DA SILVA	N/C	Desclassificado
135785	SILMARA VENANCIA DE CARVALHO	N/C	Desclassificado
136026	ROSEMEIRE LOPES GONÇALVES	N/C	Desclassificado
135882	RAQUEL VASQUES RODRIGUES	N/C	Desclassificado
135228	ANA CRISTINA VILLASBOAS DO NASCIMENTO SILVA	N/C	Desclassificado
135756	SUZANA APARECIDA DOS SANTOS	N/C	Desclassificado
135482	ELIZETE SANTOS DE ARAUJO	N/C	Desclassificado
135265	RENATA PRISCILA DE SOUZA	N/C	Desclassificado
136258	RAQUEL SILVA LOPES	N/C	Desclassificado
135424	AMANDA DEUBATEI FOGAÇA SILVA	N/C	Desclassificado
135094	GILVANA DA SILVA OLIVEIRA	N/C	Desclassificado
136171	FABRICIA FRANCISCA DA SILVA	N/C	Desclassificado

ASSISTENTE SOCIAL – PROGRAMA EQUIPE VOLANTE

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
135608	ANNE DANIELLA BAIÃO SILVA	75,0	
135705	VANDERLEIA FURTADO MATOS	60,0	
136155	MARIA RITA DE OLIVEIRA	50,0	
135476	MARIA GONÇALINA PEREIRA DA SILVA	45,0	Não aprovado
134974	FRANCINEIDE SOARES	35,0	Não aprovado
136269	APARECIDA ANGELICA RODRIGUES COELHO	15,0	Não aprovado
134901	LUCILENE PEREIRA MACEDO SANTOS	N/C	Desclassificado
135394	NILTON GOMES DE OLIVEIRA	N/C	Desclassificado
135324	APARECIDO DIONISIO DOS SANTOS	N/C	Desclassificado
135303	ELIENE BATISTA COSTA BATISTA COSTA	N/C	Desclassificado
135145	VANDERLEIA ALVES RODRIGUES	N/C	Desclassificado
135183	ALESSANDRA APARECIDA DO CARMO ARAUJO	N/C	Desclassificado
134854	ERIKA FATIMA DE ARRUDA	N/C	Desclassificado
135249	RONIELLY DA GUIA RODRIGUES VIEIRA	N/C	Desclassificado
135313	ELIANE DE JESUS BOSCATO LANDIM	N/C	Desclassificado
136035	ROSIANE NUNES DA CRUZ	N/C	Desclassificado
135572	EMANUELE HELENA DE MORAES E SILVA	N/C	Desclassificado
135426	AMANDA DEUBATEI FOGAÇA SILVA	N/C	Desclassificado

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
135589	CLAUDIA NASCIMENTO MOURÃO	65,0	
135688	BIANCA DE LIMA AQUINO LIRA	65,0	
135802	POLLYANE BATISTA DA ROCHA	65,0	
135327	JANIA MARIA NUNES LEAL	60,0	
135924	YULE CRISTINA HOINASKY BARROS	60,0	
136169	AIDA PAULA DE OLIVEIRA	55,0	
135923	ANGELA MARIA DE OLIVEIRA IVO	55,0	
135455	CRISTIANE FERREIRA DA SILVA	55,0	
134842	CLAUDIA DANIELA SOARES	50,0	
135601	DENISE MARIA NUNES LEAL	50,0	
135621	MARIA IZABEL LOPEZ	45,0	Não aprovado
135749	KELLY MARTINS DA COSTA	45,0	Não aprovado
135991	PATRICIA MIRANDA MOTA VICENTE	40,0	Não aprovado
136217	INDIANARA LOURDES BRAGA LUIZ	40,0	Não aprovado
135283	LAYANE APARECIDA MEDEIROS TEIXEIRA	40,0	Não aprovado
136162	JULIANA DA CUNHA LIMA	40,0	Não aprovado
135016	THILQUEDES APARECIDA PEREIRA	35,0	Não aprovado
135912	JULIANA GOUVEIA DA SILVA	35,0	Não aprovado
135550	JAQUELINE DOS SANTOS CORDEIRO	30,0	Não aprovado
135786	RAQUEL SANTANA DE JESUS	25,0	Não aprovado
135275	ROSANGELA EGERTH SILVA DE FARIA	25,0	Não aprovado
135968	KESSE DJONEY DA SILVA	25,0	Não aprovado
135417	ALAINE SILVA FERREIRA SILVA	25,0	Não aprovado
135323	ROSEMAR SILVA CAVALCANTE	20,0	Não aprovado
135972	SANDRA DA SILVA FERREIRA	20,0	Não aprovado
135914	DARCI ALVES PEREIRA	N/C	Desclassificado
135957	EDILAMAR AUGUSTO DA SILA	N/C	Desclassificado
135844	CLAUDIA DE ALMEIDA SILVA	N/C	Desclassificado
136097	WOOD VERA OLIVEIRA	N/C	Desclassificado
136071	SILVIA DENISE FERNANDES PRELELUE	N/C	Desclassificado
135018	SILVANO DE ARRUDA E SILVA	N/C	Desclassificado
136274	ERLON DE ANDRADE BRETAS	N/C	Desclassificado
135890	RAQUEL VASQUES RODRIGUES	N/C	Desclassificado
135511	ARLENE APARECIDA DOS SANTOS SILVA	N/C	Desclassificado
135804	SIMONE MORAES DA SILVA FIGUEIREDO	N/C	Desclassificado
136264	JOSEANE SOUZA DA SILVA	N/C	Desclassificado
135134	SANDRA CHEFRE SCHEFFER	N/C	Desclassificado
136154	GENIVALDO DA CRUZ PEREIRA	N/C	Desclassificado
136174	FRANCESCA DE FAZIO	N/C	Desclassificado
134963	RUDE CAETANO FERREIRA	N/C	Desclassificado
135056	DEIZE GUILHERME CORREA	N/C	Desclassificado
135546	VANUSA ALVES PEREIRA	N/C	Desclassificado
135529	TAISA FERREIRA FREITAS	N/C	Desclassificado
136128	POLIANA CONCEIÇÃO CARVALHO	N/C	Desclassificado
136063	LORENA JORDANNA DOS SANTOS GONÇALVES	N/C	Desclassificado
135434	ELIETE BRIGIDO	N/C	Desclassificado
135445	GABRIEL APARECIDO SILVA RAMOS	N/C	Desclassificado
136151	PATRICIA MERCADO SUPEPI	N/C	Desclassificado
135740	DERECK SENATORE RODRIGUES MARTINS	N/C	Desclassificado
135070	WILLY ALVES DA SILVA	N/C	Desclassificado
136020	LEANDRO ALVES BATISTA	N/C	Desclassificado

135578	JULIANA APARECIDA MENDOZA	N/C	Desclassificado
136159	KENIA MAYARA SILVA GOMES	N/C	Desclassificado
135154	EVA VERGILIA DA ROCHA	N/C	Desclassificado
136057	SAMARA PEREIRA FARIAS	N/C	Desclassificado
136021	NAYARA ALVES BATISTA	N/C	Desclassificado
135737	DAIANE DA SILVA PAULA	N/C	Desclassificado
135442	KLEIRE SAMANDA A.POQUIVIQUI	N/C	Desclassificado
135783	ANA CARLA DE CARVALHO DOS SANTOS	N/C	Desclassificado
135872	FELIPE DOS SANTOS BATISTA	N/C	Desclassificado
135840	VERONICA BARROSO DE ALMEIDA	N/C	Desclassificado
135471	ANA CRISTINA DE SÁ FERREIRA	N/C	Desclassificado
135893	ELAINE DURAN RODRIGUES	N/C	Desclassificado
135847	FERNANDA DOS SANTOS BATISTA	N/C	Desclassificado
134942	SANDRA NUNES BARROSO	N/C	Desclassificado
135674	SANDRA NUNES BARROSO	N/C	Desclassificado
136160	TAIANE DA SILVA	N/C	Desclassificado

BIOQUÍMICO / FARMACÊUTICO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
134846	BRANDINA NUNES PEREIRA	50,0	
135743	MARLEI DOS SANTOS CASTILHO	30,0	Não aprovado
135803	VAGNER FERREIRA BARBOSA	N/C	Desclassificado
135680	ISIS CRISTINA KISSER ABOU RAHAL	N/C	Desclassificado
136289	GEORGE BARROS AMORIM	N/C	Desclassificado
135322	KEILA DE PAULA GASPARINI	N/C	Desclassificado
134906	MEUREN THEYLA NIEMES FEITOSA	N/C	Desclassificado
135958	LAILA MIKAELLY PAUBEL DA SILVA	N/C	Desclassificado
135963	RODRIGO FREITAS GARCIA	N/C	Desclassificado
135980	LAIZ MIKAELLY PAUBEL DA SILVA	N/C	Desclassificado
136254	JÉSSICA DAYANE GOLMINI	N/C	Desclassificado

INSTRUTOR DE MÚSICA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
134992	ANDERSON RIBEIRO	50,0	
135231	JEAN MARCKS DE OLIVEIRA PEREIRA DA SILVA	50,0	
136192	GETULIO FERREIRA	N/C	Desclassificado

MOTORISTA NÍVEL II/SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
136186	SILVANEY FARIA CAMARA	65,0	
135430	ALEX SANDER BAPTISTA DA SILVA	65,0	
134871	JOSÉ CARLOS DA SILVA	60,0	
134844	CLEBER DOS SANTOS RAMOS	60,0	
135971	EZEQUIAS DE LIMA ROCHA	55,0	
135528	DOUGLAS SANTOS DE SOUZA	55,0	
135999	ROBERT GOMES DOS SANTOS FILHO	50,0	
135987	LUDUGERIO VIANA JUNIOR VIANA	50,0	
135299	ROBERTO OLIVEIRA MARQUES	45,0	Não aprovado
136170	MAURO GUILHERME DA SILVA	45,0	Não aprovado
134907	REGINALDO MACHADO	45,0	Não aprovado
135597	JOSE CARLOS PEREIRA	45,0	Não aprovado
135452	EDIMAR BARBOSA CAMARGO	45,0	Não aprovado
135842	ADAUTO FERREIRA BINA	20,0	Não aprovado

135712	LUZIVALDO ALVES DE MORAES	5,0	Não aprovado
136069	WANDERLEI MARGARIDO	N/C	Desclassificado
135736	DAVI FERREIRA DA SILVA	N/C	Desclassificado
135689	AILTON ANTONIETI	N/C	Desclassificado
135410	MARCIO BATISTA DA SILVA	N/C	Desclassificado
135088	MARCOS DA SILVA RICARDO	N/C	Desclassificado
135393	CLAUDINEY MARTINS DE OLIVEIRA	N/C	Desclassificado
136055	LUIZ GAMA DE SOUZA	N/C	Desclassificado
135431	MARCOS AURELIO DA SILVA	N/C	Desclassificado
135974	MANOEL JOSÉ DA SILVA	N/C	Desclassificado
136281	ADIVANIO GENESIO DA SILVA	N/C	Desclassificado
136079	GILBERTO FEITOSA DE PAULA	N/C	Desclassificado
135903	WESLEY ALVES DORNELES	N/C	Desclassificado
135495	MARCOS NOVAKOWSKI	N/C	Desclassificado
136127	SONEIR DA SILVA	N/C	Desclassificado
136147	ROSENO DA COSTA VILANOVA	N/C	Desclassificado
135345	PAULO CESAR SOUZA DA SILVA	N/C	Desclassificado
135291	MAURICIO REIS DA COSTA FERNANDES	N/C	Desclassificado
135745	BRUNO NUNES SILVA	N/C	Desclassificado
136099	JOSE TIAGO SILVA ABREU	N/C	Desclassificado
136211	JEFERSON JOSE BRAGA LUIZ	N/C	Desclassificado
135335	MARCOS XAVIER DOS SANTOS	N/C	Desclassificado

NUTRICIONISTA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
135699	DEBORA CARRETTA GIACOMIN	70,0	
136284	ALDRIELY APARECIDA MACEDO DA SILVA	N/C	Desclassificado
135208	LORENA TARGINO DE ASSIS	N/C	Desclassificado
135366	LETICIA ROMERO GAMA	N/C	Desclassificado
135901	LEIZA PEREIRA DA SILVA COELHO	N/C	Desclassificado
135764	ANDRESSA SCHOFFER TRAJANO	N/C	Desclassificado

PROFESSOR NÍVEL I/MÉDIO/ZONA RURAL – BARRA MANSA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
135076	REGINA CÉLIA CORDEIRO ASSI	30,0	-o-	30,0	Não aprovado
135204	RITA MEIRE DA SILVA AMANCIO	N/C	N/C	N/C	Desclassificado

PROFESSOR NÍVEL I/MÉDIO/ZONA RURAL – ESCOLA ANGELO TRIPOLONI

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
135746	GISLENE OLIVEIRA DE LIMA OLIVEIRA	50,0	-o-	50,0	

PROFESSOR NÍVEL I/MÉDIO/ZONA RURAL – VALE DO GUAPORÉ

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
135838	FABIANY FERNANDES MENDES	50,0	-o-	50,0	1.
135839	ELIZEU PEREIRA DE SOUZA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135806	MARGARETT DOS SANTOS DAVID	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
136150	NEIVA FONSECA NUNES	N/C	N/C	N/C	Desclassificado

PROFESSOR NÍVEL I/MÉDIO/ZONA RURAL ESCOLA 15 DE SETEMBRO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
135149	MARLENE ALVES FERREIRA MARQUES	60,0	-o-	60,0	
135820	NORMA MACHADO MARQUES	50,0	-o-	50,0	

135887	NEIDE APARECIDA DE ALMEIDA	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
134981	HELENICE AUGUSTA DA SILVA	35,0	-o-	35,0	Não aprovado
135060	DEISI KELLI RIBEIRO MARIANO	30,0	-o-	30,0	Não aprovado
136233	REGIANE DOS SANTOS ALECRIM	20,0	-o-	20,0	Não aprovado
136135	MARIA DE FATIMA SANTOS DA CRUZ SOUZA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135537	THATIANE SILVA LEAL	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
134921	FERNANDA ANDRADE NOGUEIRA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado

PROFESSOR NÍVEL I/SEDE

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	RESULTADO
135325	MARIA SIMONI FIUZA BINA	60,0	5,0	65,0	
135719	MARILZA MARTINS NOGUEIRA	65,0	-o-	65,0	
135765	UEDISON LINO FIUZA LINO	60,0	-o-	60,0	
135658	EDINA SANTOS	50,0	5,0	55,0	
135234	SIRLEY FERNANDES MOREIRA	50,0	5,0	55,0	
135065	ELIS MARCIA VENANCIO FERREIRA	50,0	5,0	55,0	
135116	ELIZABETH MARINGUES DA SILVA	55,0	-o-	55,0	
135187	BIANCA OSTROWSKI DE CARVALHO	50,0	5,0	55,0	
136199	SELMA CARLA DE SOUZA	50,0	-o-	50,0	
136220	VALDIMEIRE ROSANA LINO VENANCIO	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
136044	TANIA CRISTINA DOS SANTOS	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
135624	GIANE APARECIDA DA SILVA	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
135770	GLEIS QUELI RINALDI	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
135176	SILIANE CANDIDA LIMA	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
134845	PALOMA DE OLIVEIRA MENDES BASIL	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
135025	ELISA RODRIGUES GOULART	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
135195	KARLYNE TAFAREL BARROS	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
135473	ALANA MARIA SILVA SOUZA	45,0	-o-	45,0	Não aprovado
135732	MARIA AUGUSTA BARBOZA SILVA	40,0	-o-	40,0	Não aprovado
135855	NERY DE PAULA SILVA	40,0	-o-	40,0	Não aprovado
134853	SOLANGE DE SOUSA	40,0	-o-	40,0	Não aprovado
135174	CLELMIR CAETANO FERREIRA	40,0	-o-	40,0	Não aprovado
135671	IZABEL OLIVEIRA PINHEIRO COÊLHO	35,0	-o-	35,0	Não aprovado
135450	POLIANE APARECIDA MAIA DE OLIVEIRA SILVA	35,0	-o-	35,0	Não aprovado
135236	MARLUCIA LOPES SALES	30,0	-o-	30,0	Não aprovado
135422	LUCINEIA SOUZA OLIVEIRA	25,0	-o-	25,0	Não aprovado
136176	ADRIANO VIANA	25,0	-o-	25,0	Não aprovado
136014	LUCIANA MARIA DE SOUZA LIMA	25,0	-o-	25,0	Não aprovado
135214	CLEUNICE VIEIRA DO NASCIMENTO PALMIERI	25,0	-o-	25,0	Não aprovado
135260	SELIMARIO FERREIRA DA SILVA	20,0	-o-	20,0	Não aprovado
136221	ELZA GERMANO LOPES	15,0	-o-	15,0	Não aprovado
135959	JOVINA PEDROSA DA COSTA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
136080	WELLINGTON LINO FIUZA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135354	SIRLEY GORETT TOMAS PAIXAO	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135659	ELIANE OLIVEIRA DA SILVA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135089	EDINELZA MARTINS DOS SANTOS	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135926	APARECIDA DO CARMO BORGES	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135582	CHRISTIANE APARECIDA MORELLE	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
134919	ELIANA VIANA DA SILVA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
136299	ELIANE PEREIRA DE JESUS CRUZ	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135577	ELI EURIPEDES FREITAS DA SILVA BUZATTI	N/C	N/C	N/C	Desclassificado

136087	RAINE DOS SANTOS MIRANDA LEAL	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
135639	GISLENE MODESTO DE OLIVEIRA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
136302	JUCELIA SEBALHO DE ALMEIDA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado
134860	DAYANE FERREIRA PIRES	N/C	N/C	N/C	Desclassificado

PSICÓLOGO – PROGRAMA EQUIPE VOLANTE

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESULTADO
134876	PAMELA RODRIGUES RINALDI	65,0	
136200	FABIO MENDOZA CALDERON	45,0	Não aprovado
135191	BRUNA CARVALHO DE PAULA	N/C	Desclassificado
135587	DAIANE PEREZ DA SILVA	N/C	Desclassificado
136240	DAYANY CRISTINA GUIMARÃES SILVA	N/C	Desclassificado
135197	KALINCA GABRIELLE BATISTA	N/C	Desclassificado
135761	RAYANE BARROS MOURA	N/C	Desclassificado
135829	SILVAN PEREIRA DO CARMO	N/C	Desclassificado
135098	VINÍCIUS SANTANA SOARES	N/C	Desclassificado

TÉCNICO ADMINISTRATIVO – PROGRAMA EQUIPE VOLANTE

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESULTADO
135372	LEOSMAR DIAS LAUCIDIO	30,0	Não aprovado
136276	LUIZ ALBERTO RIBEIRO DA CRUZ	30,0	Não aprovado
135100	ROSICLEIA DOS SANTOS MARQUES	30,0	Não aprovado
136250	TAIS CRISTINA SILVA	30,0	Não aprovado
135661	ALINE DA SILVA FERREIRA VIANA	25,0	Não aprovado
135557	JANE MARIA DOS SANTOS	5,0	Não aprovado
135542	ANA CECILIA PEREIRA COSTA PEREIRA	N/C	Desclassificado
135594	CLELIA DIVINA FERNANDES MELGAR	N/C	Desclassificado
135503	DEBORA MARIANO DA SILVA BERNARDO	N/C	Desclassificado
135273	IRINEU SOLIS JUNIOR	N/C	Desclassificado
135805	MARGARETT DOS SANTOS DAVID	N/C	Desclassificado

VIGIA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA	RESULTADO
135933	ALISSON CARLOS COSTA BARCELOS	90,0	
135203	DELISMAR LOPES RIBEIRO	85,0	
135274	JHEMERSOM NICCHIO GUALBERTO	85,0	
135027	JHADD HAMMAD ALABI SOBRINHO	80,0	
135121	LOURIVAL DE JESUS VIANA MORAES	75,0	
135796	GUTEMBERG RODRIGUES AMARO	75,0	
135795	ANDRE HENRIQUE DE SOUZA	75,0	
135423	ROBERLEI MIRANDA CONSTANCI	65,0	
135673	DAVIDSON MARINGUES	65,0	
136113	LAURINDA JESUS GOMES	60,0	
135158	DEUSDETE GEREMIAS DE CARVALHO	60,0	
134999	FABIANA DA COSTA SOUZA	60,0	
135925	IVETE SILVA	55,0	
135876	MANOEL FELIX REZENDE	50,0	
135217	JOAO BOSCO RECH	50,0	
136185	JUCILENE APARECIDA GOMES	50,0	
135526	FERNANDA DE MORAES NEVES	50,0	
135827	MOISES DA FONSECA	45,0	Não aprovado
136184	MARIA ADRIANA JESUS GOMES	45,0	Não aprovado
135570	MARIA DE FATIMA SURUBI ASSUNSAO	45,0	Não aprovado

135170	JAIRO GOMES	40,0	Não aprovado
135521	GEOVANE NEVES DE MORAES	40,0	Não aprovado
135211	ARI IVO RECH	35,0	Não aprovado
136292	ADEMIR PALMEIRA DA SILVA	35,0	Não aprovado
135684	VALDEMARCIO DE SOUZA	35,0	Não aprovado
136227	MONICA FERREIRA PINHEIRO	35,0	Não aprovado
135707	MARGARIDA CAÇANDRE FAJOLI	30,0	Não aprovado
136141	ERENIL FERREIRA NEVES	25,0	Não aprovado
136059	MARIA SANDOLA DA CONCEIÇÃO	25,0	Não aprovado
136164	MARILENE TELES DA COSTA	25,0	Não aprovado
136139	ANTONIO LUIZ DA COSTA SILVA	25,0	Não aprovado
135011	RADAI RED OLIVEIRA	25,0	Não aprovado
135939	ADRIANA CRISTINA BIEPO BISPO	15,0	Não aprovado
136161	ANDERSON ANASTACIO DA SILVA	10,0	Não aprovado
134995	VALDEMIRO PEREIRA LEITE	5,0	Não aprovado
135961	FRANCISCO DE CASTRO	5,0	Não aprovado
135135	EUSTÁQUIO SILVA CASSIM	N/C	Desclassificado
136137	LUCIANO MARTINS DE FREITAS	N/C	Desclassificado
136172	HENRIQUE MORELLE	N/C	Desclassificado
135296	ISRAEL EBRES DA SILVA	N/C	Desclassificado
135568	CLEONILDO DA SILVA ASSUNÇAO	N/C	Desclassificado
134959	WEMERSON DOS SANTOS MODESTO	N/C	Desclassificado
135339	ALINE DA SILVA FERREIRA VIANA	N/C	Desclassificado
135900	THIAGO MARTINS	N/C	Desclassificado
135399	ANTHONY BRUNO DE ARAUJO SOKOLOWSKI	N/C	Desclassificado
136085	JANDERSON FERNANDES QUATROQUE	N/C	Desclassificado
134989	KELVIN DOS SANTOS AQUINO	N/C	Desclassificado

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 02 de março de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

EDITAL 001/2015 E - RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO - PROVAS PRÁTICAS E DE TÍTULOS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - E

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Nova Lacerda-MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final (provas escritas objetivas + provas práticas/títulos) para os cargos de *Auxiliar de Mecânico, Mecânico, Operador de Motoniveladora, Operador de Pá Carregadeira, Operador de Retro Escavadeira de Pneu, Operador de Trator de Pneu, Professor Educação Infantil e Professor Pedagogia/Zona Rural – Escola Municipal 15 de Setembro*, referente ao Concurso Público, aberto através do Edital de Concurso Público Nº 001/2015, conforme abaixo discriminado:

AUXILIAR MECÂNICO

INSCRIÇÃO	**NOME**	**NOTA PROVA OBJETIVA**	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
135875	DIONJONATAN CAETANO DE SOUZA	N/C	-o-	N/C	Desclassificado
134998	KEISON DE BRITO VILELA	N/C	-o-	N/C	Desclassificado
136120	MATEUS ISRAEL DOS SANTOS SILVA	N/C	-o-	N/C	Desclassificado

MECÂNICO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
134266	DALISON ANTONIO ARAUJO SANTOS	55,0	100,0	77,5	
135669	BRUNO HENRIQUE APARECIDO DA SILVA	80,0	20,0	-o-	Não aprovado
136201	ELIEZIO PIRES DA SILVA	55,0	20,0	-o-	Não aprovado
135934	PAULINHO PEREIRA DA SILVA	35,0	-o-	-o-	Desclassificado
135245	MARCELO BERNARDINO DA SILVA	N/C	-o-	N/C	Desclassificado

OPERADOR DE MOTONIVELADORA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
134894	FABIO DA SILVA GOMES	60,0	96,0	78,0	
135200	HEMERSON MENDES ALVES SANTOS	70,0	70,0	70,0	
135317	CARLOS CESAR DE MORAES	75,0	60,0	67,5	
135982	RILDO DIAS VICENTE	60,0	50,0	55,0	
134347	JONAS PEREIRA RODRIGUES	45,0	-o-	-o-	Desclassificado
134980	CLEBERSON NEVES DA SILVA	45,0	-o-	-o-	Desclassificado
134935	LEANDRO SILVA CRUZ	40,0	-o-	-o-	Desclassificado
134936	TIAGO SALVIO	35,0	-o-	-o-	Desclassificado
134890	LEONARDO BARRETO DA SILVA	N/C	N/C	N/C	Desclassificado

OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
136101	LUIZ GAMA DE SOUZA GAMA	80,0	90,0	85,0	
134559	MARCOS OLIVEIRA MENDES	65,0	100,0	82,5	
135290	MARCELO PEDRO DE PAULA	60,0	100,0	80,0	
134252	MARCO TULIO VIEIRA GARCIA	55,0	80,0	67,5	
136126	SONEIR DA SILVA	55,0	75,0	65,0	
135409	GILMAR CARDOSO DE JESUS	80,0	24,0	-o-	Não aprovado
135607	MARCELO FREITAS RODRIGUÊS	80,0	24,0	-o-	Não aprovado
135884	ALEXSANDRO DE OLIVEIRA GAIA	65,0	N/C	-o-	Desclassificado
135361	VILMAR BATISTA DA SILVA LISSARAÇA	65,0	N/C	-o-	Desclassificado
136066	ANTONIO ANDRE DA CRUZ	45,0		-o-	Desclassificado
134909	DENIR MOREIRA DOS SANTOS	45,0	-o-	-o-	Desclassificado
135375	RENATO DE SOUZA	45,0	-o-	-o-	Desclassificado
135474	MAXCIEL SOARES DE JESUS	40,0	-o-	-o-	Desclassificado
134688	ADRIANO VASCONCELLOS AMANCIO	30,0	-o-	-o-	Desclassificado
134399	CLAUDIA DANIELA SOARES	N/C	-o-	N/C	Desclassificado

OPERADOR DE RETRO ESCAVADEIRA PNEU

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
134326	SERGIO DA SILVA LIMA	65,0	96,0	80,5	
134541	CESAR AUGUSTO SANTOS SCHERER	45,0	-o-	-o-	Desclassificado
135567	WEDER FAUSTINO MEDEIROS	45,0	-o-	-o-	Desclassificado

OPERADOR DE TRATOR DE PNEU

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA PRÁTICA	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
135853	CLEIDSON SILVA OLIVEIRA	25,0	-o-	-o-	Desclassificado

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
134215	PALOMA DE OLIVEIRA MENDES BASIL	64,0	10,0	74,0	
135157	GLEICIELLE MARTINSGALIETA DA SILVA	60,0	-o-	60,0	
134749	VALDIMEIRE ROSANA LINO VENANCIO	52,0	5,0	57,0	
135973	FABIANA MENDONCA HEGNER SOSSAI	56,0	-o-	56,0	
136267	MARIA APARECIDA DE ATAIDE CAMARGO	52,0	-o-	52,0	
134880	ADEITA DE SOUZA SILVA	48,0	-o-	48,0	Não aprovado
134385	SOLANGE DE SOUSA	48,0	-o-	48,0	Não aprovado
135178	LUCIANA MARIA DE SOUZA LIMA	48,0	-o-	48,0	Não aprovado
135499	TATIANE SOBRINHO LOPES	48,0	-o-	48,0	Não aprovado
134312	BIANCA OSTROWSKI DE CARVALHO	48,0	-o-	48,0	Não aprovado

134877	JANAINA GONÇALVES DE ARAÚJO	48,0	-o-	48,0	Não aprovado
134523	ELZA GERMANO LOPES	44,0	-o-	44,0	Não aprovado
134505	LUCIMAR ALVES PASLANDIM	44,0	-o-	44,0	Não aprovado
134250	ELISA RODRIGUES GOULART	44,0	-o-	44,0	Não aprovado
135510	MARIA LUCIENE REZENDE SANTOS	40,0	-o-	40,0	Não aprovado
135841	ROSELI PARREIRA FRANCO BARBOSA	40,0	-o-	40,0	Não aprovado
136070	VIVIANE SILVA SOUZA	40,0	-o-	40,0	Não aprovado
134745	SELMA CARLA DE SOUZA	36,0	-o-	36,0	Não aprovado
135054	LUCINEIA SOUZA OLIVEIRA	36,0	-o-	36,0	Não aprovado
134210	ELIZABETH MARINGUES DA SILVA	36,0	-o-	36,0	Não aprovado
136260	DEISE PEREIRA DA ROCHA	36,0	-o-	36,0	Não aprovado
135007	GENILSA SANTOS FERREIRA	36,0	-o-	36,0	Não aprovado
135237	SIRLEY FERNANDES MOREIRA	32,0	-o-	32,0	Não aprovado
134918	IRINEIA ARMENTINA LIMA	N/C	-o-	N/C	Desclassificado
134310	BIANCA MARIA CRISOSTOMO LEITE	N/C	-o-	N/C	Desclassificado

PROFESSOR PEDAGOGIA/ZONA RURAL – ESCOLA MUNICIPAL 15 DE SETEMBRO

INSCRIÇÃO	NOME	NOTA PROVA OBJETIVA	NOTA PROVA DE TÍTULOS	NOTA FINAL	CLASSIFICAÇÃO
135151	MARLENE ALVES FERREIRA MARQUES	60,0	5,0	65,0	
134945	ADRIANO VIANA	52,0	5,0	57,0	
135721	MARIA AUGUSTA BARBOZA SILVA	36,0	-o-	36,0	Não aprovado
134261	BENEDITO DAMASCENO DA SILVA	28,0	-o-	28,0	Não aprovado

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 02 de março de 2015.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.833, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

LEI

Nº 1.833, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial no orçamento vigente no valor de até R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), e dá outras providências".

O Sr. *Adriano Xavier Pivetta*, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito especial no orçamento vigente, nos termos do Art. 41, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, no valor de até R$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais),à seguinte rubrica orçamentária.

DOTAÇÕES A SUPLEMENTAR

06 Secretaria Municipal de Saúde
06.002 Fundo Municipal de Saúde
06.002.10 Saúde
06.002.10.305 Vigilância Epidemiológica
06.002.10.305.153 Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica
06.002.10.305.153.2.143 Manutenção da Vigilância Epidemiológica
3390.30.00.00.00 Material de Consumo R$ 25.000,00
Fonte 0.1.14.000000
3390.39.00.00.00 Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 20.000,00
Fonte 0.1.14.000000
06 Secretaria Municipal de Saúde
06.002 Fundo Municipal de Saúde
06.002.10 Saúde
06.002.10.305 Vigilância Epidemiológica
06.002.10.305.153 Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica
06.002.10.305.153.2.144 Manutenção da Vigilância em Saúde do Trabalhador
3390.30.00.00.00 Material de Consumo R$ 5.000,00
Fonte 0.1.14.000000
3390.39.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R$ 5.000,00
Fonte 0.1.14.000000

TOTAL SUPLEMENTADO

R$ 55.000,00

Art. 2º. Para atender ao crédito de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso proveniente de anulação parcial de dotação do orçamento vigente, de acordo com o previsto no Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, recursos no montante de até R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), ao código:

DOTAÇÃO A REDUZIR
06 Secretaria Municipal de Saúde
06.002 Fundo Municipal de Saúde
06.002.10 Saúde
06.002.10.305 Vigilância Epidemiológica
06.002.10.305.153 Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica
06.002.10.305.153.2.141 Manutenção da Vigilância Ambiental
3190.11.00.00.00 (298) Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$ 55.000,00
Fonte 0.1.14.000000
TOTAL REDUZIDO R$ 55.000,00

Art. 3º. O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de decreto emitido pelo Poder Executivo.
Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

Adriano Xavier Pivetta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.832, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.832, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"Autoriza abertura de crédito adicional especial no valor de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), no orçamento do Município e da outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado incluir aos Anexos da Lei Municipal nº 1.725/13, de 09/12/2013 - Plano Plurianual, alterada pela Lei Municipal nº 1.823/2014, de 17/12/2014 e aos anexos da Lei Municipal nº 1.783/14, de 07/07/2014 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015, alterada pela Lei Municipal nº 1.824/2014, no **Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde, Unidade: 002 – Fundo Municipal de Saúde, Função: 10 – Saúde, Programa 0153 – Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica, a Ação: 2150 - Manutenção de Termo de Convênio com** a **Associação de Proteção dos Animais de Nova Mutum/MT - APAAN**, conforme consta nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º.

O Crédito Adicional Especial receberá classificação

orçamentária a ser incluso na Lei Municipal nº 1.825/2014 de 17/12/2014, que

dispõe sobre o Orçamento Anual de 2015 do Município, conforme Art. 41, inciso

II da Lei Federal nº 4.320/64.

Parágrafo Único. O crédito de que trata o caput deste Artigo receberá a seguinte classificação orçamentária:

DOTAÇÃO A SUPLEMENTAR

06. Secretaria Municipal de Saúde

06.002. Fundo Municipal de Saúde

06.002.10. Saúde

06.002.10.305. Vigilância Epidemiológica

06.002.10.305.0153. Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica

06.002.10.305.0153.2150. Man. Ter. Conv. c/ Assoc. Prot. Animais de N. Mutum/MT-APAAN

3350.41.00.00.00. Contribuições R$ 60.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R$ 60.000,00

Art. 3º. Para atender ao crédito de que trata o artigo anterior, será utilizado recurso proveniente de anulação parcial de dotação orçamentária, de acordo com o previsto no Art. 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal 4.320/64, recursos no montante de até R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), do Orçamento vigente aos códigos:

DOTAÇÃO A REDUZIR

07. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

07.001. Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

07.001.20. Agricultura

07.001.20.601. Promoção da Produção Vegetal

07.001.20.601.0121. Promoção da Produção Agropecuária

07.001.20.601.0121.1047. Aquisição de Patrulha Rural

4490.52.00.00.00 (Red. 341) R$ 30.000,00

Fonte 0.1.00.000000

09. Secretaria Municipal de Administração

09.001. Secretaria Municipal de Administração

09.001.04. Administração

09.001.04.122. Administração Geral

09.001.04.122.0100. Gestão Administrativa

09.001.04.122.0100.2081 Manutenção e Encargos com a Secretaria

3390.39.00.00.00 (Red. 378) R$ 30.000,00

Fonte 0.1.00.000000

TOTAL REDUZIDO R$ 60.000,00

Art. 4º. O valor autorizado nesta Lei será suplementado através de Decreto emitido pelo Poder Executivo.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

Adriano Xavier Pivetta

Prefeito Municipal

ANEXO I

LEI Nº 1.832, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

INCLUI NOS ANEXOS DE DESPESAS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.725/13, DE 09/12/2013 –

PLANO PLURIANUAL, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.823/2014, de 17/12/2014

MUNICIPIO DE NOVA MUTUM - ADMINISTRAÇÃO DIRETA								
INFORMAÇÕES POR PROGRAMAS - OBJETIVOS, AÇÕES E METAS								
ÓRGÃO: Secretaria Municipal Saúde UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde								
01. Programa: 0153 – Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica								
02. Objetivo: Formalização de Termo de Convênio com a Associação de Proteção dos Animais de Nova Mutum/MT - APAAN								
03. Público Alvo: População Mutuense								
Cód.	Proj / Atividade – Ação	Produto	Função	Subfunção	Unidade de Medida	Meta Física 2015	Desejado final PPA	Valor Proj / Ativ 2015
2150	Man Ter Conv c/ Assoc Prot Animais de N. Mutum/MT-APAAN	Unidade Mantida	10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica	UN	01	01	60.000,00

ANEXO II

LEI Nº 1.832, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

INCLUI NO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES DA LEI MUNICIPAL Nº 1.783/2014, de 07/07/2014 -

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.824/2014, de 17/12/2014

MUNICIPIO DE NOVA MUTUM - ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
ANEXO I DA L.D.O - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2015										
Órgão	Unidade	Programa	Ação	Função	Subfunção	Tipo	Produto	Unidade / Medida	Meta Física	Meta Financeira (R$)
06 Secretaria Municipal de Saúde	002 Fundo Municipal de Saúde	0153 Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica	2150 Man Ter Conv c/ Assoc Prot Animais de N. Mutum/MT-APAAN	10 Saúde	305 Vigilância Epidemiológica	P	Unidade Mantida	UN	01	60.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.834, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.834, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
"Autoriza Desafetar e realizar Retificação Administrativa de áreas e dá outras providencias".

O Sr. *Adriano Xavier Pivetta*, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza a realizar desafetação e retificação administrativa de áreas públicas onde foram originalmente loteadas os lotes de esquina com raio de 9,00m (nove metros), conforme dispõe anexo I.

Art. 2º. O proprietário do imóvel, será responsável por eventuais custas com projetos, retificação, aprovação e registro, assim como ficará responsável na coleta de assinaturas dos confrontantes.

Art. 3º. No caso do imóvel estar registrado em nome do Município de Nova Mutum, fica o poder público responsável somente pela elaboração dos projetos, sendo do interessado a responsabilidade por todas as custas com retificação, aprovação e registro, assim como na coleta de assinaturas dos confrontantes.

Art. 4º. O Município de Nova Mutum, deverá através de equipe técnica, realizar vistoria no local objeto de Retificação Administrativa, a fim de verificar a viabilidade de tal ato, para então proceder a aprovação se constatada a viabilidade.

Art. 5º. Segue como parte integrante desta Lei o Anexo I, com listagem dos imóveis passiveis de retificação administrativa.

Art. 6º.

Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, 02 de março de 2015.

Adriano Xavier Pivetta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.831, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.831, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

"**Autoriza o Poder Executivo Municipal a Permutar o imóvel que menciona e dá outras providências".**

O Sr. *Adriano Xavier Pivetta*, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a permutar o Lote Urbano n°10, da Quadra D, com área de 600,00m2, de propriedade do Município de Nova Mutum, objeto da Matricula n° 13.123, com o Lote Urbano nº 09 da Quadra D, com área de 600,00m2, objeto da Matricula nº 13.122, de propriedade do Sr. Carlos Alexandre de Oliveira, ambos localizados no Loteamento Aeroporto.
Art. 2º. Custas cartoriais com lavratura de escritura, registro de escritura e outras, correrão por conta do Sr. Carlos Alexandre de Oliveira, inscrito no CPF sob n° 035.535.439.06.
Art. 3º. Fica estabelecido o prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação dessa Lei para a regularização**.**
Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, 02 de março de 2015.

Adriano Xavier Pivetta

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.835, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.835, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Convênio com a *Associação de Proteção dos Animais de Nova Mutum/MT - APAAN* e dá outras providências".

O Sr. **Adriano Xavier Pivetta**, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Convênio com a **Associação de Proteção dos Animais de Nova Mutum/MT - APAAN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.184.381/0001-13, com sede na Rua dos Hortelas, S/N, Quadra E, Lote 03, Residencial das Palmeiras no Município de Nova Mutum – MT, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), objetivando a manutenção da entidade com despesas de consumo e despesas com serviços.
Art. 2º. As despesas necessárias para atendimento ao termo de convênio irão onerar o orçamento do exercício de 2015.
Art. 3º. Fica a

Associação de Proteção dos Animais de Nova Mutum/MT - APAAN

, obrigada a efetuar a

Prestação de Contas de cada parcela recebida, sendo este o critério para

liberação da parcela posterior, nos termos e anexos da Instrução Normativa nº

003/2009, do Sistema de Controle Interno do Município.

Art. 4º. Fica a Secretaria Municipal de Saúde responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos do Convênio autorizados nesta Lei.
Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

Adriano Xavier Pivetta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM - DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

Objeto**: contratação de empresa de prestação de serviços de confecção de próteses dentárias**. Tipo: Menor preço por item - Data de Abertura: 16.03.2015 de 2015. HORÁRIO: 08:00 horas - LOCAL: Av. Mutum, n º 1.250 N, Centro, N. Mutum – MT.EDITAL E ANEXOS: Deverá ser retirado junto ao departamento de licitação pelo e-mail: licitacao@novamutum.mt.gov.br ou no site do município, ou pelo telefone ** 65 3308 5400 - Horário de Atendimento: Das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas.Nova Mutum – MT, 03 de março de 2015.

Sérgio Vítor Alves Rodrigues

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL, DEP. DE LEGISLAÇÃO
LEI Nº 1.836, DE 02 DE MARÇO DE 2015.

LEI Nº 1.836, DE 02 DE MARÇO DE 2015.
"Dispõe sobre contratação temporária e dá outras providências."

O Sr. *Adriano Xavier Pivetta*, Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado prescindindo de concurso público e processo seletivo, nas condições e prazos previstos em nesta Lei.
Art. 2º. Para a condição do tempo determinado dos serviços de que trata esta Lei, o prazo de contratação será de até 180 (cento e oitenta) dias, vedado a sua prorrogação, observada as seguintes hipóteses:
I – contratação de Professores Pedagogas para a Zona Rural;

II – contratação de Merendeiras para Zona Rural;

Parágrafo único

Fica autorizado a prorrogação do contrato quando concedido ao servidor contratado licenças e/ou afastamentos legais.

Art. 3º. O contrato firmado nos termos desta Lei extinguir-se-á, nos seguintes casos:
I – pelo término do prazo contratual;
II – por iniciativa do contratado;
III – pelo término da necessidade temporária que deu causa á contratação;
Parágrafo Único - A extinção do contrato no caso do Inciso II deste Artigo, será comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
Art. 4º. Aplica-se no que couber as disposições contidas na Lei Municipal nº 838 de 21 de dezembro de 2004 e suas alterações.
Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

Adriano Xavier Pivetta
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DECRETO MUNICIPAL N.º 016 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Que dispõe sobre prorrogação de prazo para quitação da dívida ativa com redução de juros e multas, previsto na Lei Complementar n.º 002 de 13 de dezembro de 2002.

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando:

O artigo 266 e seus Parágrafos da Lei Complementar Municipal n.º 002/2002, que prevê os procedimentos de cobrança da divida ativa;

O artigo 332 da Lei Complementar Municipal n.º 002/2002, que autoriza o Poder Executivo regulamentar o parcelamento dos créditos tributários;

A Lei Complementar Municipal n.º 040 de 18 de setembro de 2013 que regulamenta a cobrança da dívida ativa tributária;

Que houve uma crescente arrecadação no exercício anterior, para quitação total ou parcelada da dívida ativa, com benefício de redução de juros e multas;

Que a prorrogação do prazo para quitação com desconto vem da necessidade de providências para efetiva tentativa de arrecadação e cobrança dos créditos da fazenda pública referente à dívida ativa;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo para quitação da dívida ativa municipal com redução de juros e multas conforme descrição a seguir:

I. Os contribuintes em Dívida Ativa, parcelada ou não, que quitarem o saldo total de sua dívida, serão beneficiados com a redução de juros e multas, calculados na seguinte forma:

a) quitação total até 29 de maio de 2015, desconto de 90% (noventa por cento).

II. Os contribuintes em Dívida Ativa, parcelada ou não, que optarem por parcelar o saldo total de sua dívida, serão beneficiados com a redução de juros e multas, calculados na seguinte forma:

a) parcelamento em até 03 (três) parcelas desde que a última não ultrapasse a data de 29 de maio de 2015, desconto de 90% (noventa por cento).

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 03 dias do mês de março do ano 2015.

CRISTOVÃO MASSON

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra

SUZANY PASSARELLO ARAUJO

Secretária Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMIPA/MT AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT torna pública e para conhecimento de todos interessados que, fará realizar Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do Tipo Menor Preço, analise das Documentações e das Propostas iniciar-se-á às 08:00 (OITO) horas do dia 20 de março de 2015 na Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT- departamento de Licitação, sito a Av. Mato Grosso nº 175 - Bairro Centro em Nova Olímpia-MT.

OBJETO:"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇAO DO PFS DO BAIRRO CENTRO NO MUNICÍPIO *DE NOVA OLIMPIA-MT"***.**

o edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou e no site **www.novaolimpia.mt.gov.br**

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia-MT, 04 de março de 2015.

Anselmo Cristiano Manica

Presidente da CPL

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015

A Prefeitura de Nova Olímpia, através da Comissão Examinadora, nomeada pela Portaria nº 041 de 23 de fevereiro de 2015, nos termos da legislação vigente e das exigências do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, torna público o RESULTADO DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS, dos candidatos inscritos conforme segue:

Nºde Insc.	STATUS	NOME	RG nº	CARGO
0001	Deferido	Abner Alcantara dos Santos	33855849-4 / SSP/SP	Pedagogo Zona Urbana
0051	Deferido	Adinéia Santos Souza	1516362-8 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0054	Deferido	Adriana dos Santos Almeida Oliveira	17007089 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0071	Deferido	Alcilene da Costa Gonçalves	1717896-7 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0002	Deferido	Alice Pereira Ramos	16816528-4 / SSP/SP	Pedagogo Zona Urbana
0047	Deferido	Andressa Costa Tito da Silva	2296705-2 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0009	Deferido	Andreza Leandro da Silva	1726888-5 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0016	Deferido	Angélica Gomes Araújo Ferreira	1585481-7 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0025	Deferido	Aparecida Justiniano da Costa	1045719-4 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0010	Deferido	Carla de Fátima Lino Soares	1083370-6 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0021	Deferido	Carlos Roberto da Silva	1396587-5 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana

0045	Deferido	Cenilda Carvalho Oliveira	1442058-9 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0079	Deferido	Claudione Pereira da Silva	1756266 / SSP/AL	Pedagogo Zona Urbana
0019	Deferido	Cleonice Roberto de Melo	1053732-5 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0027	Deferido	Diraci Silva dos Santos	588110-2 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0068	Deferido	Ediana Dias Pavan	2825047-8 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0037	Deferido	Edinéia Maria da Cunha	874656 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0075	Deferido	Ednéia Silva Luis	1920373-0 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0039	Deferido	Elenice Maria Locatelli	511881 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0034	Deferido	Eleuza Pereira da Silva Queiroz	0855018-2 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0066	Deferido	Eliane Aparecida Ferreira	674253 / SSP/RO	Pedagogo Zona Urbana
0087	Deferido	Elisângela Schefer de Almeida	1588104-0 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0024	Deferido	Eucilene de Souza Pereira	2711210 / SSP/PB	Pedagogo Zona Urbana
0007	Deferido	Fernanda N. Ferreira do Nascimento	1234324-2 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0013	Deferido	Francisco das Chagas Pereira de Sousa	1583634-7 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0041	Deferido	Heloisa Quessada Justino de Almeida	1203448-7 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0033	Deferido	Iracilda Gabriel da Silva	1594109 / SSP/AL	Pedagogo Zona Urbana
0031	Deferido	Ivaneide Dias de Oliveira	969907 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0057	Deferido	Jaine Mariany Gomes de Oliveira	2353130-4 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0060	Deferido	Joanize Cristina Corrêa	994328 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0006	Deferido	Jozilene Nunes da Costa	1639657-0 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0023	Deferido	Juciele Sindiamara de Souza	15819876 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0065	Deferido	Kreverson Vieira de Arruda	1318881-0 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0070	Deferido	Ledilândia Oliveira Dias	1053743-0 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0049	Deferido	Leidiana Nonata Pereira	1657790-6 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0058	Deferido	Lisa Danielle de Sousa Carvalho	1575502-9 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0069	Deferido	Lucicleide dos Santos Dionízio	2340279-2 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0014	Deferido	Lucimar Padilha de Morais	1270956-5 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0080	Deferido	Luzia Rossie Alves Rocha	887421 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0012	Deferido	Maria Ângela Satzinger Pinho	6793081-5 / SSP/SP	Pedagogo Zona Urbana
0015	Deferido	Maria Dorli Moreira de Lima	917770 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0003	Deferido	Maria Rozeni Santana Lobo	1166052-0 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0056	Deferido	Marivânia dos Santos	1659221-2 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0036	Deferido	Marta Barbosa dos Santos	794939 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0083	Deferido	Michele Xavier da Silva	1710501-3 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0011	Deferido	Nanci Francini Behrenz	2012468-6 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0028	Deferido	Neiva Carvalho Costa	1639344-9 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0067	Deferido	Odilene Maria Fernandes	1385017-2 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0063	Deferido	Ostenilza da Silva Santos	0289542-0 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0004	Deferido	Rosana Franco Silva	1606789-4 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0062	Deferido	Rosangela Silva Maranhão	167758-0 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0052	Deferido	Roselei Kurz Gomes	00770351-1 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0030	Deferido	Rosimeire Alves de Almeida Silva	1367434-0 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0022	Deferido	Rosinete L. de Morais do Nascimento	1392468-0 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0061	Deferido	Sandra Giovana Santana	923874 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0046	Deferido	Sara Gabriele Alves Monteiro	2045545-3 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0032	Deferido	Silvaney Gonçalves da Silva	10217258 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0017	Deferido	Silvania Martins de Araújo Batista	1451584-9 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0084	Deferido	Simone Pereira de Araújo	1729388-0 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0086	Deferido	Solange Schefer	1491933-8 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0029	Deferido	Tereza Alves de França Costa	1835533-1 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0005	Deferido	Vanderléia de Souza	1316014-1 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0040	Deferido	Vandreza Valéria Brambrilla	2230043-0 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0082	Deferido	Vera Lúcia Figueiredo	872656 /SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0050	Deferido	Vera Maria Peixoto da Silva	372512 / SSP/AL	Pedagogo Zona Urbana
0008	Deferido	Zilda de Castilho Agra Silva	1931611-9 / SSP/MT	Pedagogo Zona Urbana
0078	Deferido	Elienai Araújo de Almeida	2150635-3 /SSP/MT	Pedagogo Zona Rural
0055	Deferido	Ivanir Gonçalves Alves	0944947-7 /SSP/MT	Pedagogo Zona Rural
0077	Deferido	Luzinete Hortêncio de Barros Matias	74822 /SSP/MT	Pedagogo Zona Rural
0035	Deferido	Ozenide da Silva Moreira	1791605-4 /SSP/MT	Pedagogo Zona Rural
0081	Deferido	Tereza Cristina de Souza	08321 88-4 /SSP/MT	Pedagogo Zona Rural
0074	Deferido	Zenilda Dias do Nascimento	1751924-1 /SSP/MT	Pedagogo Zona Rural
0042	Deferido	Caroline Moreira Alves	2158897-0 /SSP/MT	Educação Física - Rural
0085	Deferido	Elisângela Pontes da S. M. de Lima	1442759-1 /SSP/MT	Educação Física - Rural
0089	Deferido	Adilaine Brito Pereira	1647920-3 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0076	Deferido	Ana Teodata Lehnen-Greter	901255 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0020	Deferido	Ângelo Carlos Nascimento Monteiro	3191625 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0053	Deferido	Cleiton de Souza Dias	1799739-9 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0048	Deferido	Daniela de Carvalho	2251570-4 /SSP/MT	Educação Física - Urbana

0026	Deferido	Dayany Nascimento Chiarelli	47538632-2 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0044	Deferido	Diego Henrique dos Santos	22862943 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0072	Deferido	Francisco da Silva Cunha	16947053 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0090	Deferido	Graziellen Franz Bevilacqua	14440059 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0088	Deferido	Joseane Terezinha Roberto	1488954 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0073	Deferido	Leomar Jacinto Tofanelli	1705125-8 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0059	Deferido	Pâmela Sotero Camargo	2680590-1 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0038	Deferido	Patrícia Fernanda Carneiro da Silva	1604223-9 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0064	Deferido	Rozemeire Pinheiro da Silva	0995136-9 /SSP/MT	Educação Física - Urbana
0018	Deferido	Stelamira Franco Pedroso	4194134-0 /SSP/PR	Educação Física - Urbana
0043	Deferido	Tiago Camargo Alves da Rocha	17809932 /SSP/MT	Educação Física - Urbana

Nova Olímpia, 03 de Março de 2015

Comissão Examinadora do processo Seletivo Simplificado nº 001/2015.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLIMIPA/MT AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 002/2015

A Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT torna pública e para conhecimento de todos interessados que, fará realizar Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do Tipo Menor Preço, analise das Documentações e das Propostas iniciar-se-á às 14:00 (catorze) horas do dia 20 de março de 2015, na Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT- Setor de Licitação, sito a Av. Mato Grosso nº 175 - Bairro Centro em Nova Olímpia-MT.

OBJETO:"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A PAVIMENTAÇAO ASFALTICA DAS RUAS PARAGUAI,EQUADOR,PERU E CHILE NO BAIRRO JARDIN SÃO JOAO NO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT".

O edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou e no site **www.novaolimpia.mt.gov.br**

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia-MT, 04 de março de 2015.

Anselmo Cristiano Manica

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PP 008-2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2.015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, **PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, às 9h00min (horário de Brasília) do dia 17 de março de 2.015, no Palácio dos Pioneiros – Sala de Licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e através sítio eletrônico: www.novaxavantinamt.com.br. ó link Licitação.**

Nova Xavantina – MT, 04 de março de 2.015.

***WALMIR ARRUDA COSTA* Pregoeiro Oficial.**

CONTAS ANUAIS 2014

O Prefeito de Nova Xavantina, MT comunica que as contas do município, referente ao exercício financeiro de 2014, encontram-se a disposição da população na sede da Prefeitura e Câmara Municipal, no período de 16. 02.2015 a 16.04.2015.

GERCINO CAETANO ROSA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO TP 007-2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA - MT

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2.015.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar TOMADA DE PREÇOS - objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO** *PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*. Data de abertura dos envelopes: 20/03/2.015, às 9h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados poderão retirar a pasta completa do Edital na sede da Prefeitura Municipal – Comissão Permanente de Licitação, ou através do site: **www.novaxavantinamt.com.br - link licitação.**

Quaisquer informações através dos telefones (66) 3438-3362.

Nova Xavantina – MT, 04 de março de 2.015.

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 010/2014-ADMISSÕES FEVEREIRO /2015

Retificação da publicação feita no dia 02/03/2015 edição 2175, ONDE SE LEU:

ORD	Nº DO CONTRATO	SERVIDOR	Cargo	Substituição	Data de início	Data de término	Salário
20	020	ROBSON MORAES RESENDE	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-MOTORISTA.	xxxxxxxxxx	09/02/ 2015	18/12/2015	788,00

LEIA-SE:

ORD	Nº DO CONTRATO	**SERVIDOR**	**Cargo**	**Substituição**	Data de início	Data de término	**Salário**

20	020	ROBSON MORAES RESENDE	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-MOTORISTA.	VALDEMAR CARLOS DOS REIS	09/02/ 2015	18/12/2015	788,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 052/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Srª **Simone Brizolla** brasileira, maior, portadora do RG: 1398648-1 SSP/MT e do CPF: nº 934.560.691-20, servidora publica lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Técnica de Enfermagem,** referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir de 01/03/2015 a 30/03/2015, com retorno no dia 31/03/2015, nada mais restando referente a este período.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 02 de Março de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à Servidora Srª **Aureligia dos Prazeres Mesquita** brasileira, maior, portadora do RG: 889.137-5 SSP/MT e do CPF: nº 594.833.851-72, servidora publica lotada na **Secretaria Municipal de Assistência Social** no cargo de **Assistente Social,** referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir de 02/03/2015 a 16/03/2015, com retorno no dia 17/03/2015, restando 15 (quinze) dias para gozo referente a este período.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 02 de Março de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2015

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Srª **Patrícia da Silva** brasileira, maior, portadora do RG: 20524579 SSP/MT e do CPF: nº 029.466.791-10, servidora publica lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Zeladora,** referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a partir de 23/12/2014 a 21/01/2015, com retorno no dia 22/01/2015, nada mais restando referente a este período.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a partir 23 de Dezembro de 2014 revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 02 de Março de 2015.

João Antonio de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 58/2015 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da LC n.º 004/2001, no período de 01/02/2015 à 03/03/2015 ao Senhor AGENOR ANTUNES DA CRUZ DE AZEVEDO**,** brasileiro, Portador da Cédula de Identidade RG nº 5497741 SSP/BA e do CPF sob o nº 344.438.431,91, no cargo de Operador de Maquinas Pesadas, devidamente matriculada sob o nº 115, referente o período aquisitivo de 01/03/2013 à 28/02/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade "**Pregão Presencial nº 002/2015"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 02 de março de 2015, objetivando a **Aquisição de Peças para Manutenção de Veículos, Máquinas e Equipamentos da frota do Município de Novo Mundo – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagraram-se vencedoras do citado certame os seguintes licitantes: *REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME* venceu os lotes: 01 e 20; **AUTO PEÇAS TAMOIOS LTDA** venceu os lotes: 02, 05, 06, 08, 09, 13, 14, 15, 17, 18, 26 e 32; **ELSON PAULO ME** venceu os lotes: 03, 04, 07, 10, 12, 19 e 25, **JS DISTRIBUIDORA DE PEÇAS S/A (Filial de Sinop)** venceu os lotes: 11 e 16; **DIMAQ CAMPOTRAT CUIABÁ COMERCIAL LTDA** venceu os lotes: 21 e 23, **NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR** venceu os lotes: 22 e 30, **CARTRAC COM DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA ME** venceu o lote: 24, 28, 29 e 31;

MOREIRA DA SILVA IND. E COM. DE MADEIRA LTDA

venceu o lote: 27. Sendo que a homologação às empresas: REVITALIZAR COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, NASCIMENTO COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR, MOREIRA DA SILVA IND. E COM.

DE MADEIRA LTDA e ELSON PAULO ME, fica condicionada a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União emitida em 2015.

Reanalisando os documentos de habilitação das empresas vencedoras a equipe pregoeira identificou que houve negligencia involuntária pois a empresa CARTRAC COM DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA ME apresentou a Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, com razão social e CNPJ que não confere com os da empresa participante. Destarte, concede-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação para que a referida empresa apresente nova certidão sob pena de ser inabilitada do sistema de registro de preços.

A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 13H00min às 17H00min.

Novo Mundo MT, 03 de março de 2015.

Roberta Mezalira Venturoso

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ERRATA DO CONTRATO 61/2015

O extrato de contrato Nº 61/2015 – que "**Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público",** considerando que houve um erro de digitação.

RETIFICA

Onde se lê

Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.909,56 (Um Mil e Novecentos e Nove Reais e Cinquenta e Seis Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.

Deve ser considerado

Valor	O valor do presente contrato é de R$ 2546,08 (Dois Mil e Quinhentos e Quarenta e Seis Reais e Oito Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município. Esta alteração se da pelo motivo ao aumento de carga horária de trabalho que passa a ser de 40 horas semanais.

Novo Mundo/MT, 02 de Fevereiro de 2015**.**

_____

José Hélio Ribeiro da Silva

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 56/2015 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da LC n. º 004/2001, no período de 01/02/2015 à 02/04/2015 a Senhora **MARIA APARECIDA FERREIRA,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 359538 SSP/MT e do CPF sob o nº 395.805.711.04, no cargo de PROFESSORA, devidamente matriculada sob o nº 26, referente o período aquisitivo de 13/02/2012 à 12/02/2013 e 13/02/2014 a 12/02/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 59/2015 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre Afastamento de Servidor, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDE** prorrogamento do afastamento sem Remuneração ao servidor **Walfrid Grahl,** brasileiro, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1010321-0 SSP/PR e do CPF sob o nº 181.666.369.72, efetivo no cargo de **Desenhista**, devidamente matriculado sob o nº 47, pelo período de 08/02/2015 à 09/05/2015 conforme requerimento protocolado no setor de RH.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 08 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 57/2015. DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

Dispõe sobre transferência "à pedido" de Servidor Efetivo, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º TRANSFERIR "à pedido"de Secretaria o servidor abaixo relacionado:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
938	Joao Gentilini	Secretaria de Saúde	Secretaria de Educação

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos para 01/02/2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 55/2015 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre revogação de Concessão de Licença Premio, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - **REVOGAR** a portaria N° 50/2015 que dispôs sobre Concessão deLicença Prêmio, Senhora **MARIA SONIA DA CRUZ SILVA DE SOUZA,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 13198734 SSP/MT e do CPF sob o nº 905.958.901.72, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 61/2015 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre Afastamento de Servidor, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** ao servidor **GILMAR JOSE PEREIRA**, brasileiro, portador da RG 1261781-4 SSP/MT e CPF sob n° 919.941.441.49, efetivo no cargo de **Apoio Administrativo Educacional (Vigia)**, devidamente matriculado sob o n° 878, afastamento sem remuneração ao trabalho pelo período de 01/02/2015 à 01/02/2017 conforme requerimento protocolado no setor de RH.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 60/2015 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o art.69 da LC n.º 004/2001, para o período de 01/02/2015 a 03/03/2015 aos servidores:

ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº. 009.660.971.06, servidora publica desta municipalidade no cargo de Agente Comunitário de Saúde, devidamente matriculada sob a matrícula 984, referente ao período aquisitivo de 01/01/2013 a 31/12/2013.

ADRIANA CAMPOS, inscrita no CPF sob o nº. 018.797.061.05, servidora publica desta municipalidade no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, devidamente matriculada sob a matrícula 844, referente ao período aquisitivo de 03/09/2013 a 02/09/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 62/2015 DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Nomeação de servidor em cargo de comissão e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Art. 1º NOMEAR, o Senhor **MILTON VIANA DE MORAIS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 14.758.604 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob nº. 323.938.222.91, para o cargo de **COORDENADORA DE ENDEMIAS**, de provimento em comissão, símbolo DAS IV, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, e criado através da Lei Complementar nº 023/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 27 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 54/2015 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da LC n.º 004/2001, no período de 02/02/2015 à 03/03/2015 a Senhora **NILCE CHEROBIN,** inscrita no CPF sob o nº. 636.734.010.68, servidora no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONAL, devidamente matriculado sob a matrícula 1122, referente ao período aquisitivo de 01/05/2013 a 30/04/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 02 de Fevereiro de 2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 26 de Fevereiro de 2015.

_____

JOSÉ HÉLIO RIBEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 003/2015 EM 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A APRECIAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DO EXECUTIVO MUNICIPALDE NOVO SÃO JOAQUIM – MT, REFERENTE AO EXERCÍCIO 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, ESTADO DE MATO GROSSO, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor **CLELIO MOREIRA DE AVILA**, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a presente Resolução, com as disposições seguintes:

Art. 1º - Fica confirmado o Parecer Prévio de 2014 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso favorável à aprovação das Contas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, relativas ao exercício de 2013;

Art.2º - Ficam aprovadas a contas da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – MT, exercício2013 da gestão do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Leonardo Farias Zampa.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2015.

CLELIO MOREIRA DE ÁVILA ROBSON CORREA FARIA

Presidente Vice-Presidente

SILVESTRE PERIS DE AMORIM JOSÉ AUGUSTO MAESTER

1º Secretário 2º Secretário

EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 30/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 14/2015.

INEXIGIBILIDADE: Nº 1/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM A DUPLA "JOÃO NETO & FREDERICO", DURANTE O EVENTO "29º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM" QUE SERÁ REALIZADO NO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL NO PERÍODO DE 07/05 À 10/05/2015. O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA 07/05/2015, NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM.

CONTRATANTE:*Município de* Novo São Joaquim **/ Mato Grosso**

CONTRATADA: **CONTRACT SHOW PRODUÇÕES ASTÍSTICAS LTDA.**

Valor: R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Período de vigência: 04/03/2015 à 08/05/2015.

Prazo de Entrega: data do show em 07/05/2015.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 04 de Março de 2015.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO E RESPECTIVO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2015

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, *RATIFICA* a presente Inexigibilidade de Licitação enquadrada no Inciso III, do Art. 25, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação dos serviços da empresa **CONTRACT SHOW PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA** representada neste ato pelo Sr. CLAUDIO ROBERTO DOS SANTOS, devidamente inscrito junto ao CPF/MF sob o nº. 145.585.528-66 e RG nº 24. 450.824-0/SSP-SP no valor global de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), correndo tal despesa á conta específica constante da Lei Orçamentária do Município de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - MT, em 23 de Fevereiro de 2015.

LEONARDO FARIAS ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 024/2015

Contrato nº. 024/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **a Srª Larisa Sacco** Objeto: Contratação de serviços de arquitetura para desenvolvimento de projeto para espaço de vivencia anexo a Praça Central de Paranatinga, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Administração. Valor: **R$ 8.000,00 (oito mil reais).** Período: 03/03/2015 a 03/03/2016.

Paranatinga, 03 de março de 2015.

Departamento de Licitações e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 025/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O presente contrato dispensa a realização de Processo Licitatório e tem embasamento legal no art. 24, Inciso II da Lei 8.666/93.	Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Objeto: Prestação de serviços de coleta de lixo no Distrito do Salto da Alegria junto a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.
Vigência: 03/03/2015 ATÉ O DIA 29/01/2016
Contratado: **Adelar Baron**
Valor do Contrato: *R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).*

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, o servidor **Claudecy Barretos dos Santos**, Matrícula nº 1797, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, Fiscal do Contrato nº **025/2015** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme

Instrução Normativa SCL nº 006/2011

de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a)Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b)Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c)Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d)Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e)Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f)Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g)Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h)Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i)Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j)Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k)Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l)Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m)Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o Servidor Volmir Colussi, Matrícula nº132, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 03 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Claudecy Barretos dos Santos e Volmir Colussi, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Claudecy Barretos dos Santos

Fiscal de Contrato

Volmir Colussi

suplente

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 024/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo**: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade de Dispensa de Licitação nº 008/2015 e a proposta adjudicada,** *tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.*	Unidade Gestora: **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA**
Objeto: Contratação de serviços de arquitetura para desenvolvimento de projeto para espaço de vivencia anexo a Praça Central de Paranatinga, atendendo solicitação da secretaria municipal de Administração.	
Vigência: 03/03/2015 ATÉ O DIA 03/03/2016	
Contratado: **Srª. Larisa Sacco**	
Valor do Contrato: **R$ 8.000,00 (oito mil reais)**	

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, a servidora Naiara Rosa Nogueira da Silva, Matrícula nº 3875, lotada na Secretaria de Administração Fiscal do Contrato nº 024/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a)Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b)Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c)Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d)Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e)Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f)Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g)Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h)Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i)Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j)Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k)Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l)Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m)Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente a Servidora Elizeth Leopici de Arantes, Matrícula nº 5066, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 03 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Naiara Rosa Nogueira da Silva, e Elizeth Leopici de Arantes declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Naiara Rosa Nogueira da Silva

Fiscal de Contrato

Elizeth Leopici de Arantes

suplente

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 023/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial n° 004/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.	*Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA*
Objeto: Prestação de Serviço de Transporte Escolar de Alunos da Rede Estadual e Municipal do Ensino de Educação Básica.	
Vigência: 20/02/2015 ATÉ O DIA 31/12/2015	

Contratado: **L.S Craveiro – Me**
Valor do Contrato: **R$ 53.196,00 (cinquenta e três mil cento e noventa e seis reais).**

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, a servidora

Evanize Rodrigues Siqueira

Matrícula nº 5167, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Fiscal do Contrato nº 023/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a)Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b)Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c)Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d)Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e)Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f)Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g)Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h)Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i)Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j)Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k)Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l)Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m)Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o a servidora Janaina Souza Menezes Matrícula nº 3929, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 03 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Evanize Rodrigues Siqueira, e Janaina Souza Menezes declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Evanize Rodrigues Siqueira

Fiscal de Contrato

Janaina Souza Menezes

suplente

LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N.º 022/SLC/2015 ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS FISCAL DE CONTRATOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo: O Presente Contrato é celebrado, tendo como base legal o Processo Licitatório Modalidade de Pregão Presencial n° 004/2015 e a proposta adjudicada, tendo sido observadas as disposições contidas na Lei no 8.666/93 e suas alterações posteriores.	*Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA*
Objeto: Prestação de Serviço de Transporte Escolar de Alunos da Rede Estadual e Municipal do Ensino de Educação Básica.	
Vigência: 20/02/2015 ATÉ O DIA 31/12/2015	

Contratado: **L.S Craveiro - Me**
Valor do Contrato: **R$ 82.212,00 (oitenta e dois mil duzentos e doze reais).**

O Senhor **VILSON PIRES**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I - NOMEAR, a servidora

Evanize Rodrigues Siqueira

Matrícula nº 5167, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Fiscal do Contrato nº 022/2015 que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme Instrução Normativa SCL nº 006/2011 de 07 de Outubro de 2011, devendo ainda:

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação o servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a)Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b)Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c)Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d)Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e)Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f)Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g)Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;

h)Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i)Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j)Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k)Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l)Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m)Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

II - Na ausência do servidor supra designado, fica designado como suplente o a servidora Janaina Souza Menezes Matrícula nº 3929, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 03 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 03 DE MARÇO DE 2015.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Evanize Rodrigues Siqueira, e Janaina Souza Menezes declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Evanize Rodrigues Siqueira

Fiscal de Contrato

Janaina Souza Menezes

suplente

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2015

Contrato nº. 023/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **Silvania Moreira Camargo - Me.** Objeto: Prestação de Serviço de Transporte Escolar de Alunos da Rede Estadual e Municipal do Ensino de Educação Básica. Valor: **R$ 53.196,00 (cinquenta e três mil cento e noventa e seis reais).** Período: 20/02/2015 a 31/12/2015.

Paranatinga, 02 de março de 2015.

Departamento de Licitações e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2015

Contrato nº. 022/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **L.S Craveiro - ME.** Objeto: Prestação de Serviço de Transporte Escolar de Alunos da Rede Estadual e Municipal do Ensino de Educação Básica. Valor: **R$ 82.212,00 (oitenta e dois mil duzentos e doze reais).** Período: 20/02/2015 a 31/12/2015.

Paranatinga, 02 de março de 2015.

Departamento de Licitações e Contratos

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DISPENSA Nº. 009/2015

O Município de Paranatinga – MT, através da CPL, nomeada pela portaria 022/2014 em 22 de Janeiro de 2014, torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Dispensa de Licitação objetivando a Contratação de empresa especializada em fornecimento de sistema on-line para cotação de preços, com ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública com relatório especifico e detalhado, atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Administração, com parecer jurídico acostado aos autos, exigências do artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/93.

Paranatinga – MT, 03 de Março de 2015.

Lúcia Aparecida de França Corrêa

Presidente da CPL

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 025/2015

Contrato nº. 025/2015 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada **Adelar Baron.** Objeto: Prestação de serviços de coleta de lixo no Distrito do Salto da Alegria junto a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Valor: **R$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).** Período: 03/03/2015 a 29/01/2016.

Paranatinga, 03 de março de 2015.

Departamento de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA N.083- 2015- FÉRIAS REGULARES- HERNANE CARNEIRO GOMES

PORTARIA Nº 083/2015.

DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Finanças e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **02/03/2015 à 31/03/2015.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, a serem usufruídas no período de **02/03/2015 à 31/03/2015.**

HERNANE CARNEIRO GOMES

Técnico em Fiscalização Urbana

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PORTARIA N.º 085-2015- LICENÇA PRÊMIO - ABELMIDES FRANCISCO DIAS

PORTARIA Nº 085/2015.

DE 02 DE MARÇO DE 2.015.

Dispõe sobre *licença Prêmio* ao Funcionário Público Municipal, senhor ABELMIDES FRANCISCO DIAS e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DOMUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73, inciso VIII e art. 98 **caput** da Lei nº. 075/98;

CONSIDERANDO

que o servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de 13/08/2007 à 13/08/2012;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio ao senhor ABELMIDES FRANCISCO DIAS, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotado junto à Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de 03/03/2015 à 31/05/2015.

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

DECRETO N.º 012- 2015 - PROGRESSÃO FUNCIONAL

DECRETO Nº 012/2015

DE 03 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre concessão de progressão funcional conforme o disposto no artigo 55 da Lei Municipal 075/98 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO *o* disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO

*a conclusão favorável ao pedido de progressão emitido pel*a comissão de avaliação de desempenho nomeada pela portaria nº 011/2013 de 01 de janeiro de 2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional aos servidores:

ALEXSANDRO DOS SANTOS SOUZA

ANTONIO DA SILVA

DIOGO MARTINS GARCIA

DONIZETE DE SOUZA ARIMATHEA

EDIVAN BORGES MUNIZ

FERNANDO PEREIRA NETO

GILBERTO DE MEDEIROS

IRANI MARIA DA SILVA

ISABEL CRISTINA ALVES DE MORAES

JESMAR CONTÓ

LEVINO JOSÉ DE OLIVEIRA

LUIZ HENRIQUE LUZINI

MARCELO TEIXEIRA MENDES DE CARVALHO

MARCIO NELSON RODRIGUES SALOMÃO

MARIA MOREIRA DE OLIVEIRA

MARLEI YOKADA

NEISA RIBEIRO DE ASSIS

NELCI GARCIA DE LIMA

ODETE BOACHA DUARTE DE MEDEIROS

RENATO DE OLIVEIRA

SELMA APARECIDA TRINDADE BORGES

VALDECI FURTADO BORGES

VIRGOLINO DE SOUZA

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se.Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa.

PORTARIA N.º084- 2015- FÉRIAS REGULARES- SIRLEI CÂNDIDO DE SOUZA

PORTARIA Nº 084/2015.

DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES a Servidora da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a férias, adquirida no período aquisitivo de **19/09/2013 à 19/09/2014.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **02/03/2015 à 31/03/2015.**

SIRLEI CÂNDIDO DE SOUZA

Contínua/Merendeira

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DOIS DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2015.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

MARIA ELISABETE PICOLO

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 012/2015 - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR

PORTARIA 012/2015

De 02 de março de 2015

SÚMULA: "Dispõe sobre a exoneração de servidor ocupante de cargo comissionado na Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, e dá outras providências".

O Senhor, **Joranir José Soares,** Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:
Art. 1º. Exonerar do cargo de Procurador Jurídico DAS-I o servidor **Jorge Gustavo Winter**, Portador do CPF nº 015.285.371-57, a partir desta data.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
REGISTRA-SE,
PUBLICA-SE,
CUMPRA-SE.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2015.

Joranir José Soares

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

RESULTADO CHAMADA PUBLICA 001/2015

PROCESSO N.002/2015

O Prefeito Municipal de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento de interessados, que os seguintes Senhores foram vencedores da **CHAMADA PÚBLICA N. º001/2015: ELIANA FERREIRA DA SILVA ANTUNES**, com valor total de R$19.810,00 (dezenove mil e oitocentos e dez reais); **COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA TERRANOVA LTDA**, com valor total de R$55. 350,00 (cinquenta e cinco mil e trezentos e cinquenta reais); *ROBSON GUIDO MORÃO PRADO*, com valor total de R$17.206,50 (dezessete mil e duzentos e seis reais e cinquenta centavos); **ILSON ROSA DA CRUZ**, com valor total de R$19.868,00 (dezenove mil e oitocentos e sessenta e oito reais) e **ROBSON IVAN FIORIN**, com valor total de R$16.280,00 (dezesseis mil e duzentos e oitenta reais), conforme respectivo edital. Pontes e Lacerda/MT, 03 de março de 2015.

GABINETE
RETIFICAÇÃO

EM VIRTUDE DE FALHAS FORMAIS, RETIFICA-SE A PORTARIA ABAIXO ELENCADA, CORRIGINDO O NOME DA MESMA, PASSANDO A CONSTAR DA SEGUINTE FORMA:

Retifica a Portaria nº. 065/2015, onde-se lê Eliel da Silva Martins, passa a constar ELIEL ANTÔNIO DA SILVA, publicado no Jornal da AMM, no dia 24/02/2015, Edição 2171, Pag 102

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO PREFEITURA 2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE Nº. 177/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: **SR. ERLEI JOSÉ ROCHA**

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 177/2014, RESULTANTE DO PROCESSO DE DISPENSA Nº. 043/2014, FACE AO SR. ERLEI JOSÉ ROCHA, QUE SE REFERE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, LOCALIZADO NA RUA 08, QUADRA 23, LOTE 10, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERVIAM PARA ABRIGAR A MUNÍCIPE, SRª. ELIANE SOARES DIAS

DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 043/2014,

DATA: 09/02/2015

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 001/2015

Dispõe SOBRE ALTERAÇÃO E INCLUSÃO DE MEDICAMENTOS Na remume – relação municipal de medicamentos 2015.

JOSÉ MEDEIROS VIEIRA, Presidente do Conselho Municipal de Saúde do Município de Pontes e Lacerda, usando das atribuições que lhes são conferidas pela Lei 223, de 10 de setembro de 1992, faz saber que a Assembléia Geral aprovou em reunião realizada no dia 03 de Fevereiro de 2015, a seguinte resolução:

Considerando a Resolução n.º 015/2012 "Dispõe Sobre Aprovação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde da REMUNE – Relação Municipal de Medicamento";

Artigo 1º- Aprova a inclusão na REMUME dos medicamentos Cloridrato de doxiciclina 100 mg, Cloridomicina e Diclofenaco de sódio (injetável).

Artigo 2º - Aprova a exclusão do medicamento Paroxetina 20 mg.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Pontes e Lacerda - MT, 04 de Fevereiro de 2015.

JOSÉ MEDEIROS VIEIRA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Homologada:DONIZETE BARBOSA DO NASCIMENTO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO PREFEITURA 2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE Nº. 141/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: **SR. ANTÔNIO VIEIRA DE JESUS**

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 141/2013, RESULTANTE DO PROCESSO DE DISPENSA Nº. 008/2013, FACE AO SR. ANTÔNIO VIEIRA E JESUS, QUE SE REFERE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, LOCALIZADO NA RUA 2, Nº. 142, VILA EBEC, CUJAS DEPENDÊNCIAS SERVIAM PARA ABRIGAR A MUNÍCIPE, SRª. MARTA MARIA FERREIRA.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PROCESSO DE DISPENSA Nº. 008/2013

DATA: 09/02/2015

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2015

PORTARIA Nº. 076/2015

Revoga a Portaria 68, de 20 de fevereiro de 2015, que concedeu Função Gratificada a servidora Srª. Marytza Gabriella das Neves Espindola Soranso de Lima disponibilizada da outras providencias

Data: 25/02/2015

GABINETE
RETIFICAÇÃO

EM VIRTUDE DE FALHAS FORMAIS, RETIFICA-SE O TERMO ADITIVO ABAIXO RELACIONADO

REFITIFICA O **QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 157/2013. ONDE-SE LÊ O VALOR DE R$ 26.143,80,PASSA A CONSTAR O VALOR DE R$ 3.000,00. PUBLICADO NA AMM**

NO DIA 04-02-15, EDIÇÃO 2158, PAG. 128

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA MARÇO/2015

PORTARIA Nº. 080/2015

Dispõe sobre a Exoneração do Sr. Alan Silvio Alves Fonseca, do cargo de *Coordenador Geral de Comunicação* ***e dá outras providencias***

Data: 02/03/2015

AVISO DISPENSA N.010/2015

(PROCESSO N.º024/2015)

O Prefeito de Pontes e Lacerda, através da Comissão Permanente de Licitação, torna-se público a dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO DA GRAMA DO MINI ESTADIO NIVALDO ASSUNÇÃO NO MUNICIPIO, com valor total de R$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais), visto a empresa NUNES DOS SANTOS & MOREIRALTDA, inscrito no CNPJ n. 11.321.892/0001-49, preencher as condições previstas no caput do artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93. Pontes e Lacerda/MT, 03 de março de 2015.

José Berion

Presidente da Comissão

AVISO PREGÃO 011/2015

(PROCESSO N.023/2015-PMPL)

PREGÃO Nº. 011/2015 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 016/2005. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTE PARA AS UNIDADES DE SAUDE.

CREDENCIAMENTO: das 08h 30m às 09h do dia 16 de março 2015.

INICIO DA SESSÃO: às 09h do dia 16 de março de 2015 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 03 de março de 2015.

José Garcia dos Santos Neto – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE TERMOS RESCISÃO PREFEITURA 2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE Nº. 118/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA

CONTRATADA: **EMPRESAETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA**

OBJETO: FICA RESCINDIDO O CONTRATO Nº. 118/2010, RESULTANTE DO PROCESSO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO Nº. 040/2010, FACE À EMPRESA ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA S/C LTDA, QUE SE REFERE À PRESTAÇÃO SERVIÇOS EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL DE TRIBUTOS, COM O CONCOMITANTE FORNECIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO DA METODOLOGIA TÉCNICA PARA A RACIONALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO E COBRANÇA, ENVOLVENDO INOVADORAS TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS, COM VISTAS AO CONSEQÜENTE INCREMENTO NA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN), E DA FISCALIZAÇÃO DO RECOLHIMENTO DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS, COTA-PARTE DO MUNICÍPIO, ALÉM DA RECUPERAÇÃO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS (ISSQN), INCIDENTES EM OBRAS E SERVIÇOS CONTRATADOS NOS ÚLTIMOS 5 (CINCO) ANOS COM O MUNICÍPIO, O ESTADO E A UNIÃO OU TERCEIROS NOS LIMITES DO MUNICÍPIO.

DISPOSIÇÕES GERAIS: PREGÃO Nº. 040/2010

DATA: 09/02/2015

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA MARÇO/2015

PORTARIA Nº. 081/2015

Dispõe sobre a nomeação do Sr. Gilmar Pereira de Souza para o cargo de Coordenador Geral de Comunicação nos termos da Lei Complementar nº. 117/2013

Data: 02/03/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA FEVEREIRO/2015

Decreto nº 030/2015

Atualiza os valores de bonificações constantes da Lei nº. 1.182/2010

Data: 27/02/2015

GABINETE
EXTRATO DE DECRETOS PREFEITURA MARÇO/2015

Decreto nº 032/2015

Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento de 2015

Data: 02/03/2015

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA MARÇO/2015

PORTARIA Nº. 082/2015

Dispõe sobre a Nomeação do Sr. Alan Silvio Alves Fonseca para o cargo de *Assessor Nível I* ***dá outras providencias***

Data: 02/03/2015

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2015

PORTARIA Nº. 078/2015

Concede abono pecuniário a Srª. Flavia da Cunha Monteiro de Barros disponibilizada para atendimento na Unidade Básica da Família Santa Cruz da outras providencias

Data: 27/02/2015

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2015

PORTARIA Nº. 077/2015

Dispõe sobre a concessão de licença a servidora Francisca Catarina de Jesus e dá outras providências

Data: 25/02/2015

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2015

PORTARIA Nº. 079/2015

Concede abono pecuniário a Srª. Andressa Alves Mariano disponibilizada para atendimento no CEM e da outras providencias

Data: 27/02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

LEI MUNICIPAL Nº 552/2015

De: 27 de Fevereiro de 2015.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar novo Convênio com INSTITUTO LIONS DA VISÃO e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SR. **Moacir Pinheiro Piovesan,** faz saber a Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar novo convênio de prestação de serviços, com o **INSTITUTO LIONS DA VISÃO**,entidade filantrópica, assistencial, sem fins lucrativos, estabelecida à Rua Pedro de Oliveira Guimarães nº100, Bairro Baú, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ nº. 03. 984.624/0001-89, considerada Utilidade Pública do Município de Cuiabá sob a lei nº 4037 de 27 de abril de 2001, Utilidade Publica do Estado de Mato Grosso sob a Lei 7405 de 27/04/2001 e Utilidade Publica Federal através da Portaria 1.745 de 19 de outubro de 2007, cadastrada como Entidade de Assistência Social no Conselho Municipal de Cuiabá, sob o nº0008, no Conselho Estadual de Assistência Social de Mato Grosso sob o nº 004/2001 e no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº R0350/2003.

Art. 2º. O objeto do presente CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS consiste, pelo CONVENIADO, na prestação de serviços oftalmológicos, cardiológicos; exames especializados, exames laboratoriais e fornecimento de óculos, leito e alimentação.

Art. 3º. O CONVENIADO prestará, a todas as pessoas encaminhadas pelo CONVENENTE, serviços de consultas oftalmológicas, exames e laudos cardiológicos, cirurgias de catarata, de estrabismo, de glaucoma, de pterígio e outras.

Art. 4º. O quadro médico do CONVENIADO e que atenderá aos pacientes é composto de 09 (nove) oftalmologistas, 03 (três) anestesistas e 01 (um) cardiologista.

Art. 5º.

Os pacientes encaminhados, em caso de cirurgias, terão direito a internação, sendo que estarão disponíveis 40 (quarenta) leitos, exclusivamente para o uso dos pacientes, com prévio agendamento.

Art. 6º. A CONVENENTE, ao fazer uso dos leitos retro mencionados deverá doar para o CONVENIADO uma cesta básica para cada cinco ocupantes dos leitos.

Art. 7º. Em caso de cirurgias de catarata, os pertinentes exames de sangue, bem como, os exames cardiológicos com laudo médico e risco cirúrgico, poderão ser realizados pela CONVENENTE ou pelo CONVENIADO.

Art. 8º. Os medicamentos a serem utilizados pelos pacientes são de responsabilidade da CONVENENTE.

Art. 9º. O presente Convênio é celebrado por prazo determinado de 01 Ano, iniciando-se em 01 de Fevereiro de 2015, e encerrando-se no dia 30 de Janeiro de 2016, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo.

Art. 10. O limite mensal de atendimento é de até 200 (duzentas) cirurgias, com fornecimento de até 150 (cento e cinquenta) óculos e 200 (duzentas) consultas.

Art. 11. Os valores dos procedimentos serão todos modelados pela tabela do Sistema Único de Saúde - SUS. Modelo anexo.

Art. 12. A tabela de custo referente aos diversos procedimentos consta no anexo único, que é parte integrante desta Lei.

Art. 13. O CONVENENTE pagará a CONVENIADO os serviços prestados no mês subsequente à realização dos mesmos, mediante nota fiscal da prestação dos serviços e o consequente depósito bancário dos valores aqui mencionados e comprovadamente realizados.

Art. 14. O CONVENIADO informará o número da Agência e o número da conta do Banco do Brasil S/A, onde serão realizados os depósitos referentes aos respectivos pagamentos.

Art. 15. O CONVENENTE informará ao Instituto Lions da Visão, os nomes dos Secretários Municipais de Saúde e de Finanças bem como seus respectivos números de telefone para contato.

Art. 16. O CONVENENTE informará ao Instituto Lions da Visão os nomes das pessoas autorizadas para realizar os agendamentos junto ao Instituto Lions da Visão, bem como seus respectivos números de telefone para contato.

Art. 17. As despesas decorrentes deste convênio ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária:

05.004.10.122.0023.2130.3390.39.00.00.00 – Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica.

Art. 18. O CONVENENTE deverá providenciar o transporte dos pacientes de Porto dos Gaúchos-MT para Cuiabá-MT assim como o retorno.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 27 de Fevereiro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CÓD.	PROCEDIMENTO	VALOR PROCEDIMENTO
	BIOMETRIA ULTRASSÔNICA	25,00
	FUNDOSCOPIA	5,00
	GONIOSCOPIA	7,00
	MAPEAMENTO DE RETINA	25,00
	TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA	8,00
	TESTE DE VISÃO DE CORES	5,00
	TONOMETRIA DE APLANAÇÃO	7,00
	BIOPSIA DE PALPEBRA	15,00
	BIOMICROSCOPIA DE FUNDO DE OLHO	13,00
	CERATOMETRIA	6,00
	CONSULTA EM CARDIOLOGIA	10,00
	CONSULTA EM OFTAMOLOGIA	10,00
	CONSULTA PARA DIAGNOSTICO DE GLAUCOMA (GO,TO,BIO. FUNDO)	35,11
	COR. CIRÚRGICA DE ENTRÓPIO E ECTRÓPIO	120,00
	EPILAÇÃO DE CILIOS	25,00
	EXERESE DE CALÁZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DA PALPEBRA	350,00
	RECONSTITUIÇÃO PARCIAL DE PÁPEBRA COM TARSORRAFIA	259,20
	RECONSTITUIÇÃO TOTAL DE PÁLPEBRA	515,97
	SIMBLEFAROPLASTIA	350,00
	SONDAGEM DO CANAL LACRIMAL C/ SEDAÇÃO	116,42
	SONDAGEM DAS VIAS LACRIMAIS	25,00
	SUTURA DE PALPEBRA	100,00
	BLEFAROCÁLASE	116,42
	CIRURGIA DE TRIQUIASE C/ OU S / ENXERTO	116,42
	SUTURA DE ESCLERA	161,19
	ENUCLEAÇÃO DO GLOBO OCULAR	350,00
	EVISCERAÇÃO DO GLOBO OCULAR+IMPLANTE MILLENS	600,00
	EXPLANTAÇÃO / REPOSIONAMENTO DA LIO	515,97
	INJEÇÃO RETROBULAR E PERIBULAR	100,00
	RECONSTITUIÇÃO DE CAVIDADE ORBITARIA	259,20
	CIRURGIA DE XANTELASMA	116,42
	CATARATA - Facoemulsificação c/ Implante de LIO	643,00
	IRIDECTOMIA CIRURGICA	297,78
	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL	100,00
	RECONSTITUIÇÃO DE FORNIX CONJUNTIVAL	335,72
	RECONSTRUÇÃO DE CAMARA ANTERIOR DO OLHO	515,97
	RET. CORPO ESTRANHO DA CÂMARA ANTERIOR	335,72
	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÓRNEA	25,00
	SINEQUIOTOMIA CIRÚRGICA	259,20
	SUBSTITUIÇÃO DE LENTE INTRA OCULAR	544,88
	SUTURA DE CÓRNEA	164,08
	TRABECULECTOMIA/ GLAUCOMA	600,00
	CIRURGIA DE PTERÍGIO	350,00
	DRENAGEM DE ABSCESSO DE PÁLPEBRA	25,00

	OCLUSÃO DE PONTO LACRIMAL	25,00
	INJEÇÃO INTRA-VITREO	100,00
	EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA	100,00
	SUTURA DE CONJUNTIVA	100,00
	CIRURGIA DE CATARATA CONGÊNITA	643,00
	LENTE ESCLERAL PINTADA	300,00
	OCULOS C/ LESTE CORRETIVASvisão simples	100,00
	OCULOS C/ LESTE CORRETIVASmultifocais	200,00
	OCULOS C/ LESTE CORRETIVASbifocais simples	150,00
	PRÓTESE OCULAR PROVISÓRIA	250,00
	CONSULTA DENUTRICIONISTA	50,00
	ÓCULOS COM LENTES ASFÈRICAS POSITIVAS	350,00
	ESTRABISMO somente em adultos (com programação financeira)	600,00
	EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA	30,00
	IMPLANTE DE MILLENS	150,00

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT

SECRETARIA DE FINANÇAS

DPTO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

CNPJ: 03.204.187/0001-33

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 15 (DIAS) DIAS

OBJETO: Alvará de Funcionamento exercício: **2014.**

RESPONSÁVEL PELA INTIMAÇÃO: PORTO DOS GAÚCHOS – PREFEITURA MUNICIPAL

FINALIDADE E DESCRIÇÃO DOS FATOS: INTIMAR, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste, a proceder o pagamento dos débitos fiscais ou comparecer junto ao Departamento de Arrecadação e Fiscalização com a finalidade de regularizar a situação fiscal da empresarelativo aos tributos denominados Alvará de Funcionamento do exercício 2014.

SITUAÇÃO DO INTIMADO: Caso a empresa não esteja mais exercendo atividade, no caso de Alvará de Funcionamento, comprovar o fato através da apresentação de documento de Baixa protocolado junto à Receita Federal do Brasil, Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso - Sefaz – MT e Junta Comercial, ou órgãos equivalentes.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ALVARÁ Art. 351 e seguintes da Lei 278/2009 – CTM; IPTU Art. 220 e seguintes da Lei 278/2009 CTM. O não atendimento no prazo fixado ensejará lançamento de ofício, inscrição em Divida Ativa e Execução Fiscal, nos termos da Lei 278/2009 – CTM e demais Legislações vigentes.

CONTRIBUINTE	CNPJ	TRIBUTO	EXERCÍCIOS
VANDERLEI J. DE OLIVEIRA & CIA LTDA – ME/MADEIREIRA TANGARÁ	08.474.353.0001.35	ALVARA FUNC.	2014
S P DA SILVA DO NASCIMENTO – ME PADARIA E LANCHONETE SÃO JOÃO	10.580.563.0001.50	ALVARA FUNC.	2014
ROBERTO OCTAVIANI/MARCENARIA GUARANTÃ	11.256.566/0001-03	ALVARA FUNC.	2014
WALDOW WALDOW LTDA – ME ESTILO MALHAS	06.178.647.0001.94	ALVARA FUNC.	2014
O TELHAR AGROPECUARIA LTDA FAZENDA AGROVERA	05.683.277.0011.51	ALVARA FUNC.	2014
L N FERREIRA SERVIÇOS AGRICOLAS – ME/NEVES & NEVES SERVICOS AGRICOLAS	15.497.900.0001.63	ALVARA FUNC.	2014
VALDEIR IGACHIRA RAMOS – MEI SONORIZACAO FLOR DO VALE	17.453.468.0001.34	ALVARA FUNC.	2014
ANILDO GONCALVES VITORINO – MEI TRANS CAROVA	17.722.650.0001.43	ALVARA FUNC.	2014
LUCIANO MANOEL DA SILVA – MEI BAR DO CUIABANO	21.028.024.0001.29	ALVARA FUNC.	2014

ILARIO REZER KARINA EMILIA SEVERINO

Secretário de Finanças Chef. Depto. Arrecadação e Fiscalização

Portaria 493/2013

LEI MUNICIPAL Nº 550/2015

De: 27 de Fevereiro de 2015

"Dispõe sobre a alteração do cargo de Chefe de Setor de Patrimônio de Vaga existente na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Administração e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SR. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Secretaria Municipal de Administração autorizada a promover a anulação do cargo de Chefe de Setor de Patrimônio cuja vaga fora criada pela Lei Municipal nº 258/2009 de 25 de Agosto de /2009, e criar o cargo de Chefe de Departamento de Patrimônio e Apoio Administrativo.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Administração deverá efetuar as devidas alterações na estrutura administrativa do organograma da Secretaria Municipal de Administração, bem como o anexo Único da Lei nº 271/2009 de 08 de Dezembro de 2009.

Art. 3º. Caberá ao Departamento de Patrimônio e Apoio Administrativo:

I - Fazer conferência periódica e registro dos bens móveis e imóveis adquiridos, permutados e ou recebidos em doação;

II – Fazer atualização dos dados cadastrais do software de controle de bens do Município, para emissão de relatórios de movimentos patrimoniais;

III - Atualizar e inscrever bens móveis no patrimônio por meios das plaquetas de identificação;

IV – Identificar e solicitar baixa de bens móveis considerados inservíveis ao secretário de administração;

V – Manter atualizado a avaliação patrimonial dos bens móveis e imóveis pertencentes ao erário Municipal;

VI - Requerer o registro dos bens imóveis no Cartório de Registro Imobiliário;

VII – Realizar os procedimentos administrativos para os requerimentos de imunidade de IPVA e acompanhar os pagamentos de seguro obrigatório nas datas de vencimentos respectivamente a cada veículo pertencente à frota municipal;

VIII – Manter atualizado os Termos de Comodatos de veículos e bens móveis recebidos em comodatos cedidos pelos outros entes federativos.

IX – Seguir rigorosamente as determinações contidas no Decreto nº 055/2014 de 30 de Setembro de 2014.

X – Arquivar, controlar e manter atualizados e ordenados os documentos e arquivos físicos e digitais sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, inclusive procedendo a sua publicação no Portal da Transparência do Município.

XI – Realizar atividades de suporte administrativo objetivando o alcance de metas da administração, referente Sistema de Avaliação de Desempenho do funcionalismo público.

XII – Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade e determinação da administração.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO:Secretaria Municipal de Administração 03

UNIDADE: Departamento de Patrimônio.....003

FUNÇÃO: Administrição..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Apoio Administr. ao departamento de Patrimônio 0075

PROJ/ATIV: Manutenção do Departamento de Patrimônio.....2700

ELEMENTOS DE DESPESA:

Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....3390.11.00.00.00 R$ 25.000,00

Obrigações Patronais.....3390.13.00.00.00 R$ 3.000,00

Diária Civil.....3390.14.00.00.00 R$ 2.000,00

Material de Consumo.....3390.30.00.00.00 R$ 2.000,00

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....3390.36.00.00.00 R$ 1.000,00

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....3390.39.00.00.00 R$ 1.000,00

Indenizações e Restituições.....3390.93.00.00.00 R$ 1.000,00

TOTAL ADICIONADO. .....R$ 35.000,00

Art. 5º. Para cobertura do crédito referido no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial ou total das seguintes dotações do orçamento vigente de acordo com o disposto nos arts. 42 e 43 da Lei nº. 4.320/64:

ANULA:

ORGÃO:Secretaria Municipal de Administração 03

UNIDADE: Secretaria Municipal de Administração.....001

FUNÇÃO: Administração..... 04

SUB FUNÇÃO: Administração Geral 122

PROGRAMA: Apoio Administr. Secr. Municipal de Administração.....0003

PROJ/ATIV: Manutenção e Encargos 2020

ELEMENTOS DE DESPESA:

Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.....3390.11.00.00.00 R$ 25.000,00

Obrigações Patronais.....3390.13.00.00.00 R$ 3.000,00

Diária Civil.....3390.14.00.00.00 R$ 2.000,00

Material de Consumo.....3390.30.00.00.00 R$ 2.000,00

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.....3390.36.00.00.00 R$ 1.000,00

Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.....3390.39.00.00.00 R$ 1.000,00

Indenizações e Restituições.....3390.93.00.00.00 R$ 1.000,00

TOTAL ADICIONADO .....R$ 35.000,00

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos ao dia 01 de Fevereiro de 2015.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 27 de Fevereiro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

Ordem	Denominação	Quantidade Vagas	Valor
01	Prefeito Municipal	01	Lei Especifica
02	Vice-Prefeito	01	Lei Especifica
03	Secretário Municipal	10	Lei Específica
04	Encarregado	04	799,39
05	Chefe de Seção	02	944,62
06	Assistente Gabinete	01	1.167,52
07	Chefe de Setor	20	1.167,52
08	Chefe de Departamento	19	2.001,45
09	Coordenador Administrativo do Hospital	01	2.001,45
10	Ouvidor Geral	01	2.001,45
11	Representante Município Cuiabá	01	3.169,21
12	Coordenador de Vigilância em Saúde e Atenção Básica	01	4.013,28
13	Assessor Jurídico	01	4.301,07
14	Chefe de Gabinete	01	4.301,07

Total	64

LEI MUNICIPAL Nº 553/2015

De: 27 de Fevereiro de 2015.

"Fica autorizado à concessão de reajuste salarial aos servidores públicos municipal pertencente ao Plano de Cargos e Carreira dos Servidores da Educação e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS ESTADO DE MATO GROSSO, Sr. MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal, autorizado a conceder reajuste salarial na proporção de 5,7447% (cinco vírgula sete quatro quatro sete por cento) aos servidores públicos municipais, pertencentes ao plano de cargos e carreira dos servidores da educação básica do município de Porto dos Gaúchos MT.

Parágrafo Único: O reajuste de 5,7447% será aplicado a partir de 1º de março de 2015, retroativo ao mês de janeiro de 2015, para que somado ao reajuste já concedido através da Lei 543/2015 de 04 de fevereiro de 2015 atinja o índice de 13,01% autorizado pelo Governo Federal para o piso nacional dos professores.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir do dia 01 de Janeiro de 2015.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos em, 27 de Fevereiro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PCCS EDUCAÇÃO

TABELA DE CARGOS, DAS VAGAS E REMUNERAÇÃO

Cargo	Vagas Existentes	Vagas Criadas	Total De Vagas	Carga horária semanal	Remuneração
Apoio Administrativo Educacional “A" Nutrição Escolar.	010	01	011	30	R$ 1.203,26
Apoio Administrativo Educacional “B" Manutenção de Infraestrutura.	010	01	011	30	R$ 1.203,26
Apoio Administrativo Educacional “C" Vigilância e/ou Segurança.	007	-	007	30	R$ 1.203,26
Apoio Administrativo Educacional “D" Transporte e Condução de Veículo Escolar.	005	004	009	30	R$ 1.203,26
Apoio Administrativo Educacional “E" Auxiliar de Sala	015	013	028	30	R$ 1.203,26
Técnico Administrativo Educacional Não Profissionalizado	005	-	005	30	R$ 1.203,26
Técnico Administrativo Educacional Profissionalizado	010	-	010	30	R$ 1.685,37
Professor	060	-	060	30	R$ 1.685,37
Total de Vagas	122	019	141		

ANEXO DA LEI Nº 553/2015 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015

PROFESSOR

CLASSE ENÍVEL	COEFICIENTE	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
		SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1.	1,00	R$1.685,37	R$2.528,06	R$2.865,13	R$3.407,82	R$3.876,35
2.	1,04	R$1.752,78	R$2.629,18	R$2.979,73	R$3.544,13	R$4.031,41
3.	1,09	R$1.837,05	R$2.755,58	R$3.122,99	R$3.714,52	R$4.225,22
4.	1,14	R$1.921,32	R$2.881,98	R$3.266,25	R$3.884,91	R$4.419,04
5.	1,19	R$2.005,59	R$3.008,39	R$3.409,50	R$4.055,30	R$4.612,86
6.	1,25	R$2.106,71	R$3.160,07	R$3.581,41	R$4.259,77	R$4.845,44
7.	1,32	R$2.224,69	R$3.337,03	R$3.781,97	R$4.498,32	R$5.116,78
8.	1,41	R$2.376,37	R$3.564,56	R$4.039,83	R$4.805,02	R$5.465,65
9.	1,50	R$2.528,06	R$3.792,08	R$4.297,69	R$5.111,73	R$5.814,53
10.	1,53	R$2.578,62	R$3.867,92	R$4.383,65	R$5.213,96	R$5.930,82
11.	1,56	R$2.629,18	R$3.943,77	R$4.469,60	R$5.316,20	R$6.047,11
12.	1,59	R$2.679,74	R$4.019,61	R$4.555,56	R$5.418,43	R$6.163,40

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZANTE

CLASSE ENÍVEL	COEFICIENTE	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
		SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1.	1,00	R$1.685,37	R$2.528,06	R$2.865,13	R$3.407,82	R$3.876,35
2.	1,04	R$1.752,78	R$2.629,18	R$2.979,73	R$3.544,13	R$4.031,41
3.	1,09	R$1.837,05	R$2.755,58	R$3.122,99	R$3.714,52	R$4.225,22
4.	1,14	R$1.921,32	R$2.881,98	R$3.266,25	R$3.884,91	R$4.419,04
5.	1,19	R$2.005,59	R$3.008,39	R$3.409,50	R$4.055,30	R$4.612,86
6.	1,25	R$2.106,71	R$3.160,07	R$3.581,41	R$4.259,77	R$4.845,44
7.	1,32	R$2.224,69	R$3.337,03	R$3.781,97	R$4.498,32	R$5.116,78
8.	1,41	R$2.376,37	R$3.564,56	R$4.039,83	R$4.805,02	R$5.465,65
9.	1,50	R$2.528,06	R$3.792,08	R$4.297,69	R$5.111,73	R$5.814,53
10.	1,53	R$2.578,62	R$3.867,92	R$4.383,65	R$5.213,96	R$5.930,82
11.	1,56	R$2.629,18	R$3.943,77	R$4.469,60	R$5.316,20	R$6.047,11
12.	1,59	R$2.679,74	R$4.019,61	R$4.555,56	R$5.418,43	R$6.163,40

TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZANTE

CLASSE ENÍVEL	COEFICIENTE	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3

		SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1.	1,00	R$1.203,26	R$1.804,89	R$2.045,54	R$2.432,99	R$2.767,50
2.	1,04	R$1.251,39	R$1.877,09	R$2.127,36	R$2.530,31	R$2.878,20
3.	1,09	R$1.311,55	R$1.967,33	R$2.229,64	R$2.651,96	R$3.016,57
4.	1,14	R$1.371,72	R$2.057,57	R$2.331,92	R$2.773,61	R$3.154,95
5.	1,19	R$1.431,88	R$2.147,82	R$2.434,19	R$2.895,26	R$3.293,32
6.	1,25	R$1.504,08	R$2.256,11	R$2.556,93	R$3.041,24	R$3.459,37
7.	1,32	R$1.588,30	R$2.382,45	R$2.700,12	R$3.211,55	R$3.653,10
8.	1,41	R$1.696,60	R$2.544,89	R$2.884,21	R$3.430,52	R$3.902,17
9.	1,50	R$1.804,89	R$2.707,34	R$3.068,31	R$3.649,49	R$4.151,25
10.	1,53	R$1.840,99	R$2.761,48	R$3.129,68	R$3.722,48	R$4.234,27
11.	1,56	R$1.877,09	R$2.815,63	R$3.191,05	R$3.795,47	R$4.317,30
12.	1,59	R$1.913,18	R$2.869,78	R$3.252,41	R$3.868,46	R$4.400,32

APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL					
CLASSE ENÍVEL	COEFICIENTE	A	B	C	D
		1	1,34	1,5	1,70
		SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO	SUBSÍDIO
1.	1,00	R$1.203,26	R$1.612,37	R$1.804,89	R$2.045,54
2.	1,04	R$1.251,39	R$1.676,86	R$1.877,09	R$2.127,36
3.	1,09	R$1.311,55	R$1.757,48	R$1.967,33	R$2.229,64
4.	1,14	R$1.371,72	R$1.838,10	R$2.057,57	R$2.331,92
5.	1,19	R$1.431,88	R$1.918,72	R$2.147,82	R$2.434,19
6.	1,25	R$1.504,08	R$2.015,46	R$2.256,11	R$2.556,93
7.	1,32	R$1.588,30	R$2.128,33	R$2.382,45	R$2.700,12
8.	1,41	R$1.696,60	R$2.273,44	R$2.544,89	R$2.884,21
9.	1,50	R$1.804,89	R$2.418,55	R$2.707,34	R$3.068,31
10.	1,53	R$1.840,99	R$2.466,92	R$2.761,48	R$3.129,68
11.	1,56	R$1.877,09	R$2.515,29	R$2.815,63	R$3.191,05
12.	1,59	R$1.913,18	R$2.563,67	R$2.869,78	R$3.252,41

LEI MUNICIPAL Nº 551/2015

De: 27 de Fevereiro de 2015.

"Altera a tabela do Auxílio Alimentação constante na Lei nº 544/2015 de 04 de Fevereiro de 2015 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS – MT, Sr. Moacir Pinheiro Piovesan, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica Alterada a Tabela do Auxílio Alimentação constante no Art. 1º da Lei nº 544/2015 de 04 de fevereiro de 2015, conforme segue:

Onde-se lê:

§

R$ 50,00 (Cinquenta Reais).

Para quem recebe até R$ 794,60

§R$ 30,00 (Trinta Reais).

Para quem recebe de R$ 794,61 até 978,17

§R$ 20,00 (Vinte Reais).

Para quem recebe de R$ 978,18 até 1.018,62

Leia-se:

§R$ 50,00 (Cinquenta Reais).

Para quem recebe até R$ 799,39

§R$ 30,00 (Trinta Reais).

Para quem recebe de R$ 799,40 até 984,06

§R$ 20,00 (Vinte Reais).

Para quem recebe de R$ 984,07 até 1.024,76

Parágrafo Único – Os demais artigos da Lei acima mencionada ficam inalterados.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos ao dia 01 de janeiro de 2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 27 de Fevereiro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 549/2015

De: 27 de Fevereiro de 2015

"Dispõe sobre normatizações relativas à gestão de cargos/ funções em comissão e não comissionados para servidores de outro órgão de origem no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, Senhor Moacir Pinheiro Piovesan, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Para fins desta Lei, considera-se:

I – requisição: ato irrecusável, que implica e transferência do exercício dos servidores ou empregados, sem alteração da lotação no órgão de origem e sem prejuízo da remuneração ou vencimento permanentes, inclusive encargos sociais, abono pecuniário, gratificação natalina, férias e adicional de um terço;

II – cessão: ato autorizativo para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, ou para atender situações previstas em leis específicas, em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado de Mato Grosso, sem alteração da lotação no órgão de origem;

III – órgão cessionário: o órgão onde o servidor irá exercer suas atividades; e

IV – órgão cedente: o órgão de origem e lotação do servidor cedido.

Art. 1º. Os cargos em comissão e funções de confiança são criados, exclusivamente, por lei, facultado ao chefe do Poder Executivo, mediante decreto governamental, o remanejamento, a transformação e a alteração da nomenclatura, vedado aumento das despesas.

§ 1º. Compete à Secretaria Municipal de Administração a operacionalização e o controle dos remanejamentos de funções de confiança e cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo.

§ 2º Os cargos comissionados ou funções gratificadas ora ocupados por servidores de outro órgão de origem cedidos com ônus, terão gratificação pelo cargo ocupado, de acordo com o anexo I desta lei;

§ 3º Os servidores cedidos com ônus à origem que não ocuparem cargo ou função gratificada, não terão remuneração complementar;

Art. 2º. A remuneração diferenciada do cargo ou da função de confiança se dará pelas suas atribuições e deverá contemplar a ponderação dos seguintes fatores:

I - complexidade das atividades e poder decisório envolvido;

II - responsabilidades por contatos internos e externos, movimentação de valores financeiros, acesso a assuntos sigilosos;

III - nível de supervisão requerida no exercício das respectivas atribuições;

IV - vinculação hierárquica, posições superiores e inferiores na estrutura do órgão ou entidade;

V - conhecimentos requeridos, incluindo escolaridade e experiência;

VI - ambiente de trabalho, condições ambientais e localização geográfica;

VII - população atendida ou usuários diretamente envolvidos.

Art. 3º. Por se constituírem vantagens transitórias, os percentuais de cargos em comissão serão devidos apenas enquanto permanecerem as condições que, de fato, lhe dão suporte e fundamento.

Art. 4º. São direitos dos servidores cedidos comissionados ou não, exercer seus direitos trabalhistas de acordo com a legislação de seu órgão de origem.

Art. 5º. Os efeitos financeiros decorrentes de revisões de estruturas desta lei ocorrem a partir da publicação dos respectivos decretos que adequarem os órgãos e entidades aos critérios nela previstos, implementando as transformações descritas.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 27 de Fevereiro de 2015.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO

CARGOS EM COMISSÃO, FUNÇÕES DE CONFIANÇA E RESPECTIVAS GRATIFICAÇÕES.

CARGO/FUNÇÃO	GRATIFICAÇÃO
Secretario Municipal, Chefe de Gabinete e/ ou cargo correspondente.	50 % da remuneração do cargo ocupado
Coordenador e/ou cargo correspondente	40 % da remuneração do cargo ocupado
Chefe de Departamento e/ou cargo correspondente	35 % da remuneração do cargo ocupado
Chefe de Setor e/ou cargo correspondente	30 % da remuneração do cargo ocupado
Chefe de Seção e/ou cargo correspondente	25 % da remuneração do cargo ocupado

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO RREO 1º BIMESTRE DE 2015.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO LRF

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN,em cumprimento ao disposto no artigo n.º 165§ 3º das Constituição Federal e Capitulo IX e nos artigos 52, 53, 54, 55 e 77 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com referência a ampla publicidade, vem a publico informar que encontra-se afixado no mural da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e na Internet nos SITES WWW.amm.org.br e www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária**, referente ao 1º Bimestre de 2015.

Porto dos Gaúchos MT, 03 de Março de 2015.

_____

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PR. 021/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **021/2015.**

MODALIDADE: Pregão Presencial *014/2015.*

OBJETO: Pregão Presencial para registro de preços para aquisição futura e eventual de horas de Rolo Compactador, Rolo Liso, Caminhão Espagedor de Asfalto, Moto niveladora e Caminhão Caçamba para uso da Administração Pública do Município de Querência-MT.

Data: 12/03/2015

HORÁRIO: 09:00 (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 27 de fevereiro de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Daniel Stefanello

Pregoeiro

LICITAÇÕES
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO 021/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, nomeado pela portaria 02/2015 torna Público **CANCELAMENTO** do processo de licitação nº **021/2015, MODALIDADE**: *Pregão Presencial n. 014/2015, onde o objeto era:* registro de preços para aquisição futura e eventual de horas de Rolo Compactador, Rolo Liso, Caminhão Espagedor de Asfalto, Moto niveladora e Caminhão Caçamba para uso da Administração Pública do Município de Querência-MT, **por interesse Público**.

Querência – MT., 03 de março de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Daniel Stefanello

Pregoeiro

LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 032/2014

TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 032/2014.*

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao Contrato de prestação de serviços n. 032/2014 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa SERPRA SERVIÇOS, PROJETOS E ASSESSORIA, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 032/2014 de 22/04/2014, referente ao processo licitatório nº 058/2014.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do valor do contrato e prorrogação de prazo do Contrato Originário n. 032/2014.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO PRAZO.

2.1 Fica alterado o prazo de execução da obra, sendo acrescido de mais 10 (dez) meses, contados a partir do dia 03 de março de 2015, vencendo no dia 28 de dezembro de 2015.

CLAUSULA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO DO VALOR

3.1 O valor do Contrato originário é de R$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais), sendo acrescido o valor de R$ 86.500,00 (oitenta e seis mil e quinhentos reais), esse no qual será dividido em 10 (dez) parcelas de R$ 8.650,00 (oito mil seiscentos e cinquenta reais) mensais. O contrato originário 032/2014 passará a ter o valor de R$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais).

Querência – MT, 02 de março de 2015.

.....

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

CONTRATANTE

.....

Serpra Serviços, Projetos e Assessoria Ltda

Contratada – Odete Borges dos Santos

LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

OBJETO: Serviço de Exames Laboratoriais para uso da Secretaria de Saúde do Município de Querência – MT.

FAVORECIDO: MEDIQUER MEDICINA QUERENCIA LTDA-ME.

PRAZO DE ENTREGA: Conforme encaminhamentos da Secretaria de Saúde.

VALOR GLOBAL: R$ 74.600,00 (setenta e quatro mil e seiscentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso V da Lei n. 8.666/93

JUSTIFICATIVA: Anexa aos autos do processo de Dispensa n. 004/2015.

Ratificamos a Dispensa de Licitação nº 004/2015 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico no Processo de Licitação n. 022/2015, Modalidade de Dispensa nº 004/2015, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Querência – MT, em 27 de janeiro de 2015.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PR. 023/2015

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **023/2015.**

MODALIDADE: Pregão Presencial **015/2015.**

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para aquisição de tela, para uso do Município de Querência - MT.

Data: 13/03/2015

HORÁRIO: 08:00 (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30-min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao.querencia@gmail.com

Querência – MT, 27 de fevereiro de 2015.

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

Daniel Stefanello

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 032/2015

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALOR R$ 222.000,00 (DUZENTOS E VINTE E DOIS MIL REAIS)

WANDERLEI JEFERSON DE OLIVEIRA – ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2015

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2015

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALOR R$ 624.412,00 (SEISCENTOS E VINTE E QUATRO MIL, QUATROCENTOS E DOZE REAIS)

LOKAR BUS TRANSPORTES E TURISMO LTDA – ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2015

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALOR R$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS)

MARIA ZILMA DE OLIVEIRA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2015.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2015

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015

PRAZO: 31 DE DEZEMBRO DE 2015

VALOR R$ 191.660,00 (CENTO E NOVENTA E UM MIL, SEISCENTOS E SESSENTA REAIS)

NEMARI BERTAGLIA BRAUM HERRERA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 20 DE FEVEREIRO DE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONVOCA O CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCA O CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Senhor **VALDIR RIBEIRO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, considerando o Ato de Homologação do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de edição nº 2007, ANO IX, pagina nº 149, datado de 04 de Julho de 2014.

Artigo 1° - Convocar o Candidato classificado no Concurso Público Municipal nº 001/2014, Sr. **Alex Henrique de Arruda**, Fiscal Sanitário – Secretaria Municipal de Saúde, a comparecer na Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data desta publicação, munidos dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia do Titulo Eleitoral e comprovante de Votação da última eleição).

- Cópia da Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino.

- Certidão de antecedentes criminais (Federal e Civil).

- Atestado favorável de sanidade física e mental.

- Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, (se casado CPF do Cônjuge obrigatório).

- Cópia autenticada da certidão de nascimento do filho menor de 14 anos, se for o caso.

- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos, se for o caso.

- Cópia autenticada do C.P.F.

- Cópia autenticada de Identidade (R.G.)

- Cópia autenticada do cartão PIS/PASEP (se houver).

- 02 (duas) fotografias 3x4 recente.

- Cópia de comprovante de residência.

- Declaração de Residência.

- Cópia autenticada do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo.

- Cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

- Declaração de não acumulação de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

- Declaração de bens.

- Cópia do comprovante da Conta Corrente do Banco do Brasil (se houver).

- Nº do telefone para contato (se houver).

Artigo 2º Será considerado desistente e eliminado do Concurso Público o candidato convocado que não apresentar os documentos relacionados neste edital, quando do comparecimento no prazo para tomar posse.

Santo Antônio de Leverger – MT, 23 de Fevereiro de 2015.

VALDIR RIBEIRO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONVOCA O CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCA O CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL.

O Senhor **VALDIR RIBEIRO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, considerando o Ato de Homologação do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de edição nº 2007, ANO IX, pagina nº 149, datado de 04 de Julho de 2014.

Artigo 1° - Convocar o Candidato classificado no Concurso Público Municipal nº 001/2014, Sra. **Jéssica Ravênia Ferreira Rocha**, Assistente Social – Secretaria Municipal de Assistência e Promoção Social, a comparecer na Secretaria Municipal de Administração, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data desta publicação, munidos dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia do Titulo Eleitoral e comprovante de Votação da última eleição).

- Cópia da Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino.

- Certidão de antecedentes criminais (Federal e Civil).

- Atestado favorável de sanidade física e mental.

- Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, (se casado CPF do Cônjuge obrigatório).

- Cópia autenticada da certidão de nascimento do filho menor de 14 anos, se for o caso.

- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos, se for o caso.

- Cópia autenticada do C.P.F.

- Cópia autenticada de Identidade (R.G.)

- Cópia autenticada do cartão PIS/PASEP (se houver).

- 02 (duas) fotografias 3x4 recente.

- Cópia de comprovante de residência.

- Declaração de Residência.

- Cópia autenticada do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo.

- Cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

- Declaração de não acumulação de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

- Declaração de bens.

- Cópia do comprovante da Conta Corrente do Banco do Brasil (se houver).

- Nº do telefone para contato (se houver).

Artigo 2º Será considerado desistente e eliminado do Concurso Público o candidato convocado que não apresentar os documentos relacionados neste edital, quando do comparecimento no prazo para tomar posse.

Santo Antônio de Leverger – MT, 24 de Fevereiro de 2015.

VALDIR RIBEIRO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

GABINETE
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00247/2014 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00247/2014.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado:*MIRIAM ALVES MARTINS*

Seletivo: **003/2013**

Cargo: PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40 horas semanais

Objeto: **O CONTRATADO solicita** rescisãodeste Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado, sem justa causa**, a partir do dia 04.02. 2015, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 887,37**

Dotação:

11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 -FUNDEB 60% - EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: 04 de Fevereiro de 2015

Signatários: Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa e MIRIAM ALVES MARTINS

GABINETE
RESOLUÇÃO N O 001/2015 - CNDPD

Dispõe sobre a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência bem como o calendário das reuniões ordinárias do ano de 2015.

A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Sinop/MT, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal N° 1534, de 05 de setembro de 2011 e DECRETO Nº 206/2014 de 03 de outubro de 2014.

Considerando a necessidade e relevância da normatização interna do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Considerando que o Regimento Interno visa regulamentar o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no exercício de suas atribuições;

Considerando a deliberação do Conselho em reunião ordinária, realizada em 11 de fevereiro de 2015, Ata 5;

RESOLVE:

Art. 1° - Aprovar, por unanimidade, o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sinop - MT, bem como o seu calendário de reuniões .ordinárias do ano de 2015.

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Sinop-MT, 11 de Fevereiro de 2015.

_____

Geraldo Ferreira dos Santos

Presidente do CMDPD-Sinop

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 040/2015

Exonera a Sra. Lucinda Varea do cargo em comissão de Assistente Parlamentar I, referência CC-02.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 02/03/2015, a Sra. Lucinda Varea do cargo em comissão de Assistente Parlamentar I, referência CC-02.

Art. 2º Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 03 de março de 2015.

Mauro Garcia

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 039/2015

Exonera a Sra. Laudete Novelli do cargo em comissão de Assistente Parlamentar I, referência CC-02.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 02/03/2015, a Sra. Laudete Novelli do cargo em comissão de Assistente Parlamentar I, referência CC-02.

Art. 2º Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 03 de março de 2015.

Mauro Garcia

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais.*DATA:* 30/01/2015VIGÊNCIA: 30/01/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Combustíveis (Óleo Diesel e Óleo Diesel S-10) para atender às necessidades da Administração Municipal,**,** conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 002/2015 – GAZZIERO & GAZZIERO LTDA - CNPJ 04.967.974/0002-80, SINOP/MT

ITEM	QUANT	UND	DECRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
1	700.000	LITRO	OLEO DIESEL COMUM- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	SIMARELI	2,94	2.058.000,00
2	266.500	LITRO	OLEO DIESEL COMUM	SIMARELI	2,94	783.510,00
3	716.000	LITRO	OLEO DIESEL S-10	SIMARELI	3,06	2.190.960,00
VALOR TOTAL					R$ 5.032.470,00	

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 30 DE JANEIRO DE 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 038/2015

Exonera o Sr. Henrique Lima Molinari do cargo em comissão de Assistente Parlamentar II, referência CC-04.

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, em 02/03/2015, o Sr. Henrique Lima Molinari do cargo em comissão de Assistente Parlamentar II, referência CC-04.

Art. 2º Feita as anotações, publique-se e afixe-se.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 03 de março de 2015.

Mauro Garcia

Presidente

GABINETE
RESOLUÇÃO Nº 04/CONDECONDE 24 DE OUTUBRO DE 2014.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON de Sinop/MT, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Municipal nº 1307/2010, de 27 de abril de 2010, em reunião ordinária realizada no dia 23 de julho de 2014, resolve:

Art. 1º Dar publicidade a Ata nº 04/2014 do CONDECON.

Cristiano Peixoto Duarte

Diretor Intendente do Procon Sinop/MT

ATA NÚMERO 004/2014

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e quatorze, com início às trezes horas e trinta minutos, na sala de reunião da Câmara Municipal de Sinop - MT, sita Avenida das Figueiras, mil oitocentos e trinta e cinco, Setor Comercial, nesta Urbe, realizou-se a 4ª (quarta) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor do Município de Sinop, Estado de Mato Grosso, em cumprimento ao artigo 16 (dezesseis) da Lei número 1307/2010 (mil trezentos e sete de dois mil e dez), sob a Vice-Presidente Sr. Marlão Alves Damasceno e Secretariada pelo 1º (primeiro) Secretário Executivo Bruno Eduardo Hintz, fazendo-se ainda presentes o 2º (segundo) Secretário-Executivo Sr. André Carlos Gobbato e os membrosAlmerinda Gimenes, Dines Inocência Baú, Thaís Renata Damaso dos Reis Umeno, Sebastião Vieira do Prado, Marcelo Roberto Klement, Edemar Jorge Kamchen e Nilson Lopes Ribeiro (conforme Livro de Presença anexo a esta ata). Ato contínuo, diante do quórum necessário, conforme imposição do artigo 16 da lei municipal 1307/2010, o Vice Presidente do Conselho deu início a reunião, solicitando a leitura da ata da última reunião ocorrida aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze. Após apresentou como pauta para a presente reunião os seguintes assuntos: a autorização da compra de ponto eletrônico, bem como do protocolo eletrônico com a apresentação dos respectivos orçamentos e informações quanto ao local das novas instalações do Procon. Em sequencia a leitura da referida ata, foi esta colocada em votação, a qualpor unanimidade fora aprovada. Em discussão a aquisição do ponto e protocolo eletrônico e apresentado os orçamentos, pelos presentes, com relação ao Ponto Eletrônico considerando que os valores apresentados estão acima dos valores constantes na ata licitatória já aberta para aquisição do mesmo produto, por unanimidades aprovou-se a sua aquisição mediante referida ata. Quanto ao Protocolo Eletrônico, fora pontuado quanto a legalidade ou não de sua aquisição mediante compra direta. Com a palavra o Sr. Vice Presidente fora apontado que estão encerrados os processos de licitaçãoe que somente estará disponível para orçamento do ano que vem. Pelo Segundo Secretário Executivo Sr. André Gobbato, fora colocado que a referida modalidade de aquisição não estar fora da legalidade, por não atingir o valor limite. Pelo Membro Taís Umenofora asseverado que justifica-se a urgência na aquisição do protocolo eletrônico para lisura

dos protocolos de modo a contribuir com a segurança jurídica no ato de protocolos de forma tempestiva, de modo que a sua aquisição na modalidade compra direta estaria desta forma justificada. Colocado em votação a aquisição de Protocolo Eletrônico, houveram 1 abstenção - 1 voto contrario - 7 favoráveis, sendo solicitado pelo membro Jorge Kamchen que assim fosse mencionado seu voto como contrário à aquisição do Protocolo Eletrônico na modalidade compra direta. Diante da votação, a aquisição do protocolo eletrônico através da modalidade compra direta fora aprovada. Não obstante a sua aprovação por unanimidade sugeriu-se a consulta junto a controladoria interna da Prefeitura Municipal no sentido de se verificar a legalidade da compra direta do protocolo digital. Com a palavra o Vice-Presidente, este pontuou quanto as novas instalações do Procon em prédio, que mediante convenio com a União, será cedido a Prefeitura Municipal de Sinop pelo período de 20 anos. Por fim pontua-se alguns temas para serem pautados para a próxima reunião ordinária: 1) colocar em votação os honorários do perito para propositura de demanda em favor da coletividade pertinente à qualidade serviços prestados pela telefônica móvel, fixa e de dados; 2) colocar em votação aquisição de veiculo próprio para o Procon Municipal; Não havendo mais o que se discutir, pelo Presidente do Conselho fora dada por encerrada a presente reunião a qual foi lavrada em ata pelo Primeiro Secretário Bruno Eduardo Hintz, o qual assina juntamente com o Vice-Presidente e pelos demais membros da diretoria.

MARLÃO ALVES DAMASCENO

CPF nº 559.255.451-68

Vice-Presidente

BRUNO EDUARDO HINTZ

CPF nº 002.687.311.79

1º Secretário Executivo

ANDRÉ CARLOS GOBBATO

CPF nº 559.283.401-25

2º Secretário-Executivo

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATAS DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais.DATA: 23/02/2015*VIGÊNCIA:* 23/02/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de material de decoupagem e pintura para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Diversidade Cultural, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESAS DETENTORAS:

ATA Nº. 013/2015 –

L. FERNANDO PROVENZANO DE SOUZA - ME -

CNPJ 13.498.051/0001-37, CUIABÁ/MT

ITEM	QTD.	UND	PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
7	18	UN	PINCEL MACIO PARA PINTURA EM TELA Nº 010	TIGRE	R$ 2,87	R$51,66
8	30	UN	PINCEL MACIO PARA PINTURA EM TELA Nº 012	TIGRE	R$ 5,00	R$ 150,00
9	30	UN	PINCEL MACIO PARA PINTURA EM TELA Nº 014	TIGRE	R$ 5,98	R$ 179,40
11	30	UN	PINCEL MACIO PARA PINTURA EM TELA Nº 018	TIGRE	R$ 9,50	R$ 285,00
12	30	UN	PINCEL MACIO PARA PINTURA EM TELA Nº 024	TIGRE	R$ 18,14	R$ 544,20
14	12	UN	PINCEL CHANFRADO Nº 14	TIGRE	R$6,34	R$76,08
16	12	UN	PINCEL CHANFRADO Nº 12	TIGRE	R$6,29	R$75,48
						R$ 1.361,82

ATA Nº. 014/2015 – MUNDO DO ARTESANATO LTDA - CNPJ 02.986.632/0001-00, PORTO ALEGRE/RS

ITEM	QTD.	UND	PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
17	20	UN	ROLO ESPUMA COM CABO 9 CM	CONDOR	R$ 5,16	R$ 103,20
21	372	UN	TINTA A OLEO P/ TELA NA COR ALIZARIN CRIMSON 20ML	ACRILEX	R$ 2,39	R$ 889,08
22	6	UN	TINTA OLEO PARA TELA 20 ML - COR AMARELO DCADMIO	ACRILEX	R$ 2,08	R$ 12,48
23	80	UN	TINTA A OLEO PARA TELA 20 ML - COR AMARELA INDIANO	ACRILEX	R$ 2,07	R$ 165,60
26	10	UN	VERNIZ VIDRO CRYSTAL (VIDRO LIQUIDO) ALTO BRILHO, PARA ARTESANATO COM 02 FRASCOS, SENDO- COMPONENTE A COM 70 GRAMAS E O COMPONENTE B COM31,5 GRAMAS	ACRILEX	R$ 16,64	R$ 166,40
			TOTAL			R$ 1. 336,76

ATA Nº. 015/2015 – PERUÍBE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRO – ELETRÔNICOS LTDA - CNPJ 09.117.368/0001-09, SÃO PAULO/SP

ITEM	QTD.	UND	PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	10	UN	ESTENCIL P/ DECOUPAGE TAMANHO 30 X 08 CM	FABER	R$ 1,99	R$19,90

2	10	UN	FITA CREPE - ROLO 18MM X 50M	MARK	R$ 2,88	R$28,80
3	100	UN	GUARDANAPO DE PAPEL, COLORIDO, TAMANHO 33 X 33 CM, P/ DECOUPAGE - ESTAMPAS DIVERSAS	KLABIN	R$ 0,14	R$14,00
5	100	UN	PAPEL P/DECOUPAGE DIMENSÕES MINIMAS 50 X 34 CM - ESTAMPAS DIVERSAS	KLABIN	R$ 2,35	R$235,00
6	12	UN	PASTA P/ MODELAGEM - 250 ML	MOLD	R$ 4,20	R$50,40
10	30	UN	PINCEL MACIO PARA PINTURA EM TELA Nº 016	COMPEL	R$7,58	R$227,40
13	24	UN	PINCEL MACIO PARA PINTURA EM TELA Nº 000	COMPEL	R$2,80	R$67,20
15	12	UN	PINCEL CABO AMARELO Nº 24	COMPEL	R$5,15	R$61,80
18	10	UN	VERNIZ FIXADOR SPRAY 300ML	ORIGINAL	R$17,44	R$174,40
19	40	UN	TELAS PARA PINTURA ARTÍSTICA FABRICADA COM TECIDO 100% ALGODÃO, TEXTURA FINA COM DUPLA IMPRIMAÇÃO, TECIDO EM ALGODÃO CRÚ COM RESINAGEM ACRÍLICA COM ANTIMOFO, MADEIRA EM PINUS DE REFLORESTAMENTO, MEDINDO 0,60 X 0,80 METROS.	MARK	R$ 23,75	R$ 950,00
20	10	UN	TINTA A OLEO P/TELA NA COR BRANCA 120ML	FERNANDO	R$ 10,68	R$106,80
			TOTAL			R$ 1. 935,70

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 03 DE MARÇO DE 2015.

GABINETE
RESOLUÇÃO N O 002/2015 - CNDPD

Dispõe sobre a aprovação da realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sinop e institui a Comissão Organizadora.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, no uso das atribuições que lhe confere **LEI Nº. 1534/2011 de**05 de setembro de 2011, e deliberação ocorrida na 5ª Reunião Plenária realizada no dia 11 de Fevereiro de 2015, **CONSIDERANDO:**

1)− A competência do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sinop (CMDPD),conforme a Lei Municipal nº*1534/2011 de*05 de setembro de 2011, para coordenar a realização das Conferências Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sinop; 2)- As Orientações Gerais da IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 3)− A deliberação do CMDPD, em Plenária Ordinária realizada no dia 11 de fevereiro do corrente ano, que aprovou a realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sinop e instituiu a Comissão Organizadora.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a realização da I Conferência Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sinop, a ser convocada pelo Executivo Municipal no período de fevereiro a maio de 2015, conforme recomendações do Conselho Nacional das Pessoas com Deficiência (CONADE).

Parágrafo único. O tema central da Conferência Municipal, mencionada no caput deste artigo, será: "O desafio na implementação das Políticas da Pessoa com Deficiência: A transversalidade como a radicalidade dos direitos humanos".

Art. 2º - INSTITUIR a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sinop, composta pelos seguintes membros:

Ø**Antonio de Lima** – Representante da ADEFIS Associação dos Deficientes Físicos de Sinop; Ø**Cristina Burato** – Representante da OAB; Ø**FrancciellyJuliane Pereira Gomes**– Representante da Secretaria municipal de Educação; ØLiliane Raneco – Representante da OAB; ØLizandra Rostrolla – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação; ØGeraldo Ferreira dos Santos – Representante daADEVAS-Associação dos Deficientes Visuais e Amigos de Sinop; ØJoão Carlos Machado - Representante daADEVAS- Associação dos Deficientes Visuais e Amigos de Sinop; ØJacinta Salete Saggiorato Frâncio – Representante da Secretaria municipal de Educação; ØVânia Aparecida da Silva Figueiredo do Couto - Representante da UNIC Universidade.

Art. 3º - Compete à a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Sinop, a proposição, para posterior deliberação da plenária do CMDPD, de:

I – local, data, horário e programação da Conferência;

II – metodologia de trabalho, equipes de apoio técnico e operacional e materiais relativos à organização;

III – normatização das condições de inscrição e credenciamento dos delegados;

IV – Regimento Interno.

Art. 4º - Essa RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua assinatura.

Sinop, 11 de fevereiro de 2015.

_____

Geraldo Ferreira dos Santos

Presidente do CMDPD-Sinop

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 000/2015

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais.DATA: 19/12/2015*VIGÊNCIA:* 19/02/2016.

OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de Cimento para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 012/2015 –

LUCIMAR ROSA MORANTE - EPP -

CNPJ 07.693.981/0001-49, SINOP/MT

ITEM	QUANT.	UND.	DECRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	3.000	SACOS	CIMENTO 50 KG	ITAU	26,23	78. 690,00

VALOR TOTAL	R$78.690,00

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 03 DE MARÇO DE 2015.

GABINETE
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO Nº 00249/2014 - REFERENTE CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO N° 00249/2014.

Contratante: **Prefeitura Municipal de Sinop.**

Contratado:*JANE FRACASSI*

Seletivo: **003/2013**

Cargo: PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 horas semanais

Objeto: **O CONTRATADO solicita** rescisãodeste Contrato Individual de Trabalho por Tempo Determinado, sem justa causa**, a partir do dia 09.02. 2015, em conformidade com a Lei Municipal 1531/2011.**

Valor bruto da Rescisão: **R$ 2.583,15**

Dotação:

11.0.20.0.0.12.365.0029.2065 -FUNDEB 60% - EDUCAÇÃO INFANTIL

3.1.90.04.00.00.0118000000 – Contratação por tempo determinado

3.1.90.05.00.00.0118000000 – Outros benefícios previdenciários

3.1.90.13.00.00.0118000000 – Obrigações Patronais

Data da Assinatura: 09 de Fevereiro de 2015

Signatários: Prefeitura Municipal de Sinop – Juarez Alves da Costa e JANE FRACASSI

GABINETE
ERRATA DECRETO N° 009/2015

Publicado no Jornal Oficial AMM de 26/01/2015, Página: 91 – Edição nº. 2151.

Onde se lê:

“DECRETO Nº. 009/2014

DATA: 23 de janeiro de 2015”

Leia-se:

“DECRETO Nº. 009/2015

DATA: 23 de janeiro de 2015”

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Sinop – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Convocar os senhores abaixo elencados para participarem de sorteio que irá compor a Subcomissão Técnica de Licitação, prevista no Edital de Tomada de Preço nº 001/2015, que será realizado em Sessão Pública no dia 16 março de 2015, às 9h00, na sede da Câmara Municipal, situada na Avenida das Figueiras, nº 1.835, Centro – Sinop/MT.

Valcir Pereira de França

Ednaldo Batista Lobo

Julio Cesar Tabile

Andressa Pereira do Amaral

Fabrícia Viero

Henrique Lima Molinari

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 03 de março de 2015

Mauro Garcia

Presidente

GABINETE
DECRETO Nº 034/2015

DATA:27 de fevereiro de 2015

*SÚMULA:*Abre Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 83.427,73 (oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos) e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº 4.320/64, e, especialmente, a Lei nº. 2068/2014;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica O Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional Especial no valor de R$ 83.427,73 (oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos), nos termos do inciso II do art. 41 e do inciso I, do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no orçamento para o exercício de 2015, aprovado pela Lei nº 2087/2014, conforme segue:

02- GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0- GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.02.062.0003.1091- CONSTRUÇÃO DA SEDE DA DEFENSORIA PÚBLICA

4.4.90.00.00.00 - 0324055000- Aplicações DiretasR$68.693,98

- (sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e três reais e noventa e oito centavos)

4.4.90.00.00.00 - 0300000000- Aplicações DiretasR$14.733,75

- (quatorze mil, setecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos)

T O T A LR$83.427,73

Art. 2º. Para cumprimento do art. 1º e, de acordo com o art. 43, §1º, inciso I da Lei Federal n.º 4320/64 e os artigos 14 e 15 da Lei nº 2006/2014, serão utilizados os recursos no montante de R$ 83.427,73 (oitenta e três mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e três centavos) provenientes de superávit financeiro do Convênio nº 039/2009, celebrado entre a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e a Prefeitura Municipal de Sinop, apurados conforme Planilha elaborada pela Diretoria Adjunta de Orçamento, em anexo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 27 de fevereiro de 2015.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

TEODORO MOREIRA LOPES

Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.446, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Altera o art. 2º da Lei nº 2.163/2013 e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º da Lei nº 2.163, de em 27 de fevereiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A Cessão de Uso que se refere o artigo anterior é a cedência de 01 (uma) cadeira odontológica, 01 (um) equipo 2 pontas e 01 (uma) seringa tríplice, 01 (um) refletor, 01 (uma) unidade auxiliar, 01 (um) mocho, 01 (um) compressor odontológico, 01 (uma) estufa Olidef CZ, 01 (um) amalgamador, 01 (um) fotopolimerizador SUM LIT 1275, 01 (um) micro motor, 01 (um) contra ângulo, 01 (uma) caneta de alta rotação e instrumentais, para fins de acesso a saúde bucal dos associados e suas famílias.

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, 03 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.442, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial para contabilização de operação de crédito firmada junto ao Banco do Brasil, nos termos da Resolução CNM nº 4.098/2012, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder executivo autorizado a contabilizar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S.A., até o valor de R$ 10.675.438,08 (dez milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e oito centavos), observado o disposto no artigo 9º-S da Resolução CMN nº 2.827, de 30.03.2001, com as alterações introduzidas pela Resolução CMN n.º 4.098, de 28.06.2012, ambas do Conselho Monetário Nacional, e as eventuais alterações posteriores, bem como as demais disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito.

Parágrafo único. A operação de crédito ficará contabilizada na rubrica de receita 211499000000 – Operações de Créditos Internas – Contratuais.

Art. 2º Os recursos provenientes da operação de crédito autorizada no caput serão obrigatoriamente aplicados no financiamento de contrapartida de obras de construção de 1.272 unidades habitacionais do empreendimento Residencial Mario Raiter, através do Programa Minha Casa Minha Vida, vedada a aplicação de tais recursos em despesas correntes, em consonância com o § 1º do art. 35, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, conforme autorizado pela Lei 2377 de 07 de Agosto de 2014, ficando para tanto autorizado a abertura de crédito adicional especial, nos Termos do art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de até R$ 10.675.438,08, à seguinte rubrica orçamentária:

14 – Secretaria Municipal de Cidade

14.001 – Gabinete do Secretário

14.001.16 – Habitação

14.001.16.482 – Habitação Urbana

14.001.16.482.0016 – Equipa Mais Habilitação

14.001.16.482.0016.1.237 – Contrapartida a Construção de Unid. Habit. do Residencial Mario Raiter.

442245.00.00.00 – Subvenções Econômicas

Art. 3º Para fazer face ao crédito adicional especial autorizado no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos a Operação de Crédito oriunda do financiamento liberado pelo Banco do Brasil – CPAC, de acordo com o disposto no art. 1º desta Lei.

Art. 4º

Fica autorizado a inclusão em dívida fundada das despesas previstas no art. 1º, bem como a inclusão de Ação e Meta na Lei nº 2.281 de 04 de dezembro de 2013 que dispõe sobre o Plano Plurianual de 2014-2017, bem como na Lei nº 2.280 de 04 de Dezembro de 2014 que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, Lei 2.409 de 29 de Outubro de 2014, que dispõe sobre a LDO 2015.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, 03 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO ESTADO DE MATO GROSSO
RESULTADO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/2014

A Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para o conhecimento dos interessados que o certame Concorrência Pública n.º 003/2014, cujo objeto é "ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE SORRISO, NA FORMA DA LEI Nº 8.666/93, DE 21.06.93, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELAS LEIS Nº 8.883, DE 08.06.94, Nº 9.032, DE 28.04.95 E Nº 9.648, DE 27.05.98, BEM COMO NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.393, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014", foi declarado deserto o procedimento licitatório, e o certame considerado **FRACASADO**.

LUCIENE BABMARE HAHN QUINOT

Presidente da Comissão de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

Ref.: Edital de Licitação – Tomada de Preço nº 002/2015

Pelo presente termo, e observados os requisitos da Lei nº 8.666/93, homologo/adjudica o resultado, objeto relativo à licitação aberta pelo Edital de Tomada de Preço nº 002/2015, modalidade MAIOR DESCONTO, a seguinte Empresa:

EMPRESA	CNPJ/MF
MAXITUR AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	17.105.687/0001-22

Percentual de Descontos para Passagens Aéreas e Terrestres:

A = Percentual de desconto ofertado sobre passagem terrestre: 2 (dois) %;

B = Percentual de desconto ofertado sobre passagem aéreas: 4 (quatro) %;

Em cumprimento ao que determina o art. 43, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

Sorriso – MT, 03 de março de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
PORTARIA Nº 035/2015

Data: 03 de março de 2015.

Designa a servidora Elizabet Ana Salton como Fiscal Técnico do Contrato nº 005/2015 da Câmara Municipal de Sorriso e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando a necessidade de atender o dispositivo do Artigo 67 da Lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Elizabet Ana Salton**,nomeada pela Portaria nº 022, de 06 de fevereiro de 2012, no Cargo de Coordenador de Finanças, para exercer a função de Fiscal Técnico do Contrato nº 005/2015, que tem como objeto o fornecimento de passagens aéreas e terrestres para a Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 03 de março de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
PORTARIA Nº 034/2015

Data: 03 de março de 2015.

Designa a servidora Carla Pianesso da Silva Piardi como Fiscal Técnico do Contrato nº 004/2015 da Câmara Municipal de Sorriso e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor FÁBIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando a necessidade de atender o dispositivo do Artigo 67 da Lei 8.666/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Carla Pianesso da Silva Piardi**,nomeada pela Portaria nº 120, de 01 de dezembro de 2014, no Cargo de Assessor de Imprensa, para exercer a função de Fiscal Técnico do Contrato nº 004/2015, que tem como objeto o fornecimento de Coffee Break para a Câmara Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 03 de março de 2015.

FÁBIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
CONTRATO Nº 004/2015

Contrato nº 004/2015; Contratante: Câmara Municipal de Sorriso. **Contratada: PIM PÃO ALIMENTOS LTDA-ME**, CNPJ Nº 06.158.041/0001-97. *Data da Assinatura:* 03/03/2015. **Vigência:** 03/03/2015 à 31/12/2015. **Objeto:** Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada em serviços de fornecimento de COFFEE BREAK, destinados a atender as necessidades da Câmara Municipal de Sorriso no ano de 2015, conforme o ANEXO I (planilha quantitativa) do Edital. **Valor: R$ 17.180,00 (dezessete mil cento e oitenta reais), correspondente ao(s) lote(s) 01, 02, 03, 04, 05 e 06**. Conforme consta no Edital de licitação da Tomada de Preços nº 001/2015. Dotação Orçamentária: 01.001.01.031.0200.2001.3390.30.0000 – Material de Consumo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
PORTARIA Nº 033/2015

Data: 03 de março de 2015.

Nomeia servidor para Setor de Compras da Câmara Municipal de Sorriso, revoga a Portaria nº 006/2015, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor FABIO GAVASSO, Presidente da Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o servidor **Edivaldo Xavier dos Santos**, nomeado pela Portaria 009/2014, de 22 de janeiro de 2014, para o Setor de Compras da Câmara Municipal de Sorriso-MT.

Parágrafo Único – Em caso de ausência do servidor nomeado no **caput** deste artigo, o mesmo será substituído pelo servidor **Felipe Ribeiro de Oliveira**, nomeado pela Portaria nº 104, de 15 de outubro de 2014.

Art. 2° Os referidos servidores terão como função emitir as requisições de compras, bem como coordenar, orientar e controlar a aquisição e distribuição de materiais necessários para o funcionamento da Presidência, Coordenadorias e Gabinetes dos Vereadores.

Art. 3°

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 006/2015.

Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, em 03 de março de 2015.

FABIO GAVASSO

Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.447 DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre alterações na Lei nº 2.361/2014, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, área de terra situada no Município de Sorriso/MT, destinada à Expansão do Aeroporto Regional de Sorriso Adolino Bedin, revoga a Lei 2.414/2014 e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Art. 4º e parágrafo único da Lei nº 2.361/2014, passa a vigorar com as seguintes alterações e acrescido do § 2º:

Art. 4º O valor total da indenização da área de 20.6315 ha representada pelas matrículas 31.674; 31.694; 31.739 do CRI de Sorriso-MT, de propriedade de Leoclides Bedin, Ivan Bedin e Luciano Bedin avaliada no valor de R$ 2.255.546,66 será pago da seguinte forma: Lote urbano nº 01 da quadra 24, situado no Loteamento Alphaville II, neste Município de Sorriso-MT, com área de 3.062,50m², conforme matrícula nº 30.815 do CRI de Sorriso-MT, avaliado em R$ 810.424,13; Área Institucional da quadra G, situada no Loteamento Park das Araras, neste municipio de Sorriso-MT,

com área de 8.320,00 m² (oito mil, trezentos e vinte metros quadrados), conforme matrícula nº 31.500 do CRI de Sorriso-MT, avaliada em R$ 1. 427.323,73.

§ 1º Fica desafetado o imóvel denominado de Lote urbano nº 01 da quadra 24, situado no Loteamento Alphaville II, neste Município de Sorriso-MT, com área de 3.062,50m², conforme matrícula nº 30.815 do CRI de Sorriso-MT.

§ 2º O valor remanescente de R$ 17.798,80, será compensado por meio de liquidação de Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU ou outro tributo municipal, incidente sobre os imóveis e/ou serviços, em favor do Sr. Leoclides Bedin, Ivan Bedin e Luciano Bedin, ou ainda, os que forem por eles indicados, até que seja atingido o valor do crédito tributário.

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 2.414, de 12 de novembro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, 03 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.444, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre a verba de natureza indenizatória pelo Exercício da Atividade Parlamentar no âmbito do Poder Legislativo Municipal e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída na Câmara Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, a verba de natureza indenizatória para os vereadores, pelo exercício da atividade parlamentar, no valor de R$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), nos termos do Artigo 37, §11, da Constituição Federal.

Art. 2º A verba de que trata o Caput do Artigo 1°, será paga mensalmente aos Vereadores, no último dia útil do mês, através de depósito ou transferência bancária nas respectivas contas correntes dos titulares ou cheque ao portador.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento.

Art. 4º O valor pago a título de verba indenizatória, considerando o previsto no Art. 1º, será para o custeio das atividades parlamentares realizadas exclusivamente na sede do município, de forma compensatória, sendo exigida a apresentação de relatório mensal das atividades desempenhadas, conforme Anexo I, que fará parte integrante da presente Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º

Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis n°s 2.203, de 28 de maio de 2013, e 2.231, de 29 de julho de 2013.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, 03 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.443, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a ceder servidores municipais aos Sindicatos que menciona, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder servidores municipais com ônus ao órgão cedente, da seguinte forma:

01 odontólogo 20 horas semanais ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sorriso-MT, inscrito no CNPJ sob nº 24.672.644/0001-94;

01 odontólogo 20 horas semanais ao Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Sorriso-MT, inscrito no CNPJ sob nº 24.672.644.0001-94;

01 odontólogo 40 horas semanais ao Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sorriso-MT, inscrito no CNPJ sob nº 00.904.255/0001-89.

Art. 2º O prazo da cedência é até 31.12.2016.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, 03 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.445, DE 03 DE MARÇO DE 2015.

Institui o Projeto “Reconhecendo Esforços”, destinado a premiar os servidores das unidades escolares da rede pública municipal com os melhores resultados obtidos no cumprimento de metas educacionais, e dá outras providências.

Dilceu Rossato, Prefeito Municipal de Sorriso, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Projeto “Reconhecendo Esforços”, destinado a premiar os servidores das escolas da rede pública municipal de ensino que tenham obtido os melhores resultados conforme estabelecido nos objetivos e critérios do PROJETO “RECONHECENDO ESFORÇOS”, cuja cópia encontra-se em anexo e faz parte integrante desta Lei, para o ano de 2015.

Art. 2º O Projeto “Reconhecendo Esforços” visa valorizar o esforço e iniciativa dos educadores e unidades escolares pontuando aspectos ligados a dedicação, assiduidade, mobilização e articulação no desenvolvimento de projetos educacionais que proporcionam resultados efetivos, melhoria dos índices educacionais e otimização da aplicação dos recursos públicos.

*Art. 3º*As unidades escolares da rede municipal de ensino serão divididas em dois grupos para serem avaliadas e premiadas, observando-se os respectivos critérios.

I - 1º Grupo–Centro Municipal de Educação Infantil de Sorriso - CEMEIS: adotando-se os critérios de Assiduidade e Projetos ou iniciativas inovadoras.

II – 2º Grupo-Escolas de Ensino Fundamental completo, incompleto, com educação infantil e ou Mais Educação inclusa: adotando-se os critérios de assiduidade, índices de evasão e repetência e prova de conhecimento.

Parágrafo único. Os critérios de avaliação das unidades escolares estão especificados no Projeto 'Reconhecendo Esforços', em anexo.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura instituirá uma Comissão, composta por 5(cinco) membros, que terá por objetivo implementar e avaliar o desenvolvimento do 'Projeto: Reconhecendo Esforços', definindo os vencedores do Ano Letivo de 2015.

Art. 5º Serão premiadas as unidades escolares que obtiverem a melhor nota em cada grupo.

§ 1º Grupo dos CEMEIS: a)Que obtiver o melhor percentual na média aritmética obtida entre assiduidade (50%) e dos 'projetos ou iniciativas inovadoras (50%), obterá o primeiro lugar. b)O CEMEIS que obtiver o segundo melhor percentual, obterá o segundo lugar, assim sucessivamente. § 2º Grupo das unidades escolares que possuem Ensino fundamental com ou sem a educação infantil e ou Mais Educação: a)Far-se-á a média aritmética de três percentuais: assiduidade; índices e prova objetiva. A média destes três percentuais formará um número. Quem obtiver o maior número conquistou o primeiro lugar, o segundo maior número será o segundo lugar assim sucessivamente. § 3º Se ocorrer empate entre as unidades escolares de um mesmo grupo, servirá como critério de desempate: a)Quem obtiver maior nota no critério assiduidade. b)Se persistir o empate, adotar-se-á o segundo critério do Projeto “Reconhecendo Esforços” para cada grupo. § 4º Cada membro da equipe, exceto os cooperados, da unidade escolar em cada grupo (CEMEIS e Escola de Ensino Fundamental) que conquistar o primeiro lugar será premiado com um notebook novo.

§ 5º Para a pessoa, membro da equipe escolar, poder receber o prêmio, deverá estar atuando há pelos menos 150 (cento e cinquenta) dias letivos do Ano Letivo de 2015 na unidade escolar.

Art. 6º O Projeto “Reconhecendo Esforços”obedecerá às disposições contidas nesta Lei, sendo as demais regulamentações, definidas através do Projeto “Reconhecendo Esforços” e ou ainda por decreto municipal expedido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7° Para atender as despesas decorrentes desta Lei, serão utilizados os recursos orçamentários decorrentes das dotações em vigor, consignada na Lei Orçamentária às seguintes contas:

04 - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

04.001 – Gabinete do Secretário

04.001.12 -Educação

04.001.12.122 – Administração Geral

04.001.12.122.0030 – Gestão e manutenção da SEMEC

04.001.12.122.0030.2043 – Manutenção das atividades da Secretaria e Educação Básica

04.001.12.122.0030.2043.3390.39.00.00.00(0563) – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica – R$ 80.000,00

Art. 8° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sorriso, Estado de Mato Grosso, 03 de março de 2015.

DILCEU ROSSATO

Prefeito Municipal

Marilene Felicitá Savi

Secretária de Administração

PROJETO: RECONHECENDO ESFORÇOS

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1. Órgão promotor: Secretaria Municipal de Educação e Cultura 1.2. Abrangência: Rede Municipal de Ensino 1.3. Ano Letivo: 2015 1.4.Prefeito: Dilceu Rossato 1.5. Vice-Prefeito: Ederson Dal Molin 1.6. Secretária: Silvana Perin Faccio 1.7.Coordenação do Projeto: SEMEC

II – OBJETIVOS:

2.1. GERAL

Valorizar o esforço e iniciativa dos educadores e unidades escolares pontuando aspectos ligados a dedicação, assiduidade, mobilização e articulação no desenvolvimento de projetos educacionais que proporcionam resultados efetivos, melhoria dos índices educacionais e otimização da aplicação dos recursos públicos.

2.2. ESPECÍFICOS

2.2.1. Reconhecer e homenagear o trabalho dos professores e gestores da rede municipal de ensino,no exercício da atividade docente, que contribuem de forma relevante para a qualidade da Educação no município de Sorriso.

2.2.2. Valorizar o papel dos professores e gestores como agentes fundamentais no processo formativo das novas gerações.

2.2.3. Divulgar experiências exitosas e de qualidade que possam servir de referência a outras escolas e profissionais da educação.

2.2.4. Estimular a participação dos professores como sujeitos ativos na implementação do Plano Municipal Educação.

2.2.5. Valorizar o educador capaz de equilibrar o processo de ensino, buscando inovações para garantir o direito de aprendizagem a todos.

2.2.6. Definir critérios que estabeleçam pontuações que possam permitir a avaliação das unidades escolares com o intuito de premiar as que desenvolveram ações na busca de educação de qualidade em todos os âmbitos.

2.2.7. Premiar as unidades escolares que obtiveram, a partir dos critérios estabelecidos, a melhor pontuação, como os índices educacionais, a assiduidade dos profissionais, a diminuição de faltas, licenças, atestados, substituições.

2.2.8. Destacar, perante a sociedade e as demais unidades, aquelas unidades que conseguiram se mobilizar internamente, com o poder público e com a sua comunidade escolar para melhorar os índices educacionais, como o IDEB, Prova Brasil, diminuição da evasão, repetência, distorção idade/série/ano.

III – JUSTIFICATIVA

O ato de educar é um processo que exige dos profissionais da educação um esforço contínuo de ação-reflexão-ação. Os desafios são muitos, o mundo globalizado, o desenvolvimento tecnológico, as relações sociais, os interesses, a qualificação da mão-de-obra, as ciências, o ato de produzir, enfim, tudo é tão dinâmico e inovador, que não é mais possível pensar em desenvolver o processo ensino-aprendizagem como dantes.

O agente principal do ato de educar é o professor. Ele pensa a educação e conduz, dá a direção. Nele está depositada a responsabilidade em fazer a educação acontecer. Sabemos que há um contexto amplo em que tudo acontece. Mas é neste contexto, com sua habilidade e articulação, que a educação deve ocorrer. Esta capacidade de leitura de todo o contexto global histórico-presente-futuro em todas as dimensões devem fazer parte do planejamento destes profissionais, a fim de chegar aos objetivos que se propõe: ofertar educação de qualidade aos educandos.

Observa-se que a maioria dos profissionais está imbuída de um esforço incansável para se obter os melhores resultados possíveis para o sucesso de seus educandos, mas esbarra-se em uma série de fatores que vem na contramão e que exigem um repensar constante. Observa-se que há falta de comprometimento de alguns colegas, bem como dos pais ou responsáveis; às vezes falta de planejamento adequado; as iniciativas diferenciadas não são valorizadas; falta de equipamentos e infraestruturas adequadas, dentre outros.

Uma das dificuldades dos educadores em realizar seus planejamentos sempre foi a ausência de índices oficiais que pudessem expressar a realidade e realizar comparação com outros educandos, instituições e até países no que se refere ao desenvolvimento dos processos educacionais. Historicamente a educação esbarrou em dificuldades de planejar e estabelecer metas claras de ação por não haver parâmetros e indicadores. Com esta preocupação o governo federal instituiu o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. É um indicador educacional que combina informações de desempenho escolar dos estudantes de 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9º ano do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio com informações sobre o rendimento escolar (aprovação). É um ótimo indicador para avaliar o andamento da educação e realizar estudos com base nestes indicadores e propor novos planejamentos.

Como já é de conhecimento de todos, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007, serve para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O índice é medido a cada dois anos e se baseia no fluxo escolar e nos resultados de desempenho de Língua Portuguesa e Matemática em avaliações nacionais, para a 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9º ano do Ensino Fundamental e o 3º ano do Ensino Médio, avaliando tanto as escolas públicas como as privadas. O objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – o que correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. Esta preocupação do governo federal está posta no Plano Nacional de Educação, na Meta 7, veja:

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	1º ano	3º ano	5º ano	7º ano	10º ano
Anos iniciais do Ensino Fundamental	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do Ensino Fundamental	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

META7 - anos iniciais – até 5º ano do Ensino Fundamental

	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	4,60	4,60	4,90	5,20	5,50	5,70	6,00
Sorriso	5,20	4,40	4,70	5,00	5,30	5,60	5,80
MT	4,90	4,40	4,70	5,00	5,30	5,60	5,90

http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

META7 - anos finais – 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental

	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	4,00	3,90	4,40	4,70	5,00	5,20	5,50
Sorriso	4,50	3,90	4,30	4,60	4,90	5,20	5,40
MT	4,30	3,50	3,90	4,30	4,60	4,90	5,10

http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

META 7 - Ensino Médio							
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Brasil	3,60	3,70	3,90	4,30	4,70	5,00	5,20

http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php

O IDEB é mais que um indicador estatístico. Ele nasceu como condutor de políticas públicas para melhoria da qualidade da educação, tanto no âmbito nacional, como nos Estados, Municípios e escolas. Sua composição possibilita não apenas o diagnóstico atualizado da situação educacional em todas essas esferas, mas também a projeção de metas individuais intermediárias rumo ao incremento da qualidade de ensino.

Com relação a rede municipal de ensino de Sorriso, foram observados os seguintes números do IDEB nos anos de 2007, 2009 e 2011, por unidade escolar:

ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SORRISO – MT

ESCOLAS MUNICIPAIS DE SORRISO – ÍNDICE GERAL:

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	3.5	4.7	5.2	5.2	3.6	3.9	4.3	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7
8º/9º A	3.6	4.5	4.6	4.6	3.6	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.3	5.6

Observa-se que o município de Sorriso está acima dos índices propostos pelo governo federal. Para os anos iniciais o índice corresponde ao ano de 2017 e para os anos finais do Ensino Fundamental ao ano de 2013. Nas avaliações de 2005 para 2007 e de 2007 para 2009 houve um crescimento razoável. Na avaliação de 2009 para 2011, houve estagnação nos índices. Isto, na média, como pode se verificar por unidade escolar nas tabelas abaixo, houve algumas escolas que melhoraram e outras que baixaram a média. Mas mais da metade das escolas municipais apresentaram índices menores. A grande pergunta: POR QUE?Quais as ações que foram eficazes e que permitiram este crescimento? Ou pelo contrário, o que levou a diminuição destes índices? Isto deve causar uma preocupação e planejamento no sentido de diagnosticar as causas e buscar melhorar os resusltados.

Os índices propostos pelo MEC está em uma escala de 0 a 10. Estar em 5,2 ou 4,6, podemos dizer que é uma nota muito baixa, quando queremos pensar em educação dequalidade. Neste sentido, precisa-se envidar esforços para alcançar notas bem melhores do que estas que aí se apresentam.

A seguir, será apresentado os índices do IDEB de cada unidade escolar da rede municipal de ensino de Sorriso. É fundamental que seja analisado os índices de sua unidade escolar e o gestor com sua equipe de profissionais, articulado com a comunidade e o poder público definir ações que possam ser efetivas no sentido de melhorar oseu índice. Esta é com certeza a preocupação dos educadores e o desafio que está em nossas mãos.

ESCOLAS MUNICIPAIS DE SORRISO – ÍNDICES ESPECIFICADOS POR UNIDADE ESCOLAR:

1 - CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO BASICA SORRISO

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A		3.9	4.1	4.3		4.1	4.5	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8
8º/9º A			4.3	3.7			4.4	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8

2 - EM FLOR DO AMANHA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	3.1	4.7	4.4	4.1	3.2	3.5	3.9	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4
8º/9º A												

3 - EM LEONCIO PINHEIRO DA SILVA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	4.4	5.1	5.0	5.4	4.4	4.8	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2	6.5
8º/9º A												

4 - EM PROF IVETE LOURDES ARENHARDT

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	3.9	5.3	6.1	6.2	3.9	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8	6.1
8º/9º A	4.0	5.2	4.8	4.9	4.1	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0

5 - EM PROFESSORA GENI TEREZINHA FORGIARINI

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A		4.2	4.9	***		4.4	4.8	5.0	5.3	5.6	5.8	6.1
8º/9º A												

6 - ESCOLA MUNICIPAL AURELIANO PEREIRA DA SILVA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	4.4	4.5	5.5	5.7	4.5	4.8	5.2	5.5	5.7	6.0	6.3	6.5
8º/9º A	3.8	4.5	4.5	4.3	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8

7 - ESCOLA MUNICIPAL BOA ESPERANÇA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A			5.2	6.0			5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7
8º/9º A			5.5	***			5.6	5.9	6.2	6.4	6.6	6.8

8 - ESCOLA MUNICIPAL GENTE SABIDA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	2.7	3.6	4.2	5.4	2.7	3.0	3.5	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9
8º/9º A												

9 - ESCOLA MUNICIPAL JARDIM AMAZONIA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	4.1	3.9	4.8	5.5	4.2	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0	6.3
8º/9º A												

10 - ESCOLA MUNICIPAL JARDIM BELA VISTA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	3.3	5.1	5.2	5.1	3.4	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6
8º/9º A	2.9	4.2	4.7	***	3.0	3.2	3.6	4.1	4.5	4.7	5.0	5.3

*** Sem média na Prova Brasil 2011.

11 - ESCOLA MUNICIPAL LEONEL DE MOURA BRIZOLA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	3.6	5.1	5.1	4.6	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6	5.8
8º/9º A		3.9		***		4.0	4.2	4.5	4.9	5.1	5.4	5.6

12 - ESCOLA MUNICIPAL PAPA JOAO PAULO II

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A		4.8	5.6	5.1		5.0	5.3	5.6	5.8	6.1	6.3	6.5
8º/9º A	3.7	4.1	4.3	***	3.7	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.4	5.7

13 - ESCOLA MUNICIPAL PRIMAVERA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A			4.7	4.7			5.0	5.3	5.5	5.8	6.1	6.3

8º/9º A			3.8	4.3			4.0	4.3	4.6	4.8	5.1	5.4

14 - ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	3.8	5.3	6.5	5.7	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0
8º/9º A	3.8	4.9	4.5	4.8	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	5.8

15 - ESCOLA MUNICIPAL SAO DOMINGOS

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	3.6	4.6	4.4	5.2	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8
8º/9º A	3.4	4.4	4.6	5.0	3.5	3.6	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.4

16 - ESCOLA MUNICIPAL VALTER LEITE PEREIRA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	2.6	4.2	4.8	4.7	2.7	3.0	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9
8º/9º A		2.9		***		3.0	3.2	3.5	3.9	4.1	4.4	4.7

17 - ESCOLA MUNICIPAL VILA BELA

SÉRIE/ANO	IDEB OBSERVADO				IDEB PROJETADO							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
4º/5º A	3.3	4.6	5.6	4.4	3.3	3.7	4.1	4.4	4.7	5.0	5.3	5.6
8º/9º A	3.3	4.1	4.6	***	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3

A distorção idade/ano/série é um problema sério no processo ensino aprendizagem. A causa está na reprovação, evasão e desistência. As consequências para a sociedade e os alunos, de modo geral são muito negativas. Não se defende a ideia de passar aluno sem as competências, habilidades, conhecimentos, mínimos necessários para o ano seguinte. Mas também podemos afirmar que a reprovação em si não pode ser considerada solução de problemas de aprendizagem.

Há a necessidade de realizar estudos, envidar esforços e em um sobre-esforço buscar superar estas situações, que sabemos que são complexas. Além do fracasso escolar estar presente no psicológico dos estudantes, o investimento do poder público é um outro aspecto a considerar. Esta situação gera um custo em duplicidade, o que vem acarretar uma série de problemas, pois são alunos que deveriam progredir e acabam ocupando a vaga de outros; são gastos a mais com toda a infraestrutura educacional (professores, funcionários, transporte escolar, alimentação escolar,...). Estes recursos acabam faltando para cobrir aquelas necessidades de equipamentos, infraestruturas ou no investimento para beneficiar os próprios profissionais da educação.

Abaixo, há três tabelas que demonstram os índices de distorção idade/ano/sériena rede municipal de ensino de Sorriso. Observa-se que em 2011 a rede municipal apresentava 14,9%; em 2012:13,5%; em 2013:13,5%. Outra situação: em 2011 no 6º ano na rede municipal havia 26,2% do alunos em distorção idade/ano. Se realizarmos um cálculo como referência o ano de 2013, a rede municipal possuía 13.500 alunos em sua rede, 13,5% corresponde a 1.822 alunos que estão em distorção idade/ano/série. Nenhuma escola municipal possui 1.822 alunos. Isto quer dizer que o poder público teve que investir duplamente para atender esta demanda. Isto é um custo muito alto que todos pagam de uma forma ou outra.

As tabelas a seguir mostram os índices das redes e anos com a respectiva distorção idade/ano/série:

A DISTORÇÃO IDADE/ANO/SÉRIE

ANO 2011

Rede	Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
	Total Fundamental	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Municipal	14,9	10,1	22,5	0,4	6,9	11,9	15,1	16,4	26,2	22,1	21,5	15,5
http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais ANO 2012												
Rede	Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
	Total Fundamental	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Municipal	13,5	9,7	20	0,5	6,5	11	14,5	16,4	22,9	22,8	16	13,9

http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais

ANO 2013

Rede	Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											
	Total Fundamental	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano
Municipal	13,5	10,3	19,3	0,4	7,4	12	14,3	17,2	23	19,9	18	10,6
http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais												

Outro fator que preocupa a administração municipal é o excesso de atestados, licenças, afastamentos, desvios de função de seus servidores. Isto gera um custo financeiro exorbitante e um prejuízo no processo ensino-aprendizagem. Um professor que sai e a vaga é ocupada por um substituto, ocasiona um problema na continuidade no processo ensino-aprendizagem do aluno. Até se ambientar, o profissional sai e outro retorna. Estudos comprovam que não é bom para o aluno. Isto pode ocasionar baixa aprendizagem, descontinuidade, evasão, repetência e piorar os índices educacionais.

A SEMEC, em 2014, em função de licenças, atestados,desembolsou aproximadamente R$1.200.000,00

Estes fatores são negativos. Por outro lado, constatamos que há profissionais e escolas extremamente empenhados, evitam atestados, licenças, afastamentos por qualquer motivo e que realizam um trabalho elogiável na busca de melhores índices educacionais, cumprindo com sua função de servidor público. Estes profissionais e unidades escolares que fazem o diferencial na educação acabam por serem nivelados da mesma forma que os demais. Alguns perdem a motivação em fazer além do mínimo necessário.

Com este Projeto: Reconhecendo esforços, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura pretende olhar com um diferencial e valorizar os profissionais e as unidades escolares, nas quais os gestores, articulados com suas equipes de trabalho, o poder público e a comunidade escolar realizam um trabalho de qualidade, com iniciativas, obtendo melhoria nos índices educacionais e otimizando a aplicação dos recursos públicos. O mínimo que se pode se realizar é premiar e destacar estas unidades escolares e seus profissionais.

IV – DOS CRITÉRIOS PARA PREMIAÇÃO

Serão divididas em dois grupos as unidades escolares da rede municipal para serem avaliadas e premiadas.

1º Grupo: CEMEIS

As unidades escolares que possuem exclusivamente alunos da educação infantil – CEMEIS formarão um grupo e serão avaliadas diferentes das que possuem ensino fundamental. Nestas unidades observar-se-á dois critérios para serem merecedoras do prêmio 'Reconhecendo esforços', quais sejam: a)Assiduidade: A assiduidade será considerada como 50% (cinquenta por cento) da pontuação da unidade escolar.

Calcula-se o percentual do total de horas obtidas em faltas, licenças médicas, afastamentos de 01/02/2015 a 18/12/2015 de toda a sua equipe(os gestores, professores, administrativo, serviços gerais) da unidade escolar, em relação a carga horária total de trabalho de toda a equipe (os gestores, professores, administrativo, serviços gerais). Formar-se-á um índice, o qual fará média aritmética com o critério seguinte.

Serão considerados nestes quesito somente os servidores públicos municipais (os gestores, professores, administrativo e serviços gerais) efetivos ou contratados. Os cooperados serão avaliados e premiados pela respectiva Cooperativa e com critérios próprios.

b)Projetos ou iniciativas inovadoras:

São projetos e ou iniciativas inovadoras realizadas pela unidade escolar (gestores, profissionais - articulados com a comunidade e poder público) que visam a qualidade da educação, relativas a quaisquer componentes curriculares, área do conhecimento ou outras ações desenvolvidas pela escola em prol a aprendizagem, educação, cultura, desporto ou o desenvolvimento social e humano da sociedade.

As inscrições estarão abertas para estas experiências de ensino-aprendizagem que possam ser comprovadas por forma documental, observando-se oque segue:

A)Serão considerados para a avaliação os seguintes critérios:

I – Apresentação do Projeto;

II – A abrangência do Projeto: a que se propõe atingir;

III – A repercussão: qual o impacto na comunidade;

IV - O envolvimento da escola e comunidade: o projeto está desafiando, comprometendo a escola e comunidade;

V - O caráter de continuidade: ele é momentâneo ou leva a uma ação prolongada;

VI – Os resultados alcançados: o que se conseguiu;

VII – Apresentação e entrega do relatório final de desenvolvimento do Projeto na SEMEC, no final do Ano Letivo.

B)Os Projetos deverão conter ao menos:

a) Dados de Identificação;

b) Título do Projeto;

c) Justificativas;

d) Objetivo Geral;

e) Objetivos Específicos;

f) Atividades com cronograma de desenvolvimento;

g) Recursos humanos e materiais necessários para implementar o Projeto.

C) No relatório de execução deverá constar:

a) Introdução;

b) Dados de Identificação;

c) Nome do Projeto;

d) Relatório de desenvolvimento das ações e atividades previstas no Projeto;

e) Conclusão.

Se a Comissão avaliadora achar por bem, poderá realizar um momento de apresentação dos trabalhos em público e avaliar. Na média aritmética destes dois critérios: assiduidade e projeto ou iniciativas inovadoras, quem obtiver a maior pontuação será o 1º colocado, o que obtiver a 2º maior pontuação o 2º colocado e assim sucessivamente. 2º Grupo:Escolas de Ensino Fundamental completo, incompleto, com educação infantil e ou Mais Educação inclusa. a) Assiduidade A assiduidade terá peso de 40% (quarenta por cento) da pontuação da unidade escolar.

Calcula-se o percentual do total de horas obtidas em faltas, licenças médicas, afastamentos de 01/02/2015 a 18/12/2015 de toda a sua equipe (os gestores, professores, administrativo, serviços gerais) da unidade escolar, em relação a carga horária total de trabalho de toda a equipe (os gestores, professores, administrativo, serviços gerais). Formar-se-á um índice, o qual fará média aritmética com os demais critérios abaixo especificados.

Serão considerados nestes quesitos somente os servidores públicos municipais (os gestores, professores, administrativo e serviços gerais) efetivos ou contratados. Os cooperados serão avaliados e premiados pela respectiva Cooperativa e com critérios próprios.

b) Índices O 'índices' terá peso de 30% (trinta por cento) para fazer a média final. No início do ano, contabilizar-se-á as matrículas. O total de alunos corresponderá a 100% (cem por cento). Destes, no decorrer do ano, far-se-á a média aritmética dos percentuais abaixo, o qual dará um percentual do 'índices'. Dos alunos matriculados, verificar-se-á os seguintes índices: ØEvasão: calcular-se-á o percentual de evasão no decorrer ano letivo de 2015 na unidade escolar. ØRepetência: calcular-se-á o percentual de repetência no decorrer do ano letivo de 2015. Destes dois percentuais, far-se-á a média aritmética que dará o percentual do 'índices'. c)Prova de conhecimento

A 'prova de conhecimento' terá peso de 30% (trinta por cento), a qual irá compor a nota final da unidade escolar.

Far-se-á uma prova escrita objetiva com 10%(dez por cento) dos alunos de cada turma/ano/série de cada unidade escolar, sendo que a escolha dos alunos será por sorteio, a fim de obter uma nota média por amostragem da aprendizagem dos alunos da unidade escolar.

As questões serão elaboradas pelos professores de cada área de conhecimento e posteriormente encaminhada à comissão que irá selecionar as questões e elaborar as provas para posteriormente serem aplicadas. As provas serão aplicadas no mês de novembro/2015.

V – DA AVALIAÇÃO

A SEMEC instituirá uma Comissão, composta por 5(cinco) membros, que terá por objetivo implementar e avaliar o desenvolvimento do 'Projeto: Reconhecendo esforços', definindo os vencedores do Ano Letivo de 2015.

A avaliação será a partir dos critérios definidos neste Projeto item IV para as duas categorias: CEMEIS uma forma de avaliar e Escolas de Ensino Fundamental outra.

VI – DA PREMIAÇÃO

Serão premiadas as unidades escolares que obtiverem a melhor nota,ou seja:

O CEMEIS que obtiver o melhor percentual na média aritmética obtida entre assiduidade (50%) e dos 'projetos ou iniciativas inovadoras (50%), obterá o primeiro lugar. O CEMEIS que obtiver o segundo melhor percentual, obterá o segundo lugar, assim sucessivamente. As unidades escolares que possuem Ensino fundamental com ou sem a educação infantil e ou Mais Educação, irão fazer a média aritmética de três percentuais: assiduidade; índices e prova objetiva. A média destes três percentuais formará um número. Quem obtiver o maior número conquistou o primeiro lugar, o segundo maior número será o segundo lugar assim sucessivamente. Se ocorrer empate entre as unidades escolares de uma mesma categoria, servirá como critério de desempate: c)Quem obtiver maior nota no critério assiduidade. d)Se persistir o empate, adotar-se-á o segundo critério do item IV. A unidade escolar em cada categoria (CEMEIS e Escola de Ensino Fundamental) que obter o primeiro lugar será premiada. Cada membro da equipe, exceto os cooperados,receberá como prêmio um notebook novo.

Para a pessoa, membro da equipe escolar, poder receber o prêmio, deverá estar atuando pelos menos 150 (cento e cinquenta) dias letivos do Ano Letivo de 2015 na unidade escolar.

A premiação será entrega por ocasião da abertura do Ano Letivo de 2016.

Sorriso-MT, 03 de março de 2015.

Silvana Perin Faccio

Secretária Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

PROCESSO Nº 002/2015

A Comissão de Licitação **da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT torna** público aos interessados que realizará Licitação na modalidade de Tomada de Preços n° 01/2015, para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE RECONSTRUÇÃO DE DUAS PONTES DE CONCRETO ARMADO NO P. A. AZULONA, SENDO: RECONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O CORREGO GAMELEIRA MEDINDO 15M DE COMPRIMENTO E RECONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O CORREGO AZULONA MEDINDO 30M DE COMPRIMENTO, NO MUNICIPIO DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 075/2013, PORTARIA Nº 466/2013, MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA".**Abertura no dia **19 de Março de 2015**, às 09:00 horas (Horário Oficial de Brasilia-DF). Os interessados poderão obter informações e Edital na sede da Prefeitura Municipal no horário de 14:00

ás 18:00 ou pelo telefone (66) 3522-2117 e email – licitacao_sfa.09.12@hotmail.com.

São Félix do Araguaia - MT, 02 de Março de 2015.

Fabiana Aguiar da Silva

Presidente da CPL/PMSFA

Portaria n.º 011/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2012 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS

EDITAL Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

.

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS

.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO.

.

O Prefeito Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

.

Considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

.

Considerando o Decreto Municipal nº 49, de 17 de dezembro de 2012, que **homologou** o resultado final do Concurso Público nº 1/2012, com prazo de validade até 17 de dezembro de 2014;

.

Considerando o Decreto Municipal nº 105, de 24 de outubro de 2014, que **prorrogou** o prazo de validade do Concurso Público nº 1/2012 para 17 de dezembro de 2016;

.

RESOLVE:

.

Art. 1° Convocar para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo, os candidatos aprovados no Concurso Público nº 1/2012, na forma do **Anexo I**.

.

Art. 2° Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, no seu Edifício Sede, na Avenida Araguaia, nº 248 – Centro, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário oficial de Brasília, das 14:00 (quatorze) às 18:00 (dezoito) horas, para tomar posse no cargo respectivo.

.

§ 1º Nos termos do caput deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida nos itens 7.4, 7.5 e 7.6 do Edital de Abertura e Editais Complementares do Concurso Público, transcritos no Anexo II;

.

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no caput e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à posse e de qualquer outro direito inerente ao Concurso, conforme Edital de Abertura e Editais Complementares do Concurso Público.

.

§ 3º O candidato convocado por este Edital poderá requerer prazo adicional para a posse, nos termos do § 1º do art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 36, de 30 de outubro de 2003.

.

Art. 3° As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, do Decreto nº 49/2012 de Homologação do Concurso Público, do Decreto nº 105/2014 de prorrogação do Concurso Público e da legislação municipal aplicável.

.

Art. 4° Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

.

São Félix do Araguaia-MT, em 3 de março de 2015.

.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

ANEXO I AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS PARA TOMAR POSSE

ASSISTENTE SOCIAL – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
NOME	Nº de Inscrição	Classificação
SÍLVIA MELO MACEDO	00621	3º

.

==========

.

ANEXO II AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA TOMAR POSSE

ITENS 7.4, 7.5 E 7.6 DO EDITAL DE ABERTURA, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 14.

7.4. Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

7.4.1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

7.4.2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

7.4.3. Certidão de Casamento ou Nascimento;

7.4.4. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

7.4.5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

7.4.6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7.4.7. Cartão do PIS/PASEP;

7.4.8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem a posse, que pode ser substituída por Certidão de Quitação Eleitoral, a ser obtida em qualquer Cartório Eleitoral, ou pelo site www.tse.jus.br;

7.4.9. Título de Eleitor;

7.4.10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

7.4.11. Certidão Negativa de Débitos (CND) para com o Município de São Félix do Araguaia-MT e, em caso de existência de dívidas vencidas, o candidato convocado deverá quitar os débitos previamente à emissão da CND, ou providenciar seu parcelamento, para emissão de Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa (CPD-EN);

7.4.12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho, pessoa jurídica ou física que atue neste ramo de atividade;

7.4.13. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

7.4.14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

7.4.15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

7.4.16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

7.4.17. Declaração contendo endereço residencial, emitida por instituição pública, ou cópia de fatura de consumo (telefone, energia elétrica, água, fatura de cartão de crédito, etc) em nome do candidato convocado;

7.4.18. Declaração de Não Acumulação de Cargos Públicos, na forma do ANEXO III, ou Declaração de Acúmulo de Cargos Públicos prevista nos Incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal, nos termos do ANEXO IV;

7.4.19. Declaração de Bens, na forma do ANEXO V;

7.4.20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função, na forma do ANEXO VI;

7.4.21. Declaração de Não Infringência às Leis que Fundamentam o Edital do Concurso 001/2012, nos termos do ANEXO VII.

7.5. Os candidatos convocados farão exame médico admissional, que será realizado por profissional da Medicina do Trabalho, pessoa jurídica ou física que atue neste ramo de atividade.

7.5.1. Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica atendendo legislação em vigor, observando o que segue.

7.5.2. A inspeção médica terá caráter eliminatório.

7.5.3. Todos os exames correrão às expensas do candidato.

7.5.4. Caberá ao profissional da Medicina do Trabalho, pessoa jurídica ou física que atue neste ramo de atividade, emitir atestado de saúde, considerando o candidato “apto" ou “inapto" para o cargo.

7.6. Os exames complementares a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados:

7.6.1. Exames Laboratoriais:

a) Urina tipo I;

b) Hemograma completo;

c) VDRL;

d) Protoparasitológicos.

.

==========

.

ANEXO III AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), declaro para os devidos fins e efeitos legais que NÃO ACUMULO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO DE NATUREZA PÚBLICA, nos termos dos Incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente declaração.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2015.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

.

==========

.

ANEXO IV AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), declaro para os devidos fins e efeitos legais que, ao tomar posse no Cargo do Concurso Público Municipal nº 001/2012, passarei a ACUMULAR CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO DE NATUREZA PÚBLICA, permitido nos termos dos Incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição Federal.

Detenho outro Cargo, Emprego ou Função de Natureza Pública, acumulável e com compatibilidade de horário, nos termos da Constituição Federal, e conforme abaixo, com comprovação por documentação anexa firmada pelo Órgão/Instituição que já trabalho:

Nome do Cargo, Emprego ou Função de Natureza Pública que já detenho	
Órgão Instituição	
Esfera de Governo / Administração Direta ou Indireta / Outros Poderes	

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2015.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

.

==========

.

ANEXO V AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Nome: _____

Cargo: _____

[] POR DECLARAÇÃO PRESTADA À RECEITA FEDERAL, EM ANEXO[] POR DECLARAÇÃO PARTICULAR ABAIXO:

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____ (UF), em cumprimento ao que determina a Lei

Federal nº 8.429 de 12 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARO minha situação patrimonial atualizada, conforme abaixo:

[] NÃO POSSUO BENS E/OU VALORES

[] POSSUO OS BENS E/OU VALORES

[] ABAIXO DISCRIMINADOS:

[] CONSTANTES NA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA ANEXA

TIPO	DESCRIÇÃO	VALOR
Imóvel	1 casa, etc, etc	R$ .....
Móvel	1 veículo marca ..., ano ..., modelo ...	R$ .....
Valores	Poupança/Conta Corrente no Banco	R$ ....
Semoventes	Gado, Cavalo, etc	R$ ...
Outros	.....	.....
	T O T A L→ →	

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO, para que surta seus efeitos legais.

São Félix do Araguaia-MT, em _____ de _____ de 2015.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

.

==========

.

ANEXO VI AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Eu _____, [Nacionalidade, Estado Civil, Profissão], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), DECLARO, para os devidos fins e efeitos legais, QUE TENHO DISPONIBILIDADE PARA CUMPRIMENTO DE CARGA HORÁRIA INTEGRAL EXIGIDA POR MINHA ATIVIDADE FUNCIONAL, NO CARGO PRETENDIDO.

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente declaração.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2015.

_____

NOME DO CANDIDATO CONVOCADO

.

==========

.

ANEXO VII AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

DECLARAÇÃO DE NÃO INFRINGÊNCIA ÀS LEIS QUE FUNDAMENTAM O EDITAL DO CONCURSO 001/2012

Eu _____, brasileiro(a), estado Civil, Profissão, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ SSP/___ e inscrito(a) no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado(a) na _____ Cidade de _____(UF), DECLARO, para os devidos fins e efeitos legais, QUE NÃO INFRINGI AS LEIS QUE FUNDAMENTAM O EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012.

Por ser verdade e sob as penas da Lei, firmo a presente declaração.

São Félix do Araguaia (MT), em ___ de _____ de 2015.

_____

NOME DO CONVOCADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N° 24/2015 - DE 02 DE MARÇO DE 2015

Nomeia os membros para a Comissão de Aplicação e Execução de Teste Seletivo para a Contratação de Dentista para o PSF, desta Prefeitura Municipal e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear os membros da Comissão de Aplicação e Execução do teste Seletivo para a Contratação Dentista para o PSF da Prefeitura Municipal de São José do Povo-MT. Conforme Edital nº006/2015 - Seletivo nº002/2015.

ARTIGO 2º- A comissão será composta de 01 (um) Presidente e 02 (dois) membros, como segue:

Presidente:

SIDNEIA CAETANO DOS SANTOS;

Membros:

I - MARIA DE LOURDES GUIMARÃES RODRIGUES;

II - REINAN SILVA DE SOUZA.

ARTIGO 2º-Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO, 02 DE MARÇO DE 2015.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº. 1/2015

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **83/2014**, por ordem do Senhor *ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA*, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: AGROFITO CAMINHÕES E DEFENSIVOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 32.996.969/0002-31, no valor GLOBAL de R$ 1.499,50 (Um Mil, Quatrocentos e Noventa e Nove Reais, e Cinquenta Centavos.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 3 de Março de 2015.

_____	_____
MARIA IRANDI DUARTE	**ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**
Presidente da Comissão de Licitação	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

LEI N° 1.040, DE 2 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, FAZ SABER que Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o – Fica autorizada a abertura de crédito especial no orçamento vigente no valor de R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria Municipal de Saúde

001 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0029 – Atenção Básica

2061 – Manutenção dos PSF's – Programa Saúde da Família

3.3.90.48.00.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas FísicasR$ 32.000,00

Art. 2o – Para suportar o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos orçamentários previstos no art. 43, §1 o Inciso III da Lei 4.320/64, resultante de anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria Municipal de Saúde

001 – Fundo Municipal de Saúde

10 – Saúde

301 – Atenção Básica

0029 – Atenção Básica

2061 – Manutenção dos PSF's – Programa Saúde da Família

3.3.90.30.00.00 – Material de ConsumoR$ 32.000,00

Art. 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 02 de março de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 048/2015, DE 2 DE MARÇO DE 2015

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE MEDIÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS.

Natanael Casavechia, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Instituir a Comissão Permanente de Medição e Fiscalização de Obras executadas no Município de São José do Rio Claro, para o exercício de 2015, composta dos seguintes membros:

Presidente: Nilton Pereira

Membro:Anésio Radigonda

Membro:Derli Soares Floriano

Membro:Marco Aurélio Ferreira Leite

Membro:José Xavier Filho

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro(MT), 2 de março de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

LEI N° 1041, DE 2 DE MARÇO DE 2015

"AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NATANAEL CASAVECHIA, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, FAZ SABER que Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o – Fica autorizada a abertura de crédito especial no orçamento vigente no valor de R$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais), para atender a seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

003 – FUNDEB

12 – Educação

367 – Educação Especial

0035 – Revitalizando a Educação

2093 – Manutenção e Encargos da Educação Especial 40%

3.3.50.41.00.00 – ContribuiçõesR$ 49.200,00

Art. 2o – Para suportar o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos orçamentários previstos no art. 43, §1 o Inciso III da Lei 4.320/64, resultante de anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

001 – Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

12 – Educação

122 – Administração Geral

0032 – Gestão e Manutenção da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

2043 – Manutenção das Atividades da Secretaria e Departamentos

3.3.90.30.00.00 – Material de ConsumoR$ 49.200,00

Art. 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 02 de março de 2015.

NATANAEL CASAVECHIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

SECRETARIA DE FAZENDA
ADESÃO

O senhor **CARLOS ROBERTO BIANCHI**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, e com autorização da Empresa: **M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**, Inscrita no CNPJ 07.811.058/0001-64, com sede na Avenida da FEB, 2.138, Bairro Manga – CEP 78.115-000, em Varzea Grande - MT. ADERIR a atermo de Adesão o Lote I da Ata de Registro de Preço de 80/2014 do Pregão Presencial RP 053/2014, junto a Prefeitura Município de Nova Ubiratã - MT.

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO TP 03/2015

Eu, **CARLOS ROBERTO BIANCHI** Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos, **HOMOLOGO** aos 26 dias do mês de fevereiro de 2015, a Empresa: **J S CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA**, incrita no CNPJ sob o nº 16.910.656/0001-81, sediada na Av. João Leite, QD, 50, Lote 66,

Setor Santa Genoveva – Goiânia – GO, foi vencedora deste certame com o valor total de R$ 330.000,00 (Trezentos e Trinta Mil Reais). Tomada de Preço **03/2015**, Objeto: "Execução de Serviços de Microreevestimento Asfáltico.

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE CONTRATO 21/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº. **21/2015**, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, CNPJ N° 15.024.029/0001-80, CONTRATADA: **J S CONSTRUTORA E LOCADORA LTDA**, incrita no CNPJ sob o nº 16.910.656/0001-81, sediada na Av. João Leite, QD, 50, Lote 66, Setor Santa Genoveva – Goiânia – GO, foi vencedora deste certame com o valor total de R$ 330.000,00 (Trezentos e Trinta Mil Reais). Tomada de Preço *03/2015*, Objeto: "Serviços de Microreevestimento asfáltico.

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DE EDITAL PP RP 09/2015

O Pregoeiro da Prefeitura de São José dos Quatro Marcos/MT comunica às empresas que às 14h00min, do dia **16/03/2015**, realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço de nº. **09/2015**, e receberá os envelopes de (proposta e de habilitação) visando futuro e eventual *"Caldeirões a Gás a Vapor"*. O Edital completo e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura através de REQUERIMENTO, Maiores informações pelo telefone 3251 – 1138, das 12:00 as 18:00 horas. CLAUDECIR ALVES FEITOSA, Pregoeiro.

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DA ATA DE PP RP 05/2015

O Pregoeiro da PMSJQM/MT. Torna Público que com referência ao Pregão Presencial RP **05/2015**, teve as empresas vencedoras: **COSTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.727.015/0001-26, sediada na Av. General Mello, nº14550, sala 111 Bloco 02 Campo Velho, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, foi vencedora deste certame com o valor total de R$ 96.000,00 (Noventa e Seis Mil Reais). "Execução de Serviços de mão de Obra de calçamento de paralelepípedo 3.000 (três mil) / M2".

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 011, DE 02 DE MARÇO DE 2.015.

DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O Senhor, *ROMER JAPONÊS*, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, para o exercício 2015, em conformidade com o que dispõe o Artigo 51 da Lei 8.666/93, de 21 de Junho de 1.993, a qual fica constituída pelos seguintes servidores (as):

a – ADRIANO SERBATE - Presidente;

b – MARCOS ANTONIO FIGUEIRÓ – Secretário;

c – ROSEVAL PEREIRA SANTOS - Membro;

d – AVELINA ANTONIA VISITAÇÃO - Membro;

e – RUY FERREIRA JÚNIOR – Membro.

Art. 2º - A Comissão ora instituída executará os procedimentos licitatórios e administrativos em conformidade com a Lei 8.666/93, fazendo jus ao adicional de responsabilidade, nos termos dos artigos 4º e 5º, da Lei Complementar 125, de 10 de dezembro de 2007.

Art. 3º - Para efeito do disposto no Artigo 5º da Lei Complementar 125, de 10 de dezembro de 2007, os membros da Comissão Permanente de Licitação, bem como seu presidente, receberão os adicionais ali previstos, com os reflexos incidentes em férias e 13º salário.

Art. 4º - Para efeito do disposto no artigo 3º da Lei Complementar 125, de 10 de novembro de 2007, fica designada, a partir de 05 de Janeiro de 2015, para assessorar a Comissão Permanente de Licitações e Contratos da Câmara Municipal a Servidora Efetiva ANITA LOIOLA, titular do cargo de Procuradora Jurídica da Câmara Municipal, fazendo jus ao adicional estabelecido no inciso III, do artigo 4º da supracitada lei, com os reflexos incidentes em férias e 13º salário.

Art. 5º - Fica o Departamento de Pessoal do Poder Legislativo, responsável em proceder aos trâmites necessários para o fiel cumprimento da presente portaria.

Art. 6º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se a presente portaria, que entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria n.º 001/2015.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de março do ano de 2015.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/ADM/2015

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 002/ADM/2015	**MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ REGINA MARIA LUCHETTA REGINATO** / TERCEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 215/ADM/2012 (OBJETO:LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA DAS ORQUÍDEAS Nº 612, BAIRRO JARDIM CUIABÁ, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ-M.T., COM ÁREA DE 840,00M²) / R$0,00/ DATA DA ASSINATURA: 06/02/2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 707, DE 3 DE MARÇO DE 2015.

HOMOLOGA O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2015, PROCESSO 3/2015, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES.

O *PRESIDENTE* da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica homologado o procedimento licitatório – modalidade Pregão Presencial nº 3/2015, Processo nº 3/2015, tendo como adjudicatárias as empresas:**AKDD ELETRÔNICA E PAPELARIA LTDA - ME**, devidamente inscrita no **CNPJ nº 13.471.855/0001-73**, **MARCOS ANTONIO DIAS MACHADO-ME**, devidamente inscrita no **CNPJ 02.827.167/0001, ATI COMERCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA-EPP**, devidamente inscrita no

CNPJ 12.544.341/0001-07 e STILUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIOS LTDA-ME,

devidamente inscrita no CNPJ 05.870.717/0001-08, conforme deliberado na sessão pública realizada no dia 2 de março de 2015 e conforme Termo de Adjudicação, datado de 3 de março de 2015.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos três dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, 38º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

ROMER JAPONÊS

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PORTARIA Nº 93/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 009, relativo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2014 da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal e,

Considerando as disposições do Edital Complementar nº 009, que atende as prerrogativas legais da Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006,

Resolve:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 009 do Processo Seletivo Público nº001/2014, que apresenta a convocação dos candidatos para a segunda fase das provas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Terra Nova do Norte MT, 02 de Março de 2015.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

PORTARIA Nº 92/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 008, relativo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2014 da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal e,

Considerando as disposições do Edital Complementar nº 008, que atende as prerrogativas legais da Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006,

Resolve:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 008 do Processo Seletivo Público nº001/2014, que apresenta o RESULTADO FINAL da primeira fase do processo seletivo, considerando os recursos administrativos propostos por Salete Caselani e Rosemilda Terezinha Martins.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Terra Nova do Norte MT, 02 de Março de 2015.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 09/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N°. 09/2015, tendo como objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de 200 Horas de Maquina PC, 1.000 Km rodados de caminhão prancha para transporte de maquinas pesadas e 100 Mínima Caminhão prancha de (50 km) cada e 200 Diária de Caminhão Truque Basculante capacidade mínima de 10 M3, 100 HR de Trator de Esteira; 100 HR de Escavadeira Hidráulica para manutenção das estradas vicinais desta municipalidade, para manutenção das estradas vicinais desta municipalidade, nas esferas municipal, estadual e Federal, com realização prevista para o dia 13 de março de 2015, às 08h00min (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 03 de março de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 198/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 198/2014

TIPO DE ADITIVO: PRAZO E VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: **SIDNEI DE MIRANDA 20600604861.**

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 02 (DOIS) MESES, O PRAZO DO CONTRATO NÚMERO 198/2014, DATADO DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 30 DE ABRIL DE 2015 E ADITIVA 100 % POR CENTO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO QUE CORRESPONDE O VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS).

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 30/04/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 06/2015

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, torna publico para conhecimento dos interessados em participar da licitação supramencionada que a data para realização da Pregão Presencial 06/2015 prorrogação, mudança da data de abertura do processo referido, nova abertura dia **11/03/2015 às 08:00 horas.**

Fica esclarecido, outrossim, que permanecem inalteradas as demais condições estabelecidas no respectivo edital.

Justificativa do Adiamento: Adiamos o certame devido ter sido necessário pois até a presente data não interessados em participar do licitatório.

Terra Nova do Norte-MT, 02 de Março de 2015.

Elizangela de Oliveira Azevedo dos Santos

Pregoeira

PORTARIA Nº 94/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Edital Complementar nº 009, relativo ao Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal e,

Considerando as disposições do Edital Complementar nº 009, que atende as prerrogativas legais da Lei Federal nº 11.350 de 05/10/2006,

Resolve:

Art. 1º - Homologar o Edital Complementar nº 009 do Processo Seletivo Simplificado nº001/2015, que apresenta o RESULTADO FINAL e CLASSIFICAÇÃO PRÉVIA dos candidatos..

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Terra Nova do Norte MT, 02 de Março de 2015.

Milton José Toniazzo

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 196/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 196/2014

TIPO DE ADITIVO: PRAZO E VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO:**JOSÉ WELLINGTON PEREIRA CAMPOS 84474920368**

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 02 (DOIS) MESES, O PRAZO DO CONTRATO NÚMERO **196/2014,** DATADO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2014, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 30 DE ABRIL DE 2015 E ADITIVA 100 % POR CENTO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO QUE CORRESPONDE O VALOR DE R$ 10.400,00 (DEZ MIL E QUATROCENTOS).

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 27/02/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO N°. 10/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO N°. 10/2015

O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE - MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 10/2015, TENDO COMO OBJETO:

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL , COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 18 DE MARÇO DE 2015, ÀS 8:00 (OITO HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 03 DE MARÇO DE 2015.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DOS SANTOS

PREGOEIRA

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 204/2014

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº. 204/2014

TIPO DE ADITIVO: PRAZO E VALOR

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE – MT

CONTRATADO: M A DA CRUZ CLINICA - ME.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 02 (DOIS) MESES, O PRAZO DO CONTRATO NÚMERO 204/2014, DATADO DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 30 DE ABRIL DE 2015 E ADITIVA 100 % POR CENTO DO VALOR INICIAL DO CONTRATO QUE CORRESPONDE O VALOR DE R$ 16.800,00 (DEZESSEIS MIL E OITOCENTOS REAIS).

DATA DE ASSINATURA DO TERMO: 27/02/2015

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

MILTON JOSÉ TONIAZZO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 007/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO - MT

Avenida Humberto Marcílio, nº. 173 – Centro – Fones (066) 3435-1118 – CEP. 78.775-000**

CNPJ: 03.543.303/0001-49

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Homologo, nos termos do artigo 43, Lei nº. 8.666/93, atualizada pela Lei 8.883/94, a licitação na modalidade

PREGÃO PRESENCIAL 007/2015

, que trata da CONTRATACAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCACAO DE SOFTWARE PARA REGISTROS DOS ATOS E FATOS DA CONTABILIDADE,PATRIMONIO,COMPRAS,ALMOXARIFADO,LICITACAO,RECURSOS HUMANOS,SISTEMA DA EDUCACAO VIA WEB E PORTAL DA TRANSPARENCIA VIA WEB.. A Favor da Empresa ESTRATEGIA AUDITORIA E ASSESSORIA LTDA-EPP, Com o CNPJ/MF: 01.599.563/0001-00, No valor de R$: 164.400,00 (CENTO E SESSENTA E QUATRO MIL E QUATROCENTOS REAIS).

Tesouro, 03 de MARÇO 2015.

ILTON FERREIRA BARBOSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA
RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO N°. 008/2015 - SRP Nº. 008/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015 SRP Nº. 008/2015

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O pregoeiro Pablo Junior Gonçales, designado pela portaria 011/2015, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 0008/2015 SRP 008/2015, com retificação do Anexo I Termo de Referência do edital, passando a ter a seguinte redação:

Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
01	Câmara de ar 1000 x 20	Und	132	130,20	17.186,40
02	Câmara de ar 1300 x 24	Und	26	194,00	5.044,00
03	Câmara de ar 1400 x 24	Und	26	194,00	5.044,00
04	Câmara de ar 17.5 x 25	Und	12	246,16	2.953,92
05	Câmara de ar 7.50 x 16	Und	26	58.73	1.526,98
06	Câmara de ar 900 x 20	Und	50	103,17	5.158,50
07	Câmara de ar Aro 13	Und	60	29.86	1.793,40
08	Câmara de ar Aro 14	Und	20	37,58	751.60
09	Câmara de Ar aro 15	Und	36	41,12	1.480,32
10	Câmara de ar Aro 16	Und	80	45,96	3.676,80
11	Pneu 1000 x 20 - Liso	Und	70	1.210.32	93.238,60
12	Pneu 1000 x 20 –Borrachudo	Und	120	1.400,25	194. 446,80
13	Pneu 12x16.5	Und	06	684,15	4.104,90
14	Pneu 14.9x24 R1 10 lonas	Und	08	2.164,31	17.314,48
15	Pneu 1400 x 24 – 16L	Und	26	2.454,95	63.828,70
16	Pneu 165/70 R 13	Und	08	207,50	1.660,00
17	Pneu 17.5 x 25 - 16L	Und	12	3.530,47	42. 3656,40
18	Pneu 175/70 R 13	Und	70	211,27	14.788,90
19	Pneu 175/70 R 14	Und	30	265,66	7.969,80
20	Pneu 18.4x26 12 lonas	Und	10	2.934,41	29.344,10
21	Pneu 18.4x34 10 lonas	Und	10	2.990,00	29.900,00
22	Pneu 215/75 R 17.5 – Radial Borrachudo	Und	70	807,98	56,558,60
23	Pneu 215/75 R 17.5 – Radial Liso	Und	46	733,37	33.735,02
24	Pneu 215/80 R 16 - Borrachudo	Und	16	563,00	9.008,00
25	Pneu 215/80 R 16 - Misto	Und	12	524,50	6.294,00
26	Pneu 225/70 R 16 - Misto	Und	14	746,13	10.445,82
27	Pneu 225/75 R 15 - Misto	Und	76	535,00	40.660,00
28	Pneu 235/75 R 15 Radial	Und	40	549,66	21.986,40
29	Pneu 24.5x32 12 lonas com câmara	Und	10	6.691,79	66.917,90
30	Pneu 255/65 R 17 Radial	Und	12	795,54	9.546,48
31	Pneu 265/65 R 17 Radial	Und	16	939,00	15.024,00
32	Pneu 265/75 x R16 – Misto	Und	10	762,94	7.629,40
33	Pneu 275/80 R 22.5 – Radial Borrachudo	Und	40	1.860,00	74.400,00
34	Pneu 275/80 R 22.5 – Radial Liso	Und	130	1.721,00	223. 730,00
35	Pneu 7.50 x 16 10L - Borrachudo	Und	52	638,83	33.219,60
36	Pneu 7.50 x 16 10L – Liso	Und	26	577,26	15.008,76
37	Pneu 7.50x16 agrícola	Und	10	539,77	5.397,70
38	Pneu 700 x 16 10L - Liso	Und	08	561,50	4.492,00
39	Pneu 900 x 20 - Liso	Und	50	1.025,10	51.255,00
40	Pneu 900 x 20 – Borrachudo	Und	50	1.080,23	54.011,50
41	Protetor 1000 x 20	Und	132	44,15	5.827,80
42	Protetor 1400 x 24	Und	52	103,06	5.359,12
43	Protetor 17.5 x 25	Und	12	228,71	2.744,52
44	Protetor 7.50 x 16	Und	26	29,40	764.40
45	Protetor 900 x 20	Und	50	47,56	2.378,00
46	Protetor Aro 16	Und	80	32,06	2.564,80

E mantem a data de realização do mesmo para o dia 12 **de Março de 2015 às 08:00 horas**.

Vera - MT, 03 de Março de 2014.

PABLO JUNIOR GONÇALES

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015

RESULTADO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015

A *Comissão Permanente de Licitação* da Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Morta Grosso, instituída pela Portaria nº 005, de 01 de janeiro de 2015, torna público, para conhecimento dos interessados e para os fins previstos na Lei Federal nº 8.666/93, que a licitação realizada através do **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015**, tendo como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PESSOA JURÍDICA DESENVOLVEDORA DE SOFTWARES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DESTES, DESTINADOS AO CONTROLE ADMINISTRATIVO (CONTABILIDADE, FOLHA DE PAGAMENTO, FROTAS, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO E LICITAÇÃO) E LEGISLATIVO (CONTROLE DOS PROCESSOS LEGISLATIVO) DESTE PODER, BEM COMO DETERMINAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, com abertura e julgamento ocorridos em 02 de março de 2015, teve como vencedora **MERCATO ASSESSORIA E INFORMATICA SA LDTA ME,** CNPJ: 37.506.052/001-44, apresentou proposta no valor global de **R$ 121. 000,00 (cento e vinte um mil reais),.**

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 02 de março de 2015.

CELIA REGINA ALVES AMARAL

PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ELIAS DA CONCEIÇÃO SILVA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

ANEXO II DO EDITAL COMPLEMENTAR N° 011/2015

Resultado da prova prática, com as seguintes informações: cargo, nome do candidato (em ordem alfabética), número da inscrição e pontuação ou aptidão quando for o caso.

25. **AUXILIAR ADM. EDUCACIONAL - ALAIR A. FERNANDES**

ALCIONE DE SOUZA PACHECO CASTRO (443), 0.00

ANDREIA ZEFERINO GOMES (215), 0.00

FLAVIA PEREIRA DA SILVA (851), 0.00
JHONATHAN NAZARIO VIEIRA (410), 25.00
JOICE REITZ (406), 55.00
LETICIA MULARI (1280), 95.00
MARILENE MACIEL NUNES (748), 0.00
SUELEN GAMBA DE LIMA (247), 0.00
THAINARA CUSTODIO BATISTA (1005), 0.00
VALDIVINA ALVES BARROS (1223), 85.00

24. **AUXILIAR ADM. EDUCACIONAL - CEMEI**

ELIA DA SILVA AMADOR (113), 30.00
MARIA GEOVANA REZENDE DE ARAUJO (1064), 0.00
PABLO VINICIUS SILVA NASCIMENTO (583), 0.00
ROSALINE ARAÚJO DE MORAIS (230), 60.00
SKARLET SILVA SOUZA (667), 0.00
VANESSA STOLL BALLEN (1134), 50.00

26**. AUXILIAR ADM. EDUCACIONAL - RUI RAMOS**

EDILEUZA CORTES DA SILVA (1117), 65.00
GISELDE PEREIRA DE AZEVEDO (963), 0.00
MÁRCIA DA SILVA CARVALHO (1192), 50.00

28. **ESCRITURARIO**

AMANDA MARINHO LOPES (285), 55.00
ANA CAROLINA PEREIRA SOUZA (1170), 20.00
ANA PAULADE ALMEIDA SOUSA (1104), 0.00
BRUNA FABIANA CARDOSO (337), 0.00
CAROLINE FERREIRA DE ARAUJO (306), 0.00
DANIEL ANTONIO MEURER (407), 0.00
DANIELE DOS SANTOS ARAUJO (148), 20.00
DIVINA CARDOSO CAMPELO (1259), 0.00
GRANIELE RODRIGUES DA CRUZ (757), 0.00
GRAZIELI LUIZA CHIOSSI CRIZANTO (1163), 0.00
JÔNATAS ALVES DE SOUZA (512), 100.00
JULIANA CARDOSO DE OLIVEIRA (103), 30.00
LAIANA ISIDORIA CONCEIÇÃO (698), 50.00
LORRAYNNE SOARES DE MORAES (540), 0.00
LUCINEYDE DA SILVA CARVALHO (221), 0.00
MARCOS ALVES FREITAS (728), 85.00
MARIA CARLEANE ALVES DOS SANTOS (634), 0.00
NIELE GOMES HENRIQUE DOS REIS (53), 100.00
PALOMA BRITO DE OLIVEIRA (71), 0.00
PATRICIA ALVES PAIVA (528), 0.00
RODRIGO DA SILVA SANTOS (1206), 60.00
SILMARA FERNANDES DA SILVA (438), 0.00
TÁLYTA LAISE SILVA MOREIRA (1038), 65.00
VANESSA CRISTIANE THOMAZ (42), 0.00

50. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - ARACATI**

IVO ALVES DE SOUZA (228), 97.50
ROGERICO GARBUIO (307), 100.00
WALDEMAR VALDES PESSOA (395), 82.50

54. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - BOM JESUS**

CLEIDENIR NOVELO (572), 90.00
ELCIO TURATTI (198), 87.50
EVANDRO MARTINHAK (619), 82.50
IVONEI MEURER (372), 87.50
RAMON FONSECA MARTINS (242), 95.00

49. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - CAXANGA**

ANTONIO NOLETO DA SILVA (39), 97.50
GILMAR ANTONIO SIMAO (1264), 97.50
HELIO ALVES DE OLIVEIRA (562), 100.00
ISAIAS RAMOS DE SOUZA (1033), 92.50
JOSE ANTONIO DAMACENA JUNIOR (79), 85.00
RONEI VASIAK (555), 77.50
VILMAR DOS SANTOS CARVALHO (573), 97.50

55. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - P. BELEZA I**

ALICE ALVES GALVAO (45), 85.00
DILSON DE FREITAS ALVES (199), 95.00
VALDEIR GALVAO DA SILVA (885), 82.50

53. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - PROJETO ALVORADA**

JOSE LOURENÇO FERNANDES (993), 97.50
MELQUISEDEQUE MANOEL RODRIGUES DE CARVALHO (364), 80.00

51. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - RUI RAMOS**

ADRIOVAN VINHADELI DA SILVA (994), 80.00
AILTON BARBOSA DE OLIVEIRA (430), 97.50
DOGLAS PEREIRA DOS SANTOS (449), 95.00
GEICIVALDO INOCENCIO COSTA (814), 97.50
ROBERTO MENDES DA SILVA (516), 77.50
SINVAL ALVES DOS SANTOS (792), 97.50

52. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - S. C. JESUS**

ENIO LASARO BORGES (599), 100.00
VALMY BRITO DE CARVALHO (200), 100.00

48. MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - VILA DA PAZ

LEONI BISPO (723), 100.00

58. **TRATORISTA**

EDER ODAIR PYDD (738), 100.00
JOSAFA LEONIDIO DE OLIVEIRA (812), 90.00
LUAN GEORGE SALGADO DE SOUZA (761), 85.00
MANOEL EKINEY RODRIGUES OLIVEIRA (778), 65.00
VALDEREY MARCIL MOREIRA (123), 95.00

PORTARIA N.º 056/2015. DE 02 DE MARÇO DE 2015

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º **- Converter em abono pecuniário** 90 (noventa) dias de **LICENÇA PREMIO**,da servidora ANDREA MAGNA DE A NOBREGA **matrícula nº 019**, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professora, referente ao período aquisitivo**15/02/2010**a 15/02/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR N° 011/2015 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA E PROVA PRÁTICA

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, Legislação Municipal Vigente e Demais Legislações Pertinentes, TORNA PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2015:

I. Divulgação do Resultado da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (Anexo I);

II.Divulgação do Resultado da Prova Prática (Anexo II);

III.Definir 01 (um) dia útil para apresentação de recursos na forma prevista no Edital Nº 001/2015 contado da data da publicação deste Edital;

IV.O presente Edital está disponível nos endereços eletrônicos: **www.amm.org.br**, *www.vilarica.mt.gov.br* e **www.sydcon.com.br** e afixada no **Mural da Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT**.

Vila Rica - MT, **03 de Março de 2015**.

Fernanda Richard da Silva

Presidente da Comissão de Fiscalização

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR N° 010/2015 JULGAMENTO DOS RECURSOS SOBRE O GABARITO OFICIAL DAS PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLHA

O Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e de acordo com o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, Legislação Municipal Vigente e Demais Legislações Pertinentes, TORNA PÚBLICO nos termos do Edital de Processo Seletivo Nº 001/2015:

I. Divulgar que por um lapso não foi analisada a Interposição de Recursos de Candidato, sendo que estes foram apresentados dentro do prazo recursal;

II.Resolve Divulgar Parecer dos Recursos sobre as Provas Objetivas de Múltipla Escolha Realizadas no dia**22 de Fevereiro de 2015**, da Banca Examinadora sobre Recursos Interpostos por Candidatos (as) quanto à Divulgação do Gabarito Oficial, referente ao Processo Seletivo:

ENSINO SUPERIOR

Candidato	Inscrição	Cargo
Samir Rodrigues Faria	000232	Psicólogo

_Questão 16 (Conhecimentos Específicos): Recurso Procedente: Questão Anulada, atribuída pontuação para todos os Candidatos concorrentes ao Cargo.

_Questão 18 (Conhecimentos Específicos): Recurso Procedente: Questão Anulada

, atribuída pontuação para todos os Candidatos concorrentes ao Cargo.

_Questão 19 (Conhecimentos Específicos): Recurso Procedente: Alterada a resposta para a Alternativa "D".

Nota: As questões que foram anuladas ou tiveram a alternativa de resposta alterada, coincidentes provas de mais de um cargo, também sofreram alteração, mesmo não sendo objeto de recurso nos referidos cargos. Esta atitude é tomada devido à isonomia e legalidade do presente Processo Seletivo quando da utilização dos mesmos conteúdos programáticos.

II.Retificar o Gabarito das Provas Realizadas no dia 22 de Fevereiro de 2015 em razão dos Recursos Deferidos dos Candidatos:

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

PSICÓLOGO

Português: [01 D] [02 A] [03 D] [04 A] [05 C]

Matemática: [06 A] [07 B] [08 D] [09 A] [10 B]

Conh. Gerais: [11 B] [12 B] [13 A] [14 C] [15 D]

Conh. Específicos: [16 N] [17 A] [18 N] [19 D] [20 D]

Obs.: N = Anulada.

III.O presente Edital está disponível nos endereços eletrônicos: www.amm.org.br, www.vilarica.mt.gov.br e www.sydcon.com.br e afixada no Mural da Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT.

Vila Rica - MT, 03 de Março de 2015.

Fernanda Richard da Silva Luciano Marcos Alencar

Presidente da Comissão de Fiscalização Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 057/2015. DE 02 DE MARÇO DE 2015.

DE 02 DE MARÇO DE 2015.

Luciano Marcos Alencar, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais *especialmente o que dispõe a seção III, art. 33, da Lei 747/2008 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e***,**

Considerando o laudo médico emitido pelo membro componente da Junta Médica Oficial do Município, onde se verifica que o servidor público WILSON PEREIRA SIRINO está temporariamente inapto para o exercício das funções de PROFESSOR V A VIII, concluindo que poderá ser feito o ajustamento de função;

Considerando as regras contidas no artigo 34 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vila Rica (Lei Municipal nº 747/2008 de 22/02/2008);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica readaptado temporariamente até Agosto de 2015 o Sr.º WILSON PEREIRA SIRINO, matrícula 281 Classe 'B" Nível 11, no cargo de Auxiliar Administrativo Educacional.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT, aos 02 de Março de 2015.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

ANEXO I - EDITAL COMPLEMENTAR N° 011/2015

Resultado provisório da prova objetiva de múltipla escolha, com as seguintes informações: cargo, nome do candidato e número da inscrição (em ordem alfabética), nota Português, nota Matemática, nota C. Gerais, nota C. Especif. e nota final nas provas objetivas.

39. AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR - PROJETO BELEZA I

ADRIANA CANDIDA DE SOUZA MINELLI (378), 8.00, 4.00, 16.00, 16.00, 44.00
ARQUILEIA PEREIRA MOTA (20), 12.00, 8.00, 12.00, 16.00, 48.00
CLARICE ALBINO ALVES (1188), 4.00, 0.00, 4.00, 16.00, 24.00
ELIZANGELA LOPES MENDANHA SANTOS (580), 8.00, 12.00, 16.00, 16.00, 52.00
MARINA SILVA MIRANDA (499), 8.00, 4.00, 12.00, 16.00, 40.00
SANDRA MOTEIRO DA SILVA (34), 4.00, 0.00, 12.00, 0.00, 16.00
SIBERI MARIA SEIFFERT OLIVEIRA (338), 8.00, 16.00, 20.00, 8.00, 52.00
42. AGENTE DE NUTRICAO ESCOLAR - CAXANGA
RAIMUNDA RIBEIRO PEREIRA LUZ (853), 4.00, 12.00, 16.00, 0.00, 32.00
44. AGENTE DE NUTRICAO ESCOLAR - MENINO JESUS
MARIA APARECIDA MORAES (927), 12.00, 0.00, 16.00, 0.00, 28.00
MARIA DIVINA DA SILVA (1257), 12.00, 4.00, 12.00, 16.00, 44.00
MARIA VANETE BANDEIRA DE SOUZA (1042), 8.00, 16.00, 12.00, 16.00, 52.00
43. AGENTE DE NUTRICAO ESCOLAR - RUI RAMOS
ELENI ALVES DOS SANTOS REIS (803), 4.00, 4.00, 16.00, 0.00, 24.00
EVANILDA BENTA SOARES (567), 4.00, 0.00, 4.00, 0.00, 8.00
IVANEIDE GONÇALVES DE ARAUJO (1254), 12.00, 4.00, 12.00, 24.00, 52.00
LORENI GONÇALVES BORGES (66), 8.00, 4.00, 8.00, 16.00, 36.00
LUISE POHLMANN (361), 4.00, 4.00, 16.00, 0.00, 24.00
LURDES DE SOUZA (606), 0.00, 0.00, 0.00, 0.00, 0.00
ROSELI ALVES DA SILVA (1119), 16.00, 8.00, 20.00, 24.00, 68.00
35. AGENTE DE SAUDE AMBIENTAL
ABMAEL JOSE RIBEIRO (823), 8.00, 8.00, 12.00, 32.00, 60.00
ADRIANA COSTA (255), 8.00, 12.00, 12.00, 16.00, 48.00
ALAENE VIEIRA BRITO (260), 4.00, 4.00, 4.00, 24.00, 36.00
ALCIDES ALVES AMADOR JUNIOR (263), 16.00, 0.00, 4.00, 24.00, 44.00
CACIANE MARIA VIEIRA (1140), 4.00, 8.00, 12.00, 16.00, 40.00
CHARLENE AMERICO COELHO (265), 4.00, 12.00, 4.00, 8.00, 28.00
CRISTIANE SEIBOTH (59), 8.00, 8.00, 16.00, 8.00, 40.00
DARANE PAULA DA SILVA (625), 4.00, 16.00, 12.00, 24.00, 56.00
DAYANNE DE SOUSA E SOUSA (70), 8.00, 4.00, 0.00, 24.00, 36.00
DIONISIO FERNANDES DA SILVA (1241), 0.00, 8.00, 8.00, 16.00, 32.00
DIVINO CLAUDIO GERALDINO (412), 8.00, 4.00, 12.00, 32.00, 56.00
ELIANE SCHWARZ (836), 0.00, 8.00, 4.00, 24.00, 36.00
ELINETE CAGLIARI KLOC (447), 8.00, 12.00, 8.00, 16.00, 44.00
EMILIANA CRISTINA DOS SANTOS VIANA (1269), 0.00, 4.00, 8.00, 24.00, 36.00
EVA AGAIPE SOUSA (609), 0.00, 4.00, 4.00, 24.00, 32.00
FABIO ARRUDA DOS SANTOS (456), 12.00, 8.00, 20.00, 32.00, 72.00
FATIMA SIMAO (32), 4.00, 4.00, 8.00, 24.00, 40.00
FLAVIANA MOREIRA DE ASSIS (826), 4.00, 8.00, 12.00, 16.00, 40.00
FRANCISCA PEREIRA DE SOUSA (1238), 4.00, 8.00, 8.00, 24.00, 44.00
GABRIELLA ALVES TAVARES (240), 4.00, 4.00, 4.00, 16.00, 28.00
GISELENE BATISTA DA SILVA (193), 8.00, 8.00, 12.00, 16.00, 44.00
GLAUCIA DE CASSIA WERLE (1181), 0.00, 4.00, 8.00, 16.00, 28.00
IDALIANA LIMA DA COSTA (283), 12.00, 4.00, 12.00, 16.00, 44.00
JACILENE ALVES BARROS (235), 4.00, 8.00, 4.00, 24.00, 40.00
JASMIEL KRAEMER DE SOUZA (106), 4.00, 12.00, 12.00, 40.00, 68.00
JOCELIA DIAS DA SILVA (589), 12.00, 8.00, 8.00, 32.00, 60.00
JOSIANE MARIA DA SILVA (626), 8.00, 4.00, 8.00, 16.00, 36.00
JULIANA CRISTINA DOS SANTOS VIANA (1256), 4.00, 4.00, 0.00, 0.00, 8.00
KELI KRAEMER FRARE (838), 12.00, 8.00, 4.00, 24.00, 48.00
KELLENN ROUSSANA SANTOS COELHO (1068), 8.00, 12.00, 4.00, 32.00, 56.00
LEIDIANE ALVES DIAS BEZERA (649), 8.00, 12.00, 16.00, 32.00, 68.00
LUZINEIDE GONÇALVES BARBOSA (767), 4.00, 0.00, 12.00, 24.00, 40.00
MANOEL BOMFIM JUNIOR LEANDRO (1166), 4.00, 8.00, 0.00, 24.00, 36.00
MARCILENE SCHWARZ (1260), 0.00, 0.00, 12.00, 16.00, 28.00
MARIA DA PAZ DA SILVA (1240), 8.00, 4.00, 4.00, 40.00, 56.00
MARINEIDE MOURA DA SILVA DE OLIVIERA (1190), 0.00, 8.00, 12.00, 16.00, 36.00
MAYDA CONCEIÇAO DA SILVA (1014), 4.00, 4.00, 4.00, 16.00, 28.00
PABLO ANDRE LAIKOWSKI (1040), 8.00, 8.00, 4.00, 16.00, 36.00
PAULO VINICIUS DE MACEDO DO CARMO (424), 4.00, 12.00, 12.00, 32.00, 60.00
QUEILA ALVES DE SOUSA (129), 4.00, 8.00, 16.00, 16.00, 44.00
RAILSON DA CONCEICAO SALES (615), 0.00, 8.00, 12.00, 16.00, 36.00
RAIMUNDO NONATO OLIVEIRA REGO (104), 0.00, 0.00, 4.00, 0.00, 4.00
RAIMUNDO SILVA DOS SANTOS (790), 12.00, 8.00, 16.00, 16.00, 52.00
REGINALDO BORGES RIBEIRO (881), 8.00, 4.00, 16.00, 24.00, 52.00
RENATA PATRICIA VASIAK LOPES DA SILVA (433), 8.00, 8.00, 4.00, 16.00, 36.00
RIGLEI SILVA REGO (381), 16.00, 8.00, 8.00, 0.00, 32.00
RIVANIA GONCALVES DA LUZ (643), 8.00, 4.00, 8.00, 0.00, 20.00
ROSIENE ALVES DA COSTA (1122), 4.00, 8.00, 12.00, 40.00, 64.00
ROSIMERI LINDIANA POHL (872), 8.00, 12.00, 8.00, 32.00, 60.00
RUBIA ENIKACIA QUEIROZ FARIAS (1184), 4.00, 4.00, 8.00, 0.00, 16.00
SAULO SEVERO DE OLIVEIRA (736), 4.00, 8.00, 12.00, 24.00, 48.00
SERENE RAFAEL LIMA (517), 4.00, 8.00, 16.00, 32.00, 60.00
SIRLENE RODRIGUES DA COSTA (924), 8.00, 8.00, 12.00, 24.00, 52.00
SONIA MARIA PEREIRA DA SILVA (882), 0.00, 0.00, 16.00, 32.00, 48.00
TATIANE RODRIGUES MELO (441), 16.00, 8.00, 12.00, 16.00, 52.00
TEREZINHA BATISTA DE SOUSA (57), 12.00, 8.00, 20.00, 32.00, 72.00
VALDERLINE FATIMA DOS SANTOS OLIVEIRA (442), 8.00, 8.00, 8.00, 24.00, 48.00
VALDEVINO GONÇALVES CAVALCANTE (68), 0.00, 8.00, 12.00, 8.00, 28.00
VANDERLEIA MARIA DA SILVA (89), 4.00, 0.00, 8.00, 16.00, 28.00
VANESSA NATALINA SIMÃO DO NASCIMENTO (35), 0.00, 8.00, 8.00, 24.00, 40.00
VINICIUS COSTA LOPES (873), 0.00, 8.00, 8.00, 16.00, 32.00
WANDERSON FERREIRA DA SILVA (371), 12.00, 8.00, 12.00, 24.00, 56.00
WENDERSON APARICIO GOMESDE BARROS (1292), 8.00, 16.00, 4.00, 24.00, 52.00
WILLYAN THOMPSON DA SILVA COSTA (453), 0.00, 4.00, 4.00, 24.00, 32.00
ZULEIDE COELHO DOS SANTOS (614), 4.00, 12.00, 8.00, 16.00, 40.00
45. AGENTE DE SERVICO DE LIMPEZA HOSPITALAR
ANGELINA DO NASCIMENTO SOUSA (233), 12.00, 0.00, 16.00, 16.00, 44.00

ARLENE BARBOSA DE OLIVEIRA RUFINO DE ASSIS (648), 8.00, 4.00, 12.00, 0.00, 24.00

CARLEANE SANTOS DOS SANTOS (64), 4.00, 8.00, 8.00, 0.00, 20.00

CREUZA SOUZA DE ARRUDA (356), 12.00, 8.00, 8.00, 16.00, 44.00

DORALICE ALVES BARROS (1151), 8.00, 16.00, 12.00, 8.00, 44.00

ELISANGELA GONZAGA DE SOUZA (796), 0.00, 0.00, 0.00, 0.00, 0.00

FLORACY PEREIRA MARINHO (276), 4.00, 8.00, 4.00, 8.00, 24.00

IVONE BEHRINGER (1247), 0.00, 0.00, 0.00, 0.00, 0.00

LUCIANA CORTES DE ARAUJO SILVA (1168), 4.00, 4.00, 4.00, 0.00, 12.00

MAISA ALVES DA SILVA (830), 8.00, 8.00, 12.00, 24.00, 52.00

MARIA DAS GRAÇAS FEITOSA (303), 4.00, 12.00, 16.00, 16.00, 48.00

MARIA DO CARMO PEREIRA GUIMARAES (468), 0.00, 0.00, 4.00, 0.00, 4.00

MARIA ZILDA PEREIRA DA SILVA (491), 8.00, 8.00, 8.00, 8.00, 32.00

MARILDA RODRIGUES GOMES (638), 4.00, 8.00, 16.00, 0.00, 28.00

MARILENE ANDRADE BALDI (640), 4.00, 12.00, 16.00, 24.00, 56.00

MARLI MACHADO DE MELLO (1185), 16.00, 4.00, 12.00, 24.00, 56.00

MIRIZETE ALVES DE OLIVEIRA SILVA (485), 8.00, 4.00, 16.00, 16.00, 44.00

ROSANGELA DA LUZ DOS SANTOS (63), 8.00, 8.00, 8.00, 24.00, 48.00

ROSILENE BARBOSA NEVES (915), 8.00, 16.00, 8.00, 16.00, 48.00

SANDRA LOPES DA SILVA SANTOS (1183), 12.00, 4.00, 20.00, 8.00, 44.00

VANDERLUCE ALVES BORGES (62), 12.00, 4.00, 20.00, 0.00, 36.00

41. AGENTE DE VIGILANCIA ESCOLAR – CAXANGA

MOACIR VASIAK (33), 0.00, 4.00, 12.00, 16.00, 32.00

40. AGENTE DE VIGILANCIA ESCOLAR - RUI RAMOS

ADEMAR ANDRADE BALDI (726), 12.00, 16.00, 16.00, 24.00, 68.00

ADRIANO DA SILVA TABOSA (595), 8.00, 12.00, 16.00, 8.00, 44.00

NELIO GONÇALVES DE ABREU (326), 12.00, 20.00, 12.00, 24.00, 68.00

RENI BORGES DOS SANTOS (65), 4.00, 12.00, 16.00, 8.00, 40.00

59. AGENTE SERVICOS GERAIS

CONÇALO FRANCISCO DOS SANTOS (368), 0.00, 12.00, 20.00, 8.00, 40.00

ELIANE RODRIGUES DOS SANTOS SOUSA (1037), 8.00, 0.00, 8.00, 16.00, 32.00

GISELI DO NASCIMENTO SILVA (630), 12.00, 0.00, 16.00, 24.00, 52.00

JUÇARA FERREIRA DOS SANTOS (246), 8.00, 16.00, 12.00, 24.00, 60.00

MARIA PEREIRA DE CARVALHO (116), 4.00, 8.00, 12.00, 8.00, 32.00

1. **ASSISTENTE SOCIAL**

ANÁLIA RAQUEL CALIXTO MOURA (848), 8.00, 4.00, 12.00, 24.00, 48.00

ANDREA PACIENTE HORA (633), 0.00, 0.00, 12.00, 16.00, 28.00

ANGELA LUIZ MARTINS BORBA (182), 0.00, 8.00, 12.00, 32.00, 52.00

DEUSELINA BARBOSA DOS SANTOS (336), 4.00, 12.00, 4.00, 32.00, 52.00

ERICK NERES DOS SANTOS (401), 8.00, 12.00, 12.00, 8.00, 40.00

ILANA DE SOUZA PARLANDRINO (316), 16.00, 16.00, 12.00, 32.00, 76.00

LARA DE OLIVEIRA ARAUJO (733), 12.00, 16.00, 20.00, 32.00, 80.00

RITA SCARPARI SULEK (139), 16.00, 12.00, 16.00, 32.00, 76.00

36. ATENDENTE DE RECEPCAO HOSPITALAR

DANIELA PERREIRA DA SILVA (1020), 4.00, 8.00, 8.00, 16.00, 36.00

EDIJANE DOS SANTOS COELHO (636), 4.00, 8.00, 4.00, 16.00, 32.00

GLACE MAGALHAES SILVA (1249), 16.00, 8.00, 12.00, 40.00, 76.00

LUCIANA MORAIS DA SILVA (1244), 12.00, 4.00, 12.00, 16.00, 44.00

LUCIENE DA SILVA COSTA (603), 20.00, 4.00, 12.00, 16.00, 52.00

LUZIA GENECI SCHAUFELBERGER (523), 8.00, 8.00, 8.00, 32.00, 56.00

MARIA DE JESUS FERREIRA (1245), 4.00, 8.00, 4.00, 16.00, 32.00

NEREIDE GOMES HENRIQUES (582), 8.00, 12.00, 16.00, 32.00, 68.00

RAILANE MARTINS BARROS (1230), 4.00, 4.00, 4.00, 24.00, 36.00

RAOLCY KEISY FERREIRA SOUSA (771), 8.00, 0.00, 4.00, 8.00, 20.00

ROZANIA DE SOUZA DANTAS RODRIGUES (244), 8.00, 0.00, 8.00, 8.00, 24.00

SÂMARA RITHYELE DIAS DE ALENCAR (900), 4.00, 4.00, 12.00, 24.00, 44.00

SUZELY FERREIRA DA SILVA (801), 0.00, 4.00, 4.00, 24.00, 32.00

25. **AUXILIAR ADM. EDUCACIONAL - ALAIR A. FERNANDES**

ALCIONE DE SOUZA PACHECO CASTRO (443), 8.00, 12.00, 12.00, 32.00, 64.00

ALIANDRA CARVALHO DE OLIVEIRA (1009), 4.00, 8.00, 4.00, 16.00, 32.00

ANDREIA ZEFERINO GOMES (215), 0.00, 12.00, 8.00, 16.00, 36.00

FLAVIA PEREIRA DA SILVA (851), 4.00, 8.00, 12.00, 24.00, 48.00

JHONATHAN NAZARIO VIEIRA (410), 4.00, 8.00, 8.00, 24.00, 44.00

JOICE REITZ (406), 12.00, 8.00, 16.00, 24.00, 60.00

LETICIA MULARI (1280), 8.00, 8.00, 8.00, 24.00, 48.00

MARILENE MACIEL NUNES (748), 12.00, 8.00, 16.00, 16.00, 52.00

ROSANGELA GOMES DA SILVA (1202), 12.00, 4.00, 4.00, 24.00, 44.00

SUELEN GAMBA DE LIMA (247), 4.00, 8.00, 12.00, 8.00, 32.00

TAMIRES VIEIRA DE FREITAS (989), 4.00, 20.00, 8.00, 8.00, 40.00

THAINARA CUSTODIO BATISTA (1005), 8.00, 12.00, 4.00, 16.00, 40.00

VALDIVINA ALVES BARROS (1223), 4.00, 16.00, 8.00, 24.00, 52.00

24. **AUXILIAR ADM. EDUCACIONAL - CEMEI**

ELIA DA SILVA AMADOR (113), 8.00, 8.00, 4.00, 8.00, 28.00

FABIANE GONÇALVES DOS SANTOS PIMENTEL (268), 4.00, 12.00, 4.00, 24.00, 44.00

MARIA GEOVANA REZENDE DE ARAUJO (1064), 4.00, 8.00, 4.00, 16.00, 32.00

PABLO VINICIUS SILVA NASCIMENTO (583), 4.00, 12.00, 8.00, 24.00, 48.00

ROSALINE ARAÚJO DE MORAIS (230), 8.00, 16.00, 16.00, 24.00, 64.00

SKARLET SILVA SOUZA (667), 8.00, 0.00, 8.00, 32.00, 48.00

VANESSA STOLL BALLEN (1134), 4.00, 0.00, 16.00, 16.00, 36.00

26. **AUXILIAR ADM. EDUCACIONAL - RUI RAMO**S

EDILEUZA CORTES DA SILVA (1117), 4.00, 8.00, 4.00, 24.00, 40.00

GISELDE PEREIRA DE AZEVEDO (963), 4.00, 8.00, 8.00, 24.00, 44.00

JAKELINE SOUZA CAMARGO (522), 12.00, 8.00, 4.00, 24.00, 48.00

MÁRCIA DA SILVA CARVALHO (1192), 4.00, 8.00, 8.00, 24.00, 44.00

27. **AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO**

ADRIANA ALVES FERREIRA (312), 8.00, 8.00, 8.00, 16.00, 40.00

ALINEPEREIRA DA SILVA (727), 4.00, 8.00, 4.00, 16.00, 32.00

ANDRIELIA DOS SANTOS BRITAS (234), 4.00, 4.00, 8.00, 24.00, 40.00

GILMARA DE SOUSA SILVA (81), 8.00, 4.00, 16.00, 8.00, 36.00

KEILA PEREIRA DA SILVA NASCIMENTO (861), 0.00, 4.00, 16.00, 16.00, 36.00

KEYLISMAR LIMA DA SILVA (165), 8.00, 4.00, 4.00, 8.00, 24.00

LUCIANE MEOTTI DE SOUZA (13), 0.00, 8.00, 4.00, 16.00, 28.00

LUCIMAR RAUBER (370), 4.00, 4.00, 8.00, 8.00, 24.00

MARISA FERREIRA BERVANGER (889), 4.00, 4.00, 8.00, 8.00, 24.00

SÔNIA MARA BERNARDI (1031), 4.00, 12.00, 8.00, 8.00, 32.00
TATIANE BARBOSA (1011), 12.00, 4.00, 8.00, 0.00, 24.00
61. **ENCANADOR**
CLAITON CAGLIARI KLOK (661), 12.00, 4.00, 0.00, 32.00, 48.00
EDEVALDO SCHUMANN (100), 0.00, 8.00, 12.00, 8.00, 28.00
EDIVAIR FOGACA GOULART (87), 8.00, 8.00, 16.00, 16.00, 48.00
LEDOIR SCHUMANN (83), 12.00, 16.00, 16.00, 16.00, 60.00
PLINIO DA SILVA (382), 0.00, 4.00, 12.00, 0.00, 16.00
RAIMUNDO GUIMARAES (1070), 4.00, 4.00, 8.00, 8.00, 24.00
RAIMUNDO NONATO MENDES SALES (421), 0.00, 0.00, 12.00, 0.00, 12.00
6. ENFERMEIRO (A)
ALINE BORGES DE ARAGAO (28), 4.00, 8.00, 4.00, 16.00, 32.00
DAIANNA JÉSSICA ROCHA BATISTA (416), 16.00, 12.00, 20.00, 24. 00, 72.00
GRAZIELA ANTUNES BARBOSA (420), 8.00, 16.00, 16.00, 40.00, 80. 00
HELOIZA MORAIS SILVA SENA (478), 0.00, 8.00, 8.00, 16.00, 32.00
IARA HELENA COSTA PAES LEME (10), 8.00, 8.00, 12.00, 32.00, 60. 00
JULIANE BARBOSA BORGES (955), 16.00, 12.00, 12.00, 16.00, 56.00
LUANA NERYS DE SOUSA (822), 4.00, 4.00, 8.00, 32.00, 48.00
SILVANE SEIBOTH (2), 4.00, 12.00, 20.00, 16.00, 52.00
2. **ENGENHEIRO CIVI**L
ELKER ATAIDES MOREIRA (760), 12.00, 12.00, 20.00, 32.00, 76.00
LUMA OLIVEIRA ALKMIM (945), 12.00, 12.00, 4.00, 24.00, 52.00
RAUDIEGO DA SILVA SANTOS FIGUEREDO (574), 4.00, 8.00, 20.00, 24.00, 56.00
WALTEANY BRITO DE FRANÇA (719), 4.00, 20.00, 16.00, 24.00, 64. 00
28. **ESCRITURARIO**
ALINE DE OLIVEIRA BRAGA (91), 4.00, 12.00, 4.00, 16.00, 36.00
AMANDA MARINHO LOPES (285), 12.00, 0.00, 12.00, 24.00, 48.00
ANA CAROLINA PEREIRA SOUZA (1170), 4.00, 16.00, 12.00, 32.00, 64.00
ANA PAULADE ALMEIDA SOUSA (1104), 4.00, 16.00, 8.00, 24.00, 52. 00
BRUNA FABIANA CARDOSO (337), 12.00, 12.00, 12.00, 24.00, 60.00
CAROLINE FERREIRA DE ARAUJO (306), 4.00, 4.00, 12.00, 16.00, 36. 00
DANIEL ANTONIO MEURER (407), 8.00, 12.00, 12.00, 32.00, 64.00
DANIELE DOS SANTOS ARAUJO (148), 8.00, 0.00, 12.00, 16.00, 36. 00
DIVINA CARDOSO CAMPELO (1259), 4.00, 8.00, 12.00, 16.00, 40.00
GRANIELE RODRIGUES DA CRUZ (757), 16.00, 4.00, 12.00, 16.00, 48.00
GRAZIELI LUIZA CHIOSSI CRIZANTO (1163), 4.00, 12.00, 16.00, 16. 00, 48.00
JÔNATAS ALVES DE SOUZA (512), 0.00, 12.00, 12.00, 32.00, 56.00
JULIANA CARDOSO DE OLIVEIRA (103), 4.00, 4.00, 12.00, 24.00, 44. 00
LAIANA ISIDORIA CONCEIÇÃO (698), 4.00, 8.00, 12.00, 16.00, 40.00
LORRAYNNE SOARES DE MORAES (540), 8.00, 8.00, 8.00, 40.00, 64. 00
LUCINEYDE DA SILVA CARVALHO (221), 4.00, 8.00, 0.00, 16.00, 28. 00
MAGDA VILELA MACIEL (159), 4.00, 8.00, 8.00, 8.00, 28.00
MARCOS ALVES FREITAS (728), 8.00, 12.00, 12.00, 40.00, 72.00
MARIA CARLEANE ALVES DOS SANTOS (634), 0.00, 8.00, 8.00, 16. 00, 32.00
MARINALVA VEIRA DE OLIVEIRA (655), 4.00, 4.00, 8.00, 8.00, 24.00
NIELE GOMES HENRIQUE DOS REIS (53), 4.00, 12.00, 4.00, 24.00, 44.00
PALOMA BRITO DE OLIVEIRA (71), 12.00, 12.00, 12.00, 16.00, 52.00
PATRICIA ALVES PAIVA (528), 8.00, 4.00, 12.00, 0.00, 24.00
RODRIGO DA SILVA SANTOS (1206), 12.00, 0.00, 8.00, 32.00, 52.00
SILMARA FERNANDES DA SILVA (438), 12.00, 0.00, 4.00, 0.00, 16.00
TÁLYTA LAISE SILVA MOREIRA (1038), 8.00, 16.00, 8.00, 8.00, 40.00
TAMIRES RODRIGUES DA SILVA (464), 4.00, 16.00, 0.00, 0.00, 20.00
VANESSA CRISTIANE THOMAZ (42), 4.00, 4.00, 8.00, 8.00, 24.00
29. FISCAL DE OBRAS E POSTURAS
CLEIMAR REITZ (1270), 8.00, 8.00, 8.00, 8.00, 32.00
HADHAMO DA SILVA SANTOS (782), 8.00, 4.00, 8.00, 8.00, 28.00
HELDER RICK DE FREITAS LIMA (770), 8.00, 4.00, 8.00, 16.00, 36.00
JOSÉ DA SILVA (1080), 8.00, 8.00, 8.00, 8.00, 32.00
30. **FISCAL SANITARIO**
ALANE RODRIGUES ALENAR CANDIDO (1289), 4.00, 4.00, 8.00, 8. 00, 24.00
EUCLIDES RIBEIRO DE SOUZA (810), 12.00, 8.00, 4.00, 16.00, 40.00
KARINA ALVES KANIZAWA (1086), 4.00, 12.00, 0.00, 8.00, 24.00
31. **FISCAL TRIBUTARIO**
ABIDIAS OLIVEIRA LEITE (1055), 8.00, 4.00, 8.00, 0.00, 20.00
ADÃO SILVA PARENTE (250), 12.00, 8.00, 12.00, 0.00, 32.00
ALINE ALENCAR MIRANDA (43), 8.00, 12.00, 12.00, 8.00, 40.00
ANAIANE BARBOSA DA SILVA (888), 0.00, 4.00, 12.00, 8.00, 24.00
ANTONIO CLEITON GARCIA CARNEIRO (601), 4.00, 0.00, 8.00, 8.00, 20.00
FABIO DOS ANJOS DE SOUZA (133), 12.00, 4.00, 12.00, 16.00, 44.00
FRANCINALDO MENDES (731), 4.00, 8.00, 8.00, 8.00, 28.00
GERSON ALVES DE SOUZA NETO COELHO (532), 0.00, 4.00, 8.00, 0.00, 12.00
GREISI KELLY DAMBROZ DE OLIVEIRA (1083), 4.00, 8.00, 12.00, 24. 00, 48.00
JOSE ANILSON MACEDO COSTA (1274), 8.00, 8.00, 0.00, 24.00, 40. 00
JUNIMAR JULIANO PRUNZEL (1297), 8.00, 12.00, 0.00, 24.00, 44.00
MACIEL RODRIGUES DE MELO (711), 8.00, 8.00, 12.00, 32.00, 60.00
MARCIO CAMARGO NOGUEIRA (31), 0.00, 4.00, 8.00, 16.00, 28.00
MARCOS PAULO DE SOUZA OLIVEIRA (794), 4.00, 4.00, 4.00, 0.00, 12.00
MAYCON JOSE STEIN (186), 0.00, 8.00, 8.00, 16.00, 32.00
PAULO VALDIVINO MUNIZ (396), 4.00, 12.00, 12.00, 16.00, 44.00
RENER ALVES DO AMARAL (419), 12.00, 16.00, 12.00, 24.00, 64.00
RICARDO FIGUEIRA ANDRADE (874), 8.00, 8.00, 4.00, 16.00, 36.00
SIRO RODRIGUES ALVES (102), 8.00, 0.00, 16.00, 8.00, 32.00
TIAGO LUCAS ALVES (695), 8.00, 4.00, 16.00, 0.00, 28.00
WEMERSON AEMRICO DA SILVA (1089), 4.00, 8.00, 0.00, 24.00, 36. 00
ZELIA ARRUDA DA SILVA (458), 0.00, 0.00, 12.00, 0.00, 12.00
5**. FISIOTERAPEUTA**
CAMILA DE CARLI STÉDILE (164), 8.00, 8.00, 12.00, 24.00, 52.00
DHIEGOFLAVIO SOUZA RIBEIRO (579), 8.00, 4.00, 16.00, 32.00, 60. 00
JOSIANE VELHO DE OLIVEIRA (855), 12.00, 8.00, 16.00, 32.00, 68.00
JULIANE MARIA FULANETTI BERNARDO RODRIGUES (1048), 12.00, 12.00, 16.00, 16.00, 56.00
LIBY HALMENSCHLAGER SILVA LUNKES (131), 8.00, 12.00, 16.00, 24.00, 60.00

LUIZ MIGUEL DE MORAIS JUNIOR (226), 12.00, 8.00, 16.00, 24.00, 60.00
NAGELA GABRIELA NEVES DOS SANTOS (585), 16.00, 16.00, 20.00, 24.00, 76.00
47. **GARI FEMININO**
EVA CARVALHO PACHECO (1253), 8.00, 8.00, 16.00, 16.00, 48.00
FRANCIDALVA CA CONCEIÇÃO (651), 0.00, 0.00, 4.00, 0.00, 4.00
FRANCISCA NASCIMENTO SILVA (875), 4.00, 0.00, 0.00, 8.00, 12.00
ISLANE GONZAGA DA CRUZ SANTOS (465), 16.00, 0.00, 8.00, 16.00, 40.00
MARIA DA CONCEIÇÃO LEITE DE JESUS (1224), 4.00, 4.00, 8.00, 8.00, 24.00
MARIA DE JESUS ALVES PEREIRA (360), 12.00, 8.00, 16.00, 8.00, 44.00
MARIA MADALENA DELFINO DE SOUZA SANTOS (1026), 4.00, 8.00, 8.00, 8.00, 28.00
ROMARIA MESQUITA DA SILVA (466), 12.00, 4.00, 4.00, 8.00, 28.00
ROZALIA LEOCADIA MOKFA (1165), 4.00, 8.00, 16.00, 16.00, 44.00
ZENITA MENDES CARVALHO (1125), 0.00, 12.00, 12.00, 16.00, 40.00
46. **GARI MASCULINO**
HAMILTON MARINHO (377), 4.00, 16.00, 16.00, 16.00, 52.00
LUIZ FRANÇA (99), 0.00, 0.00, 0.00, 0.00, 0.00
NILTON FERREIRA (49), 0.00, 4.00, 12.00, 0.00, 16.00
38. **LEITURISTA**
BELTESSAZAR VIEIRA CRUZ (194), 4.00, 0.00, 12.00, 8.00, 24.00
JOSE CRESTON GONCALVES DOS SANTOS (267), 12.00, 4.00, 4.00, 8.00, 28.00
VALDO ALMEIDA DE OLIVEIRA (604), 0.00, 4.00, 4.00, 16.00, 24.00
7. **MEDICO CLINICO GERAL**
FRANCISCO TEODORO DE FARIA (105), 12.00, 8.00, 20.00, 24.00, 64.00
JOSE AGUINALDO PARANHOS SOUTO (479), 8.00, 16.00, 16.00, 24.00, 64.00
37. **MONITOR DE CRECHE - LAR MENINO JESUS**
ARLUCIA BARBOSA DE OLIVEIRA FERREIRA SILVA (526), 8.00, 4.00, 8.00, 24.00, 44.00
CAROLINE SUZANA LANGE FEITOSA (954), 0.00, 8.00, 8.00, 32.00, 48.00
CHEILA CARVALHO PACHECO (482), 4.00, 0.00, 16.00, 8.00, 28.00
CLEUNI GUIMARAES SILVA (423), 4.00, 12.00, 16.00, 32.00, 64.00
DEBORA DOS SANTOS (788), 8.00, 0.00, 12.00, 0.00, 20.00
DEBORA ROCHA SILVA (978), 8.00, 0.00, 8.00, 16.00, 32.00
DIANA FERREIRA MENDES (379), 0.00, 8.00, 4.00, 16.00, 28.00
EDINEIA NUNES RATO SANTOS (1248), 0.00, 4.00, 8.00, 24.00, 36.00
ELAINE EGER OLIVEIRA (629), 8.00, 4.00, 4.00, 16.00, 32.00
ELIADNA DIAS SOBRINHO (1094), 4.00, 8.00, 4.00, 16.00, 32.00
ELIANA FERREIRA GAMA (1225), 4.00, 8.00, 0.00, 16.00, 28.00
ELIENE PEREIRA GUIMARAES (469), 0.00, 0.00, 0.00, 0.00, 0.00
ELISANGELA QUEIROS MARTINS LAIKOVSKI (403), 4.00, 0.00, 8.00, 8.00, 20.00
ELIZIMAR ALVES DOS SANTOS AMORIM (839), 4.00, 4.00, 12.00, 24.00, 44.00
EVANILDE ALVES DE OLIVEIRA (845), 12.00, 4.00, 8.00, 24.00, 48.00
FRANCISCA GONÇALVES DA SILVA (1242), 0.00, 0.00, 12.00, 24.00, 36.00
HEULILIA CELMA FAGUNDES DA SILVA (1012), 0.00, 4.00, 12.00, 16.00, 32.00
HURIA TEIXEIRA RODRIGUES (393), 0.00, 4.00, 4.00, 24.00, 32.00
ISMAILDA ALVES PEREIRA (1239), 4.00, 4.00, 0.00, 0.00, 8.00
IVONE ANDRADE SILVA (108), 8.00, 0.00, 8.00, 32.00, 48.00
IVONE DE OLIVEIRA ALVES (1004), 0.00, 8.00, 4.00, 16.00, 28.00
JOSIANE AMARAL DE ANDRADE (454), 8.00, 12.00, 12.00, 24.00, 56.00
JOSIRENE ALVES DA COSTA (333), 0.00, 0.00, 4.00, 0.00, 4.00
JUSSARA MARIA VASIAK (311), 8.00, 4.00, 16.00, 32.00, 60.00
KEILA DE CAMARGO (1173), 12.00, 8.00, 12.00, 16.00, 48.00
KELITA NAIARA PEREIRA ROCHA (1182), 8.00, 4.00, 8.00, 16.00, 36.00
KELY CRISTINA GOMES DA SILVA ROSA (1015), 0.00, 0.00, 0.00, 8.00, 8.00
LAYLLA EVEEN RIBEIRO PEIXOTO ARRUDA (344), 0.00, 8.00, 12.00, 24.00, 44.00
LAZIENE ROCHA DA SILVA (765), 4.00, 8.00, 12.00, 16.00, 40.00
LEIA RIBEIRO MIRANDA (817), 8.00, 0.00, 4.00, 32.00, 44.00
LILIAN ARRUDA GONÇALVES (329), 0.00, 8.00, 8.00, 16.00, 32.00
LUCILEIA DIAS DA SILVA MOREIRA (290), 4.00, 0.00, 8.00, 24.00, 36.00
LUCINEIDE CARDOSO DE SOUZA (862), 4.00, 0.00, 12.00, 24.00, 40.00
MARCIA SANTIAGO DA SILVA (974), 8.00, 8.00, 12.00, 0.00, 28.00
MARIA APARECIDA ALVES FERNANDES (543), 4.00, 12.00, 20.00, 24.00, 60.00
MARIA APARECIDA PEREIRA SOBRINHO (476), 8.00, 8.00, 4.00, 16.00, 36.00
MARIA COELHO DIAS (938), 4.00, 4.00, 16.00, 16.00, 40.00
MARIA JANETE CUSTODIO BATISTA (434), 8.00, 4.00, 12.00, 24.00, 48.00
MARIELMA RODRIGUES DE OLIVEIRA (54), 4.00, 8.00, 8.00, 16.00, 36.00
MARILDA GUIMARAES DE OLIVEIRA (1187), 8.00, 8.00, 8.00, 24.00, 48.00
MARLENE DE ANDRADE (806), 0.00, 8.00, 12.00, 24.00, 44.00
MIERIA PINTO DA SILVA (660), 4.00, 0.00, 4.00, 16.00, 24.00
NATHIALI AGAIPE SOUSA (608), 4.00, 4.00, 0.00, 24.00, 32.00
OZENI GONÇALVES CAVALCATE (1159), 8.00, 4.00, 12.00, 24.00, 48.00
PAULLA DE FATIMA CARDOSO SANTOS (876), 4.00, 0.00, 8.00, 40.00, 52.00
POLIANA FERNANDES DE FREITAS (1141), 8.00, 4.00, 16.00, 8.00, 36.00
ROSA GONCALVES DOS SANTOS (781), 16.00, 4.00, 8.00, 24.00, 52.00
SANDRA ROSA FAGUNDES (388), 8.00, 4.00, 8.00, 8.00, 28.00
SILVANE DOS SANTOS BARBOSA (291), 4.00, 8.00, 12.00, 32.00, 56.00
SILVANIA DA SILVA VIEIRA (203), 0.00, 4.00, 16.00, 16.00, 36.00
SONIA ROSA DOS SANTOS AMORIM (501), 8.00, 4.00, 8.00, 32.00, 52.00
TAISE ROSA DOS SANTOS (494), 4.00, 8.00, 8.00, 8.00, 28.00
VALMIRA LUCIA DA SILVA (484), 8.00, 8.00, 16.00, 32.00, 64.00
VALMIRENE DA SILVA MARTINS (487), 8.00, 0.00, 8.00, 32.00, 48.00
VILMA BARBOSA DE OLIVEIRA (735), 8.00, 0.00, 12.00, 24.00, 44.00
VILMAIRA DA SILVA PEREIRA COSTA (161), 12.00, 8.00, 8.00, 16.00, 44.00
50. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - ARACATI**
IVO ALVES DE SOUZA (228), 8.00, 8.00, 16.00, 32.00, 64.00
ROGERICO GARBUIO (307), 8.00, 12.00, 16.00, 24.00, 60.00
WALDEMAR VALDES PESSOA (395), 4.00, 16.00, 12.00, 32.00, 64.00
54. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - BOM JESUS**
CLEIDENIR NOVELO (572), 8.00, 16.00, 8.00, 8.00, 40.00
ELCIO TURATTI (198), 4.00, 12.00, 12.00, 8.00, 36.00
EVANDRO MARTINHAK (619), 8.00, 8.00, 8.00, 16.00, 40.00

IVONEI MEURER (372), 8.00, 12.00, 16.00, 8.00, 44.00
PAULO ANTONIO BARBOSA DE MELO (365), 0.00, 16.00, 8.00, 8.00, 32.00
RAMON FONSECA MARTINS (242), 12.00, 8.00, 12.00, 32.00, 64.00
49. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - CAXANGA**
ANTONIO NOLETO DA SILVA (39), 0.00, 8.00, 12.00, 8.00, 28.00
GILMAR ANTONIO SIMAO (1264), 4.00, 20.00, 12.00, 32.00, 68.00
HELIO ALVES DE OLIVEIRA (562), 8.00, 20.00, 16.00, 8.00, 52.00
ISAIAS RAMOS DE SOUZA (1033), 12.00, 4.00, 16.00, 0.00, 32.00
JOSE ANTONIO DAMACENA JUNIOR (79), 8.00, 16.00, 12.00, 24.00, 60.00
RONEI VASIAK (555), 16.00, 16.00, 16.00, 40.00, 88.00
VILMAR DOS SANTOS CARVALHO (573), 8.00, 4.00, 16.00, 32.00, 60.00
55. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - P. BELEZA I**
ALICE ALVES GALVAO (45), 8.00, 0.00, 12.00, 8.00, 28.00
DILSON DE FREITAS ALVES (199), 0.00, 0.00, 4.00, 0.00, 4.00
VALDEIR GALVAO DA SILVA (885), 4.00, 4.00, 12.00, 40.00, 60.00
53. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - PROJETO ALVORADA**
JOSE LOURENÇO FERNANDES (993), 4.00, 16.00, 12.00, 32.00, 64.00
MELQUISEDEQUE MANOEL RODRIGUES DE CARVALHO (364), 16.00, 12.00, 16.00, 24.00, 68.00
51. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - RUI RAMOS**
ADRIOVAN VINHADELI DA SILVA (994), 4.00, 4.00, 12.00, 16.00, 36.00
AILTON BARBOSA DE OLIVEIRA (430), 12.00, 16.00, 12.00, 24.00, 64.00
ALDECIR GUOLLO (1138), 4.00, 16.00, 12.00, 8.00, 40.00
DOGLAS PEREIRA DOS SANTOS (449), 4.00, 8.00, 8.00, 24.00, 44.00
GEICIVALDO INOCENCIO COSTA (814), 12.00, 16.00, 16.00, 24.00, 68.00
OTNIEL RODRIGUES DE JESUS (1236), 16.00, 20.00, 16.00, 32.00, 84.00
ROBERTO MENDES DA SILVA (516), 12.00, 12.00, 16.00, 32.00, 72.00
SINVAL ALVES DOS SANTOS (792), 12.00, 4.00, 16.00, 24.00, 56.00
52. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - S. C. JESUS**
ENIO LASARO BORGES (599), 8.00, 8.00, 16.00, 24.00, 56.00
VALMY BRITO DE CARVALHO (200), 4.00, 16.00, 12.00, 16.00, 48.00
48. **MOTORISTA ESCOLAR - CNH "D" - VILA DA PAZ**
DOMINGOS BARROS DE SA (632), 8.00, 4.00, 12.00, 8.00, 32.00
LEONI BISPO (723), 4.00, 12.00, 8.00, 0.00, 24.00
3. **ODONTOLOGO**
ANA PAULA DE BEN (1211), 12.00, 8.00, 20.00, 24.00, 64.00
LORENA DORNELISCÂNDIDO (568), 8.00, 4.00, 12.00, 8.00, 32.00
MURILO TAVARES FREITAS (345), 12.00, 16.00, 16.00, 32.00, 76.00
62**. OPERADOR DE ETA**
EMANUEL MENDES DE SOUSA (211), 4.00, 12.00, 16.00, 8.00, 40.00
ERALDO MARINHO LOPES (1022), 12.00, 20.00, 20.00, 24.00, 76.00
EUDES PEREIRA DA SILVEIRA (821), 0.00, 4.00, 8.00, 16.00, 28.00
GENILDO SOUZA DIAS (1237), 0.00, 16.00, 12.00, 24.00, 52.00
JAIR CANOVA (209), 8.00, 0.00, 16.00, 8.00, 32.00
20**. PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**
DAYANA MEIRELE DE JESUS SOUZA (37), 4.00, 8.00, 16.00, 16.00, 44.00
FERNANDA RODRIGUES (762), 12.00, 4.00, 8.00, 8.00, 32.00
LOUZINETE DA SILVA VILELA (8), 4.00, 4.00, 8.00, 8.00, 24.00
MARIA ELENICE DOS PASSOS. (279), 12.00, 8.00, 12.00, 8.00, 40.00

MARIANE PACIENTE HORA (1156), 8.00, 4.00, 16.00, 24.00, 52.00
NILTON CELERE (1158), 12.00, 12.00, 20.00, 16.00, 60.00
RAFAELY CRISTIANE VICENSI SOUZA (90), 4.00, 8.00, 16.00, 32.00, 60.00
TATIANE HEIMERDINGER (750), 8.00, 12.00, 8.00, 24.00, 52.00
22. **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ESCOLINHA ESPORTIVA**
ADAIR RUFINO DA SILVA FILHO (1006), 12.00, 16.00, 16.00, 8.00, 52.00
JOSE DIOGO FERREIRA DE MELO (7), 16.00, 16.00, 12.00, 8.00, 52.00
12. **PROFESSOR I A IV - BOM JESUS**
PATRICIA ADELAIDE BARBOSA DE MELO (620), 8.00, 8.00, 12.00, 24.00, 52.00
ROZELEI RENGEL (348), 8.00, 4.00, 16.00, 8.00, 36.00
SANTA SALETE MEURER (258), 4.00, 8.00, 12.00, 8.00, 32.00
8. **PROFESSOR I A IV - CAXANGA**
GLAUCIA LAIKOWSKI (127), 8.00, 12.00, 12.00, 24.00, 56.00
LAURA GOMES FONSECA FELICIANO RENGEL (11), 12.00, 16.00, 16.00, 24.00, 68.00
MANUELA GOMES FONSECA FELICIANO (298), 8.00, 8.00, 12.00, 24.00, 52.00
PULLINE CHAVES DE AZEVEDO (645), 16.00, 4.00, 12.00, 24.00, 56.00
VANESSA SOARES BORGES (551), 4.00, 8.00, 12.00, 24.00, 48.00
16. **PROFESSOR I A IV - CRECHE LAR MENINO JESUS**
ANA CATIA DA SILVA (461), 4.00, 4.00, 8.00, 24.00, 40.00
ARLETE SILVA DE MORAES (308), 4.00, 0.00, 16.00, 16.00, 36.00
AUREA CHRISTIANE LACERDA BRAGA (1091), 12.00, 12.00, 8.00, 16.00, 48.00
ELIZANGELA ALVES DE SOUSA (520), 4.00, 4.00, 16.00, 24.00, 48.00
IRACEMA AUGUSTA DE OLIVEIRA ARAUJO (846), 0.00, 16.00, 16.00, 24.00, 56.00
JUCILEIDE MOREIRA DE ALENCAR (1246), 0.00, 12.00, 12.00, 32.00, 56.00
MARCELIA GUIMARAES MORAES (126), 8.00, 4.00, 16.00, 24.00, 52.00
MARIA CELOI NORONHA DE LIMA (9), 4.00, 8.00, 12.00, 24.00, 48.00
MARIA DO CARMO MARTINS DA SILVA (980), 0.00, 4.00, 16.00, 24.00, 44.00
PATRICIA APARECIDA ASSUNÇÃO DE PAULA LOPES (741), 16.00, 4.00, 16.00, 16.00, 52.00
ROSIMEIRY AUGUSTA ALVES SCHMIDT (886), 8.00, 12.00, 20.00, 24.00, 64.00
SANDRISMAR CUNHA DAMASCENO (481), 4.00, 4.00, 12.00, 16.00, 36.00
VALERIA PATRICIA DE SOUZA GERALDINO (414), 12.00, 12.00, 8.00, 24.00, 56.00
11. PROFESSOR I A IV - MENINO JESUS
GILVANIA KUNDE TAVARES (1154), 8.00, 12.00, 16.00, 24.00, 60.00
15. **PROFESSOR I A IV - PROJETO ALVORADA**
VAGNO GOMES DA SILVA (1273), 12.00, 20.00, 20.00, 32.00, 84.00
13. **PROFESSOR I A IV - PROJETO BELEZA I**
ANA PAULA FORTUNA (448), 8.00, 4.00, 8.00, 16.00, 36.00
ANDRESSA MOTA ZANELLA (163), 8.00, 4.00, 4.00, 8.00, 24.00
ELIANA CANDIDA DE SOUZA (576), 12.00, 8.00, 16.00, 16.00, 52.00
JUSSARA DA ROSA RASIA (358), 0.00, 12.00, 12.00, 16.00, 40.00
9**. PROFESSOR I A IV - RUI RAMOS**
ALINE BEZERA DE LIMA (607), 8.00, 4.00, 12.00, 16.00, 40.00
CILSA EUNICE VINHADELLI (339), 4.00, 8.00, 16.00, 16.00, 44.00
EDILEUSA MARINHO FONSECA (858), 16.00, 4.00, 12.00, 24.00, 56.00

ISAMARA RODRIGUES GLORIA (350), 12.00, 4.00, 12.00, 16.00, 44.00
LUDIMILA SILVEIRA (490), 4.00, 8.00, 20.00, 24.00, 56.00
NOEMI MARIA WAGNER (658), 8.00, 12.00, 20.00, 24.00, 64.00
PLARDIA ALVES DE ALMEIDA (818), 12.00, 12.00, 20.00, 24.00, 68.00
SIMONE JANCIELE WAGNER (656), 16.00, 8.00, 16.00, 24.00, 64.00
14. **PROFESSOR I A IV - SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS**
LAIZE SOUZA SILVA (1145), 4.00, 12.00, 4.00, 24.00, 44.00
MAGNAR DOMINGOS MOURA (1123), 0.00, 12.00, 8.00, 24.00, 44.00
TEREZINHA JARDIM DE MELO SILVA (422), 4.00, 12.00, 16.00, 24.00, 56.00
10. **PROFESSOR I A IV - VILA DA PAZ**
DANIELA VIEIRA DA SILVA (515), 0.00, 4.00, 12.00, 24.00, 40.00
LILIAN DE OLIVEIRA CORREIA (88), 8.00, 12.00, 16.00, 8.00, 44.00
LÍVIA CHERLLY DOS SANTOS ABREU (142), 8.00, 0.00, 12.00, 0.00, 20.00
19. **PROFESSOR V A VIII - NAZARE**
LUZIENE ALVES RODRIGUES (1229), 4.00, 4.00, 8.00, 8.00, 24.00
MARILENE ALVES DA SILVA (1118), 4.00, 16.00, 16.00, 16.00, 52.00
18. PROFESSOR V A VIII - SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS
ALINE BARBOSA DA SILVA (1128), 4.00, 4.00, 8.00, 16.00, 32.00
4. **PSICOLOGO**
MARCILEYDE TIZO (605), 12.00, 4.00, 16.00, 40.00, 72.00
SAMIR RODRIGUES DE FARIA (232), 8.00, 12.00, 20.00, 40.00, 80.00
32. **TECNICO DE ENFERMAGEM**
ADINA ALMEIDA DA SILVA PEREIRA (18), 4.00, 4.00, 12.00, 8.00, 28.00
DEUSILEY MENDES FERREIRA (262), 8.00, 0.00, 8.00, 24.00, 40.00
DIVINEIS DE JESUS FERREIRA SANTOS (899), 4.00, 12.00, 12.00, 8.00, 36.00
ELENE COSTA SILVA CAVALCANTE (184), 0.00, 8.00, 8.00, 8.00, 24.00
EURIDES PEREIRA BISPO (1143), 4.00, 4.00, 12.00, 16.00, 36.00
ISABEL SILVEIRA CIRINO SILVA (110), 4.00, 12.00, 4.00, 16.00, 36.00
JUDITE NOLETO DE ARAUJO (1035), 0.00, 4.00, 8.00, 32.00, 44.00
KARLA LEMOS DE ABREU (217), 4.00, 4.00, 12.00, 16.00, 36.00
KEILA AGUIAR ARAUJO (317), 0.00, 0.00, 4.00, 8.00, 12.00
LAURA APARECIDA DA SILVA (1195), 4.00, 8.00, 8.00, 16.00, 36.00
LORENA FERREIRA NASCIMENTO (52), 4.00, 0.00, 8.00, 8.00, 20.00
LUZENIRA DAS DORES CHAGAS (314), 0.00, 0.00, 8.00, 16.00, 24.00
MARIA APARECIDA PEREIRA (218), 4.00, 0.00, 16.00, 16.00, 36.00
MARIA APARECIDA RODRIGUES DA COSTA (213), 8.00, 0.00, 16.00, 8.00, 32.00
MARIA AUXILIADORA MENDES GOMES (121), 4.00, 4.00, 12.00, 16.00, 36.00
MARIA DE FATIMA SILVA GLORIA (477), 8.00, 0.00, 0.00, 0.00, 8.00
REGIANE SIMÃO PATROCÍNIO (107), 4.00, 8.00, 12.00, 16.00, 40.00
RICARDO PEREIRA DA SILVA (162), 4.00, 8.00, 8.00, 8.00, 28.00
ROSALINA BARBOSA GOMES (809), 12.00, 0.00, 12.00, 8.00, 32.00
SUELE MARIA COSTA SOUZA (919), 0.00, 0.00, 12.00, 16.00, 28.00
33. **TECNICO EM RADIOLOGIA**
ANDREIA SCHEIDT (483), 8.00, 0.00, 8.00, 24.00, 40.00
FABRICIO LINDON SILVA (391), 8.00, 4.00, 16.00, 24.00, 52.00
PATRICIA FERREIRA (752), 8.00, 8.00, 12.00, 16.00, 44.00
34. **TELEFONISTA**
ANA CAROLINA BERNARDES (675), 8.00, 12.00, 12.00, 40.00, 72.00
ANA CELIA PEREIRA ABREU (446), 0.00, 0.00, 4.00, 40.00, 44.00

ANDRESSA DO CARMO DOS SANTOS BORGES (437), 0.00, 8.00, 16.00, 40.00, 64.00
BRUNA DA SILVA MOISES (908), 8.00, 12.00, 12.00, 40.00, 72.00
DENISE PEIXOTO ALVES (999), 4.00, 4.00, 12.00, 40.00, 60.00
ELISANDRA CAMPOS SILVA (1041), 4.00, 12.00, 8.00, 40.00, 64.00
FRANCISCA DA SILVA (1127), 0.00, 4.00, 4.00, 0.00, 8.00
GESSYCA MONICA BARBOSA PEREIRA (1276), 4.00, 16.00, 8.00, 32.00, 60.00
JÉSSICA VANCIN BENICIO (389), 12.00, 12.00, 4.00, 40.00, 68.00
KALLITA MOURA RIBEIRO COSTA (1013), 4.00, 8.00, 12.00, 24.00, 48.00
KELIENE DUARTE SILVA (1234), 8.00, 12.00, 16.00, 40.00, 76.00
LARISSE GONÇALVES DA SILVA (248), 8.00, 8.00, 8.00, 24.00, 48.00
LETICIA SANTOS ABREU (1019), 0.00, 8.00, 8.00, 8.00, 24.00
LUCIANA DIEL MARTINI (496), 4.00, 8.00, 20.00, 40.00, 72.00
MAGNA GILDEVANIA DA CONCEICAO CRUZ (1227), 4.00, 4.00, 4.00, 8.00, 20.00
MICHELLY FERNANDES DE JESUS (92), 4.00, 16.00, 12.00, 32.00, 64.00
RAILLA MILENA LOPES CRAUS (318), 16.00, 8.00, 8.00, 16.00, 48.00
RAQUEL PEREIRA ALVES (1266), 4.00, 0.00, 8.00, 32.00, 44.00
ROZIMERE HELENA BURKOSKI (1197), 4.00, 8.00, 12.00, 24.00, 48.00
SUELEM PATRINY VITORIA ALVES ALMEIDA (859), 0.00, 16.00, 12.00, 32.00, 60.00
TATIANE BORGES DE OLIVEIRA (98), 8.00, 12.00, 12.00, 24.00, 56.00
THAIS RODRIGUES DA SILVA (460), 8.00, 8.00, 8.00, 32.00, 56.00
THAYLLA FERNANDA PEREIRA LIMA (870), 16.00, 0.00, 4.00, 40.00, 60.00
VALQUIRIA GONZAGA NUNES (1024), 4.00, 8.00, 8.00, 16.00, 36.00
57. T**RABALHADOR BRACAL**
AGLEUCY SANTANA DE OLIVEIRA (787), 4.00, 4.00, 16.00, 0.00, 24.00
AILSON UHRY (488), 0.00, 4.00, 12.00, 8.00, 24.00
APARECIDO DA SILVA (196), 4.00, 0.00, 16.00, 0.00, 20.00
JOEL RIBEIRO MACHADO (210), 12.00, 0.00, 8.00, 16.00, 36.00
JOSE PEREIRA LOPES (197), 0.00, 0.00, 0.00, 0.00, 0.00
JOSE RAIMUNDO SOUSA SANTOS (114), 0.00, 0.00, 0.00, 0.00, 0.00
SEDINEI DE ALMEIDA (1137), 4.00, 4.00, 16.00, 8.00, 32.00
VALDEMIR DE JESUS OLIVEIRA (497), 4.00, 8.00, 4.00, 0.00, 16.00
VALDOMIRO MATOS DE SOUSA (237), 8.00, 8.00, 12.00, 8.00, 36.00
58. **TRATORISTA**
EDER ODAIR PYDD (738), 4.00, 12.00, 8.00, 16.00, 40.00
ERNESTO RAIMUNDO CLARINDO (455), 4.00, 12.00, 4.00, 0.00, 20.00
JOSAFA LEONIDIO DE OLIVEIRA (812), 8.00, 8.00, 8.00, 8.00, 32.00
LUAN GEORGE SALGADO DE SOUZA (761), 0.00, 8.00, 16.00, 32.00, 56.00
MANOEL EKINEY RODRIGUES OLIVEIRA (778), 8.00, 16.00, 12.00, 32.00, 68.00
VALDEREY MARCIL MOREIRA (123), 4.00, 20.00, 8.00, 24.00, 56.00
60. **VIGIA**
ANTONIO VIERA COSTA (525), 8.00, 8.00, 16.00, 0.00, 32.00
CLEBSON LIMA SOBRAL (616), 8.00, 20.00, 16.00, 32.00, 76.00
ROBSON GARCIA BARROSO DOS SANTOS (1034), 8.00, 16.00, 8.00, 32.00, 64.00
SEVERINO SCHULZ DA SILVA (352), 4.00, 0.00, 4.00, 0.00, 8.00
VALDIVINO PEREIRA DA SILVA (325), 4.00, 0.00, 12.00, 32.00, 48.00
WESLEY ALMEIDA BISPO (804), 8.00, 16.00, 16.00, 24.00, 64.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.10/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Fast ADB Industria e Comércio Eirelli - EPP. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Oriundo do Processo Administrativo n.94/2014, decorrente da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.16/2014, conforme descrito no Edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.10.520/2002, 8.666/1993 e suas alterações. OBJETO: Fornecimento de material que serão utilizados na execução de parte das obras pertinente aos Termos de Compromissos n.40873067/2013 e 0408724-88/2013, para atender à execução das obras (1ª Etapa – PAC 2) sendo: Estações Elevatórias de Esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto, Ligação Domiciliares, Linhas de Recalque, Redes de Esgoto e Ramais condominiais dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias 02, 08 e 10 no Município de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: R$ 1.030.000,00 (Um milhão e trinta mil reais). UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.433. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.310. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 24.02.2015.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS LTDA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

FAST ADB INDUSTRIA E COMERCIO EIRELLI - EPP

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 02/2014

1.Versam os presentes autos em procedimento licitatório na modalidade Chamamento Público visando o credenciamento de pessoa jurídica especializada em confecção de focoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável – (catarata) e tratamento cirúrgico de pterígio para pacientes da rede municipal de saúde de Várzea Grande 2. Realizada a sessão pública de abertura de envelopes e averiguação das propostas técnicas e de preços, a Comissão Permanente de Licitações, em conjunto com a equipe técnica designada para tanto, declarou VENCEDORA a licitante Clinica e Microcirurgia de Olhos Ltda – CNPJ n. 26.795.401/0001-79. 3. Remetido os autos à Procuradoria Geral, esta opinou pelo prosseguimento do feito, com a homologação e a adjudicação do presente certame em favor da licitante que apresentou a melhor proposta, por terem sido observados os preceitos legais do procedimento licitatório, as fls. 361/364. 4. No caso em comento, observa-se, que compareceu apenas um licitante, para a sessão para abertura de envelopes e credenciamento, sendo respeitado o caráter competitivo do certame. 5. Entretanto, se legítimas as exigências constantes do edital e respeitados os prazos e os meios de publicidades, bem como a competitividade dos concorrentes o certame transitou de forma normal. 6. Como já anotado anteriormente as exigências requeridas foram àquelas suficientes para demonstrar a capacidade técnica das licitantes, sendo que o valor de proposta da licitante está dentro dos parâmetros elencados no termo de referencia.7. Tendo em vista a necessidade de atender a demanda por estas especialidades em nosso município como também cumprir o processo de pactuação por este município e com para os municípios pactuados. Os procedimentos fazem parte do grupo de exames classificados como média complexidade cuja importância é o atendimento a nossa população, assim como os municípios pactuados, tal solicitação se deve a falta e ou insuficiência na rede Pública. Com a aquisição dos procedimentos estaremos intervindo de forma positiva no atendimento da nossa População, visto que diminuirá a fila de espera da Central de Regulação.8. Ademais, observou-se que a licitante foi a única a se apresentar para o credenciamento, e foi habilitada e sua proposta se encontra dentro dos ditames legais.9. Assim, observados os preceitos legais da lei n. 8666/93 e Constituição Federal de 1988, HOMOLOGO o presente certame e ADJUDICO seu objeto a Clinica e Microcirurgia de Olhos Ltda. , portadora do CNPJ n. 26.795.401/0001-79, pelo valor efetuado conforme tabela abaixo.

Item	Especificação do Produto	Quant. mês	Quant. ano	Valor unt tabela SUS	Valor total tabela SUS
01	Focoemulsificação com implante de lente intra ocular dobrável (catarata)	125	1500	R$643,00	R$964.500,00
02	Tratamento Cirúrgico de Pterígio	80	960	R$139,70	R$134.112,00
03	Recobrimento Conjuntival	80	960	R$98,44	R$94.502,40

Valor global de R$ 1.193.114,40 (Um milhão cento e noventa e três mil, cento e quatorze reais e quarenta centavos) na forma do inciso VI do artigo 43 da lei 8666. Dê-se publicidade e cumpra-se. Empenhem-se os recursos necessários. Várzea Grande – MT, 03 de março 2015.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.07/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa Sulzer Pumps Wasterwater Brasil Ltda. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Oriundo do Processo Administrativo n.94/2014, decorrente da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.16/2014, conforme descrito no Edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.10.520/2002, 8.666/1993 e suas alterações. OBJETO: Fornecimento de material que serão utilizados na execução de parte das obras pertinente aos Termos de Compromissos n.40873067/2013 e 0408724-88/2013, para atender à execução das obras (1ª Etapa – PAC 2) sendo: Estações Elevatórias de Esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto, Ligação Domiciliares, Linhas de Recalque, Redes de Esgoto e Ramais condominiais dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias 02, 08 e 10 no Município de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: R$ 492.500,00 (Quatrocentos e noventa e dois mil e quinhentos reais). UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.433. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.310. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 24.02.2015.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS LTDA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

SULZER PUMPS WASTERWATER BRASIL LTDA

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.08/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa Fundidos de Ferro Brasil Ltda - EPP. FUNDAMENTAÇÃO LE-

GAL: Oriundo do Processo Administrativo n.94/2014, decorrente da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.16/2014, conforme descrito no Edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.10.520/2002, 8.666/1993 e suas alterações. OBJETO: Fornecimento de material que serão utilizados na execução de parte das obras pertinente aos Termos de Compromissos n.40873067/2013 e 0408724-88/2013, para atender à execução das obras (1ª Etapa – PAC 2) sendo: Estações Elevatórias de Esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto, Ligação Domiciliares, Linhas de Recalque, Redes de Esgoto e Ramais condominiais dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias 02, 08 e 10 no Município de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: R$ 168.313,50 (Cento e sessenta e oito mil e trezentos e treze reais e cinquenta centavos). UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.433. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.310. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 24.02.2015.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS LTDA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

FUNDIDOS DE FERRO BRASIL LTDA-EPP

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.09/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa Giovanni Luigi Correa – Multpremo Pre – Moldados EPP. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Oriundo do Processo Administrativo n.94/2014, decorrente da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.16/2014, conforme descrito no Edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.10.520/2002, 8.666/1993 e suas alterações. OBJETO: Fornecimento de material que serão utilizados na execução de parte das obras pertinente aos Termos de Compromissos n.40873067/2013 e 0408724-88/2013, para atender à execução das obras (1ª Etapa – PAC 2) sendo: Estações Elevatórias de Esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto, Ligação Domiciliares, Linhas de Recalque, Redes de Esgoto e Ramais condominiais dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias 02, 08 e 10 no Município de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: R$ 535.716,00 (Quinhentos e trinta e cinco mil e setecentos e dezesseis reais). UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.433. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.310. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 24.02.2015.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS LTDA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

GIOVANNI LUIGI CORREA – MULTPREMO PRE – MOLDADOS EPP

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.11/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Eaux Equipamentos e Sistemas Ambientais Ltda. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Oriundo do Processo Administrativo n.94/2014, decorrente da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.16/2014, conforme descrito no Edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.10.520/2002, 8.666/1993 e suas alterações. OBJETO: Fornecimento de material que serão utilizados na execução de parte das obras pertinente aos Termos de Compromissos n.40873067/2013 e 0408724-88/2013, para atender à execução das obras (1ª Etapa – PAC 2) sendo: Estações Elevatórias de Esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto, Ligação Domiciliares, Linhas de Recalque, Redes de Esgoto e Ramais condominiais dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias 02, 08 e 10 no Município de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: R$ 1.115.128,00 (Um milhão, cento e quinze mil, cento e vinte e oito reais). UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.433. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.310. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 24.02.2015.

SIGNATÁRIOS: WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS LTDA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

EAUX EQUIPAMENTOS E SISTEMAS AMBIENTAIS LTDA

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N.12/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a SIGMA TRATAMENTO DE ÁGUAS LTDA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Oriundo do Processo Administrativo n.94/2014, decorrente da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.16/2014, conforme descrito no Edital e seus anexos, que se regerá pela Lei n.10.520/2002, 8.666/1993 e suas alterações. OBJETO: Fornecimento de material que serão utilizados na execução de parte das obras pertinente aos Termos de Compromissos n. 40873067/2013 e 0408724-88/2013, para atender à execução das obras (1ª Etapa – PAC 2) sendo: Estações Elevatórias de Esgoto, Estação de Tratamento de Esgoto, Ligação Domiciliares, Linhas de Recalque, Redes de Esgoto e Ramais condominiais dos Sistemas de Esgotamento Sanitário das Sub-Bacias 02, 08 e 10 no Município de Várzea Grande-MT. VALOR GLOBAL: R$ 58.100,00 (Cinquenta e oito mil e cem reais). UO: Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.433. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. DO: 10.08.15.451.0022. P/A: 1.310. ND: 4.4.90.52.00 – E.M.P-PJ. Fonte: 0303. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA: 24.02.2015.

SIGNATÁRIOS:

WALACE SANTOS GUIMARÃES

Prefeito Municipal de Várzea Grande-MT

GONÇALO APARECIDO DE BARROS LTDA

Secretário Municipal de Viação, Obras e Urbanismo – PMVG/MT

SIGMA TRATAMENTO DE ÁGUAS LTDA

Contratada

Visto pela

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N. 01/2015 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Várzea Grande, por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 01.2015 cujo objeto é Contratação de serviço de locação de programas de informática (Softwares), abrangendo instalação, suporte, gerenciamento, controle de estoque e organização, treinamento, assistência integral de mão de obra técnica especializada na gestão e supervisão de centros de abastecimento e/ou almoxarifados, para atender a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Urbanismo, não houve nenhuma empresa interessada em apresentar proposta. Diane disso o Pregoeiro declarou o certame como DESERTO,Várzea Grande – MT, 03 de março de 2015, **Landolfo L. Vilela Garcia,** Pregoeiro.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02 / 2015 / PMVG/MT

WALACE SANTOS GUIMARÃES, Prefeito de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2013, realizado em 28/02/2004.

RESOLVE: Convocar os candidatos abaixo relacionados para apresentação da documentação necessária para a investidura no cargo, de acordo com efeito de Mandado de Segurança através do Processo n. 16896-23. 2009.811.0002/20- 2ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Várzea Grande/MT, junto à:

Local: Secretaria Municipal de Administração (**Comissão Permanente de Concurso)**

Endereço: Av. Castelo Branco, 2.500 – Água Limpa – Várzea Grande-MT.

Horário: 09:00 às 11:00hs. Prazo: 03/03/2015 a 02/04/2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO: MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA

Nome	Class. Final	Defic.	Situação
Nicolau Máximo Leventi	3º	Não	Classif.
Fernando Kenji Mogari	4º	Não	Classif.
Alexandre de Carvalho Cardia	5º	Não	Classif.

REQUISITOS:

a) Ter sido aprovado no presente Concurso Público;

b) Ter nacionalidade brasileira e no caso de nacionalidade Portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e Portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1°, artigo 12, da Constituição Federal e na forma do disposto no artigo 13 do Decreto n. 70.436, de 18 de abril de 1972;

c) Estar em gozo dos Direitos Políticos;

d) Estar quite com as Obrigações Militares, Eleitorais e com o Fisco Municipal;

e) Comprovar os requisitos básicos exigidos para a carreira/cargo/área de conhecimento;

f) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

g) Não estar incompatibilizado para a investidura em cargo público;

h) Não ocupar ou receber proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função público que caracterizem acumulação ilícita, na forma do artigo 37, inciso XVI, da constituição Federal;

i) Apresentar declaração de não exercer qualquer atividade pública ou privada incompatível com o exercício de sua função;

j) Possuir aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovado por exames realizados por junta medica oficial da Prefeitura Municipal de Várzea Grande ou por ela designada ;

k) Apresentar Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Estadual dos lugares onde tenha nos últimos 5 (cinco) anos;

l) Apresentar Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

m) Apresentar declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio;

n) Apresentar outros documentos que a legislação vier a exigir.

Documentos:

a) Identidade (Cópia Autenticada);

b) Cpf (Cópia Autenticada);

c) PIS ou PASEP (Cópia Autenticada);

d) Título de Eleitor (Cópia Autenticada);

e) – Certidão de Quitação Eleitoral expedida pela Justiça Eleitoral; (www.tse.jus.br). (A Certidão deverá ser Autenticada no próprio Site).

f) Certidão de Nascimento e/ou Casamento ou Sentença Declaratória de União Estável; (Cópia Autenticada).

g) Certidão de Nascimento dos dependentes; (Cópia Autenticada).

h) Documento de quitação com o Serviço Militar; (Cópia Autenticada).

i) Diploma, devidamente registrado de conclusão de Curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por Instituição de Ensino reconhecido pelo Ministério da Educação (Cópia Autenticada).

j) Comprovante de Endereço Atual; (Cópia Autenticada).

k) 02 (duas) Fotos recentes 3x4

l) Atestado Médico de Saúde Ocupacional – ASO, (A ser emitido pela Pericia Oficial do Município).

m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça estadual (www.tjmt.jus.br). (A Certidão deverá ser autenticada no próprio site).

n) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça federal. (www.jfmt.jus.br). A Certidão deverá ser Autenticada no próprio site.

o) Certidão de Conselho e ou Órgão de Classe, quando for o caso. (Cópia Autenticada)

p) Certidão de não acúmulo de cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos:

- Prefeitura de Cuiabá (Diretoria de Gestão de Pessoas)

- Governo do Estado (Secretaria Estadual de Administração – SAD)

q) Declaração de Bens e Valores que constituem seu patrimônio e dos dependentes

RELAÇÃO DE EXAMES ADMISSIONAIS OBRIGATÓRIOS:

A nomeação em cargo público só se dará quando o servidor for julgado Apto Física e Mentalmente, para o seu exercício, em prévia Inspeção Médica Oficial, comprovada através do Laudo Médico Admissional, emitido pela Perícia Oficial do Município.

a) Atestado de Sanidade Mental ;

b) Sangue: Hemograma Completo

Grupo Sanguíneo

Fator RH

c) Urina: EAS

d) Parasitológico: EPF(fezes)

e) RX Tórax

Obs: Todos os exames deverão ser acompanhados dos respectivos laudos.

Várzea Grande-MT, 02 de março de 2015.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Celso Alves Barreto de Albuquerque

Secretário Municipal de Administração

Walace Santos Guimarães

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo 003/2015 do Contrato 209/2013

Contratado: Reinaldo Alves de Souza

Objeto: Alteração da Clausula Contratual, fica altera a Clausula Primeira - Do Objeto. Fica incluso no texto do objeto do contrato o item 1.2 - O Contratado terá direito a Diária de Viagem a serviço da Prefeitura Municipal obedecendo os mesmos termos do Decreto Municipal 1356 de 17 Fevereiro de 2003.

Data: 09.02.2015

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 017/2015.

TOMADA DE PREÇO 005/2015.

OBJETO: Contratação de Empresa para prestação de Serviços de Orientador Social.

O Prefeito Municipal de Água Boa – MT, Mauro Rosa da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve revogar a licitação, Processo Licitatório 017/2015, na modalidade de Tomada de Preço n°. 005/2015, por razões de interesse público a pedido da Secretaria de Ação Social. A presente revogação está fundamentada no artigo 49 da Lei n°. 8.666/93, art. 53 da Lei nº. 9.784/99 e Súmula 473 do STF.

Água Boa, 02 de março de 2015.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 006/2015

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 006/2015.

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento do combustível OLEO DIESEL BS 500, OLEO DIESEL S10 e GASOLINA COMUM.

REALIZAÇÃO: 18/03/2015.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES: 08h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.prefeitura@aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 03 de março de 2015.

Ivania Cezira Volpi *Pregoeira*

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL.

O **MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo Prefeito Municipal**,** Sr. *Mauro Rosa da Silva*, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. **2.019.647 SSP/GO** e do CPF nº. **333.126.801-15**, residente e domiciliado a Rua B, 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT, neste ato denominado **DISTRATANTE**, e **Gelson B. Pereira & Cia Ltda - Me**, devidamente inscrita no CNPJ 12.161.381/0001-70 estabelecida a Av. Araguaia, 111, Centro, Água Boa – MT, representada neste ato por seu proprietário **Sr. Gelson Bertol Pereira,** brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº. 1280295-6 SSP/MT e do CIC nº. 884.279.271-34, residente à Rua 01, nº. 2740, Centro, na cidade de Água Boa – MT, neste ato denominado de **DISTRATADO**, conforme Cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

1.1 – Fica rescindido amigavelmente o Contrato Administrativo nº. 166/2014, firmado no dia 08 de outubro de 2014.

1.2 – A presente rescisão administrativa amigável se fundamenta no Art. 79, Inciso II da Lei 8.666/93, bem como com a Cláusula Décima, item 10.1, alínea “a” do Contrato nº. 166/2014.

CLAUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

2.1 – O DISTRATANTE promoverá a partir desta data a anulação do saldo orçamentário do valor Contratual.

2.2 – Não será aplicado à multa contratual especificada no Contrato por tratar-se de uma rescisão administrativa amigável.

2.2 – Fica eleito o foro da Comarca de Água Boa – MT para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

2.3 – Comunique-se a DISTRATADA na forma da Lei.

Água Boa – MT, 02 de Março de 2015.

Distratante: Município de Água Boa

Mauro Rosa da Silva Prefeito Municipal

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

DISPENSA 006/2015

OBJETO: Contratação de empresa para Compra emergencial de diversos produtos para a merenda escolar.

O Prefeito Municipal de Água Boa – MT, Mauro Rosa da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve ANULAR a licitação, na modalidade de Dispensa de Licitação n°. 006/2015, por razões de interesse público, em decorrência de vicio detectado e erro na utilização do art. 24, inciso IV da Lei 8.666/93. A presente anulação está fundamentada no artigo 49 da Lei n°. 8.666/93, art. 53 da Lei nº. 9.784/99 e Súmula 473 do STF.

Água Boa, 03 de março de 2015.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	Signatário	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Mar 03 22:59:32 UTC 2015
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170114572883537006
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)